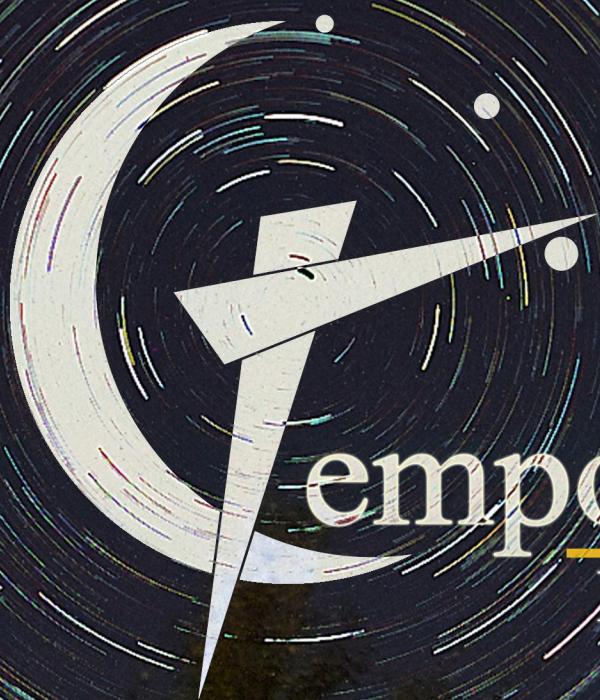


Revista discente do Programa de Pós Graduação em História
Belo Horizonte, Departamento de História - FAFICH/UFMG
www.fafich.ufmg.br/temporalidades



Temporalidades

Revista de História

Edição nº **20**

**Dossiê História e Historiografia da Ciência:
abordagens e diálogos possíveis**

Vol. 8, n. 1, jan./maio 2016

ISSN: 1984-6150

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] /Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –
Edição 20, v. 8, n. 1 (jan./maio 2016) – Belo Horizonte: Departamento de
História, FAFICH/UFMG, 2015.

Quadrimestral a partir de 2013
Títulos e resumos em português e inglês
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/revista>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Departamento de História.

CDD 901

Publicação Indexada

Sumários.org

Periódicos Capes

Latindex

Diadorim

Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
Av. Antonio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG

e-mail: temporalidades@gmail.com
temporalidades@fafich.ufmg.br

homepage: www.fafich.ufmg.br/temporalidades

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – maio/2016

Expediente

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Fernando de Barros Filgueiras

Departamento de História

Chefe: André Luis Pereira Miatello

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenador: Luiz Carlos Villalta

Editor Chefe

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Conselho Editorial

Átila Augusto Guerra de Freitas

Isabela de Oliveira Dornelas

Marcus Vinícius Reis

Marina Helena Meira Carvalho

Natália Ribeiro Martins

Pedro Henrique Resende

Thiago Henrique Oliveira Prates

Conselho Editorial Consultivo Nacional

Adriana Romeiro (UFMG)

Adriana Vidotte (UFG)

Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Bruno Tadeu Salles (UEG)

Carlos Alvarez Maia (UERJ)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)

Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)

Francismery Alves da Silva (UNIR)

George F. Cabral de Souza (UFPE)

Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)

Igor Salomão Teixeira (UFRGS)

Iranilson Buriti de Oliveira (UFMG)

João Pinto Furtado (UFMG)

Jonas Marçal de Queiroz (UFV)

Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)

José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)

José Carlos Reis (UFMG)

Júnia Ferreira Furtado (UFMG)

Kátia Gerab Baggio (UFMG)

Leandro Duarte Rust (UFMT)

Márcia Sueli Amantino (Universo)

Marco Morel (UERJ)

Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)

Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)

Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)

Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)

Raquel Costa Santos (UESB)

Regina Helena Alves da Silva (UFMG)

Renato Pinto Venâncio (UFMG)

Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)

Samantha Viz Quadrat (UFF)

Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)

Soleni Biscouto Fressato (UFBA)

Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)

Tiago Luís Gil (UnB)

Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)

Conselho Editorial Consultivo Internacional

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3- Sorbonne Nouvelle)

Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université PaulValéry, Montpellier III)

Fernanda Olival (UÉvora-CIDEHUS)

Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)

Hal Langfur (University of Buffalo)

Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)

José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)

Mafalda Soares da Cunha (UÉvora)

Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)

Pedro António de Almeida Cardim (UNL)

Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)

Seth W. Garfield (University of Texas)

Revisão

Átila Augusto Guerra de Freitas

Isabela de Oliveira Dornelas

Marcus Vinícius Reis

Marina Helena Meira Carvalho

Natália Ribeiro Martins

Pedro Henrique Resende

Thiago Henrique Oliveira Prates

Diagramação

Pedro Henrique Resende

Capa

Natália Ribeiro Martins

Imagem: "Star Trails" por David Marvin, <https://flic.kr/p/oQHx9R> - Recorte adaptado, sem derivações, respeitando o licenciamento da Creative Commons (CC BY-NC-ND 2.0).

Site/Banco de Dados

Thiago Henrique Oliveira Prates

Agradecimento ao Conselho Editorial (mar. 2015/mar. 2016)

O atual conselho editorial da revista *Temporalidades* agradece publicamente o trabalho exercido pelo conselho anterior, o qual durante um ano zelou para que esta se mantivesse como uma revista discente que em muito contribuiu com o debate historiográfico. A realização deste exemplar, o qual segue o padrão de qualidade dos anteriores, foi idealizado ainda na gestão anterior e concluído por nós. Isso só foi possível mediante a integração das duas gestões e o valioso apoio técnico, acadêmico e moral dispensados por: Cássio Bruno de Araújo Rocha, Igor Barbosa Cardoso, Márcio Mota Pereira, Maria Visconti Sales, Rafael Vinícius da Fonseca Pereira e Valdeci da Silva Cunha.

Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e do Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Adriana Dantas Reis (UEFS)
Alex Silva Monteiro
Ana Célia Rodrigues (UFF)
Ana Karine Martins Garcia (UFC)
Ana Mônica Henriques Lopes (UFOP)
Andrea Barbosa Marzano (UniRio)
Arivaldo Sacramento Souza (UFBA)
Belidson Dias Bezerra Junior (UnB)
Carla Oliveira de Lima (SEDUC e SEMED)
Carlos Alvarez Maia (UERJ)
Carlos de Oliveira Malaquias (UFS)
Cláudia Moraes Trindade (UNEB)
Clayton Cardoso Romano (UFTM)
Dante Ribeiro da Fonseca (UNIR)
Denise Vieira Demetrio (UFRRJ)
Djalma Thürler (UFBA)
Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFPE e UFRN)
Elaine Aparecida Cancian de Almeida (UFMS)
Elena Calvo Gonzalez (UFBA)
Elisângela Oliveira Ferreira (UNEB)
Emmanuel Luiz Souza e Silva (UNEB)
Ester Maria Dreher Heuser (UNIOESTE)
Gabriel da Costa Ávila (UFRB)
Gilmaro Nogueira (UNIRB e FRB)
Giordano Barbin Bertelli (IFSP)
Glauco Vaz Feijó (IFB)
Guilherme Augusto do Nascimento e Silva (UFMG)
Guilherme Galhegos Felipe (PUCRS)
Helber Renato Feydit de Medeiros (UFRJ)
Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio)
Igor Tadeu Camilo Rocha (UFMG)
Isis Menezes de Rodrigues
Jaime Ricardo Teixeira Gouveia (UFAM) Fernando
Gil Portela Vieira (IFF)
Janluis Duarte de Oliveira (UNIDESC e FACULDADE JK – GAMA)
João Batista da Silva Junior
João Pedro Dolinski (UFPR)
Jonas Wilson Pegoraro (IFPR e UEPG)
Jonis Freire (UFF)
Juliana Frota da Justa Coelho (UFC)
Katia Aparecida Baptista (UNESP)
Keith Valéria de Oliveira Barbosa (UFAM)
Leonardo Gabriel de Marchi (UFRJ)
Leonardo Lessin (UFAC)
Liliane Faria Corrêa Pinto (UFMA)
Luciana Murari (PUC-RS)
Luciene Pereira Carris Cardoso (PUC- Rio)
Luís Francisco Wasilewski (Unicamp)
Marcia Cristina Roma de Vasconcellos (FEUC, FSB-RJ e UNIABEU)
Marcia Regina Tosta Dias (UNIFESP)
Marlon Jeison Salomon (UFG)
Mohammed Nadir (Universidade do Porto)
Nivaldo Osvaldo Dutra (UNEB)
Olívia Biasin Dias (MAB e FMN/Salvador)
Paloma Porto Silva (UFMG)
Paula Virgínia Pinheiro Batista (UVA-CE)
Paulo Fernando de Souza Campos (UNISA)
Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes (IFPE)
Reinaldo Forte Carvalho (UPE)
Renata Silva Fernandes (UFJF)
Ricardino Jacinto Dumas Teixeira (UNILAB)
Ricardo Alexandre Ferreira (UNESP)
Ricardo Alexandre Santos de Sousa (UESB)
Richard Negreiros de Paula (UFF)
Ronald Clay dos Santos Ericeira (UFRRJ)
Rosemere Olimpio de Santana (UFCG)
Rosilda Alves da Silva Chamilco (UNIFAP)
Sandra Maria Nascimento Sousa (UFMA)
Sarah Luna de Oliveira
Sertório de Amorim e Silva Neto (UFU)
Sulivan Charles Barros (UFG)
Taciana Almeida Garrido de Resende (IFMG)
Tania Maria de Almeida Silva (UERJ)
Teresa Maria Rodrigues da Fonseca Rosa (IE/ULISBOA)
Tereza Renata Silva Rocha (UFF e FBN)
Thiago de Abreu e Lima Florencio
Thiago Lenine Tito Tolentino (UFMG)
Túlio Henrique Pereira
Valquiria Lima da Silva (IFBA)
Vanderlei Sebastião de Souza (UNICENTRO)
Vanessa Lana (UFV)
Vanessa Martins do Monte (USP)
Verônica de Jesus Gomes (UFF)
Ygor Olinto Rocha Cavalcante (IFAM, UNIARA e UFAM)

Sumário

Editorial	5
Isabela de Oliveira Dornelas; Pedro Henrique Resende; Marina Helena Meira Carvalho	

Dossiê

Apresentação do Dossiê	7
Prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho	

Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco: primeira descrição dos “males” por João Ferreira da Rosa no século XVII. / <i>Single Treaty on the Pestilential Constitution of Pernambuco: first description of the “males” by João Ferreira da Rosa in the XVII Century</i>	11
Bianca Cruz dos Anjos	

Um cientista alemão a serviço do império lusitano: Wilhelm Ludwig von Eschewege e suas descrições dos naturalistas luso-brasileiros (séculos XVIII e XIX) / <i>A german scientist in the services of the portuguese empire. Wilhelm Ludwig von Eschewege and his descriptions of portuguese brazilian naturalists (18th and 19th centuries)</i>	37
Daniela Casoni Moscato	

O espírito Gorceix: história e memória do projeto científico da Escola de Minas de Ouro Preto / <i>The Gorceix spirit: history and memory of the scientific project of the Escola de Minas de Ouro Preto</i>	58
Deise Simões Rodrigues	

Um grandioso inimigo: discursos médicos sobre o câncer em São Paulo no alvorecer do século XX / <i>A great enemy: medical discourses on cancer in São Paulo at the dawn of the twentieth century</i>	76
Elder Al Kondari Messoria; André Mota	

As causas-mortes na freguesia de Limoeiro – CE, (1870 a 1880): silêncios, interpretações e sentidos / <i>Cause deaths in the Freguesia de Limoeiro – CE (1870-1880): silences, interpretations and meanings centuries</i>	94
Elisgardênia de Oliveira Chaves	

História e historiografia da revolução científica: um olhar a partir de uma perspectiva historiográfica dos portugueses / <i>History and historiography of the scientific revolution: a view from a portuguese historiographical perspective</i>	117
Geraldo Barbosa Neto	

Ciência, tecnologia e sociedade: apontamentos teóricos / <i>Science, technology and society: theoretical notes</i>	130
Gustavo Bianch Silva; Maria Izabel Vieira Botelho	

Entre a medicalização da infância e a esterilização dos “indesejados”: medicina e eugenia na Parahyba do Norte (1927)/ Among the medicalization of childhood and sterilization of “undesirables”: medicine and eugenics in North Parahyba (1927).....154
Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos

Artigos

Capistrano de Abreu e a reconstrução da Primeira Visitação Inquisitorial a Bahia pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça (1591-1595)/ Capistrano de Abreu y la reconstrucción de la Primera Visita Inquisitorial a Bahia por el licenciado Heitor Furtado de Mendonça (1591-1595).....169
Alex Rogério Silva

Rita de Cássia: obediência e matrimônio em uma narrativa hagiográfica setecentista (1714)/ Rita of Cascia: obedience and marriage in a hagiographic narrative of the eighteenth century (1714).....180
Ana Vitória Sampaio Castanheira Rocha

Em tempos de visitas: inquisição, circulação e oralidade escrava na Bahia/ Visits in times: inquisition, circulation and slave orality in Bahia.....195
Dayane Augusta da Silva

“Viva a lei de Moisés, morra a lei de Cristo”: a Inquisição portuguesa e o julgamento de um menor/ “Long live the law of Moisés, dies the law of Christ”; the Inquisition of portuguese and a child’s judgement219
Diogo Tomaz Pereira

Fidelidade infiel: a trajetória paleográfica e diplomática do testamento do rei D. Pedro II de Portugal/ Unfaithful fidelity: palaeographic and diplomatic trajectory of the king D. Pedro II’s testament from Portugal.....233
Elías Theodoro Mateus

A Política Externa Independente em revista: de como ocorre a impressão definitiva da dimensão africanana política externa brasileira/ An overview of the Brazil’s Independent Foreign Policy: how does it occur the insertion of the African dimension into the Brazilian external relations255
Fernando Sousa Leite

O conceito de família feliz nas crônicas de colunas femininas de Clarice Lispector/ The concept of happy family in women’s column chronicles of Clarice Lispector.....270
Júlia Rodrigues Vieira

Cartografias do armário: um Teatro Queer em Belém do Pará./ Cartography of the closet: a queer theater movement in Belém do Pará.295
Kauan Amora Nunes; Wladilene de Sousa Lima

- Mulheres libertas e suas relações familiares no Norte do Brasil oitocentista (Paraíba do Norte, 1833-1860)** / Liberated Women and their family relationships in the North of Brazil in the nineteenth-century (Paraíba do Norte, 1833-1860).....315
Larissa Bagano Dourado; Solange Rocha Pereira
- Subversões do pecado: desejo e sedução nas Minas Gerais do século XVIII** / Subversions of sin: desire and seduction in Minas Gerais in the eighteenth century.....337
Lisa Batista de Oliveira
- Trabalho, tradição e família nas Culturas Jurídico-Penais consuetudinárias de escravos africanos, Minas Gerais, 1840-1860** / Work, tradition and family in the consuetudinary Legal Criminal Cultures of African slaves, Minas Gerais, 1840-1860.....364
Leonam Maxney Carvalho
- O escravo no Brasil enquanto figura inerte: uma análise sobre a postura dos cativos e os mecanismos de dominação** / The slaves in Brazil as inert figure: an analysis of the posture of the captives and the mechanisms of domi.....391
Luiz Felipe Florentino
- O discurso de liberdade e o gênero e a sexualidade na história do carnaval de Salvador** / The discourse of freedom and gender and sexuality in the history of the carnival in Salvador401
Manuela Azevedo Carvalho; Luciana Aparecida de Miranda
- A trajetória dos estudos africanos no Brasil: 1930 a 1980** / The trajectory of African studies in Brazil: 1930 to 1980417
Mariana Schlickmann
- As tecelãs na realidade e na obra literária Parque Industrial - reflexão sobre papéis, valores e imposições sociais** / The weavers in reality and literary book Parque Industrial – reflection on roles, values and social impositions444
Natália Nogueira de Camargo
- Não esqueçam o que ele escreveu: o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e a (prática da) Teoria da Dependência** / Do not forget what he wrote: the sociologist Fernando Henrique Cardoso and (practice) of Theory of Dependency.....469
Rafael Leite Ferreira
- O maestro: Afonso Arinos na liderança udenista (1952-1954)** / The conductor: Afonso Arinos in the UDN leadership (1952-1954)487
Ramonn Rodrigues Magri

Entrevistas

- Entrevista com o Astrofísico Zolt Levay**.....508
Márcio Mota Pereira; Rafael Vinícius da Fonseca Pereira. Traduzido por Cássio Bruno de Araújo Rocha; Igor Isabela Rodrigues Silva Ribeiro e Clara Cazarini Trotta

Resenhas

SILVA, FrancismaryAlves da. *Historiografiada revolução científica:Alexandre Koyré,Thomas Kuhn e StevenShapin*. São Bernardodo Campo: EdFABC, 2015. 208p.....516
Valquíria Ferreira da Silva

Transcrições documentais

Relações políticas e viagens filosóficas do naturalista“Parecia-me que me via no Mundo da Lua”:
José Vieira Couto no Distrito Diamantino522
Márcio Mota Pereira

Editorial

Isabela de Oliveira Dornelas
Pedro Henrique Resende
Marina Helena Meira Carvalho

A princípio este editorial sinalizaria apenas a transição entre do Conselho Editorial gestão 2015 para gestão 2016 da Revista Temporalidades, porém nas últimas semanas um debate tomou conta das redes sociais e do cotidiano político nacional a respeito da nomeação do corpo ministerial pelo presidente interino Michel Temer, que conta exclusivamente com a participação de homens brancos. Diante da ampla repercussão a Revista Temporalidades não poderia se furtar a manifestar sua postura reflexiva e empreender uma autocrítica a qual convidamos o (a) leitor (a) que nos acompanhe: hoje, o Conselho Editorial da Temporalidades é composto por 3 mulheres e 4 homens e visa ampliar pluralidade de seus membros no que se refere as questões de gênero, sem deixar de lançar o compromisso com aumento da representatividade de minorias políticas historicamente alijadas da esfera científica nos seus próximos conselhos, uma vez que ainda não tivemos representatividade racial adequada, por exemplo.

Esta edição que enfoca os temas de Ciência e Cultura na História apresenta o dossiê História e Historiografia da Ciência: Abordagens e Diálogos Possíveis e conta com a participação de 3 autoras e 4 autores, compreendemos que é um avanço, nesse aspecto, visto que em nosso departamento de pós-graduação em História, a discrepância entre os gêneros é notável e tende a ampliar conforme a titulação. Na última seleção da pós¹ o número de homens supera em dobro o número de mulheres, mesmo que na graduação os índices apresentem maioria de mulheres. Essa ausência nos preocupa e nos inquieta, ao fim da nossa gestão esperamos que o legado de refletir sobre a representatividade das pessoas que constroem a revista em todos os aspectos, seja como membros do Conselho, autores (as), pareceristas e conselho consultivo seja cada vez mais ampliado.

Os sistemáticos cortes de verbas que vem ocorrendo na área da Educação também é motivo de preocupação para o Corpo Editorial da Temporalidades, bem como para aqueles (as) que trabalham diretamente com educação, ciência e tecnologia e que acompanham as dinâmicas políticas que influem diretamente em seu cotidiano de pesquisa e estudo. Porém,

¹ Resultado final processo seletivo 2016. Capitado em: <http://historia.fafich.ufmg.br/selec.php>. Acesso em 20 de maio de 2016.

nosso periódico espera e acredita em dias melhores nesse sentido, e não deixará de galgar ainda melhores qualificações e excelência acadêmica e seguirá a contribuir com a trajetória de seus (suas) colaboradores (colaboradoras), ao passo, que a Temporalidades também caminha para se firmar como uma revista discente referência reconhecida pelos pares em todo país. Além de ser uma recomendação da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que os periódicos busquem equilibrar as proporções entre titulações de seus (suas) autores (as) a Revista Temporalidades tem compromisso com o pensamento crítico e grande respeito com a intelectualidade que desenvolve trabalhos pertinentes independente de titulações. Nesta edição temos o prazer de apresentar uma revista de escopo diverso e criativo devidamente avaliado entre os pares que contou com 11 doutorandos, 1 especialista, 6 mestrandos, 4 mestres, 4 doutores, 1 graduada e 1 graduanda entre os (as) autores (as). Nosso objetivo e trabalho diário miram em trazer cada vez mais publicações pertinentes à História e áreas afins de máxima qualidade e relevância acadêmica.

Gostaríamos, ainda, de aproveitar este espaço para prestar nossa última homenagem ao querido amigo, colega, professor, mestrando do nosso departamento, Leando Alysso Faluba. Lastimamos a perda de um historiador que desenvolvia pesquisa de alta relevância social acerca dos transportes públicos. Perdemos um cidadão engajado, com fortes concepções políticas, muito convicto em suas crenças, detentor de um apoio crítico e sensato, que fará especial falta nesses tempos sombrios em que vivemos. Independente de tudo isso, perdemos um amigo, alguém que sempre nos recebia com sorriso no rosto e algo engraçado para dizer. Um rapaz com muitos planos pela frente. Solidarizamos-nos com a dor vivida por sua família, amigos e colegas, pois sabemos a falta que o Faluba já nos faz. Sensibilizamos-nos diante da perda precoce de alguém que tanto tinha para oferecer, do debate historiográfico ao convívio cotidiano. Ele ainda estará presente desde a militância no facebook aos lugares de memória. Gostaríamos de dizer, amigo, que os sonhos não morrem! Que sua luta também é nossa! Vá em paz e saiba que a comoção promovida por sua partida diz apenas um pouquinho do tanto que você foi querido e especial na sua passagem por aqui.

Não poderíamos finalizar este breve editorial sem agradecer o prof. Dr. Ely Bergo de Carvalho do departamento e da pós-graduação em História da UFMG pela imensa dedicação para organizar e apresentar o Dossiê desta edição.

Esperamos que tenham uma ótima leitura e que o Dossiê e artigos livres sejam de grande proveito para seus estudos e fruição.

Apresentação

Ely Bergo de Carvalho¹

A histografia é uma reflexão sobre a história escrita. Ou seja, a história da história deveria ajudar os historiadores a refletir sobre sua prática. E refletir aqui, significa voltar-se sobre si mesmo. A história das ciências também tem como seu principal desafio fazer com que os cientistas, e toda a sociedade, sejam capazes de refletir sobre essa prática basilar da sociedade moderna que é a ciência.

Thomas S. Kuhn, em 1962, na introdução de sua obra seminal: “A estrutura das revoluções científicas”, apontava tal papel fundamental que a história das ciências pode desenvolver ao afirmar que: “Se a história fosse vista como um repositório para algo mais do que anedotas ou cronologias, poderia produzir uma transformação decisiva na imagem de ciência que atualmente nos domina.”²

Em uma época em que a *hard science* era dominada pelo Positivismo Lógico, a obra de Kuhn teve sucesso em pensar a historicidade das ciências. Antes dele, um conjunto muito grande de autores já haviam tentado tal façanha. E, de fato, muitos autores criaram as condições de possibilidade para o sucesso de Kuhn. Autores tão diversificados como: Friedrich Nietzsche (1844-1900), Gaston Bachelard (1884-1962), Alexandre Koyré (1892-1964), Karl Mannheim (1893-1947) ou Ludwik Fleck (1896-1961), conseguiram – com mais ou menos sucesso – mostrar a historicidade da ciência e tentar tirar a ciência da posição “sagrada”, como algo que está fora do mundo, posição que ela adquiriu, em especial a partir do século XIX. Todavia, por uma série de fatores, que não cabe aqui explorar, foi Kuhn que obteve o maior sucesso em tal empreitada. Demonstração do seu sucesso foi o desenvolvimento que se seguiu da sociologia, da filosofia e da história das ciências que desembocaram nos *sciences studies*.

O grande alcance dos *sciences studies* acabou por gerar, na década de 1980, o que foi chamado de “guerra das ciências”. Tentar entender a ciência como uma produção histórica, como parte da produção cultural da sociedade e não como uma produção de uma “verdade” a-histórica, gerou reações acaloradas na comunidade científica. Pois, pensar a historicidade da ciência é reorganizar as relações de poder extremamente enraizadas, não apenas dentro do campo científico, mas entre toda a rede que compõem as ciências contemporâneas: atores e interesses tão diferentes com o complexo industrial-militar, as indústrias de alta tecnologia, a confiança.

¹ *Research Associate at University of California*, Santa Cruz - UCSC; Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

² KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 10 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 19.

pública na ciência (em uma “sociedade de risco”), a produção de conhecimento em uma “sociedade da informação”. Ou seja, o grande desafio para a história das ciências é que historicizar e entender a ciência como parte da produção cultural da sociedade é forçosamente repropor a relação entre ciência e senso comum. Boaventura de Souza Santos, afirma, neste sentido, que devemos repropor um novo “contrato social”. Bruno Latour é ainda mais radical em sua “teoria ator-rede” em uma “antropologia simétrica”, pois tal deslocamento nos recursos de poder implicaria em alterar os clássicos “vínculos e nós” (acordo) na relação entre agentes humanos e não humanos.

As palavras de Thomas Kuhn ao afirmar que tomar a história da ciência não como memória dos vencedores (uma crônica linear de erros superados pela verdade da ciência atual), mas com uma forma de entender a historicidade da ciência, geraria uma transformação “decisiva na imagem de ciência que atualmente nos domina”, ainda, são atuais, não porque ele fosse "um home a frente do seu tempo", mas porque esse é um processo em curso. A imagem de ciência dominante na década de 1960, apesar de todas as alterações, continua a sofrer de uma dificuldade muito grande em sua capacidade de reflexão.

Em parte, isso se deve ao fato de que a ciência contemporânea tomou uma posição de um saber sagrado,³ que estaria acima da sociedade e no qual não caberia aos não iniciados pronunciar-se sobre. Ou seja, nunca estaria na esfera de ação do cidadão comum. E nem mesmo os “sacerdotes”, os cientistas, deste mundo “sagrado” tem a legitimidade da ação, pois a crescente especialização das tecnociências leva a uma ampliação da incapacidade de se pronunciar sobre situações complexas, o cientista contemporâneo é um especialista em uma área e forçosamente ignorante nas demais, vivemos em uma situação “paradoxal, em que o desenvolvimento [...] da ciência significa o crescimento da inconsciência”,⁴ como afirma Edgar Morin, em “Ciência com Consciência”. Entender as ciências em sua historicidade e em sua contingência permitiria, em tese, voltar a ser pensadas como parte da esfera de ação da sociedade em geral.

Contudo, correndo o risco de ser repetitivo, alterar a “imagem dominante de ciência” não é mera operação mental, fruto da vontade de pensar diferente. É repropor nossa forma de “Ser no Mundo”. Em tal desafio hercúleo, o papel da história e da historiografia das ciências é de contribuir para que a ciência seja um saber reflexivo. Capaz de voltar-se sobre si mesmo. Contribuindo para a compreensão social da ciência, não como a produção de uma verdade a-histórica, mas como parte da atividade política de construção social da realidade. O que implica

³ BENSUAUDE-VINCENT, Bernadette. A genealogy of the increasing gap between science and the public. *Public Understand of Science*, v. 10, p. 99-113, 2001. p. 108.

⁴ MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 17.

na busca de uma verdade e em um diálogo com o mundo natural; e não na negação do mundo natural e da busca da verdade em um relativismo estéril. De tal forma que não negue a dimensão intrinsecamente (e não apenas externamente) política de tal atividade científica.

Buscando contribuir com os desafios contemporâneo da história e da historiografia da ciência, a revista *Temporalidades* reúne nesse dossiê intitulado “História e Historiografia da Ciência: abordagens e Diálogos Possíveis”, uma série de artigos, vistos a seguir.

Bianca Cruz dos Anjos em “*Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco: primeira descrição dos “males” por João Ferreira da Rosa no século XVII*” dialoga com a história social da medicina, explorando as concepções de doença e as políticas públicas, a partir de uma fonte primorosa sobre o caso de uma epidemia em Pernambuco, em 1685.

Daniela Casoni Moscato em “Um cientista alemão a serviço do império lusitano: Wilhelm Ludwig von Eschewege e suas descrições dos naturalistas luso-brasileiros (séculos XVIII e XIX)” explora a circulação de conhecimento e a formação de “comunidade de leitores” a partir do caso de um cientista germano que trabalhou para o Império Português.

Deise Simões Rodrigues em “O espírito Gorceix: história e memória do projeto científico da Escola de Minas de Ouro Preto”, perscruta a história e memória da Escola de Minas de Ouro Preto no final do XIX e início do século XX, mostrando como um dado discurso sobre a instituição foi construído.

Elder Al Kondari Messoria e André Mota em “Um grandioso inimigo: discursos médicos sobre o câncer em São Paulo no alvorecer do século XX” dialoga com a História Cultural para postular que a emergência da política pública de combate ao câncer em São Paulo, entre 1892 e 1935, esteve associado a um discurso de “paulistanidade”.

Elisgardênia de Oliveira Chaves em “As causas-mortes na freguesia de Limoeiro – CE (1870 a 1880): silêncios, interpretações e sentidos” apresenta um intenso diálogo com a História Demográfica para analisar a causa mortis em Limoeiro, no Ceará, na década de 1870, transitando pela “História da Saúde”, a autora busca entender diferentes estilos de pensamento em seus conflitos, imbricações e apropriações para compreender o que vitimava a população de Limoeiro naquele momento.

Geraldo Barbosa Neto em “História e historiografia da revolução científica: um olhar a partir de uma perspectiva historiográfica dos portugueses” abordando a “Revolução Científica”, e aponta de forma crítica os limites da tentativa de romper com uma narrativa canônica, produzida a partir dos centros hegemônicos. Defende a importância de tal empreitada, mas sem cair no “mito das

origens”, que fica perdido na anacrônica busca de um “pioneiro” e perde a oportunidade de entender o real contexto de debate de cada época, com seus horizontes de expectativas.

Gustavo Bianch Silva e Maria Izabel Vieira Botelho em “Ciência, tecnologia e sociedade: apontamentos teóricos” fazem uma revisão de literatura sobre a relação entre ciência, tecnologia e sociedade. O ponto de articulação de tão grande empreitada é a pergunta sobre qual o grau de autonomia que o cientista tem em relação a produção tecnológica e a sociedade? Entre prometeicos e fausticos os autores navegam por uma densa literatura, para chegar as abordagens que negam um determinismo *a priori* de qualquer um dos três campos, por exemplo, entendo que todos eles são “redes de relações”, como faz Bruno Latour.

Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos, na obra “Entre a medicalização da infância e a esterilização dos “indesejados”: medicina e eugenia na Parahyba do Norte (1927)”, usa uma documentação produzida na “Semana Médica”, congresso organizado em maio de 1927 pela Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba, para entender a circulação das ideias eugênicas na cidade de Parahyba do Norte.

E, finalmente, compõem o dossiê uma entrevista com Zolt Levay, astrofísico, que trabalha, desde 1983, na equipe do Telescópio Espacial Hubble, sendo responsável pelo tratamento e pela divulgação das imagens do Hubble, algumas das imagens mais bonitas e reveladoras da história natural de nosso universo. Trata-se de um trabalho que busca registrar a memória da atividade científica. E que não fica limitado ao trabalho de memória, pois, quando inserido em um dossiê e em um conjunto de reflexões gera um deslocamento para o contexto de uma reflexão sobre o fazer científico.

O conjunto de textos aqui reunidos é claramente heterogêneo, quanto à abordagem teórico-mitológica, quanto ao tema de estudo, e quanto ao recorte temporal e espacial. Todavia, um elemento está presente no dossiê: a circulação das ideias científicas em especial na relação entre centros hegemônicos e periferias (ou centros canonizados em detrimento do silenciamento de outras “comunidades”); e aqui, circulação está em oposição à ideia de difusão, pois a circulação implica em um permanente processo de apropriação e a possibilidade de relação de mão-dupla e de retroalimentação entre os diferentes lugares sociais.

O conjunto de textos reunidos nesse dossiê busca seguir as práticas científicas em diferentes contextos e, com isso, esperamos contribuir para explicitar sua historicidade e colaborar com a reflexão da prática científica, não apenas no Brasil, mas em nossa sociedade globalizada. Boa leitura!

Santa Cruz, Califórnia, EUA, 26 de maio de 2016.

Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco: primeira descrição dos “males” por João Ferreira da Rosa no século XVII.

Single Treaty on the Pestilential Constitution of Pernambuco: first description of the “males” by João Ferreira da Rosa in the XVII century.

Bianca Cruz dos Anjos
Graduanda em História
Universidade Federal de Pernambuco
Email: biancacruz16@hotmail.com

Recebido: 13/11/2015

Aprovado: 07/03/2016

RESUMO: O *Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco* é uma fonte significativa para a história da saúde e da medicina em Pernambuco, o tratado foi produzido pelo médico João Ferreira da Rosa, impresso em Lisboa, no ano de 1694. Formado pela Universidade de Coimbra, Rosa descreveu com detalhes a causa, difusão e tratamento dos *males* que assolava em Recife desde 1685. Considerado o segundo livro em vernáculo sobre a medicina oficial no Brasil colônia, Rosa não se dirige apenas ao corpo doente, mas a todos os âmbitos sociais e suas descrições médicas revelam os primeiros indícios da epidemia de febre amarela no Brasil. É nessa perspectiva que o artigo busca examinar a relação entre doença e cotidiano nas últimas décadas do século XVII em Pernambuco. Destacando os impactos da epidemia nos mais distintos âmbitos sociais, com consequências relacionadas tanto à fiscalização de costumes dos moradores como no que dizia respeito à limpeza das ruas.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil colônia, medicina, Bandos de Saúde

ABSTRACT: *The Single Treaty on the Pestilential Constitution of Pernambuco* is a significant base for the history of health and medicine in Pernambuco, the treaty was produced by the doctor João Ferreira da Rosa, printed in Lisbon in the year 1694. Graduated of the University of Coimbra, Rosa described in detail the causes, spread and treatment of the *males* that ravage in Recife since 1685. Considered the second book in the vernacular on the official medicine in Brazilian colony, Rosa not only addresses the patient's body, but to all social environments and their medical descriptions reveal the first evidence of yellow fever epidemic in Brazil. From this perspective, the article seeks to examine the relationship between disease and daily life in the last decades of the XVII century in Pernambuco. Highlighting the epidemic's impact in widely different social, with consequences related to both supervisory customs of the locals as when it came to cleaning the streets.

KEY WORDS: Brazilian colony, medicine, Bandos de Saúde

Introdução

Esse trabalho aborda como tema de estudo os impactos sociais dos *males* em Pernambuco, no ano de 1685, a partir das anotações de João Ferreira da Rosa no seu *Tratado Único da Constituição pestilencial de Pernambuco*, impresso no ano 1694, em Lisboa.

A epidemia que irrompeu em Recife ficou conhecida como *males* por abranger características e sintomas de outras pestes, além de conter sinais peculiares jamais vistos pelos médicos da época. Os *males* reunia aspectos de febre epidêmica perniciosa que ocorria em uma região ou cidade, apresentava qualidade destruidora por ter como veículo de contágio o ar.¹

As concepções médicas e teorias sobre as doenças na colônia não possuía apenas um caráter popular, muitos conhecimentos difundidos no seio da população eram provenientes de concepções médicas vindas do Reino. Embora os saberes médicos, transferidos para a colônia, apresentassem uma realidade diferente daquela vivida no Reino, é válido destacar a importância do estudo acerca do ensino médico em Portugal.

As universidades europeias, nascidas nos grandes centros urbanos e comerciais, contavam com aspectos culturais e históricos provenientes do florescimento comercial e contato com diferentes culturas. Diferente dessa realidade, Portugal vivia sob as bases de uma economia agrária, comércio pequeno, e ensino orientado, na maior parte, para a formação de clérigos da Igreja em escolas monásticas distantes da área urbana. Logo, percebe-se que a universidade portuguesa não teve a mesma origem que as universidades estrangeiras.²

Ademais, outros fatores devem ser analisados para a compreensão da formação e ensino na universidade portuguesa, como os conflitos vividos pelo Reino no período de

¹ DUARTE, Eustáquio. Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco. Estudo Crítico por Gilberto Osório de Andrade. In: MORÃO, ROSA e PIMENTA. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*. Estudo crítico de Gilberto Osório de Andrade. Introduções históricas, interpretações e notas de Eustáquio Duarte, prefácio de Gilberto Freyre. Pernambuco: Arquivo Público Estadual, 1956, p.149.

² NASCIMENTO, Luciana de Araújo, COSTA, Célio Juvenal. História da Universidade de Coimbra nos Séculos XIII, XIV e XV e sua relação com as universidades medievais. In: VII Jornada de Estudos Antigos e Medievais VI Ciclo de Estudos Antigos e Medievais do PR e SC: Educação, Política e Religiosidade. Anais eletrônicos...Paraná: 2009. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2008/pdf/c013.pdf>

formação dos Estados Nacionais. Tais modificações sociais acarretaram na falta de atenção dos monarcas, nobres e clérigos para o desenvolvimento intelectual das ciências.

O desenvolvimento das ciências a passos lentos acarretou na ideia de “atraso científico” vivida pelo Reino. Beatriz Helena Domingues³ afirma que, embora Portugal tenha recebido influências da Espanha, ambos teriam trilhado caminhos diferentes, sobretudo, no campo do saber, pois quando se procurou assumir os elementos acarretados pela *modernidade-moderna (filosófica científica)*, amparada nas análises das ciências físicas e matemáticas, a tradição ibérica ficou presa ao *raciocínio probabilista* e estudo das artes preferindo modernizar a tradição aristotélico-tomista da Idade Média. A autora ainda ressalta que esse *probabilismo* poderia ser considerado uma abertura do pensamento jesuítico, na medida em que permitia a apropriação de algumas teorias, que refutava alguns pontos e aceitava outros.

O ensino médico em Portugal, orientado pela escolástica⁴, tinha como plano de ensino a leitura de obras clássicas, logo João Ferreira da Rosa, formado pela Universidade de Coimbra, chegando à colônia buscou utilizar tais preceitos médicos para tentar descobrir a origem, causa e difusão do mal pestilento, como também a identificação da melhor terapêutica.

O *Tratado único da Constituição Pestilencial de Pernambuco* traz as primeiras anotações sobre o primeiro surto de febre amarela no Brasil, além disso, gera muitos questionamentos sobre os impactos da epidemia na capitania. As principais indagações são: como era a formação médica em Portugal? Quais eram as concepções médicas predominantes? Até que ponto a Igreja aceitava as justificativas astrológicas para as doenças? Até que ponto o tratado médico influenciou a vida dos moradores que sofriam com a peste?

A peste dos *males* é considerada o primeiro surto epidêmico de febre amarela no país, tal assertiva será justificada ao longo do texto a partir das informações encontradas no próprio tratado médico e em fontes secundárias, como livros e artigos. Sendo assim, as

³ DOMINGUES, Beatriz Helena. *Tradição na modernidade e modernidade na tradição: a modernidade ibérica e a revolução copernicana*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996, apud ABREU, Jean Luiz Neves. *O Corpo, a Saúde e a Doença: o Saber Médico Luso-Brasileiro no Século XVIII*. Belo Horizonte: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História, 2006, p. 104-105.

⁴ Principal linha de pensamento seguido pelos médicos portugueses da época, essa concepção orientava um saber baseado no método especulativo-indutivo, contemplativo-descritivo, a observação do paciente e do ambiente possibilitava a construção de um conhecimento. Para maiores detalhes, cf. TEIXEIRA, M. Z. *A Natureza Imaterial do Homem*. SP: Editora Petrus, 2000.

próximas páginas procuram dar conta dessas indagações, tendo em vista a dinâmica social na colônia no século XVII durante a epidemia, com destaque não só para as concepções médicas de Rosa, mas para os conflitos políticos e as transformações dos hábitos dos moradores suscitados pela implantação das medidas de higiene no combate a peste em Pernambuco, no ano de 1691.

O ensino médico em Portugal

Desde a data da sua fundação até 1537, a Universidade de Coimbra mudou cinco vezes de localização, entre Lisboa e Coimbra. Depois de ser implantada em Lisboa, D. Dinis transferiu-a em 1306 (ou 1307) para Coimbra, voltando em 1338, por ordem de D. Afonso IV, para Lisboa. Em 1354 regressa à Coimbra e permanece até 1377, data em que, por determinação de D. Fernando, retorna novamente para Lisboa. Em 1537, no reinado de D. João III, a primeira universidade portuguesa é finalmente instalada em Coimbra.⁵

Nos primórdios da formação médica em Portugal, o Estudo Geral⁶ era orientado pelo Bispo de Lisboa ou alguma autoridade eclesiástica representativa, o Estudo conferia o grau de licenciado em Medicina para aqueles estudantes que passassem pelo aval do mestre de ensino, em que o estudante correspondesse com as expectativas de idoneidade para o exercício da medicina. Em Lisboa, o Estudo Geral funcionou inicialmente no bairro de Alfama (no então designado Campo da Pedreira), o espaço era precário e recebia apoio da família real.⁷ As disciplinas ministradas se fundamentavam no legado hipocrático e nas obras de cunho greco-romano.⁸

Pela carta régia de 1392, D. João I estabeleceu que o exercício da medicina pelos físicos e cirurgiões, judeus e de outras origens, dependia da apresentação de um certificado com o selo real, a ser emitido depois dos candidatos serem examinados e aprovados pelo físico-mor do Reino. Ao físico-mor e cirurgião-mor, cabia-lhe a superintendência dos negócios de saúde e higiene em todo o Reino e domínios. Esses profissionais poderiam

⁵ SILVA, J. Martins e. Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911 1ª Parte, *Revista da Faculdade de medicina de Lisboa*, série III, v.7, p. 237-249, 2002, p.239.

⁶ O Estudo Geral foi criado em 1290 pela iniciativa de D. Dinis e apoio do clero, especificamente, papa Nicolau IV. Foi confiado ao clero arcar com as despesas do Estudo Geral, conferindo a este o estatuto de Universidade, incluindo o ensino da medicina (então com aceção Física). D. Dinis recorreu a instituição do ensino da medicina pelas preocupações suscitadas pela população que convivia constantemente com epidemias e pestilências mortais. Para maiores detalhes, cf. Silva, 2002, p.240.

⁷ SILVA. *Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911* 1ª Parte. p 239.

⁸ _____. *Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911*, p.240.

aplicar multas e outras penalidades em caso de infração, além disso, era especialidade do físico-mor a autorização do exercício das disciplinas e artes de curar, como também a fiscalização das boticas e das atividades do boticário.⁹

Sob o poder de D. João II foi instaurada a seguinte legislação: todos os profissionais, diplomados ou não pela Universidade, deveriam obrigatoriamente ser aprovados em exame fiscalizado pelo físico-mor. Contudo, essa transformação no exercício da medicina trouxe sérias consequências, pois houve dúvidas sobre a competência dos diplomados na época.¹⁰

A reformulação do ensino médico, com a transferência definitiva da Universidade para Coimbra em 1537, acarretou intensas transformações no quadro intelectual do Reino. As medidas para a renovação do ensino universitário estavam apoiadas na formação e contratação de professores no estrangeiro. O estatuto de 1559 para orientação do ensino médico na Universidade de Coimbra foi construído, a princípio, a partir de seis disciplinas, as três maiores e gerais (prima, véspera e anatomia)¹¹ e três menores (no qual se incluía a cirurgia), vale destacar que todas as aulas eram lecionadas em latim.

Como o ensino era essencialmente teórico e retirado dos autores clássicos, eram lidos os próprios textos desses autores, traduzidos do grego e do árabe para latim, muitas vezes em versões já corrompidas por vários séculos de revisão e, por isso, bastante desligados do contexto cultural em que tinham sido escritos. Aos estudantes competia apreender o texto de modo literal para depois o repetir e defender, em atos ou discussões acadêmicas. A eles cabia perpetuar a sua transmissão, fazendo com que a tradição médica prevalecesse sobre qualquer tentativa de inovação.¹²

Segundo Abreu, “os médicos formados na Universidade de Coimbra absorveram por muito tempo os conhecimentos dos autores da Antiguidade, como Hipócrates e Galeno, e de seus comentadores árabes na Idade Média, como Avicena”.¹³ Ainda vale destacar que no período anterior à reforma dos Estatutos, em 1772, predominava na

⁹ _____. *Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911*, p.241.

¹⁰ _____. *Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911*, p.241.

¹¹ Existia a cátedra de prima, a primeira, logo às seis horas da manhã; a de noa, às 15 horas, ambas baseadas essencialmente em Galeno; a de véspera, às 18 horas, que abordava os aforismos de Hipócrates; e a de terça, às nove horas, que se baseava nos livros. Tais cátedras foram consequências da reforma no ensino médico implantado por dom João III. Para maiores detalhes, c.f RODRIGUES. *O ensino da medicina na Universidade de Coimbra século XVI*, p. 439.

¹² RODRIGUES, Isilda Teixeira; FIALHAIS, Carlos. O ensino da medicina na Universidade de Coimbra século XVI. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.2, p.435-456, abr.-jun. 2013, p. 439.

¹³ ABREU, Jean Luiz Neves. *O Corpo, a Saúde e a Doença: o Saber Médico Luso-Brasileiro no Século XVIII*, p. 23.

Universidade o estudo da ciência orientada pelas autoridades e difundida nos tratados. Logo, a intenção não era produzir novos saberes, mas preparar os profissionais qualificados para atuar segundo o conhecimento pré-estabelecido. Além disso, as ciências exatas e naturais eram consideradas secundárias e a discussão escolástica substituída a experimentação.¹⁴

Apesar da relativa abertura dos jesuítas no restante da Europa, propondo conciliar as doutrinas aristotélicas com a ciência nos moldes do cartesianismo, o ensino em Portugal não incorporou tais mudanças. Em 1746, o reitor do Colégio de Artes determinava por meio de um edital a proibição em ensinar e defender as “opiniões recebidas ou inúteis [...] como são as de Renato Descartes, Gassendi, Newton [...] ou quaisquer outras conclusões, opostos ao sistema de Aristóteles”.¹⁵

A orientação do ensino e concepção médicas difundidas em Portugal estavam apoiadas na patologia humoral e na teoria do *pneuma* estabelecida por Aristóteles. Outras concepções da medicina antiga eram difundidas, mas essas duas merecem atenção por serem vistas na concepção médica de João Ferreira da Rosa na produção do seu tratado, analisado neste trabalho. A patologia humoral estava associada à concepção do corpo humano como um microcosmo de uma totalidade correspondente à natureza, ao Universo.

Segundo essa teoria, o corpo era constituído por quatro humores: sangue, fleuma, bile amarela e negra. A saúde do organismo era entendida como harmonia (isonomia) das faculdades — o seco, o frio, o quente, o amargo, o doce, etc. —, e como mistura equilibrada das qualidades dos humores, enquanto a doença era explicada como predomínio (monarkhia) de uma qualidade.¹⁶

Os pré-socráticos acreditavam que o corpo continha dentro de si as qualidades dos quatro elementos da natureza. “No pensamento grego, o corpo era percebido a partir da *physis*, termo que designava tudo aquilo que havia na natureza, incluindo a terra e os homens.”¹⁷ Os médicos da Antiguidade acreditavam que a absorção do *ar corrupto* desequilibrava e degenerava os humores, conseqüentemente, provocava as doenças. A precaução a ser tomada era habitar lugares desprovidos desses ares pútridos. Procurava-se constantemente a harmonia entre os humores, a limpeza do corpo e do habitat.

A medicina grega esteve presente no Brasil colônia desde o século XVI, mediante as contribuições dos jesuítas (considerados os primeiros práticos na arte de curar). As

¹⁴ _____. *O Corpo, a Saúde e a Doença: o Saber Médico Luso-Brasileiro no Século XVIII*, p. 23.

¹⁵ _____. *O Corpo, a Saúde e a Doença: o Saber Médico Luso-Brasileiro no Século XVIII*, p. 25.

¹⁶ ABREU. *O Corpo, a Saúde e a Doença: o Saber Médico Luso-Brasileiro no Século XVIII*, p. 137.

¹⁷ _____. *O Corpo, a Saúde e a Doença: o Saber Médico Luso-Brasileiro no Século XVIII*, p. 137-138.

concepções da medicina antiga podem ser vistas no ensino escolástico¹⁸, que habitou diversas esferas sociais do período medieval e se manteve como tradição na medicina em Portugal.¹⁹

A escolástica estava presente nas concepções médicas que procuravam conciliar a fé cristã com um sistema de pensamento racional, impregnado por teorias estabelecidas pela filosofia grega. Nessa conjuntura se estabeleceu concepção segundo a qual o ar possuía a capacidade de transmitir doenças. É nessa perspectiva que a teoria do *pneuma*²⁰ elaborada por Aristóteles foi bastante difundida no ensino médico em Portugal.

A importância fornecida ao *pneuma* e suas mudanças na vida do organismo, discutida por Aristóteles, é reforçada nas concepções de Galeno que considerava o *pneuma* a essência da vida e defendia os conceitos aristotélicos, aproximando-se dos dogmas da Igreja na sua época. Os pensamentos de Galeno são admitidos durante todo o Renascimento, sendo o *pneuma* considerado a essência da vida, “o corpo é apenas um instrumento da alma”, essas concepções serão admitidas pela Igreja e pelo pensamento escolástico verificados nas doutrinas médicas em Portugal.²¹

De acordo com Rodrigues, as cátedras no plano de ensino nas universidades portuguesas estavam apoiadas na tradição, houve uma resistência em adotar teorias advindas de estudos experimentais, essa permanência nas tradições persistiu inclusive após a reforma da Universidade de Coimbra, empreendida pelo Marquês de Pombal, em 1772.²²

A Inquisição no ano 1536, a perda da independência nacional para a coroa da Espanha, em 1580, as lutas patrióticas de reconquista e a solidificação da monarquia portuguesa foram fenômenos importantes para modificar a dinâmica social do reino. Com tais fenômenos históricos, muitos portugueses deixaram de estagiar e estudar fora para aprofundar seus conhecimentos em centros europeus, além disso, houve restrição de

¹⁸ A escolástica era a principal linha de pensamento seguido pelos médicos portugueses da época, essa concepção orientava um saber baseado no método especulativo-indutivo, contemplativo-descritivo, a observação do paciente e do ambiente possibilitavam a construção de um conhecimento.

¹⁹ MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura*. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011, p. 28.

²⁰ Na Antiguidade, era uma essência espiritual invisível e intangível, de conceituação difícil. Mas, era explicado e entendido a partir de argumentos religiosos e filosóficos.

²¹ CASTIGLIONI, A. *História da Medicina*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1947. Traduzido por R. Laclette do original “History of Medicine”, p.219-220.

²² RODRIGUES. *O ensino da medicina na Universidade de Coimbra século XVI*, p.439.

professores vindos de outras nações, os médicos estrangeiros contratados para o ensino, em sua maioria provinham da Espanha.²³

Ainda em 1671, estabelecia-se por um alvará que os médicos reconciliados pelo Santo Ofício ficavam proibidos de exercerem sua profissão em Portugal, sob pena de morte, e vários deles vieram para o Brasil. Há que se destacar, no entanto, que numerosos profissionais da saúde, sobretudo de origem judaica, foram processados pela Inquisição no Brasil, o que por vezes prejudicou o mundo colonial neste campo.²⁴

Outras circunstâncias sociais que acentuaram o atraso científico em Portugal foram: a expulsão dos médicos judeus no século XVI²⁵; o aumento de graduados pelas universidades espanholas com menos tempo de formação e a multiplicação dos autorizados a exercerem medicina sem habilitações.²⁶

Contudo, Rodrigues acredita que Portugal não estava totalmente isolado dos objetivos de desenvolvimento científico que reverberavam em outros países da Europa durante a Idade Moderna. A autora assevera que a reforma implantada por dom João III após a transferência da universidade de Lisboa para Coimbra e a instituição das cátedras de anatomia e cirurgia, em 1557, o Reino passou por um período de transformações sociais, políticas, culturais e intelectuais. A universidade de Coimbra alcançou, mesmo que a passos lentos, um lugar meritório no movimento renascentista europeu. Embora não tenha acompanhado os maiores feitos médicos do século XVI, Portugal tinha atingido o ponto mais alto da sua evolução científica, sobretudo na área da medicina. A reforma de dom João III permitiu ampliar o número de médicos, assim como de matemáticos e filósofos, que ensinavam um número cada vez maior de estudantes.²⁷

Luiz Carlos Villalta admite que a ideia de “atraso científico” em Portugal não pode ser visto de forma generalizante. O mesmo constatou que, por um lado, prevalecia em Portugal de meados do século XVIII “uma perspectiva escolástica, avessa à experimentação e ao livre-pensamento, no entanto, por outro, inexistia um completo

²³ _____. *O ensino da medicina na Universidade de Coimbra século XVI*, p.437.

²⁴ CALAINHO, Daniela Buono. Norma e práxis na medicina luso-brasileira setecentista. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009, p.4

²⁵ Apresentavam-se como fracção de médicos com maior conhecimento médico, sobretudo, em especialidade cirúrgica. Para mais detalhes, c.f SILVA p. 243.

²⁶ SILVA. *Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911*, p.244.

²⁷ VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (doutorado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999, apud ABREU, Jean Luiz Neves. *O Corpo, a Saúde e a Doença: o Saber Médico Luso-Brasileiro no Século XVIII*, 2006, p.27.

isolamento em relação às transformações ocorridas no Além-Pirineus, de certo modo, o país recebia os ecos da revolução científica”.²⁸

Se por um lado, Portugal não teve uma figura à altura de um Vesálio ou de um Harvey e os principais livros utilizados no curso de medicina fossem os de Hipócrates e Galeno; por outro lado, alguns indícios mostram que os letrados portugueses estavam a par dos avanços da anatomia no restante da Europa.²⁹

As críticas ao ensino impregnado pela tradição da medicina antiga foram recorrentes no século XVIII, resultando na renovação de estudos, chamando atenção para a importância dos estudos anatômicos. Como afirma Ribeiro, Portugal apresentou um cenário médico com um precário sistema de saúde e ensino, mesmo já no século XVIII, resultando no distanciamento de Portugal dos grandes centros europeus, como França e Inglaterra, cujos cursos já evoluíam gradativamente desde o século XVII.³⁰ A autora ressalta que os críticos ilustrados da época, como o médico Ribeiro Sanches, questionaram o grau de atraso e tradicionalismo da medicina portuguesa. Vale notificar que a medicina portuguesa, ainda em finais do século XVIII, dava atenção à articulação do conhecimento médico ao mundo sobrenatural.

Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco

A imagem dos trópicos era vista sob o signo da enfermidade. A colonização não mudou apenas o cenário político e social, mas transformou o quadro intelectual e ideológico na colônia. A medicina luso-brasileira foi acompanhada de peculiaridades existentes nos trópicos, ou seja, o clima, as habitações e a cultura influenciavam diretamente o modo de tratar as doenças e concebê-las no cotidiano. O tratado de João Ferreira da Rosa demonstra uma preocupação médica com o quadro social e sintomático que havia nos trópicos, era preciso a manutenção da saúde dos súditos do Estado Português e dos escravos, de cujos braços provinham à riqueza do Reino.³¹

Rosa nasceu em Grafete, Beira-Baixa (Portugal), morava em Lisboa e tinha se formado na Universidade de Coimbra em 1684. Quando teve conhecimento da epidemia

²⁸ ABREU. *O Corpo, a Saúde e a Doença: o Saber Médico Luso-Brasileiro no Século XVIII*, 2006, apud VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese (doutorado em História) — Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999, p.27.

²⁹ _____. *O Corpo, a Saúde e a Doença: o Saber Médico Luso-Brasileiro no Século XVIII*, p. 27.

³⁰ CALAINHO. *Norma e práxis na medicina luso-brasileira setecentista* apud RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 4.

³¹ Resposta de João Ferreira da Rosa a Carta do governador de Pernambuco Marquês de Montebelo In: MORÃO, ROSA e PIMENTA. *Notícias dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*.

que assolava no Brasil, fez uma petição ao rei de Portugal, D. Pedro II, em 19 de Março de 1687, para que o autorizasse a exercer sua profissão na Capitania de Pernambuco. O seu pedido foi deferido e recebeu a comenda de Santiago, isto é, uma pensão de vinte mil réis e uma ajuda de custo de cinquenta mil réis, todo esse subsídio foi fornecido sob a condição do médico servir por seis anos na colônia.³²

O médico português procurou compreender a procedência, evolução da peste e o melhor tratamento. Registrou que a doença já assolava por sete anos a capitania, desde a sua chegada em 1691.

Foi Vossa Senhoria servido mandar-me fazer uma descrição preservativa do contágio pestilencial que vai correndo seis anos padecem estes povos; comovido do serviço de Deus, e de Sua Majestade, e do bem comum, não atendendo à minha insuficiência; antes levado da própria benignidade, e bem conceito, que ainda dos menos peritos forma, me meteu no número dos que haviam de sair com esta empresa; entendendo poderia de meu limitado cabedal resultar conselho, de que se pudesse colher algum fruto.³³

A epidemia que grassou na capitania, em 1685, ficou conhecida por “mal pestilente” ou “males”, a doença revelou os primeiros indícios da febre amarela no Brasil, embora não houvesse a noção de infecção por via dos mosquitos. As informações que consideram a epidemia de 1685 como o primeiro registro da febre amarela no Brasil segue um trajeto historiográfico permeado por discussões, contando com os comentários de historiadores e até mesmo profissionais da área da saúde.

Primeiramente, é preciso observar que nos anos antecedentes ao século XVII os médicos utilizavam a denominação genérica peste ou pestilência para os diversos males agudos, com caráter epidêmico, que assolavam na sociedade. Eram as epidemias, mas, para os antigos, uma só doença ou até mesmo a denominação hipocrática “constituição”. As epidemias eram consideradas um *mal comum*, pois atingiam toda população ao mesmo tempo, além disso, possuíam também uma *causa comum*, embora oculta, que alteravam o ar, este, considerado um veículo universal para o contágio. Vale notificar que os sintomas característicos da infecção amarílica não existiram na Europa antes da fase dos

³² _____, *Notícias dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, p. 239.

³³ Resposta de João Ferreira da Rosa a Carta do governador de Pernambuco Marquês de Montebelo In: _____, *Notícias dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*.

descobrimientos, a probabilidade de tal epidemia ocorrer em áreas geográficas tropicais era maior.³⁴

O estudo publicado por Eustáquio Duarte, *Orígenes de la Fiebre Amarilla en el Brasil* (1943)³⁵, discorre sobre a provável procedência da primeira epidemia de febre amarela ocorrida na América. A ocorrência da epidemia em Pernambuco mostra o papel do negro como agente disseminador da doença, ressaltando a procedência africana da doença. Duarte questiona o fato da procedência da epidemia ser atribuída ao continente africano, ele acredita que as descrições de Rosa influenciaram as concepções de médicos e historiadores que estudaram a epidemia em épocas posteriores. Rosa apontou que as primeiras vítimas no Recife estavam presentes em um navio chegado da ilha de São Tomé.³⁶

Cronistas e historiadores do Brasil colonial, à frente deles Sebastião de Rocha Pitta³⁷, recolheram do Tratado de Rosa o episódio daquele tanoeiro que adoecera subitamente ao abrir uma barrica de carne podre retirada dos porões da nau negreira, passando a doença aos seus companheiros de trabalho. Desde então, seria a febre amarela incluída na relação dos males de origem africana incorporados à nosografia do Brasil.³⁸

No entanto, as considerações sobre essa procedência foi refutada muitas vezes, Henry Carter³⁹ acreditava que a epidemia não teria se manifestado na capitania a partir das barricadas de carnes podres vindas de São Tomé e desembarcadas no porto do Recife. Nos seus primeiros estudos afirmou que a peste tinha sido introduzida em Pernambuco, especificamente Recife e Olinda, a partir das ilhas de Cabo Verde pela frota de Gomes Freyre de Andrada. A frota deixou Lisboa em princípios de 1685, deteve-se em Cabo Verde e a rota seguiu para o Brasil, durante a viagem muitos homens morreram de uma doença até então desconhecida.⁴⁰

Porém, ao longo de suas pesquisas, Carter acabou refutando essa teoria, chegou a uma forte evidência não histórica, mas convincentemente biológica, de que as terras do

³⁴ DUARTE. *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*- Introdução histórica. In: MORÃO, ROSA e PIMENTA. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil.*, p.175.

³⁵ DUARTE, Eustáquio. *Orígenes de la Fiebre Amarilla em el Brasil*, in *Rev. Argent. De Hist. De la Medicina*, n.3; Buenos Aires, 1943.

³⁶ MORÃO, ROSA e PIMENTA. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, p.176.

³⁷ _____. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil* apud PITTA, S. Rocha. *História das Américas Portuguesas*, Lisboa, 1730, p. 176.

³⁸ MORÃO, ROSA e PIMENTA. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, p.176.

³⁹ CARTER, Henry Rose. *Yellow Fever. An epidemiological and historical study of its place of origin*. Baltimore. The Williams & Wilkins Co. 1931.

⁴⁰ MORÃO, ROSA e PIMENTA. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, p. 190.

oeste africano foram em tempos remotos um lugar de infestação da doença. Esse argumento foi reforçado pela circunstância de que o transmissor *Aedes Aegypti*, estudado por ele mesmo, era um mosquito nativo da África.⁴¹

Carter acreditava que o vírus era originário da África Ocidental. Quando foi feita na América a primeira descrição fidedigna da febre-amarela, já havia tempo suficiente para que ela fôsse transportada da África. O fato da doença ter sido realmente verificada naquele continente depois de ser conhecida na América, êle justificou com uma série de argumentos, tais como: o número reduzido de expedições à África, a pequena colônia européia lá existente, a falta de crônicas daquele tempo, a abundância do impaludismo que poderia ser confundido com a infecção amarilica, e a reação, que êle acreditava ser benigna, do negro em presença do vírus, o que atribuía ao contato de muitas gerações com o agente etiológico. Porém o seu grande argumento de que o *Aedes aegypti*, transmissor da infecção, não era mosquito americano, desvalorizou-se com a descoberta da modalidade silvestre da doença.⁴²

São diferentes descrições e argumentos sobre a procedência e primeiro surto da febre-amarela, mas vale lembrar o fato da chegada dos colonizadores às Antilhas, até então a doença era totalmente desconhecida por eles. Tal fato não ocorreu no Brasil, Odair Franco admite que se houvesse alguma doença com o sintoma da febre-amarela, descrições seriam feitas pelos cronistas da época. “É preciso ressaltar ainda, que a moléstia, com sua dramática sintomatologia, dificilmente teria passado despercebida aos historiadores se ela acometesse os indígenas ou os primeiros colonizadores portugueses”.⁴³

O que caracterizou os *males* em Pernambuco como a primeira epidemia de febre amarela foram as singularidades dos seus sintomas e dias críticos. Rosa descreveu uma dor severa na cabeça que descia até os ossos logo no princípio da enfermidade, tal sintoma distinguia a febre das outras. Outro sinal eram as “águas grossas”, isto é, a urina vermelha e turva que aparecia na fase crescente da doença e quando a febre aumentava, resultando até mesmo no ressecamento das mucosas e sede insaciável. Havia dois sintomas mais intensos na opinião de Rosa: a icterícia e a supressão de urinas, tal supressão foi considerada um sinal mortífero jamais visto em outras febres epidêmicas.⁴⁴

Diante de tantas considerações acerca da procedência da febre-amarela e sintomas característicos, Franco e as discussões historiográficas admitem que a primeira epidemia da

⁴¹ MORÃO, ROSA e PIMENTA. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, p. 195-196.

⁴² FRANCO, Odair. *História da Febre Amarela no Brasil*. Rio de Janeiro: Divisão de Cooperação e Divulgação, Departamento Nacional de Endemias Rurais, Ministério da Saúde, 1969, apud CARTER. *An epidemiological and historical study of its place of origin*, p.7.

⁴³ _____. *História da Febre Amarela no Brasil*, p.9.

⁴⁴ MORÃO, ROSA e PIMENTA. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, p. 185.

doença foi a que irrompeu em Recife, no ano de 1685. “A hipótese mais plausível é a de que o barco tenha vindo de São Tome (África) com escala em São Domingos, nas Antilhas, onde grassava a enfermidade, e de onde foi trazida para o Brasil”.⁴⁵

O *Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco* apresenta uma dedicatória ao El-Rei, com esse registro concluiu-se que a produção do médico foi concluída em 3 de setembro de 1692 e foi impresso em Lisboa no ano de 1694, contendo 224 páginas. Está estruturado da seguinte forma: o início é a licença do Santo Ofício para sua publicação, em seguida tem uma dedicatória ao Rei, um preâmbulo ao leitor, uma notícia do que o levou a produzir a primeira Disputada⁴⁶ do tratado e depois continuar com a segunda e a terceira; a carta em que o Governador de Pernambuco mandou escrever o tratado; a resposta a esta carta; uma carta elogiosa de João Bernardo de Moraes, a quem o autor enviara o livro para censura; o traslado de um juramento do cirurgião Antônio Brebon⁴⁷, uma crítica do autor as técnicas de cura de Brebon, depois dessas informações encontra-se as descrições de Rosa sobre a doença.⁴⁸

O tratado é composto por Disputadas, cada uma dividida em várias Dúvidas, ao longo dessa divisão o autor elabora suas teorias e conhecimentos sobre a epidemia, vale ressaltar que seus princípios e tratamentos médicos se adaptaram às peculiaridades sociais da capitania.⁴⁹ Rosa discorre sobre a doença sempre embasando seus argumentos a partir de conhecimentos repassados por filósofos, historiadores e humanistas, fazendo uso até mesmo das Sagradas Escrituras e alguns Santos.⁵⁰ Uma questão interessante é a língua utilizada para a produção do tratado. Rosa fez todo seu tratado sem o rebuscamento do vocábulo vernáculo, embora suas descrições sejam acompanhadas de muitas discussões eruditas, abordando diversas visões sobre a origem da epidemia.

A primeira Disputada do Tratado possui a seguinte denominação: *Da essência, causas, sinais, prognósticos e precaução*, e está dividida em nove Dúvidas. Elas correspondiam a uma série de indagações e explicações sobre a origem, causa e tratamento da peste. Nessa perspectiva, ressalta os bons hábitos e limpeza do ambiente como medidas de prevenção. São tais as Dúvidas: *Que coisa será esta Constituição? Quais são as causas desta Constituição? Em que*

⁴⁵ FRANCO. *História da Febre Amarela no Brasil*, p.10.

⁴⁶ Primeiros comentários de Rosa sobre o contágio da peste, explicando os sintomas e precauções.

⁴⁷ Antônio Brebon, cirurgião flamengo que havia feito investigações sobre a doença encontrada em um dos navios portugueses que havia atracado em Pernambuco.

⁴⁸ FRANCO. *História da Febre Amarela no Brasil*, p.15.

⁴⁹ DUARTE. *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*. Introdução histórica, p. 137.

⁵⁰ _____. *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*. Introdução histórica p.133.

gênero de causa ofende a qualidade pestilente? Quais são os sinais desta Constituição? Quais os prognósticos desta Constituição? Qual deve ser a precaução desta Constituição, quanto à causa comum? Quais devem ser os remédios para os que ainda não tiveram êste contágio? Quais são as virtudes do óleo de copaíba? Se há algum remédio, simples, infalível, contra a peste.

A segunda Disputada tem o título: *Damos notícia do método com que tratamos esta Constituição pestilencial, assim dos remédios grandes, como regimento, e dos alexifarmacos e atemperantes.* É formada por dez Dúvidas que referem especificamente ao tratamento da peste, com o uso de sangrias e ventosas, descrevendo e explicando o melhor lugar e tempo adequado para aplicação. Eram elas: *Que regimento se deve guardar das coisas não naturais. Se convém sangrar. Se convém sangria no braço, ou no pé. Se convém minorar? De que remédios devemos usar para temperar, proibir podridão, e opugnar qualidade pestilente? Se devemos usar sanguessugas. Se convém aplicar pombos, ou em lugar dêles outros remédios. Se convém aplicar ventosas? Quando se deve aplicar as ventosas, e em que parte? Se se deve usar vesicatórios?*

Na terceira Disputada, com a denominação: *Trata-se dos sintomas mais freqüentes nesta Constituição, dos quais se deve ter grande vigilância, porque muitas vêzes são mais perigosos que a mesma causa.* Composta por oito Dúvidas que tratam de alguns sintomas peculiares à peste, como a dor de cabeça com febre, delírio, sede, náusea e vômito, remetendo às medidas a serem tomadas pelo médico.⁵¹ As oito dúvidas eram: *Que se deve fazer na dor de cabeça, vigia e delírio? Que se deve fazer no sono profundo? Se no letargo convém aplicar ventosas na cabeça. Que devemos fazer na sede e secura da bôca? Que se deve fazer no fastio, náusea, dor, soluço e vômito? Que se fará nos desmaios. Que se deve fazer nas câmaras. Como nos devemos haver nas parótidas?*

Para Rosa a peste foi motivada por três causas: o ar corrompido, a movimentação dos astros e o pecado dos homens. Nessa linha de raciocínio, a ocorrência da doença se inseria em diferentes âmbitos, transformando-os na medida em que os médicos prescreviam os tratamentos. O grande problema da população era o ar corrupto que se respirava, proveniente não só das ruas, como também dos corpos infectados que eram enterrados em covas rasas e nas Igrejas. O médico alertou para o perigo das sepulturas construídas nos templos e aconselhava que a construção dos cemitérios deveriam ficar longe das povoações, evitando a comunicação com os “vapores malignos” e contagiosos.⁵²

⁵¹ DUARTE. *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*, p.137.

⁵² MORÃO, ROSA e PIMENTA. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, p. 241.

Tanto para o médico português, como para maior parte dos médicos de sua época, a causa principal de uma epidemia era comum ou universal, ou seja, a peste que se alastrava em uma comunidade deveria repousar sobre um princípio que fosse comum ou universal. Esse princípio ou veículo seria o ar, onde teriam origem os princípios da doença, como também, era através dele que se propagava a doença. Não havia a alteração da qualidade do ar, mas a contaminação dele através de agentes externos presentes na relação do homem com o seu ambiente. Estes princípios propostos na teoria de Rosa, seja pela corrupção do ar, ou seja, pela corrupção de outros corpos, produziriam não somente a doença, mas também as “sementes de contágio”⁵³, que explicariam a difusão da doença e propagação da mesma por muito mais tempo no ambiente.

O efeito, no ar, da qualidade contagiosa dos astros era “uma improporção a respeito das qualidades manifestas”. E vapores também podiam interferir: vapores putridinosos...das águas de lagos fechados, e imóveis, dos corpos que nas guerras ficam sem sepulturas; poços de muito tempo fechados, e depois abertos; de carnes podres; de frutos corruptos, e de ruins alimentos em tempo de fome”⁵⁴.

Com relação aos cuidados médicos, a sangria era um tratamento que demandava muita atenção. Embora fosse um procedimento altamente eficaz na época, se não administrada com zelo pelos barbeiros e médicos, poderia levar o paciente a óbito. Orientados pelo sistema hipocrático e pelos escritos de Avicena⁵⁵, e outras contribuições da medicina árabe, os médicos lusos estabeleciam uma relação de causa e efeito entre a enfermidade e seus sintomas, diagnosticavam e caracterizavam as doenças de acordo com sua intensidade e os sinais externos que as produziam.⁵⁶

O procedimento tinha em vista a evacuação dos humores danosos que atuavam sobre um ponto específico do corpo. Esse tratamento era utilizado também para conservar os humores estáveis, prevenindo uma enfermidade.⁵⁷

⁵³ A noção de contágio empregada por Rosa é uma releitura e interpretação da teoria das sementes das coisas - feita pelo médico da Santa Inquisição, Cypriano Maroja- proposta pelo médico veronês Girolamo Fracastoro no seu livro *De Contagione* (1546).

⁵⁴ DUARTE. *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*. Introdução histórica, p.151.

⁵⁵ Abou-Ali-Hossein-Ibn-Sina ou Abou-Ali-El- Hossein, autor de vasto repertório anátomo- fisio- cirúrgico conhecido como Canon, conjunto de sete livros do ensino médico durante as centúrias. Também foi comentador neoplatônico da filosofia aristotélica.

⁵⁶ FERREIRA, Gonçalves F.A. *História da Saúde e dos Serviços de Saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1990, p. 149.

⁵⁷ CAIRUS, Henrique Fortuna. Da natureza do homem / Corpus hippocraticum. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 395-430, jul.-out. 1999, no décimo tópico ao décimo quinto há o relato das aplicações de sangria e flebotomia no tratado *Da Natureza do Homem*.

[...] Enquanto se fazem sangrias excitam-se grandes movimentos, e perturbações nos humores, com o que se seguem misturados bons com os maus; logo não se deve sangrar, para evitar este tão grande inconveniente. Respondo que sangramos nos primeiros dias para evitar o aumento da podridão; a respeito do qual se aumenta a malignidade; fazendo este remédio enquanto há forças, e é menos a malignidade, e não se levantam tantas fuligens como depois do movimento.⁵⁸

Quanto às precauções para evitar o contágio, Rosa atenta para o caso de viver em casas não térreas por ser o ar mais líquido e puro; ao sair da casa pela manhã, esfregar os dentes com triaga-magna, e os rústicos que os esfreguem com alhos. Beber a melhor água que houvesse ou usá-la fervida, para que com o fogo ficasse mais pura; e lavar as mãos e a cara com vinagre rosado. “Será a água que se beber, a melhor que houver; e quando não possa ser, se cozerá a que gastarem, para que com o fogo se fique mais pura, fazendo-as mais homogênea”.⁵⁹

Por fim, vale dizer que Rosa ainda admitia a influência das “qualidades ocultas” como causa dos *males*. O médico procurou convencer o governador de Pernambuco que as causas da peste não eram tão simples, ou sumária, era preciso considerar as qualidades celestes e seus influxos na terra.

Justificativas astrológicas da peste

Com a implantação das universidades, na Baixa Idade Média, discutia-se filosofia e os estudos sobre a natureza, além dos estudos sobre as obras aristotélicas. Nesse cenário a astrologia era vista sob a perspectiva de três disciplinas: Matemática, Aritmética e Geometria. Na Matemática, a astrologia era ensinada em conjunto com a astronomia, após o aprendizado dos ensinamentos propedêuticos de Aritmética e Geometria. Já no curso de filosofia natural, a astrologia estava correlacionada aos textos de Física e Cosmologia, logo, nas instituições voltadas para o ensino médico, a astrologia era ensinada como ponto central da prática do físico.⁶⁰

Segundo Tornamira “o Médico tem necessidade de Gramática para saber declarar a entender o que lê... de Dialética para conhecer as causas, e entender a razão das enfermidades para discutí-las, distinguindo o certo do errado e curá-las. Da Retórica, para definir com verdadeiros argumentos o que a ciência trata... Da Arimética, para entender os números das horas, dos dias, dos aumentos e dos críticos... Da Geometria, para saber as qualidades das regiões, e sítios e lugares, e

⁵⁸ MORÃO, ROSA e PIMENTA. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, p. 291.

⁵⁹ MORÃO, ROSA e PIMENTA. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, p. 271.

⁶⁰ PASTORE, Gianriccardo Grassia *Astrologia e Inquisição em Portugal nos séculos XVI e XVII*. 2014. 172 f. Dissertação de Mestrado em História e Filosofia da Ciência- Universidade de Lisboa, Portugal, p.29.

qualidade dos climas e paralelos... Da Música para o compasso do pulso; e porque há muitas doenças que se curam com ela, como mordidas de tarântulas... E finalmente da Astrologia, para saber o movimento dos céus, e influência dos planetas e estrelas fixas, a mutação dos tempos idôneos para saber aplicar suas medicinas e prognosticar o sucesso de seus enfermos”.⁶¹

Em meados do século XVII, o movimento dos astros vigorava como parte das concepções médicas para as justificativas de algumas doenças. Embora a astrologia tenha alcançado seu apogeu entre os séculos XV e XVI, a relação entre astrologia e aristotelismo vigorou nos conhecimentos médicos repassados pelas universidades em Portugal. A teoria aristotélica relatava que o mundo superior (Céu) governava o inferior (Terra), este foi o principal fundamento para que a astrologia se consolidasse como área importante do saber na Europa. A movimentação dos corpos celestes poderia influenciar na natureza, como as marés e estações do ano, isso enfatizava a ideia de que os astros, a natureza e a humanidade interagiam.⁶²

A relação entre o mundo supralunar e mundo sublunar foi tema de indagações em âmbitos educacionais, sobretudo no ensino da medicina e da filosofia na Europa. Nos principais centros de ensino em filosofia poderia ser visto discussões em torno das ideias aristotélicas, como no caso das universidades em Portugal, o Colégio das Artes de Coimbra; o Colégio de Santo Antão de Lisboa; o Colégio de São Paulo, em Braga e a Universidade de Évora.⁶³

[...] outros saberes, herdados dos clássicos, como a filosofia natural e a astrologia, estavam também relacionadas com a formação médica na Universidade de Coimbra. Enquanto a filosofia natural fornecia bases científicas essencialmente teóricas, a astrologia parece ter estado mais intimamente ligada aos aspetos práticos da medicina. No prognóstico e na terapêutica, a influência dos astros era levada sempre em conta.⁶⁴

Os estudos médicos na universidade de Coimbra vinculavam os ensinamentos aristotélicos e hipocráticos. Baseava-se na teoria hipocrático-galênica dos humores e na correspondência entre micro e macrocosmos, isto é, o homem era visto como a união entre o reino do espiritual e do material, composto pelo corpo físico e a alma imaterial. De acordo com João Ferreira da Rosa, “[...] guardam os planetas e astros boas influências

⁶¹ DUARTE. *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*. Introdução histórica, p.132.

⁶² PASTORE, Gianriccardo Grassia. Da astrologia antiga. *Revista Transdisciplinar Logos e Veritas*, v. 01, n. 02, pp. 46-58, 2014, p. 46.

⁶³ PASTORE. *Da astrologia antiga* apud AVALOS, Ana. *As Above, So Below*. Astrology and Inquisition in Seventeenth-Century New Spain. Florença: Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História e Civilização Europeia do Instituto Universitário Europeu, 2007, p.47.

⁶⁴ RODRIGUES. *O ensino da medicina na Universidade de Coimbra no século XVI*, p. 446.

quando estão em certa forma, e figura; e por diversas posições, e ordem sua, e dos corpos sublunares, podem resultar infelizes efeitos, comunicando-se mediante o ar, como entende Zacuto Lusitano [...]”⁶⁵.

Rosa ainda dizia que “no Recife, contudo, não se deveu a nenhum dos dois astros o anúncio dos males, e sim às posições relativas de Mercúrio, da Lua e do Sol na casa de Sagitário”.⁶⁶ O homem era o espelho do Universo e as leis cósmicas governavam a natureza humana. De acordo com Ribeiro, “contendo em si as partes essenciais do universo, o corpo-microcosmo simbolizava a perfeição do Criador. A doença, avessa a ordem desse sistema perfeito de correspondências ocultas, era, portanto, um elemento estranho que devia ser expulso a qualquer preço”⁶⁷.

Acreditava-se que a natureza humana tendia naturalmente a se livrar daquilo que lhe era prejudicial e, por essa razão, a medicina de princípios purgativos era sempre indicada. Praticava-se a sangria em diferentes partes do corpo, variando o lugar de acordo com a origem do mal a ser extirpado, respeitando-se também as estações do ano.⁶⁸

Dessa maneira, o vínculo entre astrologia e medicina foi aceito pela Igreja e difundida por toda Europa medieval e moderna. As observações médicas procuravam notificar como os astros influenciavam de maneira indireta o corpo e a mente. Segundo Ribeiro “[...] Como na maior parte da Europa da Idade Moderna, a atribuição de doenças à influência do sol, da lua, dos raios e das tempestades também foi comum no Brasil colonial”⁶⁹. O requisito para aceitação das práticas astrológicas na medicina era não atingir a ideia de livre-arbítrio, o homem deveria respeitar a imutabilidade dos fenômenos, devendo se adequar a eles. Os religiosos acreditavam que os astros poderiam alterar as funções vitais do organismo, no tratamento e no ambiente no qual o doente estava, mas nunca determinavam o caráter e o intelecto.

A Astrologia Judiciária- que se incumbia do prognóstico dos destinos, enquanto a Astrologia Natural ocupava-se dos tempos- era perfeitamente compatível com a teologia, e não só compatível como consoante. Não foi da teologia, mas da ciência para-racional dum Fracastoro, por exemplo, que sofreu seus primeiros impactos. Alguns anos depois de Rosa ainda Bluteau, pondo em desdém e dúvida, muito embora, o influxo dos astros, nem por isso deixava de incluir na relação de suas

⁶⁵ MORÃO, ROSA e PIMENTA. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, p. 243.

⁶⁶ _____. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, p. 132.

⁶⁷ RIBEIRO. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*, p. 73.

⁶⁸ RIBEIRO. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*, p. 85.

⁶⁹ TREVOR-ROPER, H. R. *Religião, Reforma e transformação social*. Lisboa: Ed. Presença/Martins Fontes, 1972, apud RIBEIRO. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*, p.73.

fontes bibliográficas a *Epitome das notícias astrológicas para a Medicina*, de João da Costa (Lisboa, 1670).⁷⁰

De acordo com Roy Porter e Georges Vigarello, “o corpo era considerado centro do universo, centrando simpatias e explicações astrológicas que vinculavam o ser humano ao meio ambiente. O homem estava sujeito aos reflexos do cosmo e das alterações verificadas no ambiente, sendo assim, a lua influenciava as sangrias, a cura das feridas, o peso dos humores; ela regula a menstruação das mulheres, determina o momento do nascimento, talvez até da morte”.⁷¹

Segundo Abreu, “os preceitos hipocráticos exerceram significativo papel nas teorias médicas acerca das relações entre fatores climáticos e doenças”.⁷² Os preceitos da medicina antiga demonstravam uma preocupação constante com as instalações de moradia, pois o indivíduo poderia contrair tal doença de acordo com o movimento dos ventos e intensidade de calor ou frio. Desse modo, era necessário destacar os tipos e posições de instalações que possuíam suas mazelas e seus recursos específicos:

1. Construções voltadas para o norte (isto é, para o vento quente) e de acordo com o solstício invernal, ou seja, orientadas para o sul. 2. Construções voltadas para o boreal (isto é, para o vento frio) e de acordo com o solstício de verão, ou seja, orientadas para o norte. 3. Construções expostas ao nascer do sol. 4. Construções expostas ao pôr do sol, e que não recebem ventos do leste, mas estão sujeitas lateralmente ao boreal e ao austral.⁷³

Rosa resgata os princípios da medicina antiga contidos na obra *Ares, Águas e Lugares*⁷⁴ quando procura tratar a doença de acordo com as observações dos ventos, do dia, da noite, do calor e do frio. A localização de um povo poderia trazer malefícios à saúde, porém havia a possibilidade de serem remediados através da orientação das construções em função dos ventos e do sol. No que diz respeito à saúde, cabia ao médico reconhecer que cada uma das conjunturas climáticas poderia implicar variações no organismo, como medidas de adequação ao ambiente e precaução de doenças. Elaborava-se uma adequação topológica com limites bem definidos.

⁷⁰ DUARTE. *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*. Introdução histórica, p.133.

⁷¹ CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo: da renascença às luzes*. 4. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2010, p. 447.

⁷² ABREU. *Nos domínios do corpo: o saber medicinal luso brasileiro no século XVIII*, p.132.

⁷³ CAIRUS, 1999 apud JOUANNA, J. HIPPOCRATE. *Airs, eaux, lieux*. Texte établi et traduit par Jacques JOUANNA, Paris, Les Belles Lettres, 1996, p.140-141.

⁷⁴ Esta obra foi escrita por Pólibo discípulo de Hipócrates. Tal obra clássica chama atenção para noções terapêuticas de forma racional sem as interferências dos deuses, e pela primeira vez, a relação entre o meio ambiente e o estado físico e moral do homem é visto sob um ângulo médico e geográfico. HENRIQUE F. Cairus & WILSON A. Ribeiro Jr., *Textos Hipocráticos: do doente, o médico e a doença*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

Deve-se viver em casas não térreas, para ser o ar mais líquido e puro: e sendo as janelas para o setentrião, melhor como afirma Avicena: *Venti, qui sunt meliore, sunt Septentrionales*: e depois destes ventos os orientais, e logo os ocidentais: e os piores, os meridionais. Purifica-se o ar (como fica dito) com fogo e armas, conforme o cabedal de cada um [...].⁷⁵

Logo, a noção de totalidade orgânica ressaltou uma preocupação com os locais de moradia e conservação do ambiente para o equilíbrio do organismo. O médico advertia a preocupação não só com o paciente, mas com todo ambiente, o meio externo era um dos fatores para a corrupção do ar. Além disso, era imprescindível a observação das dietas impróprias, da repetição dos hábitos e alimentação inadequados com o clima e estações do ano.⁷⁶

As medidas de higiene no combate aos *males*

A descoberta e controle dos *males* invadiu também a órbita política e repercutiu na preocupação com as instalações urbanísticas. Desde muito cedo no Reino havia preocupações com as instalações citadinas e ordens para a limpeza das ruas, embora as leis não fossem colocadas em prática, mesmo assim, as *Ordenações Filipinas*, desde 1603, destacavam o planejamento urbano sem adequações e preocupações com medidas sanitárias com as vilas brasileiras; contornos indefinidos das fundações portuguesas demonstravam a falta de rigor, método e providência com condições insalubres.⁷⁷

O livro I, título 68 das *Ordenações Filipinas* diz que:

Não de deverão fazer esterqueiros; esterços ou outros lixos não deverão ser lançados ao redor do muro; não se entupiram os canos da vila nem a servidão das águas; locais deverão ser determinados pelos vereadores da câmara para que, uma vez por mês, lá se esvaziem as esterqueiras [...]; não se consentirão que se lancem na vila bestas, cães, gatos, nem outras coisas sujas de mau cheiro.

As cidades portuguesas eram a extensão dos costumes do período medieval e dos comportamentos vistos no campo. Aqueles que viviam sob uma economia de subsistência no cotidiano rural deveriam se readaptar às condições citadinas. Enquanto estavam no campo, seus próprios excrementos serviam como adubo. Pelo valor utilitário, os dejetos não eram vistos como perniciosos à saúde, outros dejetos descartados não eram acumulados por muito tempo. Os hábitos continuaram os mesmos, sobretudo nos quintais, varandas ou terraços onde se desenrolavam vários costumes trazidos do campo e que

⁷⁵ MORÃO, ROSA e PIMENTA. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, p. 256.

⁷⁶ _____. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*, p.244.

⁷⁷ MIRANDA. *A arte de curar nos tempos da colônia: limites e espaços da cura*, p.486.

permite caracterizar a tessitura social medieval e moderna. O grande problema dessa mudança social foi proveniente das diferenças entre a produção e consumo vistos no campo em comparação com os costumes da cidade. Nas zonas urbanas não era possível a reciclagem e utilização dos excrementos e dos lixos produzidos no cotidiano. Além dos detritos, os excrementos tornaram os ambientes citadinos cada vez mais pútridos.⁷⁸

O ar pútrido instalou-se nas cidades e originou as pestilências no Reino, isso levou os moradores e médicos a estabelecerem uma noção de causa e efeito. O ar como veículo universal continha em si os elementos para a doença e sua difusão. Nos regimentos do século XIV já se apontava a podridão dos dejetos urbanos e corrupção do ar como causa do adoecimento da população. No regimento descrito por D. João I a Évora em 1392 fica claro tal fato: “Porque das sujidades e esterco e coisas podres e nojosas e fumos que se delas fazem nos lugares recrescem muitos danos e dores aos corpos”⁷⁹

A noção de que a decomposição da matéria orgânica poderia ser transmitida pelo contato, causando a alteração dos humores, era bastante difundida no cotidiano e no seio intelectual dos países ocidentais, por isso recomendava-se a quarentena e o enclausuramento dos doentes e dos seus familiares em suas próprias casas. Mas a opção pela quarentena gerava questionamentos, pois se o doente e os moradores da casa permanecem em um mesmo local com o ar pútrido abafado essa moradia se tornava um foco de contaminação permanente na cidade. O resultado dessas observações cotidianas resultou na prática da aeração⁸⁰ dos ambientes, tornando-se uma norma pública, além das orientações para a desinfecção do ambiente com uso de vinagre e perfumes, como os contra aromas. Ainda assim, a casa era marcada com um ramo de alecrim para que ninguém se aproximasse.⁸¹

Os perigos das pestes sempre eram advertidos. Foram criadas medidas emergenciais de combate às epidemias. As câmaras municipais eram responsáveis pelas ordens públicas e privadas, que iam desde a limpeza da frente das casas pelos moradores, quanto pelos locais

⁷⁸ PEREIRA. *Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista*, p. 102.

⁷⁹ _____. *Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista*, p.103.

⁸⁰ Renovação, purificação do ar.

⁸¹ PEREIRA. *Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista*, p. 106.

onde se depositavam os lixos e excrementos. Os locais escolhidos para fazerem as esterqueiras⁸² eram as intermediações nas portas das cidades. Com o aumento da pestilência as câmaras procuravam coibir tal costume.⁸³

O cotidiano da colônia tinha suas singularidades, mas as concepções e valores sociais eram extensões daquelas vistas no Reino, sobretudo quando se fala na transferência de normas de comportamento e saber médico. Como em Lisboa, o transporte dos excrementos, na colônia, era feito ou por escravos domésticos ou por negros de ganho. Os almotacés eram responsáveis pela fiscalização da limpeza pública de Recife, Olinda e Salvador. Desde a Idade Média, as cidades portuguesas contavam com esses funcionários.⁸⁴

Uma *Carta da lei*, publicada em 3 de outubro de 1630, sobre a fiscalização das ruas e os cuidados com a saúde, afirma:

Constando terem sido inventados e descobertos uns pós tão venenosos que do menor contágio deles, igual ou maior que o da peste, ocasionam logo a morte; Sabendo que diferentes pessoas se espalham pelas partes da Europa, com o intuito de semear por ele este veneno, em dano e ódio de bem público; Desejando que a tão grande mal se acuda com a vigilância e cuidado que pede matéria de tanto peso e consideração de que depende o bem e saúde de todo o reino.⁸⁵

Além do almotacé, havia o Provedor-Mor de Saúde. Esta figura pública estava presente na sociedade portuguesa desde o regimento de 27 de setembro de 1526 e exercia atividades públicas com caráter higiênico e sanitário, com a incumbência ainda da fiscalização do porto de Belém e a defesa dos portos do mar.⁸⁶

As medidas de higiene implantadas pelo governador de Pernambuco em 1691, com as indicações médicas de Rosa, procuravam fiscalizar os focos epidêmicos e tratar os *males* orientando os moradores com as medidas de precaução. Na época, acreditavam que os *males* eram difundidos pelos doentes desembarcados no porto e contato com os ares corrompidos que emanavam dos mortos. As principais precauções eram:

[...] E por remédio dos forasteiros que de novo vieram na frota, ou de recôncavo, a estas duas povoações fazer um papel com toda a distinção,

⁸² Terrenos ou áreas urbanas onde eram jogados os dejetos e imundícies. Para maiores detalhes, cf. Pereira, 2005, p.114.

⁸³ _____. *Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativas medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista*, p.114.

⁸⁴ _____. *Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativas medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista*, p. 120.

⁸⁵ BICHO, Francisco Laranja de Castro. *Organização dos Serviços Sanitários em Portugal*. Porto: Tip. da Empresa d'ºO Progresso.1926, p.32.

⁸⁶ _____. *Organização dos Serviços Sanitários em Portugal*. Porto: Tip. da Empresa d'ºO Progresso.1926, p.34.

no qual se declare em primeiro lugar as causas próximas, e que atualmente influem esta pestilencial qualidade, e em segundo o remédio preservativo dela, assim para as pessoas que ainda não padeceram o mal como para as casas em que atualmente adoeceram, e para as covas em que se enterrarem, para a limpeza das ruas, para a queima das roupas, e para tudo o mais que vossa mercê julgar ser conveniente para a prevenção, e remédio futuro, porque estou pronto para o mandar executar, ponderando o peso, e razão em que o dito remédio se deve fundar. Deus Guarde a Vossa Mercê muitos anos, Olinda, 19 de abril de 1691. (a): - O MARQUÊS DE MONTEBELO.⁸⁷

Os títulos dos quatro *Bandos da Saúde* demonstram de maneira parcial as atividades que seriam executadas a mando do Marquês.

1.º Bando: Sôbre o Superintendente de Saúde ter cuidado em tomar a rol a gente do mar, e os doentes irem para o hospital. Para isso, foi construído um hospital no Recife. 2.º Bando: Para se enterrarem os mortos nas Salinas e se fazerem fogueiras em cima das covas. Santo Amaro das Salinas passou a servir como cemitério. 3.º Bando: Sôbre fazerem-se fogueiras, limpeza das casas e ruas; e curas dos doentes e queima das roupas, e outras particularidades. 4.º Bando: Sobre mulheres públicas serem tomadas a rol pelo Superintendente da Saúde, e outros particulares sobre andarem de noite mulheres até as ave-marias somente.⁸⁸

Na carta *Sobre que se dá conta dos bandos de Saúde*⁸⁹, o governador esclarece as funções dos bandos e a situação da colônia. Primeiramente notifica que a doença assolava a praça de Recife e Olinda e que nenhum remédio teria combatido a peste. As povoações eram destituídas de oficiais da Câmara e de almotacés que assistiam em Olinda, tal cidade era pouco limpa e os moradores não estavam atentos à sepultura dos mortos, além de que se enterravam os mortos sem cautela nenhuma nos conventos, por isso buscou ajuda nas orientações de médicos para que apontassem os remédios adequados para a epidemia.

Com esses problemas de dessecação de alagadiços e despejo de imundícies cêdo tivera de se haver o Recife já superpovoado do tempo dos flamengos; cada morador fôra obrigado, na época das chuvas, cobrir a rua com areia em frente de cada prédio, incorrendo em pesadas multas igualmente quem depositasse o lixo dentro do povoado e quem deixasse de varrer a testada de suas casas na via pública. Depois da Restauração nada disso, convinha Montebelo, à “pouca curiosidade dos seus moradores”, mas também porque o almotacé andava sempre ausente, esparecendo em Olinda, e nenhum arremedo de serviço público se exercia nesse particular. Não fosse isso um obstáculo, porém, do mesmo

⁸⁷ Carta do Marquês de Montebelo governador de Pernambuco In: MORÃO, ROSA e PIMENTA. *Notícia dos três primeiros livros em vernáculo sobre a medicina no Brasil*

⁸⁸ FRANCO. *História da Febre Amarela no Brasil*, p. 15.

⁸⁹ DUARTE. *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*. Introdução histórica, p.166.

modo como o Supremo Conselho puzera a limpeza pública a cargo dum “comandeur”, nomeou Montebelo um provedor da saúde.⁹⁰

Subtende-se que a Câmara de Olinda não estava interessada em dispensar recursos para as medidas higiênico-sanitárias no combate da peste, havia um desleixo com os cuidados públicos de higiene na colônia. Isso também era resultado da ausência do almotacé na capitania, responsável pela fiscalização das ruas e verificando a pureza do ar, tal profissional era eleito justamente pela Câmara de Olinda.⁹¹

O governador não entendia a aversão dos moradores de Olinda com o Recife e descrevia que as autoridades da Câmara de Olinda não se compadeciam com a peste que se alastrava por toda capitania. Entre os conflitos e discursos de oposição entre uma povoação e outra, a carta sobre os *Bandos* retrata que:

[...] E capeando com o dito Zelo a grande adversão e não sei se ódio que têm aos moradores do Recife, cuja povoação desejam destruída, e cujo porto pretendem incapacitar, assim para o comércio como para o recolhimento das embarcações e esta senhor pé a causa; porque deram a Vossa Magestade o alvitre de se poder fazer em Olinda nova barra, e para se recolher a ela a mercancia, e o tráfego desta povoação, ponto sobre que escrevo a Vossa Magestade nesta frota uma Carta particular e lhe remeto a planta da barra, e a capacidade do porto.⁹²

Outro ponto de conflito entre Recife e Olinda era a construção da barragem do Varadouro. De acordo com a população de Recife, a procedência da enfermidade era a corrupção do ar e a podridão das águas consumidas, o líquido ingerido era proveniente do rio Beberibe e represados no Varadouro (um dique autorizado pelo D. Pedro II a pedido da Câmara de Olinda). Essa construção acirrou as disputas entre as duas vilas: para a população de Olinda, o contágio provinha de Recife, com uma população imensa que ocupava um pequeno espaço sem condições de higiene adequadas.⁹³

As concepções sobre a causa da epidemia acirravam cada vez mais os ânimos dos moradores, até que uma carta régia ordenava a destruição do tapamento da barragem e assim foram registradas informações sobre a eclosão da doença e suas conseqüências na capitania, a metrópole teve conhecimento de que a epidemia foi causada pelas águas represadas na barragem construída no rio.

⁹⁰ DUARTE. *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*. Introdução histórica., p. 154-155.

⁹¹ ROCHA, Leduar de Assis. *História da medicina em Pernambuco* (séculos XVI, XVII, XVIII). Recife. Arquivo Público Estadual, 1960.

⁹² DUARTE. *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*. Introdução histórica, p.167.

⁹³ ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *Jurisdição e conflitos: aspectos da administração, Pernambuco, século XVII*. Recife: Editora universitária da UFPE, 1997, p.39.

Doença e mortandade dos moradores de Pernambuco, mas especialmente “também dos forasteiros que a êle vão em razão do comércio”. Vê-se da carta régia que a princípio existira ali apenas uma ponte, pois as instruções sobre como se deveriam abrir brechas na muralha para esgotar do paul o “lodo de tão má qualidade como se diz que há” advertiam que, se tanto não bastasse, se teria de “derrubar todo o paredão e fazer-se a ponte de madeira, como dantes havia”.⁹⁴

Embora os confrontos existissem, acompanhados da má vontade da Câmara de Olinda, o Marquês não desistiu de ir em frente com a criação dos *Bandos de Saúde*. As medidas de higiene no combate à peste estabeleceram pesadas multas, prisão e açoites, para os infratores. Foi nomeado Superintendente da Saúde o Capitão Manoel Pinto, que teve quatro auxiliares para o cumprimento das medidas sanitárias pelos bandos, em 1691.⁹⁵ Foi prescrita a limpeza obrigatória das ruas, sendo os moradores responsáveis pela testada⁹⁶ de suas casas e o lixo atirado ao rio. Foram removidas as imundícies que se encontravam nas cloacas junto das casas e praias próximas dos edifícios.

Em cada um dos moradores varreria a testada de suas casas. O lixo seria atirado ao rio e os monturos existentes removidos. Quem não observasse a regra pagaria uma pataca, e o escravo que deixasse o lixo noutra parte seria levado à cadeia “aonde publicamente lhe darão cinquenta açoites e o soltarão depois que o levar”. O Provedor faria rol dos moradores de cada rua, consignando a cada grupo de cinco a obrigação semanal de acende uma fogueira com ervas cheirosas, durante trinta dias. Nos termos exatos da sugestão de Rosa dispõe-se ainda sobre o tratamento a dar aos panos, louças, colchões e esteiras dos doentes dos *males*.⁹⁷

Mesmo que Pernambuco não contasse com um projeto higiênico-sanitário, não se pode desconsiderar os esforços empreendidos pelo governo português, pelo médico João Ferreira da Rosa e pelo governador Marquês de Montebelo no sentido de combater a peste e preservar a saúde da população. Além disso, as medidas de higiene apresentaram os primeiros indícios de uma preocupação com a saúde coletiva, concepções que vão fundamentar o pensamento científico no século XIX.

Conclusão

O *Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco* produzido por João Ferreira da Rosa, a mando do governador Marquês de Montebelo, revela as consequências da peste na esfera médica e social de Pernambuco, como também descreve as primeiras medidas

⁹⁴ DUARTE. *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*. Introdução histórica, p.161.

⁹⁵ _____. *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*. Introdução histórica, p.166.

⁹⁶ Parte anterior das casas, porção de via pública. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/testada/>

⁹⁷ _____. *Tratado único da constituição pestilencial de Pernambuco*. Introdução histórica, p.163.

sanitárias adotadas em 1691, circunscrita pelas disputas políticas entre Recife e Olinda, e as transformações do cotidiano dos moradores. Além de ser uma fonte importante para a compreensão da mentalidade na colônia, o tratado apresenta a primeira descrição nosográfica⁹⁸ sobre o que conhecemos hoje como febre amarela.

O médico tece várias considerações sobre a epidemia e acaba revelando, de acordo com os princípios da medicina antiga, que a medicina é uma arte em que o médico se propõe em analisar não apenas o doente, mas todo o ambiente que o permeia.

Embora não existisse um projeto sanitário e higiênico voltado para saúde coletiva, muitas ordens políticas – como as *Ordenações Filipinas* – preconizavam a intervenção do Estado na fiscalização do cotidiano dos moradores. Vigiar e aplicar leis para evitar a sujeira das ruas eram incumbências de Provedores e Almotacés, cabia à Câmara a aplicação segura dessas normas de comportamento e convivência social.

As medidas sanitárias consolidadas pelo Marquês de Montebelo, contando com o conhecimento de João Ferreira da Rosa, aplicaram uma intervenção geral nos diferentes aspectos de ordem política, econômica e social. Tais medidas foram eficazes enquanto o governador e seus *Bandos de Saúde* trabalhavam rigorosamente na fiscalização das ruas e dos moradores. Com o passar dos anos, as normas aplicadas caíram por terra e os hábitos da população voltaram a ser os mesmos.

Desse modo, o trabalho mostra a dinâmica social no Brasil colônia a partir da ótica do saber médico e como a epidemia interferiu em diversas esferas sociais. O estudo dos *males* abre espaço para novas pesquisas na História da Medicina em Pernambuco, buscando compreender a evolução das doenças, o desenvolvimento de novas concepções sobre as epidemias e até que ponto o tratamento destas foi capaz de transformar e construir novos hábitos na sociedade.

⁹⁸ Representação escrita, descrição ou classificação das doenças.
Disponível em: <http://www.dicio.com.br/nosografia/>

Um cientista alemão a serviço do império lusitano: Wilhelm Ludwig von Eschewege e suas descrições dos naturalistas luso-brasileiros (séculos XVIII e XIX)¹

A german scientist in the services of the portuguese empire. Wilhelm Ludwig von Eschewege and his descriptions of portuguese brazilian naturalists (18th and 19th centuries)

Daniela Casoni Moscato
Doutoranda em História
UFPR/Bolsista CAPES
historiar7@gmail.com

Recebido em: 07/11/2015

Aprovado em: 08/01/2016

RESUMO: Este estudo propôs a busca e a análise das impressões de leituras do mineralogista alemão Wilhelm Ludwig von Eschewege, sobre as obras de letrados luso-brasileiros. Em 1803, Eschewege estabeleceu uma relação duradoura com a Corte Portuguesa e, como funcionário, estruturou importantes contatos com reinóis e coloniais de uma ciência utilitarista. Parte dessa sociabilidade científica foi a leitura de escritos lusitanos, os quais foram representados na memória de viagem *Pluto Brasilienses*. Os escritos desses itinerários permitiram à historiografia estudar o “olhar do estrangeiro” ou “olhar do viajante” sobre temas caros à sociedade colonial e imperial, reforçando, muitas vezes, a representação de que a viagem seria somente uma experiência desses viajantes.

PALAVRAS-CHAVE: Viagem, Leitura, Naturalistas.

ABSTRACT: This study tries to find and analyze the reading impressions of the German Mineralogist Wilhelm Ludwig von Eschewege about the works of Portuguese Brazilian men of letters. In 1803, Eschewege established a long lasting relationship with the Portuguese Crown and, as its employee, structured a network of important contacts among Portuguese subjects of both the Metropolis and the Colonies towards utilitarian science. Part of this scientific sociability was based on his readings of Portuguese writings, which were represented in

1 Este texto é uma pequena parte da pesquisa, em andamento, de doutorado intitulada *Leituras e Viagens no Brasil: a presença dos naturalistas luso-brasileiros setecentistas nas obras de naturalistas estrangeiros oitocentistas*. Alguns debates aqui descritos foram apresentados no 5º Encontro Internacional de História Colonial, em 2014, na cidade de Alagoas. Na ocasião, discutimos os problemas da investigação e recebemos excelentes sugestões; este texto é o resultado desse debate.

his voyage memoir *Pluto Brasilienses*. This itineraries allowed Brazilian historians to study the “foreign gaze” or “traveler gaze” upon Brazilian themes, regarding Colonial and Imperial society in Brazil, reinforcing often the representation that the voyage was only the experience of that particular traveler.

KEY WORDS: Voyage, Reading, Naturalists.

Os livros fazem parte de circuitos de comunicação que funcionam segundo modelos homogêneos, por mais complexos que sejam. Escumando esses circuitos, os historiadores podem mostrar que os livros não se limitam a relatar a história: eles a fazem

Robert Darnton. *O Beijo de Lamourrette, Mídia, Cultura e Revolução*, p. 131

O naturalista alemão a serviço do Império Português

Wilhelm Ludwig von Eschewege (1777-1855), natural do grão-ducado de Hesse, Alemanha, estudou ciências naturais e mineralogia na Universidade de Göttingen, um espaço científico importante nos séculos XVIII e XIX, muito frequentado e visitado por naturalistas de todo globo.²

Em 1803, iniciou uma relação de trabalho duradoura com o Império Português; e, a seu serviço, trabalhou em terras portuguesas e brasileiras. Ao longo de seus anos, como funcionário da coroa portuguesa, Eschewege produziu uma vasta documentação científica, como monografias científicas, artigos em periódicos, relatórios oficiais, diários, desenhos de suas investigações e construções, além de memórias, nas especialidades de mineralogista, naturalista e engenheiro. Essa documentação esclarece sua presença nos estudos dedicados às luzes portuguesas. Em tais investigações, destacam-se os relatos sobre sua estada brasileira, em especial, os trabalhos desenvolvido na Capitania de Minas Gerais e seu envolvimento, como diretor, do projeto de obras do Palácio da Pena, em Sintra.³

Em linhas gerais, os escritos científicos de viagem fortaleceram-se ao longo do século XVIII, refletindo as modificações da chamada História Natural. Entretanto, mesmo em séculos anteriores, já era comum a circulação de informações sobre os muitos deslocamentos pelos cantos do mundo. Um dos resultados desse trânsito por terras e mares foi a escrita de textos ficcionais, guias, notícias, artigos em periódicos e, o que mais aqui interessa, os relatos de viagem. Além de refletirem “mudanças

2 A Universidade de Göttingen mantém remessas científicas de famosas viagens como a do Capitão James Cook, compondo a *Cook-Foster Collection*.

3 A esse respeito, tem-se o artigo “Wilhelm Ludwig von Eschewege (1777-1855), um percurso cultural e artístico entre a Alemanha, o Brasil e Portugal.” In: *Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Faculdade de Letras do Porto, Porto, 2007, p. 385-392.

estéticas e estilos culturais de cada época”, os relatos também se subdividem em : narrativas, memórias, cartas e diários.⁴ Dessa forma, é comum compreender esse *corpus* heterogêneo de textos, científicos ou não, como um gênero literário, que se convencionou classificar como literatura de viagem.

Dos escritos de viagem, este estudo limitou-se a analisar elementos pontuais na memória escrita por Eschewege, intitulada *Pluto Brasilienses*; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais v. 1 e 2, publicadas em Berlim em 1833.⁵ Como bem demonstrou Mary Anne Junqueira, a memória é uma das classificações dos relatos de viagem e, como toda categorização literária, possui particularidades narrativas. Portanto, é essencial compreender que a escrita de uma memória científica tem como objetivo apresentar ao leitor, além das investigações, a experiência vivenciada por seu produtor, que, de certa forma, propõe-se a descrever a “verdade” por ele observada, que ultrapassa, em diversos momentos, as descrições de espécies, bem como suas análises. Mesmo que a memória de viagem não seja uma autobiografia, gênero que atravessou o século XVIII e teve seu apogeu no século XIX, ela possui elementos comuns da escrita de si. Ao se estudar esta e outras produções do gênero, percebe-se que a conceituação de uma escrita de si é pertinente e importante na apreciação dessa tipologia de fonte:

A escrita auto-referencial ou escrita de si integra um conjunto de modalidades do que se convencionou chamar produção de si no mundo moderno ocidental. Essa denominação pode ser bem entendida a partir da ideia de uma relação que se estabeleceu entre o indivíduo moderno e seus documentos. [...] É como se a escrita de si fosse um trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando, através dele, um autor e uma narrativa.⁶

As ações textuais elaboradas por Ângela de Castro Gomes - ordenar, rearranjar e significar – estão descritas no prefácio autoral da primeira edição de *Pluto Brasilienses*. Nele, Eschewege explica ao leitor de que maneira organizou seu escrito. Primeiramente, ordenou a região a ser detalhada em duas categorias: histórica e geológica. Em segundo lugar, e somente após esse rearranjo, expôs, ou significou, os resultados de suas investigações:

4 JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. *Cadernos de Seminários de Pesquisa* / orgs. Mary Anne Junqueira, Stella Maris Scatena Franco. – São Paulo : Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011. p. 45-54.

5 ESCHEWEGE, Wilhelm Ludwig von. *Pluto Brasilienses*; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais v. 1 e 2. Trad. Domicio de Figueiro Murta. São Paulo: Editora Nacional, 1944. Para este artigo, utilizamos a primeira edição brasileira da obra.

6 GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 10-16.

[...] posso assegurar que colhi todas as informações sobre o assunto, no que diz respeito ao Brasil, servindo-me tanto da tradição oral como da escrita. [...]

Na composição desta obra, achei útil seguir uma ordem natural e adequada. Em primeiro lugar, juntei, a cada assunto, uma parte histórica, seguida das observações geológicas feitas até hoje, bem como plantas melhoradas ou projetadas por mim. Em segundo lugar, expus o resultado completo de minhas investigações. [...]

Concluindo, devo observar que este livro já estava pronto há vários anos, à espera de um editor.⁷

O fragmento acima e a acurada análise de Gomes sobre a escrita de si elencam questões relevantes, como a do primeiro parágrafo: “posso assegurar que colhi todas as informações sobre o assunto, no que diz respeito ao Brasil, servindo-me tanto da tradição oral como da escrita” (grifo nosso).

Há algum tempo a historiografia avança diferentes formas de identificar a formação e fortalecimento da chamada História Natural, como sua estreita relação com os Estados Modernos, nos séculos XVIII e XIX, a título de exemplo tem-se as investigações de Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz, Fernando Novaes, Heloisa Gesteira, Iris Kantor, Lorelay Kury, Magnus Roberto de Mello Pereira, Neil Safier, Ronald Raminelli e Willian Joel Simon.⁸ Em recente coleção, intitulada *Ciência e Império*, Pereira⁹ propõe-se a compreender tais relações de poder através da investigação das vidas e carreiras de alguns personagens de destaque no Império português. O primeiro volume foi dedicado a João da Silva Feijó, naturalista luso-brasileiro que correu, a serviço da Coroa, Portugal, África e América Portuguesa. Nesse volume, Pereira apresenta como o período como estudante de Filosofia Natural, na Universidade de Coimbra, moldou e estabeleceu importantes laços entre Feijó, outros luso-brasileiros e figuras de

7 ESCHEWEGE, *Pluto Brasilienses*, p. 23-26

8 CRUZ, A.L.R.B. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. Curitiba, 2004. Tese de Doutorado – UFPR. CRUZ, A. L. R. B. e PERREIRA, M. A História de uma ausência: os colonos cientistas da América portuguesa na Historiografia brasileira. In: FRAGOSO, João (org) *Nas Rotas do Império*. Vitória/Lisboa: Edufes/IICT, 2006. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial. 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1979. KURY, L. ‘Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)’. *História, Ciências, Saúde — Revista Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1):109-29, 2004. RAMINELLI, R. *Víagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

9 PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *João da Silva Feijó: um homem de ciência no antigo Regime Português*. Curitiba: Editora UFPR, 2012. Coleção “Ciência em Império”.

poder como D. Rodrigo de Souza Coutinho (1745-1812), o Conde de Linhares¹⁰. Esses elementos são o pano de fundo, tanto para a análise de sua formação em História Natural, como de sua posição nessa sociabilidade científica, o que é, também, foco deste estudo. Nessa análise precisa, Pereira se ocupa de uma rica documentação: memórias científicas, cartas, periódicos, documentação escolar etc., para apoiar sua proposta, que foi a de compreender a função e ação dessas personagens na relação Ciência e Império. Entretanto, não foi seu objetivo aventar um elemento comum na literatura de viagem e em correspondências de viajantes: as referências a livros e autores.

Após a leitura de diferentes escritos de viagem, percebe-se que tal componente pode auxiliar na apreensão desse momento do estágio amadorístico das ciências, além de apontar para a construção de algumas redes de sociabilidade por meio das citações de autores, obras, academias de ciências e museus. Ao ocupar-se de movimentos, alianças, circulações e conexões, a noção de rede permite perceber que a aceitação de um ato científico e a valorização de determinados centros de investigação se dão também pela aceitação entre os pares. Essa ideia, apurada por Bruno Latour, interpela princípios da ciência moderna, como a racionalidade e objetividade.¹¹

Assim, não interessam, pelo menos neste momento, as investigações científicas ou descrições brasílicas que se encontram na obra de Eschewege, pois este estudo propõe-se a buscar outros naturalistas que são citados em *Pluto Brasilienses*, ou o que ele, no prefácio original, nomeou como “tradição escrita”. Todavia, para tal, há que se considerar outros informes. O primeiro deles é a relação de Eschewege com o Reino de Portugal e Algarves.

Em Portugal, semelhantemente ao que ocorreu nos primeiros centros científicos europeus, as conversas e atualizações iniciaram-se em finais do século XVII e início do século XVIII nas residências

10 D. Rodrigo tem uma biografia riquíssima e complexa, por enquanto é importante esclarecer que exerceu, entre 1795 e 1801, o cargo de ministro e secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos. Para informações mais específicas, indicamos a obra SILVA, Ana Rosa Clochet. *Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2006.

11 A teoria de ator-rede, TAR, tem contribuído com o debate em torno das ciências. De forma concisa, essa noção trata especialmente de preocupações mais contemporâneas, como a relação entre os atores humanos com os atores não-humanos – programas de computadores, redes sociais, comunidades virtuais. No intuito de perceber profundamente essas práticas científicas antigas e atuais, Bruno Latour e outros fundamentam suas hipóteses na crítica de valores da ciência moderna. Desses questionamentos, preocupações específicas nos interessam: indagar sobre confiança na razão científica, compreender como se deu a criação do ato científico, bem como sua aceitação por toda uma comunidade. LATOUR, B. *Reassembling the Social: an introduction to actor-network-theory*. New York: Oxford University Press, 2005. LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro. Editora 34, 1994. 152p.

aristocráticas, que faziam a vez dos famosos salões franceses. Nesses espaços de erudição, grupos elitizados, versados nas ciências, atualizavam-se por preleções e correspondências sobre variados temas para divulgar as ideias ilustradas.¹² Tais círculos de conhecimentos estruturaram um terreno fecundo para a renovação educacional e científica nos anos subsequentes, o chamado período josefino (1750-1777), que não pode ser entendido sem a presença de Sebastião de Carvalho e Mello (1699-1782), ministro dos Negócios de D. José (1714-1777) e futuro Marquês de Pombal.

No século de D. José, a Coroa portuguesa promoveu, em terras lusitanas e em suas extensões imperiais, um processo de inovação educacional e científica que se apresentou dentre outras formas¹³ na constituição de uma elite do conhecimento e na fundação ou reforma de espaços dedicados às ciências, como o Colégio dos Nobres (1761), o Jardim Botânico da Ajuda (1768), a Academia Real da Marinha (1769) a reforma da Universidade de Coimbra (1772), e a Academia Real das Ciências de Lisboa (1779). Cumpre, aqui, observar que essa mudança se deu, também, com o recrutamento de estrangeiros como lentes no Colégio dos Nobres, na Universidade ou para atuarem nas explorações e nas descobertas de riquezas naturais no próprio reino colaborando com a proposta de ciência utilitarista portuguesa. A experiência de deslocamento no mundo europeu e além dele era determinante na formação desses homens de ciência e para a continuidade do trabalho. Assim, a contratação de estrangeiros, fato comum em Portugal e outros locais, permitiu a circulação do conhecimento científico e de homens que se tornavam reconhecidos por seus trabalhos. O caso de Domenico Vandelli (1735-1816) foi exemplar no processo de desenvolvimento das ciências portuguesas.¹⁴ Vindo de Pádua para lecionar no Colégio dos Nobres, função que nunca chegou a assumir, Vandelli foi escolhido por D. José para a implementação do Jardim Botânico da Ajuda, um importante espaço na produção de conhecimento das ciências naturais portuguesas.

A prática de contratação de estrangeiros permaneceu ao longo do século XIX e Eschewege foi empregado pelo reino português. De 1803 a 1809, Eschewege exerceu o cargo de diretor de minas e

12 Tem-se, como exemplo desses círculos de conhecimento, a aristocracia dos Ericeira. CRUZ, A.L.R.B. *Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas: cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica*. Curitiba, 2004.

13 DOMINGUES, A.: 'Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos'. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

14 Vandelli representou um padrão de profissional da ciência utilitarista constituído ao longo do século XVIII, como bem demonstrou Vincenzo Ferrone. FERRONE, V. O Homem de Ciência. VOVELLE, M. (Dir.) *O Homem do Iluminismo*. Trad. Maria Georgina Segurado. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

levantou informações geológicas e paleontológicas sobre técnicas de mineração. Em 1810, o Barão de Eschewege atravessou o Atlântico rumo à América Portuguesa, onde morou até 1821. As reflexões, a seguir, ocupam desses 11 anos, vividos nos trópicos e da obra que escreveu sobre essa experiência.

Observações e leituras sobre os naturalistas luso-brasileiros

Na longa permanência brasileira, Eschewege manteve-se funcionário do reino português, dirigindo o Real Gabinete de Mineralogia, onde desenvolveu pesquisas mineralógicas e manteve contatos com personagens importantes das ciências naturais portuguesas como José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), D. Rodrigo de Sousa Coutinho e Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá (1762-1835), mais conhecido como intendente Câmara.

O período de permanência em terras brasileiras também propiciou a Eschewege, conhecido como “pai da mineralogia no Brasil”, fortalecer suas relações científicas. No Brasil, Eschewege estabeleceu ou fortaleceu intercâmbios científicos com viajantes como Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), Johann Baptiste von Spix (1781-1826), Langsdorf, Guido Tomás Marlière (1767-1836), Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834), John Luccock e Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), e fez de sua residência na antiga Vila Rica “não só um pouso ao longo da viagem, mas especialmente um centro de atualização teórica e troca de informações multidisciplinares”¹⁵.

As pesquisas e viagens realizadas durante esses onze anos foram apresentadas e publicadas em importantes publicações do período¹⁶, algumas quando Eschewege ainda morava na América. Ao retornar à Alemanha, em 1829, compilou, para redigir a obra aqui analisada, informações de diários, anotações e leituras de outros cientistas. A partir desses muitos exercícios de memória, retomada de anotações e leituras de literaturas concomitantes, publicou, após uma longa espera, os dois volumes de *Pluto Brasilienses*¹⁷.

15 “(...) not only an accommodation point during the trips, but, specially a center of teoric actualization and change of multi-disciplines informations.” DOULA, Sheila Maria; SLAIBI, Thaís Helena de Almeida; COSTA, Maria Fernanda de Aguiar. Science and nature for the empire's wealth: the baron Eschewege and the mineralogist's project for Brazil during the XIX century. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, Special Issue, 551-560, May, 2005. p.554.

16 Sobre as obras completas de Eschewege ver RENGER, Friedrich E. O quadro geognóstico do Brasil. De Wilhelm Ludwig von Eschewege: breves comentários à sua visão da geologia no Brasil. *GEONOMOS*, UFMG, 13, 2005. p. 91-95.

17 O título da obra é uma referência aos estudos de James Hutton (1726-1796), naturalista e geólogo escocês que acreditava que todas as rochas teriam sido criadas por meio da atividade vulcânica, daí o nome plutonismo, uma referência ao deus romano Plutão.

Na escrita dessa memória de viagem, apesar da predominância de análises mineralógicas e geológicas, o autor não descartou sua experiência brasileira; entre seus estudos e conclusões, referentes às minas e à geologia, traçou uma espécie de História do Brasil - amparada em decretos e correspondências oficiais - discorreu acerca de costumes brasileiros, detalhou a exploração aurífera na província de Minas Gerais, relatou a escravidão e opinou sobre a política portuguesa, propondo até soluções. Além disso, o mineralogista utilizou-se da escrita de si, um recurso comum aos relatos de viagem, momento no qual o autor especifica desafetos e esclarece maus entendidos, como o curioso caso de uma hospedagem oferecida pela viúva D. Joaquina da Silva Oliveira Castelo Branco:

Desejo tornar pública aqui, a minha gratidão a essa digna senhora e a seus filhos, pela maneira gentil com que, durante semanas, às vezes, me acolheram nas frequentes viagens que fiz àquela região, e pela maior hospitalidade que dispensaram a diversos naturalistas, recomendados por mim. Devo desmentir também um boato que corre a meu respeito, espalhado por alguns viajantes e subscrito por outros. Teria sido contrário à delicadeza dessa digna senhora oferecer a um barão alemão um presente de mil bois e algumas centenas de cavalos e, mais ainda, receber este um tal presente.¹⁸

Grosso modo, os elementos evidenciados - narrar os modos de viagem, traçar uma história local, discorrer sobre os conhecimentos naturais e conferir atenção ao gentio e aos costumes locais - são identificados em outros escritos de viajantes, publicados nas primeiras décadas do século XIX. Auguste de Saint-Hilaire, anteriormente mencionado, e Maximilian zu Wied-Neuwied (1782-1867), são alguns dos autores conhecidos e muito explorados pela historiografia brasileira.

Nessas memórias e diários são identificadas, com muita frequência, menções a outros autores, como as abaixo retiradas da *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817*, de Maximilian Wied-Neuwied.

Avistamos a primeira fisália (Physalis), molusco muito singular. Nota Ver sobre esse molusco a nota do Sr. Tilesius, no volume terceiro da Viagem do Cap. Krusenstern em redor do mundo, edição em alemão, p.1 a 108.¹⁹

O nosso segundo comandante pegou com as mãos, depois de uma rajada de vento, uma andorinha do mar (*Sterna stolida*, Linn.), que, cansada, veio pousar a bordo; vimos também fragatas (*Pelecanus aquilus*, Linn.).²⁰

18 ESCHWEUGE, *Pluto Brasilienses*. 281, vol. 2.

19 WIED-NEUWIED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 e 1817*. Trad. Edgard Süssekind. São Paulo: Editora Nacional, 1940. p. 24.

20 WIED-NEUWIED, *Viagem ao Brasil*. p.24.

O "beija-flor de coleira" (*Trochilus ornatus*) das zonas de leste do Brasil que percorri, parece um tanto diferente do figurado por Audebert e Vieillot; porém duvido sobre se será uma espécie diversa tratando-se talvez de uma variação ligada à idade, muito embora eu sempre tenha observado os mesmos caracteres até nos machos mais velhos. A coleira não é vermelho-bruna, as penas são porém brancas, com as pontas de um belo verde, de modo a formar nos bordos daquela uma orela desta cor.²¹

Maximilian Wied-Neuwied, naturalista e príncipe alemão que viajou pelo Brasil no início do século XIX, citou noventa autores. Somente Carlos Lineu (1703-1778), sueco considerado o criador da nomenclatura binomial e da classificação científica, foi indicado em, aproximadamente, noventa e seis páginas, em algumas com mais de três menções. O príncipe Maximilian não se limitou aos naturalistas ou às expedições científicas, pois, em sua obra há espaços para outros viajantes:

O francês Jean de Lérve o alemão Hans Staden deram-nos, em suas interessantes relações de viagens, uma descrição fidelíssima do estado, dos usos e costumes dos Tupinambás; são tanto mais instrutivas quanto retratam ao mesmo tempo todas as tribos dos índios civilizados que vivem ao longo do litoral, e que os portugueses denominaram "Índios mansos". Southey em sua *History of Brazil*, livro cheio de boas informações, e Beauchamp, em sua *Histoire du Brésil*, obra romanesca, aproveitaram-se dessas fontes. Vasconcellos, em suas *Notícias curiosas do Brasil*(**), divide em duas classes todas as tribos indígenas do Brasil oriental, os civilizados ou domesticados, "índios mansos", e as hordas selvagens, tapuias.²²

Para o leitor desatento, este comentário pode passar despercebido. No entanto, tal detalhe é de suma importância, pois revela uma prática social fundamental na formação do naturalista: a leitura. Sabe-se que a leitura, dificilmente, deixa marcas, mas, felizmente, nessas fontes, elas se encontram e permitem que se investigue o viajante naturalista como um leitor.

Roger Chartier recorda que a leitura é um procedimento de interpretação, pois o leitor, em sua autonomia, produz "usos e significações diferenciados"²³. Tais elementos permitem, igualmente, analisar o leitor como membro do que Chartier nomeou de *comunidades de leitores e tradições de leituras*. Essas duas definições demonstram a necessidade de se reconhecer a diferença entre os "letrados talentosos" e os leitores comuns, pois há discrepâncias "entre as normas e as convenções de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, os usos legítimos do livro,

21 WIED-NEUWIED, *Viagem ao Brasil*. p. 45.

22 WIED-NEUWIED, *Viagem ao Brasil*. p. 36

23 CHARTIER, R. *A Ordem dos Livros: leitores, autores e bibliotecas, na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

as maneiras de ler, os instrumentos e procedimentos da interpretação”²⁴. Nessas diferenças – maneiras de ler e usos do livro –, pode-se identificar os fatores que auxiliaram na composição de determinados grupos, comunidades e, no caso deste texto, de sociabilidades científicas no século XIX:

[...] as redes de práticas e as regras de leituras próprias às diversas comunidades de leitores (espirituais, intelectuais, profissionais, etc.) [que compõem] uma primeira tarefa para se chegar a uma história da leitura preocupada em compreender, nas suas diferenças, a figura paradigmática desse leitor que é um furtivo caçador.²⁵

De maneira a articular tal reflexão e no limite deste artigo, seguiremos por dois vieses: no primeiro, identificar-se-á o escrito como veículo de uma apresentação das ciências portuguesas dos séculos XVIII e XIX, no segundo, serão acurados os usos de leituras, citações e apropriações. Tais elementos e as suas situações e as suas práticas permitiram identificar de que forma os naturalistas luso-brasileiros são representados nesse documento. Nesse sentido, Roger Chartier e Pierre Bourdieu lembram-nos como o discurso construído sobre o representado não se limita apenas a imagem que dele se constrói; a representação do outro igualmente produz lutas na construção do mundo social.²⁶

Constataram-se, nos dois volumes do *Plutos Brasilienses*, aproximadamente, vinte e seis autores, dos quais: dezessete são europeus – seis alemães, quatro ingleses, dois italianos, um francês, um austríaco e quatro não identificados –; seis luso-brasileiros; e três obras, cuja autoria não se verificou até o momento. Convém reforçar que esta análise restringe-se às representações dos luso-brasileiros.

O projeto de ilustração portuguesa visava preservar e prosperar, por meio da ciência o Reino e seus domínios ultramarinos. Esse planejamento contou, durante as políticas de Marquês de Pombal, Martinho de Melo e Castro (1716-1795) e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, com coloniais formados pela Universidade de Coimbra. Esses súditos da coroa lusitana participaram da criação

24 CHARTIER, *A ordem do livro*, p. 13.

25 CHARTIER, *A ordem dos livros*, p. 14.

26 Sobre o conceito de representação, concordamos com os muitos debates de Roger Chartier, citamos o que o autor realizou no texto *Defesa e ilustração na noção de representação*: “o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social [...]” CHARTIER, Roger. *Defesa e ilustração da noção de representação*. *Fronteiras*. Dourados. MS. Vol. 13, n. 24, p.15-29. Jul/dez. 2011. _____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. 11(5),1991.

de instituições científicas portuguesas – como os Jardins Botânicos de Lisboa e Coimbra – e, fora de Portugal, de viagens exploratórias e científicas – também conhecidas como viagens filosóficas – pelo Brasil, Angola, Moçambique, Goa, Cabo Verde, Cabo da Boa Esperança, sempre a serviço da monarquia. Na colônia americana, pelo menos oficialmente, foram os primeiros a inventariar a natureza, as potencialidades econômicas, as comunidades indígenas e outros temas. Essa situação se modificou após 1808, com a vinda da família real para a América e, logo em seguida, com a abertura dos portos para as nações amigas. Datado de 28 de janeiro de 1808, o decreto aumentou o fluxo de viagens filosóficas realizadas por naturalistas estrangeiros.

José Bonifácio de Andrada e Silva e Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá são alguns desses naturalistas, e ambos foram representados por Eschewege, em *Pluto Brasilienses*, ora no formato de citações de obras ou classificações científicas, presentes nos paratextos - como notas de rodapé -, ora no corpo textual central, por meio de fragmentos, como o apresentado abaixo:

Da grande variedade de cor e de cristalização que possuem os diamantes brasileiros não posso dar aos leitores uma boa ideia, senão reproduzindo aqui a descrição, por mim publicada no segundo volume do "Jornal do Brasil", dos diamantes do Real Gabinete de Mineralogia do Rio de Janeiro, registrados por Câmara, descritos e classificados por mim.²⁷

Ao se conferir, rapidamente, a passagem, percebe-se possibilidades de abordagens teóricas e de enfoques temáticos diferenciados. A primeira delas seria baseada na descrição mineralógica dos diamantes: “Da grande variedade de cor e de cristalização que possuem os diamantes brasileiros não posso dar aos leitores uma boa ideia, senão reproduzindo aqui a descrição”. De maneira rasa, essa curta citação permite, entre outras, a aplicação da abordagem clássica de análise dessa tipologia de fonte, segundo a qual, os elementos escritos são compreendidos como uma representação do viajante em comparação com o modelo de seu local de origem. Entretanto, o pequeno trecho evidencia outros elementos que são caros para a análise aqui proposta, como o esclarecimento de estudos já publicados pelo mineralogista- especificamente no *Jornal do Brasil*, em 1811-1817 – e a menção ao naturalista luso-brasileiro Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá. Tornar complexa essas duas informações – o texto *Jornal do Brasil* e ao naturalista Câmara - foi essencial na busca e apreensão da presença de naturalistas luso-brasileiros na obra *Pluto Brasilienses*.

27 ESCHeweGE, *Pluto Brasilienses...* 226, vol. 2.

O leitor Eschewege e as representações dos luso-brasileiros em *Pluto Brasilienses*

Não há dúvida de que cada relato de viagem é único. Assim, há necessidade de se considerar o viajante e suas experiências possíveis de averiguação, como a formação científica e estabelecimento de redes de sociabilidade. A melhor forma para se compreender um material escrito sobre viagem é considerar a “descrição como uma interpretação que visa valorizar o lugar de enunciação do autor do relato”²⁸. Entretanto, é importante acrescentar que as escritas de viagem, especificamente de um mesmo período histórico, utilizam recursos comuns para a narração do itinerário. Em análise precisa, Flora Süssekind define-os como *topoi* da literatura de viagem: “as tempestades, as cenas de chegada a lugares desconhecidos, as descrições de paisagens e tipos exóticos, os difíceis percursos por terra ou por mar [...]”²⁹.

O texto de Eschewege não foge dessas convenções e o mineralogista, ao descrever essa experiência única, usa de sua subjetividade e caracteres comuns de um gênero literário complexo, muito escrito e lido.

Um dos lugares comuns desse gênero é a valorização da experiência física e da observação do viajante como forma de aquisição de conhecimento. Eschewege, ao pormenorizar sua investigação durante a estada no Brasil, reconta a viagem como uma aventura rumo a rincões desconhecidos e perigosos. A aventura, o desconhecido e o viajante - como desbravador desses lugares - eram representações comuns nas obras desses indivíduos: o viajante é aquele que “vê” e tem seu aprendizado realizado por meio da experiência:

Como as rochas do Brasil são ainda pouco conhecidas e quase nada esclareça a exploração de minas, não se pode afirmar coisa alguma com segurança. Limitar-me-ei, pois, ao que pude conhecer através de observações e pesquisas que eu próprio fiz, no decorrer de onze anos de permanência nas regiões auríferas. Somente essa longa permanência e as contínuas e repetidas viagens puderam esclarecer-me sobre a questão. De fato, até então ninguém oferecera indicações a

28 FRANCO, Stella Maris Scatema. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. *Cadernos de Seminários de Pesquisa* / orgs. Mary Anne Junqueira, Stella Maris Scatena Franco. – São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo / Humanitas, 2011. v. 2. p.68.

29 SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador e a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.p. 58.

respeito. A pobre técnica mineira e a completa ignorância dos mineiros no que se refere aos conhecimentos geológicos, muito menos o poderiam dar.³⁰

A experiência aventuresca da viagem, e nesse caso uma aventura científica, não excluía a busca de informações em outras descrições, como aponta parte da citação que destaca o intendente Câmara. Ao se observar, criteriosamente, esses relatos, identificou-se que argumentos e recursos outros tornavam tais descrições “confiáveis”, como citar e discutir diferentes autores. Dessa forma, os naturalistas, os quais produziram esse gênero literário, podem ser percebidos além do olhar e da experiência presencial: eram tanto viajantes quanto leitores de relatos de viagem e de literatura científica conexa.

Já se apontou que, em *Pluto Brasilienses*, foram identificados fragmentos de leituras de outros naturalistas viajantes - presentes ora no corpo textual, ora nas notas de rodapé. Estes apresentam elogios aos amigos, críticas acerca de análises anteriores e são, corriqueiramente, usados como apoio à narrativa escrita sobre o que o viajante viu. Enfim, os relatos de viagem do século XIX, embora sejam baseados na necessidade de comprovar a experiência presencial, não descartaram o diálogo com os olhares de outros. Tal comunicação é mais usual entre contemporâneos, como o caso da referência a Carl Friedrich Philipp von Martius e a Johann Baptiste von Spix no texto de Eschewege: “Segundo meu modo de pensar, trata-se de turmalinito friável, contendo manganês. O sr. Zinchen julga-a óxido de ferro manganésífero, enquanto von Spix e von Martius a consideram minério de manganês acinzentado, semelhante ao turmalinito”³¹.

Entre os citados, encontrou-se viajantes naturalistas que estiveram no Brasil entre 1808 e 1822 – botânicos, mineralogistas, geógrafos, etnólogos, etc. -, pesquisando o clima, os minerais, a fauna, a flora e outras características brasileiras. Muitos, igualmente, publicaram seus estudos nesse mesmo período. A quantificação dessas referências, permitirá a continuação dessa pesquisa e pretende averiguar quem estava sendo lido e citado, como levantar hipóteses de valorização de determinados centros científicos em detrimento de outros.

Todavia, neste artigo, a atenção se põe sobre os luso-brasileiros encontrados nesse levantamento, os quais, a serviço do Império Português, também estreitavam laços com a cultura científica internacional, como ocorreu com Câmara e José Bonifácio que, privilegiados por bolsas de

30 ESCHEWEGE, *Plutos Brasilienses*. p. 276.

31 ESCHEWEGE, *Pluto Brasilienses*. p. 12.

estudos do governo português, viajaram por países europeus entre 1790 e 1800. Nesta longa “viagem filosófica”, Bonifácio permaneceu um período longo na Alemanha, onde teve aulas de filosofia com Emmanuel Kant (1724-1804) e se tornou amigo e correspondente de Alexander von Humboldt (1769-1859):

A importância dessa viagem para a formação de José Bonifácio e para sua inserção nos círculos ilustrados do período é perceptível ainda por sua aceitação como sócio em várias academias científicas, como por exemplo as de Estocolmo, Copenhague, Turim e Berlim, e a da Sociedade de História Natural e Filomática, de Paris, e a de Física e História Natural, de Gênova.³²

Não se constatou, até o momento da pesquisa, se Eschewege e José Bonifácio tiveram seu primeiro contato no período em que o luso-brasileiro esteve em terras alemãs. Pode-se afirmar, entretanto, que ambos eram amigos e correspondentes de Humboldt e que Bonifácio foi seu chefe em Portugal, entre 1803 e 1810. Tal relação científica continuou durante sua permanência no Brasil e após seu retorno à Alemanha, como demonstrou Friedrich E. Renger em seus estudos sobre o mineralogista.

A trajetória científica de Eschewege e sua relação com o Império Português podem explicar as citações de nomes e obras em *Pluto Brasilienses*. O alemão Humboldt, que percorreu a América espanhola entre 1799 e 1804, é mencionado quatro vezes, enquanto que Carl Friedrich Phillipp von Martius e Johann Baptiste von Spix, seus hóspedes em Minas Gerais, dezessete.

Em relação aos luso-brasileiros, seis são identificados: João da Silva Feijó (1760-1824), Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), José Bonifácio de Andrada e Silva, Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá e José Vieira Couto (1752-1827). Cumpre observar, aqui, que todos frequentaram a Universidade Coimbra e somente Rocha Pita foi aluno antes da mudança dos estatutos, ocorrida em 1772, no reinado de D. José I (1714-1777) e conduzida por Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal (1699-1782).

Até o momento, pode-se afirmar a predileção do autor por naturalistas europeus, oriundos de locais em destaque no mundo científico setecentista e oitocentista, como França e Alemanha. Tal fato não poderia ser diferente, pois foram também nesses territórios que a comunidade científica se proliferou em espaços como salões, cafés e associações autônomas, principalmente, na França, onde foi criada a primeira *Académie*. O naturalista alemão seguia regras específicas do universo científico do final

32 CAVALCANTE, Berenice. *José Bonifácio: razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 47.

do XVIII e início do XIX. Nesse espaço em construção, existia uma estrutura de pesquisa “que obedecia ao princípio hierárquico da importância e da influência de centros individuais, uma espécie de pirâmide que sancionava na verdade o primado e o prestígio das grandes academias estatais de França, Inglaterra, Prússia, Rússia e Suécia”³³.

O tema das ciências portuguesas e seus representantes é introduzido pelo naturalista alemão no intertítulo *Resumo da Legislação de Minas*, no primeiro volume:

Não se descobrira, pois, um meio de aumentar a produção e este foi o motivo por que, no espaço de 30 anos, não expediu o governo nenhuma lei sobre a matéria. Só mais tarde, quando Andrada e Câmara regressaram de suas viagens de estudos mineralógicos na Europa, é que apareceu o Alvará de 13 de maio de 1803.

Ambos verificaram perfeitamente que a decadência da mineração do ouro e dos diamantes devia ser atribuída à ambição dos mineiros e à legislação inadequada. Foram encarregados da elaboração de uma lei, que regulasse a exploração desses minerais. Assim, apareceu o citado Alvará, que proibiu formalmente a circulação do ouro em pó em lugar da moeda, e ordenou o estabelecimento de uma Casa de Moeda em Minas, assim como a criação de uma Junta Geral e de várias juntas territoriais, nas províncias. Reduziu o quinto à metade e levantou a proibição de lavrar nas terras diamantinas, sendo os diamantes pagos nas Juntas de Fazenda, ou pelos comissários das Casas de Permuta. Esse longo Alvará era teoricamente benéfico. Seus autores, porém, desconhecendo as vicissitudes da mineração no Brasil, para a qual haviam redigido a lei, não conseguiram que a mesma fosse posta em vigor. Só leis posteriores, que perfilharam este ou aquele princípio, obtiveram aplicação.³⁴

O debate sobre o Alvará de 13 de maio de 1803³⁵ estreia um discurso que, ao longo da obra, se repete e tem como eixo central apresentar os naturalistas luso-brasileiros como amadores, assim como a ciência e a administração portuguesa, em comparação a outros centros europeus. O projeto, que é atribuído a Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá e teve apoio de nomes como Alexandre Rodrigues Ferreira e José Bonifácio de Andrada e Silva, determinou, em linhas gerais, uma nova política para a administração das minas do Brasil, como a redução do

33 FERRONE, V. O Homem de Ciência. VOVELLE, Michel. “O homem do Iluminismo”. Lisboa: editorial presença, 1997. p. 164.

34 ESCHEWEGE, *Pluto Brasileenses*. p. 211.

35 ARQUIVO NACIONAL. *Projeto de um alvará que estabelece a junta administrativa de mineração e moedagem em Minas Gerais*. Fundo Diversos Códices, código 807, v. 4, f. 54-69, s.d. Sobre o tema e o documento FIGUERÓA, Silvia F. de M. Ciência/mineralogia, mineração. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v.163, n. 416, p.287-293, jul./set. 2002.

quinto, a criação de novos órgãos e a proibição de circulação do ouro em pó. No extrato acima, o funcionário alemão lembra o leitor que os autores do documento desconheciam “as vicissitudes locais”, embora ambos fossem coloniais e, no caso de Câmara, nascido na Capitania de Minas Gerais, em família com fortuna e posses ligadas às minas de ouro.³⁶

Dos seis luso-brasileiros, Câmara foi o mais mencionado, totalizando quinze citações. Seus conterrâneos, por outro lado, tiveram as seguintes indicações: Vieira Couto, cinco, e o restante, Alexandre Rodrigues Ferreira, José Bonifácio de Andrada e Silva e Rocha Pita, uma citação cada. A tabela abaixo ilustra e detalha essas informações:

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Pluto Brasilienses; memórias sobre as riquezas do Brasil em ouro, diamantes e outros minerais v. 1 e 2					
Ano da viagem: 1810 a 1821					
Ano da publicação da obra: 1833					
Autor	País de nascimento/ Especialidade ou formação acadêmica	Informação relevante	Período no Brasil	Local da referência no texto	Obra citada/Total de citações
Rocha Pita (1660-1738) (historiador Rocha Pita)	Luso-brasileiro/ Direito			Texto:122	Sem referência Total:1
José Bonifácio Andrada (1763-1838) (Andrada)	Luso-brasileiro/ Direito, Filosofia, Mineralogia , Metalurgia	Funcionários do Império português no mesmo período e correspondentes		Texto: 211	Sem referência Total:1
Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar e Sá (1763-1835)	Luso-brasileiro Direito, Mineralogia	Funcionários do Império português no mesmo período		Texto: 211, 222, 226, 346, 347,348 425 424, 441, 442, 443.	Sem referência Total: 15

36 VARELA, Alex Gonçalves. A trajetória do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara em sua “fase europeia” (1783-1800). *Revista Tempo*. UFF, 23. (2007). p. 153.

(Câmara)				Nota: 346,352, 353, 354	
Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815)	Luso-Brasileiro Direito, Filosofia e Matemática			Texto: 311	Jornal <i>O Patriota</i> Total:01
João da Silva Feijó (1760-1824)	Luso- Brasileiro Filosofia e Matemática			Texto: 313 e 314	Sem referência Total:02
José Vieira Couto (1752-1827). (Dr. Couto)	Luso- Brasileiro/ Filosofia e Matemática			Texto: 162, 264/266, 274,312	Sem referência Total: 05
Nomes mais referenciados: John Mawe, Spix e Martius					
Total de autores citados: 26					

O Intendente Câmara teve trajetória científica semelhante à de José Bonifácio, ambos pessoalizaram o homem de ciência setecentista: eram funcionários do Estado, com todas as benesses de tal posição social. Estudantes na Universidade de Coimbra, os dois naturalistas participaram da chamada geração de 1790, a qual era composta por ilustrados lusitanos, coloniais e reinóis, a serviço do projeto pragmático e utilitarista da ciência portuguesa.³⁷ Alunos de Vandelli, praticaram o novo conceito de ciência ensinado pelo professor paduano em suas aulas de Filosofia Natural. A nova ciência deveria ser prática e usada para o progresso dos reinos. Alex Ventura lembra que o utilitarismo não era uma característica da ciência portuguesa, mas um elemento central da História Natural no Setecentos. O autor recorda como o “conhecimento da natureza estava diretamente relacionado à política fomentista do governo mariano e joanino”. Vandelli e seus discípulos seguiam, de tal modo, “as ciências naturais modernas de perfil baconiano” que “em sua essência, pressupunham a utilidade e bem-estar dos homens.” A história

37 Para uma compreensão mais profunda do tema e das figuras da geração de 1790, indicamos o texto clássico Autor: MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, Piratas e Outros Malandros. Ensaios Tropicais*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1ª edição, 1999, p. 157-207.

natural, para Bacon, “era uma forma de investigação destinada a registrar o conhecimento do mundo para o uso e aperfeiçoamento da humanidade”³⁸.

No Brasil, Câmara foi Intendente Geral das Minas na Capitania de Minas Gerais e Serro do Frio, função importante no projeto administração central do Império Português, arquitetado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

O destaque de Câmara, na administração portuguesa, não passou despercebido e o mineralogista alemão dedicou, aproximadamente, noventa e seis páginas do segundo volume aos possíveis lapsos dos empreendimentos de Câmara, como a fundação da Usina de Ferro de Serro Frio, em Minas Gerais, recontada na seção *Real Fábrica de Ferro do Morro de Pilar, na província de Minas Gerais*:

Como ficou dito páginas atrás, o muito conhecido mineralogista Manoel Ferreira da Câmara resolveu construir, às expensas do Rei, uma grande fábrica de ferro em Minas Gerais, para o que não lhe faltaram nem poder, nem dinheiro, pois obteve ambas as cousas do Governo, que lhe permitiu usar do primeiro e retirar o segundo na Caixa da Administração Diamantina. (...) Somente após a construção de um alto forno, um forno de refino e de um malho, é que Câmara se convenceu intimamente de que a água só bastava para estas três instalações, e isso mesmo no tempo das águas, conforme eu já lhe chamara a atenção, por ocasião de minha visita em 1811. Como, porém, para grande prejuízo da Administração, ele perseverasse teimosamente no seu projeto, teve a ideia de trazer a água para os outros fornos projetados de um córrego afastado, por meio de um difícil canal de uma milha de extensão, projeto esse que, aliás, não foi realizado.³⁹

Câmara aparece como privilegiado pela Coroa, com todo o tempo e financiamento necessários para a realização de seus projetos injustificáveis. Não cabe, aqui, julgar se a crítica do alemão se faz correta. O relevante, nesse episódio, é a maneira como Eschewege apresentou Câmara - já analisado, aqui, como figura do homem naturalista oitocentista que seguia o modelo da Europa além-Pirineus - e suas investidas científicas. Toda a formação e especialização do luso-brasileiro, como suas monografias publicadas sobre o tema, não são suficientes para o leitor e, nesse caso, observador.

Outras figuras das ciências lusitanas têm suas análises igualmente negatizadas e suas ações e pesquisas consideradas questionáveis:

38 VARELA, *A trajetória do ilustrado*. p. 154-156.

39 VARELA, *A trajetória do ilustrado*, p. 346-348.

Nessa oportunidade, o dr. Couto também examinou o vieiro de galena, acompanhado de um certo José Soares Roma, antigo fornecedor de mantimentos aos garimpeiros e conhecedor de todas as sendas dos contrabandistas de pedras no sertão.

Por intermédio do dr. Couto — que, depois de cinco dias de viagem, descobriu incompletas. Essas informações podiam ser lidas num manuscrito elegantemente encadernado, que ele apresentou ao Príncipe Regente, em 1808. A persistente ideia de que o grande Brasil devia ser tão grande e rico em tudo, como o era em ouro, não se abalou no espírito do Ministro D. Rodrigo, então Conde de Linhares, com a descrição do dr. Couto, que reduziu uma montanha de chumbo à simples proporção de um vieiro.⁴⁰

O dr. Couto, acima citado, é o brasileiro José Vieira Couto, oriundo de Arraial do Tejuco. Cria da Universidade de Coimbra, viajou, em 1799, pelo norte da capitania de Minas Gerais, para investigar os recursos minerais da região e, sobre esta expedição, escreveu a obra *Memórias sobre a Capitania de Minas Gerais*, de 1801. Em *Memória*, de Eschewege, as identificações de Couto são questionadas e menosprezadas: o letrado demora para descobrir o veio de metal, o vieiro, deixa informações incompletas e, finalmente, reduz “uma montanha de chumbo à simples proporção de um vieiro”⁴¹.

Os trechos mencionados e algumas correlações levantam as seguintes questões: os fragmentos, presentes na obra de Eschewege e exemplificados neste texto, comprovam uma exclusão dos cientistas luso-brasileiros? De que forma essas memórias científicas foram fulcrais e apropriadas por uma rede acadêmica que se estabelecia no início do século XIX? Esses são apenas alguns dos reptos ainda a serem vencidos.

À maneira de conclusão

A amostra de autores e livros remete não apenas a leituras particulares, mas a um perfil de textos lidos, em uma determinada época, por uma particular comunidade de leitores, a saber: os viajantes oitocentistas que percorreram o Brasil, representados, aqui, por Wilhelm Ludwig von Eschewege. Tal grupo, além de ler, provavelmente, atuou, singularmente, nas interpretações e apropriações dos discursos e das práticas de seu tempo histórico. É importante destacar que tais naturalistas— em suas especificidades territoriais e áreas de conhecimento — participaram, recusaram ou adotaram processos de uma “operação científica”. Os livros e periódicos podem até não terem sido lidos, mas o fato de estarem lá, ou não estarem, os tornam autoridade científica e não um escrito

40 ESCHEWEGE, *Pluto Brasilienses*, p. 274.

41 ESCHEWEGE, *Pluto Brasilienses*. p. 264.

qualquer. Os dados levantados, por meio das citações das obras mencionadas, comprovam a circulação dos resultados das pesquisas científicas:

A ideia da circulação do conhecimento é um dos pressupostos da ciência moderna. Desde os séculos XVII e XVIII, em linhas gerais, deseja-se um conhecimento que seja aberto. Isto é, forja-se um modelo de conhecimento que se pretende comunicar com o mundo, que circula pelo mundo. Não se trata mais de uma produção fechada, enclausurada nas bibliotecas dos mosteiros ou nos laboratórios dos alquimistas.⁴²

A propagação das ideias científicas recriadas no XIX em parte, pelas inovações científicas, conectou-se com a escrita e a leitura. As impressões de monografias, manuais, relatórios, diários e relatos de viagem comprovam que os resultados científicos circulavam entre Academias de Ciências, Museus, Jardins Botânicos do mundo ocidental e, igualmente, pelo próprio livro. A leitura, nessa relação, foi um fator facilitador no trânsito do conhecimento.

No caso de Eschewege, as referências às obras dos luso-brasileiros ainda são incipientes, pois o autor se preocupou muito mais em descrever as ações profissionais desses brasileiros, como a usina errada de Manuel Ferreira da Câmara, do que aventar uma leitura de suas pesquisas. Eschewege deixou o debate científico e elogios para seus contemporâneos como o caso de Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptiste von Spix, ambos citados em dezessete páginas do texto central e em três notas de rodapé. Além disso, também evidencia, amiúde, determinados espaços científicos quando menciona seus representantes, como o mineralogista inglês John Mawe (1764-1829) referenciado em dez páginas e seis notas de rodapé. As menções a esses autores são geralmente acompanhadas por dissertações científicas, como o da composição de determinadas rochas, também poderia incluir a citação de outros membros dessa comunidade; uma prática que fortalecia a representação científica de Eschewege:

Spix e v. Martius dizem a respeito, na primeira parte, p. 411, de sua obra. Consideram a tapanhoacanga como estratificação de hematita subordinada à formação de arenitos, opinião essa a que foram induzidos pelo senhor von Wagner, que examinou os minerais trazidos por eles do Brasil, emitindo juízos geológicos resultantes do exame feito (1ª parte das *Viagens...*).⁴³

42 FIGUEIREDO, B.G.; SOUZA, G. de. Os dilemas da História social das ciências no Brasil: as artes de curar no início do século XIX. In: KURY, L.; GESTEIRA, H. (orgs.) *Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 47.

43 ESCHEWEGE, *Pluto Brasilienses*, p. 302.

Finalmente, cumpre observar como o fortalecimento das ciências, a edificação de espaços e comunidades científicas e o papel dos Impérios nesses processos moldaram ou determinaram como o leitor Eschewege articulou e selecionou as obras dos naturalistas luso-brasileiros para a composição de seu próprio relato. Entretanto, essa tarefa demanda mais tempo e leitura das obras citadas, mas conseguiu-se, até o momento, pensar na formação de uma rede de trocas de conhecimentos, assim como, na construção de uma comunidade de leitores.

O estudo apresentado limitou-se à localização de pistas que apontassem para as representações dos luso-brasileiros na obra analisada. Estas demonstraram que a formação de uma rede de conhecimentos e de uma comunidade de leitores das narrativas científicas foi algo mais complexo e atrelado, entre outras questões, com os projetos políticos voltados à exploração naturalista. Andrada, Câmara, Couto constituem o modelo da ciência pragmática e utilitarista portuguesa; Eschewege também, quando contratado para ser funcionário da Coroa Portuguesa, mas este não tinha elementos fundamentais que o tornasse membro dessa elite letrada: não era um súdito, era um funcionário. Talvez, esse elemento, dentre outros, explique um pouco das intrigas plantadas em seu texto, mas isso estaria nas esferas das suposições.

Por hora, essa investigação permite afirmar que, na obra em questão, o perfil de textos citados e lidos segue a valorização de centros científicos europeus além-Pirineus. Incipientemente, pode-se aventar que esses escritos compõem as partes dessa rede científica, a qual se construía ao longo dos séculos XVIII e XIX. Nesse processo, os atos de ler e de citar demonstram que as literaturas de viagens não foram somente constituídas pelas descrições dos lugares visitados, amparadas apenas pelo olhar do aventureiro. Na escrita da viagem, percebe-se informações que apontam para a valorização da cultura científica de determinados centros científicos europeus, em detrimento de outros. Além disso, esse gênero literário destoa da clássica representação de que a viagem seria, somente, o viajante.

O espírito Gorceix: história e memória do projeto científico da Escola de Minas de Ouro Preto

The Gorceix spirit: history and memory of the scientific project of the *Escola de Minas de Ouro Preto*

Deise Simões Rodrigues

Doutoranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

dsrdeise@gmail.com

Recebido em: 28/10/2015

Aprovado em: 20/01/2016

RESUMO: Através dos significados dados ao projeto científico de seu fundador Claude-Henri Gorceix, esse artigo apresenta a história e memória da Escola de Minas de Ouro Preto. O projeto científico pode ser identificado na construção discursiva “espírito Gorceix”. A expressão percorre os estudos históricos sobre a instituição de ensino, sendo fontes desse artigo: alguns discursos de memórias, homenagens de ex-alunos e professores da instituição. Esses textos associam o legado da formação europeia de Gorceix, as propostas pedagógicas e de ciência com seus aspectos biográficos e perfis profissionais. Portanto, o “espírito Gorceix” funciona como um princípio norteador da análise interpretativa. Argumenta-se ainda que o “espírito Gorceix” perpetuou uma dinâmica social da memória celebrada nas comemorações da Escola de Minas e no culto a seu fundador.

PALAVRAS-CHAVE: Escola de Minas, Gorceix, Projeto Científico.

ABSTRACT: Through meanings given to the scientific project of its founder Claude-Henri Gorceix, this paper presents the history and memory of the Escola de Minas de Ouro Preto. The project can be identified in the discursive construction “Gorceix spirit”. This expression appears in historical studies of the educational institution, which are sources of this paper: some memory and honors speeches of former students and professors of the institution. These texts associate the legacy of European education of Gorceix, his pedagogical proposals and science with biographical aspects as well as his professional profiles. Thus, the “Gorceix spirit” works like a guiding principle of the interpretative analysis. It is argued yet that the “Gorceix spirit” perpetuates a social dynamic of the memory that takes place in celebrations of the Escola de Minas and in the cult of his founder.

KEYWORDS: School of Mines, Gorceix, Scientific Project.

A história da Escola de Minas de Ouro Preto situa-se em meio a leis, emendas e projetos científicos¹ cultivados ao longo do Império brasileiro e, mais tarde, apoiados pelo imperador Dom Pedro II. Desde seus primeiros anos, o governo imperial no Brasil manifestou interesse na fundação de escolas técnicas “especialmente para o preparo da mocidade brasileira em química, exploração de minas, mineralogia, geologia e metalúrgica”². Um marco dessa tessitura histórica é o Decreto de 1832, que aprovava a criação de um estabelecimento de ensino mineralógico e metalúrgico.³

Anteriormente, o deputado Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá apresentou a Emenda em prol da instauração da “academia montanística⁴, docimática e mais doutrinas de metalurgia”⁵, em 18 de outubro de 1823. Mas o cumprimento dessas leis deu-se somente décadas depois, quando em 1876, a convite do imperador brasileiro, o francês Claude-Henri Gorceix encarregou-se da realização de um plano longamente acalentado pelo governo imperial.

Antes de aceitar a proposta de Dom Pedro II para organizar no Brasil os estudos de geologia e mineralogia, Gorceix atuou como professor agregado na Escola Superior Normal de Paris.⁶ Formou-se bacharel em ciências físicas e matemáticas na mesma instituição de ensino, reconhecida por receber os melhores estudantes dos liceus, oferecendo uma formação gratuita e conceituada.⁷ Henri Gorceix teve excelente formação em física, sendo aluno de Alfred des Cloiseaux⁸, um dos pioneiros da disciplina posteriormente denominada petrologia⁹. Já o

¹Este artigo que trata especificamente do projeto científico vigorado por Claude-Henri Gorceix é um desdobramento de minha dissertação de mestrado - *Cum mente et malleo*: a ciência na escrita de Claude-Henri Gorceix. Nela, discuti a concepção de ciência de Gorceix através de sua escrita epistolar das cartas que o mesmo enviou a Dom Pedro II. Ver: RODRIGUES, Deise Simões. *Cum mente et malleo*: a ciência na escrita de Claude-Henri Gorceix. Orientadora: Dra. Virgínia Albuquerque de Castro Buarque. Dissertação (Mestrado em História). UFOP, Mariana, 2010.

² Professor Claude-Henri Gorceix. REM: *Revista da Escola de Minas*, ano 1, n.3, p.76-84, abril. 1936. p.78.

³ LOPES, Francisco. *A Escola de Minas (1876-1966)*. Ouro Preto: Oficinas Gráficas, 1966, p.10.

⁴ Pode-se dizer que a montanística é o equivalente a atual Engenharia de Minas. Cf. FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. Ciência e tecnologia no Brasil Imperial: Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 21, n.34, p.437-455, jul. 2005. p.448.

⁵ LOPES. *A Escola de Minas (1876-1966)*, p.8.

⁶ LIMA, Margarida Rosa de. *D. Pedro II e Gorceix*: a fundação da Escola de Minas de Ouro Preto. Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1977, p.23-25.

⁷ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.22.

⁸ Alfred Louis Olivier des Cloiseaux (1817-1897) mineralogista francês. Lecionou mineralogia no Museu de História Natural e pertenceu à Academia de Ciências de Paris. FERREIRA, Moacyr Costa. *Dicionário de inventos e inventores*. 2ed. São Paulo: Edicon, 1994, p.165.

⁹ Petrologia ou ciência das rochas teve seu processo de especialização disciplinar iniciado a partir de 1851. Tal conhecimento insere-se nos campos da mineralogia e geologia, uma vez que as rochas possuem ao mesmo tempo corpos geológicos e associações minerais. Procedo ao estudo da composição química das rochas e de sua gênese. LOEWINSON-LESSING, F.Y. *A historical survey of petrology*. Edinburgh: Great Britain, 1954, p.1-7.

conhecimento em geologia deveu-se a cientistas como André Fouquet¹⁰, Aquile Delesse¹¹ e Auguste Daubrée¹². Durante seu período de formação, Gorceix participou de uma expedição na Itália, onde promoveu explorações no campo da física mineral, bem como na Grécia, onde integrou a Escola Francesa de Atenas, dedicando-se ao estudo dos vulcões. Em poucas palavras, ele trouxe para a Escola de Minas o que de melhor havia na ciência europeia do momento.¹³

Alguns estudos sobre a Escola de Minas conferem um recorte particularizado ao conhecimento científico de Gorceix. O geólogo Messias Gilmar de Menezes representou Gorceix como um dos primeiros expoentes de um saber emergente na virada do século XVIII para o XIX - a mineralogia. Até então, essa disciplina diluía-se no abrangente ramo da história natural, com seu movimento pendular entre as viagens de campo para coleta das espécies e os trabalhos nos laboratórios de museus científicos.¹⁴ Face, porém, às demandas da indústria moderna, a mineralogia ganhou autonomia e espaço institucional, ocorrendo a criação da Escola Real de Minas em Paris em 1783.¹⁵ A mineralogia (ou ainda a geografia física ou geografia mineral, denominações coincidentes na época) correspondia então ao que se entende hoje por ciências da terra, mantendo uma forte relação com a química¹⁶: “os mineralogistas iam para os laboratórios e procuravam analisar quimicamente os minerais para descobrir sua natureza”¹⁷.

Em relação aos referenciais teóricos de Gorceix, existem associações a mais de uma tradição científica. O memorialista Miguel Arrojado Lisboa¹⁸ dizia que o pensamento do primeiro

¹⁰ Ferdinand André Fouquet (1828 -1904) geólogo e mineralogista francês. Estudou os produtos voláteis das erupções vulcânicas, demonstrou a existência de chamas nas crateras durante o período eruptivo e investigou a formação dos principais tipos de crateras. FERREIRA. *Dicionário de inventos e inventores*, p.179.

¹¹ Aquile Ernest Oscar Joseph Delesse (1817- 1881), geólogo e mineralogista francês. Foi membro da Academia de Ciências e se dedicou ao metamorfismo das rochas; estudou o fenômeno da pseudomorfose e evidenciou a ação das águas termais sobre as rochas . FERREIRA. *Dicionário de inventos e inventores*, p.163.

¹²Fouquet, Delesse e Daubrée foram alguns dos cientistas que desafiaram o pensamento geológico francês dominado pelo neptunismo de Werner e a teoria das crateras. CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. 2ed., Belo Horizonte: UFMG, 2002, p.49. O cientista alemão Abraham Gottlob Werner (Wehrau, 1750- Freiburg, 1817) foi professor de mineralogia e autor da teoria werneriana sobre os fenômenos verificados na crosta terrestre, além de ter sido o primeiro a distinguir a geologia da mineralogia. FERREIRA, *Dicionário de inventos e inventores*, p.286.

¹³ CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.47-49.

¹⁴ MENEZES, Messias Gilmar de. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto, no crepúsculo do Império*. Orientador: Pedro Wagner Gonçalves. Tese (Doutorado em Geociências) - UNICAMP, Instituto de Geociências, Campinas, 2005, p.52-53.

¹⁵ CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.64.

¹⁶ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.23.

¹⁷ MENEZES. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto*, p.53.

¹⁸ Miguel Arrojado Lisboa (1872-1932) foi um geólogo, engenheiro civil e de minas, formou-se pela Escola de Minas de Ouro Preto em 1894. Atuou como o primeiro inspetor da Inspeção de Obras contra as secas (IOCS). Nessa instituição promoveu importantes estudos científicos sobre o Nordeste brasileiro. Sobre sua atuação no IOCS ver: SANTOS, Cláudia Penha dos. *As comissões científicas da Inspeção de Obras Contra as Secas na gestão de Miguel Arrojado*

diretor da Escola de Minas portaria um viés eminentemente cartesiano, “devido a sua preocupação com a clareza, a racionalidade, o exame de fatos, a ausência de preconceitos científicos”¹⁹. Messias Menezes recuperou o pronunciamento de Gorceix de feições baconianas:

A metáfora “melhores livros de sua biblioteca” foi largamente empregada desde o Renascimento em combate à tradição da autoridade escrita preconizada pela Escolástica. Esse rápido comentário não só ajuda a aclarar a ciência empírica, como já sugere certa filiação baconiana. Ora, isso é absolutamente coerente com a síntese geológica que reúne os procedimentos taxonômicos típicos da História Natural e o esforço químico. [...] A ciência preconizada tanto por Bacon quanto por Gorceix iguala verdade e utilidade.²⁰

Estas interpretações ligam a ciência de Gorceix aos modelos hegemônicos de Descartes e Bacon, relacionados aos ideais de legitimidade da ciência expressos nos fundamentos matemáticos, racionais e experimentais. Tais modelos não são necessariamente excludentes em Gorceix, que apresentou na sua travessia intelectual uma formação científica vasta. Gorceix combinava o exame dos fatos com a clareza de raciocínio, a imaginação com a comprovação, os objetos da natureza com os do mundo humano.²¹ Neste sentido, ao fazer sua história do pensamento científico da Europa moderna, Paolo Rossi enfatizou:

[...] mediante a pesquisa histórica jamais, no passado, são descobertos estudos monoparadigmáticos ou épocas caracterizadas, como as pessoas, por um único rosto; que o diálogo crítico entre teorias, tradições científicas, imagens da ciência foi sempre (tal como continua sendo) contínuo e insistente; que a ciência do século XVII, junto e ao mesmo tempo, foi paracelsiana, cartesiana, baconiana e lebniziana; que modelos não mecanicistas agiram com força também em lugares impensáveis; que o surgimento de problemas e de possíveis domínios de pesquisa está firmemente ligado a discussões que têm a ver com as várias filosofias e metafísicas; que a figura do *cientista* emerge em tempos e de formas diversas em cada setor particular da pesquisa, considerado que em alguns casos (como na matemática e na astronomia) há referência a tradições antiquíssimas, em outros procura-se fazer emergir do passado tradições específicas a que referir-se, em outros ainda se insiste no caráter novo ou alternativo da própria atividade cognitiva e experimental.²²

A ciência moderna foi concebida em uma temporalidade diversa, na qual coexistiram perspectivas que hoje parecem pertencer a universos culturais totalmente inconciliáveis entre si.

Ribeiro Lisboa (1909-1912). Orientadora: Dra. Magali Romero Sá. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003.

¹⁹ LISBOA, Miguel Arrojado Apud, CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.96. LISBOA. *Apud*, MENEZES. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto*, p.52.

²⁰ MENEZES. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto*, p.121.

²¹ Cf. RODRIGUES, Deise Simões. A ciência de Gorceix: uma produção histórica do conhecimento da natureza. *Revista Tempos Históricos*, v. 15, p. 83-116, 2011.

²² ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Trad. Antônio Angonese. São Paulo: EDUSC, 2001, p.20-21.

Mesmo Gorceix, indissociável dos estudos de campo e dos interesses da indústria, não se define em uma imagem monolítica da concepção de ciência.²³

A formação europeia de Gorceix e sua passagem na Escola Normal de Paris fornecem algumas respostas para o entendimento dessa concepção ampla de ciência. Os cursos superiores na França, no período considerado, abrangiam três anos: um dedicado exclusivamente às letras, enquanto os outros dois voltados às ciências físicas e matemáticas. Foi esse o modelo curricular do Instituto Superior de Paris, de cujos bancos saíram nomes de grande significância nos estudos humanistas, literários, filosóficos, políticos tanto quanto nos conhecimentos das ciências físicas e matemáticas.²⁴

O currículo de ensino reforça a ideia de que os diferentes saberes coexistiam na formação do homem culto, fosse ele um cientista, um letrado ou um filósofo.²⁵ Nomes consagrados como Henri Bergson e Victor Cousin²⁶ no campo das humanidades vieram dessa instituição, assim como Louis Pasteur, eternizado pelas contribuições na biologia. Nesse momento, a comunidade científica ainda se arvorava à posse de conhecimentos amplos, não totalmente delimitados em suas especialidades, numa conjuntura em que nenhum deles havia se sobressaído de forma a excluir os demais.²⁷

O “espírito Gorceix”

Na obra *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*, José Murilo de Carvalho, declarou ser consenso entre os estudiosos que, ao longo de várias décadas, a Escola de Minas foi “Gorceix [...] tanto pela organização que lhe deu, como, sobretudo, pelo espírito que lhe imprimiu”²⁸. Sem surpresas, todo o pesquisador que debruçar sobre a bibliografia disponível acerca da instituição vai deparar-se com uma expressão que reaparece nas mais diversas modalidades discursivas²⁹ – o “espírito Gorceix”.

²³ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.25.

²⁴ _____. *Cum mente et malleo*, p.27.

²⁵ _____. *Cum mente et malleo*, p.27.

²⁶ O pensamento de Cousin (1792-1867) é ligado ao debate que remete aos naturalistas e espiritualistas, ecletismo que o faria mais tarde desenvolver os fundamentos da moralidade. A corrente espiritualista francesa inclui além de Victor Cousin, Maine de Biran, Laromiguère e Jules Simon que é citado por Gorceix nas cartas ao imperador. Com base nas ideias de Cousin o grande historiador Guizot (1787-1874) preparava as leis que reorganizariam a educação francesa. Em suma, Gorceix faria sua graduação na Escola Normal reformada sob as ideias de Victor Cousin. LUZIRIAGA, Lourenço. *História da educação pública*. Trad. Luiz Damasco Penna. São Paulo: Cia Editorial Nacional, 1959, p.60-63.

²⁷ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.27.

²⁸ CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.47.

²⁹ Tais como capítulos de livros, artigos de revistas, discursos etc.

Ex-aluno da Escola de Minas, prefaciando a obra da historiadora Margarida Rosa de Lima, Cássio Damázio³⁰ clamou:

Revela finalmente, para todos os ex-alunos, para todos os seus atuais e futuros jovens alunos, que a razão da <<Escola não ter perdido seu caráter>>, e o motivo das nossas espontâneas e presentes, lealdade e assistência à mesma, e a certeza que temos de que os seus gloriosos primeiros cem anos serão continuados nos séculos futuros que agora se iniciam, estão condensados num fator subjetivo mas agora completamente desvendado: a forte e permanente presença do espírito do seu Fundador, - O ESPÍRITO DE GORCEIX!³¹

O “espírito Gorceix” representaria um estilo específico, pelo qual a Escola de Minas impactou a sociedade brasileira com avanços na economia e na ciência, de maneira até então inédita: “Não apenas venceu, como criou um estilo e um padrão de trabalho próprios, produzindo, como nenhuma outra instituição, um impacto na vida social, econômica e científica do país [...]”³².

Em que consistiria esse “espírito Gorceix”? E qual sua importância para o entendimento do projeto científico de Gorceix? Essa expressão contém uma variedade de significados que não se fragmentam em facetas isoladas. Ao contrário, sua densidade semântica demonstra como os estudiosos da história da Escola de Minas conceberam as propostas pedagógicas e de ciência norteadoras das primeiras décadas de existência da instituição de ensino com a trajetória biográfica e cultural de seu fundador, Claude-Henri Gorceix. O “espírito Gorceix” consiste numa identidade institucional da Escola de Minas e um princípio norteador das leituras de textos produzidos tanto por Gorceix quanto elaborados sobre ele.³³

Numa abordagem de história econômica, estudos apontaram o impacto da Escola de Minas na indústria siderúrgica.³⁴ Os argumentos relacionam à instituição com um projeto de nação destinado ao progresso e à civilização. Projeto realizado graças ao voluntarismo político do imperador Dom Pedro II, tutor da Escola e grande amigo de Gorceix. Nesses estudos as ciências naturais marcariam o “espírito Gorceix”, a concepção de ciência e identidade da Escola de Minas, vista como precursora neste tipo de ensino.³⁵

³⁰ Cássio Elísio de Figueiredo Damázio formou-se na turma de 1943 da Escola de Minas, ocupou cargos em grandes empresas de engenharia e atuou como membro diretor da Fundação Gorceix e do Clube de Engenharia na década de 60. Cf. LOPES. *A Escola de Minas (1876-1966)*, p.367.

³¹ Cf. LIMA. *D. Pedro II e Gorceix*, p.18.

³² BARROS, Geraldo Mendes. *A Escola de Minas e a siderurgia*. Ouro Preto: Fundação Gorceix, 1985, p.24.

³³ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.19.

³⁴ BARROS. *A Escola de Minas e a siderurgia*.

³⁵ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.21.

A diretriz mestra do “espírito Gorceix” apontava para o estudo minucioso das riquezas minerais da província mineira. Era preciso um levantamento das minas e das pequenas fábricas de ferro em atividade, apontando a indústria siderúrgica como uma das principais fontes de riqueza do país, em um futuro próximo.³⁶ Sob essa ótica, Gorceix tinha a intenção de transformar a Escola de Minas “num centro de pesquisa geológica e do progresso da mineração, máxima da indústria do ferro”³⁷.

Referente as primeiras décadas do século XIX, aquele antigo projeto educacional foi reconfigurado sob premissas técnicas, apoiadas na prática de laboratório, no domínio dos saberes relativos à extração mineral e à indústria:

Admitia-se, na Província de Minas Gerais, que participar da construção da nação passava pela educação, que trouxesse “conhecimentos úteis” necessários para o desenvolvimento das minas. Estava iniciado o processo de construção de uma imagem que procurava mostrar que as minas não só foram importantes para o país, deveriam ser exibidas como riqueza que projetaria a nação a um futuro promissor, com potencial de vir a ser participante do grupo de nações civilizadas.³⁸

A criação de academias de ciência era necessário para a constituição de um corpo consultivo de *experts*. Profissionais preparados para avaliar projetos e, portanto, atuar no desenvolvimento de setores importantes do Reino: econômico, social, demográfico, sanitário e, sobretudo, as questões de armamento. Com base nessa argumentação, instituições civis e militares seriam abertas para a transmissão do saber científico e técnico.³⁹ Concepção herdada do “século das Luzes, os cientistas respondiam, sobretudo à demanda por uma ciência útil, de um saber capaz de trazer respostas técnicas a problemas práticos”⁴⁰.

Ensinar geologia implicava em promover intervenções diretas em favor do desenvolvimento do Estado nacional brasileiro, como, por exemplo, a elaboração da carta geológica da província de Minas Gerais.⁴¹ Daí, emergiu um aspecto singular do “espírito Gorceix”: o trabalho científico do professor deveria influenciar o ensino por ele ministrado.⁴² A

³⁶ BARROS. *A Escola de Minas e a siderurgia*, p.26-29.

³⁷ _____. *A Escola de Minas e a siderurgia*, p.26.

³⁸ MENEZES. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto*, p.47.

³⁹ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.40.

⁴⁰ MENEZES. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto*, p. 54.

⁴¹ _____. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto*, p.126.

⁴² _____. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto*, p.112.

preocupação em traduzir os conhecimentos científicos em políticas de dinamização da produção econômica brasileira, sobretudo mineira foi uma importante faceta do “espírito Gorceix”.⁴³

Associada ao “espírito Gorceix”, essa atenção ao desenvolvimento econômico atendia aos interesses da Coroa brasileira.⁴⁴ Não casualmente, o imperador já houvera indagado a Auguste Daubrée, diretor da Escola de Minas de Paris, sobre os meios mais recomendáveis para obtenção de um conhecimento acerca do solo brasileiro, que viabilizasse a exploração de suas riquezas minerais. Fora Daubrée, aliás, que indicara Henri Gorceix como o cientista de perfil para a fundação da Escola de Minas no Brasil.⁴⁵

Em relação à prática científica de Gorceix, as pesquisas *in loco* reconstituíam o processo de formação de minerais e a configuração topográfica de uma região. Isto implicaria numa historicização da constituição geológica da Terra, e não apenas num simples coletar de espécies ou dados.⁴⁶ Nas suas recomendações às excursões geológicas, dirigidas aos alunos da Escola de Minas, Gorceix incluía o registro de todos os dados cabíveis sobre o estado das explorações minerais e da indústria, nas mais diversas áreas do conhecimento. Antes mesmo da viagem, caberia uma preparação meticulosa, baseada na leitura de obras sobre a região e sua história natural (livros muitas vezes raros, devido ao pequeno número de volumes impressos). Para isso, os estudantes contavam com a abastada biblioteca da Escola de Minas, que adquiriu no decorrer da administração de Gorceix cerca de 300 volumes, incluindo a coletânea de Jean Monlevade⁴⁷, bem como do engenheiro Fernando Halfede⁴⁸, além de manter a assinatura de diversos periódicos, tais como *Les Comptes Rendus de L'Academie de Sciences de France*, *Le Bulletin de L'Industrie Mundiale*, a *Revue Universelle de Mines*, os *Annales de l'École Nationale Supérieure*, boletins e outras publicações das sociedades de geologia, mineralogia e geografia da França, entre outras

⁴³ CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.132.

⁴⁴ A visão de uma educação científica voltada para o desenvolvimento econômico esteve presente em diversas instituições científicas e culturais no Brasil Oitocentista. Para um desdobramento da questão ver especialmente duas coletâneas: DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. (Org.). *Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)*. v. 1. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001 e MARINHO, Pedro et al. (Org.). *Formas do Império: ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil, séculos XVI ao XIX*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

⁴⁵ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.40.

⁴⁶ MENEZES. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto*, p.54.

⁴⁷ Jean Antonie Félix Dissandes de Monlevade, de nacionalidade francesa, chega ao Brasil em 1817, aos 28 anos. Estabelece moradia em Minas Gerais, adquirindo sesmarias e construindo sua própria forja catalã para a produção de ferro, que futuramente dará origem ao que hoje é a cidade de João Monlevade no estado de Minas Gerais. TELLES, Pedro C. da Silva. *A História da Engenharia no Brasil*. Rio de Janeiro: Livros Tec. Cient, 1984.

⁴⁸ Fernando Halfede, também engenheiro. Nascido em Honover, Alemanha, adotou a nacionalidade brasileira e fixou-se no Brasil por volta de 1835, como engenheiro-chefe na província de Minas Gerais. TELLES, Pedro C. da Silva. *A História da Engenharia no Brasil*.

instituições científicas da América do Norte, do Sul e do Brasil, como as edições do Observatório e do Museu Nacional.⁴⁹

De posse das informações procedentes dessas leituras, os alunos iniciariam o percurso de um determinado território, realizando pesquisas de campo, com levantamento das informações verbais, através de conversas com “homens práticos e inteligentes do lugar”⁵⁰. Nada, aliás, poderia escapar-lhes, preconizava Gorceix, nada deveria ser-lhes estranho: “As informações dos leigos ignorantes, devidamente interpretadas e analisadas, conduzem, muitas vezes, a descobertas de grande importância”⁵¹. Barros Mendes acrescentou:

Nessas *Instruções* reponta a preocupação com o minério de ferro e a siderurgia. Cabia aos alunos indagar a respeito da sua abundância e da sua riqueza; qual o estado das florestas circunvizinhas, sua extensão e a qualidade das madeiras empregadas no fabrico do carvão; o número de anos necessários para uma árvore adquirir a grossura precisa para ser utilizada; quais as facilidades de comunicação, o preço de transporte, de mão de obra e do ferro fabricado.⁵²

Fica evidente que em um dos significados do “espírito Gorceix”, conhecer a província de Minas incluía saber a sua história, sua realidade e suas tradições, consideradas tão importantes quanto o domínio científico sobre a natureza dos solos e suas riquezas. A história cruzava as pesquisas e os relatos de Gorceix, como em palestras por ele realizadas no Museu Nacional, nas quais o primeiro diretor da Escola de Minas fez referências à descoberta (*sic*) da América e do Brasil, associando tais eventos ao domínio das técnicas de navegação.⁵³ Tempos históricos distintos, o passado e o presente são invocados em um efeito de continuidade, projetando novos desbravamentos aos “bandeirantes” do final dos Oitocentos.⁵⁴

Natureza e história foram associadas no discurso do engenheiro italiano Filippo Tartufari que escreveu sobre o Brasil após ter visitado a mostra da Escola de Minas na Exposição Internacional da Indústria e do Trabalho, em Turim, no ano de 1911:

Chi pensi che il Brasile ha un territorio immenso per longitudine e latitudine, un territorio in alcune parti montagnoso, in talune altre ondulato in pianure interminabili, sopra cui vento fai ondeggiare chiome di foreste e rapisce alle erbe cento aròmi, un territorio solcato da fiumi sempre golfi di acqua [...] compreederà quanto siano svariate la sua flora e la sua fauna, e come el terreno per diversità di struttura geologica sia ricco di minerali [...] si presti a colture di

⁴⁹ BARROS. *A Escola de Minas e a siderurgia*, p.23.

⁵⁰ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.29.

⁵¹ BARROS. *A Escola de Minas e a siderurgia*, p.27.

⁵² BARROS. *A Escola de Minas e a siderurgia*, p.23.

⁵³ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.29.

⁵⁴ MENEZES. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto*, p.123-124.

ogni genere ed è pronto a rispondere con larghezza a qualunque esperimento agricolo ed industriale.

La verità è che se il Brasile nasconde realmente tesori nel suo grembo, i tesori vanno cercati con pazienza e sfruttati con sapienza.

[...] che si riferisce al ferro, metallo meno appariscente dell'oro, ma intorno a cui si impernano tutti i progressi della civiltà [...].

[...] perchè dai minerali proviene appunto la maggiore ricchezza del Brasile e perchè i suoi minerali preziosi hanno appunto foggiate intorno al suo nome la poetica tradizione de un serto aureo e gemmato.⁵⁵

Na mostra da riqueza mineral, a Escola de Minas trouxera o ápice da cultura científico-minerológica do país à Europa. Tartufari defendeu que a exploração dessa riqueza cabia ser feita com inteligência, tendo no ferro a matéria-prima privilegiada para o desenvolvimento industrial, como no passado colonial fora o ouro que fizera a riqueza do antigo império. A tessitura natureza e história seria um legado aos ex-alunos, culminando em projetos políticos de cunho nacional-desenvolvimentistas.⁵⁶

A preocupação que hoje chamaríamos de desenvolvimentista, as excursões pelo interior, e o próprio ambiente da cidade de Ouro Preto, impregnado de história, contribuíram para incutir nos ex-alunos um forte sentimento nacionalista, que se manifestou mais tarde nos conflitos em torno da política mineral.⁵⁷

Outro caminho leva à confluência dos saberes das humanidades e ciências no âmbito do “espírito Gorceix”, trata-se da proximidade de relações mantidas entre Gorceix e o mundo letrado, representado na figura do monarca. É consenso em todos os estudos, o papel crucial que Dom Pedro II teve na garantia das demandas da Escola de Minas. Gorceix encurtava o caminho da burocracia dirigindo seus pedidos administrativos ao imperador, que lhe tinha afeto, respeito e considerável amizade. O próprio imperador era tido pelos contemporâneos como um homem letrado, sempre descrito como protetor esclarecido das letras, das artes e das ciências, possuidor

⁵⁵ “Quem pensa que o Brasil possui um território imenso em longitude e latitude, um território em algumas partes montanhoso, em algumas outras ondulado em planícies intermináveis, sobre cujo vento faz ondular a cabeleira das florestas e sequestra das grammas cem aromas, um território sempre arado por golfos de rios d’ água [...] compreenderá quanto são variadas a sua flora e sua fauna, e como o terreno pela diversidade da estrutura geológica é rico de minerais [...] se dá a cultura de qualquer gênero e é pronto a responder com grandeza a qualquer experimento agrícola e industrial. A verdade é que se o Brasil esconde realmente tesouros em seu seio, os tesouros devem ser procurados com paciência e desfrutados com inteligência. [...] ao que se refere ao ferro, metal menos recorrente que ouro, mas ao redor que o depende todos os progressos da civilização [...] porque dos minerais provém certamente a maior riqueza do Brasil e porque os seus minerais preciosos terão certamente ao redor amoldado ao seu nome poética tradição de um certo ouro e diamante”. TARTUFARI, Filippo. *La scuola d’ ingegneria civile e mineraria di Ouro Preto (Brasile)*. Torino: Stabilimento Doyen, 1911, p.2-5. (Tradução livre do autor)

⁵⁶ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.31.

⁵⁷ CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.94-95.

de uma cultura vasta e profunda. Dom Pedro II manteve correspondência com sábios estrangeiros, na maioria franceses, e não se mostrou diferente com Henri Gorceix.⁵⁸

Sobre essa comunidade que ora se definia como científica, ora como letrada, e da qual faziam parte Gorceix e o imperador (ainda que ocupando lugares de poder e de fala bem diferenciados), Michel Chevreul⁵⁹ deixou interessante comentário: “Se minha vida chamou a atenção do público, é devido aos meus trabalhos no campo das ciências físicas e químicas. Nem por isso deve-se acreditar que fui constantemente indiferente ao estudo das ciências sociais, dos fóruns, das leis e da administração”⁶⁰.

12 de outubro e o culto à Gorceix

O projeto científico da Escola de Minas rendeu uma memória de Gorceix eternizada nas famosas comemorações da festa do 12 de outubro – dia da inauguração oficial da instituição. Emergiu uma espécie de “culto à Gorceix”, constantemente evocado em celebrações e homenagens, tal essa proferida pelo professor e diretor da instituição, Gastão Gomes:

Minhas senhoras. Meus senhores. A inauguração do busto do Dr. Gorceix, em frente à Escola de Minas, não é mais que o pagamento de uma velha dívida de gratidão para com o imortal fundador da mesma Escola, da nossa *alma mater*. Louvores, pois, à iniciativa do digno Diretor. A essa justa homenagem associa-se a Universidade de Minas Gerais, que aqui represento, nesta hora feliz em que tenho o prazer de falar diante deste singelo, mas significativo monumento, traduzindo os sentimentos do corpo docente da Escola. *Non omnis moriar*, não morrerei de todo, disse o poeta latino quando, contemplando a magnitude de sua obra literária, pode sem insensata vaidade, prometer a si mesmo uma glória que a posteridade já bem remota não tem regateado. Igual afirmação teria podido fazer de si mesmo o ilustre homem de ciência, ao desaparecer dentre os vivos há 16 anos, porque aqui ficava a Escola de Minas, monumento imperecível que não deixará morrer o seu nome.⁶¹

⁵⁸ LIMA, D. *Pedro II e Gorceix*, p.19.

⁵⁹ Michel Eugène Chevreul (Angers, 1786- Paris, 1889) foi um químico conhecido pelo seu trabalho sobre os ácidos graxos, a esponificação e por sua contribuição à teoria das cores, através do seu livro *De la Loi du Contrast Simultané des Couleurs*. FERREIRA. *Dicionário de inventos e inventores*, p. 154.

⁶⁰ CHEVREUL, Michel Eugène *Apud*. Carvalho, CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.105.

⁶¹ GOMES, Gastão. *REM: Revista da Escola de Minas*, p.77.



FIGURA 1: Aspecto da solenidade de inauguração do busto de Gorceix em frente à Escola de Minas no 12 de outubro de 1935.

Fonte: REM: *Revista da Escola de Minas*, Ano I, Abril, n.3, 1936, p.78.

Registrada no 12 de outubro de 1935, a fotografia da multidão de ilustres engenheiros inaugurando o busto de Gorceix confirma a necessidade de se manter vivo o culto ao mito do fundador da Escola de Minas. A concentração da imagem em realçar o corpo atual de integrantes da instituição e nem sequer demonstrar interesse na figura do passado – representada no busto de Gorceix – dava os primeiros sinais rumo ao lugar de memória⁶². De fato, a construção de uma memória histórica inerente ao uso político acompanha a graduação do movimento duplo do ato de esquecer e inventar um passado.⁶³

Grande parte dessa memória tecida sobre Gorceix relaciona-se à elaboração cultural e institucional de um grupo bem determinado: os ex-alunos das primeiras gerações que procederam Gorceix. O ato da lembrança é coletivo, “[...] só temos capacidade de nos lembrar quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar em uma ou mais correntes do pensamento coletivo”⁶⁴. Nessa dinâmica social da memória, os antigos alunos adquirem uma

⁶² Pierre Nora a partir da ideia de “lugar de memória” afirmou que o apogeu da industrialização desencadeou uma mutilação sem retorno que se alongou na contemporaneidade. Esse processo tem como consequência, entre outros fatores, uma perda da identidade de memória de grupos, tornando lugares irreconhecíveis, extinguindo tradições e pondo fim aos meios de memória. Daí a imposição ao homem contemporâneo de eleger lugares de memória, diante da impotência de lembrar do próprio passado vivido. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n.10,1993, p.7-8.

⁶³ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.34.

⁶⁴ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laís Teles Bernoir. São Paulo: Centauro, 2004, p.40.

identidade comum pela partilha de um legado, de uma herança que perdura em suas próprias trajetórias de vida – o “espírito Gorceix”.⁶⁵

Reconstruída historicamente, a lembrança apoia-se numa interpretação retrospectiva, pela qual as ações de Gorceix na Escola de Minas refletiam suas origens francesas. Tendo na Escola de Minas de Ouro Preto o seu polo de convergência, a memória de Gorceix processou-se de maneira bastante complexa, tripartida em três papéis sociais principais: o de administrador, de mestre e de homem de ciência⁶⁶:

Henri Gorceix não limitou apenas à fundação da Escola de Minas, a sua tarefa no Brasil. Entregou-se também ao estudo apaixonado e infatigável do nosso solo, deixando vários trabalhos, monografias, memórias, estudos diversos sobre a Geologia do Brasil, esparsos em revistas técnicas nacionais e estrangeiras, distinguindo-se sempre pela concisão, clareza, penetração e segurança. Ao seu exemplo de trabalho incessante e fecundo, aos seus hábitos de disciplina e de ordem, às suas qualidades excepcionais como professor, organizador e administrador devem-se o êxito completo do estabelecimento por este fundado e o patrimônio nobilíssimo, conservado e engrandecido pelos sucessores e continuadores do grande mestre. Sem exagero se pode dizer, que a tradição belíssima da Escola de Minas se confunde com o nome de Gorceix.⁶⁷

Descritos nessas memórias e conseqüentemente assimiladas pelos estudos, os perfis de Gorceix foram associados pelos autores a duas interpretações culturais basilares da cultura ocidental contemporânea, ambas vinculadas ao iluminismo: a do homem moral, responsável pelo aprimoramento social através das práticas educativas, e a do cientista, que transforma o mundo por seu domínio tecnológico.⁶⁸

O papel de educador de Gorceix associou-o à imagem de um paladino da cultura, empenhado em árdua tarefa, numa terra ainda não de todo civilizada:

Residindo longo tempo em Ouro Preto, e aqui constituindo família, o Dr. Gorceix amou extremamente a nossa terra e dela se tornou paladino em toda parte. São hoje, clássicas as palavras que ele pronunciou na *Société de Géographie* de Paris: *Minas Geraes est le coeur du Brésil: Un coeur d'or dans une poitrine de fer*, exprimindo, ao mesmo tempo, as riquezas do nosso solo, os primeiros dos nossos sentimentos e a firmeza do nosso caráter.

O Dr. Gorceix pertencia a essa plêiade de verdadeiros louvores de ciência, que tem vindo estudar o Brasil, com amor à ciência e com amor à nossa terra, e que se constituíram depois nossos amigos no estrangeiro, propagandistas entusiastas de nossas riquezas, de nossos recursos, de nosso progresso,

65 RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.34.

66 _____. *Cum mente et malleo*, p.36.

67 REM: *Revista da Escola de Minas*, p.78-79.

68 RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.36.

escrevendo obras magistrais, fontes inesgotáveis de ensinamentos. Assim Eschwege, Spix, Martius, Saint-Hilaire, Castelnau, Derby e muitos outros.⁶⁹

Excedendo tal missão civilizadora em sua prática pedagógica e administradora, Gorceix teria recorrido a métodos pedagógicos “quase policialescos”⁷⁰, incluindo estreita vigilância sobre o alunado. Ele valorizava a assiduidade e verificava as notas de cada estudante, chamando a seu gabinete os que não iam muito bem. As datas das avaliações não eram previamente divulgadas, sendo tais provas promovidas em modalidades escritas e orais.⁷¹ Como diretor, a postura intolerante (ou mesmo “autocrata”, “tirânica”) era manifesta pelo rigor com que exigia o cumprimento dos regulamentos da Escola e a excelência da atuação docente, lembrando que os professores eram meticulosamente escolhidos por Gorceix.⁷²

Essa última memória difere parcialmente dos registros deixados por vários alunos do período da administração Gorceix. Eles não negam a seriedade da sua atuação, mas entremeavam-na com a face mais humanizada do francês, em seus contornos afetivos: “Severo e inflexível era, entretanto, Gorceix uma alma simples e bondosa, um amigo jovial e afetuoso dos seus discípulos”⁷³.

Relata-se que alguns alunos de Gorceix encamparam de tal forma o seu projeto científico que chegaram a se tornar seus “braços direitos”. Um deles, Francisco de Paula Oliveira⁷⁴ “havia passado ao primeiro lugar na classificação devido a sua assiduidade”⁷⁵, outro Joaquim Cândido da Costa Sena⁷⁶ era visto como aluno aplicado, que chegara a substituir o professor ainda na condição de discente e que ingressara como docente logo após a formatura da primeira turma, em 1880. Em 1885, Costa Sena foi nomeado professor interino de física e química e, em 1891, assumiu o cargo de direção da Escola com a saída de Gorceix.⁷⁷

Ao mesmo tempo em que exigia trabalho duro, Gorceix fornecia liderança intelectual⁷⁸ e até suporte financeiro aos estudantes. Ofereceu pagar de seu bolso metade das pensões dos

⁶⁹ REM: *Revista da Escola de Minas*, p.79.

⁷⁰ CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p. 96.

⁷¹ MENEZES. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto*, p.76-77.

⁷² CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.94-98.

⁷³ REM: *Revista da Escola de Minas*, p.79.

⁷⁴ Francisco de Paula Oliveira formou-se engenheiro de minas em 1878 na primeira turma da Escola de Minas de Ouro Preto, portanto, ex-aluno de Gorceix. PINHEIRO FILHO, Antônio (org.). *A Escola de Minas 1876-1976*. Ouro Preto: Oficinas Gráficas da UFOP, 1976, p.174.

⁷⁵ MENEZES. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto*, p.86.

⁷⁶ Joaquim Cândido da Costa Sena (1852-1919) formou-se na Escola de Minas no ano de 1880, onde também atuou como repetidor-preparador de mineralogia e geologia e mais tarde como professor interino de física e química. PINHEIRO FILHO. *A Escola de Minas 1876-1976*. p.122-123.

⁷⁷ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.38.

⁷⁸ CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.97.

estudantes se o ministro concordasse em pagar a outra metade.⁷⁹ O referencial ético de Gorceix aproxima-se do ideário civilizatório. Dom Pedro II, grande mecenas da Escola de Minas, após ouvir uma conferência do francês em Ouro Preto comentou a esse respeito: “Gostei de ouvir a exposição de ideias tão civilizadas a 80 léguas do Rio de Janeiro, de onde, felizmente, já começou a irradiar-se o progresso para todo o Brasil”⁸⁰.

Associado à memória de Gorceix, outro perfil remete às suas atitudes de ardiloso articulador político, um estrategista, sobretudo, no que se refere à fundação e direção da Escola de Minas.⁸¹ O francês teria estrategicamente recorrido às relações de amizade mantidas com o imperador para conseguir atender às muitas demandas financeiras e administrativas da Escola. Gorceix chegou mesmo a ser apelidado de *Moloc*⁸², em referência ao grande poder que possuía:

Tal força de um estrangeiro recém-chegado ao país, capaz de derrotar opiniões de um homem como o Visconde do Rio Branco, que acabara de presidir o ministério de mais longa duração e dos de maior prestígio do Império e que era o diretor nomeado da Escola Politécnica, só pode ser explicada pelo fato de contar com o pleno apoio do Imperador.⁸³

Gorceix não se mostrou indiferente aos interesses (e poderes) das elites provinciais.⁸⁴ Ajustou-se a um intrincado processo de negociações veiculado, sobretudo, através de uma retórica. Seus discursos equiparam-se aos dos políticos mineiros, como Brigadeiro Mosqueira e Barão de Camargos, todos confiantes no progresso e na civilização oriundas do conhecimento que não nega o passado, vinculavam a recuperação econômica de Minas à conquista do conhecimento científico, isto é, a um projeto de “salvação pela ciência” que não desconsiderava a “glória do passado”.⁸⁵

Um segundo grupo de valores morais fez com que a memória tecida sobre Gorceix tendesse a preconizar objetivos práticos da formação de engenheiros que deveriam servir o país, configurando-o como um cientista. Para o ensino, a ciência enfatizaria os aspectos práticos e aplicados, entrelaçando às necessidades econômicas. Sua função social seria promover o

⁷⁹ _____. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.47.

⁸⁰ LIMA. D. *Pedro II e Gorceix*, p.74.

⁸¹ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.38.

⁸² Divindade citada no Antigo Testamento, cujo culto exigia o sacrifício de crianças, conforme relatado, por exemplo, em Levítico, 18,21: “Não darás nenhum de teus filhos para ser sacrificado a Moloc; e não profanarás o nome de teu Deus. Eu sou o Senhor.”

⁸³ CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.55.

⁸⁴ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.39.

⁸⁵ MENEZES. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto*, p.49.

progresso da nação.⁸⁶ Gorceix recuperaria o poderio econômico da província de Minas Gerais por meio de um conhecimento científico gerador de desenvolvimento socioeconômico⁸⁷:

Esses procedimentos diagnósticos sugerem a relevância que Gorceix atribuía aos aspectos aplicados do conhecimento. A relevância em montar estratégias de ensino e aprendizagem nos locais da atividade de exploração mineral revela o caráter facilitador da experiência no estabelecimento de nexos entre o fato geológico, a ocorrência mineral e as possíveis aplicações da acumulação natural.⁸⁸

Os diferentes papéis socioprofissionais desempenhados por Gorceix, assim como as matrizes éticas que os embasavam, não degeneraram a fragmentação de sua memória. Grande parte dos estudos que mencionavam a permanência de seu “espírito” na identidade da Escola de Minas o associava à figura do sábio ou *savant*. Em carta ao imperador D. Pedro II, Auguste Daubrèe assim o descreveu: “O Sr. Gorceix não é apenas um sábio, com grandes e sólidos conhecimentos. Gosta de viajar e sabe como viajar”⁸⁹. Em suas memórias históricas, Miguel Arrojado Lisboa arrematou: “Era um sábio, dono da ciência mais atual, à época, no campo da geologia, da química e da mineralogia. Ao lado de sólida formação científica possuía boa experiência de trabalho de campo”⁹⁰. O qualificativo de sábio demonstra que alguns autores de estudos evitaram definir Gorceix exclusivamente como cientista ou engenheiro.

A figura do sábio ou *savant* (em francês e inglês) evoca simultaneamente o homem de ciência e o homem de letras. O sábio é definido, em dicionário do final do século XIX, como aquele: “que tem extensos e profundos conhecimentos tanto em matérias de erudição como de ciência”⁹¹. O sábio recorre a registros do passado, revelador de lições, mas também desenvolve a ideia moderna e teleológica de uma providência e crença na razão da ciência interferindo positivamente nos rumos e destinos das nações. O sábio justamente por transitar entre esses diferentes saberes, pode recorrer a registros sobre o passado e, a partir deles, construir o futuro, unindo conhecimento e moralidade: ele “conhece o bem, o bom, e o mau, e quer o bem, e o segue, e evita o mal; segue o caminho da verdade, e de virtude”⁹². Gorceix, assim, não poderia ser reduzido quer a um engenheiro, quer a um intelectual. Na incorporação de sábio combinavam-se

⁸⁶ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.39.

⁸⁷ MENEZES. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto*, p.37-39.

⁸⁸ _____. *Claude-Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto*, p.96.

⁸⁹ DAUBRÉE, Auguste *Apud* LIMA. *D. Pedro II e Gorceix*, p.30.

⁹⁰ BARROS. *A Escola de Minas e a siderurgia*, p.15.

⁹¹ AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, Tomo I, p.1584.

⁹² SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. 6ª ed. Lisboa: Tipografia de Antônio José da Rocha, 1858, Tomo I e II, p.76.

o pragmatismo do século XIX e a moral do século XVIII, expressos de forma privilegiada pelo voluntarismo erudito de Gorceix.⁹³ Assim Arrojado Lisboa o descreveu:

Demonstrou, em várias circunstâncias, energia e intrepidez. Suas qualidades pessoais, mormente sua lealdade, proporcionaram-lhe a estima de seus antigos mestres. Devo acrescentar que o ardor que ele aplica em suas pesquisas científicas se exterioriza com certa vivacidade, que não se deve confundir com leviandade.⁹⁴

Em discurso de homenagem, o ex-aluno da Escola de Minas, Antonio Olyntho reforçava: “Lembrei esses traços da operosidade científica de Gorceix no campo de suas investigações, para patentear as superiores qualidades do homem, que foi depois o grande amigo do Brasil e aqui plantou robusta semente, que é a nossa Escola de Minas”⁹⁵.

A ida de Gorceix à Escola Francesa de Atenas foi elucidativa de seu espírito de aventura, tendo a estadia na Grécia servido para revelar seu temperamento arrebatado, sua resistência física e seu entusiasmo pelo trabalho.⁹⁶ Um historiador da Escola Francesa de Atenas deixou a seguinte impressão: “Uma figura curiosa [...] Henri Gorceix deveria ter vivido à época do Diretório e deveria ter participado da expedição ao Egito. Ele nasceu para observar a natureza sob o troar dos canhões”⁹⁷. Retratado como um “jovem aventureiro”⁹⁸, Gorceix, porém, não deixou de ser também percebido sob contornos mais circunspectos, sendo descrito como um homem de caráter “rude e austero”, dotado de “maneiras bruscas”.⁹⁹

Muitos professores formados na Escola de Minas e os ex-alunos contribuíram decisivamente para o fortalecimento dessa memória *savant*. A mitificação de Gorceix foi suficiente para perdurar por épocas muito posteriores à fundação da Escola de Minas, nas quais as antigas glórias deram lugar a uma inquirição identitária.¹⁰⁰ Destaca-se especialmente a dimensão da estabilidade e da endogenia atuantes na invenção da memória de Gorceix:

Em todas as esferas de ação da engenharia nacional, por toda a parte do imenso território pátrio e mesmo fora dele, distintos filhos da Escola, são encontrados, elevando-lhes, de mais em mais, o alto conceito em que ela se vem firmando desde seus primeiros dias. Na política, na administração pública, na lavoura, no comércio, na indústria, tem figurado sempre, de há muitos anos, com o máximo

⁹³ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.41-42.

⁹⁴ LISBOA *Apud* BARROS. *A Escola de Minas e a siderurgia*, p.14.

⁹⁵ CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.124.

⁹⁶ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.42.

⁹⁷ CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.48.

⁹⁸ “[...] seu espírito de aventura foi satisfeito com a ida para a Escola Francesa de Atenas, para onde eram anualmente enviados os melhores entre os diplomados pela Escola Normal”. CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.47.

⁹⁹ CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.97.

¹⁰⁰ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.43.

relevo, nomes que avultam em grande cópia na relação dos seus ex-alunos. Os engenheiros de minas e civis são uma coluna mestra nos vastos domínios da engenharia nacional: vem patentear, em sua singela eloquência, a existência de uma aristocracia intelectual que trabalha, sabe pensar, sabe estudar com vigorosa tenacidade, tendo no espírito bem gravada e nítida a legenda que robustece e anima: *Cum mente et malleo*.¹⁰¹

Considerações finais

Os significados do “espírito Gorceix” foram uma via de acesso à configuração do projeto científico da Escola de Minas de Ouro Preto. Também, foi possível tecer uma historicidade da própria memória de Gorceix: a personificação do fundador como um sábio, seguida por uma legitimação ideológica de seu legado, que pode ser demarcada até aproximadamente o final da década de 1930, quando a Escola de Minas mergulhará em uma crise, beirando a decadência.¹⁰² A partir daí o “espírito Gorceix”, sinônimo do projeto científico da Escola de Minas, foi perdendo a flexibilidade e a criatividade que eram seu apanágio, sendo aos poucos substituído por um culto ao passado que se configurava, paradoxalmente, como sua própria negação.¹⁰³ O “espírito Gorceix” transformou-se no saudosismo do 12 de outubro que confunde a obra com o criador.

A historicidade dessa memória, todavia, não se perde no passado.¹⁰⁴ O “espírito Gorceix” orientou as primeiras décadas da trajetória da Escola de Minas. A significação histórica não se encerra num percurso linear de surgimento, apogeu e decadência. Os estudos sobre Gorceix convidam novos pesquisadores à sua releitura, incitam-nos a interpretá-los, como se procedeu aqui, reescrevendo a história da instituição a partir da memória e legado do projeto científico de seu criador.

¹⁰¹ REM: *Revista da Escola de Minas*, p.76.

¹⁰² CARVALHO. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.139.

¹⁰³ _____. *A Escola de Minas de Ouro Preto*, p.100.

¹⁰⁴ RODRIGUES. *Cum mente et malleo*, p.44.

Um grandioso inimigo: discursos médicos sobre o câncer em São Paulo no alvorecer do século XX

A great enemy: medical discourses on cancer in São Paulo at the dawn of the twentieth century

Elder Al Kondari Messoria

Mestrando

Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina

Universidade de São Paulo

elderakm@usp.br

André Mota

Professor Doutor

Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina

Universidade de São Paulo

amota@museu.fm.usp.br

Recebido em: 15/11/2015

Aceito em: 14/03/2016

RESUMO: Uma preocupação sistemática com o câncer no Brasil começou a se desenhar no início do século XX. Tanto São Paulo quanto o Rio de Janeiro foram os primeiros Estados que se mobilizaram para enfrentar essa doença. O médico Alcindo de Azevedo Sodré, em 1904, publicava no periódico nacional *Brazil Médico* relatando as dificuldades de se conseguir dados epidemiológicos sobre o câncer, enquanto o médico paulista Arnaldo Viera de Carvalho, no mesmo ano, dissertava sobre as definições das formações cancerosas. Iniciava-se, desse modo, um processo de construção de conhecimentos médicos em torno dos neoplasmos que, por desconhecerem sua etiologia, voltavam-se para suas raízes históricas, legitimando práticas específicas e convocando as atenções governamentais para se combater o mal. Frente a isso, o presente artigo tem por finalidade um estudo histórico sobre essa doença com o objetivo de compreender como os discursos elaborados por médicos e pesquisadores colaboraram para a instituição do combate ao câncer no alvorecer do século XX em São Paulo, entre 1892 e 1935, período em que a medicina brasileira conseguiu firma-se legal e formalmente como o único saber plenamente capaz de compreender as doenças e os doentes, bem como intervir positivamente nas questões relativas à saúde do indivíduo e da população. Esse período também demarca o momento em que o câncer emergiria como uma questão de Saúde Pública para o Estado de São Paulo. Para esse estudo foram levantadas fontes primárias que compreendem anuários estatísticos, boletins médicos, imprensa jornalística, teses doutorais e anais de medicina.

PALAVRAS-CHAVE: Câncer, Medicina Bandeirante, Práticas médicas e de saúde

ABSTRACT: A systematic concern about cancer in Brazil started at the beginning of the Twentieth Century. Both São Paulo and Rio de Janeiro were the first states mobilized to confront this disease. The doctor Alcindo de Azevedo Sodre, in 1904, published in the national journal

Brazil Médico reporting the difficulties of getting epidemiological data about cancer. At the same year, in São Paulo, doctor Arnaldo Vieira de Carvalho, lectured about the definitions of cancer formations. Those facts were the inception of the construction of medical knowledge surrounding the cancer, for not knowing its etiology, turned to its historical roots, legitimizing specific practices and calling government attention to fight the evil. Front of this, this project aims at a historical study of this disease in order to understand how the discourses prepared by doctors and researchers contributed to the institution of the fight against cancer at the dawn of the twentieth century in São Paulo, between 1892 and 1935, during which Brazilian medicine settled legally and formally as the only fully known capable of understanding the disease and the patients, as intervene positively on issues relative to the health of individuals and populations. This period also marks the time when the cancer would emerge as a matter of Public Health for the State of São Paulo. The primary sources for this study will be comprised of statistical yearbooks, doctor's newsletters, journalistic press, doctoral thesis and medical annals.

KEYWORDS: Cancer, Bandeirante Medicine, Medical practices and of health

Introdução

No alvorecer do século XX, as principais causas de óbito em São Paulo eram diversas: diarreia, bronquite aguda, pneumonia, tuberculose, malária, meningite e tantas outras que se apresentavam como questões consideráveis; não apenas levavam a população à morte como atravancavam o capital ao minar a força de trabalho do proletariado que adoecia. Não por acaso, entre os anos de 1890 e 1920 o campo da saúde foi alçado ao centro das atenções do governo republicano paulista.¹ Curiosamente nosso objeto de estudo, o câncer, não figurava entre as questões emergenciais que solapavam a saúde da população (seu nome aparece no *index* estatístico apenas em 1910)² – mas não demoraria para se tornar uma questão de Saúde Pública. Seus números obituários irrelevantes, quando em comparação com outras moléstias, não foram empecilho para que médicos e cientistas paulistas propusessem com afincado uma luta institucionalizada contra essa doença. Não só, também ansiavam por formalizar uma especialidade médica que a identificasse com eficiência. O itinerário tão peculiar percorrido pelo câncer no Estado de São Paulo nos impõe a seguinte questão: por que aconteceu dessa forma?

Apenas recentemente a historiografia brasileira passou a se preocupar em produzir conhecimento histórico acerca do câncer. Segundo Bertolli Filho, “mais pela angústia gerada pelo tema do que pela escassez de fontes documentais”³. Destacam-se sobre esse tema o livro *De*

1 RIBEIRO, Maria Alice R. *História sem fim...* Inventário da Saúde Pública, São Paulo 1880-1930, São Paulo, Editora Unesp, s. d.

2 Anuario Demographico (São Paulo), 1910. V. 17. Gostaríamos de fazer a seguinte ressalva quanto a essa afirmação: não foram encontrados os anuários estatísticos de 1908 e 1909, apenas 1906 e 1907 em que o designativo para a doença não é encontrado no índice.

3 BERTOLLI FILHO, Cláudio. Representações sociais do câncer e dos cancerosos em São Paulo: 1900-1950. *Salus-vita*, Bauru, v. 21, n. 2, 2002, p.84.

doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do câncer no Brasil (2007) do historiador Luiz Antônio Teixeira e da historiadora Cristina Maria Oliveira Fonseca, onde são abordados aspectos sobre a história social do câncer, o surgimento das instituições que se preocupavam com a doença e personagens que tiveram relevância nesse percurso – em especial, Mario Kroeff, que “colocaria em marcha [nas décadas de 30 e 40] uma verdadeira cruzada contra o câncer baseada no atendimento aos doentes, na busca de amparo social aos incuráveis e principalmente na propaganda para o diagnóstico precoce da doença”⁴. Independente do viés generalista da abordagem da história do câncer em âmbito nacional, esse trabalho se constitui historiograficamente como a mais importante base para o início de novas pesquisas e publicações.

Partimos de suas colocações para adentrar em um estudo de caso mais específico. Assim, restringimos nosso olhar sobre o Estado de São Paulo para trazer à tona as peculiaridades que fizeram com que médicos e pesquisadores se preocupassem com a doença, além de ser um espaço onde, em conjunto com o Distrito Federal, Bahia e Minas Gerais, se deram as primeiras discussões acerca do câncer no cenário nacional.

Pouco antes, contudo, Cláudio Bertolli Filho já tinha se dedicado a história do câncer exclusivamente em São Paulo, o que resultou na publicação do artigo (2002), que traz à tona a imprecisão nos diagnósticos médicos e as dificuldades do ofício em assumir um posicionamento preciso acerca da especificidade do câncer e suas causas biológicas de adoecimento – as consequências disso, veremos, foram distintas teorias etiológicas sobre a doença e que influenciariam medidas de Saúde Pública no Estado.

O autor demonstra-nos como o câncer foi entendido pela clínica sob lentes confusas, de tal forma que pacientes com moléstias de naturezas distintas acabavam fatalmente diagnosticados com câncer, enquanto aqueles que eram efetivamente acometidos por carcinomas não tinham suas doenças identificadas. Desejamos ampliar essa percepção, trazendo à tona a maneira como o câncer foi representado de forma indefinida também nos registros epidemiológicos. Não demoraria para que os médicos mais doutos, cientes das limitações latentes da comunidade hipocrática, fizessem proselitismo por uma especialização médica. O final desse processo seria o surgimento da Oncologia no país.

Bertolli Filho ainda afirma que o medo gerado pelos tumores malignos no âmbito social animou (e ainda anima) os cientistas frente ao desafio que o câncer representa. Nesse artigo propomo-nos demonstrar que o medo não foi o único dinamismo para as ações contra a doença no

4 FONSECA, Cristina M; TEIXEIRA, Luiz Antônio. *De doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Câncer, 2007, p.58-59.

Estado, mas também o que chamamos de “paulistanidade”, isto é, a ideia de São Paulo como exceção nacional de um povo racialmente superior e por isso capaz de enfrentar esse desafio.⁵

Assim, esse artigo tem por finalidade contribuir com a expansão do tema sobre a História do câncer para que este não fique condenado ao território dominado pelo laconismo, mas nosso objetivo específico consiste em compreender como os discursos dos pesquisadores e médicos acerca da doença serviram para legitimar a institucionalização do combate à doença em São Paulo no começo do século XX. Destacamos que por “institucionalização” compreendemos um determinado local que serve como espaço de discussão e construção de um saber legitimado socialmente a partir do diálogo e da disputa entre pessoas, conhecimentos e ideologias, que tem por objetivo último a construção, experimentação e perpetuação de um conhecimento científico dito verdadeiro.⁶

Optamos pelo recorte cronológico entre 1892 e 1935 a partir dos seguintes termos: em 1891 a Constituição brasileira criou uma República Federal que deixou sob responsabilidade estadual a administração de diversas áreas, das quais o da Saúde Pública. Assim foi estabelecido o Serviço Sanitário de São Paulo, conforme a Lei estadual n.º 12 de 1891. No ano seguinte – escolhido como delimitação cronológica para este artigo – surgiu o decreto n.º 87, que implementava leis prevendo a organização da Saúde Pública sobre três unidades dirigidas pelo Secretário do Interior: 1) o Conselho de Saúde Pública; 2) a Diretoria de Higiene; e 3) a Seção de Engenharia Sanitária. O ano de 1892, portanto, trata-se de uma opção vinculada a questões político-institucionais, significando para nós que é a partir desse momento que o câncer poderia se tornar um problema de Saúde Pública em São Paulo de maneira oficial e sistematizada. Já o ano de 1935, data limite de nosso recorte, é representativo por dois motivos: 1) pela publicação do livro *O câncer precisa ser combatido*, de Antônio Prudente, médico formado pela Faculdade de Medicina de São Paulo e que tem suas pretensões claramente expressas no título de seu trabalho; e 2) porque acontecia nesse ano o Primeiro Congresso Brasileiro de Câncer no Brasil, mobilizando médicos e pesquisadores para uma causa comum e emergente – não por acaso as Ligas de Combate ao Câncer em São Paulo (1934), Rio de Janeiro (1934) e Bahia (1936) surgiram próximas dessa data. É entre uma data e outra que propomo-nos verificar os discursos médicos acerca da doença.

Gostaríamos de ressaltar que não temos interesse em elaborar uma história sobre ações

⁵ Sobre a “paulistanidade” e as práticas médicas, ver MOTA, André. *Tropeços da Medicina Bandeirante: Medicina Paulista entre 1892-1920*. São Paulo: EDUSP, 2005.

⁶ OLIVER, Graciela de Souza; FIGUEIRÓA, S. F. M. Características da institucionalização das ciências agrícolas no Brasil. *REVISTA DA SBHC*, Rio de Janeiro, jul./dez. 2006, v. 4, n. 2, p.105-115.

ou práticas pioneiras, nem eleger vultos históricos. Nesse texto, não nos importa considerar cronologicamente quais foram as primeiras medidas contra o câncer no país, haja vista esse ser um dado relativo: não apenas São Paulo, mas o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia⁷ (para não restringirmo-nos ao sudeste) tiveram papéis relevantes que podem ser analisados em rede, sem que um esteja à frente de outro, mas interligados na própria complexidade da História. Interessamos, contudo, justificar coerentemente quais relações propiciaram à experiência paulista a preocupação com a doença e assim denotar sua idiossincrasia.

Utilizamo-nos de fontes primárias que compreendem anuários estatísticos demográficos do estado, imprensa jornalística e teses doutorais. Estas, por sua vez, foram submetidas a uma análise que buscou compreendê-las sob a perspectiva de uma história cultural, isto é, assumindo que não são autoexplicativas, nem se encerram em si mesmas, mas precisam ser percebidas e interpretadas como representações construídas através da inter-relação com o processo histórico no interior do qual se inserem. Em outras palavras, percebemos o processo de cognição sobre o câncer compreendido nas fontes reunidas como esquemas intelectuais que criam e compartilham sentidos, sendo estes nada mais do que representações de uma prática social – o olhar clínico, o fazer científico, a construção enunciativa, etc. – que nos cabe rastrear. Não podemos deixar de esclarecer que as representações são inevitavelmente transpassadas por relações de interesses dos grupos sociais que as constroem.⁸

Esse processo se traduziu no levantamento de algumas questões sobre a documentação examinada que nos serviram de eixo para elaboração de nosso argumento, sendo essas: Dentro do recorte cronológico proposto, qual era a percepção dos estudiosos sobre o câncer? De que maneira essa percepção foi utilizada para se institucionalizar medidas contra essa doença? Considerando o contexto brasileiro, por que os médicos paulistas se preocuparam com o câncer no início do século XX?

Por fim, a título de esclarecimento, optamos por reproduzir todas as transcrições das fontes primárias e do material bibliográfico sem alterações com a publicação original.

Um inimigo milenar: da cauterização à eletrocauterização

7 “O câncer era objeto da atenção dos médicos baianos desde a década de 1840”, nos informa Christiane Maria Cruz de Souza, que comprova tal informação a partir das teses doutorais apresentadas à Faculdade de Medicina da Bahia. O câncer, porém, permanecia uma doença silenciosa e só ganharia destaque na Bahia em 1936, com a fundação da Liga Bahiana Contra o Câncer em consonância com o I Congresso Brasileiro de Câncer, realizado em 1935, que trouxe visibilidade para a doença à sociedade civil e políticas públicas. SOUZA, Christiane Maria Cruz de. Conhecer e educar para controlar o câncer na Bahia. *Educar em Revista, Curitiba*, n. 54, out./dez. 2014, p. 55-70.

8 CHARTIER, Roger. *História Cultural*. Entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.; _____. *O Mundo como representação*. Estudos avançados. São Paulo, n. 11 (5), jan/abr. 1991.

Em novembro de 1935 acontecia o Primeiro Congresso Brasileiro de Câncer no Brasil, promovido pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, em que um de seus palestrantes decretava: “o conhecimento da existência do câncer, como sendo todo tumor maligno, vem de remotas eras”⁹. No mesmo ano e do mesmo modo, entre os registros de um curso de cancerologia oferecido pela Universidade do Rio de Janeiro, estavam os do então médico e reitor Leitão Cunha, afirmando haver referências sobre essa doença na literatura pérsica, “bem como no papiros de EBERS¹⁰, que data de alguns séculos antes da era Cristã”. Tempos depois, no ano de 1946, Mário Kroeff, importante médico atuante no distrito federal, em conferência sobre o câncer realizada na Argentina “explicó la evolución del conocimiento humano respecto a la enfermedad, comenzando por la medicina em Egipto, Grecia, Roma, passando luego a la Edad Media y las distintas etapas historicas, hasta liegar a nuestros días”¹¹.

A título de curiosidade, havia também um registro acerca da origem etimológica do termo “câncer”:

[...] corresponde em vernaculo a caranguejo, teria sido preferida pelos antigos no dizer de NYSTEN, ou porque lhes tenham parecido comparaveis ás patas de um desses crustaceos as veias e demais vasos dilatados que ameúde irradiam da ulceração blastomatosa, ou porque tenham suposto que um animal parasito devorasse os tecidos interessados.¹²

Especificamente em São Paulo, Antônio Prudente, médico formado pela Faculdade de Medicina de São Paulo, também afirmava que “os tumores malignos são conhecidos desde a mais remota antiguidade” e argumentava que estudiosos encontraram tumores ósseos em múmias no Egito e na Índia, enquanto na Grécia antiga Hipócrates¹³ já havia descrito “algumas localizações do cancer taes como no utero, estomago e seio”¹⁴. Prudente nos rememora a teoria dos humores que atribui à bile negra a causa para o câncer e nos informa que Galeno foi o único que ousou

9 BRIGGS. Primeiro Congresso Brasileiro de Câncer, 1936.

10 Um dos mais antigos “tratados médicos” que foram herdados da antiguidade, datado de aproximadamente 1550 a.C e atualmente em exposição na biblioteca da Universidade de Leipzig, foi produzido no Antigo Egito, possivelmente durante o reinado de Amenophis I (1536 a.C).

11 KROEFF, Mario. *Resenha da luta contra o câncer no Brasil*: documentário do serviço nacional de câncer. Brasília: Ministério da Saúde, 2007, p.269

12 CUNHA, Raul Leitão da. *Curso de Cancerologia*. Separatada da Revista da Universidade do Rio de Janeiro, 1935, p. 5.

13 O termo para câncer surgiu por volta de 400 anos a.C, legado dos escritos hipocráticos que chamou de *Karkinos* as lesões ulcerosas endurecidas que se desenvolviam descontroladamente enquanto alimentadas por veias grossas que se assemelhavam as patas de um caranguejo. Contudo, devemos ter em mente que o termo não corresponde ao que compreendemos por câncer hoje. Para informações mais detalhadas ver SONTANG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p.16.

14 PRUDENTE. *O câncer precisa ser combatido*, 1935, p.13.

extirpar e cauterizar um tumor com ferro incandescente – fato que nos chama atenção porque durante o período em que Prudente escrevia, cirurgiões se utilizavam técnicas importadas da Alemanha chamadas “electro-coagulação”¹⁵ ou “electro-cirurgia”¹⁶, sendo ambas ações de propriedades térmicas que ao entrar em contato com os neoplasmas dos tecidos superficiais os coagulava e destruía por meio da cauterização. A coincidência técnica poderia ser mero acaso, mas não seria forçoso considerar que a afirmação de um passado memorável justificasse incisões nos pacientes adoecidos. Em outros termos: contra uma doença milenar, médicos poderiam se servir de uma técnica também milenar – experimentada ousadamente apenas por Galeno –, mas imbuída de sofisticções tecnológicas que garantissem maiores sucessos.

Durante toda primeira metade do século XX, tanto no Brasil quanto em países mais desenvolvidos, o câncer era representado como uma doença antiquíssima e repleta de mistérios. Isso porque pesquisadores de diferentes países do globo ainda empenhavam-se para construir uma história natural sobre essa doença. No Brasil, apesar de alguns estudiosos também seguirem esses esforços, por desconhecerem a etiologia da afecção, muitos lançavam-se antes sobre as raízes históricas do câncer, numa verdadeira “obsessão embriogênica”¹⁷, encarnando-o numa espécie de aura milenar – persistente o suficiente para que perdurasse até os dias de hoje. Essa abordagem histórica sobre a moléstia feita por médicos e pesquisadores pode ser sedutora quando sugere que as origens explicam ou justificam determinados fenômenos, mas sob um nome que não mudou ao longo do tempo; hoje, porém, sabemos que seu significado alterou-se profundamente. Em São Paulo, enquanto o aparato médico sanitário paulista se institucionalizava¹⁸, ganhava novos instrumentos e se inseria na esfera da cientificidade e da análise clínica, inevitavelmente novas questões também circundariam os neoplasmas, alterando sobremaneira sua essência.

Marc Bloch já nos ensinava que “os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário” e assim, apesar do termo câncer manter-se ao longo do tempo, desde o nascimento da clínica os caminhos para se abordar essa doença (e todas as outras) tornaram-se novos e diferenciados: o câncer passou a ser compreendido a partir de perspectivas

15 COMPARATO, Sampaio. *Electro-coagulação no tratamento dos tumores acessíveis e a sua technica operatoria*. These (Doutorado em Cirurgia). Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, São Paulo, 1919.

16 KROEFF, Mario. Tratamento do câncer pela electro-cirurgia. Trabalho apresentado ao I Congresso Brasileiro de Cancer. Reimpressão do “O Hospital”, 1936.

17 BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Trad. André Telles. São Paulo: Zahar, 2002.

18 No tocante a institucionalização das instituições médico-sanitárias, baseamo-nos no que o historiador André Mota propôs em *Tropeços da Medicina Bandeirante: medicina paulista entre 1892-1920*, ao definir esses anos como aqueles em que as instituições médicas paulistas tomariam forma, elaborando discursos em prol do combate às endemias numa relação conjunta com projetos de construção de uma nacionalidade brasileira, esforçando-se também para fazer de São Paulo a expressão maior do progresso econômico, social, racial e sanitário do país.

físicas, estatísticas, biológicas, bioquímicas e outras, que promoveram uma verdadeira renovação científica e epistemológica na maneira de se abordar o cancro – tecnicamente, contudo, as mudanças não foram tão bruscas.

Não resta a menor dúvida que o problema therapeutico recente-se do desconhecimento da etiologia, contudo, as pesquisas recentes de tantos e tão importantes institutos, relativamente ao desenvolvimento dos blastomas, desvendaram um complexo de propriedades inherentes a biochimica dos neoplasmas, capaz de esclarecer, pelo menos em parte, a natureza, a constituição, poder e relações íntimas dessas formações pathologicas, e portanto, permitir a procura de um methodo therapeutico scientifico. Os resultados a que se tem chegado ultimamente com as recentes pesquisas sobre a biologia dos tumores impõem o abandono de processos empiricos de tratamento para que se siga a directriz traçada pela observação clinica e pelo estudo experimental.¹⁹

O advento da clínica, no sentido foucaultiano, tratou-se de uma ruptura com o que se considerava sobre o câncer até então, entre rupturas e permanências, sua invencibilidade perdurava. Assim, o principal aspecto dessa representação do câncer enquanto uma afecção advinda de “remotas eras” despenha justamente sobre sua terminologia e capacidade de prevalecer apesar de toda e qualquer intervenção terapêutica.

Novas técnicas de tratamento foram testadas sobre a doença e gabinetes radioterápicos chegaram a ser construídos em São Paulo e no Rio de Janeiro antes mesmo da virada do século. Os aparelhos de raios-X que chegavam da Europa causava entusiasmo nos círculos acadêmicos e sua função diagnóstica foi mencionada diversas vezes em comunicações apresentadas à Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e à Academia Nacional de Medicina²⁰. Contudo, seu uso terapêutico permaneceu restrito. Em 1908, o médico Antônio de Mello referia-se à radioterapia e ao câncer conforme o seguinte desalento:

Os agentes químicos e físicos até hoje não conseguiram produzir a cura radical do câncer. Será licito esperar no futuro dos agentes físicos e especialmente da eletricidade? (...) se os raios-X foram preconizados como meio curativo do câncer, todavia, não tivemos oportunidade de ler, nem de ver a realidade da eficiência anunciada. Nas revistas estrangeiras temos lido alívios, só alívios promovidos pela ação da radiologia clínica, mas nem uma só cura (...). Nessas condições será para abandonar a radioterapia? Temos que não, mesmo porque há casos inacessíveis à cirurgia. Nestes casos a radioterapia poderá preencher um dos fins da medicina que é consolar os enfermos, e ser, portanto, útil, quando não seja eficaz.²¹

19 Archivos brasileiros de medicina, Set. 1911, p.432. *Grifo nosso.*

20 TEIXEIRA e FONSCCECA. *De doença desconhecida a problema de saúde pública*, p. 23.

21 BRAZIL MÉDICO, 1908 *Apud* _____. *De doença desconhecida a problema de saúde pública: o INCA e o controle do câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Câncer, 2007, p. 21.

Assim o câncer prevalecia como uma espécie de existência infindável que ainda no alvorecer do século XX obstruía as possibilidades medicinais, limitando a comunidade hipocrática ao recurso cirúrgico, “*ablatio una cum partibus sanis*”²², em que as partes enfermas eram separadas das saudáveis, causando inevitavelmente terríveis sequelas aos combalidos, quando não a própria morte.

Durante a primeira metade do século XX, o câncer representava para os médicos que começavam a se preocupar com esse assunto não apenas um enigma, mas um verdadeiro obstáculo ao avanço pretensamente inexorável da medicina. Daí sua representação como uma doença milenar: trata-se de uma alusão à sua inconveniente grandiosidade jamais vencida em tempo algum. Feição milenar que sugere, além disso, uma demanda social frente a pesquisa científica: se no despontar do século XX considerava-se que a medicina havia se desenvolvido tanto, por que o câncer permanecia um perigo?

Em maio de 1937 a revista *Fortune* publicava um artigo intitulado “*Cancer: The Great Darkness*”²³ em que havia o alerta de que há mais de três mil anos o câncer é conhecido pela profissão médica e, do mesmo modo, por mais de três mil anos a humanidade bate à porta da profissão médica pedindo uma “cura”. Quem seria capaz, afinal, de fazer frente à grandiosidade desse inimigo?

O câncer no Brasil: o caso paulista e a institucionalização de uma luta

No Brasil, o professor de Química Orgânica e Biológica da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Domingos José Freire Junior, ao observar o sangue de um doente por câncer, visualizou vários bacilos de extremidades arredondadas, parecidos com os da febre tifoide. Publicou em 1887 *Premières études expérimentales sur la nature du cancer* e, em 1892, *Novas investigações sobre o micróbio do câncer*. Proclamou, a partir de sua atividade experimental, a descoberta do agente microbiano causador de neoplasias.²⁴

O jornal *O Estado de São Paulo*, de 27 de Abril de 1889, publicou que Domingos José Freire Junior deveria “ser reverenciado junctamente com os Jenner, Davaine, Pasteur e Koch”,

22 Explicava-nos o médico pesquisador: “Posto que os neoplasmas surjam como affecções locaes, no estado actual da sciencia, '*ablatio una cum partibus sanis*' [separação das partes saudáveis], praticada com diagnostico precoce, é ainda a therapeutica efficaz para a maioria dos casos”. Archivos brasileiros de medicina, Set. 1911, p. 432. *Tradução nossa*.

23 The Great Darkness. *Fortune*, p. 112-114, mai. 1937.

24 Domingos Freire não foi o único a anunciar o “micróbio do câncer”, segundo Benchimol, Pedro Severiano de Magalhães, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, também havia publicado uma “Teoria parasitária do câncer” em 1888. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pausteriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.

porque além de contribuir ativamente contra a febre amarela, todos sabiam “como foram acolhidos na Europa as suas reclamações sobre a descoberta do microbio productor do cancer”.

Notícias sobre o “micróbio do câncer” voltariam a aparecer nas páginas dos jornais paulistas em diversos momentos durante as três primeiras décadas do século XX, por vezes como anúncios de medicamentos, como a publicação do intitulado “Doutor” Felber, nomeado “O organismo Feminino e suas perturbações”, que tinha o propósito de vender fermento de uva:

O perigo das perturbações organicas na mulher começa logo que aparece a inflamação ou seja desde que o sangue começa a ferver. A motrite simples e a leucorrhéa persistente dão logar á infecção e transformam os tecidos normaes em tecidos enfermos. E’ o cancer, cuja origem microbiana foi perfeitamente demonstrada, é o fibroma que, como indica seu nome, converte um tecido flexivel em tecido durissimo.²⁵

Outros, por sua vez, tentavam compreender a “caprichosa concentração da molestia em zonas predilectas” em São Paulo, a fim de elaborar uma “geographia do cancer”, como faziam outros países, dentre os quais Alemanha, França e Suíça, capazes de perceberem a emergência da doença em suas respectivas cidades. “O dr. Kolb que, com tal objectivo, estudou a fundo o solo e o sub-solo da Baviera, lhe assignalou uma zona de cancer ao norte dos Alpes, de Vienna a Genebra”.

A missão empreendida no solo paulista, porém, esbarrava na imprecisão dos registros, “pois que a especificação da *causa mortis* nos registros civis do interior dos Estados raramente se esclarece com attestado medico e não pode aspirar o minimo alcance nosologico, a não ser como cifra morta, obituária apenas”, publicava Olympio Portugal²⁶ no *O Estado de S. Paulo* (12 de novembro de 1909), jornal para o qual colaborava. Essas imprecisões, entretanto, não eram os únicos determinantes que dificultavam os registros de *causa mortis*. Em 1929, em tese de doutoramento apresentado à Faculdade de Medicina de São Paulo havia denúncias sobre a incapacidade dos esculápios de estabelecerem um diagnóstico preciso sobre a doença, de tal modo que pessoas com tuberculose, úlcera, sífilis ou até mesmo hemorroidas e fimose acabavam erroneamente diagnosticados com câncer.²⁷ Insuficientemente, também havia o mal costume dos médicos em alterar o atestado das vítimas por câncer, geralmente atendendo ao pedido das

25 O Estado de S. Paulo, São Paulo, 01 de abr. 1907. Geral, p.3.

26 Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1887, tornou-se membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e fez parte do chamado “grupo do Arnaldo”: “médicos que foram inflamados e imbuídos pelos ideais do insigne professor e líder, a fim de se desenvolver a cultura médica em São Paulo”. Captado em: <http://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/biografias/180/BIOGRAFIA-OLYMPIO-PORTUGAL.pdf>, Acesso em: 14 nov. 2015.

27 BERTOLLI FILHO. *Representações sociais do câncer e dos cancerosos em São Paulo*.

famílias.²⁸

A publicação de Olympio Portugal não desconsiderava que o câncer e sua natureza endêmica eram objetos de ardente controvérsia no meio acadêmico, dos quais esse caráter endêmico não pressupunha apenas a tomada de uma região delimitada pela doença, mas também seus aspectos infectocontagiosos. Desse modo, os cancerosos terminavam fatalmente percebidos sob a aura do risco que poderiam oferecer àqueles que os circundavam. Não por acaso, a Inspetoria de Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas²⁹ incluía entre suas atividades a desinfecção nos domicílios onde tivesse havido óbito de câncer devido à possibilidade de contágio.³⁰ Esses óbitos deveriam ser obrigatoriamente comunicados aos Serviços Estaduais de Lepra e de Doenças Venéreas, deixando implícita neste ato a condição infecto-contagiosa dos tumores malignos e abrindo novos debates entre os cancerologistas.

Não havia consenso sobre as determinações e medidas políticas que precisavam ser tomadas sobre aqueles que foram acometidos pelo câncer. Afinal, seria essa doença causada por um agente infeccioso? Por uma substância química exógena? Ou por substâncias intrínsecas do organismo? Pesquisadores dedicavam-se a estabelecer métodos laboratoriais seguros para o reconhecimento precoce dos cancerosos através de exames serológicos,³¹ outros debruçavam-se sobre o desenvolvimento de vacinas para eliminar o germe causador da doença³², mas uma definição segura – coletivamente aceita – ainda estava por vir.

Fato é que, tocante às estatísticas obituárias, os anuários demográficos paulistas foram capazes de colocar em evidência a incidência de mortalidade crescente dos carcinomas. Isto é, mesmo imprecisa, como admitida por Olympio Portugal previamente, tratava-se de uma doença que cada vez atacava mais e mais vítimas, como registram os anuários de 1910 e 1916: “a mortalidade por cancer cresce evidentemente. Basta se vêr, do quadro abaixo, que esse crescimento é uma verdade”.

Tabela 1

28 FABBRI, Honorino. O problema hygienico do cancer. These doutoral. Faculdade de Medicina de São Paulo, São Paulo, 1929, p.16.

29 Inspetoria instituída pelo Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), criado em 24/12/1919. Esse Departamento inaugurou uma nova etapa no desenvolvimento de políticas de saúde pública e de saneamento no Brasil. Para mais informações ver HOCHMAN, Gilberto. A Era do Saneamento: As bases da política de Saúde Pública no Brasil. Hucitec: São Paulo, 1998.

30 TEIXEIRA, Luiz Antônio. O controle do câncer no Brasil na primeira metade do século XX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 17, p.13-31, 2010.

31 Foram os casos de ALMEIDA JR., C. C. de. *Das pesquisas hematológicas, serológicas e urológicas na diagnose das neoplasias malignas*. These doutoral. Faculdade de Medicina de São Paulo, São Paulo, 1923. e BIER, Oto et al. A r. do verme neutro de Roffo é específica do câncer? *Archivos do Instituto Biológico* 2: 79-82, 1929.

32 O pesquisador Domingos Freire publicou em 1887 o *Premières études expérimentales sur la nature du cancer* e, em 1892, *Novas investigações sobre o micróbio do câncer*. Pedro Severiano de Magalhães, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, também havia publicado uma *Teoria parasitária do câncer* em 1888.

<i>Anos</i>	<i>População</i>	<i>Total de óbitos por cancer</i>	<i>Coefficiente por 1000 habitantes</i>
1901	286.000	66	0.23
1902	286.000	68	0.23
1903	286.000	84	0.29
1904	286.000	100	0.34
1905	286.000	89	0.31
1906	286.000	80	0.27
1907	300.000	128	0.42
1908	300.000	143	0.47
1909	300.000	117	0.39
1910	314.000	153	0.48

In: Anuario Demographico (São Paulo), 1910. V. 17, p. 45.

Além de demonstrar o aumento nos óbitos por câncer, os anuários demográficos e estatísticos de São Paulo refletem parcialmente a maneira complexa e confusa com que essa doença era notada. No espaço introdutório dos anuários demográficos de 1906 e 1907, o câncer nem mesmo aparece entre as descrições sobre as doenças que afligem a capital e o Estado. Os anuários de 1908 e 1909, por sua vez, não foram encontrados e apenas em 1910 um subcapítulo foi destinado ao “Cancer e outros tumores malignos”. Curiosamente, contudo, apesar de classificada como uma moléstia geral, a descrição e os dados sobre o câncer estão inseridos no capítulo destinado à Peste – ou seja, uma doença infecciosa.

Estranhamente, em 1912, o câncer aparece dentro do capítulo sobre a Malária sem nenhum tipo de divisão na configuração textual, ainda que considerado uma moléstia geral³³: “Mais nenhuma das molestias geraes merece estudo detalhado, a não ser o cancro”³⁴. Apenas em 1913 que o subcapítulo “Molestias geraes” determinaria um lugar para essa patologia ser descrita individualmente, para que no ano seguinte, apesar do subcapítulo permanecer como “Molestias geraes”, a descrição começar com “Estudaremos só o cancer”, colocando em evidência como num curto espaço de tempo essa doença ganhou status entre aqueles que se preocupavam com a Saúde Pública.

33 O anuário demográfico de 1912 nos permite compreender, apesar de confuso, que há dois grandes grupos: as moléstias infecciosas, da qual a Malária e a Peste fazem parte, e as moléstias gerais, onde o Câncer está incluso, e neste caso ele deixa de ser considerado infeccioso.

34 Anuario Demographico. Secção de Estatistica Demographo-Sanitaria, Anno XIX, 1912. S. Paulo, p.38.

Paralelamente ao crescimento de aparições enunciativas acerca do câncer em diferentes espaços (revistas, jornais, anuários, teses, etc), São Paulo gradualmente tornar-se-ia um dos Estados mais avançados nas pesquisas sobre o câncer – não que houvesse grande concorrência –, ainda que os anuários demonstrem o quão confuso os paulistas estavam. Exceto pelo Distrito Federal, outros estados federativos tinham seus representantes voltados para questões prioritárias particulares. Aliás, São Paulo também tinha questões evidentemente mais urgentes, como a febre amarela, a malária, o tracoma, a tuberculose, dentre outras. Ao compararmos quantitativamente a mortalidade dessas doenças ou suas sequelas com aquelas causadas pelo câncer, e assumindo que estes seriam os principais critérios para se combater uma afecção, o câncer seria realmente irrelevante. Contudo, em São Paulo há uma espécie de compromisso pelo alto. O câncer, enquanto um mal milenar não vencido nem mesmo pelas grandes potências, acabava ganhando credibilidade tanto quanto qualquer questão social prioritária.

O quadro abaixo demonstra o número de óbitos de algumas doenças que causaram impacto na população, na política e na economia do Estado de São Paulo, de maneira comparativa entre os anos de 1906 e 1907. Acrescentamos ao final da tabela o câncer, que não consta na publicação original.

Tabela 2

<i>Doenças</i>	<i>1906</i>	<i>1907</i>
Tuberculose	2.229	2.291
Grippe	528	1.010
Malária	984	969
Coqueluche	1.026	746
Sarampão	2.027	740
Febre typhoide	436	398
Dysenteria	292	274
Syphilis	262	219
<i>Câncer</i>	<i>80</i>	<i>128</i>

In: Anuario Demographico (São Paulo), 1907. V. 14, p. 35.

Foi em 1921, graças às iniciativas de se institucionalizar a luta contra essa doença que foi fundado o Instituto Arnaldo Vieira de Carvalho – um dos primeiros centros de tratamento de

câncer no Brasil³⁵ –, que funcionaria até 1929 em uma pequena enfermaria dentro da Santa Casa de São Paulo antes de receber, em novembro desse mesmo ano, infraestrutura própria. O Instituto permanece até hoje e foi idealizado pelos médicos Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho, Oswaldo Pimentel Portugal e Raphael Penteado de Barros. Contudo, “infelizmente o dr. Arnaldo sobreviveu, apenas, de alguns mezes, ao lançamento do plano que ideára, orphão ao nascer do seu cuidado e a que emprestaria as excepcionaes qualidade do seu espirito emprehendedor. O primeiro impulso, porém, já estava dado”³⁶.

Aliás, foi Arnaldo Vieira de Carvalho quem obteve o primeiro sucesso na extirpação total de um estômago atacado por um câncer do piloro³⁷ e, em seguida, também seria o primeiro clínico paulista a escrever sobre o assunto do câncer³⁸, publicando um artigo em que rejeitava o designativo “cancro” em prol de “tumores malignos” e “câncer”, definindo-o como entidade mórbida específica e de caráter hereditário e ainda resultante da proliferação desordenada das células do organismo.

A autoridade do renomado médico determinou que suas ideias fossem seguidamente reiteradas pelos seus pares, de tal modo que nos círculos clínicos da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, implantada em 1913, já se elaboravam conhecimento específico acerca dos neoplasmos ou sofisticavam técnicas terapêuticas desde as primeiras turmas.

São Paulo [...] cioso de seus foros de civilizado, acompanhando com interesse todos os progressos realizados em todos os ramos de atividade, compreendendo bem o elevado alcance moral e econômico de zelar pela saúde de seus habitantes, foi o primeiro dos Estados da União Brasileira que procurou nortear a organização sanitária nos seus domínios de acordo com as modernas conquistas científicas.³⁹

Quanto a isso, já era manifesto a guerra contra moléstias que acometiam a população, de tal modo que os “exércitos da saúde pública” já se posicionavam no *front*, invadindo ruas e casas, vacinando, emitindo diagnósticos e determinando medidas práticas. Desde o último quarteto do século XIX que órgãos de Saúde Pública de São Paulo se estendiam pelo interior do Estado, erradicando moléstias e higienizando os ambientes insalubres. Consideravam-se bem-sucedidos

35 O Instituto do Radium de Belo Horizonte é considerado o primeiro centro destinado à luta contra o câncer no Brasil e foi inaugurado em 1922 com estrutura própria.

36 PORTUGAL, Oswaldo. *A lucta anti-cancerosa em S. Paulo*. Empresa Graphica da “Revista dos Tribunaes”: São Paulo, 1936, p.6.

37 “Essa cirurgia é celebrada pela história da medicina brasileira como uma prova da capacidade de nossos cirurgiões, visto ter sido a quinta desse tipo realizada no mundo”. TEIXEIRA e FONSCCECA. *De doença desconhecida a problema de saúde pública*.

38 BERTOLLI FILHO. *Representações sociais do câncer e dos cancerosos em São Paulo*, p.85.

39 MOTA. *Tropeços da Medicina Bandeirante*, p.55.

nessa empreitada e essa avaliação decorria do nível tecnológico do projeto médico-sanitário paulista, isto é, da capacidade de formação de médicos e especialistas, do padrão da aparelhagem, da quantidade de pesquisas e estudos realizados, e do que consideravam o sustentáculo de todo esse processo: o próprio ser paulistano e sua paulistanidade.

Mas ao que corresponde essa terminologia? Para traduzi-la, recorreremos ao discurso de um eminente sujeito histórico que passou pelas esferas política, como deputado estadual, e acadêmica, como ocupante da cátedra de História da Civilização Brasileira da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Referimo-nos a Alfredo Ellis Junior, historiador e autor de um importante trabalho para a historiografia paulista, agraciada com o título de “Raça de gigantes”. Uma designação no mínimo sugestiva.

Adotando a ideia dos “traços paulistas” como responsáveis pelo progresso, o velho catedrático descreve que:

onde os bandeirantes não viam peias para as suas empresas temerárias, moldou a rudeza nos espíritos paulistas e os adaptou à produção de somas fantásticas de energias, para poder domar obstáculos que se lhe antepunham. Dessa adaptação à luta constante contra os elementos naturais resultou, na psicologia paulista, essa grandeza de iniciativa nas suas empreitadas, que parecem imbuídas de uma inconsciência temerária, que foi o caso do sucesso. Com essa inconsciência da relatividade do esforço empregado, e com essa soma de energias desenvolvidas, **venceram todos os obstáculos**, bateram os jesuítas, enxotaram os castelhanos, descobriram metais e pedrarias e colonizaram o sertão gigante. Esse potencial de eficiência só poderia ser atingido depois de uma adaptação ao solo com seus acidentes e sua vegetação intransponível. Desse solo formidavelmente vestido e fantasticamente acidentado que os paulistas logo se habituaram a vencer, teria nascido a força bandeirante (1926, p. 353).⁴⁰

É sob esse ideário que a “medicina bandeirante” entrava em ação com o propósito de regenerar a pátria pela eliminação da doença – doença como sinônimo não apenas de distúrbios biológicos compreendidos a partir de uma concepção de normalidade datada, mas também de preguiça, falta de higiene, maus hábitos ou costumes. Recuperariam, desse modo, o “filho paulista” que carrega consigo “as insígnias de suas origens bandeirantes do século XVII e XVIII”⁴¹.

Enquanto pretensa “locomotiva da nação”, a capital da província se via como metrópole industrial e epicentro nacional do desenvolvimento científico com o Instituto Butantã, o leprosário de Guapira, o Hospital psiquiátrico do Juquery, a imprensa especializada em medicina,

40 ELLIS JUNIOR, A. *Raça de gigantes: civilização no planalto paulista*. São Paulo: Helios, 1926, p. 353. *Grifo nosso*.

41 MOTA. *Tropeços da Medicina Bandeirante*, p. 47.

os laços com a Fundação Rockefeller, o Instituto de Higiene de São Paulo e a própria Faculdade de Medicina e Cirurgia. São Paulo equiparava-se, portanto, aos grandes centros urbanos do globo – ou assim ambicionavam seus representantes –, e esse é justamente o motivo pelo qual, não por acaso, os debates sobre os tumores malignos aconteciam em São Paulo. O câncer era considerado a doença das grandes civilizações.

Assim, médicos que pouco sabiam sobre os mecanismos dessa patologia começaram a se lançar na empreitada para descobrir os enigmas do mal que havia chegado à pauliceia. Isso não significou necessariamente resultados práticos satisfatórios, especialmente para aqueles que sofriam com a doença, mas se formava, a partir da década de 20, “uma comunidade de especialistas que, ao se definirem como 'cancerologistas formados', reforçaram os empenhos em monopolizarem o atendimento aos tumorosos”⁴², combatendo terapêuticas alternativas e taxando-o as de “charlatanismo”.

Ainda não sabemos o suficiente sobre o que os médicos paulistas conheciam sobre o câncer nessa primeira metade do século XX, mas temos consciência de que Adhemar Pereira de Barros, médico e político brasileiro, ao discursar na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo enquanto paraninfo da turma de 1940, listava o “drama médico paulista”, colocando na sua lista o “câncer e a falta de qualquer assistência hospitalar específica”⁴³ com o propósito de trazer à tona aquilo que os formandos e futuros médicos deveriam enfrentar.

Temos, portanto, como elementos constitutivos da institucionalização do combate ao câncer em São Paulo diversos elementos: o desenvolvimento da microbiologia, novos paradigmas clínicos, publicações em revistas, jornais, teses doutorais e anuários demográficos que passaram a anunciar a doença progressivamente – fossem em novas pesquisas (técnicas cirúrgicas ou de diagnóstico), metáforas sociais (“o câncer da revolução”) ou comercialização de medicamentos que prometiam uma cura definitiva –, mas também devemos considerar o ânimo pelo desafio, a expectativa de glória e ganhos imediatos com novas descobertas, a preocupação despendida por potências mundiais ao câncer, e a peculiaridade da paulistanidade, que propalava a um regionalismo especial e uma raça de gigantes.

A essa altura mesmo o público “leigo” sabia do que se tratava o câncer, mas assim como os grupos especializados, não havia um consenso definitivo sobre sua definição ou etiologia, exceto no seu aspecto imediatamente fatal: aqueles que eram acometidos pela doença estavam fadados a uma passagem terrena mais curta, quiçá, bastante sofrida. Os anuários demográficos

42 BERTOLLI FILHO. *Representações sociais do câncer e dos cancerosos em São Paulo*, p.85-86.

43 MOTA, André; SCHRAIBER, Lília Blima. Mudanças corporativistas e tecnológicas da medicina paulista em 1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, abr.-jun. 2009, p. 350.

demonstravam que por toda a parte era crescente seu obituário (mesmo que de maneira desorganizada). Aliás, enquanto outras doenças tinham seu coeficiente de mortalidade reduzido como reflexo da melhoria sanitária, a mortalidade causada por neoplasias só aumentava. Então, ora, só restava uma coisa a se fazer: *O cancer precisa ser combatido*.⁴⁴

Conclusão

A doença é um evento biológico, mas também pertence à história. “Não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades”⁴⁵.

O câncer não existia no plano biológico enquanto fenômeno social até que se convencionou sua existência – até que foi nomeado. Isso se deu a partir do cruzamento de eventos específicos e do desequilíbrio humoral no corpo do indivíduo, quando foi chamado de *karkinos* nos escritos hipocráticos do século IV a.C.

Sabemos, contudo, que o processo de definição da doença e as consequências dessas definições não se restringem ao nome. Cada período histórico formula satisfatoriamente quadros conceituais capazes de representar certos fenômenos biológicos que as preocupam de modo especial e, considerando o tempo histórico, a anatomoclínica impôs uma ruptura com qualquer resquício de medicina neogalênica que determinasse os fenômenos que compunha aquilo que terminologicamente era chamado de câncer até meados do século XIX.

Ainda assim era comum no início do século XX, entre médicos e pesquisadores, a ideia de que o câncer tem uma existência quase própria, para não dizer uma história praticamente biográfica que perdura por milhares de anos.⁴⁶

Coube-nos demonstrar que essa antiguidade do câncer era sustentada apenas por dois elementos que escaparam à ruptura epistemológica do século XIX: seu nome e sua invencibilidade. Elementos que por sua vez foram utilizados discursivamente por médicos paulistas para estabelecer e potencializar medidas de políticas públicas, sancionar práticas terapêuticas e estruturar relações entre médicos e pacientes ao representar os neoplasmos como uma doença milenar jamais vencida – mesmo com toda imprecisão diagnóstica e desorganização epidemiológica sobre a doença, importava fazer dessa questão algo de interesse público e uma

44 Título do livro de Antônio Prudente de 1935.

45 LE GOFF, Jacques. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985, p. 8.

46 Na verdade, essa perspectiva chega mesmo até o século XXI. Ver MUKHERJEE, Siddhartha. *O Imperador de todos os males: uma biografia do câncer*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

especialidade médica.

Cabe-nos ressaltar que o câncer tem uma característica histórica peculiar se comparada com outras doenças: se no Estado de São Paulo a malária, tuberculose, sífilis, varíola, tifo, febre amarela, ancilostomíase, e outras tornaram-se problemas de Saúde Pública devido ao alto grau de mortalidade e/ou subtração das forças de trabalho que terminavam por reduzir a capacidade de produção dos trabalhadores, o dinamismo que fez do câncer um problema de Saúde Pública estava num âmbito ideológico, foi a paulistanidade e não sua efetividade mortífera.

Assim, baseando-se nos anuários estatísticos demográficos do Estado de São Paulo, comprovamos que cada vez mais pessoas eram diagnosticadas com câncer, mas em comparação com outras doenças sua escala de afecção epidemiológica era mínima. Ainda assim, revistas especializadas, jornais, congressos e teses doutorais alertavam insistentemente para o perigo que a moléstia representava e a medicina paulista precipitava-se sobre o câncer, não porque esta de fato era uma questão social, mas principalmente porque esses médicos identificavam-se com o “sangue nobre bandeirante” (isto é, do audacioso aventureiro e arrojado conquistador) e fundamentavam-se em novos princípios científicos (a medicina experimental, a microbiologia, bioquímica e o olhar clínico).

Desse modo, a “medicina bandeirante” via-se como a única capaz em território nacional de digladiar com o “mal da civilização”, porque São Paulo representava para essa elite intelectual e positivista o epicentro do progresso político, econômico e científico – e assim o combate ao câncer ganharia em seus enunciados um vocabulário belicista: estava decretada *A lucta anti-cancerosa* em S. Paulo.⁴⁷

47 PORTUGAL. *A Lucta anti-cancerosa em S. Paulo*.

As causas-mortes na freguesia de Limoeiro – CE, (1870 a 1880): silêncios, interpretações e sentidos¹

Cause deaths in the Freguesia de Limoeiro – CE (1870-1880):
silences, interpretations and meanings

Elisgardênia de Oliveira Chaves

Doutoranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: elis_gardenia@yahoo.com.br

Recebido em: 30/10/2015.

Aprovado em: 15/12/2015.

RESUMO: Ancorada nos aportes teórico-metodológicos da História Demográfica, a quantificação dos registros de óbitos da freguesia de Limoeiro-CE, referentes à década de 1870, revelou um obituário de 2.190 pessoas. Levando em consideração os movimentos por anos os números evidenciaram uma mortandade de mais de 60% para os anos marcados pela seca de 1877-1879. Numa análise qualitativa sobre esses registros foi possível perceber as principais causas-mortes do período: febres, beri-beri, inchações, tísica, indigestão, fome, entre outras. A par dessa documentação, analisar as causas-mortes que vitimaram a população da freguesia de Limoeiro, na década de 1870, é o principal objetivo desse texto.

PALAVRAS-CHAVE: Registros de Óbitos, Causas-mortes, Freguesia de Limoeiro.

ABSTRACT: Anchored in the theoretical and methodological contributions of demographic history, the quantification of the death records of the Freguesia de Limoeiro – CE, referring to the 1870s, revealed an obituary of 2,190 people. Taking into consideration the movements for years the numbers showed a slaughter rate of over 60% for the years marked by the drought of 1877-1879. A qualitative analysis of these records we were able to understand the main causes-deaths for the period: fever, beri-beri, swellings, tubercular, indigestion, hunger, among others. Alongside this documentation, analyze and causes deaths that victimized the people of the Freguesia de Limoeiro – CE, in the 1870s, is the main aim of this text.

Keywords: Registers of Deaths. Causes deaths. Freguesia de Limoeiro.

Introdução

No decorrer do século XIX, em virtude de uma grande diversidade de doenças, o Brasil mostrou-se um país altamente mórbido. Moléstias e mortes eram constantes e ceifavam vidas de bebês, crianças e adultos em grandes proporções. No Ceará, assim como nas demais províncias

¹ Esse texto, em parte, advém da pesquisa realizada para minha dissertação: CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. *Viver e morrer: uma análise sobre a configuração sócio familiar na freguesia de Limoeiro – CE, (1870 a 1880)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2009, que teve como principal objetivo compreender a configuração sócio familiar da freguesia de Limoeiro na década de 1870.

do Norte, principalmente nos períodos de seca, os surtos epidêmicos elevavam sobremaneira os índices.

Pesquisa realizada nos assentos de óbitos da freguesia de Limoeiro,² no período de 1870 a 1880, revelou um obituário de 2.190 pessoas, indicando uma maior concentração no período da seca de 1877-1879. O número maior de mortes durante a seca, resulta em parte, da desestruturação econômica, social e acentuação das misérias: fomes, doenças, entre outros, que a acompanharam. Na realidade, três anos consecutivos de estiagem em uma economia baseada na agropecuária como a de Limoeiro, causou efeitos socioeconômicos desastrosos: rios intermitentes cortaram seu curso, lagoas esgotaram suas reservas, sem a terra molhada não se podia plantar as lavouras, as pastagens para os animais não prosperaram, sem chuvas enfim, como em qualquer tempo e lugar, morreram de fome homens e animais.

No Brasil, os estudos que vêm se desenvolvendo, sobretudo, a partir da década de 1980, e que têm nos registros paroquiais de óbitos suportes empíricos de pesquisa, demonstram um campo fértil de análise. Ao se voltarem para as epidemias, revelando quais doenças, sobre quem mais se incidiam, isto é, como a morte chegava a desestruturar famílias e comunidades inteiras, os estudos com óbitos têm sido de grande valia para a História Demográfica. A História Demográfica, enquanto campo de estudo da História Social e Cultural,

[...] tem como objeto precípua de estudos as populações humanas do período pré-censitário (que engloba os períodos pré e proto-estatísticos) [...], estabelecendo *in totum* ou parcialmente, o estudo e os movimentos daquelas populações, procura identificar suas causas e conseqüências, bem como explicitar as inter-relações destes com outros elementos da vida em sociedade. Para tanto lança mão, também, das técnicas e dos conhecimentos das demais ciências e desenvolve técnicas e modelos próprios utilizando, além dos dados tradicionalmente considerados pela demografia, todas e quaisquer fontes que possam servir ao escopo.³

A História Demográfica vem se firmando como campo histórico, mais intensamente, a partir dos anos de 1950. Não obstante a isso, o uso de conceitos da Demografia pela História é permeado de debates epistemológicos e as polêmicas e controvérsias que giram em torno das pesquisas brasileiras que utilizam os métodos da Demografia Histórica, mas que se voltam para estudos populacionais em geral, são inúmeras e de difícil solução.

² A freguesia de Limoeiro localiza-se na Região do Baixo Jaguaribe, Ceará e compunha-se da Vila de Limoeiro (atual Limoeiro do Norte) e dos povoados de São João do Jaguaribe, (atual São João do Jaguaribe), Tabuleiro de Areia (atual Tabuleiro do Norte) e Alto Santo da Viúva (atual Alto Santo).

³ MOTTA, José Flávio e COSTA, Iraci del Nero. Demografia Histórica: da sementeira à colheita. *Revista Brasileira de Estudos de População*, vol. 14, jan/dez, 1997, p. 52. Disponível em: <http://www.brnued/boletinsenha.htm>. Acesso em: 15/10/2014.

Em artigo publicado por Carlos Bacellar, Ana Silvia Volpi Scott e Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi, intitulado *Quarenta Anos de Demografia Histórica*, publicado na Revista Brasileira de Estudos Populacionais, em 2005, os autores levantam alguns questionamentos acerca da definição, campo e limites da demografia histórica no Brasil. Segundo eles, os balanços efetuados sobre a produção historiográfica brasileira deixam implícitos “a rarefação de estudos concretos relativos às variáveis demográficas clássicas – natalidade, nupcialidade e mobilidade – e à relação entre elas e delas com os contextos socioeconômico e cultural.”. Por outro lado, “privilegia-se temas voltados para o estudo da população: história da família, da criança e da mulher, análise das estruturas de parentesco, da sociabilidade, do patrimônio familiar, da composição da força de trabalho com ênfase na mão-de-obra escrava”⁴.

Ou seja, faltam nesses estudos uma abordagem demográfica propriamente dita. Sobre esse avanço em Demografia Histórica, um tanto quanto contraditório, em que os historiadores legitimam-se mais do que os demógrafos, Tarcísio Rodrigues Botelho expõe diferenças entre pesquisas de cunho mais demográfico numa perspectiva histórica e pesquisas em demografia histórica:

Enquanto muitos enfocam os estudos demográficos numa perspectiva histórica, outros preferem ver na demografia histórica o estudo das populações. Se para os primeiros é necessário voltar às preocupações propriamente demográficas que davam os limites da disciplina, para outros é exatamente o rompimento destes limites que tem levado as contribuições de peso para a compreensão da economia e da sociedade brasileira no passado. Ambas as posições são pertinentes. A demografia histórica deve ter sempre uma preocupação com aquele que afinal tem sido seu público leitor por excelência, qual seja, o historiador. O uso de arsenais estatísticos extremamente sofisticados pode representar ganhos em termos de uma compreensão das dinâmicas demográficas no passado, mas pode afastar este público leitor.⁵

José Flávio Motta e Iraci del Nero Costa também estão na linha dos pesquisadores que defendem o “transbordamento” dos limites da Demografia Histórica. Para eles, essas características da produção são extremamente salutares, na medida em que rompem os limites restritos da demografia formal, de excessiva aridez estatística, e caminha mais e mais firme para a interdisciplinaridade. Além do mais, tem ganhado respaldo a produção científica que se tem realizado na área, “solidamente ancorada do ponto de vista empírico em largo espectro

⁴ BACELLAR, Carlos, SCOTT, Ana Silvia Volpi e BASSANEZI, Maria Silvia Casagrande Beozzo. Quarenta anos de demografia histórica. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. São Paulo, v. 22, n. 2, jul/dez. 2005, p.341.

⁵ BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. História da população brasileira: balanços e perspectivas. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.) *Historiografia brasileira em debate: olhares, recortes e tendências*. São Paulo: FFLCH/USP, 2002, p. 167.

documental, um esforço voltado ao objetivo de elaborar esquemas interpretativos renovados do processo de formação demográfica, econômica e social do Brasil”⁶.

Diante do exposto, vislumbra-se um entendimento da própria definição de demografia histórica. Para tanto, os autores propõem a deles:

A demografia histórica, que tem como objeto precípua de estudos as populações humanas do período pré-censitário (que engloba os períodos pré e proto-estatísticos) é o campo da Ciência Social que, estabelecendo *in totum* ou parcialmente, o estudo e os movimentos daquelas populações, procura identificar suas causas e conseqüências, bem como explicitar as inter-relações destes com outros elementos da vida em sociedade. Para tanto lança mão, também, das técnicas e dos conhecimentos das demais ciências e desenvolve técnicas e modelos próprios utilizando, além dos dados tradicionalmente considerados pela demografia, todas e quaisquer fontes que possam servir ao escopo. [...] Cumpre observar, ademais, que os resultados proporcionados pela demografia histórica não se limitam ao campo estrito dos fenômenos demográficos, pois também dizem respeito aos demais campos da Ciência Social.⁷

Em comunhão com a definição dos autores, partindo dos registros paroquiais de óbitos e inspirados nesse instrumental teórico-metodológico podemos ter clareza da viabilidade desse estudo em História Demográfica ou História da População, sobre a mortandade em Limoeiro. O registro de óbito que segue nos proporciona uma visualização das complexidades e particularidades dessa documentação a partir de elementos que a compõe como nomes, datas, cor, causas-mortis, entre outros.⁸

João da Silva Carrapixo, pardo, casado com 25 anos de idade, faleceu de moléstia interior, com todos os Sacramentos aos 11 de Agosto de mil oito cento setenta e cinco foi sepultado no cemitério público desta Villa depois de encomendado por mim abaixo assignado, em volto em branco, aos 12 do mesmo mês e ano. E para constar mandei fazer este assento em que me assigno. O vigário Francisco Ribeiro Bessa.⁹

Com ênfase nos eventos vitais contidos nessa documentação, identificando aspectos da morte nessa sociedade, no decorrer do texto, evidencia-se os seguintes indicadores: incidência, causas-mortes e perfis sociais da população atingida, na freguesia, no decênio de 1870 a 1880.

Medicina e saúde enquanto campo de conhecimento e vias de institucionalização no Brasil: breves considerações

⁶ MOTTA; COSTA. *Demografia Histórica: da sementeira à colheita*, p. 51.

⁷ MOTTA; COSTA. *Demografia Histórica: da sementeira à colheita*, p. 52.

⁸ Os registros de óbitos aqui analisados encontram-se no Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte – CE. O (ADLN) é composto basicamente de registros de casamentos, batismos e óbitos, com exceção de alguns livros, em estado razoável de conservação. O arquivo dispõe de um acervo que se inicia no início do século XVIII, percorrendo os séculos XIX e XX e abrange várias paróquias da Região Jaguaribana – CE.

⁹ ADLN - Livro de óbitos, nº 1 p. 36.

O Brasil, ao longo do século XIX, foi acometido por sucessivas epidemias de cólera, febre amarela, varíola, entre tantas outras. Desse modo: “a morte era uma presença constante, tanto quanto o enfraquecimento dos corpos, atacados por moléstias sem conta”¹⁰. Por ser um país mórbido ou doentio, o Brasil precisava ser curado. Nessa conjuntura, entram em cena, em consonância com as teorias europeias da época, os saberes médicos, divididos entre os que acreditavam que as doenças eram transmitidas pelo contato direto de pessoa para pessoa – os contagionistas - e os que viam o ar miasmático como transmissor e causador das doenças - os infeccionistas. Stefan Cunha Ujvare, nos explica de forma mais detalhada as duas teorias, mostrando, inclusive que, a do contágio, considerada a mais correta, recebeu menos importância no país.

Pela a teoria dos miasmas, os locais imundos contendo dejetos e lixo orgânico em decomposição emanava substâncias invisíveis, mas nocivas e causadoras das doenças infecciosas e epidemias, impregnando o ar. Portanto, contraía-se a infecção ao respirar o ar que continha tais substâncias miasmáticas [...]. O contágio acarretaria a disseminação das infecções por meio de objetos contaminados pelo doente. Apesar de essa tese ser a correta, os miasmas dominavam o terreno científico. Seriam necessárias segundas descobertas futuras para que essa teoria fosse ganhando terreno, até finalmente, ter a sua consagração com a identificação dos agentes causadores das infecções, os germes.¹¹

Os adeptos dessas teorias passaram a propor reformas urbanas cruciais para o melhoramento do estado sanitário do Brasil oitocentista. Os infeccionistas combatiam rigorosamente “a imundície das cidades que incluía medidas para limpeza das ruas, drenagem dos alagamentos, suprimento de água limpa e sistemas de esgotos. Levou tempo, entretanto, até que essas ações fossem implementadas”. Enquanto isso, os contagionistas investiam na regulamentação do espaço, argumentando que as instituições a exemplo dos hospitais, cemitérios, prisões e hospícios,

vistos como fruto do crescimento das cidades e, portanto, indispensáveis ao seu funcionamento, serviam, segundo os médicos, de focos de doenças, representando um perigo para todo o urbano. [Em razão disso] se não podiam e nem deviam ser abolidos, devendo, porém, ser expulsos do centro da cidade, já que suas localizações não obedeciam aos critérios de salubridade.¹²

¹⁰ UJVARE, Stefan Cunha. *A História e suas epidemias: a convivência do homem com os microrganismos*. Rio de Janeiro: Editora SENAC São Paulo, 2003, p. 156.

¹¹ UJVARE.. *A História e suas epidemias*, p. 156.

¹² _____. *A História e suas epidemia*, p. 156.

Essas concepções teóricas sobre as formas de transmissão das doenças no Brasil durante ao século XIX, numa acepção da História da Saúde no campo científico, nos remete a Foucault, para quem sendo a Ciência uma produção cultural é passível de múltiplas possibilidades de interpretações.¹³

Desse modo, as formas de conhecimento que classificaram e entenderam as doenças no Brasil nesse período, em concomitantes e posteriores processos de revisões e transformações, nos coloca em diálogo também com o pensamento de Fleck, que para desenvolver a teoria da ciência escolheu discorrer sobre a história da sífilis, mostrando como o conceito da doença foi pensado, do século XV à primeira década do século XX, ou seja, em diferentes épocas e contextos.¹⁴ Para o autor até se chegar ao que chamamos hoje de sífilis, a palavra passou por diferentes interpretações e explicações, sendo assim a designação fruto de uma comunidade científica forjada, portanto, em diferentes “pensamentos coletivos”.

As concepções não são sistemas lógicos – por mais que queiram sê-lo, mas unidades estilísticas, que desenvolvem e regridem como tais ou transmitem para outras unidades com provas. Cada época tem concepções dominantes, restos das concepções passadas e predisposições de concepções futuras em analogia com todas as formas sociais. Uma das tarefas mais nobres da teoria comparada do conhecimento seria a de investigar como concepções, ideias pouco claras circulam de um estilo de pensamento *Denkstil* para outro, como surgem enquanto pré-ideias espontâneas e como se conservam, graças a uma harmonia da ilusão, enquanto formações persistentes e rígidas. Somente por meio dessa comparação e investigação das relações chegamos a uma compreensão da nossa época.¹⁵

O estilo de pensamento é composto por interações de ideias intelectuais pertencentes a uma comunidade, a um estilo de pensamento. Se atualmente se têm diferentes interpretações para as formas de transmissão das doenças no Brasil, as concepções de contágio e miasmas, em grande medida, permeou, fez parte do “estilo de pensamento” de cientistas da área da saúde, nos proporcionando, assim, inegável legado de contribuições.

De uma maneira geral, no século XIX a formação dos agentes médicos imbuídos na descoberta e na cura dos diversos males que afetavam o povo brasileiro se dava nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Faculdades essas existentes desde 1832, e que combinavam as carências, de cada uma delas, com teorias importadas da Europa. Para Agra do Ó “o saber transmitido nestas escolas era mera cópia das teorias e dos métodos europeus, os quais chegavam aos lentes do Império através da leitura dos tratados e compêndios importados da

¹³ FOUCAULT, Michael. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 158.

¹⁴ FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Trad. Georg Otto e Mariana Camilo de Oliveira. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

¹⁵ _____. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, p. 178.

França, com frequência atrasados vários anos”¹⁶. Além disso, “não havia meios materiais e econômicos necessários à pesquisa e mesmo as mais avançadas ideias da medicina francesa aqui se estiolavam quando aplicadas nas rudimentares escolas médicas”.

Quem pagava o preço por essa precariedade, evidentemente, era a população. Ao começar pelo diagnóstico, quando a medicina baseava-se apenas no olhar sobre o enfermo e “nos sintomas e sinais visíveis e suspeitos, os quais depois de comparados, concatenados e somados determinavam a natureza do estado mórbido.” Feita a análise “clínica” do paciente, chegava-se a conclusão de qual doença se tratava. Identificada a natureza da doença, o médico prescrevia o receituário para o tratamento da mesma.¹⁷

Os remédios indicados iam desde medicamentos de origem europeia, vendidos em boticas e outros estabelecimentos comerciais, ao uso de hidroterapia (banho de mar); crenoterapia (uso de água mineral); homeopatia (tratamento com agentes capazes de produzir sintomas semelhantes aos das doenças); e da alopatia (método de combater as doenças, utilizando-se meios para produzir sintomas contrários a ela).

A medicina enquanto campo de conhecimento, em vias de institucionalização, buscava diferenciar-se das práticas populares de cura. Não obstante a isso, essas práticas não foram de todo anuladas pela população. Misturavam-se a esses indicativos médicos, atos terapêuticos fantásticos adotados, principalmente, pelas camadas populares.

[...] chá de barata contra asma, chá de excremento de cachorro contra sarampo, chá de grilo para fazer menino falar, urina de vaca preta com leite cru para tuberculose, terra de cemitério para úlcera, bosta de cavalo em pó para feridas, [...] um copo de urina de vaca, pela manhã em jejum, para hidropisias [...].¹⁸

Além desses medicamentos feitos a partir de insetos e excrementos de animais, as práticas populares de cura no Ceará se utilizavam de uma medicina caseira baseada em plantas medicinais tais como a quinina, ipecacunha, entre tantas outras, na cura de suas moléstias.¹⁹ Grosso modo, era com esse saber médico, juntamente com as práticas terapêuticas populares que, no século XIX, se tratavam os males do povo brasileiro. E foi nessa conjuntura que várias doenças, tanto nas formas epidêmicas, quanto endêmicas, dizimaram milhares de vida em todo o país.

¹⁶ AGRA DO Ó, Alarcon. Relatos de males: notas a cerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. In: *A Paraíba no Império e na República: estudos da História Social*. João Pessoa: Ideia, 2003, p. 26.

¹⁷ AGRA DO Ó, Alarcon. *Relatos de males*, p. 30 – 34.

¹⁸ _____. *Relatos de males*, p. 31 – 34.

¹⁹ GADELHA, Georgina da Silva. *Os saberes do corpo: a medicina caseira e as práticas populares de cura no Ceará (1860-1919)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2007.

A mortandade interrompendo a dinâmica social em Limoeiro: um caleidoscópio de causas e variantes

Na vila de Limoeiro, durante a década de 1870 os falecimentos, com causas diversas, alcançaram cifras elevadas, principalmente nos anos marcados pela grande seca de 1877-1879, onde o percentual alcançou 63,5% dos 2.191 assentos de óbitos no período.

Tabela 1:

Número de óbitos por anos na freguesia de Limoeiro, 1870/1880

Anos	1870	1871	1872	1873	1874	1875	1876	1877	1878	1879	1880	Total
Total	9	22	132	101	150	134	167	335	954	106	80	2190
%	0,4	1,0	6,0	4,6	6,8	6,1	7,6	15,2	43,5	4,8	3,6	100

FONTES: (ADLN) - Livros de óbito 4, 6 e 6-A - Freguesia de Russas; Livros de Óbitos 1, 2, 3 e 4 – Freguesia de Limoeiro.

A forte incidência de mortes nos três anos consecutivos de seca representa um dado a ser observado. Comumente, em termos de clima, em países tropicais, nas épocas mais quentes do ano a mortandade tende a se elevar, pois a ocorrência das febres, desidratação e outras doenças típicas de climas quentes se acentuam.²⁰ Em um período de estiagem tão agudo como esse as temperaturas normalmente se elevam durante todo o ano. De acordo com o que a documentação apresenta, em termos de distribuição de falecimentos para o decênio, podemos pensar que a questão climática associada à fome e as epidemias, em parte, explicam o elevado aumento de mortes durante a seca de 1877-1879.

A impossibilidade de classificar as causas-mortes durante a década entre os anos em que houve inverno regular e os anos em que a seca foi inclemente, justamente por existir uma lacuna na documentação, referente aos anos de 1870 a 1875, em decorrência do padre Francisco Ribeiro Bessa não ter registrado nas atas de óbitos o nome da causa-morte, impede outras possíveis associações. Na época em estudo, quem lavrava os registros de óbitos eram os próprios padres, que, ao fazerem os assentos, ao que tudo indica, atribuíam, eles próprios, a causa da morte. João José Reis, referindo-se a Salvador, nos esclarece:

Os livros paroquiais de óbitos registram que a maioria das pessoas morriam de moléstias internas. Essa expressão de certo era usada quando não se podia associar os sintomas do moribundo a uma enfermidade conhecida. Muitas vezes os padres registravam um nome descrito para a causa da morte como ataque de peito. Neste caso, porém, sabemos pelo menos que se tratava de uma

²⁰ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, p 104.

doença das vias respiratórias. Estas eram as que mais matavam depois da moléstia interna, principalmente a tuberculose, chamada tísica naquela época.²¹

Para além da lacuna documental, uma das grandes dificuldades que se impõe é, uma vez identificada o nome da doença no registro de óbito, relacioná-la às principais causas-mortes abordadas por dicionaristas e pela historiografia que trata da questão no período em estudo. Todavia, diante do exposto na tabela 02, podemos visualizar melhor os nomes e a distribuição das causas-mortes em Limoeiro durante a década de 1870 de modo a fazermos inferências, associações, considerações e análises.

²¹ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 36.

Tabela 2:

As causas-mortes na freguesia de Limoeiro, segundo os registros de óbitos, (1870 a 1880)

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1870	1 maligna; 1estrepada; 1 moléstia de peito; lafecção pulmonar.	3 maligna.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	lhydropesia
1871	2 partos; lataque cerebral; 1 thisica.	1 maligna.	1 febres.	2 febres; 1espasmo; 1morte apressada	-	-	1febres	-	-	2inflamaço	2inflamação; 1 espasmo	2 febres; 2hydropesa
1872		1moléstia interior.	-	1moléstia interior;	-	-	-	-	1indigestão.	-	-	-
1873	1 parto; 1 febres.	-	1 morte repentina; 1 angina; 2 maligna; 4garrotilh; 1 sarampo.	1 febres.	1sarampo.	1 estupor; 2obstruçã; 1vermes.	1espasmo	1morte natural;	-	-	-	-
1874	-	-	-	-	3bexigas.	1 bexiga.	-	-	-	-	-	-
1875	-	-	-	-	-	-	-	4 maligna	1 maligna; 1pthisica; 1inflamação; 1estumenci; 1constipaç; 1hydropesi.	-	1hydropesia; 1 neurisma;	1hydropesi; 1inflamação; 1 fluxo de sangue.
1876	lafexão pulmonar; 1 moléstia no interior; 1 espasmo; 2 pthisica; 1 espasmo; 1 maligna; 1 estupor; lafogameno; 1 herme.	4 inflamação; 1 hidropisia; 1 estupor; 1 espasmo; 1maligna; 1moléstia; 4 maligna.	5 maligna; 3inflamação; 2 parto; 1febre maligna; 1 paralisia; 1 moléstia; 4 maligna.	5 maligna; 4 pthisica; 2inflamaçã; 1hidropisia; 1reumatism; 1 afogado.	4espasmo; 1 maligna; 1 estupor; 1 velhice; 1moléstia interior; 1indigestão.	3 thisica; 3 maligna; 1 inflamação no fígado; 1doença crônica; pthisica; 1 febre; 1 espasmo.	1 parto; 1thisica de laringe; 1espasmo; 1catarro maligno; 1 mordida de cobra; 1 garrotilho; 1 hérnia.	1 afogado; 1hidropisi; 1 paralisia; 1 febre; 1 thisica; 1garrotilho; 1indigestão;	2 maligna; 1 espasmo.	4morte súbita; 2 pthisica; 2hidropisia; 1 paralisia; 1 espasmo; 1 maligna.	1morte repentina; 1 câmara de sangue; 1 hidropisia.	4 maligna; 3 espasmo; 2 hidropisia; 1 pthisica de laringe; 1doença crônica; 1esquenência.
1877	3 espasmo; 3 malignas; 1 suspensão; 1 hidropisia; 1 inflamação; 1maligna; 1 queimadura; 1 estoporada.	7 espasmo; 1 estupor; 1 inflamação; 1constipação.	3 espasmo; 3 hidropisia; 3 maligna; 2estuporada; 1 empídemia; 1 morte súbita; 1 garrotilho;	2 espasmo; 1febre maligna; 1 garrotilho; 1 maligna; 1morte súbita; 1 moléstia no peito.	2mortes súbita; 2 thisica; 1 espasmo; 1constipação; 1 hidropisia; 1 febre; 1 maligna;	3 espasmo; 2 thisica; 2morte súbita; 2 hidropisia; 2 hidropisia; 2 inflamação; 1febre maligna;	5 hidropisia; 5 maligna; 2 espasmo; 2 garrotilho; 2 malina; 2 inflamação; 1 cansaço;	10 maligna; 4 diarreia; 4 maligna; 3 febre; 3 estupor; 1febre maligna;	8 maligna; 4 espasmo; 4 febre; 4 maligna; 2 inflamação; 2 hidropisia; 2 parto;	5febres; 4 espasmo; 3 febre; 3hidropisia; 2 diarreia; 1 inchação; 1 beri-beri;	8 inchação; 4 maligna; 3 febre; 3 inflamação; 2estupor; 1thisica; 1 diarreia;	17inchação; 14 diarreia; 12 maligna; 8 hidropisia; 4 inflamação; 4 fome; 3 beri-beri;

			1 febre; 1moléstia no peito.		1 velhice.	1reumatismo; 1 estupor; 1 thisica; 1 maligna; 1impedimento do ventre; 1 doença crônica; 1 sífilis; 1 parto; 1moléstia que se ignora; 1 paralisia.	1reumatismo; 1febre maligna; 1 estupor; 1 inchação; 1 febre; 1 beri-beri; 1morte súbita.	1febre amarela; 1catarro maligno; 1 moléstia nos pulmões; 1moléstia no interior.	2 estupor; 2 inchação; 1 garrotinho; 1impedimento; 1 verme; 1 inchação no estomago.	1 maligna.	1 beri-beri; 1 câmara de sangue; espasmo; 1 fome; 1impediment; 1reumatismo; 1 asthma; 1 engasgado; 1 mordida de aranha.	2 phthisica; 2impedimento no ventre; 1 catarro; 1 espasmo; 1 estupor; 1moléstia interior; 1 thisica; 1 parto; 1esquenência; 1 estrepada; 1 facada.
1878	17 diarréia; 15 inchação; 10 maligna; 6 febre; 5 fome; 5 hidropisia; 4 espasmo; 4 estupor; 1indigestão; 1 thisica; 1 cólicas; 1 morte; repentina; 1 colisões; 1 catarro; 1 phthisica; 1sofrimento.	46 diarréia; 12 inchação; 6 maligna; 4 estupor; 3 fome; 2 thisica; 2 câmara de sangue; 2 espasmo; 1catarro maligno; 1 moléstia; 1 hidropisia; 1constipação; 1 beri-beri; 1 parto.	53 diarréia; 31 inchação; 23 fome; 12 febre; 5 espasmo; 4 beri-beri; 4 estupor; 2 câmara de sangue; 2 espasmo; 2inflamação; 1 garrotinho; 1 carbuncro; 1 thisica.	30 febre; 30 inchação; 15 diarréia; 13 fome; 6 maligna; 4 espasmo; 2 pleuriz; 2 beri- beri; 2 hidropisia; 2embriagado com mandioca; 1 inflamação no fígado; 1 thisica; 1 estupor; 1 papeiras.	22 inchação; 18 fome; 16 febre; 11 beri-beri; 9 maligna; 9 diarréia; 3 câmara de sangue; 3 estupor; 2 espasmo; 2inflamação; 1 hidropisia; 1 phthisica; 1 febre amarela; 1dor de dente; 1 ferida no lábio.	19 beri-beri; 19 fome; 14 febre; 9 inchação; 9 maligna; 4 diarréia; 4 câmara de sangue; 3 estupor; 3 maligna; 2 thisica; 2 dentição; 1 variola; 1 entalo; 1 velhice; 1suspensão; 1febre amarela; 1sofrimento crônico; 1scrophola	23 beri-beri; 15 inchação; 9 fome; 8 febre; 6 maligna; 4 diarréia; 3 estupor; 2 phthisica; 2 câmara de sangue; 1moléstia interior; 1 ferida no peito; 1inflamação; 1 espasmo; 1queimadura; 1 velhice; 1hidropisia; 1 afogado; 1coqueluc; 1pancada por acaso; 1 cansaço.	32 beri-beri; 8 inchação; 6 fome; 5 febres; 4 câmaras de sangue; 2 maligna; 2inflamação; 1suspensão; 1reumatism; 1 pilamez; 1 inchação; 1 dentição; 1 pilamez.	12 beri-beri; 5 febre; 2 fome; 2 maligna; 2 câmara de sangue; 1 inchação; 1 garrotinho; 1 diarréia; 1 phthisica; 1 hidropisia; 1 vermes; 1 gota.	5 beri-beri; 5 fome; 3 febre; 2 diarréia; 1sofrimento interior; 1morte repentina; 1 dentição; 1 surra; 1 thisica; 1phthisica do peito; 1 câmara de sangue.	3 febre; 1 espasmo; 1facada casual; 1 phthisica do peito; 1 beri-beri; 1 maligna; 1 indigestão; 1 hidropisia; 1 astema.	3 beri-beri; 2 fome; 2 febre; 2 comida de mandioca; 1 inchação; 1 mordida de jumento; 1 crimpila.
1879	3 febre; 1 queda; 1 garrotinho; 1 fome; 1 velhice; 1 diarréia.	1 velhice; 1 variola; 1 sarampo; 1 inchação.	3 febre; 2 beri-beri; 1 diarréia; 1suspensão; 1 maligna; 1 espasmo; 1 surra; 1 moléstia no peito; 1 estupor.	2 diarréia; 2 maligna; 2 variola; 1 hidropisia; 1 estupor; 1 moléstia no interior.	2 câncer; 2 beri-beri; 2 morte súbita; 1 maligna; 1 inchação.	2 phthisica; 2 maligna; 2 febres; amarela; 2 estupor; 1morte súbita; 1 parto; 1 catarro maligno; 1 espasmo; 1 diarréia; 1 fluxo de sangue.	1 fome; 1morte repentina; 1 parto; 1catarro maligno; 1 espasmo; 1 diarréia; 1 fluxo de sangue.	2 phthisica; 2inflamação; 1sofrimen-to no interior; 1 beri-beri.	2 estupor; 1 maligna; 1 phthisica; 1morte repentina; 1 beri-beri; 1 apoplexia; 1 retenção; 1esquecência	1sofrimento crônico.	1 phthisica; 1 estupor; 1morte repentina; 1inflamação no interior.	1 febre; 1 maligna; 1 hidropisia.
1880	2queimadura; 1morte súbita; 1 thisica; 1inflamação no fígado; 1 maligna;	1inflamação	1 catarro; 1 estupor.	2sofrimentos interiores; 1 maligna; 1 catarro.	4 maligna; 1 morte repentina; 1 suspensão; 1reumatism; 1 espasmo;	2 espasmo; 2 estupor; 1 febre; 1 suspensão.	1espasmo; 1sofrimento interior; 1 estupor; 1supressão no sangue;	3 febres; 1inflamação.	1 febre; 1 phthisica; 1 garrotinho; 1 mordida de cobra.	1verme; 1febre; 1ferida ruim; 1maligna.	1 maligna; 1 inflamação ou hidropisia.	2 espasmo; 1hidropisia; 1 febre; 1 mordida de piranha; 1morte

	1 hidropisia; 1 comida de mandioca.				1 congestão endobral.		Isupressão no ventre.					repentina.
--	-------------------------------------	--	--	--	-----------------------	--	-----------------------	--	--	--	--	------------

FONTES: (ADLN) - Livro de óbito 4, 6 e 6-A - freguesia de Russas; Livro de Óbitos 1, 2, 3 e 4 – freguesia de Limoeiro.

De acordo com a tabela 02, além, do elevado número de óbitos, na vila de Limoeiro as causas-mortis foram muito variadas. A fome em si foi uma causa-morte verificada somente durante a seca de 1877-1879. Os números evidenciam 112 casos que ficaram assim distribuídos: cinco (05) para o ano de 1877, cento e cinco (105) em 1878, e dois (02) relacionados a 1879. Esses números, no entanto, não representam a realidade. As mortes pela fome, bem como por outras causas, evidentemente foram bem superiores em cada ano. Podemos observar nos três registros seguintes o grau de necessidades de algumas famílias que chegavam a perder vários membros pela fome, como a de Raymundo Rodrigues Silva e Francisca Maria de Jesus que durante três meses consecutivos perdeu três filhos.

Antônio, pardo, parvullo, filho legítimo de Raymundo Rodrigues da Silva e Francisca Maria de Jesus, faleceu de fome no dia 24 de Abril de 1878, tendo de idade 7 anos e no dia seguinte envolto em branco foi sepultado no Cemitério de N. S. do Livramento desta Freguesia. E para constar mandei fazer o presente em que me assigno. Vigo. Joaquim Rodrigues de Menezes Silva.²²

Raymundo, pardo, adulto, filho de Raymundo Rodrigues da Silva e Francisca Maria de Jesus, faleceu de fome no dia 20 de Maio de 1878, tendo de idade 8 anos, foi sepultado no dia seguinte envolto em branco no Cemitério de N. S. do Livramento desta Freguesia. E para constar mandei fazer o presente em que me assigno. Vigo. Joaquim Rodrigues de Menezes Silva. Vigo. Joaquim Rodrigues de Menezes Silva.²³

Alexandrina, parda, parvulla, filha legítima de Raymundo Rodrigues Silva e Francisca Maria de Jesus, faleceu de fome no dia 27 de Junho de 1878, tendo de idade 6 anos, no dia seguinte envolto em branco foi sepultada no Cemitério de N. S. do Livramento desta Freguesia. E para constar mandei fazer o presente em que me assigno. Vigo. Joaquim Rodrigues de Menezes Silva.²⁴

As mortes pela fome, desvelam consequências também da deficiente política de socorros públicos para com a população indigente, pois embora estivessem garantidos em lei, o fato é que os socorros chegados e distribuídos em Limoeiro foram muito insuficientes para matar a fome de quem não disponha mais de nenhum recurso para se alimentar. O caso da família de Raymundo Rodrigues Silva e Francisca Maria de Jesus que perdeu três filhos pela fome nos faz refletir um pouco sobre isso.

Na impossibilidade de plantar e colher as lavouras, em decorrência da seca, bem como de comprar ou adquirir alimentos através da política de socorro público, só restou para grande parte das famílias de Limoeiro o consumo de recursos silvestres, que embora prejudiciais à saúde, eram

²² ADLN - Livro de óbitos 01, nº 147, p. 24.

²³ ADLN - Livro de óbitos 01, nº 166, p. 25.

²⁴ ADLN - Livro de óbitos 01, nº 183, p. 27.

os únicos haveres com que podia contar a pobreza para se alimentar. Ofício da Câmara de 16 de maio de 1877, enviado ao presidente da província Caetano Estelita Cavalcante Pessoa, expõe o quadro de miséria e fome na freguesia.

[...] O povo deste município já há muito que soffre os efferitos da calamidade da seca, mas tem-se sustentado até agora com o escaço recurso da fructa da carnaubeira e o palmito da mesma; porém está conhecido que este alimento, posto que produza o sustento precário, tem com tudo occasionado moléstias e cazos de febres, além disso este sustento não é sufficiente para sustentar os necessitados visto que a mesma fructa está acabada e os palmitos pela falta de providência e economia dos proprietários estão, em muitas partes inutilizados pelo fogo que lhe atearão. [...].²⁵

Desse modo, acreditamos poder somar às doenças causadas pela ingestão de plantas silvestres, aos vários casos de indigestão, inflamação no fígado, impedimentos do ventre, inchação no estômago, constipação de ventre (prisão de ventre), além dos próprios casos de morte provocados pelo consumo da mandioca, registrados nos óbitos. Esses casos de febres podem ainda ser associados às febres gástricas e biliosas, por tratarem-se geralmente de doenças estomacais, cujos sintomas mais frequentes eram: “febre mais ou menos intensa, dores de cabeça e corpo, língua saburrosa, vômitos em alguns de materiais biliosos, em outros, constipação do ventre”²⁶.

Além das mortes pela fome durante a seca, bem como pelas desencadeadas por ela com a ingestão dos recursos silvestres, é importante ressaltar que a desnutrição quando não matava, deixava muito fraco os organismos sobreviventes, contribuindo, assim, para que as doenças se alastrassem com muita facilidade. Desse modo, uma série de outros males, cuja acentuação se deu, sobretudo durante a seca de 1877-1879, certamente estão associados direta ou indiretamente.

Os casos de febres se manifestaram de forma endêmica durante todo o período em estudo, causando surtos epidêmicos nos anos de seca. Como geralmente, nos assentos de óbitos registraram apenas a palavra febre ou febres, não especificando de qual febre se trata, nos parece viável traçarmos algumas outras relações desses casos com outros tipos de febres, além das gástricas, tão comuns ao período em estudo, tais como a febre-amarela, a malária e a febre maligna. Durante a segunda metade do século XIX, a febre amarela grassou por diversas vezes no Ceará. A exemplo de todo o interior da província, a freguesia de Limoeiro foi atacada por esta

²⁵ APEC (Arquivo Público do Estado do Ceará). Correspondência da Câmara Municipal de Limoeiro 1873-1921. Caixa 100, antiga 55 – A.

²⁶ BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. *Caminhos da cura: a experiência de moradores de Fortaleza com a saúde e a doença (1850-1880)*. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica- PUC, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo: 2002, p. 66.

doença, em razão das muitas carências reinantes na região, entre elas a falta de medicamentos, decorrentes da inexistência de políticas eficazes voltadas para a população pobre. É o que podemos constatar em correspondência aprovada pelos vereadores da Câmara de Limoeiro, em Sessão Ordinária realizada aos 3 de novembro de 1878 e dirigida ao então presidente da província, Dr. Antônio Caio da Silva:

É nestas condições, Exm. ° Snr. Que esta Câmara confiando na sua alta dignidade [...], ousa, esperando obter um feliz resultado de suas reclamações anteriores, pedir ainda a V. Excia. a providência de fornecer-lhe medicamentos efficientes para o tratamento das pobres vítimas da febre amarela que sucumbem a míngua de qualquer recurso, na ausência absoluta de meios para compra-los.²⁷

Embora a febre amarela tivesse se alastrado por todo o interior da província, curiosamente os assentos de óbitos de Limoeiro mostram-nos um número muito pequeno de mortes que tiveram como causa esta moléstia. Durante o período em estudo, verificamos apenas cinco (05) casos: um em agosto de 1877; um em maio e outro em junho de 1878; e dois em junho de 1879. No entanto, observando ainda a tabela 02, podemos constatar a expressão febre em vários registros de óbitos, sem, contudo, especificar de qual febre se tratava. Portanto, muitos dos casos de febres dispostos na tabela, certamente podem estar associados à febre amarela.

A historiografia cearense nos lembra, ainda, que a malária, também conhecida como febre intermitente, febre palustre, sezão, entre outras denominações, era um outro tipo de febre constante no período em estudo, o que nos faz associá-la, também, ao grande número de casos que tem a febre como único registro de causa morte. No Ceará, segundo o Dr. Barão de Studart, desde o século XVIII, a febre palustre (malária), na forma endêmica, fazia suas vítimas na província. Tendo, mais uma vez, “irrompido depois do inverno de 1866 na Ribeira do Acaraú, fazendo muitas vítimas em 1870, e desta vez espalhando-se por uma vasta região, inclusive pelo sertão, e explodiu terrivelmente, nos anos de 1872 e 1873”²⁸. Por ser endêmica no Ceará e por causar tantas vítimas na década de 1870, é perfeitamente possível que muitas das mortes por febres, de acordo com a tabela 02, tenham sido causadas pela malária. Para além dos referidos casos de febres, os registros de óbitos revelam, ainda, inúmeros casos de febre maligna.

De acordo com o *Dicionário de Medicina Popular* do médico polonês Pedro Napoleão Chernoviz, febre maligna ou maligna trata-se da doença conhecida cientificamente por

²⁷ APEC - Caixa 100, antiga 55 – A.

²⁸ STUDART, Barão de. *Climatologia epidemias e endemias do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 29.

meningite.²⁹ Se observarmos na tabela 02, essa doença está muito presente em todo o período estudado, sendo que, nos anos referentes à seca (1877-1879), se manifestou de forma epidêmica em Limoeiro. Na realidade, no período de seca as febres causaram vítimas praticamente durante todo o ano.

Nos anos marcados pela regularidade chuvosa, sobretudo 1876 e 1880, a incidência das febres se faz mais presente no segundo semestre do ano, por ser o período mais quente. Outras febres associadas aos climas quentes e que possivelmente no período em estudo estão entre as febres de Limoeiro são a febre intermitente “que aparece e desaparece sucessivamente, mas que muitas vezes causa óbito”, bem como a febre remittente que se manifesta de forma contínua, “tem exarcebações acompanhada de frio e calor”³⁰.

Além das febres, outra causa-morte muito comum encontrada nos registros de óbitos de Limoeiro foi a diarreia. Esse mal atacou a população local de forma epidêmica entre o final de 1877 e o primeiro semestre de 1878, ou seja, no período da seca. Aos casos de diarreias podemos somar ainda a causa-morte câmaras de sangue, pois segundo Chernoviz, os sintomas dessa doença era diarreia e disenteria. As causas do surto epidêmico de diarreia podem estar relacionadas ao clima quente, ingestão de plantas venenosas, consumo de água insalubre, como também, ao cólera-morbus, cujo principal sintoma é justamente a diarreia.

Segundo Carlos Jacinto Barbosa, “a cólera atingiu o Ceará em 1862, fazendo um número significativo de vítimas, especialmente no Norte da província, permanecendo por muito tempo em condições endêmicas”³¹. A cólera, assim como boa parte das doenças vistas até agora, mantinha, segundo os especialistas da época, uma relação direta com a elevação da temperatura e principalmente, com as condições sanitárias precárias em todo o Império. Em virtude dos sintomas e da rapidez com que matava, a cólera era muito temida por toda a população.

Essa doença é caracterizada por diarreia severa (a diarreia mais severa de todas as infecções) que leva o paciente à desidratação, com queda da pressão, parada do funcionamento dos rins e, geralmente quando não submetido ao tratamento de suporte, ao óbito. A bactéria causadora da cólera é eliminada nas fezes ou vômitos dos doentes. Como a diarreia é intensa, ocorre um grande número de evacuações líquidas por dia [...].³²

²⁹ CHERNOVIZ, Pedro Napoleão. *Dicionário de Medicina Popular e das Ciências Acseorias*. Paris: A. Roger e & F. Chernoviz, 1890 p. 1637.

³⁰ CHERNOVIZ. *Dicionário de Medicina Popular e das Ciências Acseorias*, p. 1522.

³¹ BARBOSA. *Caminhos da cura*, p. 80.

³² UJVARE. *A História e suas epidemias*, p. 151.

No Brasil oitocentista, dejetos humanos juntavam-se ao acúmulo de lixo nas ruas. A falta de estruturas sanitárias era visível em todos os ambientes públicos, além das próprias casas. Todos esses problemas já preocupavam os médicos e uma das consequências das reformas sanitárias propostas por estes, em Fortaleza capital da Província, por exemplo, foi a construção do hospital da Santa Casa de Misericórdia e do Lazareto da Lagoa Funda, em decorrência, principalmente, das epidemias de febre amarela (1851) e do cólera-morbus (1862-1864). “O Lazareto foi o primeiro exemplo concreto da medicina urbana e preventiva de Fortaleza, já que sua finalidade era a de abrigar os prováveis atingidos pela epidemia de cólera que já grassava no Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, entre 1855 e 1856.”³³ Enquanto “o mal não chegava ao Ceará, o nosocômio serviu para a quarentena dos que desembarcavam em Fortaleza, procedente dos portos infectados”³⁴. No momento em que algumas dessas medidas iam sendo postas em prática, sobretudo na capital da província, as doenças iam vitimando a população cearense como um todo, entre elas a beri-beri, que se manifestou de forma endêmica no Ceará, na segunda metade do século XIX. Nas palavras do Barão Studart:

Reporto o primeiro caso de beri-beri num cearense ao ano de 1866; a moléstia foi então desconhecida de todos os médicos de Fortaleza; tratava-se da beri-beri também de forma paralytica e a ella succumbia o doente em nova reprodução do mal em 1867. A moléstia fazia vítimas na Bahia e tinha basicamente os seguintes sintomas: inchação dos pés em uns precedido, em outros de dormência e dores, vae o mal se espalhando, se estendendo por todo o corpo e terminando fatalmente pela asphyxia.³⁵

Podemos verificar na tabela 02 que os casos de beri-beri foram comuns no período em estudo. Segundo os dados, essa doença causou muitas mortes principalmente nos anos da seca de 1877 a 1879, manifestando-se especialmente a partir do segundo semestre de 1877, tornando-se epidêmica no ano de 1878. E por ser a inchação nos pés um de seus sintomas, não seriam os vários casos de inchação registrados nos óbitos, a própria beri-beri? É conveniente observar que, até maio de 1878, a incidência de registros que trazem como causa de morte a inchação é superior aos casos de beri-beri.

A inchação foi muito frequente na região jaguaribana, durante a seca de 1877-1879 e os vereadores de São Bernardo das Russas, em correspondência enviada presidente da província, Caetano Estelita Cavalcanti Pessoa, em 1877, descreveram os efeitos epidêmicos da doença que assim como a beri-beri, ainda era pouco conhecida pelos profissionais da saúde.

³³ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993, p. 79.

³⁴ _____. *Fortaleza Belle Époque* p. 79.

³⁵ STUDART. *Climatologia epidemias e endemias do Ceará*, p. 36 – 38.

[...] além das febres, assolão outras doenças que victimam esse povo, grassa entre nós a inchação como uma verdadeira peste; doença essa mal conhecida pelos profissionais, mais funesta por seus effeitos. [Não se sabe] se é uma verdadeira peste, mais o q' é certo é que nas casas onde apparece victima grande parte das famílias.³⁶

Entre as causas mortes, a tabela 02 expõe ainda incidência de muitas outras doenças como: afexão pulmonar, apoplexia, phthisica, thisica da laringe, tísica, catarro maligno, angina, garrotilho ou crupe (dor de garganta), moléstias dos pulmões, pilamez e pleuris (infecção da pleura) e esquinência. Todos esses males eram moléstias dos órgãos pulmonares, podendo, assim, tratar-se de uma mesma doença, no caso a tuberculose. De uma maneira geral, os doentes de tuberculose apresentavam “emagrecimento progressivo, tosse e febre diária. O quadro progredia para enfraquecimento crônico, e o acometimento dos pulmões estendia-se por dias e meses. Durante todo esse tempo, o enfermo eliminava pela tosse, o bacilo da tuberculose”³⁷.

Observando a tabela podemos perceber ainda a forte presença da hidropisia ou hydropisia em todo o período estudado, sendo que, nos anos referentes à seca (1877-1879), essa doença se manifestou em Limoeiro de forma epidêmica. Essa moléstia, segundo Chernoviz, caracteriza-se por uma “colleção de serosidade em uma cavidade qualquer do corpo ou tecido celular. Quando a serosidade se infiltra no tecido de todo o corpo, a moléstia toma o nome de anasarca e quando a hydropisia é parcial chama-se edema das articulações da cabeça”³⁸.

O estupor, doença que aparece nos óbitos em junho de 1873, toma maiores proporções no ano de 1878, e é caracterizada por, “entorpecimento geral, diminuição das faculdades intellectuais acompanhada de ar de espasmos e de indiferença, que sobrevem em consequência de pancada, quedas hemorragias cerebral, etc.”³⁹ Podemos encontrar ainda na tabela 02 nomes de doenças como gotta, “moléstia caracterizada pela dor, inchação e vermelhidão das pequenas articulações, ocupando quase sempre, a princípio o jeito do dedo do pé”⁴⁰; escrophulas, “moléstia caracterizada por tumores irregulares, duros não dolorosos, movíveis que ocupam as glândulas do pescoço, da axila, etc”⁴¹. Além desses, outros casos isolados ainda podem ser identificados como feridas ruins e cancerosas, vermes, estrepada, reumatismo, afogamento, facada, mordida de aranha, cobra, jumento, entre outras.

³⁶ APEC - Caixa 78.

³⁷ UJVARE. *A História e suas epidemias* p. 149.

³⁸ CHERNOVIZ. *Dicionário de Medicina Popular e das Sciencias Acseorias*, p. 1588.

³⁹ _____. *Dicionário de Medicina Popular e das Sciencias Acseorias*, p. 1588.

⁴⁰ _____. *Dicionário de Medicina Popular e das Sciencias Acseorias* p. 1588.

⁴¹ _____. *Dicionário de Medicina Popular e das Sciencias Acseorias* p. 1530.

Em relação ainda às causas-mortes que se manifestaram de forma epidêmica, os espasmos também se destacam. Na denominação de Chernoviz, espasmos é “toda a contracção muscular involuntária. Precede freqüentemente a convulsão, mas pode também existir sem ella. Espasmos de collo de bexiga. V. bexiga.” Dentre as várias denominações que geralmente eram dadas a uma mesma doença, o espasmos de colo de bexiga ou varíola: “moléstia febril, com erupção pustulosa na pele”⁴², certamente pode explicar um dado curioso referente às grandes epidemias de Limoeiro na década de 1870, no que diz respeito à peste de varíola em 1878.

A varíola, assim como a inchação, a diarreia, a beri-beri, a tuberculose e as febres em geral, também grassou pela freguesia de Limoeiro durante toda a década de 1870. Uma das grandes preocupações dos vereadores da freguesia, em janeiro de 1874, tendo em vista o poder de destruição desta doença era justamente o fato da população local não ter sido vacinada: “[...] a peste de bexigas (varíola) que tendo tido seu desenvolvimento no lugar chamado sapé distante d’esta Villa uma légoa aonde já fez vítimas, e hoje se acha dentro desta Villa, causando por isso grande terror por se achar todo o povo sem vacina”⁴³. Observando a tabela 02, podemos perceber que no ano de 1874, os registros de óbitos de Limoeiro trazem quatro casos de bexigas ou varíola: três no mês de maio e um no mês de junho.

De acordo com Sidnei Chalhoub, as epidemias de varíola “nas províncias do Norte surgiram às vezes associadas a períodos prolongados de seca e fome, causando tragédias que ganhavam destaque até mesmo em periódicos médicos ingleses”⁴⁴. No final da década toda a região jaguaribana, sofreu com a epidemia de varíola, agravando, cada vez mais, a situação dos desvalidos da terrível estiagem de 1877-1879.

E, mais uma vez, a falta da vacina, em meio ao surto epidêmico que se avizinhava, preocupava os vereadores de Limoeiro que em sessão ordinária do dia 2 de setembro de 1878, fizeram o seguinte apelo ao presidente da província José Júlio de Albuquerque Barros: “[...] estamos ameaçados de entrar entre nós o terrível flagello da varíola que se desenvolveu no Aracati, e que muito breve aqui estará; e para prevenir com tempo pedimos a V. Ex. lâminas para o puz vacínico a fim de evitar esse tormento em nossos munícipes”⁴⁵.

⁴² _____. *Dicionário de Medicina Popular e das Sciencias Acseorias*, p. 1403 e 1510.

⁴³ APEC - Caixa- 100, antiga 55 – A.

⁴⁴ CHALHOUB, Sidnei. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 188.

⁴⁵ APEC, Caixa- 100, antiga 55 – A.

Ora, se nem a população da capital cearense foi vacinada contra a varíola, o que dizer do povo do interior da província, onde as carências de médicos, remédios e leitos hospitalares eram ainda mais gritantes. Na realidade, “os raros médicos que apareciam nas cidades, vilas e povoações do Vale do Jaguaribe nos séculos XVIII e XIX reclamavam da falta de remédios e de leitos hospitalares.”⁴⁶ Os municípios não tinham “boa estrutura econômica e dependiam dos recursos que, enviados pelas autoridades provinciais e da corte, demoravam a chegar. Em determinadas ocasiões não resolviam sequer parte dos problemas”⁴⁷.

De todos os males que atacaram a população cearense no século XIX, nenhum outro causou um número de mortes tão elevado quanto a epidemia de varíola no ano de 1878. Em Fortaleza, segundo Rodolpho Theófilo, nos primeiros quinze dias de dezembro, “não houve um só dia em que falecessem de varíola menos de 500 pessoas.”⁴⁸ Somente no dia 10 de dezembro de 1878, o cemitério de Lagoa Funda recebeu 1004 cadáveres, ficando esse dia conhecido como “o dia dos mil mortos”⁴⁹. Para Theófilo, a epidemia só poderia ter sido sufocada se o poder público dispusesse de um instituto vacciogênico. Porém, além do poder público não dispor desse instituto, a população, em geral, tinha horror da vacina por esta ser feita do próprio pus varioloso. Muitos acreditavam que ser vacinado era colocar a própria peste no corpo. Lira Neto nos descreve sobre o medo e a recusa dos retirantes diante da vacina.

Nem pensar. Não iam deixar ninguém lhes espetar no braço, assim sem mais nem menos uma mentira de remédio, que diziam ser preparado com o próprio veneno da peste. Ora, era o que faltava. Não adiantava chamar a polícia, escorraça-los em praça pública, ameaçá-los de prisão. Nada, nem ninguém, os dobrariam [...].⁵⁰

No mês de setembro de 1878, a varíola, que já causava vítimas em Aracati, chegou a Fortaleza, onde encontrou um local propício para se desenvolver epidemicamente. A capital da província, sem nenhum tipo de controle sanitário, se achava “transformada em uma vasta e repugnante latrina. [...] toda essa bella cidade estava enlameada devido à grande quantidade de urina que se vertia por toda a parte”⁵¹. A “lama” que se formava pelas ruas não era consequência da água das chuvas, pois vivia-se um período de seca (1877-1879), mas provinha da urina dos

⁴⁶ FERREIRA NETO, Cicinato. *Estudos de História Jaguaribana: documentos, notas e ensaios diversos para a História do Baixo e Médio Jaguaribe*. Fortaleza, Premium, 2003, p. 265.

⁴⁷ _____. *Estudos de História Jaguaribana*, p. 265.

⁴⁸ FERREIRA NETO. *Estudos de História Jaguaribana*, p. 265.

⁴⁹ THEÓFILO, Rodolpho. *Varíola e vacinação no Ceará*. Ed. Fac. Sim; Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997, p. 26 – 30 – 31.

⁵⁰ NETO, Lira. *O poder e peste: a vida de Rodolfo Teófilo*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999, p. 92.

⁵¹ BARBOSA. *Caminhos da cura*, p. 117.

milhares de retirantes que, aossados pela miséria e descaso político, também companheiros das secas, chegavam à capital da província em busca da sobrevivência.

Quanto à incidência de mortes por varíola na freguesia de Limoeiro, durante a seca, os assentos de óbitos pesquisados nos mostram uma situação um tanto quanto enigmática. Como podemos observar na tabela 01, foram registrados apenas 4 casos de mortes que teve como causa a varíola: um (1) no mês de junho de 1878; e três no ano de 1879, sendo um (1) no mês de fevereiro e dois (2) no mês abril. O que poderá explicar um número tão reduzido de registro de óbitos de varíola, apenas quatro, nesse período, se a historiografia cearense nos mostra que não só Fortaleza, mas todo o interior da província sofreu as consequências da terrível peste?

Talvez uma das explicações possa estar na falta de um diagnóstico mais preciso, haja vista que a medicina de então se baseava apenas no olhar sobre o enfermo e, a partir dos sinais visíveis ou suspeitos que este apresentava, logo, identificava a doença. Para, além disso, a autópsia de cadáveres “era um procedimento médico impopular no século XIX. Parecia ferir, principalmente, as convicções religiosas dos familiares das vítimas. [...] autopsiar ou fazer cadáver significava (na gíria popular) roubar uma pessoa indefesa, sem capacidade de reação”⁵². Devemos considerar ainda o fato da freguesia de Limoeiro não dispor de serviços médicos convenientes e capazes de atender a toda a população.

Diante das incertezas e de um diagnóstico eficaz, não podemos descartar a possibilidade da varíola, assim como outras doenças, ter sido registrada com outros nomes, como, por exemplo, espasmos (do colo da bexiga) e febres (varíola, moléstias febris) que, como vimos, incidiram-se numa verdadeira epidemia na freguesia, em especial nos anos de 1877-1878, mas que se manteve presente em todo o período estudado. O estado terminal de um varioloso era apavorante e sintomático e foi assim descrito por Rodolfo Téofilo: “[...] havia de tudo e de tudo que há de mais horrível. Corpos cuja pele a inchação havia estirado a ponto de fender-se em todos os sentidos, e assim em carne viva sem mais penetrar nos tecidos nus, como um ferro incandescente, produzindo dores de uma horrível queimadura”⁵³.

Para o baixo índice de causa-morte com o nome varíola em Limoeiro, devemos considerar, em razão do exposto, as dúvidas e incertezas no momento de diagnosticar, identificar e classificar as doenças. Nos óbitos de Limoeiro, a confusão em relação aos nomes das doenças certamente foi frequente e os casos de sofrimentos ou moléstias internas, como também morte

⁵² CHALHOUB. *Cidade febril*, p. 164.

⁵³ THEÓFILO, Rodolpho. *A fome e Violação*. Ed. Fac. Sim; *Fortaleza*: Academia Cearense de Letras, 197, p. 162.

por velhice evidenciam as incertezas quanto à denominação de várias das causas-mortes. Vale lembrar que assim como a tuberculose e as febres, a varíola recebia várias denominações, tais como: tabardia, pele de lixa, olho de polvo, canuto e fogo eram os mais comuns.⁵⁴ Daí, a impossibilidade de uma identificação precisa das doenças a partir da documentação analisada. Ainda em relação à varíola em Limoeiro, um dado a mais merece ser levado em conta. Duas das quatro mortes que tiveram como causa registrada a varíola aconteceram no Lazareto da Ilha. Se havia na vila um Lazareto, podemos acreditar que a incidência da varíola, assim como outras doenças contagiosas como a cólera e a tuberculose foram, por exemplo, bastante intensas.

Outro aspecto a ser analisado é o local em que foi construído o Lazareto de Limoeiro. A Ilha, bairro da atual cidade de Limoeiro do Norte, localiza-se na margem esquerda do Rio Jaguaribe, exatamente a sotavento, ou seja, direção oposta de onde sopra o vento. Essa medida, certamente, foi herdeira de mais uma das muitas intervenções médicas, que visava isolar os doentes das pessoas sãs, para, assim, evitar a circulação do ar advindo desse ambiente mórbido entre os demais habitantes.

As medidas tomadas em prol de melhores condições sanitárias, bem como o isolamento nos Lazaretos de pessoas com doenças altamente contagiosas, contribuíram, entre outras coisas, para evitar o desenvolvimento e propagação de muitas doenças. Todavia, essas precauções não foram suficientes para evitar o desenvolvimento das diversas epidemias que marcaram o Brasil oitocentista. De acordo com Agra do Ó, tais medidas, como não poderiam deixar de ser, contribuíram enormemente para aumentar os transtornos da população brasileira: “destacavam o país doente que havia no Brasil, legitimavam as noções de higiene que o Estado e os cientistas articulavam, tornavam o povo vítima e culpado, objeto ideal para intervenções controladoras e disciplinadoras”⁵⁵.

Os poderes disciplinadores, tanto médicos quanto políticos, no entanto, não tomaram as medidas cabíveis para contornar o estado de miséria e fome da população, pois a falta de alimentos, como é sabido, enfraquece o organismo e contribui enormemente para a aquisição das doenças infecciosas.

Na freguesia de Limoeiro, os registros de óbitos revelaram assim um elevado número de mortes, cujas causas foram muito diversificadas e consequência principal da falta de alimentação, água saudável, médicos, remédios, hospitais, enfim, do generalizado descaso político para com a

⁵⁴ _____. *Varíola e vacinação no Ceará*.

⁵⁵ AGRA DO Ó, Alarcon. Relatos de males: notas a cerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. In: *A Paraíba no Império e na República: estudos da História Social*. João Pessoa: Ideia, 2003, p. 42.

população, o que teve influência direta inclusive na alta mortalidade infantil do período. As doenças não fizeram distinção entre cor, sexo, condição social, mas em relação à idade sim. Apesar de afetar toda a população, as crianças em especial, com até sete anos de idade, foram as mais vitimadas pela fome, espasmos, maligna, diarreia, febres, inchação garrotilho, hidropisia, estupor, entre tantas outras. O beri-beri, que também não poupou as crianças, teve maior incidência sobre a população adulta. O estudo serial sobre os óbitos de Limoeiro, inspirado nos métodos da História Demográfica, nos proporcionou, portanto, uma visão da quebra na dinâmica, no movimento populacional ocasionada pelo aumento do número de falecimentos, sobretudo, no final do decênio, em decorrência da seca de 1877-1879. O elevado número de mortes alterou enormemente o cotidiano, o conjunto de hábitos e costumes dessa população. Esperamos assim, que os resultados dessa pesquisa possam somar-se e contribuir aos estudos de História Demográfica, da população e socioculturais do Ceará e do Brasil.

História e historiografia da revolução científica: um olhar a partir de uma perspectiva historiográfica dos portugueses

History and historiography of the scientific revolution: a view from a portuguese historiographical perspective

Geraldo Barbosa Neto

Doutorando em História

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Puc-Sp

gbnetoindependente@hotmail.com

Recebido em: 30/11/2015

Aprovado em: 28/03/2016

Resumo: Este artigo tematiza a historiografia das ciências dos portugueses sobre a revolução científica e como ocorreu esse significativo “acontecimento histórico”, segundo sua perspectiva. Seu escopo é compartilhar algumas reflexões sobre o lugar de Pedro Nunes (Alcácer do Sal, 1502 – Coimbra, 1578), cosmógrafo do rei de Portugal D. João III (1502-1557), no processo histórico de emergência da ciência dos modernos. Nele se fará apontamentos sobre a trajetória da historiografia da revolução científica, sobre uma recente trajetória ibérica de historiografia das ciências e sobre a trajetória da historiografia das ciências portuguesa. Também se enveredará por uma tácita perspectiva portuguesa da revolução científica e da emergência da ciência dos modernos, bem como por algumas de suas fragilidades historiográficas. Por fim, se documentará uma possível aproximação entre Pedro Nunes (Alcácer do Sal, 1502 – Coimbra, 1578) e Galileu Galilei (1564-1642).

Palavras-chave: Revolução científica, Pedro Nunes, Historiografia das ciências portuguesa.

Abstract: This article thematizes the history and the historiography of science of the Portuguese about the scientific revolution. Your goal is to share some reflections about the place of Pedro Nunes (Alcacer do Sal, 1502 - Coimbra , 1578), cosmographer of the King of Portugal John III (1502-1557), in the historical process of modern science. It will be notes on the historiography of the scientific revolution, on a recent iberian historiography of science and on the portuguese historiography of science. Also cast a look at tacit Portuguese perspective of the scientific revolution and the emergence of modern science, and some of his historiographical weaknesses. Finally, we will document a possible approximation between Pedro Nunes (Alcacer do Sal, 1502 - Coimbra , 1578) and Galileo Galilei (1564-1642).

Keywords: Scientific Revolution, Pedro Nunes, Portuguese historiography of science.

Introdução

Galileu parece ter adquirido, na sociedade portuguesa, o estatuto paradoxal do ícone do homem de saber, de curiosidade fervilhante, apaixonado pelo conhecimento, com um espírito indómito em busca da verdade [...].¹

(Henrique Leitão)

Convencionamos designar a escrita da história que preenche nossa área de conhecimento por historiografia das ciências. Sob esse rótulo, contudo, existem historiografias múltiplas e diversas. A partir de um recorte territorial, a trajetória do campo de história das ciências em um determinado país, a cultura e os interesses específicos de seus membros, imprimem uma tonalidade peculiar aos estudos prodigalizados por esses grupos e, por conseguinte, resulta em uma historiografia das ciências dotada de singularidade histórica, ainda que articulada com um panorama historiográfico mais amplo. Este parece ser o caso da trajetória da historiografia das ciências dos portugueses.

Este artigo está enraizado em uma pesquisa histórico de doutorado cujo escopo é situar Pedro Nunes (Alcácer do Sal, 1502 – Coimbra, 1578) no processo histórico de emergência da ciência dos modernos. Entre uma profusão de estudos coligidos para esse árduo empreendimento de investigação, *Ars e ratio*, do reputado historiador das ciências português Henrique de Souza Leitão, trabalho que se constrói a partir de uma oposição entre a arte da navegação portuguesa quinhentista e a ciência disponível na época, privilegiando Pedro Nunes, cosmógrafo do rei de Portugal D. João III (1502-1557). Ele serviu de mote. Dele se depreende ricos subsídios para refletir sobre a historiografia e a história da revolução científica e sobre a narrativa da emergência da ciência dos modernos.

Neste artigo se fará apontamentos sobre a trajetória da historiografia da revolução científica, sobre uma recente trajetória ibérica de historiografia das ciências e sobre a trajetória da historiografia das ciências portuguesa. Ato contínuo, se enveredará por uma tácita perspectiva portuguesa da revolução científica e da emergência da ciência dos modernos, por algumas fragilidades historiográficas dessa perspectiva. Por fim, se documentará uma possível aproximação entre Pedro Nunes (Alcácer do Sal, 1502 – Coimbra, 1578) e Galileu Galilei (1564-1642). Se compartilhará algumas reflexões, fruto de um esforço de compreensão sobre

¹ LEITÃO, Henrique Leitão (tradução, estudo e notas), Galileu Galilei. *Sidereus Nuncius*: O Mensageiro das Estrelas. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p.12.

o lugar de Pedro Nunes (Alcácer do Sal, 1502 – Coimbra, 1578) no processo histórico de emergência da ciência dos modernos.

Apontamentos sobre a trajetória da historiografia da revolução científica

Desde que a expressão *révolution scientifique* foi mencionada por Alexandre Koyré em seus *Études Galiléennes*², esse “acontecimento histórico” tem sido um dos temas lapidares na historiografia das ciências. Alexandre Koyré escreve que a ciência dos modernos teria surgido com Galileu Galilei (1564-1642) e com sua ciência erigida sob aportes matemáticos, dedutivos e abstratos, que rechaçaram as doutrinas aristotélicas:

Après avoir rejeté la physique d’Aristote, après avoir tenté, sans succès, de construire lui-même une physique du sens commun, c’est une physique archimédienne que va désormais essayer de fonder Galilée.

Une physique archimédienne cela veut dire une physique mathématique déductive et «abstraite»: telle sera la physique que Galilée développera à Padoue. Physique de l’hypothèse mathématique; physique dans laquelle les lois du mouvement, la loi de la chute des graves sont déduites « abstraitement » [...].³

Koyré designou esse processo por *révolution scientifique*.⁴ Ele a definiu como uma transformação intelectual, delimitada no campo disciplinar da física, datada no século XVII: “[...] la révolution scientifique du dix-septième siècle, profonde transformation intellectuelle dont la physique moderne, ou plus exactement classique, fut à la fois l’expression et le fruit.”⁵ Essa revolução científica é, de acordo com Koyré⁶, uma *révolution galiléenne*. Ela também é, segundo Koyré⁷, uma *révolution intellectuelle*. Vige nessa perspectiva revolucionária de Koyré uma ideia de que:

[...] estamos tão habituados à ciência matemática, à física matemática, que já não sentimos mais a estranheza de um ponto de vista matemático a respeito do ser, a audácia paradoxal de Galileu, ao declarar que o livro da natureza está escrito em caracteres geométricos. Para nós, isso é incontestável.⁸

Essa temática ganhou grande relevância na historiografia das ciências. Isso está presente, por exemplo, no seguinte trecho: “[...] it outshines everything since the rise of

² Koyré, A. *Études Galiléennes*. Paris, Hermann, 1966.

³ _____. *Études Galiléennes*, p. 78.

⁴ _____. *Études Galiléennes*, p. 12;78.

⁵ _____. *Études Galiléennes*, p. 12.

⁶ _____. *Études Galiléennes*, p. 24; 75; 165; 213.

⁷ _____. *Études Galiléennes*, p. 127,128.

⁸ KOYRÉ, A. *Galileu e Platão*. Trad. Maria Teresa Brito Curado. Lisboa: Gradiva, s/d, p. 42.

Christianity and. reduces the Renaissance and Reformation to the rank of mere episodes [...]”⁹. Esse trecho se refere a um contundente fato histórico que teria marcado a história das ciências dos modernos. Ela, conforme o trecho alude, ofuscou o que havia decorrido na história anteriormente. Mais especificamente se assinala com isso que ela marca uma ruptura com o período medieval dominado pela cristandade. Também transforma o Renascimento e a Reforma, temáticas tão caras para a história europeia, em episódios menores. Nessas poucas palavras escritas por Herbert Butterfield, se expressa com concisão o peso que a Revolução Científica passou a ter para a história das ciências.

Afigura-se oportuno evocar a versão de Paolo Rossi, filósofo e historiador das ciências italiano, na qual, de maneira descentralizada e diversa, “toda a Europa” é apontada como cenário histórico no qual emergiu a ciência dos modernos:

Na Europa não existe um "lugar do nascimento" daquela realidade histórica complicada que hoje chamamos de ciência moderna, pois, tal lugar é toda a Europa. Neste sentido, vale a pena lembrar também as coisas que todos já sabem: que Copérnico era polonês, Bacon, Harvey e Newton ingleses, Descartes, Fermat e Pascal franceses, Tycho Brahe dinamarquês, Paracelso, Kepler e Leibniz alemães, Huygens holandês, Galilei, Torricelli e Malpighi italianos.¹⁰

Merece uma detida atenção o apontamento anterior de que essa citação apresenta apenas uma maneira mais descentralizada e diversa, posto que o que Paolo Rossi designa como toda a Europa, se traçarmos um mapa a partir dos nomes e respectivos locais de nascimento indicados por ele, abrange somente um mapa da ciência dos modernos central, setentrional e possível de se estender aos ingleses. Os ibéricos estão excluídos de sua cartografia. Assinala-se de modo emblemático nesse trecho de Paolo Rossi a ausência ibérica e, por conseguinte, das ciências dos portugueses, na conjuntura histórica que teria assistido uma revolução contundente nas ciências e a emergência de uma ciência dos modernos.

Apontamentos sobre uma recente trajetória ibérica de historiografia das ciências

Em meados da década de 2000, os historiadores das ciências centro-europeus ignoravam a presença das ciências dos ibéricos na história da revolução científica e do surgimento da ciência dos modernos. Alguns historiadores das ciências ibéricos “[...] ao longo

⁹ BUTTERFIELD, Herbert. *The Origins of Modern Science: 1300 – 1800*, New York: The Macmillan Company, 1959, p. 7.

¹⁰ ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Trad. Antônio Angonese. Bauru: EDUSC, 2001, p. 9.

dos anos procuraram corrigir o silêncio e os enviesamentos da narrativa tradicional [...]”¹¹ dominante na história das ciências. Jorge Cañizares-Esguerra (2004), escreve *Iberian Science in the Renaissance: Ignored How Much Longer?*. Esse título interpela os silentes historiadores das ciências centro-europeus a dar prontamente atenção às ciências dos ibéricos. O mesmo faz Antonio Barrera em Antonio Barrera Osorio, *Experiencing Nature. The Spanish American Empire and the Early Scientific Revolution* (Austin: University of Texas Press, 2006). Assistia-se incipientes sussurros ibéricos contra a exclusão de sua ciência na história da ciência dos modernos, perpetrada por historiadores das ciências centro-europeus. Vê-se essa circunstância das ciências dos ibéricos ainda recentemente:

NA GRANDE NARRATIVA do surgimento da ciência moderna e no relato da chamada «revolução científica» do século XVII, as nações ibéricas tradicionalmente não são mencionadas. Mas será esta ausência realmente justificada? Será que Portugal e Espanha não tiveram nada a contribuir para a modernidade científica?¹²

Os historiadores das ciências portuguesas têm se perfilado nessa corrente historiográfica levada à cabo por estudiosos predominantemente ibéricos.

Apontamentos sobre a trajetória da historiografia das ciências portuguesa

Nessa trajetória um momento que merece destaque é a década de 1950, na qual os historiadores das ciências portuguesas começaram a se perguntar sobre o papel realizado pelas descobertas marítimas portuguesas dos séculos XV e XVI, no processo histórico do surgimento da revolução científica dos séculos XVI e XVII.¹³ Em um outro momento se ponderou o papel de Portugal na Europa e as relações entre sua expansão marítima e o surgimento da revolução científica¹⁴. Destaca-se nessa etapa da trajetória da historiografia das ciências dos portugueses o notório Luís Mendonça de Albuquerque e o holandês Reijer Hooykaas.

A partir de 2002, esse esforço português para o reconhecimento de sua participação na história da revolução científica e, assim, no surgimento de uma ciência dos modernos, foi delineada para a figura de Pedro Nunes (Alcácer do Sal, 1502 – Coimbra, 1578), cosmógrafo do rei de Portugal D. João III (1502-1557). O principal estudioso desse cosmógrafo, o

¹¹ LEITÃO, Henrique, Epílogo: o momento da ciência ibérica? In: LEITÃO, Henrique (coord), *360º Ciência Descoberta*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, p. 94.

¹² LEITÃO. *Epílogo: o momento da ciência ibérica*, p. 93.

¹³ A. Simões, A. Carneiro, M. P. Diogo. Perspectives on contemporary History of Science in Portugal. Acesso em: Jan. 2013.

¹⁴ A. Simões, A. Carneiro, M. P. Diogo. Perspectives on contemporary History of Science in Portugal 2 Acesso: em Jan. 2013.

historiador das ciências português, Henrique de Sousa Leitão, foi um dos precursores dessa tendência historiográfica. Propõem-se neste artigo, que no texto desse autor trabalho *Ars e ratio: A náutica e a constituição da ciência moderna* (2006), se situa o ponto culminante do esforço dos historiadores das ciências portuguesas para que se reconheça a importância de Portugal na história das ciências dos modernos. Eis dois fragmentos basilares que os assinalam:

É bem sabido que, de uma ou outra forma, a substituição do *organon* aristotélico pela demonstração matemática como fundamento do estudo da realidade natural constituiu um dos elementos fundamentais (certamente não o único) no surgimento da Ciência Moderna. Tal encontra-se espelhado, por exemplo, no famosíssimo *dictum* de Galileu: ‘O livro da natureza está escrito em caracteres matemáticos’. É menos sabido, no entanto, que esse movimento reformador se observa já, décadas antes, em Pedro Nunes [...].¹⁵

E também:

Nunes iniciou este programa décadas antes de este assunto se ter tornado num dos eixos mais importantes da ‘Revolução Científica’, e não há dúvida de que fez com consciência e pioneirismo.¹⁶

Esses fragmentos ensejam vários problemas. Um que merece atenção é a tácita proposição de um pioneirismo de Pedro Nunes na revolução científica.

Uma perspectiva portuguesa da revolução científica e da emergência da ciência dos modernos?

A partir da imagem de revolução científica e de emergência de uma ciência dos modernos implícita nos dois fragmentos de *Ars e ratio: A náutica e a constituição da ciência moderna*, pode-se assinalar que esse processo histórico que marca a história das ciências tem como precursor Pedro Nunes. Ele nasceu em 1502, na cidade portuguesa de Alcácer do Sal. Foi nomeado cosmógrafo real a partir de 1529, e cosmógrafo-mor – chefe dos cosmógrafos – a partir de 1547, empenhando-se nesse ofício em retirar algum proveito de suas ciências para a arte da navegação portuguesa quinhentista. Catedrático, participou da vida acadêmica das universidades de Lisboa e de Coimbra. Físico – termo que designava o ofício de uma medicina conjugada com astrologia – cuidou pessoalmente da saúde do infante Dom Henrique (1512-1580), irmão de D. João III (1502-1557), rei de Portugal. Como preceptor, teve a família real portuguesa sob sua tutela intelectual. Exímio erudito, escreveu e publicou um número significativo de tratados que tematizaram as ciências de sua época. São elas: *Tratado da sphaera* (1537), *De Crepusculis* (1542), *De erratis Orontii Finaei* (1546), *Petri Nonii Salaciensis Opera* (1566), *Libro de algebra en arithmetica y geometria* (1567). Reeditadas em 1573: *De Crepusculis*, *De erratis*

¹⁵ LEITÃO, Henrique. *Ars e ratio: A náutica e a constituição da ciência moderna*. In: MAROTO, Maria Isabel Vicente e PINEIRO, Esteban (coords.), *La Ciencia y el Mar*. Valladolid, 2006, p.185-186.

¹⁶ _____. *Ars e ratio*, p.203.

Orontii Finaei e Petri Nonii Salaciensis Opera (cujo título foi alterado para *De arte atque ratione navigandi*). Além dessas, o *Tratado da Rumação do Globo para a arte de navegar* (data de publicação imprecisa) e *Astronomici Introductori de Spaera Epitome* (data de publicação imprecisa). Reuniram em seu conteúdo conhecimentos da cosmografia, da matemática e da astronomia quinhentistas. Após cumprir a multifacetada trajetória elencada acima, findou seus dias em 1578.¹⁷

Alude-se nos fragmentos de *Ars e ratio* citados anteriormente, a um dos trechos mais afamados do tratado *Il Saggiatore* (1623), de Galileu Galilei (1564-1642), no qual se escreve que a natureza está escrita em caracteres matemáticos. Se o leitor acredita existir no *Il Saggiatore* uma narrativa única e irrevogavelmente estabelecida sobre a emergência da ciência dos modernos, uma marca temporal do início de um significativo “acontecimento” da história das ciências, o reconhecimento de um precedente do que Galileu formulou pode fixar um novo precursor.

Se aceitarmos o trecho do *Il Saggiatore* como um marco da emergência da ciência dos modernos, forçosamente teremos que aceitar que essa emergência veio à lume no século XVII. Em ambos os trechos de *Ars e ratio*, não obstante, se encena um recuo “décadas antes” de Galileu para se periodizar essa emergência. Embora não precisem quantas décadas, fica sugerido que tal recuo deve ocorrer até a época de Pedro Nunes. Está-se assinalando com isso, tacitamente, que a história da emergência da ciência dos modernos aflui desde o século XVI. Em vista disso, o século XVII teria assistido ganhar volume e contundência elementos que já se insinuavam incipientemente no cenário histórico, desde o século anterior.

Além disso, se aceitarmos o trecho do *Il Saggiatore* como um marco da emergência da ciência dos modernos, também teremos que aceitar que essa emergência ganhou expressão em Galileu. Todavia, se sugerindo que os primeiros passos dessa emergência teriam sido antecipados por Pedro Nunes com “consciência e pioneirismo”, tacitamente, Galileu teria seu lugar central na história da ciência dos modernos ofuscado por Pedro Nunes. Teria que reconhecer em Pedro Nunes um antecessor, e de canônico precursor se tornaria herdeiro de um predecessor português. Teria sido, portanto, com a semente de Pedro Nunes que a ciência dos modernos teria se desenvolvido e se tornado frondosa e frutífera.

¹⁷ LEITÃO, Henrique. Para uma biografia de Pedro Nunes: O surgimento de um matemático, 1502-1542. Lisboa, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, 2003, p. 45-82.

Nos dois trechos, Pedro Nunes é inserido entre os nomes que marcam a história da ciência moderna, como Nicolau Copérnico (1473-1543), Johannes Kepler (1571-1630), Galileu Galilei (1564-1642), Francis Bacon (1561-1626), René Descartes (1596-1650) e Isaac Newton (1643-1727). O cosmógrafo ocupa um lugar de arauto da modernidade nas ciências, abrindo o caminho para os eruditos mencionados anteriormente.

Desse lugar reclamado para Pedro Nunes se entreve que o solo no qual aflui de forma precursora os elementos que dariam forma a emergência de uma ciência dos modernos seria seguramente o reino de Portugal. Implicitamente, o restante da Europa assumiria nessa narrativa histórica o lugar de terreno sobre o qual se espriaram os esboços de ciência cuja nascente reclama uma origem lusitana. Carregando um pouco nas tintas, é possível interpretar uma sugerida dívida histórica dos europeus com o reino de Portugal, no que concerne a sua modernidade levada à cabo no campo das ciências.

Nessa leitura das entrelinhas de *Ars e ratio* não está proposta apenas uma diferente narrativa na qual a emergência da ciência dos modernos veio à lume pioneiramente a partir do conteúdo das obras do erudito português Pedro Nunes e, por conseguinte, tendo surgido em Portugal do século XVI. Entrevê-se nessas proposições alguns procedimentos historiográficos que compõem um tipo de antimanual de um historiador das ciências, para tomar por empréstimo uma afortunada expressão do historiador Carlos Antonio Aguirre Rojas¹⁸. Se um manual, no sentido kuhiano, afirma-se como uma referência a partir da qual construímos e organizamos nossa reflexão histórica, seu contrário, um antimanual, oferece referências que nos proporcionam uma circunspeção historiográfica, nos oferecendo elementos dos quais se faz forçoso nos esquivarmos para não praticarmos um fazer histórico simplório e carente de acurado criticismo.

Apontamentos sobre algumas fragilidades historiográficas dessa perspectiva sobre a revolução científica

Ao menos dois elementos de uma antepassada idolatria defunta, aquela que François Simiand¹⁹ outrora identificou nos cultos ancestrais de nossa tribo dos historiadores, parecem se insinuar nas entrelinhas dessa perspectiva portuguesa sobre a revolução científica, exalando no mundo dos vivos historiadores um odor desagradável à fortuna iconoclasta que cultivamos

¹⁸ AGUIRRE ROJAS, Carlos. *Antimanual del mal historiador o ¿Cómo hacer una buena historia*. Theomai: Contrahistorias, 2005.

¹⁹ SIMIAND, François. *Méthode historique et Science social: Revue de synthèse historique*, Paris 1903. 2. ed. Paris: *Annales ESC* 15, no. 1. 1960.

em nossa historiografia recente. Ora além de uma crucial revolução que teria marcado a identidade primeira da ciência que os modernos valorizam, tacitamente não se perpassaria um movimento de busca das origens, aquele “grande e contundente acontecimento” com o qual assinalávamos nossos inícios? Não se estaria oferecendo nessa história da revolução científica e, por conseguinte, da emergência da ciência dos modernos, um sacrifício ao ídolo cronológico – o “Ídole cronologique” de Simiand²⁰ – com o qual reclamamos de nossos contemporâneos o reconhecimento de uma legitimadora antiguidade? Talvez por isso essa revolução apareça implicitamente em *Ars e ratio* como uma insuspeitada *res factae*, ao passo que a tomam em termos fictícios intérpretes iconoclastas como Isabelle Stengers²¹, que chamou esse momento da ciência dos modernos de invenção (“L’invention”), e como Steven Shapin (1999, p. 23), que principia seu livro mais conhecido intitulado *The Scientific Revolution*, escrevendo: “A Revolução Científica nunca existiu e esse livro é acerca disso”²².

Também parece se insinuar nas entrelinhas de *Ars e ratio*, o ídolo individual (“Ídole individuelle”) denunciado por Simiand.²³ Esse texto faz a revolução científica e a emergência da ciência dos modernos encontrar os traços mais longínquos de seu nascedouro no cosmógrafo português Pedro Nunes, faz brotar os fios mais joviais dessa ciência dos modernos, dos fólhos envelhecidamente amarelados de suas obras. *Ars e ratio* faz a etapa mais decisiva da história das ciências fixar seu ponto inicial sobre uma biografia. Afluem nesses “feitos” levados à cabo “com consciência e pioneirismo”, assevera o texto, práticas pelas quais se constrói um tipo daquele “grande homem” que marcara biograficamente a história, tipo para o qual nós historiadores prestamos tantos cultos em outrora.

Pedro Nunes, no contexto dos apontamentos anteriores, implicitamente, promove os primeiros embalos do berço da ciência dos modernos, cujos pés fixam-se através dele no solo do reino de Portugal do século XVI. Em terras lusitanas, assim, se teria assistido os instantes primevos de uma revolução nas ciências, os primeiros passos de uma modernidade historicamente processada no campo das ciências. Mostra-se flagrante o aspecto centralizador e unívoco dessa tentativa historiográfica de reescrever a história da emergência da ciência dos modernos

²⁰ _____. Méthode historique et Science social.

²¹ STENGERS, Isabelle. 1949 - A invenção das ciências modernas. Trad. Max Altman. São Paulo: Editora 34, 2002, p. 208.

²² SHAPIN, Steven. *A Revolução Científica*. Trad. Ricardo Afonso. Roque. Lisboa: Difel, 1999, p. 227.

²³ SIMIAND. Méthode historique et Science social.

Esse pioneirismo significa que Pedro Nunes foi o primeiro a propor procedimentos de gosto moderno para a ciência e, tacitamente, que foi a partir do desdobramento ulterior desses procedimentos na trajetória da ciência dos modernos que, operando-se de maneira flagrantemente retrospectiva e anacrônica, esse cosmógrafo do rei de Portugal foi fixado como um tipo de arauto da modernidade nas ciências. Falar em pioneirismo na história afigura-se implicitamente como dotar um agente histórico de certa capacidade de clarividência, de entremear o enraizamento de algo de envergadura histórica em um único indivíduo, que de forma maravilhosamente extemporânea rasga o véu de sua época e anuncia algo por vir. A um só tempo, desvela-se nessa clarividência um olhar privilegiado que vislumbra algo que sua época valoriza e põe-se a seguir uma trilha na história que o defronte com um precursor. O pioneirismo de Pedro Nunes, como uma tênue mistura de superstição e historiografia, comporta problemas basilares, configurando-se como vigorosamente questionável.

Esse pioneirismo tem como aporte Pedro Nunes ter proposto a “demonstração matemática como fundamento do estudo da realidade natural”, conforme lê-se nos fragmentos de *Ars e ratio*. Ao propor isso, mostra-se pertinente interpretá-lo como alguém que tenha assinalado algo de inovador, que tenha colocado algo diferente, que tenha sugerido alguma novidade, ante seus contemporâneos. O próprio Pedro Nunes mencionou em seu tratado *De Crepusculis* (1542), que a maioria dos filósofos de seu tempo dava pouca importância para à matemática: “[...] plerique nostra aetate Philosophi qui mathematicum ignorationem pro compendio ducunt”²⁴. É possível considerar entre esses filósofos que lhe foram contemporâneos, seus argutos críticos D João de Castro, Diogo de Sá e Fernando de Oliveira, nos quais se documentam severas objeções às suas investidas matemáticas. Ele se perfilava em um minguado círculo de praticantes de matemática imerso em uma ampla atmosfera histórico-social para a qual esse conhecimento prescindia. O devir de sua insipiente proposição era uma incógnita. Impunha-se a sua proposta tanto a possibilidade de ganhar expressão quanto a de malograr.

A palavra latina *plerique*, utilizada pelo cosmógrafo na frase acima, aponta no sentido de que a maior parte dos filósofos de sua época não atribuíam relevância à matemática. Desse modo, pensar em uma valorização da linguagem matemática na época de Pedro Nunes deve considerar a possível e mais provável interpretação de que se tratava de algo insipiente, de algo

²⁴ NUNES, Pedro. *Obras*, Volume II: Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 143.

que despontava em circunstância substancialmente adversa. Mostra-se pertinente pensar, nesse sentido, que o curso histórico dessa linguagem descrevia ainda uma incógnita. Se nos encrustarmos na perspectiva apontada pela frase de Pedro Nunes citada acima, a valorização da matemática nas ciências aponta mais no sentido de uma proposição titubeante em incertezas do que em uma antecipação de Galileu, em uma prematura modernidade das ciências. As circunstâncias históricas que a situam possibilitam considerar uma enorme distância entre as práticas matemáticas de Pedro Nunes e os primeiros passos de uma Revolução Científica, conforme sugere o segundo trecho citado no início dessa exposição. Sugerem que essa valorização da matemática assumia uma forma muito mais modesta do que uma contundente ruptura com toda a tradição de conhecimento existente até então. Afigure-se, portanto, a possibilidade de se atribuir um pioneirismo a Pedro Nunes na emergência de uma ciência moderna, como apontado no segundo trecho citado, na medida em que se manipula e se joga anacronicamente com a temporalidade, e se opera com um olhar retrospectivo.

Além disso, se é possível reclamar algum escopo para sua proposição, ele estaria arraigado nos problemas que urgiam no momento, por exemplo, o de extrair algum proveito de seus conhecimentos para a arte de navegar que movimentava o império que assistia ser levado à cabo em seu reino. Isso seria mais provável do que acreditar que ele se lançava prospectivamente para as décadas de Galileu Galilei (1564-1642), com seu livro do universo escrito em caracteres matemáticos.

Pedro Nunes, Galileu, a matemática e a realidade

“La filosofia è scritta in questo grandissimo libro che continuamente ci sta aperto innanzi a gli occhi (io dico l'universo), ma non si può intendere se prima non s'impara a intender la lingua, e conoscer i caratteri, ne' quali è scritto. Egli è scritto in lingua matematica, e i caratteri son triangoli, cerchi, ed altre figure geometriche, senza i quali mezi è impossibile a intenderne umanamente parola; senza questi è un aggirarsi vanamente per un oscuro labirinto”.²⁵

Nesse trecho, Galileu está metaforizando o universo (“l'universo”) em um grande livro continuamente aberto diante de nossos olhos (“grandissimo libro che continuamente ci sta aperto innanzi a gli occhi”). Esse universo estaria escrito em língua matemática (“Egli è scritto in lingua matematica”). Essa linguagem seria composta de triângulos, de círculos e de outras figuras geométricas (“son triangoli, cerchi, ed altre figure geometriche”). Sem o domínio dessa

²⁵ GALILEU, Galilei. *Il Saggiatore*, 1623. Disponível em: icmc.usp.br/~andcarva/Il_Saggiatore.pdf. Acesso em: Jan. 2013.

linguagem, seria impossível o homem compreender o universo (“senza i quali mezi è impossibile a intenderne umanamente parola; senza questi è un aggirarsi vanamente per un oscuro laberinto”). Afirma-se nele uma interpretação de que o domínio da linguagem matemática como condição inexorável para se conhecer o universo. É a presença dessa linguagem no procedimento empregado para conhecer o mundo que assinalaria uma modernidade nas ciências. Esse trecho do *Il Saggiatore*, assim, pode ser considerado uma referência no reconhecimento do valor das matemáticas na ciência dos modernos.

Dispõem-se nesses apontamentos a proposição de Galileu Galilei (1564-1642) que ganhou mais notoriedade entre os historiadores das ciências. Galileu está fixando toda e exuberância e complexidade da natureza nas linhas retas e na descrição das curvas cultivadas no conhecimento matemático. As grandezas e medidas desse conhecimento estão presidindo os procedimentos de uma ciência de pretensões modernas.

Uma passagem do *De Crepusculis* (1542), tratado em que Pedro Nunes tratou do problema astronômico dos crepúsculos em diferentes regiões do mundo, parece bastante próxima do que Galileu propõe em seu famoso trecho do *Il Saggiatore*: “diurni ac noctium, et crepusculorum longitudines multis modis inuestigari possunt: attamen is nobis perplacet, quem istis figurationibus excogitauimos, quia caeteris facilior, ueramque rei ipisius imaginem refert”²⁶. Escreve Pedro Nunes que o procedimento que privilegiou em seu *De Crepusculis* foi a demonstração por figuras geométricas (“figurationibus”), por oferecerem um método “mais fácil” (“facilior”) para exprimir a “verdadeira imagem da realidade” (“ueramque rei ipsiu imaginem refert”). Bem como Galileu enunciará mais tarde, realidade e geometria se conjugam nesse trecho noniano. Escreve ainda Pedro Nunes no final do *Tratado que ho doutor Pêro nunez fez sobre certas duuidas de nauegação: dirigido a el Rey nosso senbor* (1537): “Nem deue auer duuida no que nesta parte escreui: porque nenhũa cousa he mais euidente: que ha demonstração mathematica: a que nenhũa maneyra se pode contrariar”²⁷.

Considerações finais

Acima se pretendeu compartilhar algumas reflexões sobre o lugar de Pedro Nunes (Alcácer do Sal, 1502 – Coimbra, 1578), cosmógrafo do rei de Portugal D. João III (1502-1557), no processo histórico de emergência da ciência dos modernos. Nele se fez

²⁶ NUNES. *Obras*, Volume II, p. 65.

²⁷ NUNES, Pedro *Obras*, Volume I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 119.

apontamentos sobre a trajetória da historiografia da revolução científica, sobre uma recente trajetória ibérica de historiografia das ciências e sobre a trajetória da historiografia das ciências portuguesa; se enveredou por uma tácita perspectiva portuguesa da revolução científica e da emergência da ciência dos modernos, bem como por algumas de suas fragilidades historiográficas; se documentou uma possível aproximação entre Pedro Nunes (Alcácer do Sal, 1502 – Coimbra, 1578) e Galileu Galilei (1564-1642). Com isso colocou-se uma série de problemas em se tecer um paralelo entre esses dois reputados eruditos, ainda que eles apresentem algumas similaridades. Isso nos propõe que situar Pedro Nunes na história da ciência dos modernos põe problemas que merecem que se detenha neles de maneira mais cuidadosa, com paciente circunspeção, com olhar atento ao anacronismo e à práticas historiográficas que perderam força como paradigmas de pesquisa histórica. Esse artigo chama a atenção para alguns desses elementos. Pode ser lido como um subsídio introdutório para quem pretender levar a cabo uma árdua e magna pesquisa que tematize Pedro Nunes, a revolução científica e a emergência de uma ciência dos modernos. No bojo dessa temática está uma transformação no campo das ciências da qual desponta a modernidade e se assinala o ocaso da cultura legada pelo medievo.

Ciência, tecnologia e sociedade: apontamentos teóricos

Science, technology and society: theoretical notes

Gustavo Bianch Silva

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

e-mail: gbianch@gmail.com

Maria Izabel Vieira Botelho

Doutora em Sociologia (UNESP)

Profª do Departamento de Economia Rural(UFV)

e-mail: mbotelho@ufv.br

Recebido em: 06/11/2015

Aprovado em: 26/12/2015

RESUMO: O objetivo deste artigo é elencar um conjunto de autores que teorizaram as diferentes relações entre ciência, tecnologia e sociedade. Buscamos problematizar em que medida as relações dos cientistas com a sociedade moldam suas investigações científicas; se existiria alguma margem de ação desses indivíduos ou se suas práticas são limitadas por determinações superiores. Abordamos algumas das noções mais otimistas com o caráter transformador da ciência na sociedade, até as concepções de cunho crítico que enfatizam o potencial destrutivo dos efeitos da tecnologia. Em contraponto, demonstramos que outros estudos consideram tanto a ciência como a tecnologia como fenômenos sociais e, por isso, são construídas por meio de múltiplos interesses na interação de diversos atores sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência, Tecnologia, Sociedade.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to list a set of authors theorized that the different relationships between science, technology and society. We will question how the relations of scientists with society influence their scientific research; if there was any action of these individuals or their practices are limited by higher provisions. In this text, we will cover some of the most optimistic notions with the transforming nature of science in society, to the critical nature of concepts that emphasize the destructive potential of the effects of technology. In contrast, we expose other studies that consider both science and technology as social phenomena and therefore are constructed using multiple interests in the interaction of various social actors.

KEYWORDS: Science, Technology, Society.

Introdução

O objetivo deste artigo é elencar um conjunto de autores que teorizaram as diferentes relações entre ciência, tecnologia e sociedade. As reflexões elaboradas por Bernardo Jeferson Oliveira¹ foram de extrema importância na definição dos conceitos básicos que serviram de baliza para a discussão teórica realizada neste texto. Definir e diferenciar as noções de ciência, técnica e tecnologia tornou-se um desafio diante de uma vasta bibliografia sobre o tema. Para esta tarefa, Oliveira retoma as noções originais dos termos no grego² para especificar os significados deles.

Para a compreensão dos possíveis vínculos assumidos entre os cientistas e as sociedades que eles estão inseridos, faz-se necessário problematizar como a ciência e a tecnologia foram abordadas por diversas correntes teóricas. Pesquisadores tanto da História da Ciência quanto da Sociologia do Conhecimento poderão encontrar neste estado da arte diversas perspectivas teóricas, desde o radical distanciamento da ciência da sociedade, que concebe a ciência como elemento externo à sociedade, até as possibilidades de aproximação entre ambas.

Muitos autores debruçaram sobre a prática científica e a relação dos cientistas fora dos seus nichos de pesquisa. Em linhas gerais, esse texto busca problematizar duas questões que estão imbricadas, a saber: *Em que medida as relações dos cientistas com a sociedade moldam suas investigações científicas? Existiria alguma margem de ação desses indivíduos ou suas práticas são cerceadas por determinações superiores?* Para encontrar respostas para esses questionamentos, recorreremos diferentes linhas teóricas que analisaram o fenômeno científico na sociedade moderna.

Para desenvolver essas questões, optamos em historicizar conceitos desenvolvidos pela história da ciência e sociologia da ciência. Obviamente, a escolha de alguns autores certamente ignora outros de maneira arbitrária. Essa é a natureza de um “estado da arte”. Somado a isso, a proposta de expor diferentes correntes teóricas poderia dar a aparência de superficialidade em

¹OLIVEIRA, Bernardo J. de. *Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia*. 571f. Belo Horizonte, 2000. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós- Graduação em Filosofia, Belo Horizonte, 2000.

²Dessa forma, na filosofia aristotélica, existe uma diferenciação bem demarcada entre a episteme (ciência) e *téchne*(técnica). Neste caso, a *episteme* denota a geração de “um discurso racional demonstrativo, o qual serve para comunicar o conhecimento” Por outro lado, a *téchne* destina-se à “produção de algo” e, portanto, a “*epistemes* e destaca e se sobrepõe, primeiramente porque, mais exatamente e mais completamente que a *téchne* ela deve poder exprimir-se em uma linguagem e ser comunicável pelo ensino” OLIVEIRA. J. de. *Francis Bacon e a fundamentação da ciência como tecnologia*, p. 23. Nesta discussão, existe a antiga concepção da tecnologia como mera resultante da ciência aplicada. Enquanto a ciência desdobra-se na explicação e entendimento sistematizado do mundo, a tecnologia surge como desdobramento da ciência no sentido de ser um produto, um resultado prático. Essas noções sugerem que enquanto a ciência busca o conhecimento da natureza, a tecnologia busca tão somente a eficácia de determinado conhecimento.

horizontalizar tantas discussões ao invés de concentrar em um ou outro texto. Mesmo conhecendo esses riscos, entendemos que essa extensão de linhas interpretativas – incluindo tanto os clássicos como textos pouco evidenciados pela historiografia da ciência – sinaliza o caráter inesgotável do tema e sugere os múltiplos vieses para o entendimento da relação entre ciência, tecnologia e sociedade.

O otimismo pela ciência e tecnologia

Uma das primeiras teorias sobre a tecnologia aborda enfaticamente seu caráter transformador da sociedade. Neder denominou essa corrente de pensamento *instrumentalista*; segundo ele, “este seria como um suporte instrumental para realizar valores e desejos, sendo os meios tecnológicos neutros”³. Herdeira do otimismo com o progresso, desde a filosofia do iluminismo do século XVIII, a tecnologia materializa-se apenas em meios para atingir determinados fins.

Na concepção de Agazzi⁴, até os anos cinquenta pode-se dizer que a ciência era considerada como o campo de investigação desinteressada, imparcial, e objetiva da verdade; como depósito do conhecimento infalível, descontaminada de pressões e influências externas. Bem estabelecida por cima de todo conflito ideológico e disposta de imediato a ajudar à humanidade a resolver qualquer tipo de problema graças à riqueza de seus instrumentos. O tom desse discurso se potencializou tanto por meio da autonomia da ciência em relação à sociedade quanto da sua neutralidade.

Nesta linha, Dagnino⁵ descreve a respeito da concepção da neutralidade científica em sua obra. Para esse autor, enquanto o Iluminismo difundiu o ideal da neutralidade, o Positivismo, no século XIX, potencializou novos desdobramentos dessa percepção. Desvinculada do primado religioso, no positivismo, a razão subverteria a subjetividade para reproduzir a realidade fielmente, principalmente, ao reforçar o caráter de verdade do conhecimento científico. Assim, ainda segundo o autor, “[...] a neutralidade da ciência parte de um juízo de que a ciência e a tecnologia

³NEDER, Ricardo T (org). *Andrew Feeberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. In: CICLO DE CONFERÊNCIAS ANDREW FEENBERG. Série Cadernos Primeira Versão: CCTS – Construção Crítica da Tecnologia & Sustentabilidade. Brasília. Observatório do movimento pela tecnologia social na América Latina/Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS Vol. 1. Número 3. 2010, p. 2.

⁴AGAZZI, Evandro. *El bien, el mal y la ciencia: Las dimensiones éticas de la empresa científico-tecnológica*. Madrid: Tecnos, 1996.

⁵DAGNINO, Renato. *Um Debate sobre a Tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas. 206f. Tese (Doutorado em Geografia).Unicamp, Programa de Pós- Graduação em Geografia, Campinas, 2007.

não se relacionam com o contexto no qual são geradas. Assim, permanecer sempre isolada é um objetivo e uma regra da ‘boa ciência’⁶.

Nesta concepção, a ciência aparece como uma entidade absoluta, responsável por conduzir a sociedade ao progresso, porém, sem ser afetada por ela. Diversas consequências podem ser atribuídas à concepção da neutralidade da ciência e da tecnologia. Para Dagnino, essa ideia leva à impossibilidade de iniciativas alternativas da ciência. Assim, só existe uma única ciência com *status* de Verdade. Para o autor, “as diferenças contextuais geográficas, culturais, éticas, entre outras, ficariam em um plano secundário, subsumidas numa preocupação marginal com a ‘adaptação’⁷.

A noção da construção de uma sociedade regida pela ciência e pela tecnologia, a chamada tecnocracia, soma-se ao pressuposto da neutralidade. Dagnino argumenta que, na perspectiva positivista, “[...] a humanidade munida pela razão científica livrar-se-ia da política, implantaria o domínio da lógica e da razão, em substituição ao império da emoção e da paixão”⁸. Como consequência, as próprias questões sociais e políticas poderiam ser tratadas de maneira científica, eliminando as disputas irracionais e produzindo uma sociedade cada vez melhor. Portanto, “a própria política torna-se uma questão técnica, e a razão de uma linha de ação política passa a ser entendida como passível de ser demonstrada ou provada por meios ou critérios científicos”⁹.

Não obstante, outra corrente teórica associou a ciência à noção de transformação da sociedade, porém, com pressupostos diferentes dos citados acima. O *determinismo tecnológico* reconhece na tecnologia o “gatilho” para a mudança social. De acordo com Neder, “essa noção esteve subjacente à visão marxista, diante do fenômeno técnico e do progresso capitalista, sendo assim, uma força motriz da história”¹⁰. Embora Marx e Engels fossem críticos ferrenhos da sociedade industrial, na interpretação de Bruseke, Karl Marx prende-se à ideia de que o “[...] progresso social estaria necessariamente ligado ao avanço técnico, avaliação que impossibilitava consequentemente o desenvolvimento de uma crítica das forças produtivas”¹¹.

Na explicação de Dagnino, no determinismo tecnológico, a possibilidade de desenvolvimento da sociedade está no avanço científico – o acesso objetivo à realidade – uma vez que seria ele o responsável pela geração de conhecimentos novos e melhores passíveis de serem

⁶DAGNINO. *Um Debate sobre a Tecnociência*, p. 22.

⁷DAGNINO. *Um Debate sobre a Tecnociência*, p. 22.

⁸DAGNINO. *Um Debate sobre a Tecnociência*, p. 29.

⁹DAGNINO. *Um Debate sobre a Tecnociência*, p. 29.

¹⁰NEDER. *Andrew Feenberg*, p.5.

¹¹BRUSEKE, Fraz Josef. *A técnica e os riscos da modernidade*. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001, p. 116.

materializados em tecnologias cada vez mais eficientes que as anteriores em uma sequência linear e independente de quaisquer outros aspectos.

Portanto,

[...] nem os grupos sociais envolvidos com esse processo nem a tecnologia mesma poderiam influenciar o progresso da ciência. Ou seja, que aceitar o Determinismo Tecnológico seria uma mera consequência de algo inteiramente coerente com a sua lógica subjacente: a ideia de que a uma teoria científica sucede outra melhor de acordo com uma dinâmica interna, e que seus frutos tecnológicos provocariam efeitos sucessivamente melhores para a sociedade que, afinal, é a fonte de todo esse processo¹².

Bruseke analisa que a questão para Karl Marx era, neste aspecto, trazer como foco muito mais a “[...] constatação de quem é o proprietário dos meios de produção do que quais são os danos e riscos que as forças produtivas poderiam causar à sociedade”¹³. Neste aspecto, Marx retira da tecnologia qualquer “responsabilidade” sobre os problemas da sociedade, pelo contrário, o centro das atenções concentra-se nas relações de produção. Conseqüentemente, a luta de classes torna-se o germe da desigualdade social, o que exige a tecnologia dos problemas sociais.

Assim, o desenvolvimento tecnológico, longe de ser uma ferramenta de dominação, pode ser considerado um elemento libertador. No marxismo, segundo Romeiro, a “[...] alienação e opressão que estão sujeitos os trabalhadores sob esse sistema são inevitáveis: somente o próprio desenvolvimento das forças produtivas, através da automação, poderá libertá-los”¹⁴. A interpretação decorrente do otimismo tecnológico, aliado ao desenvolvimento do capitalismo, levou autores marxistas, como abordou Romeiro, “[...] a perceber a reação da classe trabalhadora como indutora da mudança técnica”¹⁵.

No entendimento de Dagnino, na interpretação marxista a tecnologia não é *neutra*, ou seja, a ciência não se situa em uma esfera completamente *autônoma* da sociedade. Porém, ciência e tecnologia são *determinantes* do ambiente histórico-social. Para o autor, o “desenvolvimento das forças produtivas seria responsável, tanto pelas mudanças radicais na forma de organização da sociedade observadas na história, como pelas transformações incrementais que ao longo de um mesmo modo de produção”¹⁶. E por fim,

¹²DAGNINO. *Um Debate sobre a Tecnociência*, p.35.

¹³BRUSEKE. *A técnica e os riscos da modernidade*, p. 117.

¹⁴ROMEIRO, Ademar. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume, FAPESP: 2007, p. 157.

¹⁵ROMEIRO. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*, p. 161.

¹⁶DAGNINO. *Um Debate sobre a Tecnociência*, p. 38.

[...] a tecnologia é entendida como social só em função do propósito a que serve e possui imediatos e poderosos efeitos sociais. Segundo o enfoque determinista, o destino da sociedade dependeria de um fator não social, que a influência sem sofrer uma influência recíproca. Isto é, o progresso seria uma força exógena que incide na sociedade, e não uma expressão de valores e mudanças culturais.¹⁷

Assim, Agazzi identifica que, no marxismo, a ciência e a tecnologia imbricam-se diretamente como um fator da produção, constituindo um ingrediente essencial do modo moderno de produzir bens e mercadorias. Nesta perspectiva, o modo de produção determina a “estrutura”, o caráter intrínseco de cada sociedade, da qual dependem todos os demais elementos, sejam institucionais, jurídicos, econômicos, sociais ou culturais. Como consequência, “[...] resulta-se quase automático afirmar que cada sociedade possui um tipo de ciência que corresponde a seu modo de produção”¹⁸.

No entanto, há uma sensível ruptura nessas perspectivas de enxergar o fenômeno tecnológico, principalmente no tocante aos efeitos da ciência sobre a sociedade. Após as duas grandes guerras mundiais no século XX, a tecnologia não poderia mais ser considerada apenas pelo seu viés pragmático nem simplesmente pelos benefícios advindos da ciência. Tanto o *instrumentalismo* quanto o *determinismo* sofreram duras críticas. Para Bruseke, “[...] a visão progressiva da técnica cedeu espaço pela primeira vez a um surto de crítica quando foi usada em larga escala no conflito militar entre as superpotências europeias”¹⁹.

Ciência e tecnologia como dominação

O otimismo ingênuo pela tecnologia entrou em crise. Surgiu entre os intelectuais uma versão completamente avessa ao determinismo tecnológico. De acordo com Neder, a perspectiva crítica da tecnologia, denominada de teoria do *substantivismo*, “[...] adota o ponto de vista de que a tecnologia é uma negação da essência humana de cada um e da sociedade”²⁰. A explicação para o impedimento do “sujeito social” decorre, para Neder, do fato de tanto a ciência quanto a tecnologia estarem sempre impregnada de valores. Tendo como Heidegger um dos seus principais expoentes, a técnica moderna refere-se à “[...] materialização, à homogeneização, à funcionalização, à polarização entre sujeito e objeto, ao cálculo, à imposição e à vontade de dominação”²¹.

¹⁷DAGNINO. *Um Debate sobre aTecnociência*, p. 54.

¹⁸AGAZZI. *El bien, el mal y la ciencia*, p. 57.

¹⁹ BRUSEKE. *A técnica e os riscos da modernidade*, p. 117.

²⁰NEDER. *Andrew Feeberg*, p. 7.

²¹ NEDER. *Andrew Feeberg*, p. 122.

Em Bruseke, a contribuição de Heidegger na interpretação do fenômeno tecnológico reside no profundo questionamento da natureza técnica da sociedade moderna. A crítica de Heidegger lança questões que vão além do “mau uso” dos artefatos tecnológicos. Para ele, toda modernidade é, até suas raízes profundas, técnica. Seu potencial nocivo é demonstrado em uma perspectiva filosófica, quando afirma que “[...] corremos o risco de perder o essencial no auge do aperfeiçoamento das ciências e dos instrumentos e métodos que descobrem cada vez mais detalhes sobre o funcionamento das coisas”²². O essencial, neste caso, para Heidegger, “[...] seria um contato revelador com a plenitude do Ser, somente possível quando nos despedimos da ilusão de poder dominar o que está à nossa mão”²³.

Não obstante, expor os autores sem situá-los nos contextos de suas atuações poderia transformar essa análise em incoerência. A explicação para a mudança de olhar em direção ao fenômeno tecnológico na sociedade moderna é, de fato, bastante óbvia. Como foi citado anteriormente, o auge do desenvolvimento técnico em simbiose com a indústria da guerra produziu resultados nefastos para o mundo. Jamais na história recente da humanidade o desenvolvimento tecnológico havia encontrado tamanho espaço para a destruição. De acordo com Bruseke,

[...] o choque da Primeira e, mais ainda, da Segunda Guerra Mundial influenciou profundamente as reflexões sobre a técnica moderna. A crença no progresso histórico e na razão, no campo filosófico já abalado desde Nietzsche, cedeu a uma visão crítica da razão instrumental e dos riscos da sociedade moderna, entre os quais o risco da sua autoextinção.²⁴

Somado a isso, Agazzi (1996) enfatiza que, no contexto citado, a percepção de muitos autores era que um crescimento autônomo da ciência e da tecnologia produziu, mais ou menos automaticamente, consequências indesejáveis e, sobretudo, terríveis. O autor não aponta necessariamente para a questão bélica. Antes, relaciona a ciência com os problemas ambientais, dos quais a contaminação e alguns desastres ecológicos eram claros sinais premonitórios de um grande problema.

Além dos aspectos destrutivos da tecnologia associada às guerras mundiais, o próprio caráter capitalista da sociedade industrial justifica o viés questionável da ciência. Nesta perspectiva, Marcuse direciona a crítica à tecnologia em sua feição política. Esse *caráter* da tecnologia na sociedade moderna, para Marcuse, se opõe definitivamente à questão da *neutralidade*

²² BRUSEKE. *A técnica e os riscos da modernidade*, p. 123.

²³ BRUSEKE. *A técnica e os riscos da modernidade*, p. 123.

²⁴ BRUSEKE. *A técnica e os riscos da modernidade*, p. 121-122.

da ciência. Segundo o autor, o aparato tecnológico “[...] não funciona como uma soma total de meros instrumentos que possam ser isolados de seus efeitos sociais e políticos”²⁵. Pelo contrário, “[...] a sociedade tecnológica é um sistema de dominação que já opera no conceito e na elaboração das técnicas”²⁶. Esse embate também opõe a sociedade à natureza, uma vez que por meio da tecnologia, “[...] a experiência, a transformação e a organização da natureza como o mero material de dominação”²⁷.

Deste modo, Agazzi demonstrou que essa visão sobre a ciência identificou-a como uma serva do poder e, conscientemente ou não, reflete uma ideologia. Assim, qualquer sujeito que estivesse contra um determinado sistema político ou social deveria lutar contra sua ciência e privá-lo da máscara de respeitabilidade e do apoio intelectual que, de alguma forma, poderiam vir do prestígio e da autoridade da ciência. Para o autor, “[...] esta foi a razão que sustentou, no final dos anos 60, as acusações contra a ciência (e ao saber em um sentido lato), durante numerosos momentos de revolta política contra ‘o sistema’ e o mundo ocidental”²⁸.

O entendimento da ciência e da tecnologia como dominação pode ser percebido na interpretação de Marcuse. Ele identifica na chamada sociedade tecnológica a perda completa da *liberdade* do indivíduo. Para o autor, “[...] em virtude do modo pelo qual se organizou a sua base tecnológica, a sociedade industrial contemporânea tende a tornar-se totalitária”²⁹. O totalitarismo citado não pertence ao sistema de dominação conhecido como “terrorismo de Estado” que se tornou conhecido com a política nazista de Adolf Hitler. Pelo contrário, significa “[...] uma coordenação técnico-econômica que opera através da manipulação das necessidades por interesses adquiridos”³⁰. Neste caso, a tecnologia torna-se criadora de “falsas necessidades”³¹ que alimentam a exploração do trabalho na sociedade de consumo.

Diante das múltiplas possibilidades de apropriação dos artefatos tecnológicos, o fascínio pelo consumo afeta o cotidiano dos indivíduos. Para Marcuse, “[...] os meios de transporte e comunicação em massa, as mercadorias como casa, alimento e roupa, a produção irresistível da

²⁵MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964, p. 18.

²⁶MARCUSE. *A ideologia da sociedade industrial*, p. 19.

²⁷MARCUSE. *A ideologia da sociedade industrial*, p. 19.

²⁸AGAZZI. *El bien, el mal y la ciencia*, p. 66.

²⁹MARCUSE. *A ideologia da sociedade industrial*, p. 24.

³⁰AGAZZI. *El bien, el mal y la ciencia*, p. 66.

³¹MARCUSE. *A ideologia da sociedade industrial*, p. 26. O autor citado faz uma distinção sobre as reais necessidades e as falsas necessidades: “Podemos distinguir tanto as necessidades verídicas como as falsas necessidades. ‘Falsas’ são aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares ao reprimi-lo: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria, a injustiça”.

indústria de diversões e informação”³² não estão desvinculados da concepção ideológica subjacente à lógica de produção capitalista. Pelo contrário, os produtos “trazem consigo atitudes e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais que prendem os consumidores mais ou menos agradavelmente aos produtores e, através destes, ao todo”³³. Dentro dessa lógica,

Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência que é imune à sua falsidade. E, ao ficarem esses produtos benéficos à disposição de maior número de indivíduos e de classes sociais, a doutrinação que eles portam deixa de ser publicidade; torna-se um estilo de vida.³⁴

De acordo com o raciocínio acima, a prática científica serve-se aos caprichos do capital e neste caso é usada para a dominação. Trigueiro³⁵ comenta, parafraseando Marcuse, que não haveria saída para uma ciência e uma tecnologia emancipadoras dentro das estruturas do modo de produção capitalista. A tecnologia a serviço do capital, neste aspecto, torna-se síntese de todo processo de acumulação, pois segundo Marcuse é “[...] uma sociedade avançada que transforma o processo científico e técnico em instrumento de dominação”³⁶. Desta forma, para se estabelecer uma nova ciência e uma nova tecnologia, “[...] seria necessária uma nova estrutura social, uma nova maneira de lidar com a natureza e com a relação entre os indivíduos, livres da dominação e do controle de uns sobre outros”³⁷.

A partir dos autores citados, percebemos que a ciência quando interpretada a partir dos seus impactos foi associada à ideologia. Nem as mais evidentes contribuições científicas para o avanço econômico dos povos são consideradas elementos de aproximação com a sociedade, pelo contrário, até as benesses do desenvolvimento tecnológico permanecem como suporte para a dominação. Outros autores vão rechaçar essa visão por meio da relativização do caráter dicotômico entre ciência e sociedade.

Ciência, tecnologia e sociedade

Em contraponto ao *substantivismo* crítico da sociedade moderna, a análise de Kuhn influencia diretamente no olhar social da ciência e da tecnologia. O trabalho mais conhecido do autor³⁸ analisa a evolução da ciência moderna. Dessa forma, o desenvolvimento da ciência vai

³² MARCUSE. A ideologia da sociedade industrial, p. 36.

³³ MARCUSE. A ideologia da sociedade industrial, p. 36.

³⁴ MARCUSE. A ideologia da sociedade industrial, p. 36.

³⁵ TRIGUEIRO, Michelangelo G. S. *O conteúdo social da tecnologia*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

³⁶ MARCUSE. *A ideologia da sociedade industrial*, p. 35.

³⁷ TRIGUEIRO. *O conteúdo social da tecnologia*, p. 55.

³⁸ KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

além de um acúmulo progressivo de novos dados, sobretudo, por meio de um processo contraditório marcado pelas revoluções do pensamento científico e mudanças de paradigmas.

Trigueiro discute a obra de Kuhn e aponta que o autor desassocia a produção do conhecimento científico como verdade objetiva dos fatos. Pelo contrário, a construção dos fatos passa tão somente por consensos dentro da comunidade científica e, neste caso, esses consensos são situados num contexto sócio-histórico particular. Nessa perspectiva, as influências externas à ciência são fatores que intervêm diretamente na prática científica.

Somado a isso, segundo Lorenzi, “apesar de Kuhn não explorar muito isso, o que se deduz é que o conhecimento científico, assim como o entendimento do mundo, estariam em constante construção, tema que os construtivistas vão explorar a partir daí”³⁹.

Na mesma perspectiva de questionar os fatos científicos como verdade, o chamado *Programa Forte de David Bloor* atuou criticamente na análise da ciência como objeto pelos historiadores e sociólogos.

O próprio Bruno Latour em *Vida de Laboratório*⁴⁰ comentou as influências desse programa para a Teoria do Ator-Rede, embora Latour também se mantivesse crítico em muitos aspectos da abordagem do Bloor.⁴¹ Por outro lado, um dos legados de Bloor reside na crítica dos cientistas sociais interpretarem o contexto da produção científica sem considerar a produção dos *fatos científicos*. Também, os mesmos são considerados fatos sociais, conforme acentuou Trigueiro, “tais fatos não devem ser julgados nem como mais, nem como menos racionais que outros fatos sociais”⁴².

É evidente, no *Programa Forte*, portanto, o imbricamento entre ciência e sociedade. Outro autor que contribuiu para a interpretação da relação entre ciência, tecnologia e sociedade é Jürgen Habermas. Antes, é importante salientar que Habermas também condena o potencial libertador das forças produtivas em todas as circunstâncias, conforme afirmou Bruseke. No entanto, por

³⁹LORENZI, Bruno R. *Em busca de alternativas energéticas: estudo sobre as pesquisas em células combustíveis no Brasil*. São Carlos. 2012. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - UFSCar, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, São Carlos, 2012, p. 58.

⁴⁰ LATOUR, B.; WOOLGAR, S. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1997.

⁴¹O questionamento de Latour ao Programa refere-se à “consolidação do primado do relativismo, quando relegaria a segundo plano o objeto por excelência da ciência, os comportamentos da natureza trabalhados experimentalmente”. NOGUEIRA, Fernanda S. Tipos de interpretação sobre as especificidades do objeto do conhecimento na História das Ciências. *Revista Temporalidades*, vol. I, n.º 1, março de 2009.

⁴²TRIGUEIRO. *O conteúdo social da tecnologia*, p. 26.

abordar a tecnologia em seu aspecto estritamente resultante da vontade humana, Habermas mantém uma interpretação duramente crítica à tecnologia como elemento externo à sociedade.

Notadamente, o autor constrói seu argumento apoiado no debate com Marcuse, em uma postura oposta a esse. Assim, Habermas afirma que Marcuse se equivocou ao atribuir o surgimento de uma nova ciência como redentora da sociedade. Em algumas passagens, argumenta Habermas, “Marcuse sente-se tentado a enlaçar esta ideia de uma nova ciência com a promessa, familiar na mística judaica e protestante, de uma ressurreição da natureza caída”⁴³. Porém, Habermas reconhece que a tecnologia é uma faceta humanizadora do homem, na medida em que o indivíduo se transforma no processo de modificar a natureza. Segundo ele,

[...] “o *a priori* tecnológico é um *a priori* político na medida em que a transformação da natureza tem como consequência a do homem”, e em que as “criações derivadas do homem” brotam de uma totalidade social. Pode, no entanto, insistir-se em que a maquinaria do universo tecnológico “enquanto tal” é indiferente perante os fins políticos – pode servir de acelerador ou de freio a uma sociedade⁴⁴.

A perspectiva de Habermas reconhece a ciência e a tecnologia como próprias do ser humano. De acordo com Feenberg⁴⁵, Habermas acompanha o antropólogo Gehlen, para o qual o desenvolvimento técnico suplementa o corpo e a mente humana com um dispositivo após outro. Deste modo, a tecnologia é um projeto genérico, “[...] ‘um projeto’ da espécie humana como um todo e não de uma certa época histórica determinada como a sociedade de classes ou de uma classe social específica, como a burguesia”⁴⁶. Assim, Feenberg aponta que, para Habermas, a ciência e a tecnologia “[...] não reagem essencialmente aos interesses sociais ou à ideologia, porém, apenas ao mundo objetivo que representam em termos das possibilidades de compreensão e controle”⁴⁷.

Longe de significar uma visão ingênua da ciência, Habermas reconhece que os “[...] interesses sociais continuam a determinar a direção, as funções e a velocidade do progresso técnico”⁴⁸. No entanto, o autor adiciona que, “[...] embora tais interesses sejam reais, os mesmos

⁴³HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como ideologia*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1968, p. 50.

⁴⁴HABERMAS. *Técnica e ciência como ideologia*, p. 55.

⁴⁵FEENBERG, Andrew. Habermas ou Marcuse? In: NEDER, Ricardo T. (org.) *Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. CICLO DE CONFERÊNCIAS ANDREW FEENBERG. Série Cadernos Primeira Versão: CCTS – Construção Crítica da Tecnologia & Sustentabilidade. Brasília. Observatório do movimento pela tecnologia social na América Latina/Centro de Desenvolvimento Sustentável – CDS Vol. 1. Número 3. 2010.

⁴⁶FEENBERG. Habermas ou Marcuse?, p. 215.

⁴⁷FEENBERG. Habermas ou Marcuse?, p. 220.

⁴⁸HABERMAS. *Técnica e ciência como ideologia*, p. 73.

definem de tal modo o sistema social como um todo, que coincidem com o interesse pela manutenção do sistema”⁴⁹, ou seja, existe uma convergência em torno da conservação do sistema.

As posições de Habermas sobre ciência, tecnologia e sociedade abrem caminho para teorias que consideram as três esferas como *elementos imbricados*. Nem autonomia da ciência em relação à sociedade, tampouco subordinação da sociedade em relação à ciência. Esta é a preocupação de Agazzi, que vislumbra uma posição mais equilibrada das relações entre ciência e sociedade. Esta perspectiva cede lugar para uma valoração do “[...] impacto da sociedade sobre a ciência e igualmente o inverso, da ciência para a sociedade, assim como também reconhece os indivíduos, não menos que a sociedade, com um papel relevante na construção da ciência”⁵⁰.

A concepção da autonomia e o campo científico

Grande expoente da sociologia da ciência, Robert K. Merton por meio de suas publicações contribuiu para o entendimento da relação da ciência com outros setores da sociedade, muito embora houvesse uma forte tendência mesmo em identificar um aspecto mais autônomo da ciência em relação à dimensão social. No arcabouço teórico mertoniano, a Sociologia da Ciência “[...] tem como matéria a interdependência dinâmica entre a ciência, como atividade social em marcha que dá nascimento a produtos culturais e de civilização e da estrutura social que a envolve”⁵¹. Ele argumenta que, desde sua época, o equilíbrio das relações entre ciência e sociedade recebeu atenção muito desproporcional, pois se “[...] dedicou muita atenção à influência da ciência sobre a sociedade e pouca sobre a influência da sociedade sobre a ciência”⁵².

É interessante perceber o quanto, na visão de Merton, o imbricamento entre sociedade e ciência não interrompe a autonomia desta. Por isso, o autor reconhece que a “[...] resistência em analisar as consequências das demandas da sociedade na comunidade científica pode proceder da crença equivocada de que admitir o fato sociológico seria comprometer a autonomia da ciência”⁵³. É a partir desta aferição que Merton desenvolve o seu argumento: que existe uma influência sociocultural no desenvolvimento da ciência sem que a essa perca sua autonomia.

⁴⁹ HABERMAS. Técnica e ciência como ideologia, p. 73.

⁵⁰ AGAZZI. *El bien, el mal y la ciencia*, p. 51.

⁵¹ MERTON, Robert K. *Teoria y estructuras sociales*. Tradução de Florentino M. Torner. México: Fondo de Cultura Económica, 1965, p. 525.

⁵² _____. *Teoria y estructuras sociales*, p. 525.

⁵³ _____. *Teoria y estructuras sociales*, p. 525.

A existência do *ethos científico* qualifica, por assim dizer, a ciência como segmento dotado de uma racionalidade própria. Neste aspecto, Kropf & Lima⁵⁴ sugerem que a concepção que Merton desenvolve sobre o *ethos* científico evidencia a preocupação primordial em aferir, na análise da atividade científica, o conjunto de crenças e normas institucionalizadas que orientam a prática concreta dos cientistas. Notadamente, Merton identifica que “[...] a ciência não deve resignar-se a ser criada da teologia, da economia e do Estado. A função deste sentimento provavelmente é manter a autonomia da ciência”⁵⁵. Na explicação do autor,

[...] em outras palavras, ao eliminar o sentimento de uma ciência pura, a ciência é submetida ao controle direto de outras agências institucionais e seu lugar na sociedade é cada vez mais incerto. O repúdio persistente por parte dos cientistas da aplicação de normas utilitárias a seu trabalho tem por função principal evitar esse perigo, que é particularmente assinalado no tempo presente.⁵⁶

Nesta perspectiva, Kropf & Lima interpretam a sociologia da ciência mertoniana em direção à relação entre a ciência e a sociedade. Para esses autores, Merton afirma que a interdependência entre a ciência e as outras instituições e esferas culturais da sociedade é mais forte nos momentos iniciais de institucionalização da atividade científica, quando se dá o processo de afirmação da crença social no seu valor. Dessa forma, o grau de *autonomia* tende a crescer à medida que a ciência, reconhecida socialmente enquanto instituição dotada de características próprias, começa a ser legitimada como um fim em si mesma, tornando-se, então, um subsistema da sociedade relativamente independente.

No que se refere à finalidade da ciência, Merton afirma que a meta institucional da ciência é a ampliação dos conhecimentos comprovados. Neste caso, os métodos técnicos empregados para este fim proporcionam a definição adequada do conhecimento: predições empiricamente confirmadas e logicamente congruentes. O *ethos científico*, também denominado pelo autor de imperativos (costumes) institucionais, deriva-se da meta e dos métodos. Toda a estrutura de normas técnicas e morais levam à consecução do objetivo final.

Exatamente o *ethos científico* ou a moral da ciência que demonstra a especificidade dela em relação a outros segmentos da sociedade. Segundo Lorenzi⁵⁷, esse *ethos* seria o “ingrediente cultural” da ciência, ou uma ideologia científica, que distingue a atividade científica do resto das atividades sociais e garantiria sua estabilidade e autonomia. As características do *ethos* baseiam-se

⁵⁴KROPF, Simoni P. & LIMA, Nísia. T. História, Ciência e Saúde. *Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.5, no.3. Nov. 1998/Febr.1999.

⁵⁵MERTON. *Teoria y estructuras sociales*, p. 535.

⁵⁶_____. *Teoria y estructuras sociales*, p. 535.

⁵⁷LORENZI. *Em busca de alternativas energéticas*, p. 54.

em quatro imperativos institucionais: o universalismo, o comunismo, o desinteresse e o ceticismo organizado.

No *universalismo*, na percepção de Merton, “[...] toda produção científica necessita ser submetida a critérios impessoais pré-estabelecidos: consoantes com as observações e com os conhecimentos previamente confirmados”⁵⁸. Em outras palavras, Lorenzi enfatiza que a ciência se dá independente da raça ou nacionalidade. Ela está em contato e influência direta da cultura maior; porém a ciência se dá como se fosse uma cultura superior, com seus métodos e critérios impessoais e de uso universal, o que possibilita aos cientistas de diversas nacionalidades dialogarem como se fizessem parte de uma mesma cultura. Desta forma, para apontar o universalismo como elemento constitutivo do *ethos científico*, Merton afirma que a instituição da ciência é apenas “[...] parte de uma estrutura social maior com a qual nem sempre está unificada”. Assim, segundo ele, “[...] quando a estrutura geral se opõe ao universalismo, o *ethos da ciência* é submetido a fortes tensões”⁵⁹.

A concepção de *comunismo*, por sua vez, não se relaciona com o termo político vinculado ao marxismo. Em Merton, esse conceito refere-se aos resultados substantivos da ciência que, portanto, são produtos de colaboração social e estão destinados à comunidade, o que constitui uma herança comum em que a ganância do produtor individual está severamente limitada. Para o autor, “o comunismo do *ethos científico* é incompatível com a definição de tecnologia como “propriedade privada” em uma economia capitalista”⁶⁰. Essa faceta do *ethos* flexiona diretamente com a noção de *desinteresse*.

Merton argumenta que a ausência virtual de fraudes nos anais da ciência, que parece excepcional quando se compara com outras esferas de atividades, se atribuiu, às vezes, às qualidades pessoais dos cientistas. Porém, não há provas satisfatórias de que seja assim. Pode encontrar-se uma explicação mais admissível em certas características distintivas da própria ciência, neste caso, a “[...] demanda de desinteresse tem uma base sólida no caráter público e comprovável da ciência, e pode supor que esta circunstância tem contribuído para a integridade do cientista”⁶¹.

E por fim, o *ceticismo organizado* refere-se à imparcialidade do cientista diante do objeto. Para Merton, a suspensão do juízo até que “esteja entregue aos fatos” e o escrutínio imparcial das

⁵⁸ MERTON. *Teoria y estructuras sociales*, p. 544.

⁵⁹ _____. *Teoria y estructuras sociales*, p. 545.

⁶⁰ MERTON. *Teoria y estructuras sociales*, p. 547-549.

⁶¹ _____. *Teoria y estructuras sociales*, p. 550.

crenças de acordo com critérios empíricos e lógicos têm envolvido, periodicamente, a ciência em conflitos com outras instituições.

O conceito de *campo científico*, cunhado por Pierre Bourdieu, complementa a questão proposta neste artigo, a saber, a discussão entre a relação entre ciência e sociedade. A concepção de campo está, segundo o autor, a designar esse espaço relativamente *autônomo*, esse microcosmo dotado de leis próprias. Ao contrário da concepção de *neutralidade* da ciência, que parte do pressuposto de que a ciência e a tecnologia não se relacionam com o contexto em que elas foram geradas.

A ciência para este autor possui um grau de autonomia em relação à sociedade, porém, sujeito às determinações do macrocosmo social como qualquer outro *campo social*. De acordo com Bourdieu, o “[...] universo ‘puro’ da mais ‘pura’ ciência é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros, mas onde e todas essas invariantes revestem formas específicas”⁶².

Porém, se enquanto macrocosmo ele é submetido a leis sociais, essas não são semelhantes às aquelas em vigor sobre o todo social.⁶³ Neste sentido, “[...] campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve”⁶⁴. Embora haja pressões “externas”, o campo científico, nesta perspectiva, possui mecanismos próprios de releitura do contexto que o envolve. O desdobramento lógico de conceber a ação dos cientistas em um campo passa pela consideração de sua autonomia de ação na sociedade.

Não obstante, isso elimina qualquer engano em supor que o campo científico não absorve as ações dos outros campos da sociedade. No entanto, para Bourdieu, “[...] uma das manifestações mais visíveis da autonomia do campo é sua capacidade de refratar, retraduzindo sob uma forma específica as pressões ou as demandas externas”⁶⁵. Esse é um pressuposto importante que precisa ser ressaltado: os cientistas dão novos significados às imposições externas de acordo com seus interesses.

Longe de aspirações estritamente econômicas como motivações para suas pesquisas, os cientistas possuem, segundo Bourdieu, um capital específico que modela suas intenções em torno

⁶²BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122.

⁶³ _____. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004, p. 20.

⁶⁴BOURDIEU. *Os usos sociais da ciência*, p. 23.

⁶⁵ _____. *Os usos sociais da ciência*, p. 22.

das suas investigações. O capital científico é uma espécie particular de capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico.

O autor rechaça, também, a compreensão do campo científico cercado de interesses puramente técnicos, ligados necessariamente à ciência. Para Bourdieu, “[...] é inútil distinguir entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais das práticas essencialmente sobredeterminadas”⁶⁶. As escolhas dos cientistas, seja ao elencar seus temas de pesquisa ou demonstrar seus resultados, são essencialmente políticas. Segundo o autor,

[...] não há “escolha” científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação; ou, ainda, escolha entre uma publicação imediata de resultados parcialmente verificados e uma publicação tarde de resultados plenamente controlados – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes.⁶⁷

Ambos os autores citados, tanto Merton quanto Bourdieu, abordaram a relação entre ciência e sociedade de maneira imbricada, sem considerar uma oposição entre elas. Porém, esses sociólogos interpretam os cientistas em suas comunidades com certa autonomia da sociedade. A diferença entre eles está no grau de aproximação dado à ciência diante do universo social. Enquanto Merton adota o *ethos científico* como aspecto de diferenciação da ciência em relação à sociedade, Bourdieu identifica a ciência como um campo e, portanto, sua estrutura social pode sofrer maior ou menor influência da sociedade, dependendo exclusivamente da sua capacidade de refração dos outros campos da sociedade.

Os estudos sociais da ciência

Nessa direção, os autores que serão aqui utilizados reforçam a concepção da ciência e tecnologia como partes constitutivas da sociedade. Na perspectiva de Trigueiro, a tecnologia não é necessariamente uma realidade ameaçadora e restritiva. Tampouco seu uso não torna a sociedade emancipada e melhor. O julgamento deve ser feito caso a caso, dependendo do tipo de tecnologia enfocada, de sua evolução histórica e de suas inúmeras possibilidades de vir a ser uma coisa ou outra, dependendo de ampla diversidade de fatores.

⁶⁶ _____ . *O campo científico*, p. 125.

⁶⁷ _____ . *O campo científico*, p. 125.

O construtivismo, neste aspecto, direciona o olhar para captar, de acordo com Neder, “[...] onde e como estão fincadas as raízes sociais do conhecimento e da tecnologia como racionalidade instrumental em seu trânsito no mundo do poder, do mercado e da democracia”⁶⁸. A produção científica é uma ação social no sentido de ser projetada na sociedade por diversos atores interessados. O âmbito do poder e das disputas por hegemonia não estão fora desse processo, pelo contrário, perpassam toda a dinâmica de produção e de apropriação dos artefatos tecnológicos.

Outros autores prosseguiram suas análises mantendo o cerne da relação ciência e sociedade no centro dos debates sobre a produção tecnológica. Para Tâmara Benakouche, a nova dinâmica de pensamento sobre a tecnologia se explica pelo fim da dicotomia entre os impactos causados pela tecnologia e a sociedade que “passivamente” é atingida por esses problemas. De acordo com esta autora, atribuía-se à tecnologia uma autonomia ou uma externalidade social que ela não possui; “[...] erroneamente, supunha-se uma dicotomia na qual de um lado estaria a tecnologia - que provocaria os ditos impactos - e do outro, a sociedade - que os sofreria”⁶⁹.

Esta perspectiva acentua o caráter inacabado das propostas tecnológicas. Dentro desta lógica, “[...] a tecnologia, como qualquer outra realização humana, não é algo fechado, acabado, predeterminado, ainda que existam condições estruturais objetivas em que tais atividades se tornam possíveis”⁷⁰. Os atores interessados, neste caso, o Estado, as organizações internacionais de crédito, os cientistas, os consumidores, entre outros, atuam nesse *campo de disputas*. Embora os setores dominantes, - sejam das indústrias ou até mesmo o Estado - obtenham amplas vantagens na realização de suas propostas, a existência de interesses diversificados interferem no processo decisório de determinado artefato tecnológico.

Compreender que as formulações tecnológicas partem de um campo de disputas, conseqüentemente, permite-nos associar a interação entre atores a partir de um jogo de negociações. Assim, no construtivismo, existem diversos interesses que perpassam a questão tecnológica. Segundo Novaes, as tecnologias seriam construídas “[...] socialmente no sentido de

⁶⁸NEDER. *Andrew Feeberg*, p. 2.

⁶⁹BENAKOUCHE, T. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. *Cadernos de Pesquisa*. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - UFSC. n° 17, setembro, 1999, p. 12.

⁷⁰TRIGUEIRO. *O conteúdo social da tecnologia*, p. 18.

que os grupos de consumidores, os interesses políticos e outros similares influenciam não apenas a forma final que toma a tecnologia, mas seu conteúdo”⁷¹.

Porém, reconhecer o poder dos interesses hegemônicos não significa necessariamente uma via de mão única da produção tecnológica. Os interesses não são comuns. Os grupos sociais disputam posições de poder na sociedade. Para Figueiredo⁷², as possibilidades serão efetivadas, concretizadas, dependendo da natureza da disputa entre as necessidades sociais expressas por sujeitos distintos e das condições efetivas para que umas prevaleçam sobre as outras. Conseqüentemente, os atores são ativos em encontrar condições que possibilitem o sucesso de suas escolhas. A tecnologia se desenvolve, portanto, em um campo de interesses em disputa, em um campo de conflitos.

Essa concepção da ciência como *construção social* evidencia que as teorias ou as tecnologias não são determinadas apenas por critérios econômicos. Pelo contrário, “[...] isso significa que geralmente há diversas soluções possíveis para um determinado problema e que os atores sociais fazem a escolha final entre um grupo de opções tecnicamente viáveis”⁷³. Para Trevor J. Pinch e Wiebe E. Bijker, “[...] os artefatos tecnológicos são construídos e interpretados culturalmente; em outras palavras, deve mostrar-se a flexibilidade interpretativa”⁷⁴. A construção dos artefatos tecnológicos, conforme a concepção dos autores citados, é envolvida em uma complexa interação dos atores sociais, na qual as diversas interpretações dos grupos sociais acerca do conteúdo dos artefatos conduzem a diversas cadeias de problemas e soluções, aos diferentes desenvolvimentos posteriores – envolvem o conteúdo do artefato em si mesmo.

Sendo assim, de acordo com Figueiredo “[...] as condições sociopolíticas e culturais em que se desenvolve a atividade tecnológica são fundamentais para que sejam identificadas as possibilidades de opções tecnológicas que se oferecem para os sujeitos nela envolvidos”⁷⁵. Como produto da sociedade, a tecnologia é formulada a partir das necessidades dos atores sociais de um determinado contexto. A percepção dos cientistas em relação ao público destinatário de suas tecnologias explica suas opções tecnológicas. Para Figueiredo, “[...] são as relações sociais que

⁷¹NOVAES, Henrique T. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, Renato. *Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, São Paulo. IG/UNICAMP, 2009, p. 37.

⁷²FIGUEIREDO, Vilma. *A produção social da tecnologia*. São Paulo, EPU: 1989.

⁷³FEENBERG. *Habermas ou Marcuse?*, p. 109.

⁷⁴PINCH, T. J. & BIJKER, W. E. La construcción social de hechos y de artefactos: o acerca de cómo la sociología de la ciencia y la sociología de la tecnología pueden beneficiarse mutuamente. In: THOMAS, H. e BUSH, A. (coord.). *Actos, actores y artefactos. Sociología de la tecnología*. Buenos Aires: Bernal/Univ. Nac. de Quilmes, 2008, p. 51.

⁷⁵FIGUEIREDO. *A produção social da tecnologia*, p. 4.

definem parâmetros para o estabelecimento de necessidades que conduzirão ao desenvolvimento e uso de determinadas tecnologias”⁷⁶.

Trigueiro analisa o construtivismo, também, sob o viés da produção do conhecimento científico. Nesta perspectiva, o autor rechaça a ideia de uma racionalidade pura ou uma verdade objetiva imputada aos resultados científicos. Assim, o que se tem, segundo Trigueiro, “[...] são representações da realidade traduzidas em fatos científicos, através de complexos processos de negociação e interação entre diversos atores interessados”⁷⁷.

E por fim, Trigueiro reforça que os conhecimentos “[...] não são reduzidos a simples registros e anotações de resultados fornecidos pela experiência”⁷⁸. Essa abordagem evidencia a ênfase em estudos de laboratórios e a etnometodologia. Para o autor, com um enfoque mais propriamente antropológico, os estudos de laboratório visam captar, no dia-a-dia da pesquisa, em situações concretas, o modo como efetivamente se dá o processo de fabricação dos fatos científicos.⁷⁹

A teoria do Ator-Rede

Na mesma direção do construtivismo, a teoria do Ator-rede aparece dentro do cenário científico como uma interpretação das múltiplas conexões entre diversos atores na sociedade. De acordo com Moraes, “[...] a noção de rede refere-se a fluxos, circulações, alianças, movimentos, em vez de remeter a uma entidade fixa”⁸⁰. Nesta perspectiva, a produção científica não se limita ao esforço individual do pesquisador nem, tampouco, se constrói apenas com a colaboração de outros cientistas. No entanto, a rede de atores “[...] é composta de séries heterogêneas de elementos animados e inanimados, conectados e agenciados”⁸¹.

A multiplicidade dos atores da rede é percebida na pluralidade de conexão entre diferentes atores na resolução de problemas e na proposição de soluções para a criação de fatos científicos. Em um exemplo bem eloquente, Bruno Latour⁸² demonstra que a partir da produção científica em torno do meio ambiente, as redes

⁷⁶ _____ . *A produção social da tecnologia*, p. 6.

⁷⁷ TRIGUEIRO. *O conteúdo social da tecnologia*, p. 27.

⁷⁸ _____ . *O conteúdo social da tecnologia*, p. 29.

⁷⁹ _____ . *O conteúdo social da tecnologia*, p. 29.

⁸⁰ MORAES, Márcia. A ciência como rede de atores: ressonâncias Filosóficas. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.11 n° 2. Rio de Janeiro, May/Aug. 2004, p. 2.

⁸¹ MORAES. A ciência como rede de atores: ressonâncias Filosóficas, p. 2.

⁸² LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

[...] conectariam em uma cadeia continua a química da alta atmosfera, as estratégias científicas e industriais, as preocupações dos chefes de Estado, as angústias dos ecologistas; o segundo estabeleceria uma participação entre um mundo natural que sempre esteve aqui, uma sociedade com interesses e questões previsíveis e estáveis, e um discurso independente tanto da referencia quanto da sociedade⁸³.

Em reforço a este argumento, Freire enfatiza que “[...] o social é uma rede heterogênea, constituída não apenas de humanos, mas também de não-humanos, de modo que ambos devem ser igualmente considerados”⁸⁴. Essa concepção vai além da constatação óbvia que, na modernidade, a tecnologia com seus novos artefatos adquiriram *status* jamais assumido em outras épocas. Pelo contrário, a emergência de atores que se misturam (ou hibridizam, para ser mais “Latouriano”) pela própria condição de imbricamento entre a natureza e a sociedade que, “[...] devem ser tratadas sob um mesmo plano e nunca separadamente, já que também não haveria entre elas diferença em espécie”⁸⁵.

A composição das redes está relacionada, também, com a concepção da associação entre natureza e sociedade. Em termos filosóficos, Latour enfatiza que a pretenciosa separação dessas duas esferas, advinda da modernidade, obscureceu a contígua relação entre ambas. O contrário disso é a constatação da proliferação dos “híbridos de natureza e cultura”. É a modificação de “coisas” ou elementos naturais que se transformaram genuinamente pelas mãos humanas. Para Lorenzi, são os “[...] híbridos (ou o que chama às vezes de quase-objetos), são coisas que seriam, nos termos ‘modernos’, naturais e sociais (ou culturais) ao mesmo tempo”⁸⁶. Segundo Freire, “[...] não há, de antemão, o mundo das coisas em si de um lado e o mundo dos homens entre si de outro, pois natureza e sociedade são ambas efeitos de redes heterogêneas”⁸⁷. Assim, na perspectiva de Latour,

[...] enquanto a natureza permaneceu longínqua e dominada, ainda se parecia vagamente com o polo constitucional da tradição. Parecia reservada, transcendental, inesgotável, longínqua. Mas como classificar o buraco de ozônio, o aquecimento global do planeta? Onde colocar estes híbridos? Eles são humanos? Sim, humanas pois são nossa abra. São naturais? Sim, naturais porque não foram feitos por nós.⁸⁸

Portanto, a noção do Ator-rede evidencia o caráter relacional da produção científica e tecnológica, natureza e sociedade. Nesta perspectiva, seja no processo decisório da

⁸³ LATOUR. *Jamais fomos modernos*, p. 16.

⁸⁴ FREIRE, Leticia de Luna. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica. *Comum*. Rio de Janeiro, v.11, nº 26, janeiro/Junho, 2006, p. 49.

⁸⁵ FREIRE. Seguindo Bruno Latour: notas para uma antropologia simétrica, p. 49.

⁸⁶ LORENZI. *Em busca de alternativas energéticas*, p. 64.

⁸⁷ FREIRE. *Seguindo Bruno Latour*, p. 49.

⁸⁸ LATOUR. *Jamais fomos modernos*, p. 54.

implementação de um produto ou no lançamento dele no mercado, múltiplas relações são tecidas em torno do artefato tecnológico. Para Michel Callon, a “[...] criação científica e técnica, assim como a difusão e a consolidação de seus resultados, surgem de numerosas interações entre diversos atores”⁸⁹. A chamada rede tecnoeconômica circunscreve-se, portanto,

[...] em um conjunto coordenado de atores heterogêneos – neste caso, laboratórios públicos, centros de investigação técnica, companhias, organizações financeiras, usuários e governo – que participam coletivamente da concepção, desenvolvimento, produção e distribuição ou difusão de procedimentos para a produção de bens e serviços, alguns dos quais dão lugar às transações de mercado.⁹⁰

Esse conjunto de fatores que compõe a rede tecnoeconômica, portanto, concorre paralelamente com as motivações econômicas, à medida que diversos grupos sociais disputam posições de destaque na construção tecnológica, o que exclui a noção de uma convergência de interesses a partir do consenso das classes dominantes. Afinal, como salienta Novaes, existe “[...] um processo de negociação entre os diversos grupos, influenciado pela arquitetura de poder e pelas alianças estabelecidas entre eles, até que ocorresse o fechamento [lançamento do produto no mercado]”⁹¹.

Na operacionalização das conexões entre os diversos atores da rede, Callon descreve como esses vínculos são desenvolvidos. Para o autor, “[...] se queremos entender como estas atividades são vinculadas umas as outras, devemos explicar a criação de um espaço comum, unificado entre esses polos heterogêneos”⁹². Assim, a noção de *intermediários* explica como as coisas que passam de um ator a outro constitui a forma e substância da relação estabelecida entre os atores. O autor cita pelo menos quatro tipos diferentes de intermediários nas redes, tais como: os “[...] textos, artefatos técnicos, seres humanos e as habilidades que os mesmos incorporam (conhecimentos, *know-how* e etc.) e o dinheiro em todas suas diversas formas”⁹³.

Na mesma direção, Callon enfatiza que qualquer “[...] grupo, ator ou intermediário descreve uma rede, quer dizer: identifica e define outros grupos, atores e intermediários, assim como a natureza e a forma que os une”⁹⁴. No tocante à ação dos intermediários, o conceito de *tradução* representa, segundo Moraes, “[...] um deslocamento, um desvio de rota, uma mediação ou invenção de uma relação antes inexistente e que de algum modo modifica os atores nela

⁸⁹CALLON, Michel. La dinámica de las redes tecno-económicas. In: THOMAS, H. e BUSH, A. (coord.). *Actos, actores y artefactos. Sociología de la tecnología*. Buenos Aires: Bernal/Univ. Nac. de Quilmes, 2008, p. 147.

⁹⁰CALLON. La dinámica de las redes tecno-económicas, p. 148.

⁹¹NOVAES, Henrique T. *Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social*, p. 38.

⁹²CALLON. *La dinámica de las redes tecno-económicas*, p. 150.

⁹³CALLON. *La dinámica de las redes tecno-económicas*, p. 151.

⁹⁴_____. *La dinámica de las redes tecno-económicas*, p. 160.

envolvidos”⁹⁵. Callon exemplifica, ao mostrar que “‘A’ fornece uma definição de ‘B’. Ao fazê-lo, ‘A’ pode imputar a ‘B’ certos interesses, projetos, desejos, estratégias, reflexos e reflexões”⁹⁶. Por fim, Moraes argumenta:

A noção expressa a simetria entre os microprocessos, que ocorrem no cotidiano das equipes, e as negociações que envolvem um universo dilatado de elementos e questões, reunindo outros especialistas e não-especialistas. Expressa assim a permeabilidade entre o lugar onde se realizam as práticas tecno-científicas (o laboratório) e o seu entorno, materializando a possibilidade de se produzir análises simétricas, análises socio-técnicas. Contudo, a produção contínua de conexões não implica, necessariamente, que a tradução abarque processos lineares. Eles antes envolvem rupturas, alianças, conflitos e, sobretudo, a produção de mais ou menos diferenças entre elementos diferentes — entre humanos especialistas em C&T e não-especialistas, entre humanos e não-humanos. Mesmo sendo possível pensá-la de modo mais genérico, de lhe atribuir uma definição, a tradução jamais é completamente descontextualizada, designando, a cada estudo, uma certa gama de processos e deixando de designar outros tantos.⁹⁷

A teoria do Ator-Rede, não obstante, contribui significativamente para a construção de uma nova noção da dimensão do “social”. Na concepção de Latour, ainda que a maioria dos cientistas sociais prefira chamar “social” a uma coisa homogênea, é perfeitamente lícito designar com o mesmo vocábulo uma série de associações entre elementos heterogêneos. Neste aspecto, parafraseando Latour, a ciência deveria estar em busca de associações que, por sinal, são conexões entre coisas que não são, em si mesmas, sociais. Desta forma, o autor afirma que “[...] o social não é uma esfera exclusiva ou um objeto particular, mas apenas um movimento peculiar de reassociação e reagregação”⁹⁸.

Chamada de “sociologia das associações”, a concepção de Latour rechaça o social como uma entidade em que todas as ações humanas são estruturadas a partir da realidade social. Na sociologia do social, “[...] toda atividade – direito, ciência, tecnologia, religião, organização, política, administração etc. – podia relacionar-se e ser explicada pelos mesmos agregados sociais por trás dela”⁹⁹. No entanto, para Latour, “[...] na segunda versão de sociologia não há nada subjacente a essas atividades [...]. Ser social já não é uma propriedade segura e simples, é um movimento que, às vezes, não consegue traçar uma nova conexão e redesenhar um conjunto bem

⁹⁵MORAES. *A ciência como rede de atores*, p.5.

⁹⁶CALLON. *La dinámica de las redes tecno-económicas*, p. 150, p. 161.

⁹⁷MORAES. *A ciência como rede de atores*, p. 269.

⁹⁸ LATOUR, B. *Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012, p. 25.

⁹⁹ LATOUR. *Reagregando o Social*, p. 26.

formado”¹⁰⁰. Na interpretação de Bennertz sobre o legado da teoria do Ator-Rede na nova concepção sobre as associações, o autor aponta que

[...] o social não está disponível a pronta entrega; o social deve ter sua constituição investigada, justamente porque é um conjunto de conexões, associações de elementos heterogêneos que se unem de formas diferenciadas de acordo com a sua própria atividade constituinte e, por conta disso, está em constante transformação.¹⁰¹

Na eminência de desdobrar controvérsias sobre o mundo social, tal como proposto por meio da teoria do Ator-Rede, Latour enfatiza em sua obra algumas controvérsias que compõem o universo social. Para o autor, a tarefa de definir e ordenar o social deve ser deixada aos próprios atores, não ao analista. O desdobramento dessa ideia é que, “[...] para recuperar certo senso de ordem, a melhor solução é rastrear conexões entre as próprias controvérsias e não tentar decidir como resolvê-las”¹⁰².

O esforço de Bruno Latour em demonstrar a urgência em analisar o mundo da associação dos atores, fez com que ele se voltasse à escola tradicional da sociologia de Durkheim para reforçar seu argumento. Na perspectiva de Latour, as discussões no tocante aos vínculos sociais já estavam a postas durante o nascimento da disciplina, quando ocorreu a disputa entre o velho Gabriel Tarde e Emile Durkheim, considerado por Latour como vencedor do debate. Mesmo assim, Tarde sustentou veementemente que o social não era um domínio “[...] especial da realidade, e sim um princípio de conexões; que não havia motivo para separar o ‘social’ de outras associações como organismos biológicos ou mesmo outros atores”¹⁰³.

Considerações finais

Neste artigo, evidenciamos um extenso arcabouço teórico no tocante às interpretações sobre a ciência e a tecnologia. Fizemos um esforço em trazer algumas das noções mais otimistas com o caráter transformador da ciência na sociedade, até as concepções de cunho crítico que enfatizam o potencial destrutivo dos efeitos da tecnologia na sociedade moderna. Em contraponto, demonstramos que outros estudos consideram tanto a ciência como a tecnologia como fenômenos sociais e, por isso, são construídas por meio de múltiplos interesses na interação de diversos atores sociais.

¹⁰⁰ _____. *Reagregando o Social*, p. 26.

¹⁰¹ BENNERTZ, Rafael. *Completa ai... com álcool! O fechamento da controvérsia sobre o combustível automotivo brasileiro*. Campinas, 2009. 113f. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – UNICAMP, Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, Campinas, 2009, p. 43.

¹⁰² LATOUR. *Reagregando o Social*, p. 44.

¹⁰³ _____. *Reagregando o Social*, p. 33.

Os autores citados neste estado da arte podem ser utilizados por historiadores da ciência ou sociólogos do conhecimento. Pesquisas que enfatizam o caráter autônomo da ciência em relação à sociedade, a teoria do campo científico de Bourdieu aparece como opção relevante. No entanto, esse autor elucida uma comunidade científica em contato com a sociedade, ou, em outros termos, com o espaço social “externo”. Para o sociólogo citado, a autonomia do campo científico sempre esbarra nas pressões do mundo social, o que aciona os cientistas em sua luta pela autonomia do campo.

Por outro lado, existem teorias mais críticas quanto à influência da sociedade na prática científica. Nesta perspectiva, a ciência é interpretada como submissa aos interesses essencialmente econômicos. Seja por meio das obras de Marx ou das análises de Marcuse, historiadores e sociólogos podem utilizar os conceitos de ideologia e dominação para interpretar a ação científica moldada pelas ações dos setores dominantes na comunidade científica.

Por fim, pesquisadores imbuídos de um olhar mais relacional no tocante a interação dos cientistas com a sociedade, podem utilizar tanto os conceitos do construtivismo quanto da teoria do Ator-Rede. Nessas teorias, portanto, a sociedade e a ciência (e também a tecnologia), não aparecem como polos conflituosos. Pelo contrário, a prática científica se concretiza pela interação dos cientistas com o contexto social existente. Neste aspecto, compreender que as formulações técnicas partem de um campo de negociação, é reconhecer que existem diversos interesses que perpassam a questão tecnológica.

Os cientistas compõem uma complexa associação com outros atores interessados no jogo de interação e disputas pela construção da ciência. Neste aspecto, os pesquisadores não estão confinados em seus laboratórios, trabalhos de campo e salas de aula. Estes são seus microespaços de produção de uma saber histórico, social e tecnologicamente dotado de sentido. A compreensão das implicações e das razões desse processo de produção de conhecimento científico e tecnológico melhor se dá quando da identificação das relações entre os cientistas e as instituições, os políticos, os empresas. Enfim, são essas conexões que nos permitem compreender o universo subjetivo e institucional que gira entorno do processo de construção da ciência.

Entre a medicalização da infância e a esterilização dos “indesejados”: medicina e eugenia na Parahyba do Norte (1927)¹

Among the medicalization of childhood and sterilization of "undesirables": medicine and eugenics in North Parahyba (1927)

Leonardo Querino Barboza Freire dos Santos

Mestre em História – UFCG

leonardoqbf@hotmail.com

Recebido em: 28/11/2015

Aprovado em: 19/04/2016

RESUMO: Este trabalho problematiza os diálogos de médicos da cidade de Parahyba do Norte com a eugenia. Este saber teve seu “auge” entre as duas Guerras Mundiais, quando chegou a legitimar a segregação de indivíduos considerados “não aptos” com o objetivo/desculpa de aperfeiçoar as populações humanas. Neste texto, discutimos como as propostas eugênicas foram colocadas em circulação na Parahyba do Norte pelos esculápios que participaram da “Semana Médica”, congresso organizado em maio de 1927 pela Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba. As ideias eugênicas desenvolvidas no evento seguiram dois caminhos principais: propostas de medicalização da educação infantil, e defesas do controle sobre a reprodução de indivíduos considerados “indesejados” pelo pensamento eugênico. Para tanto, analisamos os trabalhos apresentados no evento, que foram reunidos em um livro e publicados na imprensa periódica local, a partir da leitura teórica da Nova História Cultural.

Palavras-chave: História da medicina, Eugenia, Representações sociais.

ABSTRACT: This paper discusses the dialogue between medicine and eugenics in the city of North Parahyba. The eugenics had its “heyday” in the period between the two World Wars, when it legitimized segregation of individuals considered “unsuitable” with the objective / excuse of perfecting human populations. In this article, we discussed how the eugenic proposals were put into circulation in North Parahyba by doctors who participated in the scientific conference “Week of Medicine”, organized in the month of May 1927 by the Society of Medicine and Surgery Parahyba. Eugenic ideas developed at the event followed two main paths: medicalization proposals for early childhood education, and the defense of actions to control on the reproduction of individuals considered “undesirable” by eugenic thinking. To this end, we analyze

¹ Uma versão ampliada deste texto foi publicada no V Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, realizado na UFRN, campus de Caicó, entre os dias 16 e 20 de novembro de 2015, com o título “Medicalizar é preciso, ‘regenerar’ é (ainda mais) preciso: (in)sensibilidades eugênicas na Parahyba do Norte (1927)”.

the papers presented at the event, which were brought together in a book, and were also published by the periodical press, from the theoretical reading of the New Cultural History.

Keywords: History of medicine, Eugenics, Social representations.

E vós, caros colegas, que sois os representantes dignos da sciencia de curar, não vos descuideis um instante dos belos ensinamentos das sociedades eugenicas.

[...]

Permitti, senhores colegas, que, neste momento, eu faça minhas as palavras de Clementino Fraga, em seu scintilante discurso, quando orador da turma academica de 1903, em sua collação de gráo, na Faculdade de Medicina da Bahia:

“Collegas: Tudo pela patria, tudo pela humanidade”; e eu ainda direi: **tudo pela eugenia – a sciencia da transformação do homem**.²

Estas palavras são do médico paraibano José Maciel. Elas foram ditas perante um auditório lotado, no salão nobre da Academia de Commercio Epitacio Pessoa, durante a cerimônia de abertura da Semana Médica, na noite de 03 de maio de 1927. Dois dias depois, estamparam as páginas do jornal *A União*³. Elas sinalizam a circulação da eugenia em terras paraibanas, um saber que alcançou ampla divulgação na Europa e na América no período entre as duas Guerras Mundiais, prometendo “aperfeiçoar” as populações humanas mediante o aprimoramento e o controle de seus traços hereditários.⁴

Promovida pela Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba (SMCPB)⁵ entre os dias 03 e 09 de maio de 1927, a Semana Médica atrairia às suas sessões o que *A União* chamou de “a parte mais esclarecida e culta da nossa terra”⁶. Ao longo dos sete dias do evento os médicos da SMCPB apresentaram 14 trabalhos e debateram problemas variados: questões sociais foram inseridas na discussão sobre doenças como tuberculose, febre amarela, varíola e lepra; higiene e educação sanitária foram defendidas como fatores de saúde, progresso e “civilização”, enquanto a educação escolar foi esquadrihada pela perspectiva biomédica; a loucura também foi objeto de reflexões, destacando-se uma forte crítica ao modo como os “loucos” eram (mal)tratados na

² SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DA PARAHYBA (SMCPB). *Semana Medica*. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1927, p. X – XI, grifos nossos.

³ *A União*, “A Semana Medica na Parahyba – A solennidade inaugural dos trabalhos – Os discursos”. 05 de maio. 1927.

⁴ DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura*. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: EDUNESP, 2006, p. 31.

⁵ Fundada em maio de 1924, foi a primeira associação médica organizada no estado. Assumindo o protagonismo na realização de eventos científicos como a Semana Médica de 1927, a SMCPB exerceu um importante papel na institucionalização da medicina científica na Paraíba.

⁶ *A União*, “A Semana Medica na Parahyba – A solennidade inaugural dos trabalhos – Os discursos”. 05 de maio. 1927.

Paraíba; foi discutida a eficácia de novos medicamentos, e relatados casos clínicos, intervenções cirúrgicas e inovações técnicas.

Os discursos que abriram o evento e os trabalhos apresentados no mesmo foram publicados pelo jornal *A União*, e também em um livro.⁷ Esta obra foi patrocinada pelo governo estadual⁸, presidido por João Suassuna (1924 – 1928). A seguir, apresentamos uma tabela com informações sobre os trabalhos apresentados no evento, destacando por quais edições de *A União* eles foram respectivamente veiculados.

Tabela 1: TRABALHOS APRESENTADOS NA SEMANA MÉDICA DE 1927			
Título do trabalho	Autor	Data de apresentação no evento	Datas de publicação em <i>A União</i>
Prophylaxia da tuberculose na Parahyba do Norte	Alfredo Monteiro	04 de maio de 1927 (2º dia do evento)	01 de outubro de 1927
A febre amarela é endêmica na Parahyba?	José Maciel	04 de maio de 1927 (2ª dia do evento)	28 de setembro de 1927
A vaccina contra a variola e seus salutareos efeitos	José Teixeira de Vasconcellos	05 de maio de 1927 (3º dia do evento)	09, 11 e 12 de outubro de 1927
Ligeiras considerações em face de alguns medicamentos novos	Lourival Moura	05 de maio de 1927 (3º dia do evento)	15 e 16 de março de 1928
Considerações sobre a prophylaxia da lepra no Brasil	Jósa Magalhães	06 de maio de 1927 (4º dia do evento)	18 e 19 de fevereiro de 1928
Algumas considerações sobre a loucura maníaco-depressiva	Octavio Soares	06 de maio de 1927 (4º dia do evento)	27 de março de 1928
Educação Sanitaria	Flávio Maroja	07 de maio de 1927 (5º dia do evento)	24 de setembro de 1927
Um capitulo de hygiene intellectual do trabalho escolar	Oscar de Castro	07 de maio de 1927 (5º dia do evento)	13 de março de 1928
As creanças anormaes	Seixas Maia	07 de maio de 1927 (5º dia do evento)	29 de novembro de 1927
Antigos conceitos do	Octavio Soares	08 de maio de 1927	23 de março de 1928

⁷ SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DA PARAHYBA (SMCPB). *Semana Medica*, 146 p.

⁸ O amplo espaço que o evento ocupou nos meios de comunicação estatais chama atenção. Cabe lembrar que o jornal *A União*, fundado em 1893 e ainda em circulação, é um órgão de imprensa oficial, cuja linha editorial encontra-se atrelada ao governo do estado da Paraíba. Um dos caminhos para pensar esta questão é considerar os vínculos de reciprocidade entre o saber médico e as relações de poder então constituídas. Para uma discussão mais detalhada sobre esta questão Cf. SANTOS, Leonardo Querino Barboza Freire dos. *Entre a ciência e a saúde pública: a construção do médico paraibano como reformador social (1911 – 1929)*. Campina Grande: Dissertação (Mestrado) – UFCG/CH, 2015, p. 190-198.

alienado – como se tem feito assistência aos alienados na Parahyba		(6º dia do evento)	
Considerações sobre um caso de insuficiência mitral com sopro circular de Miguel Couto	Renato de Azevêdo	08 de maio de 1927 (6º dia do evento)	28 e 29 de fevereiro de 1928
Glossite diphtherica, narrativa de curioso caso clínico	Renato de Azevêdo	09 de maio de 1927 (Último dia do evento)	Trabalho não publicado por <i>A União</i>
Duas observações de uma clínica cirúrgica	Tito de Mendonça	09 de maio de 1927 (Último dia do evento)	18 e 20 de março de 1928
Seringa vesical de Guyon, typo Record	Edrize Villar	09 de maio (Último dia do evento)	24 e 25 de março de 1928

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base em notícias sobre a Semana Médica de 1927 publicadas pelo jornal *A União* e a partir dos anais do evento⁹.

Como indica a citação que serve como epígrafe deste texto, a eugenia foi o eixo norteador dos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo da Semana Médica. Assim, devido ao grande espaço que o evento ocupou na imprensa diária local, ele acabou servindo para divulgar em terras paraibanas as ideias de “higienização” e “regeneração” racial da eugenia.

Dialogando com as análises de Soares Júnior¹⁰, podemos pensar a eugenia como um saber baseado na seguinte premissa: as “virtudes” e os “defeitos” humanos, sejam eles de ordem física, moral ou mental, são transmitidos à descendência pelos mecanismos genéticos. Para os eugenistas seria possível “aperfeiçoar” uma população promovendo a transmissão de caracteres hereditários considerados “desejáveis”, e dificultando/impedindo a comunicação de uma herança genética “degenerada” às futuras gerações. Dessa forma, apoiando-se no argumento do aperfeiçoamento das populações humanas, a eugenia acabava legitimando a segregação de indivíduos considerados “não aptos” a partir de um discurso que se pretendia científico.

A eugenia fundamentava-se em pressupostos racistas, defendendo a superioridade dos caracteres genéticos da “raça” branca em detrimento da “degeneração natural” das pessoas de cor.¹¹ Por causa disso, limitar ou mesmo impedir a reprodução de indivíduos negros e mestiços esteve na pauta de certos adeptos da eugenia, chegando a ser posto em prática em países como os

⁹ SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DA PARAHYBA (SMCPB). *Semana Medica*, 146 p.

¹⁰ SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. João Pessoa: Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA, 2011, p. 96-98.

¹¹ DÁVILA. *Diploma de brancura*. Política social e racial no Brasil – 1917-1945, p. 26.

EUA e a Alemanha. Segundo Jerry Dávila, “Entre 1907 e 1945, mais de 70 mil pessoas foram esterilizadas nos Estados Unidos. Esses esterilizados eram, em geral, pobres, frequentemente negros e considerados ‘débeis mentais’”.¹² Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, na Alemanha Nazista, a eugenia assumiu sua feição mais radical, concretizando-se na esterilização forçada de centenas de milhares de pessoas e no extermínio de mais de seis milhões de vidas.¹³

Contudo, a apropriação da eugenia para interpretar os rumos da sociedade brasileira gerou alguns embaraços. O problema é que o pensamento eugênico possuía uma perspectiva extremamente racista. Esta interpretação acabava se tornando um problema em um país notadamente miscigenado como o Brasil. No discurso da eugenia, a mestiçagem, algo característico da formação social brasileira, era representada como uma barreira à prosperidade dos povos. Disso surgia uma importante questão: como superar os “obstáculos” colocados pela mestiçagem da sociedade brasileira, sem prescindir de uma população mestiça em sua maioria. A “solução” encontrada pelos eugenistas brasileiros foi realizar um descolamento estratégico, assim analisado por Jerry Dávila:

[...] por volta da segunda década do século XX, as elites começaram a tentar escapar da armadilha determinista que prendia o Brasil ao atraso perpétuo por causa de sua vasta população não-branca. Em substituição, abraçaram a noção de que a degeneração era uma condição adquirida – e, portanto, remediável. A negritude conservava todas as suas conotações pejorativas, mas os indivíduos podiam escapar à categoria social da negritude por meio da melhoria de sua saúde, nível de educação e cultura, ou classe social.¹⁴

Isso foi possível por causa das divergências dentro do próprio campo da eugenia. Dialogando com Nancy Stepan, Jerry Dávila¹⁵ analisa a polarização entre os defensores de uma eugenia “leve” e aqueles que advogavam uma eugenia “pesada”. Esta oposição reproduzia o desacordo entre as ideias genéticas de Lamarck e Mendel. O primeiro acreditava que o comportamento dos pais, o meio ambiente e a educação recebida pelos filhos teriam a capacidade de “regenerar” a descendência. Já para Mendel, a herança genética não podia ser alterada após o nascimento. Dialogando com o pensamento lamarckista, os eugenistas “leves” acreditavam na possibilidade de melhorar o material genético de uma pessoa através do cuidado com a saúde, com a reprodução, com as circunstâncias ambientais, e por meio dos valores culturais

¹² _____. *Diploma de brancura*, p. 53.

¹³ SOARES JÚNIOR. *Corpos hípidos*, p. 100.

¹⁴ DÁVILA. *Diploma de brancura*, p. 26.

¹⁵ _____. *Diploma de brancura*, p. 52-57.

transmitidos pela educação. Já os defensores da eugenia “pesada”, mas próximos do pensamento mendeliano, discordavam da possibilidade de regenerar alguém no curso de sua própria vida, concentrando seus esforços na eliminação dos caracteres genéticos “indesejáveis” por meio de políticas de controle da reprodução.¹⁶

No Brasil, os defensores destas políticas eugênicas mais “pesadas” encontrariam certa dificuldade para colocar em prática seus projetos de “melhoramento das linhagens”. Em um país miscigenado ficava até difícil classificar com precisão os portadores dos genes “desejáveis”. Além disso, partindo das discussões de Nancy Stepan, Wegner e Souza mostram que elementos científicos e culturais estiveram envolvidos na constituição de um “estilo latino” de eugenia. Na análise desses autores,

[...] levando adiante a sugestão de Stepan, pode-se dizer que a tradição lamarckista foi um elemento de ciência que fez com que os brasileiros se aproximassem da eugenia preventiva, enquanto a tradição católica fez com que, por outro lado, mesmo os simpatizantes de medidas que controlassem o nascimento se contivessem em suas manifestações públicas.¹⁷

Além disso, a apropriação da eugenia “pesada” implicaria o controle reprodutivo de grande parte da população brasileira. E isso poderia significar um entrave ao “progresso” material do país, algo inaceitável para as elites econômicas da época, desejosas de tornar o Brasil um país próspero e moderno, para disso extrair o máximo proveito material e simbólico. Assim, os adeptos da eugenia no Brasil tenderam a dialogar com a perspectiva “leve” deste pensamento. Isto porque embora discursos como o da medicina e o da eugenia aspirem a “objetividade” de um julgamento “científico” da “realidade”, eles partem de determinadas posições sociais. Com efeito, “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.¹⁸ Assim, a apropriação de uma definição mais “branda” da eugenia acabava conferindo à educação sanitária um significado especial, pois através dela brancos pobres e brasileiros de cor podiam ser regenerados ainda em vida, por meio da subjetivação de hábitos eugênicos e higiênicos.

¹⁶ _____ *Diploma de brancura*, p. 52-54.

¹⁷ WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia “negativa”, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, jan./mar. 2013, p. 271 – 272. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v20n1/ahop0113.pdf>. Acesso em 16 nov. 2015.

¹⁸ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002, p. 17.

Com efeito, em terras brasileiras, prevaleceu uma eugenia de caráter “preventivo”.¹⁹ Seus adeptos acreditavam ser possível “regenerar” um indivíduo e moldar os genes de sua descendência por meio de uma educação eugênica e de uma melhor condição de saúde. Por isso, defendiam que o “aperfeiçoamento” genético deveria ser feito através de ações educativas, de políticas de saneamento, e da higienização de corpos e espaços. Por meio de uma pedagogia eugênica dos corpos e dos sentidos, os defensores desta “eugenia preventiva” acreditavam ser possível “aperfeiçoar” os traços físicos e o comportamento das pessoas no curso de suas próprias vidas. Com o tempo, isto permitiria a constituição de populações “aprimoradas”, que transmitiriam à sua descendência as características genéticas “desejáveis”. Assim, no Brasil, a eugenia acabou encontrando terreno fértil para seus projetos de “higienização da raça” e “regeneração nacional” nas políticas de saúde e educação públicas.²⁰

Os ideais eugênicos encontraram um ambiente intelectual receptivo na Paraíba, principalmente entre os médicos que desde o começo do século XX defendiam propostas de “higienização social” e “educação sanitária”. Boa parte deles aproximou-se da eugenia preventiva. Em detrimento de visões deterministas sobre “inferioridade racial”, sobressaiu entre os médicos paraibanos a defesa do “aperfeiçoamento eugênico” da sociedade mediante a melhoria das condições de saúde e higiene. Para isto, seria necessário realizar uma reforma “eugênica” da Paraíba. Esta, deveria ser conduzida pelo saber médico, que, mediante ações profiláticas e educativas, promoveria a higienização dos corpos, sentidos e mentes dos paraibanos, por vezes defendida como “urgente” e “necessária” pelos esculápios da época.

Intitulado *Educação Sanitaria*, o trabalho que o médico Flávio Maroja, presidente da SMCPB, apresentou na Semana Médica sugere o que deveria ser feito para concretizar o “aperfeiçoamento physico, psychico e mental do homem”²¹ paraibano. Segundo Maroja, apesar das dificuldades enfrentadas pelos médicos para “incutir no espirito da nossa gente, arraigada a uns tantos habitos condemnaveis, que vêm de longe, que se originaram no berço, a idéa da

¹⁹ Embora esta eugenia de caráter preventivo tenha “prevalecido”, não se pode negar que um saber eugênico mais radical também circulou no Brasil do começo do século XX. A este respeito, Cf. _____. Eugenia “negativa”, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil, p. 278-285.

²⁰ DÁVILA. *Diploma de brancura*, p.28.

²¹ SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DA PARAHYBA (SMCPB). *Semana Medica*, p. VI.

‘consciência sanitária’”, a educação sanitária constituía uma “nobre cruzada”, de grande importância para a “**salvação da nossa raça**, batida por tantos infortunios”.²²

De acordo com Nísia Trindade Lima²³, na época em que Maroja defendeu estas ideias não existia nos meios intelectuais ou no pensamento médico brasileiro um consenso acerca das questões raciais do país. Para a autora, porém, a maior parcela dos médicos que então aderiu às campanhas em prol do saneamento e da educação sanitária adotou um discurso contrário às interpretações que, desde o século XIX, apontavam a miscigenação racial como um fator de “atraso” e de “inferioridade” do Brasil. Na visão destes médicos, os problemas do país não deveriam ser pensados à luz da questão racial, mas das péssimas condições de saúde, higiene e educação de grande parte dos brasileiros.

Desse modo, afastando-se de visões deterministas sobre a questão racial brasileira, médicos como Flávio Maroja defendiam a possibilidade de construir uma sociedade “próspera”, “moderna”, “civilizada” e “saudável” por meio do saneamento, da higienização dos corpos e dos espaços e da educação sanitária. Nesta perspectiva, “salvar a raça” significava dar-lhe saúde, higiene e educação, pois “O país, visto por muitos como ‘condenado pela raça’, poderia ser absolvido com os recursos mobilizados no saneamento”.²⁴

Para Flávio Maroja, a educação sanitária era muito mais eficaz do que a criação de leis e regulamentos. Nessa perspectiva, o presidente da SMCPB compartilhou com seus ouvintes as seguintes considerações do médico Antonio Luiz de Barros Barreto²⁵:

Educação e propagandas sanitarias têm conseguido entre os americanos do Norte, o que a legislação e a administração não lograram conquistar. Isto é fácil de compreender porque é sabido que, em toda parte, **disposições legislativas e providencias administrativas são, quasi sempre, recebidas com desagrado e não raro com resistencia, enquanto que folhetos de propaganda, conferencias e demonstrações praticas** sobre o valor de

²² _____. *Semana Médica*, p.07, grifos nossos.

²³ LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1999, p. 115-116.

²⁴ LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Pouca Saúde, muita Saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2000, v. 5, nº 2, p. 320. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n2/7098.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2014.

²⁵ Médico pernambucano, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Trabalhou no Instituto de Manguinhos e no Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), onde chefiou a Seção de Propaganda e Educação Sanitária, e o Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural. Atuou ainda como professor da Faculdade de Medicina da Bahia.

medicos que tenham por fim o bem estar e a saúde do povo, **não soffrem objecções e são acolhidas com todo interesse e atenção.**²⁶

Em lugar de coibir pela lei, “convencer” pela educação. “Sanear” as sensibilidades, estimulando novas leituras e produções de si por meio dos “folhetos de propaganda, conferências e demonstrações praticas”. Falar bastante. Escrever mais ainda. Em suma, usar a educação e a propaganda sistemáticas para incutir nos “leigos” a noção de “consciencia sanitaria”.²⁷ No cerne desta proposta, encontramos o desejo de constituir uma educação dos sentidos que promovesse um novo tipo de comportamento sanitário, levando os paraibanos a incorporar novas técnicas, higiênicas e eugênicas, de cuidado com o próprio corpo.²⁸

Maroja acreditava que após incorporar a “consciencia sanitaria” os paraibanos acolheriam “com todo interesse e atenção” as prescrições médicas que garantiriam sua própria saúde e a das futuras gerações. Para este médico, a *Educação Sanitaria*, de base eugênica e higiênica, deveria começar nas escolas para, a partir daí, “se estender por todos os outros meios collectivos”.²⁹

Sobre este assunto, o presidente da SMCPB não tinha dúvidas: era preciso realizar a educação sanitária da infância no espaço escolar. Nessa perspectiva, ofereceu às apropriações de seu “auditório” as ideias do médico Amarilio de Vasconcellos³⁰, para quem “A escola e não a fabrica, é o logar proprio para fazer a educação hygienica”. Dessa maneira, na compreensão de Vasconcellos e também na de Maroja, no espaço escolar “é possível ensinar com proveito, no momento oportuno, como se evitam as molestias, que a grandeza de uma nação não se baseia apenas na sua riqueza e no progresso material, mas principalmente, na saúde e força dos seus filhos”.³¹

Com tais palavras, Maroja colocava em circulação na Paraíba representações sociais³² da escola e da infância que, segundo Heloísa Pimenta Rocha, estavam na base das políticas sanitárias paulistas da década de 1920. De acordo com esta autora, naquele contexto caberia à escola primária

²⁶ SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DA PARAHYBA (SMCPB). *Semana Médica*, p. 08, grifos nossos.

²⁷ _____. *Semana Médica*, p. 07.

²⁸ OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. *Palmatória da Saúde, Estetoscópio da Educação: leitura, circulação e recepção dos discursos médico pedagógico na Parahyba (1919-1045)*. Projeto de pesquisa, edital MCT/CNPq N° 12/2010. Maio/2011, p. 08-09.

²⁹ SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DA PARAHYBA (SMCPB). *Semana Médica*, p. 09.

³⁰ Médico que atuava no Rio de Janeiro junto ao Serviço de Propaganda e Educação Sanitária do DNSP.

³¹ SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DA PARAHYBA (SMCPB). *Semana Médica*, p. 10.

³² CHARTIER. *A história cultural*, p. 17 – 18.

Eliminar *atitudes viciosas* e inculcar hábitos salutarés, desde a mais tenra idade. Criar um *sistema fundamental de hábitos higiênicos*, capaz de dominar, inconscientemente, toda a existência das crianças. Modelar, enfim, a *natureza infantil* pela aquisição de hábitos que resguardassem a infância da debilidade e das moléstias.³³

Na perspectiva dos médicos que àquela época atuavam em várias partes do país, a “regeneração” do Brasil passava pela medicalização da escola e pela higienização da infância. O sucesso desta empreitada estava garantido, na perspectiva médica, devido à suposta maleabilidade infantil. Sendo assim, as crianças seriam “educáveis” por possuírem um cérebro “ainda plástico, virgem de defeitos”³⁴, podendo ser mais facilmente “moldadas”, pela higiene e pela eugenia, do que os adultos. Para estes, restava a “instrução”, que permitiria apenas reforçar determinados comportamentos “desejáveis”, mas não a constituição de um “systema fundamental de hábitos, dominando a existência inteira, a toda a hora, em todas as oportunidades, sob todos os pretextos, inconscientemente, sem o menor esforço, como devem e precisam ser os hábitos higiênicos”³⁵. Nas representações médicas, este nível de educação dos sentidos só poderia ser concretizado entre as crianças, que, reunidas no espaço escolar, poderiam ser melhor “higienizadas” devido à “elasticidade” de sua personalidade ainda em formação³⁶.

O trabalho apresentado por Maroja sobre *Educação Sanitária* na Semana Médica sinaliza a circulação dos saberes médicos no Brasil. Através de congressos e conferências, da imprensa diária e de periódicos especializados foi sendo constituída uma rede que possibilitava a movimentação das representações médicas em diversas partes do país, permitindo leituras e apropriações de um saber cada vez mais penetrante na sociedade brasileira. Contribuindo para a constituição desta rede de circulação dos saberes médicos, Flávio Maroja compartilhou com seus conterrâneos as seguintes palavras do médico Emygdio de Mattos:³⁷

É nas escolas que mais abundantes resultados se podem colher dos esforços pela melhor saúde. Dos adultos é difícil modificar hábitos arraigados desde a infância; mas, na escola, devido à auctoridade moral do mestre, o alumno

³³ ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. **Cad. Cedex**, Campinas, v. 23, n. 59, abril, 2003, p. 40, grifos da autora.

³⁴ _____. Educação escolar e higienização da infância, p. 43.

³⁵ _____. Educação escolar e higienização da infância, p. 44.

³⁶ _____. Educação escolar e higienização da infância, p. 44.

³⁷ Emygdio de Mattos era um inspetor sanitário do DNSP, cujo trabalho citado pelo médico paraibano havia sido apresentado no *Intercambio Sanitario Latino Americano da Liga das Nações*, realizado em 1925. A este respeito, Cf. SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DA PARAHYBA (SMCPB). *Semana Medica*, p. 10.

recebe como ouro de lei, os seus ensinamentos e inclina-se a imitar-lhes os exemplos.³⁸

O professor é representado como protagonista nesta empreitada de medicalização da escola. Mas a “autoridade” do docente não seria o principal recurso pedagógico na higienização da infância. A “missão” eugênica deste “médico-professor” não se limitava ao ensino teórico das prescrições higiênicas. Ele deveria ensinar pelo exemplo. No entanto, este discurso médico sobre o protagonismo dos mestres na medicalização dos educandos abria margem para a disciplinarização dos docentes, pois “a imitação, por ser avessa ao discernimento entre o vício e a virtude, exigiria do professor a necessária precaução”³⁹.

Estes médicos acreditavam que o exemplo docente era muito impactante na formação sanitária de seus alunos, para o bem e para o mal. Por esse motivo, do mesmo modo que defendiam as possibilidades da higienização da infância por meio da autoridade e do exemplo do professor, temiam que possíveis “maus exemplos” dos docentes pudessem resultar na assimilação de hábitos “indesejáveis” pelos infantes. Por isso, os mestres também deveriam se submeter às prescrições eugênicas e higiênicas do saber médico, pois como um

Exemplo de virtude, a figura do professor teria também sobre a criança, *impressionável e plástica*, um enorme poder de sugestão [...]. Considerando os perigos da imitação, era imprescindível estar atento à elaboração de cada detalhe dessa figura modelar que as crianças deveriam imitar, de modo que se evitasse que, presa dos pecados capitais da falta de asseio, decência ou temperança, o mau exemplo do professor viesse a macular a lama infantil com a sugestão desses graves vícios, fazendo desmoronar o *castelo da educação moral*.⁴⁰

Diante de toda esta discussão, Maroja concluía sua defesa da educação sanitária escolar argumentando que era “perfeitamente aceitável que os conselhos higienicos administrados ao individuo, desde creança, ficarão gravados, **sendo de crer sejam facilmente observados e difundidos**”⁴¹. Assim, o presidente da SMCPB pode ser incluído entre o vasto grupo de médicos brasileiros do começo do século XX que, segundo Maria Stephanou, embora defendessem a necessidade de se difundir a educação sanitária para toda a sociedade, “julgavam que o ensino da higiene seria mais produtivo na escola, pois criaria hábitos, multiplicaria práticas

³⁸ _____. *Semana Medica*, p. 10.

³⁹ ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância, p. 46.

⁴⁰ _____. Educação escolar e higienização da infância, p. 48, grifos da autora.

⁴¹ SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DA PARAHYBA (SMCPB). *Semana Medica*, p. 11, grifos nossos.

higiênicas, **chegaria às famílias através dos estudantes**⁴². Nesse sentido, podemos até afirmar que a medicalização da escola visava a formação de “pequenos higienistas”, constituindo um canal que permitiria à escola medicalizada estender sua ação ao ambiente doméstico.⁴³

No entanto, não foi só de higiene e educação sanitária que se alimentaram os debates sobre eugenia na Semana Médica. Com menor intensidade, mas ainda assim com uma insistência que nos impede de negligenciá-las, algumas representações eugênicas mais deterministas também foram postas em circulação em terras paraibanas. Neste caso, destaca-se a preocupação com o casamento de pessoas consideradas “degeneradas”, que, segundo o discurso da eugenia, poderiam transmitir à sua descendência caracteres “indesejáveis”, colocando em risco suas próprias vidas, mas também o “vigor” das futuras gerações.

Foi dialogando com esta perspectiva eugênica que o médico Alfredo Monteiro compartilhou com o público da Semana Médica as seguintes lamentações⁴⁴: “É triste admitir que em nosso século, alcoolicos, syphiliticos e tuberculosos **se consorciem impunemente contaminando o conjuge e gerando criaturas doentes ou fracas**”.⁴⁵ Ainda, segundo Monteiro, “O exame pré-nupcial resolveria optimamente a questão”. Mas, queixava-se o médico paraibano: “Infelizmente não ha lei em nosso paiz que estabeleça o exame medico dos nubentes”.⁴⁶ Por isso, defendia que

Se os individuos são podem livremente unir-se aos doentes que o façam conscientemente **mas não têm, absolutamente, o direito de procrear filhos hereditariamente tarados**. Em Australia o problema está resolvido com a castração dos doentes, processo que não póde absolutamente ser ensaiado entre nós.⁴⁷

Alfredo Monteiro não esclarece aos seus leitores o porquê do processo de “castração dos doentes” implementado na Austrália não poder “absolutamente ser ensaiado” no Brasil. Embora não hesite em afirmar que os “individuos são”, apesar de poderem casar-se “livremente” com os “doentes”, não possuíam o direito de gerar “filhos hereditariamente tarados” – leia-se

⁴² STEPHANOU, Maria. Discursos Médicos, Educação e Ciência: escola e escolares sob exame. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 1, mar. 2006, p. 35, grifos nossos.

Disponível em: <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r125.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

⁴³ ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância, p. 47 – 48.

⁴⁴ Alfredo Monteiro fez estas colocações no trabalho que apresentou durante a Semana Médica de 1927, intitulado “Prophylaxia da tuberculose na Parahyba do Norte”.

⁴⁵ SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DA PARAHYBA (SMCPB). *Semana Medica*, p. 40 – 41, grifos nossos.

⁴⁶ _____. *Semana Medica*, p. 41.

⁴⁷ _____. *Semana Medica*, p. 41, grifos nossos.

“degenerados” – Monteiro não chegou a defender explicitamente a esterilização compulsória dos “indesejados” pela eugenia. Apesar disso, sugere que “Em Austrália” este “problema” havia sido “resolvido” graças a “castração dos doentes”.

Outro indício da circulação destas ideias na Paraíba aparece na fala de Jósia Magalhães, que na Semana Médica de 1927 apresentou suas *Considerações sobre a prophylaxia da lepra no Brasil*. Para este médico, o isolamento do enfermo em colônias agrícolas era a medida mais adequada para o tratamento desta doença⁴⁸. A colônia agrícola idealizada por Magalhães seguia o modelo dos sanatórios de uma instituição inglesa chamada *Commission to Lepers*. A respeito desse método de tratamento, ele comentou o seguinte:

O leprosario deve ser uma colonia agrícola, uma pequena cidade onde reponte a vida social em todas as suas manifestações. Os sanatorios da ‘Commission to Lepers’, instituição inglesa que é proprietaria de 48 sanatorios, em que se cuidam de milhares de Lazaros, são pequenos grupos de edificios em que vivem os enfermos separados dos seus enfermeiros de bôa saúde. **Com este systema e com os novos methodos de tratamento os resultados têm sido animadores. A maior preocupação da ‘Commission’ é tornar agradável esse isolamento aos leprosos.** Nelle há o theatro, o cinema, jornaes, bibliothecas, concertos, associações, jogos, etc.; **até o casamento ha, desde que haja prévia esterilização dos nubentes**⁴⁹.

Segundo Laurinda Rosa Maciel⁵⁰, a defesa científica do isolamento dos doentes de hanseníase remonta à segunda metade do século XIX, quando ainda não se conhecia com precisão os mecanismos de transmissão da doença e nem se dispunha de medicamentos eficazes para o seu tratamento. Dessa forma, quando Jósia Magalhães apresentou suas *Considerações*, o isolamento ainda era a medida profilática mais empregada contra esta doença. Assim, ainda de acordo com Laurinda Rosa Maciel:

Como consequência deste tratamento excludente ao longo dos séculos, foi construído um certo horror em torno da doença, o que acarretou um profundo estigma social ao mais simples contado e às suas possíveis consequências, uma vez que o doente, na maioria das vezes, apresentava lesões ulcerantes na pele e deformidades nas extremidades. Esta marca de desonra fisicamente presente nas feridas e nos membros desfigurados do “leproso” e incorporada à sua identificação, lançou a doença para o lado mais obscuro da sociedade.⁵¹

⁴⁸ SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DA PARAHYBA (SMCPB). *Semana Medica*, p. 61.

⁴⁹ _____. *Semana Medica*, p. 61-62, grifos nossos.

⁵⁰ MACIEL, Laurinda Rosa. “A solução de um mal que é um flagelo”: Notas históricas sobre a hanseníase no Brasil do século XX. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de. (et alii). *Uma história Brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 109-113.

⁵¹ MACIEL, Laurinda Rosa. “A solução de um mal que é um flagelo”, p. 109 – 110.

Além de sinalizar o estigma que perpassava a experiência social dos doentes de hanseníase a fala de Jósia Magalhães em defesa do isolamento também toca a discussão sobre hereditariedade, tema caro ao pensamento eugênico. No entanto, logo no início de sua apresentação, Magalhães excluiu “de logo, a hypothese da hereditariedade”⁵² como fator de transmissão da hanseníase.⁵³ Mas então por que ele celebrou os resultados “animadores” que a *Commission to Lepers* estaria alcançando em seus sanatórios, ao tentar “tornar agradável esse isolamento aos leprosos”, estabelecendo, entre outros “benefícios”, a possibilidade do casamento entre pessoas enfermas “desde que haja prévia esterilização dos nubentes?”⁵⁴.

Parece que neste caso Magalhães estava se apropriando das leituras eugênicas em circulação na Paraíba. Caso contrário ele não teria, em um mesmo texto, recusado a transmissão hereditária da hanseníase e em seguida defendido a esterilização de casais enfermos. Ora, se a doença não era transmitida hereditariamente, por que impedir que casais doentes de hanseníase tivessem filhos? É provável que Jósia Magalhães não estivesse preocupado com a transmissão hereditária da doença, mas sim com a hereditariedade da “degeneração”. Desse modo, reforçava-se o pressuposto preconceituoso, central no pensamento eugênico, de que pais “doentes” e “degenerados” dariam origem a filhos necessariamente propensos à “degeneração” física e moral.

Por isso, na opinião de Magalhães, no caso dos doentes de hanseníase o mais “prudente” era imitar os ingleses da *Commission to Lepers*, autorizando-se casamentos apenas para os enfermos previamente esterilizados. Na visão deste médico, com a segregação destas pessoas a Paraíba estaria cumprindo o seu “dever moral e civico de reunir os seus morpheticos e tratá-los convenientemente isolados”⁵⁵, enquanto que vetando a estes indivíduos qualquer possibilidade de reprodução, as autoridades médicas e políticas do estado estariam cumprindo seu “dever” de “aperfeiçoar” o “vigor” eugênico da sociedade paraibana.

Portanto, os esculápios que protagonizaram a Semana Médica de 1927 não elaboraram uma leitura única das sugestões eugênicas. É certo que eles concordavam quanto ao fim: o “aperfeiçoamento” eugênico dos paraibanos. Porém, mesmo que as propostas de educação

⁵² Atualmente sabe-se que a hanseníase é uma doença infecto-contagiosa, “transmitida de pessoa a pessoa por meio das vias áreas superiores; a maioria das pessoas destrói o bacilo e não adoece por possuir uma imunidade natural, enigma até hoje não desvendado pela ciência”. Cf. _____, “A solução de um mal que é um flagelo”, p. 113

⁵³ SOCIEDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DA PARAHYBA (SMCPB). *Semana Médica*. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1927, p. 54.

⁵⁴ _____. *Semana Médica*, p. 61-62.

⁵⁵ _____. *Semana Médica*, p. 66.

sanitária e “higienização” da infância tenham prevalecido, não podemos desconsiderar que pressupostos eugênicos mais radicais também circularam entre médicos com atuação na Paraíba dos anos 1920.

Capistrano de Abreu e a reconstrução da Primeira Visitação Inquisitorial a Bahia pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça (1591-1595)

Capistrano de Abreu y la reconstrucción de la Primera Visita Inquisitorial a Bahia por el licenciado Heitor Furtado de Mendonça (1591-1595)

Alex Rogério Silva

Mestrando em História e Cultura Social

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Franca)

Bolsista do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP

alex465@gmail.com

Recebido em: 28/10/2015

Aprovado em: 08/02/2016

RESUMO: O artigo visa elencar as reflexões de Capistrano de Abreu, dispostas no prefácio da obra “*Primeira Visitação do Santo Offício às Partes do Brasil: Confissões da Bahia - 1591-1592*”, tendo como pano de fundo o processo de escrita da história realizado no Brasil nos séculos XIX e XX.

Palavras-Chave: Escrita da História, Capistrano de Abreu, Inquisição na Bahia.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo enumerar las reflexiones de Capistrano de Abreu, dispuestas en el prefacio del libro “*Primera Visitación de Santa Officio Partes de Brasil: Bahia Confesiones - 1591-1592*”, con el telón de fondo del proceso de escritura de la historia que tuvo lugar en Brasil en los siglos XIX y XX.

Palabras clave: Historia de la Escritura, Capistrano de Abreu, Inquisición en Bahía.

Introdução

No século XIX, o progressivo fascínio pela História levou muitos letrados, historiadores ou não, a se dedicarem à procura, coleta e análise crítica de inúmeros *corpus documentais* fazendo referência ao passado dos Estados, que naquele momento, estavam se formando ou proclamando

suas independências. Nesse sentido, escrever uma História concedendo a ela um “ar” nacional se fazia necessário na visão daqueles intelectuais de modo a constituir uma unidade de pertencimento, de memória e de identidade.

No Brasil, essa escrita ficou marcada, em um primeiro momento, pela atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que, segundo Arno Wehling, tinha por finalidade:

[...] definida em seu primeiro estatuto e, por tradição, repetida nos demais, era a de coligir informações dispersas por todo o Brasil, discutir questões de relevância para a história, a geografia e a administração do país e divulgar suas conclusões por meio de eventos e publicações.¹

Um empreendimento de fôlego foi realizado por Francisco Adolfo de Varnhagen, tido por muitos como o “Heródoto Brasileiro”, que influenciou o fazer histórico através da metodologia de investigação documental. Sua obra, *História Geral do Brasil*, escrita em 04 tomos, de forma linear e cronológica, privilegiava a ação do Estado e estuda de forma desvinculada as relações sociais e econômicas. De acordo com José Carlos Reis, Varnhagen

[...] Foi um historiador oficial, um adulator dos poderosos e juiz severo das revoltas populares. A história, para ele, é feita pelos grandes homens, por reis, guerreiros e governadores, bispos e não pelos homens incultos. Foi à Casa de Bragança que construiu o Brasil íntegro, uno e independente.²

Em meio as transformações, variações de pensamento, concepções de identidade diversas, surge na cena da historiografia nacional, em fins do século XIX, João Capistrano de Abreu, com uma concepção diferente da até então dominante. Conquistou uma notoriedade entre os intelectuais brasileiros e foi reconhecido como “mestre” dos estudos históricos, geográficos e etnográficos.³

[...] Capistrano de Abreu nasceu em Maranguape, província do Ceará, no ano de 1853 e mudou-se para a cidade da Corte em 1875. Foi nomeado bibliotecário da Biblioteca Nacional em 1879 e, quatro anos mais tarde, passou no concurso para professor do Colégio Pedro II, onde ministrou aulas de Corografia e História do Brasil. Em 1887 foi admitido como sócio efetivo do Instituto

¹ WEHLING, Arno. PERFIL INSTITUCIONAL: Unidade, Diversidade, Sociabilidade O IHGB nos seus 170 anos. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, no 1, p. 201-208, jan/jun 2009 – p. 202.

² REIS, José Carlos, *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, ed. FGV, 1999, p. 32.

³ Conforme Ítala Byanca Morais da Silva, a Sociedade Capistrano de Abreu manteve suas atividades por 42 anos (de 1927 até 1969) e tinha por propósito prestar homenagem à memória de Capistrano. Esta se dedicou a conservar a biblioteca e o arquivo pessoal do historiador, editar e reeditar as obras do homenageado realizar concursos monográficos nas áreas às quais Capistrano se dedicava e também reconstruir materialmente a vida de seu patrono por meio de objetos pessoais, além disso, a realização de encontros anuais e homenagens póstumas. SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Historiografia e História Cultural: representações de Capistrano de Abreu na Historiografia Brasileira*. *Revista História em Reflexão*. Vol. 2 n. 4 – UFGD – Dourados jul/dez, 2008, p. 9.

Histórico Geográfico Brasileiro. Ele expressava suas ideias por meio da correspondência trocada com diversos letrados do período e em artigos publicados nos periódicos da época, tais como *Gazeta de notícias*, *Jornal do commercio* e *O globo*. Com ideias divergentes de seus coetâneos, afirmava o papel preponderante dos indígenas para a formação nacional e, ainda, uma certeza quanto a como a história do Brasil deveria ser escrita. Reconhecido pelos seus contemporâneos, Capistrano esboçava “a sua própria concepção de história”.⁴

Fazendo referência aos atributos culturais de Capistrano, Alba Nascimento afirma que o intelecto de Capistrano de Abreu é indefinível, pois, seus pensamentos não estariam delimitados por suas leituras científicas – *Taine*, *Comte*, *Spencer* –, e nem sequer pela influência do pensamento alemão, pois “Capistrano não foi discípulo submisso”⁵.

[...] Ele seria o autor de uma vasta síntese das disciplinas e doutrinas filosóficas, e que tiveram como objetivo uma unidade, o historiador e a conformação do conhecimento necessário ao seu ofício. Assim, o saber polígrafo de Capistrano de Abreu era tido como fundamental para o reconhecimento da história, pois como afirma a biógrafa, toda a sua prodigiosa ciência é finalizada à unidade extraordinária dos seus propósitos de historiador.⁶

Capistrano de Abreu acreditava que a evolução da historiografia brasileira estaria relacionada a um empreendimento de rastreamento, coleta e crítica do maior número de documentos relativos ao período colonial brasileiro, a qual eliminaria as lacunas referentes à história brasileira existentes na produção historiográfica da época.

O legado de Capistrano à historiografia brasileira é composto de inúmeras obras e prefácios. Entretanto, ficou imortalizado com a obra *Capítulos de História Colonial*, tida como uma obra de síntese de todo o período colonial brasileiro, um estilo de escrita inédito até então, já que os intelectuais daquele período tinham preferência por narrativas longas em vários volumes. Capistrano, assim, inova, seja na escrita de forma sintética, mas também moderna e filosófica, identificada como voltada ao nacional.

⁴ OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 28. MENONCELLO, Aline Micheline. O desafio historiográfico: o estudo da operação historiográfica de Capistrano de Abreu. *Revista História e Historiografia*. Ouro Preto. n. 17, abril/2015, p. 275-279.

⁵ NASCIMENTO, Alba Cañizares. *Capistrano de Abreu. O Homem e a obra*. Rio de Janeiro: Editora Briguiet & Cia, 1931, p. 16.

⁶ _____. *Capistrano de Abreu. O Homem e a obra*. p. 17.

O Tribunal da Santa Inquisição de Portugal, a Visitação à Bahia pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça e o Livro das Confissões



Fig.1: Brasão do Santo Ofício da Inquisição de Portugal⁷

O Tribunal do Santo Ofício em Portugal foi instituído no ano de 1536, com a bula *Cum Ad Nihil Magis* expedida pelo papa Paulo III, só passando a funcionar definitivamente 11 anos depois, em 1547, através da bula *Mediatio Cordis*, com o intuito de zelar pela pureza da fé católica. A partir deste momento, é iniciada a perseguição daqueles que de alguma forma cometeram, pronunciaram ou defenderam heresias, na qual os cristãos-novos seriam suas principais vítimas. Em um segundo momento, os sodomitas, bigamos, blasfemos, luteranos e feiticeiros (em menor número), se tornaram alvos constantes por parte do Tribunal.

Neste âmbito, a Inquisição ibérica atuava, ultrapassando os limites de um tribunal de fé, tornando-se um importante instrumento de repressão aos costumes do povo judeu que, convertido por meio da força, em Castela no ano de 1492 e em Portugal entre os anos de 1496 e 1497, não foi totalmente integrado à população cristã do Reino. Alguns elementos recalcitrantes a esta conversão forçada ainda continuavam na prática de sua religião ancestral às escondidas, outros mesclavam rituais judaicos e católicos. Esta prática da religião judaica pelos cristãos-novos

⁷ No brasão, o ramo de oliveira representa a “Misericórdia” e a espada a “Justiça”, lema deste Tribunal. MOTT, L. *Bahia: inquisição e sociedade* [online]. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 17.

era qualificada como heresia⁸ na medida em que, como cristãos, deveriam seguir a ortodoxia cristã – o que levava a justificar a atuação inquisitorial.

Os tribunais inquisitoriais lusitanos tinham jurisdição por terras próximas, de acordo com a sua região geográfica. Era em um total de quatro⁹: o primeiro deles, estabelecido em 1539, em Lisboa, ficou responsável por manter a ordem nas regiões da Estremadura, parte da Beira, Brasil e todos os domínios e conquistas de Portugal até o Cabo da Boa Esperança. O Tribunal de Évora, o segundo deles, instituído em 1541, jurisdicionou sobre o Alentejo e reino do Algarves, Trás-os-Montes e parte da Beira e incluía ainda quaisquer outras regiões pertencentes aos bispados da cidade. Ao Tribunal de Coimbra foi creditado responsabilidade sobre as regiões de parte de Beira, Entre-Douro e Minho e Trás-os-Montes. No além-mar, foi instituído um Tribunal em Goa, com jurisdição sobre as posses lusitanas, além do Cabo da Boa Esperança, ou seja, nos domínios asiáticos e a costa leste africana.

Mais de cinquenta anos se passaram da instituição do Tribunal da Inquisição em Portugal, quando foram lançadas as visitas nos domínios além-mar, marcando uma nova fase da Inquisição Portuguesa.

Heitor Furtado de Mendonça, nomeado Visitador em 1586, chega ao Brasil no ano de 1591, permanecendo até em 1595, onde desenvolveu seus trabalhos na Bahia (entre os anos de 1591 e 1593) e, posteriormente, em Pernambuco. A visita tinha por objetivo realizar investigações de fé, mas, também, perseguir os judeus convertidos, ou seja, os *cristãos-novos*, que eram acusados

⁸ Grayce Souza salienta a partir da passagem de Luiz Mott em *Sodomia não é heresia: dissidência moral e contra cultura*, que Heresia, no “sentido eclesiástico entende-se por um erro fundamental em matéria de religião, no qual se persiste com pertinácia. Objetivamente, é uma proposição contra um artigo de fé. Subjetivamente é um erro pertinente de um cristão contra uma verdade de fé divina e católica. O erro se encontra na inteligência e a pertinácia da vontade.” Já Ronaldo Vainfas em *Inquisição como Fábrica de Hereges: os sodomitas foram exceção?* apresenta uma definição histórica de heresia, ensejando que tal conceito dentro do próprio domínio teológico conhece subdivisões e comportou mediações na qual estimulou o exame de seus significados no decorrer do tempo em um dado espaço, conforme a conveniência da ação inquisitorial. Segundo as palavras de Vainfas: “Não por acaso na história das Inquisições, quer as medievais, quer as modernas, foi possível com um forte amparo teológico, conforme a conveniência da instituição inquisitorial e o contexto histórico, priorizar este ou aquele delito, considerá-lo mais ou menos heretical, pois a orientação teológica era suficientemente larga para incluir ou excluir pecados da lista dos erros de fé.” SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da Inquisição Portuguesa na Bahia Colonial. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014, p. 41 (nota de rodapé). VAINFAS, Ronaldo. Inquisição como Fábrica de Hereges: os sodomitas foram exceção? In: FEITLER, Bruno; LAGE, Lana; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *A Inquisição em Xequê: Temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.*

⁹ A princípio, foram criados em Portugal seis tribunais. Metade deles – Lamego, Tomar e Porto, entretanto, foram extintos pouco tempo depois da instauração, não deixando muitos registros de suas passagens pela História Portuguesa. BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições: Portugal, Espanha e Itália (séculos XV-XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 23-25.

de darem continuidade as práticas da antiga fé, embora de maneira oculta e adaptada ao limite do possível, o chamado *cripto-judaísmo*.

[...] Iniciado o trabalho na Bahia, o Visitador concedeu trinta dias aos moradores de Salvador e, após, o mesmo tempo para os habitantes do Recôncavo. Neste período, todos que procurassem Heitor Furtado de Mendonça para confessarem suas culpas, tinham a promessa de não terem seus bens confiscados e a misericórdia. As confissões realizadas foram registradas pelo notário Manoel Francisco em um livro, o Livro das Confissões.¹⁰

A presença do Santo Ofício na Colônia logrou êxito na luxação da sociedade colonial através do receio e medo que a Inquisição representava: medo da fogueira, das humilhações nos autos-da-fé e do confisco de bens. Além disso, era dada a oportunidade de aproximação com Deus, via ação inquisitorial, através das confissões e delações.¹¹ Tal oportunidade levou inúmeras pessoas à mesa do visitador para confessarem suas culpas e delatarem outros, na tentativa de não levantar suspeitas por parte do Tribunal Inquisitorial. Nas palavras de Ângelo Assis:

[...] O Santo Ofício, com sua política de incentivo às delações de heresias, aliada ao interesse de boa parte da população ávida – ou, ao menos, preocupada – por demonstrar bom comportamento através da colaboração com a Inquisição, acabaria por perverter o convívio social que caracterizou o primeiro século de presença portuguesa na região brasileira...¹²

As confissões feitas à mesa do Visitador, o Licenciado Heitor Furtado de Mendonça foram registrados pelo notário Manoel Francisco, em um livro denominado, o Livro das Confissões.

¹⁰ MONTEIRO, Lucas Maximiliano. *O Livro Confissões da Bahia e suas possibilidades de pesquisa: uma análise das narrativas dos cristãos-novos (1591-1592)*. Comunicação apresentada no IX Encontro Estadual de História “Vestígios do Passado: a História e suas Fontes” da ANPUH – Seção Rio Grande do Sul.

¹¹ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989, p. 225.

¹² MONTEIRO, Lucas Maximiliano. *O Livro Confissões da Bahia e suas possibilidades de pesquisa: uma análise das narrativas dos cristãos-novos (1591-1592)*. In.: Anais do IX Encontro Estadual de História “Vestígios do Passado: a História e suas Fontes” da ANPUH – Seção Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ANPUH/RS, UFRGS, 2008. Disponível em: [http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1212335949_ARQUIVO_OLivrodasConfissoesdaBahiaesuaspossibilidadesdepesquisaumaanalisedasnarrativasdoscristaos-novos\(1591-1592\).pdf](http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1212335949_ARQUIVO_OLivrodasConfissoesdaBahiaesuaspossibilidadesdepesquisaumaanalisedasnarrativasdoscristaos-novos(1591-1592).pdf). Acesso em 07/05/2016.



Fig. 2: Páginas iniciais do Manuscrito do Livro das Confissões.¹³

O livro é formado por 120 relatos de pessoas que procuraram o visitador para confessarem suas culpas, tornando assim uma fonte importante para entender a sociedade colonial do final do século XVI, sua mentalidade, medos, anseios, muito bem trabalhados por autores como Ronaldo Vainfas¹⁴ e Laura de Melo e Souza¹⁵.

Para um pequeno exemplo, um excerto da primeira confissão realizada pelo Padre Frutuoso Álvares, em 29 de julho de 1591:

[...] Aos 29 de julho de 1591, perante o Senhor Visitador, compareceu o Padre Frutuoso Álvares, dizendo que tinha de confessar nesta Mesa, sem ser chamado. E confessando, disse que de quinze anos a esta parte que está nesta Capitania cometeu a torpeza dos tocamentos desonestos com alguns quarenta mancebos, pouco mais ou menos, abraçando, beijando e tendo ajuntamentos por diante e dormindo com alguns pelo vaso traseiro, sendo mais paciente que agente, entre eles com Cristóvão Aguiar, Jerônimo Viegas, Medina da Ilha da Maré etc.¹⁶

¹³ O Manuscrito do Livro das Confissões na Bahia está disponível para consulta na página do Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Fundo do Tribunal do Santo Ofício – Inquisição de Lisboa: <http://digitarq.dgarq.gov.pt>.

¹⁴ VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebelião no Brasil colonial*. São Paulo; Companhia das Letras, 1995, Idem. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989.

¹⁵ SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹⁶ _____. *Bahia: inquisição e sociedade*, p.23. ABREU, Capistrano de. *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Confissões da Bahia, 1591/1592*. Prefácio de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, F. Briguet, 1935, p. 23 e 24.

Capistrano de Abreu e *Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil: Confissões da Bahia - 1591-1592.*



Fig. 3: Capa do Livro: Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil¹⁷

O prefácio da *Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil: Confissões da Bahia - 1591-1592*, realizado por Capistrano de Abreu, fez parte de um projeto maior, empreendido por Paulo Prado, que tinha por objetivo publicar duas séries de “obras raras e preciosas” que versassem a respeito à “História da Pátria”.¹⁸ Estava previsto que tais edições fossem formatadas com introduções e notas críticas. No caso em questão, dos nove livros produzidos referentes à primeira visitação, quatro foram encontrados na Torre do Tombo¹⁹ e posteriormente publicados:

¹⁷ Obra disponível online em: <https://archive.org/details/primeiravisita00sociuoft>. Acesso em 07/jul/2015.

¹⁸ Em 1918, Capistrano propôs a Prado editar uma coleção de documentos sob o título *Série Eduardo Prado – para melhor conhecer o Brasil*. Capistrano fez o programa e o orçamento, provocando Paulo: “quem não tem coragem não amarra negro.” Paulo teve coragem e Capistrano passou anos tentando amarrar a publicação, ocupando-se da supervisão do trabalho dos copistas, da revisão (*toilette*) dos originais, da elaboração de notas, da escrita do prólogo, das cobranças à tipografia e da distribuição dos exemplares. GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In. GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.183.

¹⁹ As fontes documentais que são utilizadas em pesquisas sobre a Inquisição Portuguesa atualmente se encontram no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTI), Portugal, no qual está depositado o fundo documental relativo ao Tribunal do Santo Officio. Este fundo conserva os documentos referentes aos três tribunais metropolitanos (Lisboa, Coimbra e Évora) e do Conselho Geral do Santo Officio. Por meio da rede mundial de computadores, internet, tais fontes se encontram disponíveis para consulta, sobretudo as do Tribunal de Lisboa, em formato digital em sua página institucional, mesmo que de forma deficiente, pois, de acordo com Bruno Feitler, “a catalogação está por

dois pertinentes às denúncias e confissões da Bahia, que foram organizadas e prefaciadas por Capistrano de Abreu entre os anos de 1922 e 1925, e outros dois que versam também sobre denúncias e confissões, mas, na Capitania de Pernambuco.²⁰ As denúncias ocorridas nesta última foram publicadas em 1929, com introdução de Rodolfo Garcia, e as confissões na década de 1970, por Gonçalves de Melo.²¹

Capistrano, ao prefaciá-la, fornece ao leitor indicações do valor do texto para várias áreas de estudo. O autor apresenta um quadro geral sobre o Tribunal Inquisitorial na Metrópole e como ele mesmo menciona, das “notícias vagas e incompletas que chegavam ao território brasileiro”. Ao escrever sobre os casos anteriores à visitação, Capistrano conta que na Colônia, os moradores pouco se preocupavam com o Santo Ofício, na qual, um mamaluco, ao ser advertido para que se houvesse cautela, respondeu que acabaria com a Inquisição a “fresas”.²²

Além disso, foram ressaltados outros eventos, como o do francês herético que foi queimado na Bahia, em 1573, e as manifestações de pessoas influentes naquela época, como o Padre José de Anchieta. Conta também um pouco da História dos próprios códices encontrados na Torre do Tombo, e é responsável pelo lançamento de uma cronologia da visitação do Licenciado Heitor Furtado de Mendonça:

vezes mal feita e só é possível visualizar e baixar uma imagem por vez, o que dificulta enormemente a consulta de material mais volumoso, como por exemplo, alguns processos e os cadernos do promotor”. Também neste Fundo encontram-se os documentos relativos aos breves tribunais de Tomar, Lamego e Porto, como também os vestígios documentais do tribunal de Goa, que, com a abolição do referido tribunal, em 1812, grande parte de sua documentação fora destruída. Além disso, pode-se encontrar conjuntos documentais referentes ao funcionamento da Inquisição em outras instituições como a Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca da Ajuda e ainda pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, neste caso fazendo menção ao tribunal goês. De qualquer forma, mesmo com a destruição da documentação referente ao tribunal de Goa, o conjunto documental português acerca da Inquisição é tido como o mais rico e completo das Inquisições da época Moderna, tendo em vista o destino que teve, entre destruições e dispersão, a documentação de boa parte dos tribunais espanhóis e italianos no contexto de suas respectivas abolições. FEITLER, Bruno. *Processos e práticas inquisitoriais: problemas de método e de interpretação*. Revista Fontes, nº1, 2014-2, p.56-65.

²⁰ Segundo Rebeca Gontijo, o trabalho de edição dos documentos relativos à Inquisição no Brasil levou sete anos para ser concluído, sendo que Capistrano também se ocupou de parte da distribuição, endereçando livros para os museus de La Plata e de Stuttgart, para a Sociedade Etnográfica de Berlim e a Société des Americanistes, de Paris; além de enviar exemplares para permuta à Biblioteca Nacional e outros tantos para a venda nas livrarias J. Leite, Científica, Briguier, etc. GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu, p. 183.

²¹ *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Confissões da Bahia, 1591/1592*. Prefácio de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, F. Briguier, 1935; *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Denúncias da Bahia, 1591/1593*. Introdução de Capistrano de Abreu. São Paulo, Paulo Prado, 1925; *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Denúncias de Pernambuco, 1593/1595*. Introdução de Rodolfo Garcia. São Paulo, Paulo Prado, 1929; *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Confissões de Pernambuco*, Org. J. A. Gonçalves de Mello. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

²² _____. *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça – Confissões da Bahia, 1591/1592*, p. 2.

[...] 09 de junho de 1591: chegada do visitador ao Brasil; 28 de julho: início da visitação, com publicação solene do Édito de Fé e concessão do período de 30 dias de graça à cidade do Salvador; 11 de janeiro de 1592: concessão do período de 30 dias de graça ao Recôncavo; 02 de setembro de 1593: partida do séquito inquisitorial para Pernambuco; 21 de setembro: chegada ao Recife; 24 de setembro: partida de Recife e chegada à Olinda; 24 de outubro: início da visitação em Pernambuco. Concessão do período de 30 dias de graça às freguesias do Salvador, S. Pedro Mártir, Corpo Santo e Nossa Senhora do Rosário da Várzea do Capibaribe; 08 de fevereiro de 1594: fim da graça concedida às freguesias de S. Cosme e Damião do Guaraçu, S. Lourenço, Santo António do Cabo e S. Miguel de Pojuca; 21 de dezembro: fim da graça concedida à Itamaracá; 24 de janeiro de 1595: fim da graça concedida à freguesia de Nossa Senhora das Neves da Paraíba; 01 de fevereiro: chegada do visitador à Olinda em retorno da Paraíba.²³

Em um segundo momento, Capistrano traça todo um histórico da visitação à Bahia, trazendo a luz informações sobre os regimentos da Inquisição, da estrutura da comissão inquisitorial, as torturas e os autos-da-fé. Um ponto curioso é a ênfase que ele concede a um conjunto de confissões que tratam de desvios sexuais contra a natureza, em que Capistrano alude que “o assunto melindroso exige habilidade singular em quem o aborda” e que “Depois deste aviso pode cada um evital-as ou procural-as a seu talante”²⁴. Discorre também sobre casos de feitiçaria, como também o caso mais famoso da visitação: o caso da família Antunes, já abordado em diversas pesquisas, com destaque a obra de Ângelo Adriano Faria de Assis²⁵, que remonta tal evento. Capistrano, neste ponto, faz uso do documento para apresentar dados acerca da sociedade baiana de fins do século XVI, realizando uma breve descrição da administração local e do próprio ambiente citadino. Para fechar o prefácio, o autor discorre acerca da geografia do local, apontando as peculiaridades do ambiente baiano, com grande destaque aos sertões.

[...] As introduções serviam, portanto, para indicar a importância do texto que se editava dentro dos estudos sobre o país (e, por conseguinte, para *uma classe específica de leitores* – aqueles que realizavam esses estudos), e também seguiam o propósito de fornecer subsídios para o entendimento do texto, descrevendo a sociedade à época em que foi escrito o texto, fenômenos históricos relevantes para sua compreensão (como a Inquisição, nas *Confissões* e *Denúncias*), e acrescentando a biografia do autor – contendo, ainda, justificativas e explicações editoriais.²⁶

²³ ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. *O Licenciado Heitor Furtado de Mendonça, inquisidor da primeira visitação do Tribunal do Santo Ofício ao Brasil*. In. Comunicação apresentada no XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH – Londrina, 2005, p. 5.

²⁴ *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça. Confissões da Bahia – 1591-1592*. Prefácio de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: F Briguiet, 1935, p.19-20.

²⁵ ASSIS, Ângelo Adriano Faria de. *Macabeias da Colônia - Criptojudaísmo feminino na Bahia*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012.

²⁶ SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Um “distinto bibliógrafo e bibliófilo”: Capistrano de Abreu editor de documentos históricos. *Revista História*, vol.29, n.1, Franca, 2010, p. 435.

Dessa maneira, ao analisar as introduções, podemos apreender que por meio delas Capistrano de Abreu tinha por objetivo

[...] fornecer os elementos para “conhecimento e inteligência” do texto, como colocou Cândido Mendes, isto é, sua compreensão, inclusive transcrevendo documento que ajudaria a entender os procedimentos da Inquisição; descrevendo o documento que segue publicado; utilizando-o para afirmar aspectos de suas reflexões e investigações históricas particulares; e realizando seu trabalho de editor, de uma forma geral, não só com as partes anteriores, mas também com as explicações e justificativas (bem como reconhecimento de créditos devidos) necessárias à edição que se apresenta.²⁷

Considerações Finais

Capistrano de Abreu, neste prefácio, mostrou todo seu conhecimento e fôlego na análise e crítica da documentação de forma a eliminar uma lacuna que até então existia na historiografia brasileira, além de divulgar os documentos de modo a difundir os estudos sobre a História do Brasil. Esta obra abriu caminho para inúmeros outros trabalhos que versam sobre a temática inquisitorial na Colônia, permitindo assim refletir sobre a realidade colonial e suas especificidades. Esta nova forma de ver a História fez de Capistrano um ícone, ficando para a posteridade uma imagem de “mestre” e “pai da história colonial brasileira”.

²⁷ SANTOS. Um “distinto bibliógrafo e bibliófilo”: Capistrano de Abreu editor de documentos históricos, p. 433-434.

Rita de Cássia: obediência e matrimônio em uma narrativa hagiográfica setecentista (1714)

Rita of Cascia: obedience and marriage in a hagiographic narrative of the eighteenth century (1714)

Ana Vitória Sampaio Castanheira Rocha

Doutoranda em História

Universidade de Brasília

vitoria.imprensaefeminista@gmail.com

Recebido em: 22/06/2015.

Aprovado em: 10/03/2016.

RESUMO: Durante a Idade Moderna portuguesa, a hagiografia assumiu um importante papel na catequização dos fiéis, apresentando não apenas experiências místicas e sobrenaturais dos santos e beatos da Igreja Católica, mas também conferindo valores de feminilidade e masculinidade no seio da hierarquia social e familiar. O presente artigo propõe analisar uma narrativa hagiográfica do início dos setecentos acerca de Rita de Cássia, sob a luz do conceito de tecnologia de gênero proposto por Teresa de Lauretis.

PALAVRAS-CHAVE: Rita de Cássia, Matrimônio, Hagiografia portuguesa.

ABSTRACT: During the Portuguese Modern Age, the hagiography assumed an important role in the catechesis of the faithful, presenting not only mystical and supernatural experiences of saints and blessed of the Catholic Church, but also giving femininity and masculinity values within the family and social hierarchy. This article proposes to analyze a hagiographic narrative of the early eighteenth century about Rita of Cascia, in the light of the concept of gender technology proposed by Teresa de Lauretis.

KEYWORDS: Rita of Cascia, Marriage, Portuguese hagiography.

Introdução

Em 1714 na cidade de Lisboa, Portugal, o canonista Luís Botelho Fróes de Figueiredo publicou uma obra em homenagem à beata Rita de Cássia. Intitulado *Coro Celeste a quatro vozes*, o livro é um exemplar da hagiografia portuguesa setecentista, instrumento poderoso na catequização dos fiéis e na divulgação da doutrina católica. Apesar de se tratar de uma peça musical para ser cantada por um quarteto, o título também poderia ser lido por todos aqueles que

desejassem conhecer a história da beata Rita. O termo “hagiografia” é de origem grega e sua junção “*hagios*: santos” e “*grafia*: escrita”¹ pode ser compreendida como a atividade intelectual que se dedica à biografia dos santos, beatos e demais personalidades religiosas cujas vidas serviram de exemplo para os caminhos da fé. É possível afirmar que essas narrativas - que não estão comprometidas com os fatos históricos, mas com os episódios místicos de seus biografados - possuíam certos públicos alvo e, no caso das mulheres, as histórias de santas e beatas que viveram mansamente os desígnios de Deus foram utilizadas como modelo a ser seguido pelas demais filhas de Eva. Para Michel de Certeau, ao contrário da historiografia que, a princípio, teria o compromisso de narrar “aquilo que se passou”, as preocupações da hagiografia voltam-se para “aquilo que é exemplar”.²

No século XVIII, Portugal ainda vivia sob o regime do Padroado, que se traduzia no íntimo relacionamento entre a Igreja e o Estado, resultando na “troca de obrigações e de direitos entre a Igreja e um indivíduo, ou instituição, que assume assim a condição de padroeiro”³. No Império Português, esse sistema vinha sendo adotado desde o século XI. Com origens na Reconquista, quando o domínio da Península Ibérica foi tomado dos muçulmanos pelos cristãos⁴, diversas medidas foram implantadas em prol do fortalecimento desse laço. Em 1456, a Santa Sé concedeu a D. Henrique o direito de padroado sobre as terras conquistadas pelos portugueses ao sul do Equador. Em 1532, D. João III criou um tribunal para tratar assuntos espirituais, posteriormente chamado de Mesa da Consciência e Ordens. Finalmente, esse mesmo tribunal passou a regular a religião em todo o Império Português. Ao rei restava o poder de organizar, financiar as atividades religiosas e nomear cargos sacerdotais. Ana Maria Moog Rodrigues esclarece que o Padroado resultaria numa inversão da ordem dos poderes “de acordo com a doutrina da Igreja, ficando o poder espiritual submetido ao poder temporal. Sendo o Estado quem pagava o clero, ficava este equiparado ao funcionalismo público”⁵.

¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (org.). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 881.

² CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982, p. 242.

³ NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do Império e a Igreja. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial: 1808-1831*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 382.

⁴ NEVES. A religião do Império e a Igreja, p. 382.

⁵ RODRIGUES, Ana Maria Moog. Introdução. In: RODRIGUES, Ana Maria Moog (org.) *A Igreja na República*, Brasília: Câmara dos Deputados; Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 3.

A Igreja Católica possuía um papel central no Reino, tutelando os direitos civis do nascimento à morte. Segundo Francisco Bethencourt⁶, os ritos de passagem consagrados como sacramentos – batismo, casamento e morte - ficaram profundamente enraizados em Portugal no século XVI, certamente ancorados no Concílio de Trento (1545 a 1563). Além disso, Portugal também possuía o Tribunal do Santo Ofício desde 1536, quando D. João III negociou a instituição com o papa Clemente VII. Além de investigar, julgar e punir todos os indivíduos acusados de comportamentos e práticas heréticas, o Santo Ofício também fazia a avaliação das obras literárias, arbitrando sobre as que poderiam ser publicadas e consumidas pela população letrada e as que deveriam ser censuradas e entrar na lista do *Index Librorum Prohibitorum*, o índice dos livros proibidos pela Igreja. O Tribunal do Santo Ofício vigorou até o ano de 1821 quando as Cortes Gerais Constituintes extinguíram-no.⁷ Foi fazendo-se presente na vida cotidiana que a Igreja conquistou importância no seio da população portuguesa, que encontrava nas obras hagiográficas exemplos de fé e retidão.

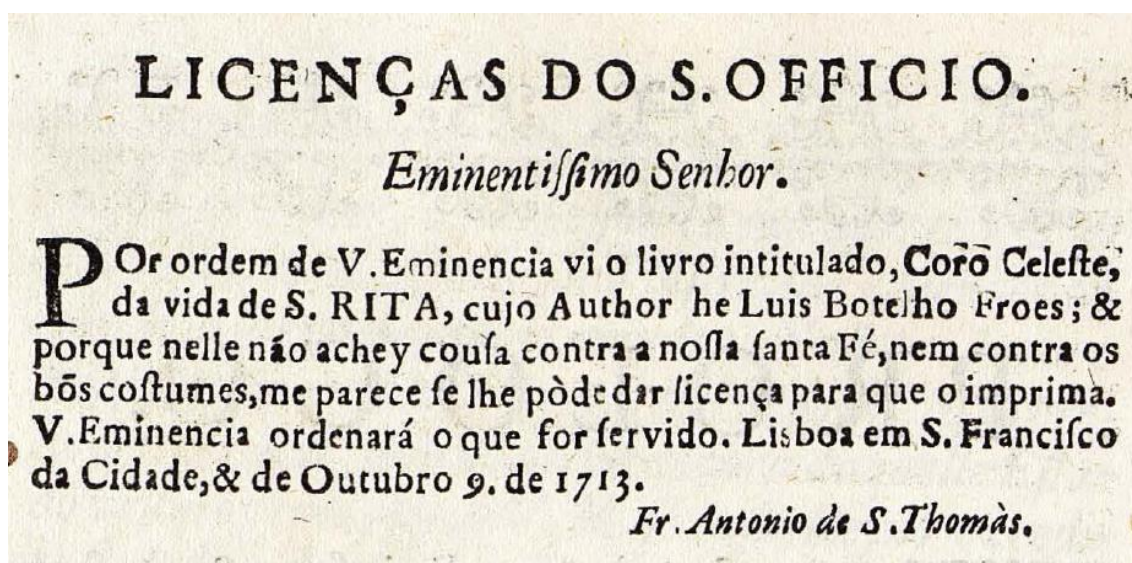


Imagem 1: Uma das licenças expedidas pelo Tribunal do Santo Ofício, dando parecer favorável à publicação da obra *Coro Celeste*. FIGUEIREDO, Luís Botelho Frões de. *Coro Celeste a quatro vozes: vida musica em Solfa Metrica, da esclarecida, Augustiniana Beata Rita*, Lisboa: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1714, p. [s/p].

A hagiografia conquistou grande importância na Península Ibérica. Ainda na primeira metade do setecentos, o crescimento na circulação de títulos religiosos coloca em evidência o seu

⁶ BETHENCOURT, Francisco. A Igreja. In: MATTOSO, José (org.). *História do Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*, v. 3, Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 139.

⁷ TRIBUNAL do Santo Ofício. Arquivo Nacional Torre do Tombo. Captado em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=2299703>. Acesso em: 18 dez. 2014.

sucesso entre os fiéis.⁸ Para Eliane Fleck e Mauro Tavares, além da catequização, tais obras serviriam para o controle das formas de devoção, já que a religiosidade popular poderia ser facilmente confundida com heresia.⁹ Não coincidentemente, a permissão do Santo Ofício se fazia necessária, atestando a anuência da Igreja com a publicação de tais livros.

A história de Rita, beatificada em 1628 pelo papa Urbano VIII e canonizada em 1900 por Leão XIII, tem repercutido entre os fiéis da Igreja ao longo dos séculos, tornando-a uma das santas mais populares do catolicismo. Segundo Elena Bergadano, ela é “a santa de todos” disposta a oferecer abrigo e consolo a quem mais necessita.¹⁰ Para o Mons. Luís de Marchi, ela é a “santa dos impossíveis”, cuja vida em fé e obediência resultou em inúmeros milagres.¹¹ As obras hagiográficas sobre Rita têm apresentado inúmeras versões que se modificaram através dos tempos. Contudo, todas elas mencionam a importância do perfil obediente e resignado da santa, características essenciais para o seu culto e devoção.

O que nos interessa aqui não é atestar ou contestar a veracidade das narrativas hagiográficas, tampouco redigir um trabalho biográfico sobre nossa personagem – embora seja indispensável expor algumas versões de sua história –, mas sim elucidar a importância de uma obra na catequização dos fiéis, sobretudo das mulheres, tendo como foco o uso da hagiografia como tecnologia de gênero.

Foi Teresa de Lauretis que cunhou o termo em sua produção bibliográfica. Segundo ela, a construção do gênero “é o produto e o processo tanto da representação quanto da auto-representação”¹². Nesse caso o cinema, a imprensa, os discursos políticos, religiosos e médico/científicos são tecnologias sociais que atribuem significados ao que é ser homem ou mulher. Contudo, essas tecnologias não atuam sozinhas, sendo necessária a participação dos atores em sua construção, ou seja: como homens e mulheres absorverão essas representações. Afirmar que o gênero é uma representação não significa que o mesmo não possua implicações na vida material, pelo contrário: muitas vezes são essas representações que ditam os destinos ou as formas de resistência aos limites que a marca do gênero impõe.

⁸ FLECK, Eliane; TAVARES, Mauro. "Morta de amor por Deus": a vida exemplar de Dona Thomázia, uma mulher letrada e devota que morreu em Lisboa no ano do terremoto (1755). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, Jan/Jun 2015, p. 30.

⁹ FLECK. “Morta de amor por Deus”, p. 32.

¹⁰ BERGADANO, Elena. *Rita de Cássia: a santa de todos*. Trad. Alda da Anunciação Machado. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

¹¹ MARCHI, Luís de. *Santa Rita de Cássia*. Trad. Lydia Christina Fróes da Fonseca. São Paulo: Paulus, 2012.

¹² LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. Trad. Suzana Funk. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura*, Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 217.

Lauretis menciona o cinema como ferramenta dessa tecnologia, que “constrói a mulher como imagem, como objeto do olhar voyerista do espectador”¹³, representação muitas vezes construída por homens que até hoje são maioria na indústria cinematográfica. Coisa semelhante ocorria com a hagiografia setecentista, cuja escrita era encabeçada por autores dispostos a apresentar em um cenário os exemplos de como uma boa mulher deveria agir. Rita, assim como tantas outras santas e beatas da Igreja Católica, também foi objeto do olhar do *voyer*, em uma época em que não havia câmeras ou efeitos especiais.

O artigo propõe demonstrar um exemplo dessa tecnologia adotada pela Igreja para a catequização e fomento da devoção. Por conta disso, é mister elucidar os possíveis usos de uma narrativa para demarcar os lugares específicos do gênero no seio da sociedade, cuja motivação é determinar as formas aceitáveis de *ser mulher*.

A devoção como técnica disciplinar

Observando o cotidiano dos fiéis católicos, é possível perceber que o aspecto da devoção serve como instrumento da disciplina. Seguir as normas do Vaticano não é tarefa fácil para ninguém, nem mesmo para os clérigos, e a penitência está sempre presente na vida do católico praticante que, após confessar seus pecados, dobra seus joelhos perante o altar e se põe a rezar Ave-Marias e Pai-Nossos. O Cristo e a Virgem Maria são, no catolicismo, as principais figuras para as quais os fiéis dirigem sua fé, contudo os santos e beatos também são importantes por servirem como intercessores junto ao Deus Pai na salvação das almas pecadoras. Mas a nossa proposta vai além: eles não são apenas intercessores bondosos, mas também exemplos de fé e retidão. Ao direcionar suas orações para determinado santo que se tornou conhecido por algum feito particular – ter praticado a caridade, ter aguentado o martírio em vida, ter sido obediente aos pais, etc. – o fiel está também aprendendo aquele aspecto para pôr em prática em sua vida particular.

Segundo Jacques Le Goff, ser canonizado, ou seja, tornar-se santo, é um privilégio conferido a poucos, reservado para aqueles que não apenas foram obedientes à religião, mas que também suportaram o martírio.¹⁴ O martírio esteve presente na Paixão de Cristo e seu sofrimento na cruz; nas dores de Maria ao chorar a morte de seu primogênito; na vida de Rita, que foi vítima

¹³ LAURETIS. A Tecnologia do Gênero, p. 221.

¹⁴ LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média*: conversas com Jean-Luc Pouthier. Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 30.

de diversas formas de violência pelas mãos do marido. Mas ser mártir não é suficiente: suportar o sofrimento sem sucumbir ao pecado é, para o catolicismo, uma virtude.

Ao servir-se dos exemplos dos santos, o fiel pode ter a sensação de que sua trajetória nos caminhos da fé fica mais serena. Ao encorajar a devoção, a Igreja e seus sacerdotes estão fazendo uso de uma técnica disciplinar cara e proveitosa. Percebe-se um movimento em dois sentidos: o primeiro é o conforto do ponto de vista emocional, que pode provocar no indivíduo a percepção de aconchego e a crença na promessa do milagre; o segundo é a catequização. O ensinamento da doutrina católica com base nos exemplos práticos que a hagiografia apresenta, muitas vezes passando por situações banais do cotidiano humano, são facilmente identificados pelos fiéis. Para Luiz Gonzaga Motta:

Os ouvintes de uma narrativa não captam apenas as sequências de acontecimentos representados (a trama ou enredo), mas captam também aspectos ocultos ou virtuais das personagens e das ações que requerem novos pensamentos de sua parte, requerem uma recriação virtual das situações, dos comportamentos, da moral e da ética pressupostos ou sugeridos pela história (a fábula). Referência e significação guardam, assim, uma relação de contiguidade. Entretanto, a narrativa se constitui como sentido não porque os fatos narrados sejam verdadeiros ou falsos, mas porque ela possui uma estrutura interna de conexão que determina a sua configuração integral.¹⁵

Ainda hoje as obras hagiográficas fazem sucesso entre o público leitor, sendo passadas de mãos em mãos nos bancos das catedrais. No Brasil, editoras especializadas em literatura religiosa continuam publicando as histórias de vida dos santos e beatos da Igreja, sendo reconhecido o sucesso de vendas da Editora Loyola e da Paulus que, com preços populares, ajudam a difundir a doutrina católica.

Rita de Cássia ou Santa Rita, como os católicos preferem chamá-la, é protagonista dessas narrativas há séculos, consagrando-se como operadora do impossível no Ocidente cristão e ocupando um lugar de destaque no seio da fé católica.

Rita de Cássia como ideal de mulher

Algumas historiadoras brasileiras têm se dedicado aos estudos de gênero no período que compreendemos como Idade Média. Maria Filomena Pinto da Costa Coelho e Valéria Fernandes da Silva são dois nomes expoentes dessa área. Ambas, em determinado momento, debruçaram-se sobre a vida das mulheres do medievo, o que inclui investigar o cotidiano e as práticas femininas nos conventos. Embora a nossa principal fonte seja do início do século XVIII, em plena Idade

¹⁵ MOTTA, Luiz Gonzaga. *Narratologia: análise da narrativa jornalística*, Brasília: Casa das Musas, 2004, p. 8.

Moderna, Rita é uma personagem nascida no final do XIV, pertencendo, assim, à tradição medieval.

Silva, cuja tese de doutoramento foi sobre Clara de Assis, aponta que o ideal de mulher religiosa do século XIII era uma construção discursiva, uma vez que nos processos históricos as mulheres não foram simples agentes passivos.¹⁶ Apesar das tentativas dos poderes hegemônicos em controlá-las – entre eles a Igreja –, o sujeito feminino nunca deixou inscrever sua autonomia ao acatar ou subverter a ordem social em que estava inserido. Nesse caso, vale dar atenção ao conceito de micropoder de Michel Foucault. Para obter sucesso, os detentores do poder hegemônico dependem desses micropoderes para lograr êxito em seus projetos, afinal “[...] para que haja um movimento de cima para baixo, é preciso que haja, ao mesmo tempo, uma capilaridade de baixo para cima”¹⁷. Esse entendimento coloca em xeque o papel de passividade e conformidade que algumas narrativas, inclusive historiográficas, atribuem às mulheres.

Analisando fontes documentais, Coelho diagnosticou que nos conventos cistercienses dos séculos XII e XIII da região de León, Espanha, as mulheres gozavam de uma grande autonomia, sendo proprietárias de terras, gerindo suas economias e organizando suas vidas fora do alcance dos olhares masculinos:

De fato, ao longo de nosso trabalho de pesquisa pudemos constatar que existia um projeto feminino de construção de um lugar de acolhida para as mulheres da família, longe da ingerência masculina, a partir do qual elas podiam exercer um papel protagonista dentro da sociedade feudal, tal e como requeria sua condição de nobres.¹⁸

Tanto Silva quanto Coelho identificaram a existência de mulheres viúvas que decidiram consagrar-se como freiras, sinalizando que o convento não serviu apenas como o lugar para o qual as famílias mandavam suas filhas que não foram destinadas ao matrimônio. A própria Rita consagrou-se após a viuvez e, segundo a hagiografia, ela desejava seguir os caminhos religiosos desde a mais tenra idade. Também é válido o seguinte questionamento: a opção pelo convento não seria uma forma de resistência adotada pelas mulheres contra a imposição do casamento? O cotidiano da vida religiosa, comparado ao cotidiano da mulher casada no período medieval, pode sinalizar maiores benefícios e liberdades para aquelas que encontraram na Igreja a sua vocação.

¹⁶ SILVA, Valéria Fernandes da. *Construindo a Religiosa Ideal: da Diversidade ao Modelo Único*. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, v. 6, 2009, p. 2.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012, p. 372.

¹⁸ COELHO, Maria Filomena Pinto da Costa. Ser Mulher na Idade Média. *Textos de História*, Brasília, v. 5, n. 1, 1997, p. 87.

Para Silva “as religiosas estavam se insurgindo contra as estruturas sociais e a ordem política, ao se recusarem a assumir a função a elas atribuída no mercado matrimonial”¹⁹.

As medidas tomadas durante o período compreendido como Reforma Gregoriana²⁰ (séculos XI-XIII) foram decisivas para impor os limites entre o monasticismo masculino e o feminino. Junto às investidas da Igreja pela moralização da Cristandade, a sacralização do clero e o fortalecimento do poder espiritual, em que o papa Gregório VII cumpriu um papel decisivo, impôs-se uma hierarquia de gênero entre os monges muito maior do que aquela vista nos períodos anteriores:

Se antes os monges e monjas estavam no mesmo nível, sendo em geral laicos que faziam votos de pobreza, obediência e castidade, agora, o valor dado ao sacerdócio e o fato deste se caracterizar como um privilégio masculino, funcionava como um mecanismo de hierarquização dentro da vida religiosa, favorecendo também a ingerência masculina sobre as monjas.²¹

A hagiografia também foi afetada pela Reforma Gregoriana. A partir do século XI, a escolha por representações femininas mais voltadas à clausura, obediência, mansidão e submissão – seja a Deus, aos pais ou ao marido – ficou ainda mais comum.²² A obra de Figueiredo é um exemplo desse aspecto, mesmo tendo sido publicada cinco séculos após a Reforma. Nesse caso, temos um exemplo de uma tradição que se esforça para manter sua continuidade em um tempo de longa duração. Como assinalou Jörn Rüsen, as narrativas tradicionais compreendem a continuidade como permanência na mudança, em que o tempo é eternizado como sentido e a memória surge como relicário onde estão organizadas as origens.²³ Além disso, as tradições oferecem uma orientação para a vida humana no presente,²⁴ em que diversas práticas e ideários já existiam muito antes que nossos corpos, matéria carnal e de natureza efêmera, aqui residissem.

A narrativa de Figueiredo exprime esse ideal de mulher religiosa pós Reforma Gregoriana. Centrada na importância da obediência a Deus, aos pais e ao marido, a obra aqui estudada torna-se representante de determinada tradição sagrada, que necessita do *traditum* para sobreviver na longa duração. O *traditum* nada mais é do que uma instrução, que atesta determinados valores

¹⁹ SILVA. Construindo a Religiosa Ideal, p. 4.

²⁰ Sobre os limites desse conceito, ver a seguinte discussão historiográfica: RUST, Leandro Duarte; SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazao da. *A Reforma Gregoriana: trajetórias historiográficas de um conceito*. História da Historiografia, Ouro Preto, n. 03, Set/2009, pp. 135-152.

²¹ SILVA. Construindo a Religiosa Ideal, p. 8.

²² SILVA. Construindo a Religiosa Ideal, p. 8.

²³ RÜSEN, Jörn. História Viva. *Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Trad. Estevão de Martins Rezende. Brasília: Editora UnB, 2007, p. 62.

²⁴ RÜSEN, Jörn. Tradition: a principle of historical sense-generation and its logic and effect in historical culture. *History and Theory*, Middletown, Theme Issue 51, December, 2012, p. 46.

para a vida humana prática e cuja ação se dá por meio de uma autoridade,²⁵ expressa nos cânones, doutrinas e escrituras de uma instituição religiosa.²⁶

A personagem feminina mais utilizada como exemplo às mulheres católicas sempre foi a Virgem Maria, mãe de Cristo e escolhida especialmente por Deus para conceber seu primogênito. Durante a Idade Média e com a popularização do culto mariano – a partir da época carolíngia no final do século VIII, intensificando-se no século XI –, Maria foi redentora da imagem feminina, uma espécie de “anti-Eva” por ter concebido Jesus sem pecado.²⁷ Apesar de o modelo mariano ser largamente aplicado na catequização, a historiadora Ana Vitória S. C. Rocha apontou para a sua impraticabilidade, uma vez que:

Aproximar-se da imagem pura e casta da Virgem Maria era um ideal que deveria ser seguido por todas as mulheres de bem. Ideal impossível, uma vez que nenhuma delas seria escolhida por deus para conceber seu único filho, Jesus Cristo. De qualquer forma, as mulheres deveriam perseguir esse ideal e manterem-se distantes dos crimes sexuais.²⁸

Não obstante, outras mulheres foram largamente utilizadas pela instituição na catequização das fiéis. Apesar de Rita estar em um lugar inferior à Virgem Maria no seio da hierarquia católica, seu exemplo não era menos difícil de ser seguido. A hagiografia cassiana possui diversos episódios fantásticos, como o fato de Amata, sua mãe, contar com 72 anos de idade no seu nascimento, sem o menor sinal de dores na concepção.²⁹ O significado dessa narrativa exprime que a linhagem da santa era tão casta que sua própria mãe não sentiu dores no parto, que segundo as escrituras bíblicas é uma penalidade divina às mulheres pelo pecado original: “E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua concepção; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará”³⁰. Ademais, Rita suportou o martírio durante o seu casamento com Paulo Mancini Di Fernando, um homem cruel e autor de inúmeras sevícias, sem em qualquer momento rebelar-se contra o marido e o sagrado matrimônio.

²⁵ PIEPER, Josef. *Tradition: Concept and Claim*, South Bend: St. Augustine’s Press, 2010, p. 9-10.

²⁶ BRONNER, Simon. J. *Explaining Traditions: Folk, Behavior in Modern Culture*, Lexington: The University Press of Kentucky, 2011, p. 41.

²⁷ LE GOFF, Jacques (dir.). *Homens e mulheres da Idade Média*. Trad. Nícia Adan Bonatti São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2013, p. 391.

²⁸ ROCHA, Ana Vitória S. C. *Amor, Ordem e Progresso: casamento e divórcio como desafios à laicidade do Estado (1847 – 1916)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Programa de Pós Graduação em História, 2014, p. 24.

²⁹ FIGUEIREDO. *Coro Celeste a quatro vozes: vida musica em Solfa Metrica, da esclarecida, Augustiniana Beata Rita*, Lisboa: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1714, p. 9.

³⁰ BÍBLIA, A.T. Gênesis 3:16. In: Bíblia. Português, Bíblia Sagrada: contendo o Antigo e o Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966. p. 678-686.

A obra de Figueiredo está repleta de inúmeros episódios dramáticos. Para André Vauchez, os santos mediterrânicos, sobretudo aqueles da região da Itália, caracterizam-se não por terem um nascimento ilustre ou pelo desempenho de uma função de destaque - como no caso dos santos bispos da França e da Inglaterra do século XIII -, mas sim pelas provações sofridas em nome de Deus e do próximo.³¹

Rita nasceu no ano de 1373 em Úmbria, Itália. Fora uma criança humilde que ofereceu-se como esposa a Deus entre os 7 e 12 anos de idade, no mesmo período em que dedicava-se à caridade aos pobres e às reclusas orações - “Descobre em sua casa (cousa nova!)/ Um lugar subterrâneo, era uma cova/ [...] Metida neste lúgubre aposento/ Sem mais luz do que a luz do entendimento/ Assistida de auxílio soberano/ Habitou mais de um ano”.³² Entretanto, sua alegria no claustro doméstico foi interrompida com o casamento, que nunca desejou, mas aceitou em obediência aos pais:

[Amata] começa a rebater da filha o rogo/ Para cujo fim logo propunha uma velhice já cansada/ Trazia-lhe à memória a casa honrada/ O largo patrimônio/ De que era a sucessão no matrimônio/ Uma estátua, a que o tempo não consome/ Na qual dos pais se imortaliza o nome/ Autorizava o brado do aplauso que merece aquele estado/ Pois além da primeira antiguidade/ Que lhe dava uma grande autoridade/ Com melhor fundamento/ Era tão Santo, que era Sacramento [o casamento]/ Ali diz que o Céu também se agrada/ E sobre tudo brada o Divino preceito/ Que do pátrio respeito no quarto mandamento nos declara/ Qual deve ter uma observância rara.³³

O pátrio respeito a que Figueiredo se refere é justamente o quarto mandamento, que diz para honrar pai e mãe. O trecho também expressa um valor presente em toda tradição: a importância das origens, nesse caso as origens do matrimônio, que além de estar representada no primeiro casal que pisou sobre a Terra – Adão e Eva – ainda era Sacramento. Submissa à doutrina que pregava determinada hierarquia – Deus, pais, marido -, Rita cedeu às vontades da família e se casou com o homem escolhido pelos seus guardiões.

Segundo o autor, Rita casou-se aos 12 anos de idade, embora a hagiografia atual aponte a idade de 14 anos.³⁴ Desde o início a união se provou abusiva, sendo que garota era obrigada a aguentar toda sorte de abusos, inclusive o estupro em sua noite de núpcias, que, para a tradição católica, nada mais é do que a consumação obrigatória do vínculo: “Ao tálamo, a que já se destinava/ Incêndio, de que ocultava o vivo fogo/ Porque os passos do esposo sentia logo/

³¹ AUCHEZ, André. O Santo. In: LE GOFF, Jacques (dir.). *O homem medieval*. Trad. Maria Jorge Vitar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 220.

³² FIGUEIREDO. *Coro Celeste a quatro vozes*, p. 25.

³³ FIGUEIREDO. *Coro Celeste a quatro vozes*, p. 29.

³⁴ BERGADANO. *Rita de Cássia*, p. 9.

Recolhem-se, onde agora com tristeza/ Na boca deste lobo deixou a presa”³⁵. A representação da violência sexual, emocional e física nos discursos colabora para a naturalização de uma relação desigual entre os gêneros masculino e feminino, que emerge como herança da tradição e habita o imaginário social. A violência que a mulher teme assume características diferentes do temor masculino, lembrando-a, sempre, do seu lugar:

Fundamentalmente, passamos a perceber que o universo feminino é muito diferente do masculino, não simplesmente por determinações biológicas, como propôs o século 19, mas sobretudo por experiências históricas marcadas por valores, sistemas de pensamento, crenças e simbolizações diferenciadas também sexualmente.³⁶

A violência sexual não foi a única que vitimou Rita, tendo ela também sofrido com o adultério e com a violência psicológica. Na obra de Figueiredo inúmeros episódios dessa natureza são narrados para ilustrar o martírio da beata sem, entretanto, propor qualquer outra forma de resistência que não fosse o silêncio e a abnegação. Nesse sentido, o autor exprime sua estima e louvor ao exemplo da mulher reta que responde à hostilidade com bondade e paciência, fazendo dessas as suas principais e únicas armas:

Vinha o monstro tirano/ Soberbo para casa, vinha rufando/ Como quem na lembrança ainda entretinha/ A memória dos gostos donde vinha/ Nada disso bastava/ Com todos entendia, em todos dava/ Sendo da torpe língua a aguda seta/ [Espada natural] a que jarreta/ Uma inocência em que o respeito mudo/ De nunca defender-se fez escudo.³⁷

Debruçar-se sobre a hagiografia de sujeitos femininos é também se deparar com o silêncio e seus inúmeros sentidos, sejam eles positivos ou negativos. Eni Puccinelli Orlandi apresentou várias significações para o silêncio, como as políticas de silenciamento, ou seja, de censurar o que é visto como o outro, o múltiplo, o diferente, aquele que ameaça a unidade almejada. Também existe o silêncio como contemplação e o silêncio como resistência à determinada autoridade.³⁸ As três formas podem ser identificadas na obra aqui analisada. Figueiredo silencia outras formas de *ser mulher* ao não reconhecê-las em sua autenticidade. Ao apresentar o exemplo de Rita como ideal de mulher católica, ele está deixando implícita sua relação de alteridade com o outro, com aquilo que é indesejável. Para existir um arquétipo de sujeito obediente, é preciso que haja um outro que seja subversivo e indomável, e esse sujeito

³⁵ FIGUEIREDO. *Coro Celeste a quatro vozes*, p. 39.

³⁶ RAGO, Margaret. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 11, 1998, p. 92-93.

³⁷ FIGUEIREDO. *Coro Celeste a quatro vozes*, p. 45-46.

³⁸ ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, Campinas: Editora Unicamp, 2013, p. 42.

transgressor precisa ser ocultado, emudecido, condenado à marginalização. O silêncio como contemplação também está presente na narrativa, já que no seio da religião opera a onipotência do silêncio divino, e “o homem precisa desse lugar, desse silêncio para colocar uma sua fala específica: a de sua espiritualidade”³⁹. Já o silêncio como resistência é constante em toda a obra, sendo ele a única forma de defesa admitida.

É interessante notar que algumas narrativas atuais sobre Santa Rita já questionam as antigas versões que representavam seu casamento como uma união violenta e abusiva. Bergadano assinala que “se Paulo tivesse sido um homem assim, Antonio e Amata não teriam permitido que desposasse seu precioso tesouro, ou seja, sua única e muito amada filha”⁴⁰. Contudo, a versão de Figueiredo ainda ecoa nas obras de muitos autores do presente, como a do Mons. Marchi que confirma que Paulo era violento e também relembra que Rita só foi recompensada posteriormente devido ao seu exemplo de fé e obediência: “Esta maravilhosa força moral vinha de sua oração ardente, da santa comunhão e da sua meditação predileta da paixão de nosso Senhor Jesus Cristo”⁴¹.

Apesar de a Igreja Católica permitir a anulação do matrimônio ou a separação de corpos em casos de sevícias, injúria, maus tratos e adultério,⁴² a indissolubilidade sempre foi um preceito de valor inquestionável. *Coro Celeste* sugere que a paciência, a oração e a obediência são as melhores estratégias para transformar uma união tirânica. Dessa forma, é preferível esperar que uma relação seja restaurada pela milagrosa caridade divina do que optar por abandoná-la. E, obviamente, se a mulher vítima for paciente e acreditar na providência de Deus, será merecedora dos bens espirituais. De acordo com Figueiredo, foi isso que aconteceu com Rita e seu marido Paulo. Sendo testemunha da dedicação e da fé da esposa, Paulo não apenas parou de maltratá-la, como também converteu-se ao catolicismo e viveu seus últimos dias como um cristão fiel, até ser assassinado por antigos desafetos.⁴³

Após a morte do marido, os filhos gêmeos do casal, João Jacomo e Paulo Maria, foram tomados por uma sede de vingança e um comportamento belicoso incontroláveis. Isso levou Rita a rezar pedindo a morte de seus dois únicos filhos – “Porém, vendo no risco que temia/

³⁹ ORLANDI. *As formas do silêncio*, p. 28.

⁴⁰ BERGADANO. *Rita de Cássia*, p. 53.

⁴¹ MARCHI. *Santa Rita de Cássia*, p. 29.

⁴² ROCHA. *Amor, ordem e progresso*, p. 90.

⁴³ FIGUEIREDO. *Coro Celeste a quatro vozes*, p. 58-59.

Aumentar-se este incêndio a cada dia/ Do mesmo afeto natural despida/ Pede-lhe a Deus a morte antes que a vida”⁴⁴ – ao que foi prontamente atendida pela divina providência.

Completamente sozinha, Rita recolheu-se ao claustro doméstico mais uma vez, abraçando o celibato. Durante anos só saiu de casa para se dedicar aos trabalhos de caridade e receber a sagrada comunhão na paróquia local. A beata ainda possuía no peito o ardente desejo de consagrar-se freira, procurando o convento das Agostinianas na cidade de Cássia, mas não foi aceita: Rita não era mais virgem e já estava com uma idade considerada avançada para filiar-se a uma ordem.

A recompensa veio em forma de milagre. Após inúmeras orações e jejuns, Rita ouviu uma voz de origem divina, dizendo-lhe: “Feliz, amada Esposa!/ Desta luz serás hoje mariposa”⁴⁵. A voz ordenou-lhe que seguisse um guia que bateria à sua porta. Ao olhar para fora da janela, Rita encontrou um homem “rico de graças, de vestidos pobres”, que ficou com o encargo de leva-la até o mosteiro de Santa Maria Madalena em Cássia. Seu acompanhante na ocasião era o próprio São João Batista. O trajeto passava pelo monte Scoglio de Roccaporena, onde se encontraram com Santo Agostinho e São Nicolau Tolentino. Seus três protetores a deixaram diretamente no claustro, o que impressionou as demais freiras ao acordarem e perceberem entre elas a inesperada presença da viúva.⁴⁶ Certamente tal feito causou um grande rebuliço entre as demais irmãs, mas Rita foi aceita e rapidamente vestiu o hábito. Essa foi a retribuição e o reconhecimento por uma vida consumada na fé e na resignação, que suportara o martírio sem reclamar.

O martírio das santas da Igreja Católica é, certamente, diferente do martírio enfrentado pelos santos. Muitos estudiosos já se debruçaram sobre a hagiografia masculina. Le Goff, por exemplo, redigiu um belíssimo ensaio sobre São Marcelo de Paris, do século V, que enfrentou corajosamente um dragão.⁴⁷ Muitos outros se tornaram conhecidos pela sua erudição e colaboração intelectual à Igreja, como Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. A hagiografia masculina é marcada pelo heroísmo e a aventura – e aqui encontra-se, obviamente, a peregrinação - ou pela celebração do conhecimento teológico, enquanto a feminina é reconhecida pelo martírio doméstico, sendo raras as exceções.⁴⁸ Segundo Tânia Montoro: “Por muito tempo associou-se

⁴⁴ FIGUEIREDO. *Coro Celeste a quatro vozes*, p. 69.

⁴⁵ FIGUEIREDO. *Coro Celeste a quatro vozes*, p. 80.

⁴⁶ FIGUEIREDO. *Coro Celeste a quatro vozes*, p. 82.

⁴⁷ LE GOFF, Jacques. *Para uma outra Idade Média: Tempo, trabalho e cultura no Ocidente*, Petrópolis: Editora Vozes, 2013, p. 301.

⁴⁸ Uma exceção é Joana Darc do século XV, chefe militar da Guerra dos Cem Anos. Foi queimada viva em um auto de fé e canonizada em 1920. Até hoje a santa é considerada um símbolo do nacionalismo francês.

aventura aos descobrimentos e as navegações – tarefas masculinas, senhoris e heroicas”⁴⁹. Certamente essa exclusão das mulheres nas narrativas de aventura influenciou a hagiografia, limitando-as às representações da vida privada e, quando muito, às funções de cuidadoras, como as enfermeiras e missionárias.

A hagiografia cassiana soube representar os valores da Igreja Católica. Para a instituição, ser homem ou ser mulher possui funções muito claras no seio da hierarquia social. Dessa estrutura hierárquica depende o bom funcionamento da sociedade, em que qualquer ameaça de desconstituição surge como causadora da desordem e do desmantelamento dos poderes hegemônicos.

Conclusão

O crescente uso da hagiografia como fonte histórica tem se provado vantajoso para a compreensão das mentalidades de homens e mulheres do passado. Como anteriormente assinalou Ana Paula Lopes Pereira, “o santo é um modelo de comportamento para os fiéis, o leigo, e, por outro lado, seu culto e sua eficácia aparecem como um meio de expressar as estruturas mentais de base”⁵⁰. Fruto de processos temporais, a narrativa hagiográfica expressa valores e acepções transmutáveis,⁵¹ apesar de preservar certas tradições caras ao catolicismo, como a hierarquia entre homens e mulheres na vida familiar e conjugal.

Coro Celeste foi publicado para corroborar a ordem social, não para subvertê-la. É assim com toda a literatura católica, em que a hierarquia e a tradição se mantêm. Rita aceita o martírio com paciência e resignação, omite o choro, esconde dos pais seu sofrimento,⁵² contudo, em momento algum, rebela-se contra o destino imposto. E é por ser fiel aos sagrados votos do matrimônio que Rita tem seu valor reconhecido: até hoje a santa é procurada por devotos que possuem problemas conjugais. Apresentá-la dessa forma só reforça os estereótipos sobre o casamento, além de naturalizar o sofrimento feminino em uma relação sempre desigual. A doutrina católica não é meramente heterossexista, mas também prevê a desigualdade entre homens e mulheres como fator essencial para o bom funcionamento das relações familiares. A

⁴⁹ MONTORO, Tânia. Hollywood no Cerrado: um filme de Aventuras Femininas. Labrys Études Féministes! Estudos Feministas, Brasília/Paris, Julho/Dezembro 2011 – Janeiro/Junho 2012, Captado em: <http://www.labrys.net.br/labrys20/aventura/montoro.htm>. Acesso em: 20 mai. 2015.

⁵⁰ PEREIRA, Ana Paula Lopes. *O relato hagiográfico como fonte histórica*. Revista do Mestrado em História, Vassouras, v. 10, 2008, p. 196.

⁵¹ AUCHEZ. *O Santo*, p. 218.

⁵² “Sendo dos velhos pais nobre correio/ Aos noivos pelo modo mais atento/ Veio fazer o usado cumprimento/ Recebe RITA alegre esta embaixada/ E ficando-lhe a dor reconcentrada com natural prudência/ Cobria na política aparência/ Apesar da tristeza que ocultava/ Quanto o soberbo noivo a desprezava.” FIGUEIREDO. *Coro Celeste*, p. 42-43.

Bíblia assinala que “Vós, mulheres, sujeitai-vos a vossos maridos, como ao Senhor; Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo”⁵³. O próprio discurso da instituição não dá margem para a subversão, apesar de hoje sabermos que a transgressão sempre existiu na história da Igreja. De qualquer forma, a hagiografia está inserida na concorrência contra as formas de insubordinação que possibilitariam a mudança da realidade, afinal: “Escrito na carne e traduzido em prosa e verso, o destino manifesto, a função maior: a maternidade. No casamento e na heterossexualidade o caminho, a ordem”⁵⁴.

A obra aqui analisada exprime uma tecnologia de gênero sofisticada que não atua em sua solitude. Para isso, essa tecnologia encontra abrigo na tradição que é o espaço capaz de garantir sua sobrevivência no tempo. É na tradição sagrada que o binarismo de gênero e sua consequente hierarquização se impõem e competem contra as forças que almejam a sua subversão.

⁵³ BÍBLIA, Efésios 5:22-23, p. 2015.

⁵⁴ SWAIN, Tânia Navarro. Feminismos: Teorias e Perspectivas. *Textos de História*, Brasília, v. 8, n. 1, 2000, p. 2.

*Em tempos de visitas: inquisição, circulação e oralidade escrava na Bahia*¹

Visits in times: inquisition, circulation and slave orality in Bahia

Dayane Augusta da Silva

Mestre em História pela Universidade de Brasília

Professora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Formosa

E-mail: daygusta@gmail.com

Recebido em: 26/03/2015

Aprovado em : 29/04/2015

Resumo: O presente artigo formula uma análise sobre o lugar dos escravos na circulação de informações em Salvador e no recôncavo no final do século XVI e início do século XVII. Com base nos documentos da primeira e segunda visitação, esta pesquisa ressaltou o protagonismo de escravos como informantes nas denúncias e confissões, pautando as relações entre vizinhos, escravos, cristãos-velhos e cristãos-novos. Este protagonismo, sustentado por meio de uma circulação de informações, própria do cotidiano da colônia, geravam boatos e rumores até chegar à mesa da Inquisição, tornando-os muitas vezes as vozes principais de denúncias sobre crimes considerados heréticos. Nesse sentido, tanto como acusadores, quanto acusados, os escravos tornaram-se importante vetor de comunicação utilizado pela comunidade baiana e Inquisição, o que ressalta uma distinta complexidade em relação à circulação de informações e ideias existentes na época.

Palavras-chave: Visitas, informação, escravos.

Abstract: This article proposes an analysis of the place of slaves in the circulation of information in Salvador and recôncavo in the late sixteenth century and early seventeenth century. Based on the first and second visitation documents, this research highlights the role of slaves as informants in complaints and confessions, guiding relations between neighbors, slaves, Old Christians and New Christians. This role, supported by a flow of information, characteristic of the colony everyday, generated rumors and rumors that arrived at the table of the Inquisition, making them often the main voices of complaints about crimes considered heretics. In this sense, both as accusers, the accused, the slaves became important vector of communication used by the Inquisition and Bahian community, which highlights a different complexity in the movement of existing information and ideas at the time in a society.

Keywords: Visits, information, slaves.

¹ Este texto é parte do terceiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada *Em tempos de visitas: Inquisição, circulação e oralidade escrava na Bahia (1590-1620)*, defendida em Abril de 2014, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. O trabalho recebeu apoio financeiro do CNPq.

Na sociedade baiana do final do século XVI e das primeiras décadas do XVII o principal vetor de comunicação eram os escravos. De modo geral os escravos participavam, por meio de informações e conversas, de uma comunidade que não estava absolutamente fechada em si. Dentro desta sociedade, os escravos conviveram com pessoas distintas e, em seu cotidiano, trabalhavam, andavam por caminhos e ruas, conversavam e tramavam. Partindo deste ponto de vista, a eles cabia portar ações individuais, criar situações em que era permitido se expressar, nos mais variados sentidos, mesmo no momento de visitas do Santo Ofício.²

Tratava-se de uma comunidade na qual o veículo de informação basilar era a expressão oral, conferida por um testemunho, que viu ou ouviu coisas públicas e notórias de interesse da Inquisição. Nesse quesito, no que tange aos espaços dos escravos enquanto informantes, a transmissão oral cumpre um papel importante na circulação de ideias e informações próprias deste período.

A população não era indiferente à informação dada pelos escravos. A forma de interpretar notícias advindas dos escravos sofreu muitas variações para garantir a fiabilidade dos fatos narrados na mesa da Inquisição. Neste artigo, investigamos como esses rumores variaram e contribuíram para legitimar a “voz” dos escravos.

Apesar das renovações das pesquisas sobre a ação da Inquisição nos trópicos, o peso da figura dos escravos durante o período de visitas foi pouco pesquisado. Quase nada se tem escrito sobre esse assunto no tocante aos séculos XVI e XVII, muitas vezes por carência de fontes. Muita informação foi perdida e ainda que haja iniciativas no sentido de disponibilizar registros inquisitoriais no *site* da Torre do Tombo, tende-se a escolher temas mais gerais³. No entanto, no tocante ao século XVIII, existem fontes variadas e de muitos lugares, é nelas que os historiadores optam por pesquisar.

² “Os historiadores tenderam a caracterizar a cidade colonial como mero aparelho administrativo, um meio caminho entre os engenhos e os centros europeus de comercialização do açúcar. [...] Sérgio Buarque de Holanda aponta o contraste entre a pujança dos domínios rurais e a mesquinhez urbana. Os proprietários descuidavam de suas habitações urbanas e privilegiavam as moradias rurais. [...] Por outro lado, era nas cidades que os colonos residentes em pontos distantes se encontravam e relatavam suas vivências, ao mesmo tempo em que tomavam conhecimento de fatos ocorridos em outras regiões. Desse modo, boatos, mexericos e informações espalhavam-se com mais intensidade nas vilas”. Cf: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário de História colonial* (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 118.

³ Disponível em: <http://antt.dglab.gov.pt/pesquisar-na-torre-do-tombo/tt-online/>. Acesso em: 29/09/2015.

Em relação aos escravos, várias pesquisas⁴ apresentam balanços sobre a sua atuação e seu cotidiano no mundo colonial. Essas fontes questionam sua representação sem agência, sujeita à passividade e à aculturação, “só deixando de ser quando lutando de maneira clara contra a instituição escravista”⁵. Alguns trabalhos sobre a escravidão se caracterizam por apresentar uma nova ótica sobre esses estereótipos e comprovam que, apesar de qualificados sob tais rótulos, os escravos foram agentes ativos, muitas vezes à revelia dos senhores de escravos.

Os indícios presentes nas fontes das visitas comprovam que nem aqueles que conviviam com os escravos nem os próprios escravos se viam dessa forma.⁶ Seguindo tais referências, e concordando com os autores que consideram os escravos como agentes históricos, partimos do ponto de vista de que a eles cabia portar ações individuais, criar situações em que era permitido se expressar, nos mais variados sentidos, mesmo no momento de visitas do Santo Ofício.

No Brasil, o estudo das *visitações* do Santo Ofício, salvo engano, só foi iniciado a partir do interesse de pesquisadores sobre o funcionamento da justiça inquisitorial na metrópole portuguesa e seus domínios. Não é o caso de partirmos aqui da longa trajetória do Santo Ofício português, numa perspectiva institucional que, forjada desde o período medieval, ainda hoje se constitui como um campo de estudos do período colonial. Nem tampouco nos deteremos nas obras clássicas que marcaram as décadas de 1960 e 1970, de Anita Novinsky e Sônia Siqueira, que apresentam questões já exploradas por diferentes estudiosos. Partiremos, portanto, dos desdobramentos historiográficos que se desenvolveram na década de 1980 e que são a principal fonte de inspiração para as reflexões feitas ao longo deste artigo.

Na década de 80 do século XX, a história da Inquisição portuguesa nos trópicos passou por modificações profundas que redimensionaram a abordagem das interações entre indígenas, portugueses, africanos e afrodescendentes. Recuperando ambiguidades e nuances antes silenciadas, a experiência de *visitações* nos domínios lusos passou a ser questionada, de modo a evidenciar o papel desses *atores* sociais em contato. Nesse contexto, historiadores se atualizaram e passaram a elaborar concepções próprias do que foi ou teriam sido esses encontros.

⁴ LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência*. São Paulo: Paz e Terra, 1988; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor - esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, entre outros.

⁵ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 290.

⁶ Os documentos das visitas são fontes conhecidas e estudadas desde a primeira metade do século XX, quando foram descobertas no arquivo da Torre do Tombo. Trata-se de quatro livros, dois de cada visita, com relatos que recuperam histórias diversas acontecidas antes e depois das visitas, avaliadas como heresias.

Esse momento correspondeu, ainda, a uma notável expansão do curso de História nas universidades, com a profissionalização da atividade do historiador no Brasil, o que marcou um aumento de produtividade dos programas de pós-graduação e consequente aprimoramento em temas específicos. No interior dessas opções teóricas e metodológicas, temas como religiosidades, idolatrias, parentesco e sexualidade passaram a ser objeto de estudos críticos. Já não bastava mostrar apenas os aspectos institucionais do Santo Ofício. Era necessário demonstrar as variações de um processo da Inquisição, compreender seu significado, perceber os ecos da justiça inquisitorial no cotidiano, por meio dos relatos das pessoas acusadas, mesmo que pelo filtro do notário.⁷ Aos poucos, houve certa renovação no que diz respeito ao estudo de novos temas, “não necessariamente totalmente novos, mas com perspectivas renovadas para análise das questões colocadas e das novas interpretações a que foram submetidas”⁸.

Nesse mesmo período, embora resultado de outros desdobramentos teóricos, a produção historiográfica brasileira relativa à história da escravidão também se modificou. Houve o surgimento da nova historiografia da escravidão que, inicialmente, buscou reavaliar as relações entre senhores e escravos nas diferentes partes do Brasil. Foi o momento em que os historiadores buscaram “recuperar a perspectiva dos sujeitos em confronto” e temas como as formas de trabalho, família escrava, tráfico negreiro, quilombos, mulheres e crianças escravas, irmandades e outras religiosidades vieram à tona sob novas perspectivas de análise.⁹

Assim como a historiografia sobre a ação do Santo Ofício nos trópicos, essa tendência foi reforçada, principalmente com as pesquisas sobre o período colonial, o que possibilitou que os estudos estivessem cada vez mais centrados nos *sujeitos* que habitaram o Brasil nas primeiras décadas de colonização, embora existissem significativas diferenças em termos de abordagens históricas, a primeira por uma visão culturalista e a segunda, social. Desse modo, as relações entre colonizadores, nações indígenas, povos africanos e, posteriormente, afrodescendentes pode ser reavaliada, “entendendo esse processo como algo complexo” e não simplesmente dicotômico.¹⁰

Na década de 90 do século passado, a partir dos estudos sobre as relações de poder no mundo colonial, novas possibilidades foram criadas para investigar as interações e os confrontos

⁷ FICO, Carlos. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e metodologia ao Brasil dos anos 1990. In GUAZZELLI, César Augusto Barcellos e outros (org.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p. 37.

⁸ RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. *Tempo social*. Revista de Sociologia da USP, v. 7, n. 12, p. 65-87, out. 1995, p.79.

⁹ LARA. *Fragmentos setecentistas*, p. 22.

¹⁰ SCHLEUMER, Fabiana. Cenários da Escravidão Colonial - História e Historiografia. *Revista Ultramarés*. Nº 1, Vol. 1, jan-Jul/2012, p. 97.

entre os povos, principalmente lidando com aquilo que envolveu as tensões entre metrópole e colônia. No entanto, devido às discussões do Império Português, esses estudos foram redimensionados em conexão com a História da África. Foi um momento de questionamento da dualidade Portugal-Brasil (centro-local) e novos estudos pautaram-se nas relações entre colônias (Brasil-África), o que possivelmente inspirou o surgimento de pesquisas de brasileiros conectados com os eventos ocorridos na África.¹¹

Nos últimos anos do século XX, tornaram-se relevantes as pesquisas sobre as ações da inquisição nos trópicos e suas relações com a escravidão. No contexto em que se discute a legitimidade ou não das políticas afirmativas no Brasil, ficou clara a necessidade de se atualizar as pesquisas sobre escravidão, visto que a validade dessas políticas depende também da compreensão daquilo que se interpretou como “escravo” e “senhor” nas décadas de escravidão.

Dessa forma, esta pesquisa situa-se nas zonas de fronteira de ambos os desdobramentos historiográficos aqui esboçados e, resguardadas suas especificidades, busca uma perspectiva de História Social. Diante de tantos questionamentos investigativos das fontes históricas, torna-se necessário voltar aos documentos de *visitas* da Inquisição, retomar antigos questionamentos e verificar até que ponto outras pesquisas nos levam a novas respostas.

Partindo da ideia de que os escravos se incluíam por meio da oralidade nesta sociedade, em vez de investigar a circularidade de saberes e práticas religiosas de indígenas, africanos e afrodescendentes, como vem sendo feito por historiadores¹² que estudam as crenças desses grupos, a intenção é focalizar na circularidade das informações e dos *sujeitos* escravos em um espaço social circunscrito, como foi o da capitania baiana. A variabilidade dessa comunicação supõe “vozes contraditórias”, que aparecem em relatos “dialógicos” e “polifônicos”¹³, entretanto, utilizamos essas informações com o fim de tentar compreender relatos que elucidam tramas que envolviam escravos.

Autorizadas pelo Conselho Geral, as visitas se davam com a participação de comissários, familiares do Santo Ofício e funcionários da Inquisição que deviam fidelidade e obediência ao Tribunal. Aconteciam a partir da chegada do visitador à cidade. As autoridades eclesiásticas e

¹¹ LARA. *O teatro do poder*.

¹² CALAINHO, Daniella Buono. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime*. São Paulo: Editora Garamond, 2008.; SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.; SANTOS, Vanicléia Silva. *As bolsas de mandinga no espaço Atlântico - Século XVIII*. São Paulo: USP, 2008. Tese de Doutorado.

¹³ GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo e suas implicações. In: *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: Bertrand Brasil, 1989, p. 208.

civis deveriam se reunir para prestar juramento à autoridade maior do Santo Ofício. Feito isso, era realizada a leitura do monitório na Igreja central da cidade onde se ameaçava com excomunhão maior a todos que ousassem ofender os comissários da Inquisição ou oferecer obstáculo aos seus procedimentos da mesma. Uma vez pregado o monitório na porta da catedral, todos os moradores de Salvador “dentro de uma légua ao redor da cidade, ficavam obrigados a denunciar e a se confessar, no prazo máximo de 30 dias”, podendo ter suas penas atenuadas.¹⁴

Após esse período, os denunciados seriam investigados e, se confirmada a culpa, sofreriam penas diversas, desde o pagamento de multas, degredo para terras longínquas, até o julgamento do processo em Lisboa. Na perspectiva de Mott, os desvios apontados no monitório afixado na porta da Sé, incentivou os moradores da Bahia a assumirem distintos compromissos mentais regidos por sentimento de temor, arrependimento e culpa, posto muitas vezes os “fiéis” incluírem-se entre os “criminosos” culpados.

No período prévio e simultâneo às *visitações* foi principalmente por essa maneira que se perpetuou o medo e a insegurança com relação ao estabelecimento do Tribunal do Santo Ofício nos trópicos¹⁵. Antes da vinda dos Inquisidores as notícias chegavam sobretudo por degredados, pessoas originárias do reino com familiares presos pelo Tribunal, jesuítas, padres, viajantes, entre outros. Estas circulavam por via oral e despertavam curiosidade atípica. A fonte oral era a mais acessível para a maioria dos moradores da capitania baiana, pois como consta na documentação muitos deles não eram alfabetizados.

Trata-se uma sociedade basicamente iletrada em que o próprio estilo de escrita dos documentos do Santo Ofício, como o Édito e o Monitório, no modo de incentivar as pessoas a irem à mesa da Inquisição, estava atento ao fato de que as informações corriam de boca a boca pela conversa diária, na vida cotidiana das pessoas. Neste sentido, é importante estarmos atentos ao caráter dialógico dessas fontes, baseadas em um mundo em que as conversas são essenciais.

Este meio de transmissão favorecia “pela própria natureza, a multiplicação de informações falsas, o aumento dos fatos, e a germinação das lendas. As pessoas deixavam-se impressionar, a menor narrativa encontrava uma ressonância e se tornava palavra do

¹⁴ MOTT, Luis. *Bahia - Inquisição e Sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 22.

¹⁵ Os historiadores brasileiros que escreveram sobre a ação do Santo Ofício no Brasil apontam diferentes explicações para o porquê das *Visitações* no Brasil. Vide: VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados - moral, sexualidade e inquisição no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; SIQUEIRA, Sonia A. de. “Origem da visitação de 1618”. *Anais do Museu Paulista*. Tomo XVII. São Paulo, 1963; NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia - a Inquisição no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1992; dentre outros.

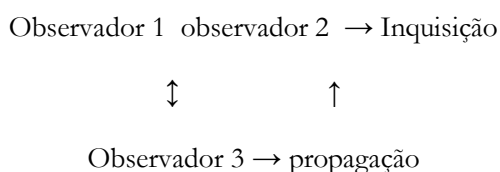
Evangelho”¹⁶, o que tomou grande força com a presença e leitura públicas de documentos do Santo Ofício como o *Édito de Graça* e o *Monitório* contra práticas consideradas heréticas.¹⁷

Esse clima de insegurança adquiriu características próprias. Uma delas foi a propagação rápida daquilo que foi considerado proibido, esse rumor se ramificou por Salvador, Recôncavo e demais capitânicas. Outra foi que o espírito de insegurança parecia mais ameaçador com a presença de representantes do Santo Ofício do que em qualquer outra época.

Muitas vezes a insegurança foi disseminada por pessoas comuns. Alguns acreditavam cumprir um dever religioso indo até a Inquisição denunciar alguém; outros queriam proteger seus parentes e vizinhos; pessoas contavam o que testemunharam de vista ou ouvido, era grande o número de pessoas que não queria estar atreladas à prática de crimes contra a religião. No contexto das *visitas* correram muitos rumores nos quais também se reconheceu a opinião e crença popular. Esses boatos se ligavam às circunstâncias políticas e religiosas da época. No caso aqui estudado a sequência de rumores pode ser representada por dois esquemas:

Acontecimento → observador 1 (inicial) → observador 2 (testemunho ocular ou auditivo) → observador 3 (testemunha) → propagação → inquisição

Num segundo momento, as pessoas podem ouvir o rumor não necessariamente por uma lógica linear, mas múltipla:



No rumor há um grau de verdade que no curso de sua transmissão, de boca em boca, vem carregada de adornos que tornam o motivo inicial irreconhecível de modo que, nas vozes que circulam como rumores, não conseguimos identificar com precisão quais são as causas primárias e nem se tais causas existiram em algum momento.¹⁸

¹⁶ LEFEBRE, Georges. *O Grande Medo de 1789 - os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 80.

¹⁷ Ambos documentos do Santo Ofício. O Édito, particularmente, era lido nas missas e depois publicizado, junto com o monitório, antes das visitas, com um rol de crimes considerados heréticos.

¹⁸ Embora não seja o foco deste trabalho, existe também a Inquisição como ator de boatos para atestar fatos narrados ou ainda estimular pessoas a denunciarem ou confessarem assuntos de interesse do Santo Ofício.

Nos testemunhos das visitas, o boato pode ser tanto um relato que transmite uma notícia como uma narração ou avaliação que decorre da mesma.¹⁹ No primeiro caso podemos citar o depoimento de Maria Gois que contou ao visitador que as escravas da terra, Guiomar e Clara, lhe disseram que Bento, também negro da terra, praticava sodomia.²⁰ No segundo, usamos o exemplo como o de Vitória Barros, que “ouviu dizer em rumor público” não se lembra de quais pessoas que depois que o marido de Ana Rodrigues morreu, ela ia à tarde chamar por ele em sua cova.²¹ Nesse caso, a denunciante afirma não saber de quem ouviu a história, baseando-se na circulação de boatos. Diferentemente do primeiro relato, em que mesmo sabendo da notícia por outra pessoa, afirmava-se saber de quem se ouviu.

Essas narrativas ou a circulação delas pode originar-se tanto da necessidade de modificar uma realidade prática quanto da simples descrição de uma determinada situação. Nesse sentido, nos livros de visitas temos a referência do padre Pedro Madeira que ouviu dizer em “rumor público” que quando morreu o marido, Ana Rodrigues o pranteou ao modo judaico. Ouviu ainda “em fama pública” que Maria Lopes, cristã-nova, também pranteou o seu marido ao modo judaico.²² Maria Antunes é outra que conta que “ouviu em rumor do povo” que depois que morreu o marido da sogra de Bastiam Faria, ela não comeu carne, não foi à igreja, não se deitou na cama e não vestiu camisa lavada. Afirma que por ser cristã-nova não parecia “bem essas cerimônias e se murmurava que era judia”.²³

Um testemunho pode, portanto, ancorar-se num testemunho ocular, num boato ou em outra criação baseada em distintos discursos orais, combinados e adaptados a fim de criar uma nova mensagem. Sabe-se que os escravos circulavam com grande frequência na cidade de Salvador e freguesias do Recôncavo durante o período aqui analisado. Como dito anteriormente, por circular em diferentes espaços e cumprir distintas funções nas lavouras dos engenhos, nas igrejas, festas, feiras, espaços domésticos e públicos desta sociedade possuíam grande mobilidade sócio-espacial, o que teria favorecido a ressonância das vozes distintas desses escravos acerca dos desvios de fé da população.

O escravo cumpria, portanto, um papel importante no acesso e propagação da informação e aquele que não contribuísse com a Inquisição, que eventualmente não honrasse a confiança depositada ou agisse de uma forma não-cooperativa, seria devidamente punido pelo

¹⁹ REUMAUX, Françoise. *Um rito oral urbano. Proj. História*. São Paulo, (19), nov. 1999, p. 17.

²⁰ Primeira Visitação do Santo Ofício à Bahia – Denúncias -1591/1592, p.129.

²¹ PVSOB-D-1591/1592-150.

²² PVSOB-D-1591/1592-090.

²³ PVSOB-D-1591/1592-102.

Santo Ofício. Dos livros de *Confissões* e *Denúncias* nos interessa compreender o espaço dos escravos nesta comunidade usando a informação como mote principal; na forma como escravos narravam seus conhecimentos, por ser *notório*, pelo *ver*, por *ver e ouvir*, para usar a expressão de alguns dos indivíduos que compareciam à mesa da Inquisição, argumentos fundamentais para aquele mundo.

Na fonte percebe-se um contexto em que a disseminação de informações é dinâmica, onde se encontra a presença de escravos tanto em circuitos fechados de relacionamentos, como em núcleos parentais, bem como numa convivência não tão próxima, mais ampla, vinculando-os a diferentes espaços: do trabalho, da lavoura, dos serviços domésticos e outras atividades.

Neste universo os escravos ocupam uma posição central de informantes. Como veremos, isso permite entender o seu papel para além da relação de servidão inerente à sua condição social, pois na relação privada ou pública com os agentes da confissão ou denúncia, se expressavam, dialogavam, relacionavam-se e interagiam com o restante da comunidade e, em situações distintas, apareciam como vítimas, algozes, testemunhas oculares e comparsas.

Não se tratava apenas de receber ou repassar as informações à mesa da Inquisição. As próprias intrigas e curiosidades manifestadas nos diálogos dos depoimentos informam ao leitor sobre as intenções de uns em relação aos outros. A presença da Inquisição cumpria assim a função de dispersar ideias, por meio de diferentes interlocutores, além de também representar para a comunidade um momento de “acertos de contas”, vinganças e intrigas, em que donos de escravos poderiam ser acusados por eles, ou o contrário.

No documento há evidências de relatos que comprovam que argumentos construídos na mesa da Inquisição eram questionáveis e, como dito anteriormente, tinham como princípio esconder práticas e intrigas familiares. Neste quesito, usa-se a mesa da Inquisição com diferentes interesses e finalidades, também com o intuito de resolver ou mesmo esconder tramas familiares.

Tal jurisdição investiu de autoridade determinados inquisidores, testemunhas e outros informantes, encarregados do controle religioso daquela sociedade. Essa relação de poder tornou-se, nas mãos de determinados grupos, um instrumento de definição do que era ou não passível de acusação e em última instância do que era ou não considerado heresia, além de guardar relação com formas alternativas de autodefesa e manutenção de um status moral frente à Inquisição. Deste ponto de vista, a circulação de informações acerca dos delitos contra os dogmas e a fé católica não se constituíram de forma unívoca.

Na fonte, a palavra “escravo” aparece associada a diferentes situações, em algumas delas ligadas a termos como “negro”, “cativo”, “criado”, “brasis”, “mamaluco”, “negro da terra” o que nos permite identificar se são indígenas ou africanos, e descendentes. Nem sempre esta especificação é clara, apesar de tratar-se de relatos ocorridos no século XVI e primeira metade do XVII onde o trabalho escravo é em sua maioria indígena, o que nos leva a identificar muitos desses escravos como tais.

Em outros casos, esses escravos se apresentam como atores sociais específicos, indicando nome, local de nascimento, filiação, entre outras informações de relevância ao Santo Ofício. Identificar esses escravos é importante quando assim aparecem na fonte. Caso não haja esta especificação trabalhamos com a categoria genérica “escravo”, focando principalmente no conteúdo e reverberação de notícias, tomando os casos que têm a atuação escrava como o principal vetor de informação.

No livro de *Denúncias* encontram-se acusações feitas por amigos, vizinhos, cônjuges, filhos, pais, mães, padres, escravos, entre outros, na maioria deles realizados por pessoas próximas ao denunciado. Essa situação do contexto que envolve o parentesco e a vizinhança do denunciado é traduzido pela Inquisição como *costumes*.

Nas *Confissões*, por detrás de declarações realizadas espontaneamente, também são feitas delações que muitas vezes referem-se a uma teia de intrigas já denunciadas e registradas, ao mesmo tempo ou dias depois, no livro de *Denúncias*. É a respeito de tais análises que exporemos os casos abaixo.²⁴

A fim de entender a atuação dos escravos como informantes em vários relatos, procuramos, por meio de alguns casos pontuais, verificar como a interação entre escravos e comunidade ocorria na visão de terceiros; não apenas na forma de interpretar o problema, mas igualmente na forma de combatê-lo ao colocar um indivíduo testemunhando contra o outro.

Mais do que um testemunho, grande parte dos relatos apontam a atuação dos escravos, em diferentes situações de convivência, como informantes, em última instância, como *espões*. Isso

²⁴ Tais relatos encontram-se na coleção citada a seguir: *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça* – Confissões da Bahia, 1591/1592. Prefácio de Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro, F. Briguet, 1935; *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça* – Denúncias da Bahia, 1591/1593. Introdução de Capistrano de Abreu. São Paulo, Paulo Prado, 1925; *Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo Inquisidor e Visitador o Licenciado Marcos Teixeira*. Livro das Confissões e Ratificações da Bahia - 1618/1620”. Introdução de Eduardo d’Oliveira França e Sônia Siqueira. Anais do Museu Paulista, tomo XVII, 1963; "Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil - Denúncias da Bahia (1618 - Marcos Teixeira). Introdução de Rodolfo Garcia". Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol 49, 1927.

não significa necessariamente que eles sejam portadores da verdade, mas que na relação com os outros indivíduos da Bahia, eram vistos como atestadores de situações determinadas, ora como testemunhas, ora como vítimas, ora como interlocutores, entre outros papéis definidos a depender do contexto.

Quando o escravo é o informante principal, ou sobre como os escravos participavam das tramas sociais

São várias as confissões e denúncias que identificam os escravos como informantes centrais. Nesse quesito, aparecem nos testemunhos articulando grupos e histórias, normalmente por terem vivenciado os acontecimentos, ou referidos em depoimentos de terceiros, por atuarem como testemunhas ao conferir veracidade ao fato descrito.

Em grande parte dessas narrativas, histórias contadas à mesa da Inquisição deveriam ser confirmadas por testemunhas oculares ou auditivas, baseando-se fundamentalmente em experiências vivenciadas num cotidiano passado ou presente. A Inquisição nutria-se do interrogatório de suas testemunhas e a condução desse interrogatório não exigia necessariamente distanciamento e imparcialidade.

É o que se verificou nos testemunhos expostos a seguir em que escravos destacam-se por contar, dizer, ouvir de muitas pessoas, ver, enfim, presenciar histórias e acontecimentos da comunidade baiana. Muitas vezes, na voz de outro, a comunicação escrava aparece dissimulada em prol daquilo que se interpretava como um bem moral e deste modo apresenta notícias, casos secretos, ameaças, entre outros. Neste sentido, buscamos compreender os espaços dos escravos por meio da informação. Tal investigação é difícil e passível de erros, pois em muitos casos nos baseamos em rumores, boatos propagadas por terceiros e, mesmo em situações em que os escravos apareciam como principais interlocutores, nos deparamos com o problema da tradução, daquilo que a Inquisição registrava e considerava passível de entendimento, mas eram histórias possíveis, mesmo se não forem verdadeiras. Para explicar o conteúdo de tais boatos utilizaremos três temáticas como eixo de análise.

De maneira informal, as evidências de tais eixos sugerem a importância e circulação dos escravos na vizinhança, no lar, freguesias, ruas e nos lugares comuns, espaços onde escravos aparecem, às vezes delatando ou sendo alvo de denúncias. Completa Sidney Mintz e Richard Price:

[...] para que o trabalho fosse executado era preciso dar aos escravos responsabilidades diferentes, como artesãos, “feitores”, criadores de animais,

vigias, etc. Os escravos cuidavam de seus próprios doentes, (...) pescavam, caçavam iguarias para a mesa dos senhores e a deles mesmos, construíam suas casas e faziam os móveis e utensílios nelas utilizados. Eram não apenas a “mão-de-obra pesada” que mantinha cultivados os canaviais, mas também (...) os carpinteiros e mecânicos, os cozinheiros e cocheiros das colônias. Muitas dessas tarefas podiam ser executadas apenas com um mínimo de contato com os senhores europeus, mas outras exigiam uma interação social frequente, às vezes reiterada ou até ininterrupta com os detentores do poder. A principal via de contato, portanto, foi criada pela comunicação e pela delegação do comando. Embora o poder se originasse no topo do sistema, ele não podia ser empregado sem levar em conta a natureza da reação.²⁵

A variedade e a natureza dos encontros entre os escravos e o restante da sociedade eram múltiplas. Um escravo, evidentemente seria um ator com ótimos contatos para a propagação de notícias, embora elas circulem também por outras razões.

Em tempos de *visitas*, numa situação de vigília e punição obviamente havia um sentimento de intensa insegurança e disputas cujos detalhes talvez nunca sejam recuperados embora tenham deixado pistas aqui e ali. Como veremos, as informações de escravos eram fornecidas por motivos não só religiosos, mas também por interesse pessoal. O que estava em questão não era quem usava a informação, mas como e a serviço do que ou de quem ela estava sendo utilizada. Tal consideração pressupunha dois pré-requisitos: em primeiro lugar a contribuição com o Tribunal, ao extrair vantagens das dificuldades do próprio Santo Ofício para encontrar os hereges de então, e em segundo lugar a consideração pela opinião dos escravos, demais pessoas e testemunhas para alcançar tal objetivo.²⁶

Em situações de *visitas* muitas pessoas se envolviam em histórias duvidosas, atrás de informações. A confiança que o rumor transmitia nem sempre era validada e por diferentes interesses era aproveitada para fins específicos. O rumor poderia ser dissorcido numa direção “racional” ou “irracional”. Assim, o rumor distribui-se em cadeia num processo dialético em que novos boatos vão ganhando novos significados. Quanto mais vezes a informação é repassada de um para outro, maiores são as chances dela ser considerada verdadeira. Nessa situação, o rumor é uma bola de neve.²⁷

É muito provável que existisse a possibilidade de que algumas pessoas se sentissem profundamente indignadas com o número crescente de cristãos novos cuja vivência religiosa era

²⁵ MINTZ, Sidney W.; PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro-americana - Uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003, p. 44.

²⁶ Tal análise foi influenciada por THOMPSON, E. P. *Transgressores e Adversários. Senhores e caçadores - a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

²⁷ BUCKNER, Taylor H. A Theory of Rumor transmission. *The public opinion Quarterly*. Vol 29, n. 01 (Spring, 1965), p. 61.

muitas vezes duvidosa, por exemplo, na capitania baiana. Talvez por isso muitos escravos fossem acionados como testemunhas. Por meio de evidências fragmentárias, os depoimentos comprovam e explicam que por meio das informações de escravos muita coisa poderia ser revelada sobre esta sociedade. Com este propósito apresentamos os casos seguintes a fim de desvelar novas informações importantes sobre o período de visitas.

Açoites de retábulo

Na documentação analisada existem algumas recorrências de denúncias feitas por escravos contra indivíduos que teriam açoitado retábulos, uma referência à prática de fustigar o crucifixo e outros objetos sacros. É uma ocorrência frequente nos livros de visitas, embora apareça em menor quantidade em denúncias nos quais o escravo é o interlocutor.

É o que se constatou no depoimento de Inês de Barros, cristã velha, e Catarina Loba, também cristã velha: conta a primeira que Maria Barbosa, moradora no engenho do reino, comprou um negro da terra, cristão, pescador na capitania de Porto Seguro.²⁸ Tal negro contou que na época em que ele foi cativo de um mercador cristão novo, “uma noite vindo ele da pesca, deitando-se na sua rede, sentira ao senhor andar com umas deceprinas nas mãos com muita fadiga açoitando um retábulo o qual tirou debaixo do colchão, passeando e retornando a dar no retábulo com as deceprinas”. O dito *escravo disse* ainda que “sentindo o mercador que ele o espreitava, empurrou a porta” e não pode o negro sair sem que o senhor o visse. Por esta suspeita, por ter sido visto pelo negro, o senhor o vendeu para a capitania de Porto Seguro. Perguntada, “disse que não lembra as pessoas presentes perante quem a dita Maria Barbosa contou o caso nem declarou o nome do negro e do mercador.” Em outra denúncia, Catarina Loba diz que soube da mesma pessoa que “o *negro o viu* açoitar o crucifixo e com o trabalho de açoitar suava e não declarou mais”²⁹.

Num outro depoimento, Felipe Estácio Sintra, sacerdote e tesoureiro-mor da Sé, denuncia contra Nuno Fernandes: ouviu dizer que este pedia candeia (vela) à noite *às suas negras* e essas *ao observarem* pela fresta da porta “o viram tirar debaixo da cama um crucifixo e depois açoitá-lo, não se sabe bem se cada noite ou nas sextas-feiras”.³⁰

A narrativa de Jorge Almeida, cristão velho, é outro relato ilustrativo no que tange à atuação de escravos e ex-escravos como interlocutores informantes em denúncia contra João

²⁸ PVSOB-D-1591/1592-196.

²⁹ PVSOB-D-1591/1592-123.

³⁰ PVSOB-D-1591/1592-050.

Nunes: em Olinda, informa “que passando uma tarde pela rua que chamavam de Carapina viu de longe na porta uma mulher de meia idade, sentada e agastada falando contra outra mulher que não nomeava”. Em outra casa, ele viu “chegando à janela uma *mulata* de alcunha *Gita* que *perguntou* à dita mulher que estava sentada à porta cujo nome não sabe que agastamento era aquele”. Ela respondeu que ela era como a outra que açoitava o crucifixo debaixo da cama. Um tempo depois, ao encontrar a mulata Gita, que é mulher forra, lhe perguntou “se ela conhecia aquela mulher que lhe dissera aquelas palavras perante ele e que se lembrasse para denunciar a Santa Inquisição”³¹.

Outra denúncia de “açoite de retábulo” em que se destaca a ação de escravos como informantes diante da Inquisição é a de Isabel Ramos, mulher parda e cristã velha: relata que “estando ela presa na cadeia pública da cidade”, sob custódia do carcereiro Manuel Fernandes, casado com Clara Fernandes, cristã nova, ouviu de Maria, filha do carcereiro e enteada de Clara Fernandes, “que a dita sua madrastra, era uma cadela judia que açoitava um crucifixo de prata da grandeza de um palmo, que comia carne e galinha fria molhada no azeite.” Disse-lhe a enteada que “quando ela açoitava o crucifixo dizia essas palavras “as me de dar de comer que tu me trouxeste qua”³². *Soube* disso também *através de* presidiários que estavam juntos com Clara Fernandes, e de *uma negra cativa* chamada Cosma que ora estava no Tapoam. *Soube também* por meio “de Jorge Fernandes Freire e um negro *forro* por nome *Lourenço Fernandes*, de apenas uma mão, morador no Monte Calvário, que a dita Clara Fernandes nunca ia à igreja”. Disse que ela e as outras presas observavam se a denunciada rezava³³.

Nos relatos expostos até aqui os escravos configuram-se como essenciais para conferir veracidade aos fatos narrados. Em configurações diferenciadas, eles conversam, ouvem, observam e estão na condição de agentes da informação, fazendo circular notícias. Mesmo não sendo prática judaica, nem mesmo pelo Édito, o rumor fazia crer que era. Nesse sentido a presença da Inquisição nos domínios lusos tendia a estimular boatos, nem sempre condizentes com o que era previsto nos documentos do Tribunal.

Blasfêmias

Outro tema que marca a atuação de escravos, enquanto informantes, é a blasfêmia. É nesse campo que eles mais aparecem como observadores e testemunhas. Em grande parte dos

³¹ PVSOB-D-1591/1592-193.

³² Hás de me dar de comer, já que me trouxestes aqui.

³³ PVSOB-D-1591/1592-015.

relatos constam também como *espíões* da comunidade. Tecem histórias sobre abusos contra a moral, nem sempre coerentes, o que se coaduna com as características do rumor.

Mais do que uma característica dos depoimentos da fonte, esta tentativa de construir uma história coerente, com provas baseadas na linguagem de um testemunho, nos parece ser a marca de uma época, própria do contexto de visitas do Santo Ofício.

No âmago desta postura investigativa houve a oportunidade de alguns indivíduos interpretarem livremente o que consideravam importante a Inquisição saber, fazendo com que os próprios inquisidores por vezes fossem manipulados. Nessa interpretação livre das variações de uma heresia, os indivíduos se beneficiavam estrategicamente, tentando usar a Inquisição com diferentes interesses. Veneno e antídoto, possivelmente, acabavam se misturando.

Um caso notável é a denúncia de Gonçalo Fernandes, cristão velho, contra Nuno Franco, cristão novo, e Ana Aredo, cristã nova: disse que “*indo à casa de seu vizinho Nuno Franco buscar um cálix que ele tinha pedido para a festa de São Francisco com os negritos de Ana Aredo, achou o cálix sagrado*” debaixo da cama, “em pé, envolvo em um pano de linho do referido denunciado”. Relata que “ficou escandalizado, pois lhe pareceu muito mal o fato do cálix sagrado ocupar o lugar do urinol”.³⁴ Catarina Rodrigues, cristã velha, completa a denúncia dizendo que toda segunda feira Anna Aredo “açoitava seus negros muito cruelmente” e testemunhou ela fazer isso “todas as segundas feiras, no tempo em que foram vizinhas fronteiras”.³⁵ Maria da Rodrigues, cristã velha, acrescenta que a referida acusada já “foi presa nesta cidade porque dormiu carnalmente com seu genro. Alegou que *ouviu dizer* ao dito seu marido e *à sua escrava* que no dia de Corpo de Deus e no dia D’ascensão mandou lavar roupa de emfundiço [sic]”³⁶.

Em situações distintas é grande a recorrência de pessoas que dizem ter ouvido histórias de escravos. Parte das narrativas que chegou à mesa da Inquisição tem o escravo como agente principal. Nas entrelinhas dos depoimentos percebe-se um reconhecimento tanto por parte da comunidade quanto da Inquisição daquilo que era comunicado pelos escravos. A comunidade utilizava diferentes recursos linguísticos para evidenciar suas denúncias. Aqui entra o escravo como portador de uma “veracidade”, utilizada como estratégia de informação perante o tribunal.

Direta ou indiretamente, ao escravo caberia intrigar, opinar, investigar e atestar. Nesse sentido, atuavam dentro de espaços conquistados ou concedidos e obtinham o poder da

³⁴ PVSOB-D-1591/1592-116.

³⁵ PVSOB-D-1591/1592-046.

³⁶ PVSOB-D-1591/1592-027.

informação que, apesar de instável, de maneira implícita, atuavam de modo a tecer acordos e negociações frente à Inquisição. Desse modo, ao escravo era permitido “falar” e, mais do que isso, eles eram minimamente confiáveis o que fica muito claro nos testemunhos da documentação. Por meio da informação, nas ruas e praças das vilas e cidades eles apareciam como parte do corpo social, apesar de não se constituírem, por sua condição social, como um segmento da sociedade baiana.

Em outra denúncia, Bernardo Velho denuncia a Duarte de Sá, meio cristão novo: expõe que indo a Olinda visitar um amigo por causa da morte de seu filho, “veio um *negro chocarreiro* chamado *Jorge o Fanosca* que começou a *contrafazer pregações*”. Ele o repreendeu dizendo que parasse ou procuraria a Inquisição. Foi quando “Duarte de Sá, senhor de engenho, que estava presente disse para o dito negro as palavras seguintes: *fala Jorge, fala*, que se tu tiveras cento ou duzentos mil cruzados tu te calaras, mas não tens nada podes falar”³⁷.

Esse caso sugere uma situação em que um escravo teria mais liberdade de se expressar pela sua condição de “não ter nada a perder”; havia ainda uma espécie de confiança mínima da comunidade nas palavras, ou pelos menos nos boatos dos escravos. De outro modo, não seriam apontados como testemunhas ou acusados por *ver, ouvir, dizer e concluir* na mesa da Inquisição. Os ecos da comunicação escrava eram tão fortes que houve ocorrências de indivíduos que afirmaram acreditar mais nas palavras dos escravos que no próprio Evangelho, o que foi apontado como blasfêmia aos Inquisidores.

Um caso que evidencia esse exemplo é a acusação de Gaspar de Palma, sacerdote, ao acusar Gaspar Pacheco: narra que foi fama pública há quinze ou dezesseis anos que Pacheco fugiu de São Thomé por causa do Santo Ofício. Afirma ter ouvido dizer que “há dez ou onze anos ele disse a certo propósito”, ou seja, com intenção, “que *mais cria na mentira do seu negro que no Evangelho*, por isso e por outras coisas ruins foi denunciado na visitação, há autos dele, e por tal motivo o tem por mal cristão”. Além disso, acrescenta que mesmo o denunciado morando perto da Sé nunca foi à missa e que quando se confessava era por obrigação da Quaresma, “sempre por força e depois do Espírito Santo”³⁸.

Outra denúncia relevante quanto à credibilidade da palavra dita por um escravo é a acusação de Paulo Moreira, meirinho, contra Rui Teixeira, cristão novo: informa que “há quatro anos atrás, de frente à Sé, junto dos sinos, Rui Teixeira, cristão novo, mercador, disse perto dele

³⁷ PVSOB-D-1591/1592-214.

³⁸ PVSOB-D-1591/1592-054.

denunciante que *tanto cria ele no seu negro como no evangelho de São João*". Narrou que quando Teixeira lhe disse tais palavras "ele se escandalizou muito". Entre outros questionamentos, foi perguntado pelo tribunal "se quando o dito Rui Teixeira disse tais palavras estava quieto, com razão de deliberar o que dizia. Se tinha alguma paixão ou lesão do juízo, que horas eram, com que propósito disse isso e em que conta o tem". Respondeu que não sabe o "propósito do qual o denunciado estava falando o sobredito quando ele chegou". Afirmou que o denunciante "estava em seu siso, é homem de bom entendimento e não lembra se era pela manhã ou à tarde"³⁹.

Francisco Roiz Castilho, cristão velho também acusa Rui Teixeira em relação ao mesmo delito: afirma que em conversação com o denunciado, "ouviu certas coisas" dele "contra Duarte Oscre, mercador, dizendo que lhes dissera tais coisas fora um negro e replicando-lhe ele que não cresse no seu negro, ele respondeu que *jura aos Santos Evangelhos que o que meu negro diz é evangelho*". O denunciante e outros presentes se "escandalizaram de tais palavras". Foi perguntado pelo visitador "se quando Rui Teixeira disse as ditas palavras tinha razão de deliberar o que disse e a que horas o disse, se estava tomado de vinho ou tinha alguma lesão do juízo." Respondeu que Rui Teixeira "estava em seu siso e sem razão de agastamento, pois estavam quietos indo para missa, em dia santo e que é homem de bom entendimento"⁴⁰.

A última acusação⁴¹ contra Rui Teixeira é de Ilena da Fonseca, cristã velha degredada para a Bahia por ter espancado um homem: afirmou que "antes da publicação do auto da publicação da Inquisição, na Sé da cidade, Dona Maria de Vasconcelos contou que uma pessoa disse essas palavras: por nosso mal veio qua esta Inquisição". Ao afirmar isso "outra pessoa respondera mal o sabeis ainda que ha nesta terra homem que mete o crucifixo debaixo de sua mulher quando dorme com ela". Acrescentou ainda que soube "que Rui Teixeira dissera na praça, contando umas novas que um negro lhe dera, no tempo que os ingleses estiveram aqui, que *mais cré o que diz o seu negro que o evangelho de São João*"⁴².

Encontramos ainda na documentação confissões e denúncias contra outros indivíduos abordando o mesmo assunto: pessoas que dizem acreditarem mais em seus escravos do que nas palavras do evangelho. Temos a confissão de Roque Garcia, cristão velho, que declara: tendo estado em Sergipe, onde é capitão Tomé da Rocha, ter ouvido uns *negros dizerem* que os gentios mataram quatro ou cinco homens que estavam em um barco, o qual fora queimado, no rio São

³⁹ PVSOB-D-1591/1592-035.

⁴⁰ PVSOB-D-1591/1592-036.

⁴¹ Existem outras denúncias contra Rui Teixeira que não foram exploradas aqui.

⁴² PVSOB-D-1591/1592-199.

Francisco. “E dizendo o capitão que os negros mentiram, respondeu ele confessante que *tanto cria ele no que diziam aqueles negros como nos Evangelhos de São João*”. Foi repreendido por Antônio Fernandes, soldado em Sergipe, quando “ele se calou”.

No depoimento afirma ter dito aquelas “palavras parvamente, e por isso pediu perdão e penitência saudável com misericórdia”. Assegurava não ter se dado conta disso antes. Foi-lhe mandado “ter segredo, que fale palavras de bom cristão, que não deem escândalo, não causem dano em sua alma, que se confesse a um padre da Companhia e traga escrito, e cumpra a penitência que lhe derem”⁴³.

Além da confissão exposta acima, Roque Garcia, cristão velho, denunciou Pero de Mendonça e Manuel da Rocha. Em sua denúncia, declara que um criado de nome Manuel da Rocha ao contar que um *mulato* lhe *dissera* certa coisa e dizendo ele denunciante que não cresse em tal, ele respondeu que o “*cria tanto como no Evangelho de São João*. Ele denunciante o repreendeu e ele se calou”. Sendo mais perguntado disse que “o dito Manuel da Rocha quando disse as ditas palavras era antes de jantar e estava em seu siso e agastado”⁴⁴.

A mesma recorrência aparece em duas confissões. Na primeira, Maria Varella, cristã velha, conta que: “um dia, com agastamento sobre certa coisa que sua negra veio dizer, mandando-a com um recado ao seu mestre do engenho, sem ela considerar o que dizia, *disse que cria tanto à sua negra como o Evangelho de São João*”, por isso pediu perdão. Perguntada “que pessoas estavam presentes e se alguém a repreendeu, respondeu que não lembra se alguém estava presente, nem se foi repreendida.” Disse que “estava em seu siso, porém que com muita cólera e agastamento disse as ditas palavras, das quais lhe pesou muito e por isso se confessou delas”. Foi aconselhado pelo visitador a não dizer semelhantes *blasfêmias* porque os “Evangelhos são verdades infalíveis que não podem errar, os quais devem os cristãos crer muito mais que em uma pessoa pecadora humana, que tem por natureza errar e enganar-se”⁴⁵.

Na segunda confissão, Andressa Rodrigues relata que: em casa “há dois anos, *dizendo-lhe Felipa*, sua *negra da terra*, certas coisas ruins de seu cunhado, ela, agastada contra cunhado, que lhe negava o que a negra dissera, disse que *tanta verdade falava a dita sua negra como o Evangelho de São João*”. Foi perguntada “se ela sabe que a verdade do Evangelho é infalível, que nunca pode haver engano, e que a sua negra, ainda que fale a verdade, pode se enganar”. Responde ao visitador “que bem crê na certeza infalível do Evangelho, mas que *sem considerar disse a blasfêmia*”. Foi

⁴³ *Primeira Visitação do Santo Ofício à Bahia* - Confissões-1591/1592, p. 017.

⁴⁴ PVSOB-D-1591/1592-094.

⁴⁵ PVSOB-C-1591/1592-091.

recomendada a voltar à mesa da Inquisição. No final da confissão Andressa Rodrigues confessa ainda que “o dito seu cunhado a repreendeu, dizendo-lhe que era caso da Santa Inquisição, e ela se não desdisse, mas arrependeu-se”⁴⁶.

A última denúncia deste eixo temático é o do padre Lourenço Doutel, que conta: no engenho de Moribara na capitania de Pernambuco “metendo no tronco Simão Franco, cristão novo, e feitor dele *Antônio Marinheiro*, escravo preto *cativo* de Jorge Lopes Brandão; e *chamando* o dito *escravo* por nosso senhor, Simão Franco lhe respondeu a *ver se vos vale*”. Lourenço Doutel explica que “tomou muito escândalo de tais palavras e o murmuravam por aí e por isso o disseram a ele denunciante”⁴⁷.

Os casos expostos até aqui demonstram a possibilidade de pessoas acreditarem em escravos. É claro que esta confiança dependia muito das relações e interesses em questão, a depender de cada caso específico, mas não deixam de expressar as diferentes formas de como os escravos poderiam ser considerados seriamente confiáveis. Por meio da exposição de alguns depoimentos, percebemos que os escravos traçavam teias de comunicação. Eram ou foram feitos como “emissários” e transmissores de todo tipo de informação à Inquisição, isso pela grande circulação e ciclos de convivência intrínsecos às diferentes funções que desempenhavam em solo brasílico.

Como a comunidade baiana de princípios de século era pequena, segundo Luís Mott, com uma população de aproximadamente 800 habitantes e número três vezes maior de índios e negros, existiu um grande fluxo de informações, ou seja, um intenso vai e vem entre os indivíduos e os grupos dessa época, fazendo com que o rumor fosse de um para o outro e depois voltasse.⁴⁸ Se esses ruídos afetavam membros das famílias, vizinhos, amigos, entre outros, as pessoas se mostravam interessadas. E quanto maior fosse o interesse e o envolvimento no assunto do boato, maior era a motivação para denunciá-lo à Inquisição.⁴⁹

Neste sentido, *escravos* aparecem *zombando*, *blasfemando*, *curando*, *adivinhando*, *escutando* e, em alguns casos, são alvos de acusações, enquanto informantes, e também testemunhas. Sobre isso, alguns boatos são mais frequentes que outros e alguns deles mesmo sendo interessantes e validados são expostos de forma embaraçosa.

⁴⁶ PVSOB-D-1591/1592-097.

⁴⁷ PVSOB-D-1591/1592-190.

⁴⁸ MOTT. *Babia: Inquisição e Sociedade*, p. 19.

⁴⁹ BUCKNER. *A Theory of Rumor transmission*.

Além de figurar como informantes, nos depoimentos de terceiros, o escravo é também tema e testemunha de conversas.⁵⁰ Então, ao mesmo tempo em que aparecem elucidando delitos, enquanto testemunhas, atuam ainda como acusados. A questão é complexa, mas é um passo inicial para compreendermos como se davam as interações frente às subjetividades que havia naquele espaço social, não apenas nas formas de encarar o problema, que em última instância era a heresia, mas igualmente na forma de combatê-lo.

O escravo aparece também como sendo alvo de delações, ao mesmo tempo em que, em alguns casos, testemunha contra indivíduos que cometeram algum delito. Nos casos a seguir, por exemplo, constata-se uma tentativa de tipificar os escravos. No entanto, evidencia-se uma vulnerabilidade por parte de quem faz a denúncia ou confissão sobre a atuação dos escravos cujo protagonismo configura-se de modo efetivo no testemunho ou informação à mesa do Santo Ofício.

Desacatos

Maria d'Oliveira, cristã velha, denuncia a negra de João Fernandes: diz que no tempo da Santidade dos gentios, a “*negra do Ferreiro, zombando dos cristãos brancos, tomou um papel e fez dele uma figura redonda com a feição da hóstia e tomou-a nas mãos e levantou como faz o sacerdote dizendo que aquele era o Deus dos brancos*”⁵¹.

Em outro caso, Maria Góis, cristã velha, denuncia a mulata de Correa Colaça: primeiro, narra “que *Guiomar e Clara, escravas da terra, suas cativas, lhe disseram que um negro da terra por nome Bento, cativo de um cristão novo, era somitigo e cometeu o pecado nefando com outros negros*”. Depois, denuncia que “*ouviu dizer em fama pública nesta cidade que a mulata Correa Colaça, de Fernão Cabral, era feiticeira e que tinha uma cobra dentro de uma botija que levantou o navio no qual ela veio degredada*”⁵².

Em denúncia contra Fernão Cabral, cristão velho, e uma escrava, Nuno Pereira, cristão velho, relata que: foi fama pública que Fernão Cabral mandou para a fornalha do seu engenho uma *escrava da terra, cristã, “a qual se queimando chamou por Deus e por nossa Senhora e por todos os anjos e santos do Paraíso”* e por ver que não recebeu ajuda, pois “*todos da fazenda estavam com medo do dito senhor do engenho, disse a escrava que se nem Deus, nem os Santos,*

⁵⁰ Testemunha em sentido duplo: no primeiro deles quando o escravo “depõe” cumprindo a função de atestador de um fato narrado; no segundo quando ele é testemunha ocular, por ter vivenciado a situação esboçada.

⁵¹ PVSOB-D-1591/1592-201.

⁵² PVSOB-D-1591/1592-129.

nem os cristãos lhe acudiam que lhe valessem os diabos do inferno”, e assim foi queimada e se “desfez em cinzas”⁵³.

Maria Carvalha, mameluca, relata outra situação que envolve Fernão Cabral e uma escrava: conta que no tempo da Santidade na fazenda de Cabral em Jaguaripe, “estando ela espanando um retábulo de Nossa Senhora, *Petronilha, negra de Guiné*, crioula, desta da terra, cristã, *deu uma bofetada* na imagem de Nossa Senhora do dito retábulo, *dizendo* que aquela senhora não prestava por que era de taboa”. Acrescentou ainda que Petronilha fazia cerimônias religiosas com gentios e negros.⁵⁴

Com base nos depoimentos esboçados percebemos que, além do detalhamento do cenário e do modo como ocorreu o caso relatado o papel dos escravos, ou seja, o modo como eles atuam nesses testemunhos, causa pré-disposição para fabricação de rumores em série, às vezes na busca de se averiguarem os fatos narrados. Apesar de serem o alvo das denúncias, esses relatos possibilitam perceber modos diferenciados de atuação dos escravos nesta sociedade, principalmente quando questionam, por meio do relato de terceiros, a realidade religiosa em que viviam.

Nessas narrações ainda que os denunciados compartilhem a condição de escravização, atuam dentro dos limites possíveis “batendo em imagem de santo”, “conversando e rogando a Deus e pessoas físicas”, “denunciando pessoas conhecidas” e “zombando de cristãos”. Tais relatos eram construídos com base em determinadas interações sociais específicas, algumas delas já expostas anteriormente. É importante notar que algumas denúncias ocorrem por causa das interações que acontecem na capitania baiana. A partir dessas, eles se posicionam em relação aos dogmas e vivência do cristianismo e apresenta facetas próprias deste momento de visitas. Por exemplo, a de um escravo rebelde que mesmo numa situação de submissão difere em opinião e práticas sociais do que prega a Inquisição, como demonstraram os relatos expostos.

Em outra denúncia, Bernardo Pimentel, cristão velho, conta que: viu Frutuoso Alvares, vigário da igreja de sua fazenda, “receber em um domingo ou dia santo uma negra brasileira escrava ou servente forra de Fernão Pires com um negro também índio ao qual também não sabe o nome”. O denunciante “ouviu dizer que a dita negra era casada com outro negro o qual tinha ido para Ceregipe e ainda estava vivo”. Sabendo disso, avisou ao referido vigário de “como *diziam publicamente* que a dita *negra* tendo um marido vivo em Ceregipe, *casou-se novamente*”. Afirmou que

⁵³ PVSOB-D-1591/1592-039.

⁵⁴ PVSOB-D-1591/1592-203.

“vizinhos e moradores no Matoim, são testemunhas do fato.” Acrescentou também que Fernão Pires esteve em Sergipe com o primeiro marido dela e o deixou vivo, sabendo disso, vindo à Matoim, deixou-a casar pela segunda vez com outro negro, “seu segundo marido”⁵⁵.

Em confissão, Antônio Correa, cristão velho, explica: sendo ele frade da ordem de São João Evangelista no mosteiro de Vilar de Frades, foi perguntado por outro frade sobre como se benzia e persignava. E logo lhe respondeu fazendo-o do modo como a Santa Madre Igreja ensinava, dizendo, “em nome do Padre, na testa, e do Filho, abaixo dos peitos, e do Espírito Santo, nos ombros, e o dito frade lhe disse que era heresia nomear o Filho abaixo dos peitos, na barriga”, ao invés disso, lhe ensinou que deveria se benzer “nomeando o Padre na testa até a barriga, juntamente, e nomeando o Filho em um ombro e o Espírito Santo em outro ombro”. Por acreditar que tal explicação era verdadeira, afirmou ter feito da maneira como o frade ensinou e assim se benzeu sempre.

Tempos depois, em Pitanga, “em casa de Francisca de Almeida ensinando ele uns seus *negrinhos* a benzer da dita maneira, eles *disseram* à dita sua senhora que ele os não ensinava a benzer da maneira que ela os ensinava”. Quando a dita senhora lhe disse que aquela forma de benzer não era correta, “pois era contra o costume da Igreja, e perguntou a um clérigo, e também assim disse o mesmo com ela”. Por isso deixou o dito modo de benzer ensinado pelo frade. Foi-lhe mandado retornar à mesa da Inquisição.⁵⁶

Em outro caso, Padre Antônio da Rocha diz à mesa da Inquisição que: Inácio Barcelos “disse a ele denunciante que mais queria que os seus negros fossem gentios que cristãos porque os cristãos pecavam contra a lei e os gentios batizando na hora da morte salvavam-se”. Disse também que foi fama pública que o mameluco Gaspar Gonçalves fugiu com uma negra para o sertão e ficou lá por muito tempo vivendo como gentio.⁵⁷

As denúncias relatadas comprovam que as pessoas se baseavam nos rumores públicos para resolver problemas cotidianos. Se o boato partia de um estranho poderia não ter credibilidade, mas caso o escutassem de um amigo, de alguém conhecido, ou mesmo de um escravo, poderiam confiar no que se dizia ou mesmo “adivinava”.⁵⁸ Era comum que o rumor circulasse num núcleo fechado, referindo-se a alguém que precisava de auxílio médico, ou mesmo a um negro fugido.

⁵⁵ PVSOB-D-1591/1592-170.

⁵⁶ PVSOB-C-1591/1592-066.

⁵⁷ PVSOB-D-1591/1592-089.

⁵⁸ BUCKNER. A Theory of Rumor transmission.

Nesse sentido, na relação de escravos com outras pessoas da capitania baiana, percebe-se uma dinâmica de mudança e atualização, elaboração e criatividade a fim de serem incluídos e terem seus conhecimentos reconhecidos neste contexto.

Sebastião Barreto, por exemplo, cristão velho, informa que: *sabia pelo ver e ser notório* que os negros que vem da Guiné quando tem alguma dor por alguma morte fazem uma superstição matando animais e untando-se com o sangue deles e dizendo que a alma sobe ao céu”; o que deu escândalo. São disso testemunhas todos os moradores de Jacaracanga e de Matoim. Foi perguntado se sabia em particular que negros estavam envolvidos no caso. Disse que não estava lembrado.⁵⁹

As mensagens que chegavam à mesa da Inquisição descreviam situações aparentemente verdadeiras. Traziam uma mensagem de algo que alguém escutou no passado, soube de um vizinho ou mesmo presenciou como testemunha ocular. Novos boatos eram frequentemente reportados à Inquisição. Parecia haver uma necessidade de se acreditar naquilo que se depunha ao Santo Ofício, mesmo baseando-se num boato. Ainda assim, nesta sociedade o rumor se tornava cada vez mais preciso a cada transmissão, principalmente em decorrência de sua averiguação e fontes de conhecimento da própria Inquisição.

O principal destinatário da informação que percorria os diferentes espaços da cidade era a Inquisição. Escravos criaram e sustentaram uma rede de informação que permitiu ao Santo Ofício um poder de ação. Esta informação surgia dos mais diferentes pontos e foi estruturada em função de testemunhos oculares e boatos, nas memórias e participações de indivíduos comuns. Essas informações contribuíam para o conhecimento global do território e costumes baianos.

Muitas vezes, eram os escravos que tinham um conhecimento imediato do que acontecia naquele espaço e mais diretamente controlavam os acontecimentos e informações que podiam ser determinantes na mesa da Inquisição. Nesse sentido, tanto fazendo acusações, quanto sendo alvos delas, sua participação configura-se como vetor de comunicação.

Tal proposta enfocou papéis de escravos pouco explorados na historiografia, os de intermediários e os de informadores. Esse papel dos escravos, relacionado com a informação, demonstrava sua plena integração na sociedade da época, apesar de muito recente. A ideia foi destacar uma forma sutil dos escravos se afirmarem como pessoas humanas, de fazerem parte da

⁵⁹ *Segunda Visitação do Santo Ofício à Bahia* - Denúncias -1618/1620, p. 036.

sociedade, como sujeitos ou participantes dela, por meio da comunicação oral. Isso fica patente nos depoimentos das *visitações*.

A circulação de escravos no espaço físico da capitania baiana da época permitiu que ideias sobre heresia e outros temas fossem difundidos e tivessem um grande alcance, chegando à mesa da Inquisição. Isso contribuiu para que um sem-número de escravos, longe de estarem passivos ou conformados com a condição social a que lhes era atribuída, mudassem sua condição, depondo na mesa da Inquisição ou “fazendo” com que outros depusessem por eles.

A vinda do Inquisidor contribuía para que as pessoas fossem mais vigiadas, tivessem medo, se sentissem inseguras e ocorresse um levante de boatos. Assim como essas pessoas, os escravos utilizavam o Santo Ofício com o objetivo de se beneficiar, dizer o que *viram, observaram, sentiram*. Apesar da falta de liberdade e integração à sociedade, os escravos se incluíam por meio da circulação de informações, como informantes e agentes de uma oralidade que, frequentemente, os ligava à sociedade. Para tanto, suas condições foram minimizadas pela capacidade que tinham de informar, simultaneamente, as pessoas da comunidade e o Santo Ofício.

É evidente que existiram casos de pessoas que usaram a voz de escravos com medo das punições do Santo Ofício, no intuito de se eximir da responsabilidade perante a Inquisição, mas creio que isso não tenha sido predominante, já que aos escravos era dado o direito de denunciar, testemunhar e se confessar na mesa do visitador. Nesse caso, por meio de estratégias mais ou menos ousadas para a época apontada, usaram a informação em seu benefício, possibilitando que sua palavra fosse minimamente confiável.

Em última instância, por meio dos testemunhos trouxemos *sinais* de sujeitos históricos que se fizeram ouvir por meio da oralidade, o que para os limites sociais da época apontada representa grande artimanha. Não à toa, para os séculos posteriores, há casos em que os familiares da Inquisição cumpriram papel central como “vigias” e usavam a palavra como uma fonte de prova.

Essas e outras perspectivas sobre os desvios da fé na Bahia desse período apontam uma rede de intrigas que vai além das visitas da Inquisição, já que muitos dos delitos elencados nos documentos do Santo Ofício também foram utilizados por indivíduos daquela sociedade com o fim de obter vantagens em situações de foro público e privado, situações que apresentam escravos atuando em diferentes situações.

“Viva a lei de Moisés, morra a lei de Cristo”: a Inquisição portuguesa e o julgamento de um menor

"Long live the law of Moisés, dies the law of Christ": the Inquisition of portuguese and a child's judgement

Diogo Tomaz Pereira

Mestrando em História

Universidade Federal de Juiz de Fora

ufjf.diogo@gmail.com

Recebido em: 04/03/2016

Aprovado em: 04/04/2016

RESUMO: Um dos crimes sobre os quais a Inquisição Portuguesa tinha jurisdição, a Blasfêmia, era uma prática corrente e quotidiana. Uma simples praguejada contra Deus pelo fato de ter topado com uma pedra era já motivo suficiente para ser denunciado aos inquisidores. Eram termos corriqueiros, ditos muitas vezes sem a intenção de agredir ou desacreditar a Igreja. Palavras em que, muitas vezes, o denunciado sequer se lembrava de tê-las proferido. Desse modo, analisaremos o processo do menino Manuel de apenas nove anos de idade, preso pela Inquisição de Évora.

PALAVRAS-CHAVE: Blasfêmias, Proposições Heréticas, Inquisição Portuguesa.

ABSTRACT: One of the several crimes addressed by the Inquisition in Portugal, the Blasphemy was an established practice; a simple plague against God was already reason enough to be denounced to the inquisitors. However, these were common terms, which were said very often with no intention to harm or discredit the Church. We will thus examine Manoely's process – a boy of on only nine years old.

KEY-WORDS: Blasphemies, Child; Portuguese Inquisition.

Narrativa da perseguição

A criança portuguesa é excessivamente viva, inteligente e imaginativa. Em geral, nós outros, os Portugueses, só começamos a ser idiotas - quando chegamos à idade da razão. Em pequenos temos todos uma pontinha de génio.

Eça de Queiroz, Cartas de Inglaterra, 1905.

A definição da concepção de heresia como delito remonta ao período medieval e tendo permanecido no tempo veio a ser apropriado pelas inquisições modernas. O que significava ser um “herege”? A palavra “heresia” vem do verbo grego *αἵρεσις*, que significa eleger, optar. Na acepção primitiva, o conceito de heresia não tinha nada de desonroso: “heréticos” eram simplesmente todos os que pertenciam a uma escola filosófica.¹ Para Anita Novinsky, herege origina-se do grego *hairesis* e do latim *haeresis* e significa doutrina contrária ao que foi definido pela Igreja em matéria de fé.² Ainda escreve:

A heresia é uma ruptura com o dominante, ao mesmo tempo que é uma adesão a uma outra mensagem. É contagiosa e em determinadas condições dissemina-se facilmente na sociedade. Não importa a perseguição que sofrem os hereges, a heresia sempre renasce, e onde há heresia há sempre perseguição.³

Escrito em 1376 pelo teólogo e Inquisidor catalão Nicolau Eymerich, o seu *Manual dos Inquisidores* define o herege como:

a) quem disser coisas que se oponham às verdades essenciais da fé; b) quem pratica ações que justifiquem fortes suspeitas (circuncidar-se, passar para o islamismo); c) quem não cumprir a pena canônica, se foi condenado pelo inquisidor; d) quem recair em determinada heresia da qual abjurou ou qualquer outra, desde que tenha abjurado; e) quem, doente mental ou saudável, tiver solicitado o “consolamento”; f) quem praticar qualquer ato ou disser qualquer palavra em desacordo com os hábitos comuns dos católicos.⁴

O Papado e a Igreja Católica se sentiam ameaçados em seu poder, pois as heresias medievais colocavam em dúvida os dogmas católicos e a importância da Igreja na vida das pessoas. A Inquisição Medieval utilizou e aplicou técnicas cruéis e violentas, dizimou comunidades inteiras, destruiu populações, queimou milhares de indivíduos e penetrou em quase todos os países da Europa Ocidental. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição ressurgiu na Idade Moderna, em territórios que possuíam uma identidade católica muito profunda, como em Portugal e nos reinos espanhóis e italianos, os quais se sentiam ameaçados pelas novas ideias protestantes. Sentindo-se acusados, procuraram fortalecer a fé por meio de vários mecanismos de catequização, vigilância repressão, e de reformas internas.⁵ Tanto no final da Idade Média quanto

¹ EYMERICH, Nicolau. *Manual dos Inquisidores*. Comentários de Francisco de La Peña. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília, DF. 2ª ed. Edunb, 1993

² NOVINSKY, Anita Waingort. *A Inquisição*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, 96 p.

³ _____. *A Inquisição*, p.11.

⁴ EYMERICH. *Manual dos Inquisidores*, p.14.

⁵ SCHWARTZ, Stuart B.. *Cada um na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Bauru: Edusc, 2009, p.148.

no início da Moderna, pode-se evidenciar que nada era mais importante do que a busca pela salvação ou, como afirma Stuart Schwartz, “pelo menos era isso o que elas ouviam constantemente de padres e teólogos. A vida era curta e a eternidade interminável, e garantir a salvação da alma eram uma questão de máxima urgência”⁶. Logo ficou estabelecido uma metodologia de medo, intimidação e controle que se mostrava muito eficiente. Esta metodologia fez com que alguns autores, exageradamente vissem nela os primórdios da NKVD⁷ e da Gestapo nazista. Uma análise sem cabimento visto que as quais nem sequer nunca se serviram dos meios inquisitoriais ou neles se basearam, ao passo que esses mecanismos contemporâneos de repressão não eram nem tribunais religiosos como a Inquisição o era.

Um dos principais motivos que levou à criação da Inquisição em Portugal é, como afirma Angelo Assis, a implementação de um monopólio católico que “botou um ponto final na liberdade religiosa que permitia a atuação de outras religiões dentro do território luso. Era o fim do convívio harmonioso e livre entre cristãos, judeus e muçulmanos”⁸. O historiador português Francisco Bethencourt em sua célebre obra *História das Inquisições - Portugal, Espanha e Itália - Séculos XV-XIX*, além de revelar os muitos efeitos da repressão às heresias nas sociedades, mostra-nos mais:

A fundação do “Santo Ofício” na Espanha e em Portugal produziu um quadro legal em grande parte herdado da Inquisição medieval. Os ritos organizados na fase inicial de funcionamento dos tribunais hispânicos também não eram inteiramente novos: resultavam da adaptação das antigas cerimônias da Inquisição. Esses ritos, contudo, exprimiam as novas condições institucionais, caracterizadas pela proteção ativa da Coroa e pelo apoio dos outros poderes, imposto pela intervenção do rei (apoio que não significava, obviamente, a ausência de conflitos).⁹

Essa mensagem de medo era transmitida através de duas realidades norteadoras, a do sagrado e a do profano, e é nesta dualidade, como afirma Mircea Eliade¹⁰ que percorre, também, a cultura colonial. O Santo Ofício atuava assente numa linguagem do medo, que se estendeu para a cultura colonial. Com a busca das heresias, a Inquisição promoveu perseguições em nome da ortodoxia e dos desvios da fé. Se o cristianismo não criou a heresia, inegavelmente a tornou

⁶ _____. *Cada um na sua lei*, p.16.

⁷ Polícia secreta de Stalin.

⁸ ASSIS, Angelo. A. F. Um oceano de culpas (?)... Réus e perseguidos do Brasil na Inquisição portuguesa. In: MATTOS, Yllan; MUNIZ, Pollyanna G. Mendonça (orgs). *Inquisição e Justiça Eclesiástica*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, p. 61.

⁹ BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições – Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*. São Paulo: Companhia das Letras: 2000, p.32.

¹⁰ ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: A essências das religiões*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

muito mais importante que jamais fora em toda a história humana, um desvio perigoso e oriundo do Diabo.¹¹ O Inferno, morada do Diabo, também surge como elemento controlador, um instrumento ideológico a serviço da Igreja para cercar aqueles que fugissem ao seu controle.

Essa rápida ascensão da Inquisição Ibérica não se deu somente pelo apoio das Coroas, mas também, ao peso que o combate a heresia teve na Europa católica a partir da primeira metade do Quinhentos. No entanto, apesar da aura divina e religiosa que o Tribunal do Santo Ofício se revestia, apesar de toda função “santa” que possa ter alegado, foi uma instituição ligada ao Estado e que respondia aos interesses da Coroa, nobreza e do clero.¹²

Em 1478, exatamente no dia 1º de Novembro, é assinada pelo papa Sisto IV a bula *Exigit sinceræ devotionis affectus*, através da qual fundou-se uma nova Inquisição na Espanha.¹³ Como afirma Francisco Bethencourt, essa bula serviu como resposta às petições do Reis Católicos, Isabel I de Castela e o Rei Dom Fernando II de Aragão.

[...] essa bula reproduzia os argumentos régios sobre a difusão das crenças e dos ritos mosaicos entre os judeus convertidos ao cristianismo em Castela e Aragão, atribuía o desenvolvimento dessa heresia à tolerância dos bispos e autorizava os reis a nomear três inquisidores (entre os prelados, religiosos ou clérigos seculares com mais de quarenta anos, bacharéis ou mestres em teologia, licenciados ou doutores em direito canônico) para cada uma das cidades ou dioceses dos reinos. Esse poder concedido aos príncipes era um acontecimento inédito: até então, a nomeação dos inquisidores, cuja jurisdição se sobrepunha à jurisdição tradicional dos bispos em matéria de perseguição das heresias, estava reservada ao papa. A bula com efeito, permitia aos Reis Católicos não apenas a nomeação mas também a revogação e a substituição dos inquisidores. Tratava-se de uma verdadeira transferência de competências, que seria matizada cinco anos mais tarde com a nomeação formal do primeiro inquisidor-geral pelo papa, de acordo com a proposta régia – início de uma prática regular que confirmava e legitimava a Inquisição espanhola como um tribunal eclesiástico, funcionando com poderes delegados pelo papa.¹⁴

Em 1492, quando os muçulmanos e judeus já haviam sido expulsos da Espanha muitos seguiram para Portugal. Sendo assim, em 1496, D. Manuel promulga um decreto ordenando que todos os judeus saíssem de Portugal até outubro de 1497. Mas, antes mesmo do prazo exceder, tomou novas medidas:

[...] por direito, crianças menores de 14 anos foram sequestradas para serem educadas no catolicismo. A medida causou pânico e terror, sobretudo entre as

¹¹ LINK, Luther. *O Diabo: A máscara sem rosto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.95.

¹² NOVINSKY. *A Inquisição*, p.37.

¹³ BETHENCOURT. *História das Inquisições*.

¹⁴ _____. *História das Inquisições*, p.17.

mães, que tiveram os filhos arrancados de seus braços. Depois, com o aproximar da data da expulsão, tomaram-lhes os filhos de até 25 anos a fim de batizá-los forçosamente. Por fim, o mesmo aconteceria com os pais, que foram batizados em pé sob a condição de terem o direito de viver com os filhos.¹⁵

Isabel e Fernando viriam a falecer em 1504 e 1516 respectivamente, mas, a Inquisição sobreviveria a eles por mais alguns séculos,¹⁶ inclusive sendo implantada em terras de além-mar. Quando Cristóvão Colombo desembarcou nas Índias Ocidentais, a partir daí deu-se início à conquista das Américas; e a Inquisição logo se apressou a aproveitar-se das oportunidades oferecidas pelo Novo Mundo.¹⁷ Tribunais da Inquisição espanhola foram instalados na cidade do México, em Lima e Cartagena, e só foram abolidos quando essas colônias conquistaram suas independências. O estabelecimento da Inquisição em Portugal foi resultado de um longo processo de negociações entre os reis portugueses e o clero de Roma. Processo esse que se iniciou em 1515 e teve êxito no dia 23 de maio de 1536, quando o papa Paulo III assinou a bula *Cum ad nihil magis*, estabelecendo a Inquisição em Portugal e “criando condições para uma atividade regular”¹⁸. A Inquisição portuguesa funcionou de forma muito semelhante a espanhola, sobretudo no que diz respeito à forte perseguição dos criptojudeus, sobretudo em Portugal, a perseguição aos cristãos-novos era uma realidade independente da vivência religiosa, da sinceridade ou não da devoção católica, da prática oculta do judaísmo ou não.

O judeu era visto como um mal absoluto e foi perseguido até mesmo quando foi expulso das fronteiras ibéricas, agora, os conversos eram o alvo.¹⁹

A criação do tribunal da fé em Portugal, embora já existisse um antecedente em Castela e Aragão com o estabelecimento do Santo Ofício em condições semelhantes, é paradoxal: não se trata de uma iniciativa do papa, trata-se de uma iniciativa da Coroa em domínios que lhe são teoricamente alheios. O estabelecimento da Inquisição é consentido pelo papa, manifestamente de má vontade, perante a pressão constante do rei português. O Santo Ofício, que só poderia funcionar com poderes delegados do Papa, é arrancado da cúria romana a golpes de pressão diplomática e recompensas financeiras generosamente distribuídas pelos agentes do rei.²⁰

¹⁵ LOPES, Luís Fernando Rodrigues. *Vigilância, Distinção e Honra: Os Familiares do Santo Ofício na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga – Minas Gerais (1753-1801)*. 2012. 171 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012, p.14.

¹⁶ A Inquisição espanhola é formalmente abolida em 1834.

¹⁷ BAIGENT, Michael; LEIGH, Richard. *A Inquisição*. Rio de Janeiro: Imago, 2001. 331 p.

¹⁸ BETHENCOURT, Francisco. A Inquisição. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.); JORGE, Ana Maria & RODRIGUES, Ana Maria (coord.). *História Religiosa de Portugal*. vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p.95.

¹⁹ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800 uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

²⁰ _____. *História do medo no Ocidente*, p.96.

Em Portugal a Inquisição chegou a ter seis tribunais distritais: Lisboa, Évora, Coimbra, Tomar, Porto e Lamego (os últimos 3 tiveram vida efêmera).²¹ Em 1565 ficou definida a geografia da distribuição dos tribunais distritais, à Coimbra ficou destinado as dioceses ao norte (Viseu, Lamego, Porto, Braga e Miranda), à Lisboa a parte central (Leiria, Tomar, Guarda e todo os territórios do Império, salvo os vinculados ao Tribunal de Goa) e a Évora ficou destinado as jurisdições sobre as dioceses de Portalegre, Elvas e Algarve, a qual permitiria conferir mais eficácia à atuação ao sul.²² E foi em Évora que se passa o processo que analiso nesse trabalho.

No ano de 1630 o Inquisidor de Évora, Gomes de Brito da Silva, pediu que trouxessem perante ele o réu acusado de proferir palavras contra a Fé Católica que aguardava por confessar seus erros. Entra então pela porta do recinto, o alcaide dos cárceres Domingo de Paria e ao seu lado um garoto magro, comprido, de pés descalços e com vestes pardas. Sentou-se na cadeira que estava de frente para o Inquisidor e disse se chamar Manuel, só Manuel, filho dos cristãos velhos Antônio da Cunha e Margarida João, e tinha (apenas) nove anos de idade.

Um jovem blasfemador

Podemos dizer que a História da Criança surge apenas com o reconhecimento da História de Gênero e da Família. O historiador francês Philippe Ariès foi o precursor sobre esta temática, com a publicação da *História Social da Criança e da Família*, em 1962²³, onde demonstra que o surgimento de um discurso sobre a infância está vinculado à emergência da percepção da especificidade do infantil na modernidade. Ariès foi o primeiro a formular um novo olhar para com o sentimento de infância, mostrando que foi socialmente construído durante a Época Moderna. Ao estudarmos a História, temos a impressão de que quanto mais se recua no tempo, mais difícil parece ter sido a vida das crianças.

Ariès fundamenta sua análise a partir da concepção de que, no passado, não existia o conceito de infância, uma vez que as sociedades de então não percebiam nela a existência de

²¹ O critério para a escolha da fundação destes tribunais, que tinham outros sob a sua jurisdição, seguia aproximadamente os limites das dioceses e procurava abranger as regiões que reuniam um maior número de cristãos-novos. Depois da constituição destes seis tribunais pelo reino, houve um retrocesso e quatro deles foram extintos, o de Coimbra temporariamente, o de Lamego, Porto e Tomar definitivamente; talvez esta abolição se deva às dificuldades financeiras que a sua manutenção iria acarretar, bem como o de fazer uma verificação burocrática de toda esta rede criada, quando não existia ainda um Regimento bem definido para a sua regulamentação.

²² MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013, p.45.

²³ MONTEIRO, Alex Silva. *A Heresia dos Anjos: A infância na inquisição portuguesa nos séculos XVI, XVII e XVIII*. 2005. 208 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, p.14.

necessidades específicas, podendo, assim, negligenciá-la. Somente a partir do final da Idade Média desenvolveu-se na cultura da elite uma maior preocupação para com ela.²⁴ Sem dúvida, essas novas relações que os “novos pais” estabelecem com seus filhos, os influenciam em seus comportamentos.

Portanto, se durante o Período Moderno vemos crescer o interesse em relação às crianças, à sua geração, criação e educação, não podemos afirmar que tenha havido uma mudança total no sentido que tinha para a sociedade da época. Ela permanecia, em muito, presa às características medievais que a representavam: ignorância, pecado original, fraqueza, etc.

E como eram tratados os menores de idade pela Inquisição? No Regimento de 1552, aparece um tratamento diferenciado para meninas e meninos; para elas até os doze anos e para eles até 14 anos as penitências seriam menos graves. No primeiro regimento estava escrito:

Se alguns filhos ou netos de hereges incorrerem no crime de heresia e apostasia por serem ensinados por seus pais ou avós, sendo menores de vinte anos, se vierem reconciliar e confessarem inteiramente seus heréticos erros assim de si como das pessoas que os dogmatizaram, com estes tais menores ainda que venham depois do tempo da graça os inquisidores usarão com eles de muita misericórdia e os receberão caritativamente à reconciliação, impondo-lhes penitências menos graves que aos outros maiores. E, porém os menores de idade de discrição não serão obrigados abjurar publicamente; os quais anos de discrição são catorze anos no varão e doze na fêmea. E sendo maiores dos ditos anos abjurarão os heréticos erros que cometeram na menor idade, sendo ‘doli capaces’.²⁵

Fixava-se, portanto, a necessidade de ser destinado aos menores um curador, para que estivesse presente em todas as ocasiões em que fossem inquiridos pelo Tribunal. Além disto, o curador deveria estar ciente de assinar todos os documentos referentes ao processo. Podemos identificar claramente, nesta determinação regimental, a preocupação do Santo Ofício em não permitir que as crianças ficassem desprovidas de amparo legal.²⁶

Mas seria o *Regimento* de 1640 que, ao repensar as idades mínimas para a abjuração, traria uma definição mais nítida da questão punitiva frente à criança ré.

Para tirar a dúvida, que pode haver sobre a abjuração dos menores: declaramos, que o varão, que for menor de dez anos e meio, e a fêmea de nove e meio, não abjurarão, nem em público, nem em secreto na mesa; ou serão apresentados, ou

²⁴ _____. *A Heresia dos Anjos*, p.15.

²⁵ Os Regimentos da Inquisição. In: SIQUEIRA, Sônia Aparecida (ed.). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1996, Capítulo XVI.

²⁶ MONTEIRO. *A Heresia dos Anjos*, p.109.

denunciados; e passando da dita idade, até os anos, que chamam de discrição, que são quatorze no varão, e doze na fêmea, contanto judicialmente, por testemunhas, e juntamente por exame com as mesmas pessoas, feito com fé o notário, que a ele assistir, que tem entendimento, e são capazes de dolo, para poderem pecar, e caírem neste crime; abjuração na mesa, sem se esperar, que cheguem a idade dos ditos doze, ou quatorze anos; porque nestes termos a malícia supre a idade, conforme a direito: e tanto que a fêmea for de doze anos de idade compridos, e o varão de quatorze, farão abjuração em público, assim como a fazem os de maior idade.²⁷

O processo que envolve o menino Manuel começou como um mistério. O mistério da Rua do Cano. No dia 26 de Junho de 1630, Jerônimo Pires natural de Évora, apareceu para denunciar que no início do mês, por volta de umas oito horas da noite quando ia passando pela Rua do Cano, disse que viu um moço, aparentando ter entre 10 e 11 anos, correndo pela dita rua e gritando: “*Viva a lei de Moisés, morra a Lei de Cristo*”. Disse que o tentou perseguir, mas, que não se sabe se entrou em alguma casa, pois o perdeu de vista. A princípio, quando consultava o processo, imaginei que se tratasse de uma Proposição Herética e que o Arquivo Nacional da Torre do Tombo havia cometido um erro de catalogação do documento²⁸. No entanto, a instituição estava certa, como mostraremos a seguir

Dois dos vários crimes combatidos pela Inquisição Moderna, a blasfêmia e a proposição herética, eram tão antigas quanto qualquer crença religiosa e vista pela Igreja como um desprezo contra Deus e seus ensinamentos, podendo ser manifestadas através de palavras ou por uma ação. A blasfêmia rompe, quebra, anula tudo o que é ensinado pela religião. É um pecado de irreligião, oposto ao louvor que o homem, criatura de Deus, por sua palavra, deve a Deus.²⁹ Era algo corriqueiro das pessoas, um simples xingamento por estar com raiva ou decepcionado era considerado uma Blasfêmia. A origem vem de duas palavras gregas: *blaptein*, que tem o significado de estragar, danificar, perturbar; e *phème*, reputação. As proposições heréticas eram críticas, questionamentos ou indagações feitas contra a Igreja como instituição ou aos seus membros. Era algo pensado, dito em sã consciência. Por mais que os dois crimes estejam relacionados à fala, possuíam diferenças que os caracterizam e diferenciam.

A bíblia também confirma tal gravidade de blasfemar. Relatada por Mateus aos discípulos: “se alguém tiver pronunciado uma blasfêmia contra o Espírito Santo, não lhe será perdoada nem

²⁷ Os Regimentos da Inquisição. In: SIQUEIRA, Sônia Aparecida (ed.). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1996, Livro III, Título I, item XII.

²⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Évora. Processo 1117, Manuel.

²⁹ PIERONI, Geraldo. *Os Excluídos do Reino*. 2ª ed. Brasília: Unb, 2006, p.204.

no presente, nem no século futuro”³⁰. O *Guia de Pecadores*, obra do frei Luís de Granada, publicada pela primeira vez em 1570, e que na época, foi mais circulada do que a Bíblia, escreve: “dos pecados mortais, o mais grave é a blasfêmia, muito próximo dos três pecados mais graves do mundo que são a infidelidade, a desesperança e a ira contra Deus, no absoluto e mais grave de todos”³¹.

A boca personifica o poder do espírito e da inspiração da alma. Sua associação com o ato de comer ou mastigar, está ligada à destruição, semelhante à boca de um monstro. Na iconografia cristã, a entrada para o inferno é a boca do demônio cheia de dentes. Em *O Grande Livro dos Signos e Símbolos*³² organizado por Mark O’Connell e Raje Airey, a boca aberta é associada ao poder do espírito de falar, à inspiração da alma; como alternativa, pode ser o símbolo de forças destrutivas, coisas que estão sendo “comidas” e “devoradas”.

Geraldo Pieroni pensa semelhante:

[...] o homem foi criado à imagem de Deus. E Jesus, seu Filho, é a Palavra encarnada, o Verbo. A boca é a porta por que passa o sopro, a palavra. Ela é o símbolo da potencia criadora e, particularmente, da insuflação da alma. Pensando dessa maneira, o mundo é o efeito da Palavra divina: ‘No princípio era o Verbo [...]’³³

Em seu livro *Boca Maldita*, ainda acrescenta:

A boca ‘é representada na iconografia universal tanto pela gorja do monstro quanto pelos lábios dos anjos’, ela pode ser a porta do paraíso ou a do inferno. Para o Santo Ofício, o blasfemador era um pecador destinado ao inferno. A única possibilidade de salvar-se era a total submissão aos inquisidores, os emissários do perdão.³⁴

Diferente da Proposição Herética, a Blasfêmia era uma prática corrente e quotidiana; uma simples praguejada contra Deus pelo fato de ter topado com uma pedra era já motivo suficiente para ser denunciado aos inquisidores. Eram termos corriqueiros, ditos muitas vezes sem a intenção de agredir ou desacreditar a Igreja. Palavras em que, muitas vezes, o denunciado sequer se lembrava de tê-las proferido. Blasfemar era parte integrante da cultura de grande parte dos

³⁰ Mt. 12: 32. A Bíblia Sagrada. (Edição Pastoral, 1990).

³¹ GRANADA, Luís de. (1570) *Guia de Pecadores*. São Paulo, Ediouro, 2008. (Edição original 1567).

³² O’CONNELL, Mark; AIREY, Raje. *O Grande Livro dos Signos e Símbolos*: Marcas que remontam a história do homem, suas crenças, descobertas e a relação com o universo e seus mistérios. São Paulo: Escala, 2010.

³³ PIERONI, Geraldo. *Os Excluídos do Reino*. 2ª ed. Brasília: Unb, 2006.

³⁴ PIERONI, Geraldo; MARTINS, Alexandre; SABEH, Luiz (orgs). *Boca Maldita*: Blasfêmias e sacrilégios em Portugal e no Brasil nos tempos da Inquisição. Jundiaí, Paco Editorial, 2012.

cristãos, um ato do dia a dia. Como explica Stuart B. Schwartz em seu livro *Cada uma na sua Lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*:

Um azar na hora de lançar os dados, uma mão ruim de cartas, uma seca prolongada, um namoro desmanchado, muitas vezes bastavam para a pessoa soltar uma blasfêmia. Às vezes era de gozação, em piadas sobre os pecadilhos sexuais da Virgem Maria, dos santos ou até de Cristo. Era um humor que não mostrava necessariamente uma descrença, mas apenas uma certa intimidade.³⁵

E como o garoto Manuel foi preso? Como mais ninguém havia aparecido para denunciar algo relativo ao caso, foram convocados a depor todos os moradores da tal Rua do Cano. Miguel Francisco foi o primeiro, o senhor de 50 anos disse que nada ouvira no dia em questão e que não conhecia ninguém que poderia ter dito tais palavras. Depois foi a vez de Maria de Valadares, outra que também nada havia ouvido. Margarida Dias, Maria Simão e Maria Ferreira, todas moradoras da Rua do Cano depuseram coisas semelhantes. Havia ouvido alguém dizer “viva a lei de Moisés e morra a lei de Cristo”, mas não tinham visto quem havia proferido e pela voz, as três disseram ser bem aguda, semelhante à voz de uma criança.³⁶

Dias após a confissão dos moradores, Jerônimo Pires, o mesmo que havia denunciado ter visto e ouvido alguém dizer “viva a lei de Moisés e morra a lei de Cristo” na Rua do Cano, apareceu diante do senhor Inquisidor Gomes de Brito da Silva segurando um menino pelos punhos e afirmando que aquele era o dito cujo que havia proferido tais Blasfêmias. Foi enviado para a casa do Alcaide Domingo de Paria e lá ficaria até que fosse chamado para confessar suas culpas.³⁷ O menino estava, assim, como que em uma prisão domiciliar. Para os Inquisidores, pior do que praticar uma heresia era propagá-la. Desse modo, o ensino da Lei de Moisés era severamente perseguido e punido.

No dia 11 de julho, Manuel foi chamado para a primeira sessão de sua confissão. Chorava muito e dizia saber o que tinha feito de errado, disse chamar-se Manuel, apenas Manuel, e tinha 9 anos de idade. Era cristão velho e natural de Fornos, próximo de Coimbra, de onde veio muito novo com seu pai Antônio da Cunha que era cego e com sua mãe Margarida João. Chorando copiosamente, dizia saber de seus erros, mas, que havia proferido tais palavras por ter bebido muito vinho que encontrou na rua, próximo de sua casa.

³⁵ SCHWARTZ. *Cada uma na sua lei*.

³⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Évora. Processo 1117, Manuel, fl.17.

³⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Évora. Processo 1117, Manuel, fl.3.

De acordo com o relato do próprio, portanto, o garoto não estava em sã consciência, logo se os inquisidores acreditassem na sua confissão não poderiam condená-lo por proposições heréticas, as quais exigiam que o seu autor as proferisse de forma consciente e intencional. E também como afirma o próprio garoto, havia ouvido uma mulher dizer tais coisas, não sabia o que elas significavam. Por ser menor de 25 anos, foi lhe dado por curador a Bartolomeu de Pina, Procurador³⁸ da Inquisição.

A segunda sessão ocorreu no dia 12 de Dezembro de 1630, nela Manuel disse ter confundido e que na verdade queria dizer: “viva a lei de Cristo e morra a Lei de Moisés”. E que na verdade, a mulher a quem teria aprendido disse dessa forma, mas, por estar fora de seu juízo havia dito o contrário. A terceira sessão só ocorreu no ano seguinte, em 2 de Janeiro de 1631. Manuel foi chamado e disse que não tinha mais nada a confessar. Perguntado sobre seus pais, disse que sua mãe havia falecido quando ele ainda era um bebê de peito e seu pai pedia esmolas pelas ruas dessa cidade por ser cego. Interrogado se sabia ler e escrever e se havia ouvido falar de seitas e cerimônias contrárias aos preceitos da Santa Madre Igreja de Roma, respondeu negativamente para as duas perguntas.

Perguntado se sabe ele réu que a lei de Cristo é a verdadeira, e que só nela há salvação. Respondeu que sabia. Perguntado se tem ele réu ou teve em algum tempo presença na Lei de Moisés sendo para si que era ainda agora melhor que a fé de Cristo nosso Senhor, e que havia ainda nela salvação. Respondeu que sabia muito bem que a Lei de Moisés era acabada, e não havia nela salvação se não na fé de Cristo nosso Senhor. Perguntado ele réu se sabe algum rito e cerimônia da lei de Moisés e se as fez ou alguém ensinou. Respondeu que não sabia de nada. Perguntado se sabe ele réu que crer na dita Lei de Moisés é contra a Santa Fé Católica da Igreja Romana. Respondeu que sabia. Perguntado se em algum tempo teve ele réu comunicação ou trato com pessoa ou pessoas cristãs novas ou as serviram ou morou com elas e se lhe ensinou alguma coisa ou disse que a Lei de Moisés era a boa em que havia de crer. Respondeu que não tivera nunca trato nem comunicação com cristãos novos, e com elas nunca teve contato. Perguntado que lhe ensinou ou mandou dizer o que disse. Respondeu que ninguém lhe mandara ou ensinara a dizer e que disseste as ditas palavras por estar alienado com o vinho. Dissera varias vezes que não tinha a intenção de dizer as ditas palavras.³⁹

Após as três seções, no dia 24 de Janeiro, recebeu o veredito. Deveria ler sua sentença na Mesa do Santo Oficio diante dos Inquisidores e de duas testemunhas e ali fazer abjuração de leve

³⁸ O Procurador, em geral, é a pessoa encarregada de administrar negócios alheios por mandado dos respectivos constituintes. Sua missão era defender os acusados, enquanto estivessem convencidos de merecerem a defesa pela Justiça de sua causa, abandonando-a quando cessasse tal convicção.

³⁹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tribunal do Santo Oficio, Inquisição de Évora. Processo 1117, Manuel, fl.69-70, 71.

suspeito na fé e ser açoitado pelos cárceres do Santo Ofício *citra sanguinis effusionem* (isto é, sem efusão de sangue) além de pagar todas as despesas de seu processo, que ficou no valor de 2.801 réis.⁴⁰ O garoto Manuel foi condenado por blasfêmia, visto que se entendeu não haver intenção no que foi dito e que não tinha conhecimento do que significava tais coisas. A blasfêmia havia se tornado algo tão comum que se espalhou por todos os cantos sem distinguir homem e mulher, adulto ou criança.

Constata-se o rigor da Inquisição portuguesa ao vermos que até mesmo crianças eram condenadas pelo Tribunal. Muitas outras crianças foram denunciadas ou confessaram seus erros aos visitantes. Para termos uma ideia mais próxima, ao todo, encontramos nas três visitas ao Brasil,⁴¹ uma confissão e seis denúncias relacionadas a crianças, das quais uma em caso de sodomia; uma, cometendo blasfêmia; uma envolvida com magia; três, em ato de sacrilégio (com suspeita de prática de criptojudaísmo) e um falso testemunho.⁴²

Os vários casos de blasfêmia e proposições que tenho pesquisado levam-me a concluir que, indiferente do século, a luta contra o pecado e o pecador permaneceu, mas em moldes distintos. Afinal, o blasfemador e o propositor não eram só aqueles que se arriscavam a desencadear a cólera divina: eles representavam também uma ameaça à frágil harmonia social de um mundo que apoiava seus pilares sobre o solo ainda firme da religião. Tanto os portugueses quanto os colonos nascidos na América portuguesa mantinham com Deus, Jesus Cristo, a Virgem e os santos, de uma forma geral, uma relação de grande intimidade e até de familiaridade, tratando-os, não raro, quando não os atendessem, com rudeza e aspereza. Ainda que as sentenças fossem distintas, o julgamento nos séculos XVI, XVII e XVIII baseava-se na mesma ideia, o arrependimento.

Muitos acusados de blasfêmia e proposições heréticas defendiam-se dizendo que foram denunciados por má fé: alegavam que o acusador pretendia tão somente colocá-los em dificuldades perante o Tribunal. É normal que eles assim o tenham feito como forma de astúcia e numa tentativa de sobrevivência frente a um poder que lhes suplantava. É possível que, em muitos casos, isso de fato tenha acontecido, mas, devemos também lembrar que a blasfêmia era

⁴⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Évora. Processo 1117, Manuel, fl. 136.

⁴¹ 1591, 1618 e 1627-28. Bem trabalhadas por autores clássicos da historiografia brasileira sobre a Inquisição como Sonia Siqueira, Anita Novinsky, Ronaldo Vainfas e Elias Lipiner.

⁴² MONTEIRO. *A Heresia dos Anjos*.

uma prática corrente e quotidiana; uma simples praguejada contra Deus pelo fato de ter topado com uma pedra era já motivo suficiente para ser denunciado aos inquisidores. Eram termos corriqueiros, ditos muitas vezes sem a intenção de agredir os desacreditar a Igreja. Palavras em que, muitas vezes, o denunciado sequer se lembrasse de tê-las proferido. Blasfemar era parte integrante da cultura de grande parte dos cristãos, um ato do dia a dia, um ato tão comum que até o clero não conseguia escapar. Apesar do clero não ser imune ao ambiente considerado herege que o circulava, isso não era suficiente para explicar seu desregramento moral, quando deveriam servir de exemplo.⁴³

Para extrair a “verdade” dos réus os inquisidores questionavam tudo, procuravam os detalhes, gestos, silêncios, reações, tal qual um antropólogo. Em *O Inquisidor como Antropólogo*⁴⁴, Carlos Ginzburg nos faz lembrar que devemos ler estes processos como produtos de uma relação específica, profundamente desigual, com um olhar atento para captar através do texto o sutil jogo de ameaças e medos, ataques e reviravoltas.⁴⁵ As inúmeras possibilidades que a documentação inquisitorial oferece ao historiador são infinitas. Como afirma Anita Novinsky, “as vidas são entrelaçadas, os negócios são feitos na base da confiança, as redes internacionais se ramificam e a vida dos réus permanece um eterno enigma”.⁴⁶

Em meio a um ambiente de mudanças, a Igreja se viu forçada a se reelaborar. A própria Igreja havia mudado, agora, além de zelar pelas almas, era administradora de comportamentos e costumes. Mas para que essa sua reinvenção desse certo, teve que se aproximar daqueles que detinham realmente o poder: a nobreza. Quando os primeiros Estados modernos começaram a ser formados, a Igreja passou a dividir com eles o controle da Inquisição que, assim, se “recriou”. Não apenas com base nesse apoio mútuo, “mas também, e sobretudo, ao peso que o combate à heresia teve na Europa católica, a partir da primeira metade de Quinhentos”⁴⁷. Tanto o Estado quanto a Igreja, “apoiavam-se na Inquisição, que durante séculos foi o sustentáculo e garantia da continuidade do sistema”⁴⁸.

⁴³ MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. Raptos, incestuosos e solicitantes: transgressões do clero no Maranhão colonial. *Revista Cantareira*: Revista Discente do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 1, n. 1, p.1-24, 2009.

⁴⁴ GINZBURG, Carlo, "O Inquisidor como Antropólogo" in: América, Américas, Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, n. 21 - setembro 90/fevereiro 91, p. 9-20.

⁴⁵ _____. O inquisidor como antropólogo.

⁴⁶ NOVINSKY, Anita Waingort. *Inquisição: Prisioneiros do Brasil – séculos XVI a XIX*. 2ª ed. ver. São Paulo: Perspectiva, 2009, p.18.

⁴⁷ MARCOCCI; PAIVA. *História da Inquisição portuguesa*, p.15.

⁴⁸ NOVINSKY. *A Inquisição*, p.47.

A Inquisição portuguesa foi abolida em 1821. Desaparecia assim uma instituição que procurou controlar durante séculos aspectos relativos à fé das populações e manter a ortodoxia da Igreja. Porém, prosseguiu existindo centralizada em Roma, com jurisdição sobre o conjunto universal da cristandade e cujas decisões só produzem efeitos *interna corporis*. Em 1908, a mesma foi reorganizada sob o nome de "Sagrada Congregação do Santo Ofício" com o encargo, entre outros, de examinar amplamente todas as manifestações que pudessem ameaçar a pureza da fé. Em 1965, após o Concílio Vaticano II, o órgão foi novamente reformado durante o pontificado de Paulo VI sendo substituído pela "Congregação para a Doutrina da Fé"⁴⁹, que existe até os dias atuais com a função de difundir a doutrina católica e defender aqueles pontos de tradição que possam estar em perigo, como consequência de doutrinas novas não aceitáveis pela Igreja Católica. A tarefa da Congregação para a Doutrina da Fé é promover e salvaguardar a doutrina sobre a fé e a moral católica em todo o mundo: Por esta razão, tudo aquilo que, de alguma maneira, tocar este tema cai sob a sua competência.

⁴⁹ Foram abdicadas as práticas de outrora e restringidas as ações contra teólogos e clérigos. Não há o uso de torturas ou aplicação de penas de morte; mas teólogos e clérigos divergentes são advertidos ou mesmo excomungados quando suas ações e obras não condizem com as premissas da Cúria Católica. Foram exemplarmente julgados e condenados pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé: Edward Schillebeeckx, professor de teologia; Hans Küng, professor de Dogma e Teologia Ecumênica; o reverendo Charles Curran; o jesuíta John J. McNeill, o reverendo Anthony Rosnik e o teólogo brasileiro Leonardo Boff.

Fidelidade infiel: a trajetória paleográfica e diplomática do testamento do rei D. Pedro II de Portugal

Unfaithful fidelity: palaeographic and diplomatic trajectory of the king D. Pedro II's testament from Portugal

Elias Theodoro Mateus*

Mestrando em História
Universidade Federal de Ouro Preto
elias.theodoro@yahoo.com.br

Recebido em: 21/04/2016

Aprovado em: 11/05/2016

RESUMO: Este artigo analisa o desenvolvimento da Paleografia e da Diplomática entre os séculos XVIII e XX, enquanto ciências, a partir da transmissão do testamento do rei de Portugal D. Pedro II, escrito originalmente em 1704 pelo seu conselheiro confessor, o padre jesuíta Sebastião de Magalhães. As três edições do texto fundador, a primeira de 1726, a segunda de 1746 e a última de 1967 acompanham momentos importantes da história portuguesa, assim como das instituições responsáveis por guardar seus monumentos escritos, e oferecem pistas sobre a fundação e consolidação da tradição paleográfica em Portugal. A partir do texto fundador e de seus três testemunhos consecutivos, mostraremos como a Paleografia e a Diplomática foram fundamentais não só para uma interpretação adequada da escrita, como também para reaproximar a edição do texto original.

PALAVRAS-CHAVE: Paleografia, Diplomática, Edição.

ABSTRACT: This paper analyzes the development of the Paleography and the Diplomatic among eighteenth and twentieth centuries as science, from the transmission of the D. Pedro II's testament, Portuguese king, originally written in 1704 by his confessor and adviser, the Jesuit priest Sebastian de Magalhaes. The three testimonies of the founding text, the first of 1726, the second 1746 and the last 1967 accompany important moments of the history of Portugal, as well as the institutions responsible for keeping their written monuments, and they offer clues about the foundation and consolidation of paleographic tradition in Portugal. From the founding text and its three consecutive testimonies, we will show how Paleography and Diplomatic were crucial not only for a proper interpretation of the writing, but also for reconnecting the editions to their original text.

KEYWORDS: Palaeography, Diplomatic, Edition.

“A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.”¹

O válido do rei

O século XVIII se iniciou, na Europa, diante de um grande conflito em torno da sucessão do trono espanhol. O rei Carlos II, pertencente à Casa Real dos Habsburgo, não possuía nenhum herdeiro direto. Em 1700, deixou em testamento a sucessão a Felipe de Bourbon, neto do rei de França, Luís XIV. Aclamado como Felipe V da Espanha, era também sucessor do trono francês. A eminência de um reino tão poderoso ameaçava às demais monarquias europeias, especialmente Áustria e Grã-Bretanha. A controvérsia política deu início ao conflito da Guerra de Sucessão Espanhola, que se estendeu de 1702 a 1714. No primeiro momento, Portugal se alinhou com a França. Entretanto, não tardou para que a Inglaterra interferisse.

O então rei lusitano, D. Pedro II, recebeu o pretendente ao trono espanhol, o arquiduque D. Carlos de Áustria, em 1704. Em 28 de maio daquele ano, partiu com o austríaco de Lisboa para a Beira, onde iniciaria a campanha portuguesa em favor do grupo dos Aliados. Ao deixar a Corte, o rei entregou o governo à regência de sua irmã, D. Catarina de Bragança, rainha-viúva da Grã-Bretanha. Sua regência gerou certo desconforto entre os dirigentes políticos e militares de Portugal, especialmente porque o Rei, antes mesmo da viagem de campanha, apresentava sinais de falta de saúde. Além do mais, o herdeiro sucessor, o príncipe D. João, ainda não contava com dezesseis anos completos.²

Na comitiva que acompanhou o monarca, estava o seu confessor e conselheiro, o padre jesuíta Sebastião de Magalhães. O horizonte de D. Pedro II, naquele momento, era o de um continente em guerra. Temeroso de que o seu próprio reino pudesse sofrer do mesmo infortúnio, encomendou ao confessor que redigisse o seu testamento a fim de que a sucessão do trono

*Este artigo foi produzido no âmbito da disciplina Leitura de Transcrição de Manuscritos, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Letra da UFOP pela Prof^a Dr^a Soélis Teixeira do Prado Mendes. Dedico este artigo à Maria Helena Flexor, professora e amiga.

¹ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Tradução. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001, p. 83.

² TRONI, Joana Leandro P. de Almeida. *A Casa Real portuguesa ao tempo de D. Pedro II (1668-1706)*. 770 f. Tese (Doutorado em História Moderna) – Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2012, p. 438.

português fosse devidamente assegurada ao príncipe D. João. Assinalava que aquela providência se fazia necessária “por respeitar | a utilidade publica destes Reynos, pera q’ | em nenhum tempo experimentem as in- | felicidades q’ a outros m^{tos}. tem acontecido | pella falta de Sucessam Real”³. No dia 19 de setembro de 1704, enquanto estava na cidade da Guarda, situada no alto da Serra da Estrela, o padre Sebastião de Magalhães lavrou o testamento do rei em doze fólhos. No final daquele mês, D. Pedro II retornou a Lisboa muito debilitado e abatido pelo fracasso da campanha. Resistiu até dezembro de 1706, quando faleceu e deixou a sucessão do trono ao seu filho, conforme disposto em testamento.⁴

O padre Sebastião de Magalhães foi um personagem de destaque no cenário político do reinado de D. Pedro II. Recebeu de Tristão da Cunha e Ataíde, o conde de Povolide, a alcunha de “valido do rei”, por acompanhar o monarca na sua hora derradeira⁵ e reveladora sobre inequívoca proximidade entre o rei e seu confessor, “sendo o padre uma importante testemunha da sua consciência e vontades”⁶. No âmbito da constituição do corpo político do rei, determinados personagens da cena palatina eram recrutados sob o selo da confiança política. O padre Magalhães, enquanto valido, gozava deste privilégio que o punha como uma extensão funcional da pessoa régia.⁷ No próprio testamento, encontramos um indício dessa relação de profunda confiança. D. Pedro II deposita nas mãos do padre confessor um papel com disposições particulares que, apesar de não figurarem em testamento, tinham força como tal. Não é por menos que, em 1697, ele começara a escrever um relato biográfico daquele rei. A *Vida de D. Pedro II Escripita pelo Seu Confessor, P^e. Sebastião de Magalhães*, cujo manuscrito se encontra sob guarda da Biblioteca Pública de Évora, foi finalizado apenas postumamente, pois a Guerra de Sucessão consumiu a atuação do padre e outros assuntos demandavam atenção da Coroa, como as recém-descobertas minas de ouro na América. Além do mais, sua atividade política dividiu espaço com a assistência espiritual ao monarca em sua enfermidade.

Sebastião de Magalhães nasceu em Tânger, em 1635, filho de Manuel de Sousa Magalhães, cavaleiro da Ordem de Cristo, e de Antónia Fernandes de Araújo, que, na altura da década de

³ ANTT. Gaveta 16, maço 2, n. 21. “Testamento de D. Pedro II [19 de setembro de 1704]”, fl. 5 r.

⁴ TRONI. *A Casa Real portuguesa ao tempo de D. Pedro II*, p. 619.

⁵ _____. *A Casa Real portuguesa ao tempo de D. Pedro II*, p. 436.

⁶ GAMA, Maria Luísa. “Padre Sebastião de Magalhães: Conselheiro e Confessor de D. Pedro II (1635-1709)”. In: MARTÍNEZ, Millán [et al.] (orgs.). *La Corte en Europa: Política y Religión (Siglos XVI-XVIII)*. Vol. 2. Madrid: Ediciones Polifemo, 2012, p. 1241.

⁷ CARDIM, Pedro. “‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera L. do Amaral. *Modos de governar: ideias e práticas políticas no Império português*. São Paulo: Alameda Editorial, 2005, p. 59.

1680, vivia recolhida no Convento das Religiosas de Velas.⁸ Ingressou na Companhia de Jesus em 1655, de onde seguiu proeminente carreira acadêmica. No ano de 1684, teve início seu processo de habilitação para Familiar do Santo Ofício, no correr do qual as seis testemunhas confirmaram que ele era “pessoa | de bons procedimentos, vida, e costumes, bom Letrado, | e capaz deser encarregado de neg^{os}. que requerem segredo | sciencia, e prudencia”⁹. Em 1692, em substituição ao padre Manoel Fernandes, foi nomeado oficialmente Confessor Régio e, na corte, o padre desempenhou também o protagonismo político de um Conselheiro.

No contexto da crise política do início do século XVIII, o valido do rei redigiu o testamento de D. Pedro II em cinco partes: apresentação do rei, relevo da religião Católica para o Reino de Portugal, súplicas e invocações de santos e santas (l. 1-73); disposições e legados aos infantes seus filhos (l. 73-232); legados diversos, disposição sobre seu sepultamento e missas (l. 232-288); disposições sobre a sucessão do trono, na eventualidade da morte do príncipe D. João e extinção de sua descendência (l. 288-346); e encerramento com assinatura do Rei (l. 346-351). Para além do testemunho histórico da época, neste estudo, o testamento do rei D. Pedro II nos interessa por duas razões: uma concernente aos aspectos paleográficos e outra no que se refere à transmissão do texto original.

Inicialmente, o objetivo era verificar os problemas, de um ponto de vista paleográfico e diplomático, do desdobramento das abreviaturas nos testemunhos de um texto. Localizamos três apógrafos para o texto genuíno, os quais se constituem na fonte desta pesquisa, a saber: o traslado do testamento do rei D. Pedro II, assinado pelo tabelião José de Mello de Macedo (1726); a transcrição presente nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, de D. António Caetano de Sousa (1746); e a transcrição de Rosalina da Cunha, alocada na edição de *As Gavetas da Torre do Tombo* (1967). Seria inviável pensar o desdobramento das abreviaturas do texto original em seus testemunhos sem considerar o estágio de desenvolvimento nas ciências da Paleografia e da Diplomática nos seus respectivos momentos de composição. Sendo assim, o estudo das abreviaturas acompanhou, como será devidamente apresentado, o histórico da complexidade que envolveu a transmissão do texto original.

Conhecer o punho de um autor intelectual ou idiógrafo de um texto manuscrito é fundamental para determinar a autenticidade de sua procedência. A Paleografia, enquanto ciência, nasceu, justamente, com a incumbência de examinar e catalogar as formas de escrita conforme a

⁸ ANTT/TSO. Maço 4, n. 91. “Diligências de habilitação para o cargo de familiar do Santo Ofício do padre Sebastião de Magalhães [01 de agosto de 1684]”, fl. 7 v.

⁹ _____. “Diligências de habilitação para o cargo de familiar do Santo Ofício”, fl. 6 r.

datação e o local de procedência.¹⁰ Uma particularidade da documentação portuguesa é o processo de reorganização que sofreu após o terremoto de novembro de 1755. Com o desmoronamento do Real Arquivo da Torre do Tombo, inúmeros documentos se perderam e, eventualmente, foram copiados a partir de testemunhos pré-existentes à catástrofe.

A atividade acadêmica, política e religiosa do padre Sebastião de Magalhães foi muito intensa. Encontramos, portanto, muitos manuscritos de sua autoria intelectual em fundos documentais do Tribunal do Santo Ofício (no qual ocupava o cargo de familiar), na Torre do Tombo. Já o testamento se encontra no fundo das Gavetas, seção dos documentos da Casa da Coroa. Para encorpar ainda mais esta análise, recorreremos ao fundo dos Manuscritos da Livraria. Num dos códices desse fundo, encontramos uma correspondência do padre Magalhães. Os trechos abaixo são um recorte da identidade do alfabeto dos dois manuscritos, cuja marca primordial é a idiossincrasia do grafema <e> em contexto de conjunção coordenada aditiva.

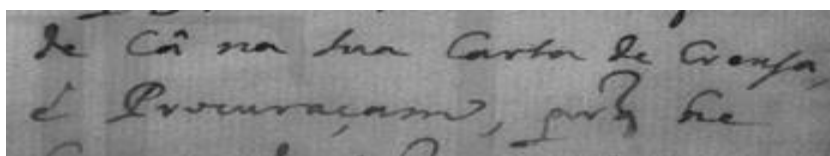


FIGURA 01: Trecho do manuscrito de autoria intelectual do padre Sebastião de Magalhães. ANTT/MSLIV, n. 168 (74). “Carta do Padre Sebastião de Magalhães para um Ministro” [24 de junho de 1687], fl. 203r. [(...) de câ na sua Carta de Crensa, | e' Procuraçam, por q' he (...).”].

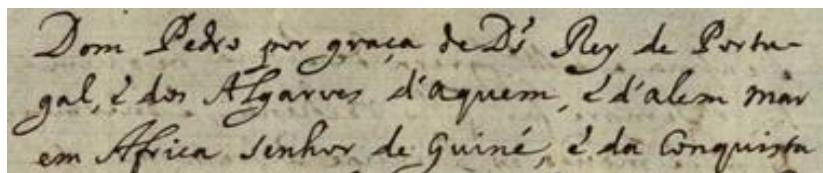


FIGURA 02: Trecho do testamento do rei D. Pedro II. ANTT/GAV. Gaveta 16 da Casa da Coroa, maço 2, n. 21. “Testamento de D. Pedro II” [19 de setembro de 1704], fl. 1r. [Dom Pedro por graça de D's Rey de Portu- | gal, e' dos Algarves d'aquem, e' d'alem mar | em Africa senhor de Guiné, e' da Conquista (...).”].

O testamento original, conforme tratamos aqui, é classificado como um idiógrafo, isto é, escrito por terceiro sob controle direto do autor. Com relação aos testemunhos de 1726, 1746 e 1967, todos apresentam pistas gráficas (as quais serão destacadas ao longo do artigo) que remetem ao texto de 1704 como matriz comum e, sendo assim, este manuscrito foi consultado nos três contextos de transcrição. Se considerarmos que, no ato de copiar um texto, o submetemos ao risco de ser alterado com relação ao seu estado original, seja no conteúdo, seja na

¹⁰ PERUGI, Maurizio & SPAGGIARI, Barbara. *Fundamentos da Crítica Textual: história, metodologia, exercícios*. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2004, p. 17.

forma, então a cópia de um texto “representa a versão necessariamente alterada do original que intende transmitir”¹¹. Cada apógrafo adere a si pistas gráficas que permitem compreender o desenvolvimento científico da Paleografia e da Diplomática em Portugal. Nas páginas a seguir, demonstraremos que a consequência deste processo de desenvolvimento – ainda em curso – foi a reaproximação da cópia à forma genuína do texto original.

Erudição, catástrofe e ciência

Em 1720, por ordem do rei D. João V, foi fundada a Academia Real de História Portuguesa. A instituição, que funcionou até 1776, contava regularmente com 50 membros e se diferenciava frente a outras academias literárias do mesmo período por usufruir do mecenato régio,¹² e os primeiros impulsionadores da Academia Real foram o quarto conde de Ericeira e dom António Caetano de Sousa. Seu projeto historiográfico incorporava a produção de uma narrativa que enquadrasse toda a história eclesiástica e secular de Portugal. Eclesiásticos e leigos da Academia procuraram mobilizar a crítica documental nos seus trabalhos, pois a Diplomática, “uma vez esquematizada e reduzida a regras”¹³, segundo a concepção corrente na época, servia para garantir a validade dos testemunhos daquele projeto historiográfico financiado pela Coroa, de modo que o legitimasse.

Foi no seio da Academia Real da História Portuguesa que a leitura do *De re Diplomatica*, do beneditino francês Jean Mabillon, publicado em 1681, ganhou fôlego entre os eruditos portugueses. O período em que a instituição vigorou foi marcado, sobretudo, por um levantamento exaustivo e hercúleo de manuscritos que, por vezes, remontavam às origens da Lusitânia e resultou na produção de considerável número de índices e inventários. O escrúpulo com os documentos, manifesto pelo fundamento da Diplomática, corroborava o programa investigativo da Academia Real, pois a narrativa da história portuguesa, desde antes dos romanos até a dinastia dos Bragança, “aconselhava-se o uso de ‘segura crítica erudita’, mas que não recaísse na incredulidade frente às ‘tradições fundadas’ e aos ‘milagres aprovadas’”¹⁴. A Diplomática de Mabillon, conhecida do conde de Ericeira, seria indispensável aos acadêmicos no estudo

¹¹ PERUGI & SPAGGIARI. *Fundamentos da Crítica Textual*, p. 20.

¹² SILVA, Taise T. Quadros da. “Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721)”. Ouro Preto, *História da Historiografia*, n. 03, set. 2009, p. 205.

¹³ CRUZ, António. “Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal”. Porto, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 1966, p. 194.

¹⁴ SILVA. *Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista*, p. 207.

científico do documento escrito, na sua forma e conteúdo, definindo sua autenticidade e o seu valor probatório enquanto testemunho de dados e fatos históricos.¹⁵

Entre as inúmeras obras editadas e publicadas no âmbito da Academia Real de História Portuguesa, estava a monumental *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, com autoria de um dos fundadores, o clérigo D. António Caetano de Sousa, organizada em 12 volumes. Uma vez que os aspectos e exigências da Diplomática encabeçavam os estudos acadêmicos daquela instituição, recomendava-se que “no termo de cada memória distribuída aos acadêmicos fossem apensados, como provas as mais seguras, aqueles títulos dos arquivos que corroboravam os textos”¹⁶. Por esta disposição, abria-se o horizonte historiográfico de D. António Caetano, que publicou, em seis volumes, as *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*.

O compêndio das *Provas* traz 4580 páginas de transcrição dos documentos existentes nos arquivos portugueses e estrangeiros que serviram de fontes para a escrita da *História Genealógica*. O compêndio não era apenas uma compilação cronológica da história da Coroa portuguesa, mas compreendia um projeto de “história universal” do reino de Portugal, das complexas relações que estabelecia com os seus domínios ultramarinos, outros reinos europeus e com a Igreja Romana. O conjunto de transcrições servia para dar inteligibilidade e validade para a narrativa histórica proposta e, assim, atendia aos anseios do mecenato régio, já que “a produção discursiva da academia, no gênero história, deveria auxiliar a manutenção do poder monárquico ao obedecer às regras formuladas para a abordagem dos temas que colaboravam para a formação da imagem real”¹⁷. O estilo erudito era, assim, percebido na própria composição da obra.

O conjunto da *História Genealógica* e das *Provas* foi publicado entre 1735 e 1749, mas, antes de sair a lume, passara pela Real Mesa Censória, e um dos censores que avaliou a pertinência da obra foi o próprio conde de Ericeira. Seu parecer foi favorável à publicação. A avaliação do conde pautou-se “não só com os documentos authenticos, que são as únicas provas dos verdadeiros estudos Genealógicos, mas com os livros manuscritos, e impressos mais fidedignos, assim Portuguezes, como Estrangeiros”¹⁸, já que ele era exímio conhecedor dos documentos e da crítica documental. Indicou, também, o lugar das provas na obra de D. António, que se valeu de copiosa documentação das mais diversas procedências “de que muitos pela primeira vez, por

¹⁵ GOMES, Saul António. “Anotações de Diplomática eclesiástica portuguesa”. *HVMANTAS*, vol. 50, 1998, p. 625-646.

¹⁶ CRUZ. *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*, p. 192-93.

¹⁷ SILVA. *Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista*, p. 206.

¹⁸ SOUSA, António Caetano. *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Vol. I. Lisboa Ocidental: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1735. Censura.

milagre da diligencia do Author, resuscitarão dos Archivos em que estavaõ ha muitos seculos sepultados”¹⁹. No quinto volume das *Provas*, publicado em 1746, encontra-se transcrito o testamento do rei D. Pedro II.

Contudo, nem as recomendações das diretrizes da Academia Real, nem os conhecimentos da Diplomática manifestos por determinados acadêmicos, como o conde de Ericeira, foram suficientes “para que se fizesse com a devida exactidão a leitura de documentos extractados ou copiados na íntegra”²⁰. O próprio D. António Caetano de Sousa dissertou sobre o assunto na introdução da *História Genealógica*. Reconhecia que pela monumentalidade da sua incumbência, estava sujeito a inúmeras falhas, argumentando que não tivera mais socorro do que o de seu braço. E acrescenta: “Também não duvido, que se acharão outros na mudança de alguns números, com que se alteraõ os dias, e os annos, ou por descuido da penna, o que evitey tudo o que foi possível, ou por inadvertência, que he inevitável nas copias”²¹.

Na altura em que D. António empreendeu o hercúleo trabalho de transcrição das fontes, a Paleografia e a Diplomática atendiam, fundamentalmente, aos eruditos no processo de averiguação da fidedignidade do texto através da identificação da escrita. Não havia, portanto, critérios rígidos para edição de manuscritos, cabendo ao copista estabelecer critérios de transcrição que assegurassem a fidelidade do texto, ainda que isso significasse intervenções no original. A partir da transcrição do testamento de D. Pedro II, inferimos alguns desses critérios: desdobramento das abreviaturas, à exceção das siglas *D.* (Dom; Dona) e *S.* (Santo; Santa; São; Sua); despreocupação com a ortografia do original, utilizando variantes (“Deos” ao invés de “Deus”, como no original, por exemplo); separação das palavras grafadas juntas indevidamente e vice-versa; manutenção do sistema de pontuação. Em relação à variação, contudo, o copista tenta manter algumas grafias, ainda que com certa fragilidade, como se observa no vocábulo “caza”. No título da obra, o vocábulo é grafado com <s> e a transcrição conserva a grafia do texto original, isto é, com <z>. Mesmo assim, esta interpretação não pode ser tida como absoluta, pois no século XVIII, e mesmo no XIX, não era incomum encontrar as duas ocorrências para o mesmo vocábulo.

O método comparativo que utilizamos para atestar a autenticidade do testamento original, escrito pelo padre Sebastião de Magalhães, serviu para comprovar que a transcrição de D. António Caetano de Sousa foi feita a partir daquele manuscrito de 1704 e que, assim, passou

¹⁹ _____. *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Censura.

²⁰ _____. *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*, p. 193.

²¹ SOUSA. *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Dedicatória.

longe do traslado assinado pelo tabelião José de Mello de Macedo, em 1726, já que não apresenta nenhum dos lapsos que este notário cometera, matéria que trataremos na próxima sessão.

D. António, ao apensar as transcrições das fontes, estava afinado à concepção de Diplomática de sua época, pois compreendia a relevância do conteúdo do documento como prova irrefutável de fatos históricos. Seu esforço se legitimou diante da denúncia de que muitos genealogistas deram corpo a “fabulosas origens de Famílias” a fim de atestar/falsificar suas origens nobiliárquicas, posto que “como não tem documentos com que se comprove aquella filiação, passa na boa fé dos copiistas; e deste modo se introduzem no Mundo perniciosos erros, que os prudentes devem evitar não cooperando para huma notoria falsidade”²². Esta afirmação de D. António ratifica o seu objetivo de transmitir os textos, incluso aí o testamento de D. Pedro II, a saber, enfatizar sua condição de prova documental para a história genealógica da Casa Real portuguesa.

Joaquim José Moreira de Mendonça narra que o primeiro dia de novembro de 1755 amanheceu sereno, sol claro e o céu sem nuvens. Por volta das nove e meia da manhã, correndo um pequeno vento nordeste, a terra começou a se abalar com pulsação do centro para a superfície e com o impulso tremia ao balanço de norte a sul. Os dois tremores duraram entre seis e sete minutos e foram suficientes para arruinar Lisboa e as vastas regiões do reino. O autor recorda que “escureceu-se algum tanto a luz do Sol, sem duvida pela multidão de vapores, que lançava a terra, cujas sulphureas exalaçoens perceberam muitos”²³. Das ruínas dos edifícios emergiu uma densa poeira sobre a cidade que mais se assemelhava a uma forte cerração, sufocando todos os viventes. Após o sismo, o mar se retraiu, “deixando nas suas margens ver o fundo ás suas agoas nunca de antes visto”, e voltou-se contra as áreas marítimas na forma de ondas gigantes, submergindo todas as povoações litorâneas, “destruindo muitos edeficios, e levando muitas pessoas involtas nas suas agoas”²⁴. Era dia da solenidade de Todos os Santos e as missas e ofícios começaram cedo por toda a Lisboa. Milhares de velas foram ao chão durante os tremores. As labaredas que subiam pelas cortinas e consumiam madeiras se espalhavam com o vento e nem mesmo os milhões de litros d’água foram suficientes para apagar o incêndio que consumiu a velha cidade medieval, “destruindo tudo quanto o Terremoto havia perdoado”²⁵.

²² _____. *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, p. XVIII.

²³ MENDONÇA, Joachim Joseph Moreira de. *Historia universal dos terremotos*. Lisboa: Na Offic. de Antonio Vicente da Silva, 1758, p. 114.

²⁴ _____. *Historia universal dos terremotos*, p. 114.

²⁵ _____. *Historia universal dos terremotos*, p. 118.

O autor da *História universal dos terremotos* era responsável pelo Cartório do Tombo da Câmara de Lisboa, o qual, àquela altura, contava com os títulos de mais de milhares de propriedades. Relata que procurou manter-se no local para salvar aquele cartório por compreender a importância do arquivo para a administração pública da cidade. A mesma sorte não tiveram os órgãos importantes da administração reinícola e ultramarina, pois padeceram em ruínas e entre as labaredas de fogo os edifícios da Alfândega Real, Casa da Índia, Casa do Tesouro ao Arco da Consolação, os Tribunais do Desembargo do Paço, Junta dos Três Estados, Conselho da Fazenda, Conselho Ultramarino, Casa da Mesa de Consciência e Ordens e muitos outros, nos quais se perderão numerosos livros cartoriais e papéis de grande monta. Joaquim Mendonça relata que entre as muitas preciosidades, para desolação dos eruditos, o fogo consumiu inúmeras livrarias, em especial a Biblioteca Real.²⁶

Por ordem do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal, os documentos do Real Arquivo da Torre do Tombo que resistiram à catástrofe foram armazenados provisoriamente em uma barraca de madeira na Praça das Armas e, dois anos depois, transferidos para o mosteiro de São Bento da Saúde. Após o terremoto, a documentação precisou ser reorganizada e sistematizada. Os princípios da Paleografia e da Diplomática ganharam novo impulso entre os eruditos portugueses, guiados pelos beneditinos, fiéis seguidores de Mabillon naquela matéria. Já no ano seguinte, começou a reorganização criteriosa do acervo, que ficou conhecida como a Reforma das Gavetas e contou com a atuação efetiva daqueles beneditinos. O próprio testamento do rei D. Pedro II, conforme nota do guarda-mor da Torre do Tombo, Manoel da Maya, foi transcrito no Livro da Reforma dos Documentos das Gavetas, embora não tenha mencionado o fólio.

No período pombalino, a lida com o vasto acervo documental, seu tratamento metodológico e arquivístico gestaram as bases científicas que a Diplomática alcançou no período mariano, em Portugal. Uma das contribuições mais relevantes no final do século XVIII foi a do franciscano Frei José Pedro da Transfiguração. Em 1792, publica no Porto a *Dissertação ou breve tractado sobre algumas regras mais necessarias da Hermeneutica, e da Diplomática*, que é a primeira obra impressa em português sobre esta matéria.²⁷ António Cruz credita aos beneditinos e ao referido franciscano às origens e desenvolvimento do estudo da Diplomática em Portugal.²⁸

²⁶ _____. *Historia universal dos terremotos*, p. 129-30.

²⁷ TRANSFIGURAÇÃO, Fr. Joseph Pedro da. *Dissertação ou breve tractado sobre algumas regras mais necessarias da hermeneutica, e da diplomatica, para o estudo da Historia Ecclesiastica*. Porto: Na Of. de Antonio Alvarez Ribeiro, 1792.

²⁸ CRUZ. *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*, p. 207.

Por Alvará de 21 de fevereiro de 1801, o príncipe regente D. João VI tornou obrigatória aos tabeliães de Lisboa e aos escrivães do Real Arquivo da Torre do Tombo a frequência de, pelo menos, um ano na cadeira da Diplomática instituída anos antes na Universidade de Coimbra. O curso foi anexado às dependências da Torre do Tombo, onde era inspecionado pelo Secretário de Estado dos Negócios do Reino. No Arquivo, os alunos praticavam seus exercícios com os documentos sob guarda daquela instituição. Entre 1817 e 1818, finalmente são concluídos os trabalhos da Reforma das Gavetas, resultando em 53 volumes de transcrições, para os quais em muito contribuiu a dita Cadeira de Diplomática. Naquela altura, o arquivo já dispunha de pessoal especializado na leitura paleográfica e tratamento diplomático dos manuscritos. A lente daquela cadeira era o Dr. João Pedro Ribeiro, o grande nome do estatuto científico da Diplomática no reino português.

Quase um século e meio mais tarde, os documentos das Gavetas voltaram a ocupar paleógrafos e diplomatas portugueses. Agora, o objetivo era transcrever os manuscritos das 25 gavetas da Torre do Tombo e levá-los ao grande público. Entre 1960 e 1977, um grupo de pesquisadores do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, subsidiados pela Fundação Calouste Gulbenkian e coordenados pelo professor António da Silva Rego, publicou em doze volumes as transcrições, intitulados como *As Gavetas da Torre do Tombo*²⁹.

A gaveta indica o móvel em que os documentos são guardados e as antigas referências eram dadas de acordo com o assunto ou a instituição de procedência. Atualmente, elas são numeradas. Quando, na véspera do natal de 1977, Maria Luísa Meireles Pinto assinava o décimo segundo volume das *Gavetas*, enfatizou, em nota, que o trabalho não estava finalizado – ainda que aos nossos olhos o trabalho tenha sido hercúleo – pois as gavetas se constituem enquanto um fundo aberto. Com aquelas edições, a equipe intentava contribuir para facilitar a acessibilidade ao material sob guarda da Torre do Tombo e, assim, alargar os horizontes da pesquisa histórica em Portugal. Por extensão, incorporariam também os estudos filológicos.

No primeiro volume, A. da Silva Rego indicou alguns critérios de edição que guiariam o trabalho da equipe, composta pelas paleógrafas licenciadas Alice Estorninho, Belarmina Ribeiro, Maria Luísa Esteves e Rosalina da Silva Cunha. Os critérios de transcrição foram a atualização do valor lexical das letras ramistas, introdução de pontuação apenas quando estritamente necessário, desdobramento das abreviaturas, manutenção da ortografia original e abertura de parágrafos, cuja

²⁹ REGO, António da Silva (coord.). *As Gavetas da Torre do Tombo*. 12 vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1960-1977.

primeira letra deveria ser grafada em itálico. Ao fim de cada transcrição, as iniciais da transcritora apareceriam entre parênteses. Optou-se também pela separação das palavras grafadas juntas, assim consideradas pela ortografia atual, e junção daquelas que estivessem separadas. Este critério não aparece naquelas considerações iniciais.

Todos os critérios mencionados figuram na transcrição do testamento de D. Pedro II empreendida por Rosalina Cunha. Ela abriu parágrafos quando eles eram indicados por espaços em branco no original e somente empregou pontuação antes da mudança paragrafíca ou após longuíssimos períodos. Nesse momento, como se observa pela trajetória do manuscrito original, o texto fundador já contava com um significativo número de testemunhos. Tais cópias não impactaram diretamente a transcrição publicada no sexto volume das *Gavetas*, em 1967. Se o fizeram, foi no âmbito de história da transmissão do texto ao longo do tempo no interior da tradição diplomatista e paleográfica portuguesa. Rosalina Cunha propôs uma edição do texto original, como se evidencia, ao longo da transcrição, pela indicação da mudança de fôlio conforme o manuscrito de 1704. Esta é uma peculiaridade que não se verifica em nenhum dos testemunhos anteriores.

Baseado no testemunho da equipe, o coordenador dos trabalhos indica que as cópias, eventualmente, não eram perfeitas e que deveria haver bastantes lapsos de leitura e transcrição. No entanto, isto não era motivo para invalidar a tarefa importante e útil que ali se desempenhou. Esse é um problema comum na transmissão de um texto e que tem demandado a atenção de filólogos, críticos textuais e historiadores há muitos séculos. A trajetória diplomatista e paleográfica do testamento de D. Pedro II revela o percurso do desenvolvimento científico destas matérias desde a publicação da obra de Jean Mabillon até os nossos dias. Se analisarmos as cópias à luz do texto original, concluiremos que o percurso dos testemunhos, no interior da tradição, tenderá a se reaproximar da sua forma genuína.

Fidelidade e infidelidade

Um dos aspectos das fontes manuscritas que sempre intrigou os paleógrafos, positiva e negativamente, são as abreviaturas. Quando Jean Mabillon publicou o *De re Diplomatica*, em 1681, e o padre Bernard Montfaucon levou a público, em 1708, o *Palaeographia Graeca*, a Paleografia resumia-se a ler e decifrar os monumentos escritos.³⁰ As abreviaturas se, por um lado, eram utilizadas para agilizar a produção de um texto e transcrição de discursos, remontando ao

³⁰ HERRERO, Carmen Olmedilla. “La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI: edición y valoración de las *Abreviaturas* de Juan Vázquez Del Mármol”. *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios latinos*, Madrid, vol. 4, 1993, p. 231.

surgimento da escrita, por outro lado era alvo de muitas controvérsias entre escribas e leitores. Entre outros fatores, a fluidez dos sistemas abreviativos nos períodos medieval e moderno comprometera a transmissão de inúmeros textos.

Este incômodo levou o granadino Juan Vázquez del Mármol, algumas décadas antes de Mabillon, a escrever um tratado em que sistematizava as abreviaturas existentes em diversos manuscritos eclesiásticos da Espanha. Segundo o testemunho de Mármol, a necessidade de escrever apressadamente muitas coisas foi a força motriz do desenvolvimento das abreviaturas em todos os tempos, o que ele igualmente verificava em sua época.³¹ Uma abreviatura era entendida por ele como a representação gráfica em poucas letras de uma dicção com muitas letras. Indicou que os gregos já usavam um sistema abreviativo – do qual derivava o latino – em que as vogais eram suprimidas, à exceção da primeira acompanhada pelas consoantes.³²

Sobre as abreviaturas, Mármol foi muito enfático quando afirmou ser “muy enemigo de ellas”. Seu breve tratado não tinha o objetivo de ensinar a produzi-las. Pelo contrário, aconselhava vivamente que se as evitassem, pois eram “causa de muita confusão e dano”, uma vez que cada escriba tinha seu próprio critério de abreviação dos léxicos e acreditavam em uma leitura homogênea do sistema abreviativo, o que, amiúde, não acontecia. Tal fenômeno levou muitas autoridades, em diversas partes da Europa, a proibir o uso das abreviaturas.³³

O granadino contribuiu, se não para o desenvolvimento científico da Paleografia, em boa medida para a introdução do método crítico na leitura e análise das abreviaturas existentes nos manuscritos. Ao compilar uma série de abreviaturas, sugeriu como e quando se deveria usá-las, de modo a evitar as confusões que sua ocorrência causava. Deveriam ser abreviadas as letras que gerassem menos ambiguidade. Em *preguntando e preguntado*, por exemplo, suprimir-se-ia o primeiro <n> e não o que compunha o sufixo do gerúndio.³⁴ No tratado de Mármol, método, técnica e conteúdo se encontram e tal combinação sustenta o seu propósito inicial, isto é, “ensinar a ler e usar as abreviaturas que se podem encontrar nos livros e evitar as confusões que vinham causando”³⁵.

Entre as diversas possibilidades oferecidas pelo manuscrito do testamento de D. Pedro II, de 1704, os paleógrafos podem deter sua atenção sobre o sistema abreviativo utilizado pelo autor

³¹ _____. *La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI*, p. 194.

³² _____. *La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI*, p.194.

³³ HERRERO. *La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI*, p. 195.

³⁴ _____. *La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI*, p. 195.

³⁵ _____. *La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI*, p. 229.

idiógrafo, o padre Sebastião de Magalhães. A análise fica ainda mais rica quando esse sistema é visto à luz das cópias posteriores, identificando problemas na transmissão do texto ao longo do tempo. Ao longo dos doze fôlios do texto original, encontram-se 248 ocorrências de abreviaturas, distribuídas e classificadas conforme a Tabela 01.

TABELA 01: Distribuição absoluta e relativa das abreviaturas no testamento (1704)

TIPOLOGIA	ABREVIATURAS		OCORRÊNCIAS	
	Valor absoluto	Valor relativo	Valor absoluto	Valor relativo
Sigla	6	8,82%	48	19,35%
Apócope	10	14,67%	103	41,53%
Síncope	3	4,41%	9	3,64%
Letras sobrepostas	49	72,1%	88	35,48%
TOTAL	68	100%	248	100%

A Tabela 01 sistematiza a distribuição em valores absolutos e relativos das abreviaturas existentes no testamento original de D. Pedro II. Encontram-se abreviaturas do tipo sigla, apócope (suspensão), síncope (contração) e por letras sobrepostas. Para fazer uma análise mais adequada, estabelecemos duas leituras possíveis dos dados. Por um lado, quantificou-se o total de abreviaturas e, por outro lado, o total de ocorrências das abreviaturas. As abreviaturas por suspensão, ou apócope, põem em xeque uma análise unívoca do fenômeno linguístico. Todas as abreviaturas deste tipo correspondem ao “que” e seus derivados compostos de preposições (em que, pera que, com que, posto que, porque) ou artigo (o que).³⁶ Se considerássemos apenas a abreviatura em si, as apócopes representariam 14,67%. Quando pesadas as ocorrências totais, esse valor sobe para 41,53%, assumindo quase uma posição hegemônica no universo das abreviaturas do manuscrito que, na leitura anterior, pertencia às 49 abreviaturas distintas por letras sobrepostas (72,1%).

A classificação da abreviatura “q.” é objeto de controvérsias entre os maiores especialistas. Segundo Ana Berwanger e Franklin Leal, ela é considerada uma sigla, uma vez que a

³⁶ “Em que”, “o que” e “que” apresentam, cada uma, duas variações.

palavra é representada por sua letra inicial.³⁷ Já para Maria Helena Flexor, “as siglas são letras maiúsculas do alfabeto que sozinhas representam palavras completas e das quais são a inicial”³⁸. No caso das apócope, os primeiros indicam que elas ocorrem quando se corta o final da palavra ou da sílaba. Quanto ao último ponto, Flexor discorda, pois, segundo a autora, a supressão de letras no meio do vocábulo constitui uma síncope. Se no vocábulo “que”, também classificado como monossílabo, se corta o final da palavra (e da única sílaba), por lógica se trata de uma apócope e não de uma sigla, como sugerem Berwanger e Leal.

Entre as abreviaturas por letras sobrescritas, temos um destaque para os advérbios marcados pelo sufixo *–mente*. Das 49 ocorrências deste tipo de abreviatura, encontramos 11 (*firmen^{te}*, *igualm^{te}*, *inteiram^{te}*, *novam^{te}*, *particularm^{te}*, *principalm^{te}*, *prudenterm^{te}*, *reciprocamm^{te}*, *severamm^{te}*, *somm^{te}*, *specialm^{te}*). Não há, no texto, nenhum registro do uso na forma plena deste sufixo. No século XVI, observando o uso cotidiano das abreviaturas, Vázquez del Mármol já prestava orientações nesse sentido, ao comparar as abreviaturas latinas com as castelhanas. Por mais que abreviar fosse um ato de necessidade, em muitos casos, era preciso que este afã não suplantasse a legibilidade do trânsito textual. Isso significava que a abreviação deveria evitar ao máximo a confusão, nem que para isso resultasse omitir apenas uma ou duas letras, já que algumas palavras, quando abreviadas, poderiam gerar leituras dúbias.³⁹

A inexistência, no texto original, de abreviaturas por letras sobrepostas que eventualmente pudessem acarretar confusão sugere que o padre Sebastião de Magalhães, ao redigir o testamento, pautou-se por esse rumo. Contudo, as únicas dubiedades se encontram nas abreviaturas por sigla, cuja única forma de decifrá-las é o contexto em que aparecem. Contextos que, por sua vez, se dilatam conforme o grau da necessidade. Duas siglas geraram esse tipo de problema: *D.* e *S.* Para a primeira, há duas possibilidades: *Dom* ou *Dona*. Quanto ao uso da sigla *S.*, há no manuscrito quatro possibilidades: *São*, *Santo*, *Santa* ou *Sua*. No caso das duas primeiras, o nome do santo ajuda a identificar a leitura correta. Já para explicar o segundo par, devemos retomar o caso das abreviaturas por letras sobrescritas, que acompanham “Madre” e “Majestade”, respectivamente.

³⁷ BERWANGER, Ana Regina & LEAL, João Eurípedes Franklin. *Noções de paleografia e diplomática*. 3ª ed. Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2008, p. 92.

³⁸ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos do século XVI ao XIX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 13. A autora também localizou abreviaturas deste vocábulo na forma de letra sobrescrita: “q^e”.

³⁹ HERRERO. *La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI*, p. 229. Mármol cita o exemplo de ‘m^{do}’. Dependendo da leitura, pode ser ‘modo’ ou ‘mundo’. Alguns, segundo ele, abreviam e leem mal quando interpretam esta abreviatura como ‘mandado’, sendo que o uso correto, a acreditar em um padrão, seria ‘mando’, do contrário seria ‘man^{do}’.

Maria Helena Flexor identificou 32 variações para as abreviaturas do vocábulo “majestade”, entrando nesta conta singular e plural.⁴⁰ Muitas delas, porém, estabelecem relação de ambiguidade com outras abreviaturas em virtude da omissão de muitos grafemas, como, por exemplo, M^e, que, entre os séculos XVI e XIX, poderia ser “madre” ou “majestade”. As que mais se aproximam do ideal indicado por Mármol seriam Magd^e e Magest^e. O padre Sebastião de Magalhães usa duas formas para se referir à majestade, a saber, Mg^e. e Mag^{de}. Já “Madre” é grafada como M^e. O que está em jogo é a sigla S., que antecede a ambas. Como a abreviatura utilizada para “madre” também servia para “majestade”, foi o contexto da frase que permitiu decifrá-las, de modo que lêssemos “Sua”, quando acompanhada de “Majestade”, e “Santa” para o caso de “Madre”, embora no caso desta última, para evitar ambiguidades, fosse recomendado a introdução de um <a> sobreposto no final.

Alguns títulos das *Ordenações Filipinas*, no que se referia ao ofício dos tabeliães e escrivães do reino, assim como os usos cotidianos da justiça e da administração, determinavam que não se truncasse a escrita, nem que ela fosse prolixa, atendendo, portanto, aos objetivos de um registro de natureza pública. Uso de abreviaturas desconhecidas poderia acarretar em problemas de leitura e interpretação futuros, embora em nenhuma parte daquela legislação se encontrasse algum tipo de restrição às abreviações. Em 1726, o tabelião José de Mello de Macedo assina o traslado do testamento do rei D. Pedro II, no qual se desdobraram as abreviaturas do original e introduziram-se novas.

Do ponto de vista da crítica textual – e conforme o objetivo da edição –, as interferências no texto original durante a produção de um testemunho perfazem um novo texto. Neste processo, o desdobramento das abreviaturas e/ou a introdução de outras desempenham papel crucial, ao qual todos aqueles que lidam com transcrição de manuscritos devem estar atentos. Não apenas o caso das abreviaturas é notório no traslado de José de Mello de Macedo, como também (e sobretudo) as alterações sintáticas e semânticas de passagens inteiras do original fundam uma nova estrutura linguística. Do testamento de 1704, os vocábulos “conservará” (l. 49), “intercessores” (l. 62), “quota” (l. 190), “título” (l. 191) e “e’ dirogallas” (l. 324) foram substituídos no traslado de 1726, por diversas razões que podemos inferir, respectivamente, por “conservação” (l. 36), “antecessores” (l. 46), “âcerca” (l. 144), “estillo” (l. 145) e “errevogallas” (l. 250), respectivamente. As alterações morfológicas afetaram, fatalmente, o sentido das sentenças correspondentes.

⁴⁰ FLEXOR. *Abreviaturas*.

Outro caso que merece destaque corresponde à introdução, pelo notário no mesmo traslado, da conjunção “e” na oração “[...] ao-mesmo Príncipe encarrego, que atenda a este respeito, eobediencia do Infante reciprocamente, e o ame e estime [...]” (l. 127-129). No original, a inexistência da dita conjunção aditiva antes de “o ame e estime” é preenchida, segundo a lógica das hierarquias próprias do Antigo Regime, no plano ideológico, pela relação de prestação e contraprestação, de modo que a obediência do infante ao príncipe seria retribuída com amor e estima, atributos próprios de um monarca no zelo com seus súditos.

As *Ordenações Filipinas*, em especial o primeiro volume, determinavam os critérios de fidedignidade para os traslados notariais. Além de atestar a fé pública do tabelião, inerente ao seu ofício, este deveria registrá-lo em notas diante de testemunhas em número mínimo de duas. No livro I, título 78, § 4, recomendava-se com vigor de lei que “se em lendo a dita Nota, for emenda, acrescentada por entrelinha, minguada, ou riscada, o Tabellião fará de tudo menção no fim da dita Nota, antes das partes e testemunhas assinarem”, e que se complementa no parágrafo seguinte, em que se determinava não fossem as notas feitas em canhenhos, nem por emendas, e sim logo no livro próprio do tabelião. Estas disposições, cumpridas diante das testemunhas e das partes outorgantes, eram medidas preventivas contra os presumíveis lapsos ou, ainda mais danoso a ordem jurídica, criminosas falsificações. E deveria o notário observar a pertinência da imediaticidade dos termos que lhe fosse distribuídos e demandados, escrevendo-os “muito declaradamente, e o menos prolixo que pode ser”, sob pena de privação do ofício.⁴¹

Quando o beneditino Jean Mabillon delineou as bases da crítica dos diplomas, advertiu que pequenos lapsos de transcrição “ordinários e próprios da condição humana” não seriam necessariamente atos de má fé, já que “não se deve a dolo ou falsidade de amanuenses e copistas dos erros acidentais exibidos pelos diplomas”⁴². Não estariam, portanto, os tabeliões atentando contra as obrigações do seu ofício, tampouco perjurando ao conferir fé pública em seus traslados se os lapsos não afetassem o conteúdo do registro, embora, conforme o exemplo anterior, determinadas interferências, passivas ou ativas, poderiam redirecionar a interpretação do conteúdo. Ainda assim, um tabelião que, por “descuido da pena”, errasse poderia se defender

⁴¹ *Ordenações Filipinas*, Liv. 1, tit. 79, § 2. É preciso observar que José Homem Correa Telles, no *Manual do Tabelião*, escrito no final do século XVIII, com base nas Ordenações, diz que as abreviaturas se entendem proibidas pela Ord. Liv. 1. Tit. 78, § 5. No entanto, a leitura desse título não deixa tão clara essa interpretação. Aliás, em nenhum momento as Ordenações fazem qualquer tipo de restrição ao uso das abreviaturas, e somente ao caráter truncado e prolixo que deve ser evitado. Nesse sentido, aí sim, poderia se falar em uma restrição ao uso das abreviaturas, pois algumas poderiam ser desconhecidas por outro público leitor, comprometendo, por vezes, a leitura e a interpretação no correr de trâmites judiciais e administrativos do reino.

⁴² CRUZ. *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*, p. 182.

com os próprios argumentos de Mabillon, segundo o qual “qualquer erro ou variedade que se verifique na redação de um diploma, uma vez que não o afete apreciavelmente, em nada contribui para negar a sua autenticidade, pois que se tornaram correntes omissões ou lapsos do gênero”⁴³.

Na viragem para o século XIX, a obrigatoriedade do curso de Diplomática para os tabeliães e escrivães de Lisboa representou um ponto de inflexão naquele antigo costume dos notários. A exigência atendia, portanto, à demanda de uma leitura mais atenta e crítica do manuscrito no ato de o trasladar (ou mesmo de produzir uma nova escritura pública), em consonância ao entendimento da Diplomática, isto é, “o estudo de todo o pormenor relativo à forma gráfica ou técnica paleográfica da sua interpretação”⁴⁴. Deste modo, seriam evitados equívocos como a transcrição de “conservará” por “conservação”. Na época em que se lavrou o testamento de D. Pedro II, o acento circunflexo podia assumir o mesmo valor fônico do que posteriormente – e assim permanece – se convencionou ser a marca do acento agudo, ou seja, marcar a tonicidade das vogais e/ou a abertura das vogais mediais.⁴⁵ Evidentemente, lapsos de leitura também podem explicar este caso específico, pois no momento em que transcreveu o vocábulo “conservação”, o notário se viu obrigado a uma quebra de linha e, caso estivesse com a sentença adiantada em sua memória, poderia ter se confundido com a terminação do vocábulo “bençã”, grafado em seguida, no original, e atualizado com o sinal de nasalização.

João Pedro Ribeiro, diplomata português e lente da cadeira de Diplomática instituída na Universidade de Coimbra, alegava que sempre houve peritos em leitura de manuscritos antigos no reino. Entretanto, isto não era o suficiente. Não bastava apenas ler, mas era preciso saber avaliar. Consternava-se da carência de esmero na leitura dos manuscritos e da omissão na crítica documental, de modo que se chegou a reputar originalidade a um testamento do imperador Júlio

⁴³ CRUZ. *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*, p. 182.

⁴⁴ _____. *Observações sobre o estudo da Paleografia em Portugal*, p. 184.

⁴⁵ ALMEIDA, Manoel Mourivaldo Santiago. “Grafemas e diacríticos em manuscritos setecentistas”. *VII Congresso Nacional de Linguística e Filologia*, Rio de Janeiro, 2003.

Disponível em <http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno10-08.html>. O autor remonta a tratados escritos entre os séculos XVI e XVIII, como Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540), Duarte Nunes Leão (1576), Jerônimo Argote (1725) e Bernardo Bacellar (1783), para compreender o uso dos sinais diacríticos na escrita setecentista. Diferentemente do uso atual, a função dos acentos gráficos era bem variado. Poderia marcar a quantidade de uma vogal, indicar a existência de crase. Nos manuscritos, o autor não encontrou muita regularidade no uso dos sinais diacríticos, pois o agudo e o circunflexo, em alguns casos, correspondiam a um único valor fonético. “Em se tratando do uso de sinais diacríticos, de uma maneira geral, os manuscritos setecentistas não se diferenciam tanto de textos ainda mais antigos. Em documentos do século XIII, por exemplo, em pleno período fonético da ortografia portuguesa, conforme constatação de Huber, ‘o uso de sinais ortográficos (como acentos, tiles, traços de união, apóstrofes)’ era ‘bem variado e inconsequente’. Um exemplo dessa suposta falta de critério no emprego desses sinais diz respeito ao acento agudo, que muitas vezes é usado ao lado do til para representar vogais nasalizadas, mas também se encontra em vogais orais, não nasalizadas.”

César, sendo ele, na verdade, cinco séculos mais moderno.⁴⁶ Se, por um lado, o Alvará de 1801 representou uma mudança significativa na prática notarial da Corte, por outro lado, ele institucionalizou o processo do desenvolvimento científico daquela matéria, que há largos anos vinha sendo estudada e aperfeiçoada no âmbito dos mosteiros, em especial dos beneditinos.

Conservar para se mover no passado

Uma *transcrição conservadora* é aquela que mantém a informação oferecida pelo texto sobre os aspectos da sua produção, como as pausas, as sobreposições, as palavras grafadas sem se desfazer ou refazer as fronteiras entre as palavras (para os atuais padrões ortográficos), as hesitações do escriba, abandonos e rupturas, repetições, reformulações, truncamentos, variantes fonéticas e morfo-fonológicas de um mesmo grafema e, por extensão, as abreviaturas.⁴⁷ A combinação de todos estes fatores resulta em uma compreensão adequada do momento em que aquele texto foi produzido. Esta compreensão somente é possível a partir de dentro, ou seja, por meio de um sinal gráfico da escrita, entramos no universo de seu autor, enxergamos aquele mundo com seu olhar e o sentimos com a sua sensibilidade.

Um texto é sempre um testemunho de sua época. Às vezes, ele revela seu universo mais espontânea e explicitamente. Em outras circunstâncias, ele requer mais minúcia. Por meio do punho do padre jesuíta Sebastião de Magalhães, compreendemos a percepção de mundo do rei D. Pedro II e, amparados pela prática erudita da crítica textual, utilizamos seus próprios critérios para analisar o seu tempo, o tempo da guerra e da instabilidade. Sucessivas camadas temporais encampam o texto originalmente escrito em 1704 e cada uma delas imprime a marca indelével de sua própria época. José de Mello de Macedo, notário lisboeta, assina o traslado de um testamento lavrado em um tempo, ainda que próximo, muito distinto nos espectros políticos e culturais, testemunhando as práticas e os usos de seu ofício. D. António Caetano de Sousa, acadêmico erudito financiado pelo rei D. João V, deixa entrever, em meio aos pretensos descuidos da pena, a cultura portuguesa em transformação e a nova roupagem da História no reino e seus domínios. No século XX, depois de longa trajetória de desenvolvimento, assaltados por uma contingência no terremoto ano de 1755 e por sucessivos deslocamentos, Rosalina da Cunha retoma o velho manuscrito do padre Magalhães para testemunhar, desta vez, em sua época (não tão distante de nós), os avanços conquistados no campo da Paleografia e da Diplomática.

⁴⁶ RIBEIRO, João Pedro. *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Na Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1867, vol 5, p. 111.

⁴⁷ Sobre a transcrição conservadora para o caso português, cf. <http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/225-description-cordial-sin-syntax-oriented-corpus-of-portuguese-dialects>.

Cada um daqueles testemunhos remete, de um lado, a um passado e, de outro, ao seu próprio tempo. Este fenômeno sugere a complexidade em torno da transmissão de um texto. Depois de sucessivas transmissões através de transcrições e deslocamentos, parece-nos impossível permanecer indiferentes à trajetória do texto que compõe o testamento de D. Pedro II. Igualmente, compreendemos – se atentos aos critérios de cada época – com alguma simpatia aqueles personagens responsáveis por transmiti-lo ao longo das gerações. Ponderada a trajetória do texto original, a proposta de edição feita por Rosalina Cunha, em 1967, é a que mais se aproxima daquele testemunho de 1704, ainda que tenha desdobrado as abreviaturas. Tal aproximação é resultado de um processo iniciado no final do século XVIII e consolidado no século XIX.

Com relação às abreviaturas, as normas de transcrição, em especial, no Brasil, tendem a sugerir o seu desdobramento conforme a regra atual da ortografia. Todavia, este tipo de transcrição acarreta em significativas interferências no texto original e compromete, assim, a análise de linguistas acerca do estado da língua do passado. O sistema de abreviaturas carrega consigo marcas substanciais do passado em que foi produzido. Em último caso, na opção pelo desdobramento é preciso levar em conta que aquela abreviatura remete a uma palavra conhecida, no geral, por sua forma plena. Seria interessante que o editor buscasse, no próprio manuscrito, eventuais formas plenas para as abreviaturas correspondentes. Para dar sequência a este argumento, analisemos o quadro a seguir.

QUADRO 01: Correspondências entre abreviaturas e formas plenas (1704)

Abreviatura	Forma plena	Linha	Abreviatura	Forma plena	Linha
		l. 1			l. 54
		l. 70			l. 9
		l. 92			l. 82
		l. 65			l. 93
		l. 30			l. 87

		l. 59			l. 56
		l. 327			l. 3
		l. 112			l. 17

No entanto, esta orientação metodológica não é desprovida de problemas. Até a oficialização de um acordo ortográfico entre os países de língua portuguesa, os vocábulos poderiam apresentar muitas variações. Se circunscrevermos nosso olhar apenas aos testemunhos do testamento de D. Pedro II, o traslado do tabelião Macedo apresenta algumas e a edição de D. António Caetano de Sousa umas tantas outras. Pode ser, inclusive, que, de um mesmo punho e no mesmo manuscrito, encontremos variações para um mesmo vocábulo, embora este não seja o caso do manuscrito do padre Sebastião de Magalhães. Ainda com estas armadilhas metodológicas, Rosalina Cunha parece ter se guiado por esta orientação. À exceção de *pera*, *Reyno* e *Raynha*, todas as correspondências de 1704 eram compatíveis com a ortografia portuguesa em vigência na década de 1960. Quando aquela paleógrafa desdobrou p^{ra}. e Rn^o., o fez conforme os critérios do original, já em R^a., ela atualizou o valor ortográfico para “Rainha”.

São inúmeros os argumentos para a defesa de uma transcrição conservadora – tendo em vista a orientação que norteia este tipo de edição, fundamentalmente ligada aos estudos filológicos. No entanto, o tipo de edição depende muito do seu objetivo. Uma edição de manuscrito para atender a várias demandas: judiciais, historiográficas, linguísticas, administrativas entre outras. A historiografia, sobretudo a brasileira, por exemplo, nos últimos anos vem adotando a transcrição modernizada em suas transcrições. Isso, em boa medida, tem a ver com a necessidade cada vez maior das demandas de pesquisa, em que historiadores e historiadoras dedicam um tempo mais expressivo para a leitura bibliográfica, a fim de se atualizarem nos debates. Por outro lado, a chamada “explosão historiográfica” levou os pesquisadores a investigarem séries documentais muito extensas e, por vezes, o tratamento paleográfico mais acurado fica espremido no meio de um sem-número de bancos de dados. A consequência deste movimento foi o deslocamento dos aspectos paleográficos para o segundo plano, favorecendo o conteúdo. Isso não significa uma perda na produção historiográfica. É somente uma outra forma de olhar o documento. Forma distinta daquela operada pela Linguística Histórica, para a qual a forma gráfica da palavra adquire centralidade, já que é uma ciência voltada para a transformação

das línguas no decurso temporal, o que justifica sua opção compulsória pela transcrição conservadora.

Conhecer um texto em sua forma genuína é indispensável para uma adequada compreensão do estado da língua no passado a que se endereça. É verdade que, frequentemente, os leitores de manuscritos antigos se deparam com truncamentos, abreviaturas desconhecidas, enfim, estruturas linguísticas que apontam para um uso diferenciado do português atual. Como será possível compreender o sistema de abreviaturas corrente no passado, por exemplo, se insistirmos em desdobrá-las? O que hoje nos parece estranho, há largos anos representava instituições, mentalidades, costumes das culturas e civilizações antigas.⁴⁸ O estranho, o outro, nos chega como vestígio do passado e tem o poder de liberar novos sentidos para o presente.

Na edição de *Abreviaturas*, de Juan Vázquez del Mármol, Carmen Herrero optou, prudentemente, por uma transcrição conservadora, seguindo “fielmente a ortografia e a acentuação do original”, pois, segundo ela, não é necessária “uma normalização segundo as regras atuais para a perfeita compreensão do texto”⁴⁹. Além disso, a transcrição conservadora permite compreender a língua do passado segundo o uso de seu tempo. Assim, podemos compreender mais adequadamente sua dinâmica. O que, por extensão, vale para as abreviaturas, amiúde indícios da transformação de inúmeros léxicos no processo evolutivo de uma língua. Se Mármol considerava as abreviaturas muito suas inimigas por causarem tanta confusão entre os leitores, por outro lado, se lhes olharmos com alguma simpatia e compreensão, elas podem ser também muito amigas.

⁴⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz. “A Diplomática em Portugal: balanço e estado actual”. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, vol. 26, 1991, p. 126.

⁴⁹ HERRERO. *La ciencia paleográfica hispano-latina en el siglo XVI*, p. 194.

A Política Externa Independente em revista: de como ocorre a impressão definitiva da dimensão africana na política externa brasileira

An overview of the Brazil's Independent Foreign Policy: how does it occur the insertion of the African dimension into the Brazilian external relations

Fernando Sousa Leite
Mestrando em História
Universidade de Brasília
fernandosleite@hotmail.com

Recebido em: 03/12/2015

Aprovado em: 09/04/2016

RESUMO: O presente artigo objetiva identificar a inserção do componente africano no âmbito da Política Externa Independente (1961-64) como resultado da influência do pensamento de Gilberto Freyre, interpretado como uma raiz esquecida da PEI que continua a fundamentar o discurso brasileiro hodierno quando da inflexão diplomática em direção à África.

PALAVRAS-CHAVE: Política externa independente, Gilberto Freyre, Aproximação com a África.

ABSTRACT: This article aims to present the bases of Brazil's Independent Foreign Policy (1961-64) as being influenced by Gilberto Freyre's thinking, as well by his concepts, especially in what concerns the diplomatic movement towards Africa observed in that period and that still sustains its roots in the contemporary Brazilian foreign affairs. Furthermore, it objectives to elucidate how the Brazil's Independent Foreign Policy included the African dimension into Brazilian external relations.

KEYWORDS: Brazil's Independent Foreign Policy, Gilberto Freyre, Africa rapprochement.

Breve histórico da política externa do Brasil republicano até meados do século XX

Na década de 1960, o Brasil conviveu com uma série de mudanças tanto no âmbito doméstico quanto no contexto externo. Internamente, o país assistia ao avanço dos meios de

comunicação – em especial do rádio e da televisão –, a crescente urbanização, o aumento dos níveis de alfabetização da população e a evolução de seu processo de substituição de importações. Convém lembrar que em 1956 a produção industrial passou a ser superior à produção agrícola, ainda que essa superação na pauta de exportações somente tenha ocorrido no início dos anos 1970.¹ A década em comento no país, de acordo com Antônio José Barbosa, configuraria uma “sociedade em movimento”, em alusão ao termo cunhado por João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais, segundo os quais

Os trinta anos que vão de 1950 a 1980 – anos de transformações assombrosas, que, pela rapidez e profundidade, dificilmente encontraram paralelo neste século – não poderiam deixar de aparecer aos seus protagonistas senão sob uma forma: *a de uma sociedade em movimento*.²

Internacionalmente, a Guerra Fria aquecia as relações internacionais, como denota a construção do Muro de Berlim, em 1961, quando ocorre a materialização da cisão entre Ocidente e Oriente, por meio da divisão da cidade em zonas de ocupação. Anteriormente, a Conferência de Bandung, realizada em 1955, punha em pauta a descolonização afro-asiática e prenunciava o surgimento do Movimento dos Países Não Alinhados (MNA), que buscava a inserção internacional dos Estados recém-emancipados politicamente para além dos tradicionais alinhamentos com o Leste socialista ou com o Oeste capitalista. O sucesso da Revolução Cubana, em 1959, e sua posterior declaração de apoio à política propugnada pelo Império soviético indicava que a América também se encontrava sujeita à influência do movimento socialista, que poderia angariar aliados na região.

A Guerra Fria intensificava sua presença e seus efeitos no continente americano, ampliando o campo da disputa política-ideológica. Isso, por certo, não seria aceito pelos Estados Unidos, que teria de priorizar seus homólogos no hemisfério Ocidental. Até então, a atenção da potência norte-americana estava voltada às reconstruções europeia e japonesa, por meio dos planos Marshall e Colombo, respectivamente. Nesse sentido, o Império americano efetuou a tentativa frustrada de invasão da Baía dos Porcos. Em seguida, a denominada crise dos mísseis representaria o clímax do conflito ideológico entre EUA e URSS, que felizmente encontraria um

¹ LACERDA, Antônio Corrêa de; BOCCHI, João Ildebrando; REGO, José Márcio; BORGES, Maria Angélica; MARQUES, Rosa Maria. *Economia brasileira*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

² BARBOSA, Antonio José. Parlamento, política externa e o Golpe de 1964. *In*: Estevão Chaves de Rezende Martins. (Org.). *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. 1.ed. Brasília: IBRI, 2003, p. 252.

anticlímax que dissipava a possibilidade consequente e imediata de ocorrência de uma hecatombe nuclear.

A política exterior brasileira titubeava em seu intento de definir lugar que cabia ao país em meados do século XX. O paradigma americanista de atuação exterior do Brasil nessa centúria – inaugurado pelo regime republicano e consolidado quando da gestão de Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE) – orientará a diplomacia nacional até 1961. Nesse ínterim, os formuladores da política externa procuraram, por vezes, adaptar suas ações às mudanças que ocorriam no cenário internacional, com vistas a obter os recursos de poder necessários para a promoção do desenvolvimento nacional, em um contexto em que predominava, domesticamente, o nacional-desenvolvimentismo. No curso do primeiro mandato de Getúlio Vargas, por exemplo, aproveitou-se da rivalidade entre Estados Unidos e Alemanha, a fim de conseguir ativos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e para o reaparelhamento das Forças Armadas.

A barganha nacionalista de Vargas, utilizada como estratégia de sua política de equidistância pragmática, encontraria seu fim com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, o que traria bons dividendos políticos ao país, como demonstra a presença de delegações brasileiras nas principais reuniões responsáveis por erigir o ordenamento mundial no período pós-conflagração, a exemplo das conferências de Bretton Woods e de São Francisco. Com o fim do Estado Novo, o presidente Eurico Gaspar Dutra reforça “o alinhamento, que sob Vargas tinha um caráter instrumental”, mas que passa a se tornar “a prática e a finalidade da política exterior brasileira”³. Essa iniciativa de Dutra, Gerson Moura qualificaria como “alinhamento sem recompensa”⁴.

Quando do segundo governo Vargas, iniciado em 1951, o líder populista buscará pautar sua política externa pelos mesmos pressupostos que a orientam em seu primeiro mandato. Dessa forma, pode-se conjecturar que o *modus operandi* do presidente natural de São Borja encontre respaldo naquilo que Koselleck denomina “contemporaneidade do não contemporâneo”, ou “não contemporâneo no contemporâneo”⁵, isto é, que o sujeito histórico sempre faz uso de

³ VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *História das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 68.

⁴ _____. *História das relações internacionais do Brasil*. p. 67.

⁵ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência' e 'Horizonte de expectativa': duas categorias históricas". In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/Contratempo, 2006, p. 317.

noções passadas para efetuar a interpretação da conjuntura em que vive, não sendo nunca, portanto, contemporâneo de fato.

A conjuntura internacional do pós-guerra havia se alterado substantivamente. O hemisfério Ocidental e, em especial, a América do Sul, consolida-se como área de influência americana por excelência, sobretudo após o estabelecimento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar) e a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA). Assim, o esforço de retomar a equidistância pragmática redundou naquilo que Mônica Hisrt nomeou como “pragmatismo impossível”, uma vez que a América Latina encontrava-se “marginalizada no quadro de prioridades norte-americanas”⁶.

Após o denominado hiato Café Filho, que assume a Presidência da República depois de ocorrido o suicídio de Vargas, a Operação Pan-Americana (OPA), lançada por Juscelino Kubitschek em 1958, enunciava o prelúdio do fim da ênfase conferida à vertente americana na política externa brasileira. A OPA, ao argumentar que seriam necessários aportes financeiros na região latino-americana a fim de evitar a famigerada infiltração comunista, apesar de não ter logrado êxito em ver atendida a totalidade de suas demandas, foi considerada a precursora da criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, e da posterior inauguração da Aliança para o Progresso, durante o governo de John Kennedy, em 1961.

Esse breve ensaio acerca da história da política externa brasileira mostra-se fundamental para elucidar o caminho que teria levado à consecução do paradigma universalista na atuação da diplomacia nacional pela Política Externa Independente (PEI), de Jânio Quadros e João Goulart. Essa proposta de adoção de uma perspectiva universalista das relações exteriores do país não seria totalmente aceita quando de sua concepção, como expressa a instauração da ditadura de cunho civil-militar, a partir de 1964. Nessa época, com efeito, as posições adotadas pelo governo em matéria de política externa eram instrumentalizados pela oposição, encontrando eco na opinião pública, em um momento de significativo impulso dos meios de comunicação, considerando-se os padrões vigentes até então.⁷

Jânio Quadros ascende ao poder em 31 de janeiro de 1961, com uma base de sustentação composta pela União Democrática Nacional (UDN). Seu vice-presidente, João Goulart, proveniente da coligação PTB-PSD, obteve margem considerável de votos em sua eleição.

⁶ VIDIGAL; DORATIOTO. *História das relações internacionais do Brasil*. p. 70.

⁷ BARBOSA. Parlamento, política externa e o Golpe de 1964.

Quadros, oriundo das direitas, adotaria uma série de medidas de caráter conservador durante seu mandato, como a proibição de beijos em público, o uso de maiôs nos desfiles televisionados e as rinhas de galo, por exemplo. Acerca das medidas anedóticas adotadas por Jânio Quadros, Lília Moritz Schwarcz e Heloisa Starling aduzem que o presidente

aboliu o uso da gravata no dia a dia do palácio e criou uniforme para o funcionalismo público, no estilo safari [...], a imprensa apelidou aquilo de "pijânio". Em menos de sete meses de governo, Jânio assinou uma série inacreditável de decretos: vetou corridas de cavalos nos dias úteis e rinhas de galos todos os dias; proibiu o uso de lança-perfume nos bailes de Carnaval e de biquíni nas praias; regulamentou o comprimento dos maiôs nos desfiles televisionados dos concursos de misses. E, para arrematar, instalou dois jumentos nordestinos pastando a grama verde do imenso jardim do Palácio da Alvorada – não satisfeito, mandou botar chapéus de palha nos animais por conta do sol forte do cerrado e subir uma imensa grade de ferro para cercar o palácio e proteger os burricos.⁸

Essas suas decisões eram conhecidas pelo público por ocasião de seu exercício como prefeito de São Paulo, quando chegou a proibir a prática de *skateboarding* na cidade⁹. Adicionalmente, no campo econômico, “adotou medidas de caráter ortodoxo”¹⁰, em conformidade com os preceitos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Como explica Soares, “as medidas adotadas por Jânio Quadros foram bem recebidas na comunidade internacional, permitindo o reescalonamento da dívida externa brasileira e a obtenção de novos empréstimos externos”¹¹.

A política externa de Jânio Quadros, a seu turno, enveredaria por rumos alternativos àquilo que se observava no âmbito doméstico. O vitorioso do pleito presidencial de 1960 nomeou Afonso Arinos de Mello Franco, político conservador pertencente aos quadros históricos da UDN, para a pasta do MRE. Quadros e Arinos procedem a desideologização das relações internacionais do país, nas quais o conflito ideológico Leste-Oeste perde espaço para o descompasso entre Norte e Sul em termos econômicos. A ideia seria a de buscar novos mercados, inclusive na África e na Ásia, independentemente da orientação política dos

⁸ SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa. *Brasil: uma biografia*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 432.

⁹ Para um registro fílmico desse episódio, vide o documentário intitulado *Vida sobre Rodas* (2010), dirigido por Daniel Baccari.

¹⁰ SOARES, Fernando Antônio Ribeiro. *Economia brasileira: da Primeira República ao Plano Real*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 55.

¹¹ _____. *Economia brasileira: da Primeira República ao Plano Real*, p. 55.

respectivos países parceiros, com o objetivo de obter o desenvolvimento nacional, em acordo com a perspectiva nacional-desenvolvimentista vigente no período em tela.¹²

Rompia-se, portanto, com a tradicional opção do Brasil pelo Ocidente. Como destaca Tânia Manzur,

um dos pontos centrais da política externa de Jânio Quadros foi estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas seguindo o princípio universal: todos os países seriam potenciais parceiros comerciais e diplomáticos, independentemente de seus vínculos a blocos políticos-militares; isso significava, efetivamente, a abertura de relações com os países socialistas e com os novos Estados africanos, muito dos quais vinham tornando-se independentes exatamente naquele momento.¹³

A esse movimento diplomático nacional dar-se-ia o epíteto Política Externa Independente (PEI). A PEI continuaria em execução na gestão de João Goulart – inclusive no período em que vigeu a emenda parlamentarista, adotada para conter os ânimos golpistas dos setores contrários à posse de Jango –, somente sendo interrompida com o encerramento da chamada República Liberal, em 1964. Esse exercício inovador da diplomacia pátria forneceu importantes contribuições e princípios que seriam introduzidas ao seu acumulado histórico.¹⁴ Nesse sentido, os fundamentos da PEI, a exemplo do independentismo, universalismo e desenvolvimentismo, são retomados durante o tempo do regime de exceção brasileiro, mormente com o governo de Ernesto Geisel, e se reafirmariam após a redemocratização do país, sobremaneira na transição dos séculos XX e XXI.¹⁵

De maneira concisa, o professor Teixeira da Silva sintetiza a PEI em três grandes vertentes, a saber:

a ampliação e democratização das relações externas do Brasil, denominada de “mundialização”, com abertura para os novos países pós-coloniais, os países do Leste Europeu e a China Popular;

adoção da visão de um mundo dividido por ricos (Norte) e pobres (Sul), valorizando as relações Norte/Sul em detrimento da aceitação dos blocos Ocidente/Oriente, típicos da Guerra Fria;

¹² CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

¹³ MANZUR, Tânia. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. Lua Nova (Impresso), v. 93, p. 169-199, 2014.

¹⁴ CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

¹⁵ _____. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio.

adoção de uma estrita política de não intervenção nos assuntos internos dos países – o que se chocava com a ação estadunidense na América Latina – e de reconhecimento das novas soberanias nacionais.¹⁶

Neste artigo, pretende-se concentrar naquilo que faz referência às atitudes da PEI relativas à África, com o intuito de identificar nesse momento o nascimento de uma política externa do Brasil para aquele continente, que passaria a compor, posteriormente, um dos "cenários obrigatórios"¹⁷ da diplomacia nacional, conforme expressão de Gelson Fonseca Jr.

O pensamento de Gilberto Freyre: uma raiz africanista esquecida da PEI?

A produção de Gilberto Freyre, cuja principal obra – *Casa-grande & senzala* – data de 1933, insere-se em um momento de intenso desenvolvimento intelectual na sociedade brasileira, que se preocupava em explicar o Brasil em suas múltiplas facetas. Juntamente com Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, Freyre confirma a famosa impressão de Antônio Carlos Jobim, para quem o Brasil não seria para principiantes¹⁸. Como caracterizam Mariza Veloso e Angélica Madeira, “existe [no período entre 1920 e 1940] uma preocupação central com a ideia de construção da nação, ideia que se desdobra na necessidade de distinguir traços culturais típicos: é preciso dizer o que *é* o Brasil”¹⁹.

Freyre atribui ênfase ao negro como elemento civilizador, valorizando a incorporação de sua cultura. Pode-se argumentar que uma das principais contribuições do sociólogo pernambucano para o ideário social do Brasil foi o deslocamento do pensamento sobre o Brasil em termos de raça para a dimensão cultural, o que constitui ponto culminante para o advento da modernidade no pensamento social brasileiro²⁰. Não deixa de ser interessante atentar que datam dessa época o advento do movimento modernista brasileiro, em 1922, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, trazendo consigo alguns intelectuais para tomar posse em cargos

¹⁶ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. O Brasil no Mundo: política externa e de defesa, 1945-2012. In: Daniel Aarão Reis Filho (Org.). *Modernização, ditadura e democracia no Brasil (1945-2012)*. 01 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, v. 05, p.136.

¹⁷ FONSECA JÚNIOR, Gelson. Política Externa Brasileira: padrões e descontinuidades no período republicano. *Relações Internacionais* (Lisboa), v. 6, 2011.

¹⁸ BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 16.

¹⁹ VELOSO, Mariza; Madeira, Angélica. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 137.

²⁰ _____. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*.

importantes, bem como a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, entre outros.

Ideia constante na obra de Freyre refere-se à facilidade que o Brasil apresenta em assimilar ou contemporizar costumes ou valores provenientes de alhures, o que o pensador pernambucano qualifica como “antagonismos em equilíbrio”²¹. Essa característica da sociedade nacional seria sublinhada por historiadores das relações internacionais brasileiros, como Amado Luiz Cervo, que a identifica como fruto da imigração portuguesa.

Os portugueses contavam com vantagens sobre os outros imigrantes. Estabeleciam-se de preferência na cidade, onde se dedicavam ao comércio e à criação de pequenas empresas. Não foram decisivos para o processo de industrialização do Brasil porque não dispunham de grandes capitais nem de experiência. Reforçaram, contudo, traços da cultura brasileira, feita de convivências de contrários e de tolerância, no momento em que a nação tinha seu perfil étnico modificado pelo aporte de outras matrizes no exterior.²²

No que se refere às relações entre Brasil, Portugal e as colônias deste situadas na África e na Ásia, Gilberto Freyre confere relevo ao caráter português, que atribuíu a sua presença em territórios do ultramar àquilo que se denominava colonialismo diferente, o que significava,

admitir a premissa de que a forma de colonialismo de Portugal era moral e substantivamente diferente de outras formas de colonialismo. Segundo essa interpretação, a miscigenação, o catecismo e a educação elementar tinham feito das colônias portuguesas 'ilhas de tranquilidade' na África.²³

Em seus livros intitulados *O mundo que o português criou* e *Um brasileiro em terras portuguesas*, publicados respectivamente em 1940 e 1953, Freyre introduz as ideias de lusotropicalismo e de unidade de sentimento e cultura no âmbito do mundo luso-afro-asiático de formação portuguesa, que enfatizavam, por exemplo, a predisposição do povo português para a miscigenação.

O pensamento de Freyre pode ser interpretado como condizente com o discurso oficial. Basta ter em mente que data de 1953 a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta, que

²¹ ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Chuvas de Verão. 'Antagonismos em equilíbrio' em Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 201.

²² CERVO, Amado Luiz. As relações entre Portugal e o Brasil: o peso da História. Meridiano 47, vol. 1, n.º 2, 2000, p. 5.

²³ DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 20.

obrigava o Brasil a não manter postura de enfrentamento com relação a Lisboa e que levou o país a apoiar a entrada de Portugal na ONU em 1955²⁴. Sobre o arranjo bilateral, Cervo esclarece que

o Tratado [de 1953] estabeleceu a consulta mútua sobre os problemas internacionais de interesse comum, a equiparação aos respectivos nacionais de portugueses e brasileiros, seu direito de circular e estabelecer-se no outro país e o tratamento de nação mais favorecida a ser aplicado aos cidadãos de ambos os países.²⁵

Frise-se que até o governo de JK predominou certo distanciamento com relação à África – de acordo com o disposto no arranjo bilateral de 1953 –, em um momento em que ocorria “*Le soleil des indépendances*”, dando origem a dezesseis novos Estados independentes na África e que se declarava, na ONU, 1960 como o ano da África.²⁶ Como conclui Teixeira da Silva,

o principal óbice a uma política mais dinâmica [de JK] no cenário internacional advinha da histórica solidariedade brasileira ao regime salazarista português ao seu ultracolonialismo na África. Várias novas nações – Índia, Indonésia, Gana e Senegal – condenaram o silêncio brasileiro e seu voto de proteção a Lisboa na ONU.²⁷

Sobre a influência do pensamento freyreano na posterior formulação da PEI, pode-se indicar proximidade entre Freyre e Arinos – futuro chanceler de Jânio Quadros –, confirmada por Veloso e Madeira, quando afirmam que aquele “mantém relações de amizade e troca de ideias com importantes representantes dos modernistas que estão no Rio de Janeiro, e também em Recife”, listando o político mineiro entre seus contatos. Em termos de afinidade intelectual, as autoras registram “o gosto que Gilberto Freyre tem pela palavra ‘civilização’”, predileção essa que seria compartilhada por “Mário de Andrade, Carlos Drummond, Sérgio Buarque e Afonso Arinos”²⁸. Juntamente com Afonso Arinos, Freyre aponta San Tiago Dantas, ministro das Relações Exteriores de João Goulart, “como alguns dos representantes daquilo que denomina nova história social e cultural do país, que enfatizava o sentido de totalidade humana no processo histórico, com vistas a descrever e a interpretar a formação do Brasil e do brasileiro”²⁹.

²⁴ PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antonio Carlos. O Itamaraty e a África: As Origens da Política Africana do Brasil. In: *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 39, 2007.

²⁵ _____. As relações entre Portugal e o Brasil: o peso da História.

²⁶ _____. O Itamaraty e a África: As Origens da Política Africana do Brasil.

²⁷ TEIXEIRA DA SILVA. O Brasil no Mundo: política externa e de defesa, 1945-2012, p. 135.

²⁸ VELOSO; MADEIRA. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*, p. 138.

²⁹ LEITE, Fernando Sousa. “Raízes africanas da política externa brasileira: pensamento freyreano, Política Externa Independente e contribuições para o acumulado histórico da diplomacia nacional”. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. XXVIII Simpósio Nacional de História (ANPUH-Brasil), 2015, p. 6.

Cabe ressaltar que a execução da PEI não esteve restrita a esses dois chanceleres, compreendendo também mandatos de outros três na pasta do MRE – nomeadamente Hermes Lima, Evandro Lins e Silva e Araújo Castro. No entanto, a PEI foi “estruturada em conjunto por Quadros e Afonso Arinos” e “sistematizada posteriormente por San Tiago Dantas”³⁰.

A ascensão de Jânio Quadros à presidência da República e de Afonso Arinos à chefia do Ministério das Relações Exteriores denota o ensaio de uma convergência africana, sem prejuízo para a manutenção das tradicionais relações mantidas com o parceiro lusitano. Assim, aproximava-se do ideário de Gilberto Freyre de formação de uma comunidade luso-africano-brasileira – processo que ocorre não sem críticas e resistências diversas.³¹ Nesse sentido, expõe Cervo que

O importante Tratado de 1953 por vezes foi de utilidade quando invocado pelo governo português para obter o apoio do Brasil à sua política de colonialismo tardio, embora aquele mesmo governo, por decisão unilateral, houvesse excluído os territórios ultramarinos dos direitos inerentes ao Tratado. Mas não demoveu os governos democráticos de Jânio Quadros e João Goulart de alardear na ONU a política anticolonialista brasileira, provocando mal-estar nas relações bilaterais.³²

Sem dúvida, a PEI foi um dos elementos que contribuíram para a solução autoritária de 1964. O restabelecimento de relações com países da órbita soviética – como Hungria, Romênia e Bulgária –, as condecorações de Yuri Gagarin e de Che Guevara, o distanciamento do colonialismo de Portugal na ONU, tradicional parceiro do Brasil e, posteriormente, a retomada do relacionamento diplomático com a URSS, a defesa do desarmamento e o voto contrário do país quanto à suspensão de Cuba na OEA foram ações que não encontraram respaldo de setores conservadores da sociedade nacional, refletido pelos veículos de informações disponíveis para a expressão da opinião pública e pelo Parlamento. Como verifica Teixeira da Silva,

Embora não possamos afirmar que a PEI foi a causa do golpe de 1964, sem dúvida alguma contribuiu imensamente para sua consumação. Numa situação de intensa crise social e econômica, o governo de Jango pouco se deteve sobre a política exterior, que foi, malgrado o caráter esquerdista do governo, menos “espetacular” do que sob Quadros. De qualquer forma, a aproximação do

[http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866521_ARQUIVO_ANPUHraizesafricanasdapoliticaexternabrasileirapensamentofreyreano,PoliticaExternaIndependenteecontribuicoesparaaoacumuladohistoricodadiplomacia nacional.pdf]. Acesso em 02/12/2015.

³⁰ MANZUR. "A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio", 2014, p. 169.

³¹ LEITE. Raízes africanas da política externa brasileira: pensamento freyreano, Política Externa Independente e contribuições para o acumulado histórico da diplomacia nacional, p. 7.

³² CERVO. "As relações entre Portugal e o Brasil: o peso da História", 2000, p. 6.

Brasil com os países não alinhados, sem, contudo, ingressar formalmente no grupo, e com os países socialistas, se manteve.³³

Entre os fatores listados, talvez o apoio tímido aos movimentos políticos emancipacionistas na África tenha sido o menos polêmico, encontrando maior resistência no *lobby* português representado pelo grande número de nacionais daquele país e de seus descendentes em território pátrio. A respeito da tensão existente sobre essa temática, Antônio José Barbosa observa que

A tese de uma comunidade luso-afro-brasileira, que não alterasse o *status* das colônias portuguesas em África, foi muito defendida pelos grupos conservadores. Os defensores da Política Externa Independente, ao contrário, pronunciavam-se pela independência das colônias.³⁴

Aliado às atitudes propugnadas pela PEI, a proposta das reformas de base e a regulamentação da lei de remessa de lucros ao exterior, no âmbito interno, contribuíram para a derrocada da República Liberal. Junte-se a isso o progressivo distanciamento entre os partidos PTB e PSD, que proveram suporte às eleições de Vargas, Dutra e JK, bem como à de João Goulart como vice-presidente – considerado herdeiro político do getulismo –, concomitantemente à aproximação entre UDN e PSD, fator que eclodia o sustentáculo de poder vigente entre 1945 e 1964.³⁵

A PEI em ação: a África no portfólio de relações exteriores do Brasil

Durante a vigência da PEI, inaugurou-se representações diversas do Brasil na África, nomeou-se o primeiro embaixador negro da história nacional – o jornalista Raymundo de Souza Dantas, para o posto em Gana –, fez-se a primeira viagem de um Ministro de Estado das Relações Exteriores ao território africano e se criou a Divisão de África (DAF) no Itamaraty. Constata-se, finalmente, uma série de realizações do Estado brasileiro que denota a elaboração de uma política africana durante o período que compreende a ascensão de Jânio Quadros à presidência da República até a eclosão do regime militar. Naquele contexto, mostrou-se imprescindível o papel desempenhado por Afonso Arinos e San Tiago Dantas, que imprimiram nova roupagem às relações entre Brasil e África.

³³ TEIXEIRA DA SILVA. O Brasil no Mundo: política externa e de defesa, 1945-2012, p. 136.

³⁴ BARBOSA. Parlamento, política externa e o Golpe de 1964. p. 269.

³⁵ _____. Parlamento, política externa e o Golpe de 1964.

A PEI pode ser interpretada como exercício diplomático responsável por efetuar a ligação entre o Brasil e a África, sem descuidar das tradicionais relações com Portugal. Dessa forma, materializava-se a ideia de Freyre que defendia que o estreitamento do relacionamento entre brasileiros e africanos não deveria se fazer em prejuízo do elemento português.³⁶ Esse movimento pode ser analisado como reflexo do próprio pensamento de Freyre e Arinos, para quem, de acordo com Veloso e Madeira,

apesar de os intelectuais se autoatribuírem a missão de especificar o conteúdo singular da cultura brasileira, eles valorizavam também, sobretudo, a etnia portuguesa branca [entre eles, destacando-se Afonso Arinos de Melo Franco, *nota das autoras*], pois, segundo eles, foi ela que ensinou a operatividade material da sociedade, tendo em vista a implementação das técnicas produtivas que permitiram o estabelecimento de uma civilização.³⁷

Deixava-se, portanto, de se exibir um diagrama de política externa para o mundo lusotropical trazendo tão somente Brasil, de um lado; e Portugal, do outro – esquema que vigorou até o governo JK –, e passava-se à conformação de um triângulo, com a África ocupando um dos vértices. Com efeito, em sua mensagem transmitida ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1961, Jânio Quadros “sobrelewa o vínculo perene com o povo português”, ao mesmo tempo em que ressalta uma “verdadeira identidade espiritual” com o povo africano, evocando a “imensa dívida”³⁸ que o Brasil teria com ele.

Conforme assinala Saraiva, tratava-se de “convencer os Estados africanos de que as relações históricas do Brasil com Portugal, última metrópole colonial da África, não inibiriam o desenvolvimento de relações com os países da região”³⁹. Nesse sentido, constata-se plena consonância com o raciocínio expresso anteriormente por Gilberto Freyre, que encontraria ecos quando da institucionalização de arranjos de concertação diplomática entre os dois lados do Atlântico Sul no final do século XX, como o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), instituído em 1989 durante o governo de José Sarney, que seria considerado o precursor da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), criada em 1996, no curso do mandato de Fernando Henrique Cardoso.

³⁶ LEITE. Raízes africanas da política externa brasileira: pensamento freyreano, Política Externa Independente e contribuições para o acumulado histórico da diplomacia nacional, p. 7.

³⁷ VELOSO; MADEIRA. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*, p. 147.

³⁸ QUADROS, Jânio. Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República na Abertura da Sessão Legislativa de 1961. In: *Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, pp. 23-24.

³⁹ SARAIVA, José Flávio Sombra. *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012, p. 21.

José Augusto de Araújo Castro, último chanceler da PEI, foi o único entre os cinco a ser diplomata de carreira, o que pode refletir a própria internalização do pensamento africanista propugnado por aquele movimento diplomático no próprio serviço exterior brasileiro. A nomeação de Araújo Castro ao posto de ministro de Estado das Relações Exteriores viria a "romper decisivamente com o tabu de não nomear diplomatas de carreira para a Chefia da Casa"⁴⁰.

Entendo que Araújo Castro reforçou e confirmou os princípios da PEI no que concerne ao seu eixo africanista, como apoio à descolonização, à autodeterminação dos povos, à não intervenção e à luta contra o racismo. O ápice dessa confirmação se daria com o ilustre discurso dos 3Ds – por ocasião da abertura da XIV sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas –, que pregava o desarmamento, desenvolvimento e descolonização, em sintonia com as necessidades das nações subdesenvolvidas e pobres.

O diplomata retornará ao cargo de ministro do MRE à época da ditadura civil-militar, quando condena o regime de *apartheid* sul-africano como crime contra a humanidade. Conforme Sardemberg,

Consciente da complexidade racial do nosso país, Araújo Castro preocupava-se com a interface da diplomacia brasileira com o seu próprio panorama étnico. Nesse contexto, sustentou que o *apartheid* não podia ser relegado ao esquecimento, pois que agredia diretamente a vivência brasileira, as nossas aspirações e o modo de organização de nossa sociedade. Essa era a dimensão que dizia respeito, à política africana do Brasil e à nossa posição parlamentar nas Nações Unidas.⁴¹

Amado Cervo define acumulado histórico da diplomacia de determinado país como o agregado de princípios e valores que conduzem sua política exterior.⁴² Ainda de acordo com o autor, esses padrões de conduta conferem previsibilidade à ação externa, tanto para analistas nacionais quanto para estrangeiros, e moldam a conduta externa dos governos, não se alterando em razão da sucessão de mandatários ou mesmo de mudanças de regime,⁴³ Com base nesse conceito, constata-se que a PEI introduziu o componente africano à política externa brasileira,

⁴⁰ SARDERMBERG, Ronaldo Mota. João Augusto de Araújo Castro: Diplomata. In: *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)* (org. José Vicente de Sá Pimentel), vol. 3. Brasília: FUNAG, 2013, p. 1088.

⁴¹ SARDERMBERG. João Augusto de Araújo Castro: Diplomata. p, 1093.

⁴² CERVO. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*.

⁴³ _____. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*.

que – apesar da diferença de ênfase atribuída pelos governos subsequentes – passou a não mais ser desconsiderada no cálculo de ação internacional do país.

Em complemento à ideia desenvolvida por Cervo, pode-se apresentar aquela introduzida por Gelson Fonseca Jr., qual seja a de “cenários obrigatórios’, ou seja, aqueles em que o país é forçado a atuar, tanto quanto quer ser ativa, propor iniciativas, quanto age defensivamente quando as circunstâncias impõem”⁴⁴. Inegavelmente, a África passou a configurar um desses cenários para a atuação exterior do Brasil.

Interessante notar que a PEI é frequentemente interpretada como progressista, apesar de ter sua elaboração e consecução inicialmente a cargo de homens de orientação conversadora, como o eram Afonso Arinos e Jânio Quadros. Versando sobre essa aparente dualidade presente na PEI, Barbosa destaca ser a seguinte a “singularidade da Política Externa Independente” à época:

ela que, na prática, jamais foi revolucionária, ganhou roupagem ideológica que lhe quiseram impor – à esquerda, uma espécie de instrumento de libertação nacional e, à direita, a inocente útil a serviço do comunismo internacional, logo, fantasma a ser exorcizado.⁴⁵

Nas palavras de Veloso e Madeira, Freyre “é um personagem controverso, acusado simultaneamente de progressista e conservador, de democrático e autoritário, e de personalista em sua análise da cultura brasileira”⁴⁶.

A exposição apresentada por Freyre mostrava-se adequada aos anseios da elite dirigente nacional, uma vez que não se fazia por meio de rompantes declaratórios de cunho radical. Do contrário, defendia uma espécie de modernismo conservador de matiz conciliatório entre o Portugal salazarista, seus territórios do ultramar e o Brasil. Em suma, uma transição sem rupturas. De acordo com Veloso e Madeira,

senso histórico não é aceitação pura e simples da mudança, mas o reconhecimento e a aceitação da mudança na continuidade, e da continuidade na mudança. Gilberto Freyre não compreende a realidade como algo parado, estático, estacionado, ao contrário, acredita que há um processo de continuidade, que garante a possibilidade de mudança na sociedade brasileira.⁴⁷

⁴⁴ FONSECA JÚNIOR. “Política Externa Brasileira: padrões e descontinuidades no período republicano”, p. 18.

⁴⁵ BARBOSA. “Parlamento, política externa e o Golpe de 1964”, p. 271.

⁴⁶ VELOSO; MADEIRA. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*, p. 147.

⁴⁷ VELOSO; MADEIRA. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*, pp. 155-156.

Ademais, complementam afirmando que Freyre “vê a continuidade, como a mudança, numa outra perspectiva, não como ruptura, como o marxismo propunha, mas como movimento de transformações graduais”⁴⁸.

A continuidade, como defende Gelson Fonseca Jr., seria um dos traços característicos da política externa brasileira, servindo à sua credibilidade. Com efeito, argumenta o autor

é curioso que chanceleres que promoverem mudanças, como o próprio Rio Branco (no início do século) ou San Tiago Dantas (nos anos 1960), e mesmo presidentes, como Getúlio Vargas, prestaram, no plano do discurso, tributo à continuidade, como se essa reforçasse a legitimidade do que faziam, disfarçando de permanentes as mudanças de orientação que patrocinavam.⁴⁹

Como complementa o autor em outro artigo,

San Tiago não reclama para o que a política externa que desenvolve o rótulo da novidade [...]. O chanceler inova, mas não precisa dizer que inova. Os valores que exalta, como o da atitude pacifista do Brasil, valem mais justamente porque estão sustentados historicamente.⁵⁰

Os contornos da política africana do Brasil desenhados na década de 1960 somente ganharia projeção efetiva, argumenta Fonseca Jr., quando se abandonou o apoio às posições de Portugal na ONU, o que se efetivou em 1974, com a deposição de Marcelo Caetano e do consequente encerramento do regime salazarista. Não obstante a diferença de ênfase atribuída pelos governos subsequentes, a dimensão africana passaria a configurar um dos cenários obrigatórios da política externa brasileira, integrando efetivamente o acumulado histórico e prático da diplomacia nacional. Assim, o serviço exterior do Brasil, bem como o empresariado e a academia teriam de empreender enorme conjugação de forças para a compreensão da África – subsaariana, em especial – em seus múltiplos aspectos, uma vez que o desconhecimento predominava, de parte a parte. Esse exercício de conhecimento mútuo persiste até os dias de hoje, logrando obter avanços significativos, como se constata em função do aumento substantivo da presença do Brasil na África e, paralelamente, da África no Brasil.

⁴⁸ _____. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. p. 156.

⁴⁹ FONSECA JÚNIOR. Política Externa Brasileira: padrões e discontinuidades no período republicano, p. 17.

⁵⁰ FONSECA JÚNIOR, Gelson. Francisco Clementino San Tiago Dantas: o conflito Leste-Oeste e os limites do argumento racional. In: *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)* (org. José Vicente de Sá Pimentel), vol. 3. Brasília: FUNAG, 2013, p. 17.

O conceito de família feliz nas crônicas de colunas femininas de Clarice Lispector

The concept of happy family in women's column chronicles of Clarice Lispector

Júlia Rodrigues Vieira

Mestranda em História

Universidade do Estado de Santa Catarina

hst.julia@icloud.com

Recebido em: 08/08/2014

Aprovado em: 26/05/2015

RESUMO: Este estudo analisa as colunas femininas publicadas pela escritora Clarice Lispector entre os anos de 1950 e 1961. O recorte temporal foi motivado pelas fontes documentais: os jornais cariocas “Comício”, “Correio da Manhã” e “Diário da Noite”. Nestes periódicos, Clarice Lispector assinou suas colunas com o artifício de pseudônimos, como Teresa Quadros, Helen Palmer e Ilka Soares – neste caso como *ghost writer* - cada uma das colunas se direcionavam para diferentes públicos femininos provenientes das camadas média e alta brasileira: mulheres intelectualizadas, mulheres casadas, moças que pretendiam casar. Estes escritos, analisados sob a perspectiva da análise do discurso, objetivavam introduzir e/ou reafirmar os valores e práticas da norma familiar burguesa para estas parcelas da população que se diferenciavam das outras classes sociais, moldando um exemplo de família a ser reproduzido no país.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa, Clarice Lispector, Família

ABSTRACT: This study examines women's columns published by the writer Clarice Lispector between the years of 1950 and 1961. The time frame was motivated by the documentary fonts: the Rio newspapers "Comício", "Correio da Manhã" and "Diário da Noite." In these journals, Clarice Lispector signed her columns with the artifice of pseudonyms, as Teresa Quadros, Helen Palmer and Ilka Soares - in this case as a ghost writer - each of the columns are directed to different audience women from middle and high classes from Brazil: intellectualized women, married women, women who wanted to get married. These writings, analyzed from the perspective of discourse analysis, aimed to introduce and / or reaffirm the values and practices of the bourgeois family norm for these population groups that were different from other social classes, framing a family example played in the country.

KEYWORDS: Press, Clarice Lispector, Family.

Introdução

O seguinte artigo se propõe a navegar no universo clariceano de jornalismo. Sua produção pode ser encontrada nos livros *Só para mulheres* e *Correio feminino*, compêndios com 473 microtextos no total, esses foram selecionadas a partir das colunas publicadas nos periódicos cariocas. Foram analisadas 61 desses microtextos para este artigo¹ com o objetivo de estudar a fundo a jornalista Clarice Lispector partindo do momento histórico que estas refratam², ou seja, o período compreendido entre os anos de 1950 e 1961, momento no qual o país vem guiado por J.K e sua política de metas e modernização.

A contribuição da autora em periódicos assume o novo papel de difundir ao público feminino discursos sobre práticas e normas sociais condizentes com o processo de mudança trazido pela modernização. No governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil abre as portas para a industrialização e o consumismo começa a seduzir os brasileiros das camadas médias. Porém, segundo Anna Cristina Figueiredo³, não será apenas em função do consumo que as famílias vão querer adquirir estes bens; ao consumir as classes se distinguiriam entre si.

A modernização do país enunciou a abertura de possibilidades para as mulheres em setores de atividades considerados somente território masculino, porém alguns valores sociais se reforçaram no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Representações de mulheres como donas-de-casa e mães, homens viris e provedores da família e crianças brincalhonas e educadas.⁴ Estes valores atuam fortemente no país, vindo a enfraquecer somente com o discurso Feminista que toma vulto no país duas décadas mais tarde.⁵

Para tanto, nesse momento, o melhor meio para disseminar esses discursos era a mídia. Exemplos de como se comportar e do que era socialmente aceito e belo, poderiam ser difundidos a todas as classes sociais através dos meios midiáticos. Segundo Tânia de Luca⁶, a imprensa e as introduções de novos valores culturais não se dissociam em sua História. As mídias acompanham as inovações tecnológicas, durante a década de 1950 e se consolidam como um novo poder de caráter político.

¹ Nos livros onde as colunas estão publicadas apenas constam as datas de publicações. Em alguns casos, há colunas onde só cita-se o ano de publicação, sem data ou mês de publicação.

² Segundo o conceito de Mikhail M. Bakhtin.

³ FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. *"Liberdade e uma calça velha, azul e desbotada": publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil, (1954 - 1964)*. São Paulo: Hucitec: História Social-USP, 1998.

⁴ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011. 303p.

⁵ ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. 4.ed. -. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984. 77p.

⁶ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. MARTINS, Ana Luiza.; DE LUCA, Tania R. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. 303p.

Um discurso midiático que segundo as ideias de Michel Foucault pode ser visto não como:

[...] uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais, que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.⁷

Desse modo, para o autor francês, tudo está mergulhado em interligações de poder e conhecimento, que se acenam reciprocamente, ou seja, os discursos estabelecem práticas sociais, ligadas às relações de domínio, que as pensam e as atualizam.

A configuração da família que se edificava na sociedade brasileira era de propor uma construção social de poder presente nos vários discursos da época, o Código Civil de 1916 já indicava as possibilidades de papéis de homens e mulheres. Mary Del Priore explica:

Nele, a mulher era considerada altamente incapaz para exercer certos atos e se mantinha em posição de dependência e inferioridade perante o marido. [...] Ao marido, cabia representar a família, administrar os bens comuns e aqueles trazidos pela esposa e fixar o domicílio do casal.⁸

O discurso jurídico já indicava as relações de poder e domínio dentro do espaço privado, estabelecendo quais as funções do cônjuge dentro do relacionamento matrimonial. E esse mesmo Código ainda determinava mais comportamentos admissíveis nos casamentos, e Priore continua ao “estender aos “cônjuges” a responsabilidade da família, nem trabalhar a mulher podia sem permissão do marido. [...] A ela cabia a identidade doméstica; a ele, a pública”.⁹ Resignada a espaço privado, a mulher se dedicava ao lar e a maternidade.

A imprensa alimentava as afirmações do meio jurídico divulgando o comportamento social adequado. Deste modo, através das colunas é possível conhecer o discurso que adere a nova classe média deste período. Como bem lembra Joan Scott¹⁰, as relações entre sexos são

⁷ FOUCAULT, Michel; Luiz Felipe Baeta Neves. *A arqueologia do saber*. 6ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. p.56

⁸ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*, p.246

⁹ _____. *História do amor no Brasil*, p. 246.

¹⁰ SCOTT, Joan W. *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990.

construídas socialmente, porém, mesmo sendo ligadas entre si devem ter análises distintas. A autora ainda afirma que:

O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder.¹¹

Lígia Albuquerque de Melo¹² lembra que o estudo sobre gênero demanda dar espaço à busca de sentido do comportamento de homens e mulheres como seres socialmente sexuados. Esta reflexão nos mostra que devemos abranger tanto o universo feminino quanto o masculino, sempre tendo em vista a perspectiva de Gênero, que transcende as relações assimétricas entre homem e mulher, masculino e feminino, pois envolvem questões sociais, políticas, econômicas, ideológicas, discursivas, históricas e culturais.

Entende-se desse modo que, para um melhor entendimento da análise do discurso que norteia esta escrita da História entre o universo masculino e feminino, deve-se primeiramente apreender e identificar homens e mulheres como sujeitos concretos inseridos dentro de um determinado contexto. Assim, cabe aqui explicitar o que compreendemos por análise do discurso, parafraseando Michel Foucault¹³ que discorre que o discurso não deve ser entendido apenas como um conjunto de signos portadores de uma verdade, mas também é preciso conhecer sua historicidade e as relações de poder que o constituíram. Tendo em vista esta premissa, Foucault, realiza um questionamento: “O que há de tão perigoso nas pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente?”¹⁴ Na obra “A Ordem do Discurso” o autor apresenta seus argumentos na resposta da indagação:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso — como a psicanálise nos mostrou — não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que — isto a história não nos cessa de ensinar — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.¹⁵

¹¹ SCOTT, Joan W. *Preface a gender and politics of history*. Cadernos Pagu, n.º. 3, Campinas/SP 1994, 1994. p.13

¹² MELO, Lígia Albuquerque de. *Gênero: da omissão à invisibilidade*. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULACIONAIS, 2000, São Paulo

¹³ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

¹⁴ _____ . *A ordem do discurso*, p.8

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*, p.10.

O discurso, para o referido autor, é ainda acompanhado por um “ritual” de qualificação onde um conjunto de enunciados engendra os sujeitos. Em “*A Ordem do Discurso*”, Foucault discorre sobre enunciados ao tratar da emergência dos saberes disciplinares a partir do século XVIII no mundo ocidental. Os enunciados configuram/delimitam os saberes disciplinares, sendo que uma proposição construída fora de determinada ordem discursiva prevalecente, por exemplo, será considerada credence popular ou senso comum.¹⁶

Não obstante, outro ponto chama a atenção no tema de estudo foi à utilização de pseudônimos e de assumir-se como *ghost writer*. Teresa Quadros, Helen Palmer e Ilka Soares – neste último como *ghost writer*, possibilitam que Clarice se apresente com outras falas. Ao organizar os artigos de maneira cronológica, transformaram-se em um manual de “boas condutas” para as mulheres donas de casa.

Além desses jornais, muitos impressos publicavam estes mesmos “manuais” de boas condutas femininas, o que demonstra uma aplicação massiva de discursos voltados para a construção de uma ordem social familiar. Como ressalta Foucault:

[...] suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e temível materialidade.¹⁷

Através da escrita jornalística de Clarice Lispector poderemos perceber os discursos que permeiam as mulheres no seio da família nuclear burguesa na metade do século XX e sua aceitação ou não por parte delas numa sociedade extremamente patriarcal e elitista.

A imprensa e os pseudônimos de Clarice

Para superar a Clarice Lispector escritora, fui conhecê-la e redesenhá-la em sua biografia.

Assim, um dos principais desafios dos biógrafos na atualidade é capturar os personagens enfocados a partir de diferentes ângulos, construindo-os não de uma maneira coerente e estável, mas levando em conta suas hesitações, incertezas, incoerências, transformações. Isso implica também o abandono da linearidade cronológica, a que obriga os historiadores a lidarem com diferentes temporalidades: tempo “contextual” (o panorama político, econômico, cultural), tempo familiar, tempo interior, tempo da memória, etc.¹⁸

¹⁶ _____ . *A ordem do discurso*, 79 p.

¹⁷ _____ . *A ordem do discurso*, p.7-8.

¹⁸ SCHMIDT, Benito Bisso. *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC, 2000. p.199.

A biografia que Benjamin Moser¹⁹ escreve de Clarice possibilita que a vejamos para além da literatura, a inserindo em diferentes aspectos cotidianos. Esta não foi a primeira biografia publicada sobre a escritora, em um mesmo momento de lançamento do título de Moser, era publicado também uma fotobiografia, pesquisa realizada pela historiadora Nádia Battella Gotlib. Tal historiadora publica uma biografia de Clarice nos anos de 1990: *Clarice, uma vida que se conta*, obra que Moser se baseia para realizar seus estudos.

Considerando o momento das publicações, anos 2000, ative-me apenas a biografia de Moser, escolhendo não trabalhar com imagens, voltando-me a narrativa do historiador, priorizando a utilização de fontes documentais mais recentes. Nesse sentido entendo também o que Schmidt coloca em relação à construção do personagem na biografia.

[...] deve-se dar-se conta de que a biografia é sempre uma construção possível, entre tantas outras, a respeito de um personagem, e nunca “o” retrato definitivo. Neste sentido, precisa renunciar à busca de uma essência social ou psicológica que explique a trajetória examinada, para levar em conta as mudanças de rota, os percalços, os acasos, os possíveis de cada existência.²⁰

Ao trabalhar a vida de Clarice, Moser²¹ embrenha-se em uma vasta pesquisa para apontar o maior número de encontros e desencontros da vida de Clarice, completando ao máximo sua personalidade e a significando, não em sua essência, mas apontando fatos de sua vida.

[...] uma vida não pode ser compreendida unicamente através de seus desvios ou singularidades, mas, ao contrário, mostrando-se que cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica.²²

Desde os oito anos (quando sua mãe sofreu um atentado)²³, Elisa, a irmã mais velha, tornou-se dona de casa. Já no Rio de Janeiro, Clarice ingressa na faculdade de Direito onde conheceria seu futuro marido, Maury Valente Gurgel.

Em 1940, Clarice começou seu envolvimento com a imprensa, publicando um conto na revista “Pan” e na revista “Vamos Ler”. Além disso, trabalha na Agência Nacional como repórter e entrevistadora era a única mulher naquela redação e uma das poucas mulheres jornalistas no país, durante este período.

No ano seguinte, Clarice começa um romance com Maury Valente Gurgel, seu futuro marido. Devido ao emprego do marido, diplomata, Clarice vai lutar para conseguir a

¹⁹ MOSER, Benjamin. *Clarice, uma biografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, 647p.

²⁰ SCHMIDT, Benito Bisso. *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. 2000. p.201,

²¹ MOSER, Benjamin. *Clarice, uma biografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2009, 647p.

²² LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 176.

²³ Enquanto sua família fugia dos *pogroms* – atos de violência antisemita ou contra qualquer minoria europeia realizada pelos russos –, a mãe de Clarice foi estuprada e contraiu sífilis.

nacionalidade brasileira, só obtida dois anos depois, quando se casou. A questão da nacionalidade de Clarice permanece em discussão no Itamaraty, onde era a segunda esposa judia de um diplomata brasileiro, gerando estranhamento. Os cariocas tinham um forte preconceito em relação aos judeus por função de seus negócios na cidade durante os primeiros anos do século XX: ligados à prostituição ou profissões ilegais.

O primeiro sucesso vem em 1943, quando estreia como escritora com o livro “Perto do Coração Selvagem”, a Clarice jornalista precedeu a Clarice escritora. A maternidade vem em 1948, nascendo Pedro, que mais tarde, foi diagnosticado com esquizofrenia.

Apesar das últimas críticas, em 1951, quando retorna ao país, o colega Rubem Braga irá lhe propor participar em um jornal que estava para lançar, o “Comício”. Clarice assumiria a coluna feminina enquanto estivesse no Brasil. Motivada a adotar um pseudônimo²⁴, a escolha do nome foi responsabilidade do próprio Rubem Braga. Só deixará de assumir pseudônimos em 1968, quando assina uma coluna em jornal pela primeira vez com seu nome legítimo.

Além das preocupações com sua literatura, Clarice também se preocupava por tratar-se de uma coluna feminina. Devido ao lugar ocupado pelas mulheres na sociedade este fato também lhe provocava insegurança.

[...] “Desconfio de que a coluna ia descambar para assuntos estritamente fúteis femininos, na extensão em que feminino é igualmente tomado pelos homens e mesma pelas próprias mulheres: como se uma mulher fizesse parte de uma comunidade fechada, à parte, e de certo modo segregada”, ela escreveu mais tarde.²⁵

Clarice temia as impressões dos escritos para mulheres, pelas considerações de assuntos desimportantes, consciente da subversão de gênero que a sociedade pregava. Por isso, não queria associar-se a essas representações sociais. Contudo, a autora seria uma figura ideal para desempenhar o papel de conselheira. Casada já há mais de 5 anos, acompanhando o marido onde quer que fosse enviado a trabalhar e convivendo com importantes líderes políticos, considerando o meio social diplomático, Clarice correspondia como um exemplo de boa esposa, conseqüentemente, uma boa conselheira a solteiras, noivas ou recém-casadas.

Devido à diagramação o jornal tornava instável o “laço” da coluna com as leitoras, Nunes explica que “O fato da coluna não ser publicada sempre na mesma página afrouxava um pouco a

²⁴ A motivação para a adoção de um pseudônimo é explicada entre os autores que abordam a sua atividade como jornalista e seu último biógrafo, todos são unânimes em afirmar que a adoção esta associada à reputação que uma mulher de diplomata deveria ter.

²⁵ NUNES, Aparecida Maria. Clarice Jornalista: páginas femininas e outras páginas. 2006. p.137 *apud* MOSER, Benjamin. *Clarice, uma biografia*, p.291-292.

cumplicidade Teresa Quadros e suas leitoras. É como se o encontro marcado nunca acontecesse no mesmo lugar.”²⁶

Em 1959, desquitou-se e retorna ao Brasil. Mesmo com o emprego em revista e com o auxílio financeiro fornecido pelo ex-marido, fixar-se no Brasil foi um processo penoso. Além de toda a questão financeira, havia também as questões sociais pelo desquite, deveria dedicar-se apenas aos cuidados com os filhos.

Clarice aceita mais um trabalho em jornal para complementar renda. Agora era contratada pelo jornal; “Correio da Manhã”. Contudo, havia uma peculiaridade, não seria o jornal quem requisitava sua presença, mas sim a marca “Pond’s” - fabricante de cremes faciais. Como Helen Palmer (o pseudônimo escolhido para tal periódico), deveria mais do que dispor conselhos, teria que divulgar a marca e realizar uma sutil propaganda do produto e estimulando o consumo.

Já mais experiente, Clarice possuía imagem melhor de seu público alvo, e vai assim descrevê-la:

Ela estuda, ela é moderna e interessante sem perder seus atributos de mulher, de esposa e de mãe. [...] conhece alguma coisa mais além de seu tricô, dos seus quitutes e dos seus “bate papos” com vizinhas. [...]

Ser *moderna* era uma coisa, mas Clarice e Helen não tinham paciência com uma mulher que “fuma como um homem, em público, cruza as pernas com uma desenvoltura chocante, solta gargalhadas escandalosas, bebe com exagero, usa gíria de mau gosto, palavreado grosseiro, quando não se desmoraliza repetindo palavrões” A nova mulher de Clarice, era antes de tudo, uma dama.²⁷

O jeito moderno de Helen Palmer fazia com que Clarice Lispector se tornasse mais íntima dela e conseqüentemente, suas leitoras também o seriam. Através de seu vocabulário produzia um diálogo que as conquistava.

Por fim, chega a trabalhar no “Diário da Noite” jornal mais vendido pela tarde. Aqui o convite era para trabalhar assumindo uma coluna como *ghost writer* da jovem atriz, Ilka Soares. Apesar disso, mesmo conversando com Ilka Soares pessoalmente, as duas não desenvolveram uma amizade. Em uma entrevista à Wagner de Assis²⁸, Ilka Soares afirmou que levava alguns recortes para que Clarice olhasse, mas que não havia intimidade entre elas. Para o biógrafo de Clarice:

“O que você talvez não saiba é que uma atriz também procura se inspirar nas mulheres que lhe agradam”, escreveu “Ilka”. “Nunca me afastei da pessoa que você é. Procuo adivinhar por que você gostaria de ouvir como canção, que

²⁶ MOSER, Benjamin. *Clarice, uma biografia*, p.121.

²⁷ MOSER, Benjamin. *Clarice, uma biografia*, p. 354.

²⁸ ASSIS, Wagner de. *Ilka Soares: a bela da tela*. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Cultura – Fundação Padre Anchieta, 2005, 264 p.

sentimentos gostaria que eu exprimisse, que modelo você imaginou em linhas gerais para o seu novo vestido.” A julgar pelos tipos de coisa que Clarice achava que “você” apreciava, “você” não tinha sido atingida pelo feminismo.²⁹

Além disso, na mesma entrevista citada, Ilka Soares comenta que viu Clarice apenas duas vezes. Clarice, a partir deste pouco contato, presumiu quem era Ilka Soares e tratou de retratá-la a sua maneira. O fazer da coluna foi um grande sucesso, de acordo com Dines, colega de trabalho, era responsabilidade da própria Clarice, que se dedicava na composição de sua coluna e no estudo em revistas estrangeiras para buscar imagens para melhor arranjar suas páginas.

[...] Clarice Lispector já trazia pronta, com fotos que recortava de revistas americanas. “Tudo coladinho”. A perfeição era tal ordem que nem mesmo os editores se preocupavam em revisar. Apenas o diagramador dava os toques finais, seguindo o esquema já preparado. [...]
Clarice nunca atrasava nem deixava de entregar a página. Quando seu material chegava à redação, imediatamente era encaminhado à oficina. A confiança era total [...].³⁰

Por tratarem de temas comuns algumas colunas chegavam a se reaproveitadas de um jornal para o outro, ou também simplesmente escritas de duas maneiras diferentes para constar nos dois jornais – já que escrevia simultaneamente para o “Correio da Manhã” e o “Diário da Noite”. Acompanhando suas colunas é possível ver a experiência de Clarice ao escrever para os jornais. Sua linguagem fica mais íntima, acerta mais o tema das colunas, adequando cada vez mais a seu público. Observo como um processo de autoconhecimento da autora; Quando começa a trabalhar como Helen Palmer, já estava no processo de seu desquite, sendo sua necessidade a afirmação como dama bem comportada, indo ao encontro de padrões sociais, mas também possibilitando as mulheres que se tornassem modernas, poderiam trabalhar e cuidar dos filhos sem se preocuparem com seu estado civil.

Ser desquitada, em 1959, não era tarefa fácil, pois era necessário lidar com a opinião dos vizinhos e conhecidos. Mary Del Priore³¹, afirma que, mesmo tendo aumentado o número de divórcios no Brasil, entre os anos de 1940 e 1960, a imagem das mulheres pouco se alterara. Já quando escreve como Ilka Soares, sabia da necessidade de alguns conselhos práticos para o cotidiano das leitoras.

Para analisar os escritos, preoquei-me em perceber as experiências de Clarice:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é

²⁹ MOSER, Benjamin. *Clarice, uma biografia*, p. 356.

³⁰ NUNES, Aparecida Maria. *Clarice Jornalista*, p.248-249.

³¹ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*, 303p.

quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações.³²

Por isso entendo que não se trata apenas de falar de Clarice como uma jornalista que assumia pseudônimos para publicar em jornais. Também era um sujeito de seu tempo, vivendo as cobranças de comportamento e conduta. Esse paralelo entre vida e trabalho contribuiu para uma compreensão mais completa, por mais que a narrativa biográfica possua limites com o texto histórico o que concorda com Rosenthal:

Essa disputa de prioridades entre “texto” e “vida” já existe desde os primórdios das pesquisas biográficas. Isso resultou de uma noção por demais simples e enganosa da realidade social como se ela fosse independente da experiência e da estruturação simbólica, implicando a busca unilateral de uma realidade à qual supostamente o texto se refere; a função auxiliar do texto desvaloriza a realidade deste como textura social primordial. Deixamos de aproveitar o texto ou a história de vida como realidade em si mesma, quando essa é a única coisa em que deveríamos estar interessados como cientistas sociais.³³

Antes de suas colunas, a sua vida, suas percepções sobre a sociedade – que se baseiam em suas experiências pessoais –, importam para analisar melhor o que escrevia e porque escrevia tais afirmações. Depois da narrativa de parte da vida de Clarice, torna-se importante saber quais eram as características da imprensa brasileira do período.

Dos bondes as livrarias: a imprensa brasileira na década de 1950

A imprensa passou por drásticas transformações ao longo dos anos de 1950. Vinha de um mercado pequeno, em função do baixo número de letrados no país, de manutenção desgastante e muito cara. Uma eficiente tecnologia era preciso para que os meios de comunicação se fortalecessem no cotidiano e que a imprensa pudesse acompanhar as dinâmicas novas pelos quais a sociedade vinha passando. As mudanças foram desde a gerência até a tiragem, adequando-se ao modelo norte-americano.

O ideal deste modelo era a objetividade do jornalismo. Por isso, a imprensa começa a se desvincular do meio literário e do meio político. Porém, as mudanças não significaram eliminação de espaços opinativos.

A afirmação da hegemonia da informação objetiva não significou a eliminação do espaço opinativo, literário ou mesmo ficcional no interior dos jornais. *Ao contrário, os lugares dedicados a esses gêneros discursivos foram revalorizados. As crônicas e*

³² BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*, p.189-190.

³³ ROSENTHAL, Gabriele. A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 193-194.

as colunas assinadas, por exemplo, receberam grande impulso, conformando-se definitivamente como gêneros jornalísticos [grifo meu].³⁴

O Brasil, mesmo importando estas propostas, readaptou-as ao que já era realizado no país e o exemplo são as crônicas e os romances que continuaram a ser publicados.

[...] A imprensa dos Estados Unidos serviu como um modelo, um referencial, para o Brasil, mas esta – apesar das reformas – continuou por uma lógica diferente daquela. [...] Em certa medida, funcionaram como um álibi, como um mecanismo para legitimar – num novo contexto – o exercício de velhas práticas.³⁵

Ao importar valores, o jornalismo ainda patinava com as incertezas do que fazer com todas as medidas tomadas para se transformar em um trabalho regulamentado. Inaugurava um momento de incerteza para quem trabalhava com imprensa.

Os jornais produziam manchetes em função do comportamento de seus donos, um exemplo é de Assis Chateaubriand. No livro *História da Imprensa no Brasil*, Ana Maria Martins e Tânia de Luca³⁶, narram como o empresário conquistava patrocinadores comprando produtos e os analisando quimicamente para garantir que os mesmos não faziam mal, os donos também se envolviam em escândalos relativos aos pedidos de aumento de salário de seus funcionários. Essas notícias afastavam os intelectuais do ingresso no jornalismo.

Os textos também se modificam ganhando um importante atrativo com a junção de figuras. No caso de Clarice, uma de suas marcas, como já foi dito, era sua preocupação com as figuras que acompanhariam suas colunas. Devido a tantas mudanças, a editoração deveria ser criteriosa para garantir o sucesso da coluna. Tantas especificações passam a exigir uma formação específica, a Faculdade Cásper Libério inaugura o primeiro curso de jornalismo no final de 1940.

Com as mudanças de mercado, mesmo com o aumento do número periódicos no Rio de Janeiro, foram apenas três que se destacam e monopolizam o meio. Até o final dos anos 1970, os três jornais trabalhados aqui sucumbirão à disputa do mercado, todavia o fator que mais alterou a dinâmica é o crescente número de leitores.

Ao longo dos anos de 1950 e 1960, a imprensa sofreu um sério abalo com a chegada da televisão, a publicidade que antes sustentava o meio impresso, se voltava à televisão. A forte

³⁴ RIBEIRO, Ana Paula G. *Modernização e Concentração: A Imprensa carioca nos anos 1950 – 1970*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 427.

³⁵ RIBEIRO, Ana Paula G. *Modernização e Concentração*, p. 434-435.

³⁶ MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania R. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, 303p.

influência política foi um dos meios para manter as publicações impressas, os governantes da federação negociavam, politicamente, apoio e propaganda política.

A publicidade foi um fator importante para o financiamento dos jornais, se tornando únicos responsáveis por manter os impressos ainda no mercado.

Do ponto de vista econômico, o processo de concentração empresarial decorreu de uma aguda crise por que passou a imprensa devido a um conjunto de fatores (alguns macroestruturais, outros conjunturais), como a queda do volume de publicidade, o desenvolvimento da televisão e os problemas com o preço do papel de jornal.³⁷

O jornalismo impresso parou de disputar as campanhas publicitárias com a televisão no Brasil quando este veículo afirmou-se no cotidiano da sociedade. Após o mercado da televisão construído, a publicidade volta aos jornais, agora a emissora de televisão e os jornais estabeleciam laços, garantindo um mesmo público.

Refletindo sobre as colunas femininas nos jornais e como elas reproduziam padrões sociais, percebeu-se que os periódicos não as consideravam importantes na publicação. Suas publicações possivelmente seriam, para mantê-las nesta situação social de alienação e pelo não tinham muito interesse em torna-las mercado. Um pouco mais tarde, alguns editores perceberam a possibilidade de mercado e neste processo vemos o surgimento de revistas como *Cláudia*.

Toda essa “indústria” era movida, sobretudo pelo trabalho de homens. Casos como de Clarice são exceções; até mesmo em revistas femininas, muitos dos redatores eram homens, que indicavam como as suas leitoras deveriam se comportar.

Esse tipo de jornalismo deveria, supostamente, ser uma voz autorizada nos temas considerados femininos. Independente da camada social, essas colunas deveriam circular para que padrões sociais de comportamento fossem mantidos, essencialmente pelas mulheres. Ao discutir um pouco sobre a imprensa conselheira, Mary Del Priore³⁸, em seu livro “História do Amor no Brasil”, desvenda o que essas colunas significavam. Não se trata de uma lição para a família, mas para as mulheres da família. Por mais que abordassem as práticas masculinas e dos filhos, era responsabilidade das mulheres cuidarem dessas pessoas. Ao cuidar do homem e fazê-lo feliz, a mulher teria uma família feliz. Era preocupando-se com os filhos e, conseqüentemente, educando-os que as mulheres atingiriam a satisfação de sua natureza, ou seja, de serem boas mães. Nessas colunas a mulher era esquecida em meio às coisas da casa, do marido e dos filhos.

³⁷ RIBEIRO, Ana Paula G. *Modernização e Concentração*, p. 431.

³⁸ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*, 303p.

As famílias de Teresa, Helen e Ilka

Para compreender que família buscava-se ser retratada nas colunas, é preciso compreender, o contexto brasileiro do período. Em estudos sobre a temática da família, de acordo com Eni Samara³⁹ é necessário estar atento ao período, local, classe social, além de outros fatores para se compreender sobre qual configuração estamos abordando, pois esta não foi única em todo o país. Para analisar as famílias para quem Clarice Lispector escrevia, atento-me a situação econômica do país, que tipo de público era alvo dos jornais e que famílias estava sendo construídas. Para compreender os temas que a autora abordou nos jornais é necessário conhecer parte do que se passava nos anos de 1950.

Nesta década o Brasil passava por transformações políticas e sociais. O governo mudava sua política econômica, era preciso que o país conseguisse visualizar outras opções que não somente a agrícola. De acordo com Faro e Silva⁴⁰, as situações das empresas nacionais não eram das melhores, gerando problemas de ordem econômica. Em consequência desta situação, o Estado ver-se-á obrigado a intervir na economia para que o país não quebre.

Este plano de mudanças criado pelo governo visava à caminhada para a autossuficiência nacional, como afirmou Faro e Silva.⁴¹ A preocupação era em construir um país que possibilitasse crescer sozinho e ser inserido no cenário internacional graças a suas próprias vantagens e situação financeira. Com objetivo de alcançar essa independência econômica o Brasil voltou seu olhar para os setores de energia, alimentação, etc.

Quem presidia o Brasil e encabeçou toda esta nova forma de pensar o país era Getúlio Vargas. A eleição do novo presidente, Juscelino Kubitschek⁴², não significou a mudança da forma de governo de Getúlio. De acordo com Ângela de Castro Gomes⁴³, houve a interpretação de que JK seria um herdeiro do Governo Vargas, em função das representações sociais que rodavam em torno de sua figura, desde o local de nascimento, até da imagem junto dos trabalhadores.

O novo governante brasileiro obteve sucesso com sua proposta econômica e política: o “Plano de Metas”. Consistia em distribuir cinquenta metas para diferentes setores do país; Segundo Faro e Silva⁴⁴, o principal objetivo do plano era de que os setores se industrializassem de

³⁹ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, 89p.

⁴⁰FARO, Clovis de; SILVA, Salomão L. Quadros da. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, Ângela Maria de Castro; FARO, Clóvis de. *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002 p.67-105.

⁴¹ _____ . *A década de 1950 e o Programa de Metas*, p.67-105.

⁴² Ao longo do texto farei referência ao ex-presidente Juscelino Kubitschek como JK.

⁴³ GOMES, Ângela Maria de Castro. *Qual a cor dos anos dourados?* In: GOMES, Ângela Maria de Castro; FARO, Clóvis de. *O Brasil de JK*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002. p.9-20.

⁴⁴ FARO, Clovis de; SILVA, Salomão L. Quadros da. *A década de 1950 e o Programa de Metas*, p.67-105.

maneira autossuficiente, que pudessem acompanhar as mudanças ocorridas no estrangeiro em relação a equipamentos e modos de produção, para que assim o país encaminhasse a sua independência.

Apesar da satisfação popular o alto financiamento para dar suporte ao crescimento nacional gerou uma alta dívida aos cofres públicos da União.

Na década de 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância.⁴⁵

As transformações econômicas, políticas e sociais caminhavam concomitantemente com as novidades tecnológicas e com as promessas oferecidas pelo modelo capitalista. Novas indústrias incentivavam os brasileiros a entrar de vez no ciclo capitalista: trabalho, emprego e compras. Ao longo do período, o consumo de bens materiais foi ressignificado. Durante o descanso do trabalhador ele devia comprar e, assim, relaxar. Desta forma consolidava-se a lógica de que para haver descanso era necessário trabalho e salário que pudessem comprar itens que garantissem o repouso.

A economia do governo de JK irá impulsionar o mercado brasileiro a ponto de o Brasil alcançar padrões de produção e consumo de países desenvolvidos.⁴⁶ Toda essa produção permite uma melhor organização do Estado brasileiro, que ao longo do Governo JK começou a estabelecer sua malha rodoviária e seu parque industrial. Equipando-se desta forma, não poderia deixar de chegar para o lar dos brasileiros os itens domésticos. A televisão chega a cores, o fogão vai mudar a alimentação, o ferro a apresentação pessoal, o chuveiro a higiene, e etc. Todos esses equipamentos mudam por completo o cotidiano da população que, aos poucos, passa a elaborar novos valores.

A cada produto inédito que chegava ao país, abria-se a porta da mudança; Com a alteração que o lar sofria, novos hábitos para as famílias eram construídos. Na limpeza do ambiente, por exemplo, será uma exigência que a casa esteja limpa, independente das condições financeiras da família. Esses mesmos valores higienistas se transferem às próprias pessoas que também serão convencidas das necessidades de vários itens que as auxiliem a se tornarem mais

⁴⁵ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lília Moritz. *História da vida privada no Brasil, 4: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.560.

⁴⁶ _____ . *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, p. 559-658.

asseadas e saudáveis. Além da mudança com os cuidados do corpo, por motivos de saúde, havia também os cuidados associados à beleza e vaidade.

Essas mudanças significam uma transformação nas representações sociais sobre cada sexo; já não se trata mais de tipos dicotômicos. O novo mercado abre portas para todos os tipos de consumidores, inclusive as crianças.

Neste processo, alguns profissionais de diferentes áreas (saúde, arquitetura, pedagogia, etc.) adquirem respeito na sociedade a ponto de conquistarem liberdade de prescrevem o que era considerado certo ou errado. Entre estes, destacam-se os médicos e psicólogos, que passam a decidir o que as famílias devem fazer ou não em muitas situações.

[...] o médico, o primeiro da lista, exprime a importância crucial da família. Era ele quem cuidava da saúde do corpo, portanto da manutenção da vida. Mas não só: exercia o papel de conselheiro conjugal, de confidente do casal, especialmente da mulher, de orientador da educação dos filhos [...].⁴⁷

Clarice, como *ghost writer* de Ilka Soares traduz como a família dava espaço e conferia respeito à máxima autoridade do médico, que planejava a melhor maneira de prosseguir o comportamento.

Uma conversa franca para quem tem filhos gêmeos⁴⁸
Filhos gêmeos não devem ser tratados como uma só criança dividida em duas. É necessário procurar manter a personalidade de cada um. Uma boa norma é vesti-los de modo diferente, deixá-los escolher amigos diferentes.

[...]
Em caso de doença ou suspeita de doença, chame o médico. Lembre-se de que, por melhor que seja a sua vizinha, ela não está autorizada por nenhum conhecimento científico especial, a receitar...O remédio que fez bem ao filho de sua amiga pode fazer mal ao seu [grifo meu].
O esporte faz bem, física e moralmente. Além de desenvolver harmoniosamente o corpo, ensina a criança a cooperar, a exteriorizar-se, a dominar seus impulsos agressivos [...].⁴⁹

Vê-se o incentivo à entrada do médico na casa de suas leitoras não sendo mais da competência da vizinha palpar na saúde dos outros ou da avó ajudar seus netos. É dever de a mãe levar os filhos ao médico porque esse sim saberá o que fazer. Este profissional seria capacitado a cuidar dos habitantes do lar e deveria ser dotado de toda a autoridade que o discurso da Ciência proporcionava, antes mesmo de chegar à casa de seus pacientes. Desta forma, ao afirmar a incapacidade de próximos em traçar diagnóstico, a autora contribui a valorizações dos valores médicos, mas a autora cai em contradição. Ao mesmo tempo em que estimula as leitoras a

⁴⁷ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, p.588.

⁴⁸ A coluna não possuía título no original. Foi publicada na seção Nossa Conversa do livro *Só para mulheres* onde a coluna foi nomeada.

⁴⁹ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro: Correio da Manhã, 1960.

buscarem conhecimentos científicos, apresenta indicações de boas atividades aos filhos das leitoras, desautoriza as vozes populares, readequando as leitoras a conhecerem as novas vozes autorizadas.

Diante dessas novas práticas e tecnologias, as mulheres poderiam se sentir inseguras e perdidas, era preciso uma conselheira. Dessa maneira, desejando amparar essas mulheres os jornais *Comício*, *Diário da Noite* e *Correio da Manhã* dão espaço aos pseudônimos de Clarice Lispector: Tereza Quadros, Helen Palmer e Ilka Soares.

Cada pseudônimo que Clarice utilizou foi reservado para um determinado tipo de mulher. Sob o pseudônimo de Teresa Quadros Clarice escrevia para mulheres que tinham tempo de lerem e estudarem. Eis um exemplo:

A irmã de Shakespeare

Uma escritora inglesa – Virginia Woolf – querendo provar que mulher nenhuma, na época de Shakespeare, poderia ter escrito as peças de Shakespeare, inventou, para este último, uma irmã que se chamaria Judith. Judith teria o mesmo gênio que seu irmãozinho William, a mesma vocação. Na verdade, seria um outro Shakespeare, só que, por *gentil fatalidade da natureza* [grifo meu], usaria saias.

Antes, em poucas palavras, V. Woolf descreveu a vida do próprio Shakespeare: [...]

E Judith? Bem, Judith não seria mandada para a escola. E ninguém lê em latim sem ao menos saber as declinações. Às vezes, como tinha tanto desejo de aprender, pegava nos livros do irmão. Os pais interviam: mandavam-na cercar meias ou vigiar o assado. *Não por maldade: adoravam-na e queriam que ela se tornasse uma verdadeira mulher* [grifo meu]. Chegou a época de casar. Ela não queria, sonhava com outros mundos. Apanhou do pai, viu as lágrimas da mãe. Em luta com tudo, mas com o mesmo ímpeto do irmão, arrumou uma trouxa e fugiu para Londres. Também Judith gostava de teatro. Parou na porta de um, disse que queria trabalhar com os artistas – foi uma risada geral, todos imaginaram logo outra coisa. Como poderia arranjar comida? Nem podia ficar andando pelas ruas. Alguém, um homem, teve pena dela. Em breve ela esperava um filho. Até que, numa noite de inverno, ela se matou. “Quem”, diz Virginia Woolf, “poderá calcular o calor e a violência de um coração de poeta quando preso no corpo de uma mulher? [...]”⁵⁰

Como sua coluna sugere: as mulheres deveriam ter um diferencial capital cultural. Além de demonstrar como a sociedade tecia julgamentos as mulheres, apenas pelo fato de nascerem mulheres, o que geralmente significava inferioridade, gerando inclusive infelicidade. Ao longo da coluna a autora demonstra o quanto a mulher sofria uma forte pressão social em relação a expectativa do comportamento esperado pelas mulheres. Os escritos traçam a dificuldade em agir

⁵⁰ COMÍCIO. Rio de Janeiro: Comício, 1952.

de maneira alternativa a padrões sociais e que muitas mulheres se veem presas nas atribuições sociais de gêneros.

Indo ao encontro das experiências de Clarice, sua estadia na Europa enquanto casada com Maury, sua dedicação a leituras como escritora, a troca de experiências ao conhecer pessoas de diferentes países fazia com que seu capital cultural só crescesse e fosse dividido com suas “amigas” que precisavam de seus conselhos. Estas colunas eram para mulheres que tinham mais consciência de si e de seu valor, não só o físico, mas especialmente o intelectual.

Clarice almejava mulheres que vençam as imagens sociais importadas, para tanto, repassava diversos meios para suas leitoras do jornal *Comício*. Já escrevendo no *Diário da Noite*, como Ilka Soares suas colunas eram destinadas as mulheres que já eram mães e donas de casa. O primeiro indício desta diferença entre as leitoras esta associada aos temas que eram mais frequentes nestas colunas: os afazeres domésticos. Abaixo segue um exemplo.

Férias... em casa

Todos os dias a gente devia poder tirar umas borinhas de férias. E em casa mesmo. Você tem em seu lar o “lugar ideal”? Aquele no qual você é você mesma, e com todo conforto? Onde você parece estar estirada no paraíso? Quem não tem seu “cantinho” em casa – quase que não tem casa. [grifo meu] Veja essa poltrona. Talvez seja disso que você precisa: de um lugar que acolha bem você. E, se você é casada, seu marido terá esse lugar quando chegar do trabalho: [grifo meu] o lugar onde ele é rei, onde o patrão não manda, onde as intrigas não chegam, onde as preocupações de dinheiro não entram. Um lugar bom para “ser”. O mesmo que, de dia, você tomou para si, como uma rainha. (O seria ter dois lugares perfeitos, pense nisso).⁵¹

Ilka Soares queria que suas amigas leitoras, tivessem o privilégio de preocuparem-se também com elas e não apenas com os seus considerados deveres. Ao mesmo tempo, relendo a coluna, também temos a amiga Ilka Soares, apontando que o marido não seja importunado, que tenha seu momento de paz. A colunista proporciona que a leitora veja que além do marido, ela também tem direito a seus minutos de descanso, independente das questões que envolvam a vida das leitoras.

Clarice já se preocupava em demonstrar a suas leitoras que suas vidas não se restringiam aos desejos dos maridos, suas felicidades não dependiam da satisfação da família. Era permitido que a leitora se cuidasse e tivesse algum lazer que não apenas os prazeres da vida no lar.

O que chama atenção como Ilka Soares é como algumas colunas possuíam um tom mais romântico. Talvez por se reportar para as mulheres casadas que possuíam filhas ela dava conselhos de como se maquiar ou se comportar diante de certos eventos sociais. Era possível

⁵¹ DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro: Diário da Noite, 1961.

aqui dividir suas experiências no Itamaraty, como já comentado, sua recepção não foi pacífica exigindo de Clarice um comportamento correspondente a uma dama. Consequentemente a isso, ela poderia dividir com suas leitoras as melhores maneiras de se comportarem em tais eventos.

Sendo amiga de suas leitoras, Ilka Soares se propunha a ajudar as mulheres de classe média a portarem-se e parecerem com mulheres da elite. Tais proposições eram coerentes com a vida de Clarice Lispector, com os eventos que frequentou e de Ilka Soares, que desde muito nova, mantinha sua imagem de mulher bela e elegante.

A coluna de Helen Palmer, provavelmente, era a que mais se assemelhava a um “Manual de Boa Conduta”. Eram inúmeros conselhos de como cuidar da casa, do marido, dos filhos, bem como ficar mais bonita mesmo com todas essas tarefas, informações essas que pareciam ser mais destinadas às mulheres solteiras ou já solteironas que desejavam casar. Considerando a contratação pela “Pond’s”, esse pseudônimo seria o mais preocupado em instruir as leitoras em seu comportamento e em sua aparência. Essas mulheres precisavam ser orientadas sobre as melhores formas de cuidar de suas casas e de sua futura família. Abaixo um exemplo deste tipo de aconselhamento:

A colaboração no lar

As mulheres têm muita influência sobre a vida do marido, especialmente no setor do trabalho. Por trás de todo homem casado que trabalha, está a sombra da esposa. [...]

Que deve você fazer para animar seu marido? Em primeiro lugar, mostrar-lhe por pequeninas coisas, que você tem confiança nele, que espera dele grandes coisas e que ele é seu herói. Faça sua parte, limpando a casa, preparando pratos saborosos e educando as crianças. Ele se sentirá feliz num ambiente sossegado e poderá repousar melhor [grifo meu]. No dia seguinte, estará apto para enfrentar novas lutas e poderá conseguir novas vitórias.⁵²

A coluna vai ajudar as mulheres a entenderem a dinâmica familiar e o que era esperado delas. Entre seus conselhos, a coluna determina qual o papel a mulher deve desempenhar, reforça que insucessos dentro do ambiente de casa são responsabilidade da própria dona de casa, cabendo a ela seguir conselhos e reproduzir ações.

Para atrair mais leitoras e reforçar o tom de suas recomendações, Helen Palmer acentua o tom de conversa íntima em suas propostas e conselhos. É nesse tom que a coluna, durante o tempo em que foi publicada no jornal, prescreveu normas de boa conduta de a dona de casa para as meninas.

⁵² CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: Correio da Manhã, 1960.

Em cada edição as colunas reafirmavam o perfil de mulher que suas leitoras deveriam espelhar-se. O que caracterizava este perfil é a classe social que estas mulheres pertenciam. Ao dirigir-se para suas leitoras, nota-se uma despreocupação de Clarice com a situação financeira destas mulheres; não precisavam trabalhar e não dividiam suas casas com parentes. Outro fator que une estas mulheres é a atenção que a colunista atribuía para as questões estéticas e de ordem subjetiva, encomendada pela marca “Pond’s”.

Para Nunes⁵³, por Clarice ter vivido essas situações é que ela, ao escrever, pensava no que suas leitoras gostariam de ler. Dessa maneira, vale pensar o que se tornava atraente para a camada média na década de 1950:

O capitalismo cria a ilusão de que as oportunidades são iguais para todos, a ilusão de que triunfam os melhores, os mais trabalhadores, os mais diligentes, os mais “econômicos”. Mas, com a mercantilização da sociedade, cada um vale o que o mercado diz que vale. [...] No entanto, a situação de partida é *sempre* [grifo do autor] desigual, porque o próprio capitalismo, a própria concorrência, entre empresas e entre homens, recria permanentemente assimetrias entre os homens e as mulheres.⁵⁴

Clarice sabia dessa diferença após o desquite com Maury, as cobranças da sociedade e as necessidades da família. Contudo as colunas assinadas por Clarice eram voltadas a essa realidade, o que importava a suas leitoras era a gerência do lar enquanto o marido provinha a casa.

Para Nunes⁵⁵ Clarice sabia que não era bom fazer parte de um grupo de jornalistas de um periódico desconhecido, mesmo conhecendo a importância dos jornais para os escritores da década de 1950, pois esses precisavam do emprego para sobreviverem; precisavam do emprego para sobreviver e os jornais precisavam de grandes nomes para sobreviverem.

A harmonia e felicidade da casa dependem das mulheres

Como já dito, Clarice Lispector começa suas publicações em colunas femininas em 1950. Neste processo entende-se importante olhar para o tipo de família que se configurava no período para uma análise mais primorosa das propostas de mensagens que as colunas desejavam difundir.

Carla Bassanezi afirma ao falar dos anos de 1950 que valores da modernidade relativos às relações de gênero chegavam timidamente ao Brasil. Para a historiadora:

Na família-modelo dessa época, os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era definida a partir dos papéis femininos tradicionais – e das

⁵³ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. 296p.

⁵⁴ MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, p. 579-580.

⁵⁵ NUNES, Aparecida Maria. *Clarice Jornalista: páginas femininas e outras páginas*. São Paulo: Senac, 2006.

características próprias da feminilidade, como instinto materno, pureza, resignação e doçura.⁵⁶

As mulheres deveriam seguir sua vocação natural, que era a de ser mãe e assim ser feliz⁵⁷, pois desde jovem havia sido criada para atingir esse objetivo de vida. As colunas femininas “trabalhavam” no sentido de incentivar as mulheres a atingirem o modelo ideal de esposa e mãe, assim como o modelo ideal de um lar. Eis o que afirmava Clarice Lispector em relação à noção de lar:

Lar, engenharia de mulher

[...] *Parece que ficou estabelecido, nos princípios da criação, que o homem faria a casa, para dar um lar à mulher. E que a mulher construiria o lar, para dar a casa e o lar ao homem. Sim, porque o homem tinha de levar vantagem, não podia ser por menos. Pois então é isso: casa é arquitetura de homem e lar, essa coisa simples e complexa, evidente e misteriosa, que depende de tudo e não depende de nada, essa coisa sutil, fluidica, envolvente é simplesmente engenharia de mulher.*⁵⁸

A família era um importante espaço onde deveria imperar a harmonia, o carinho e o amor fraternal, filial, etc. As colunas sustentavam que a construção de um lar seria de inteira responsabilidade feminina. Mesmo com argumentos que expunham a complexa tarefa de gerenciar um lar, e de até mesmo, formar um lar, o enfoque estava na responsabilidade feminina, reproduzindo valores a diferentes camadas sociais.

O jornal Diário de Notícias, por exemplo, preconizava que as mulheres seriam mais felizes se fossem somente donas de casa. Abaixo uma fala de Ilka Soares sobre este tema:

O lar e o trabalho

[...]

Muita gente pensa que a maioria das mulheres prefere trabalhar fora a viver em casa, cuidando da comida, roupa e arrumação do lar. No entanto, estatísticas confirmam que a grande maioria das mulheres que trabalha fora preferiria estar em casa, mesmo tendo que tomar todo o encargo de uma casa.

[...]

O trabalho em casa, apesar de não ter horário e nunca ter fim, é mais agradável, pois poderá ser suspenso a qualquer momento, a critério da dona de casa e ela mesma pode organizar seu programa, escolhendo as horas para realizar as tarefas que necessitar.

É verdade que o ponto dos alimentos, a lavagem da roupa e limpeza da casa e o cuidado com as crianças não são das coisas mais agradáveis, são um trabalho penoso, mas nele a mulher põe amor e interesse, pois são coisas suas e ela é diretamente interessante, ao contrário do que ocorre com o trabalho fora do lar.⁵⁹

⁵⁶ BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: BASSANEZI, Carla; DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto: Ed. da Unesp, 2004. p.608-609.

⁵⁷ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011, 303p.

⁵⁸ COMÍCIO. Rio de Janeiro: Comício, 1952.

⁵⁹ DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro: Diário da Noite, 1960.

Em uma fala que exibiu a possibilidade de outras formas de trabalho, reforçava o prazer que supostamente, haveria em ser uma dona de casa. Em uma coluna possível de se ler com dois olhares, Clarice criticava o penoso trabalho do lar, elencando todas as árduas tarefas. Porém, no mesmo texto, também lemos a importância de priorizar o trabalho de dona de casa, e considerando a sociedade brasileira no período de publicação, é apenas uma leitura que seria interessante ser interpretada.

O conteúdo destes casos foram exceções ao longo de todos os três jornais. Entendo que o objeto de ação das colunas fora, sobretudo a educação das mulheres de outras camadas sociais para além da elite. Entre os 1940 e 1960 tivemos no Brasil o auge de vendas de manuais de comportamento. O sucesso das colunas femininas pode ser atribuído a este fato. Importante meio para educar tanto das noivas como as solteiras do período.

Ao marido provedor: a tranquilidade

O homem era uma figura coadjuvante dentro do espaço do lar, Bassanezi⁶⁰ afirma que somente nas famílias pobres que as mulheres saiam do lar para trabalhar e auxiliar no sustento. Mary Del Priore⁶¹ complementa ainda se os homens não conseguiam fornecer todo o sustento da família, em função de baixos salários ou de desemprego, chegavam ao extremo de cometer suicídio.

As famílias para que Teresa Quadros, Helen Palmer ou Ilka Soares escreviam, a situação era outra, não havia necessidade do trabalho feminino. Clarice constantemente comentava em suas colunas como as mulheres não deveriam importunar seus maridos com causos diários do lar. Eis uma fala de Helen Palmer:

Uma boa esposa

Ser uma boa esposa não é apenas, como julgam muitas mulheres, ser honesta, econômica e trabalhadora. [...]. *Boa esposa é aquela que torna a vida do lar agradável para o marido, fazendo de sua companhia um refúgio para sua vida de lutas. Se ele chega exausto do trabalho, a boa esposa não lhe azucrina os ouvidos com queixas, fuxicos, ou insignificantes convites para cinema, festas ou reuniões de que ele não gosta* [grifo meu]. [...] O lar de todos nós deve ser o recanto da paz, amor e liberdade com que todos sonhamos. Se as discussões se multiplicam, o azedume e a hostilidade formam o clima comum, e cada gesto, cada palavra, cada ato é recriminado ou policiado, torna-se odioso. *E o homem, como é justo e natural, vai procurar um lar em outra parte. Uma mulher inteligente prende seu marido sem gritos, sem exigências, sem ciúmeiras ridículas. Prende-o pelo prazer que lhe dá a sua companhia* [grifo meu].⁶²

⁶⁰ BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*, p.607-639.

⁶¹ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011 303p.

⁶² CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro: Correio da Manhã, 1959.

A mulher deveria preservar o homem dos problemas, pois ele já possuía muitos no trabalho. Como provedor natural, não deveria ser importunado com questões do lar, responsabilidade exclusiva da mulher. Com essa divisão, a boa esposa, buscava nas colunas um auxílio no cuidado da casa. Nas publicações dos periódicos, encontrariam respostas para problemas cotidianos possíveis de surgirem dentro de casa. Aos maridos caberia a única preocupação de realizar pequenas tarefas, caso tivessem mais preocupações, as colunas já avisavam, as consequências poderiam ser dramáticas.

Apesar de naturalizar condutas machistas, a coluna já anunciava as consequências de um comportamento considerado inconveniente ao sexo oposto, e apenas a esse. Com isso as colunas reforçavam padrões do período, sua resistência estava em prestar ajuda as mulheres, não oferecendo oportunidade de argumentações simplistas em casos de traições como cansaço ou desinteresse, pois as leitoras das colunas saberiam melhor como lidar com seu cônjuge.

Contudo, não será apenas por esse motivo que os homens traíam suas esposas: Segundo Bassanezi:

Esperava-se que o homem casado se tornasse um responsável *pai de família* [grifo do autor], provedor da casa. As regras sociais eram menos rígidas com relação as suas aventuras eróticas extraconjugais; com o casamento, o homem não perdia na prática, o direito a ter as “liberdades” terminantemente negadas às suas esposas. O argumento principal baseava-se na ideia de que os homens tinham necessidades sexuais diferentes e bem maiores se comparadas com as das mulheres – uma *característica natural* [grifo do autor] masculina.⁶³

São muito poucas as colunas em que Teresa Quadros, Helen Palmer ou Ilka Soares falam diretamente para os maridos e em *nenhuma* coluna abordaram sobre o comportamento ideal do marido. Pelo contrario, as colunas atentam para o fato de que o marido não era “perfeito”.

As mulheres deveriam resolver todos os problemas sem importunar o marido, mantendo-o feliz e dentro do lar. Neste processo as dicas de beleza eram fundamentais, pois quanto melhor mantivesse sua aparência, mais satisfeito e vaidoso o marido ficaria.

Tudo pelos filhos

O cotidiano dos filhos era estabelecido pela mãe, a maternidade era vista como destino natural da mulher. Bassanezi⁶⁴ lembra que além do casamento, a maternidade era ensinada como uma essência da mulher e que ela deveria seguir esse instinto para que pudesse ser feliz. A historiadora afirma o seguinte:

⁶³ BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*, p.632.

⁶⁴ BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*, p.607-639.

[...] ter filhos fazia parte dos planos dos cônjuges, sem que isso fosse muito questionado. Para a mulher, ser mãe e dedicar-se aos filhos, mais que um direito ou uma alegria, era uma obrigação social, *a sagrada missão feminina* [grifo da autora], da qual dependia não só a continuidade da família, mas o *futuro da nação* [grifo da autora] [...].⁶⁵

Tal desejo natural possibilitava que os homens vissem sua família tendo continuidade. Porém, para cuidar desse bem tão importante da família a mãe não se via sozinha, era auxiliada por um importante grupo de especialistas. Os médicos, pedagogos, psicólogos ditavam os padrões de comportamento que uma criança *normal* deveria esboçar.⁶⁶ Mesmo com o auxílio de tantos profissionais para garantir a saúde da criança, eram as mães que deveriam olhar para não essas não fugissem desse padrão. Helen Palmer afirmava:

Para educar seu filho

Se o seu filho tem alguns desses tiques tão comuns nas crianças – como chupar o dedo, coçar-se, roer as unhas etc. – não use os métodos antiquados e errados do castigo ou ameaça. É necessário antes saber a causa e depois procurar tratá-la, de maneira inteligente, despertando o interesse da criança pelos jogos, esportes. Dando-lhe ocupações diversas e continuadas, consegue-se distraí-la e levá-la aos poucos, a perder o vício, que é sempre um sintoma de que qualquer coisa não está satisfazendo inteiramente a essa criança.⁶⁷

Para não recorrer a todos esses profissionais, as mulheres poderiam obter ajuda nas “amigas” colonistas, que com certeza, as aconselhavam frente qualquer problema que o filho tivesse. As colunas surgem como artifício para distanciar os filhos de comportamentos inaceitáveis a sua estratificação social, os comportamentos dos pequenos refletiam na capacidade da mulher em ser uma boa mãe, e conseqüentemente, uma boa dona de casa. Pressionadas desta forma, as colunas auxiliavam as leitoras a conseguirem educarem seus menores da maneira esperada pela sociedade.

As crianças vão aparecer de duas maneiras diferentes nas colunas de Clarice Lispector. Nas colunas de Helen Palmer, mais preocupada com as donas de casa, elas aparecem sempre como portadoras de um comportamento considerado anormal. Tem-se como exemplo o artigo “Filhas modernas e rebeldes” onde Helen Palmer (1959) discute as reclamações dos pais em relação a suas filhas que eram muito preocupadas com vaidade e, por ventura, andavam com más companhias. Ao longo do texto a colunista dá conselhos sobre a melhor maneira de como

⁶⁵ BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos anos dourados*, p.633-634

⁶⁶ DIONÍSIO, Ana Carolina; GIRARDELLO, Gilka Elvira Ponzi. In: AREND, Silvia; PEREIRA, Ivonete; SCHREINER, Davi. (Orgs.) *Infâncias brasileiras: experiências e discursos*. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2009, p.191-211.

⁶⁷ CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro: Correio da Manhã, 1960.

resolver a situação e ainda alerta que, caso não consiga controlar sua filha, a mãe será culpabilizada.

Em outro caso os filhos aparecem como crianças sem modos e sem vontade de cooperar. Na coluna “Eduque seus filhos” (1960) Helen Palmer dá vários exemplos de pais que educaram mal seus filhos cujo resultado foi um péssimo comportamento e de falta de valores. Clarice recomendava o que deveria realmente ser feito para os que filhos se tornassem um exemplo de bons jovens.

Nos escritos de Ilka Soares, que preparava as moças para o casamento, o número de colunas sobre crianças diminui. Porém, quando estes seres aparecem são adoráveis e exigem atenção e cuidados da mãe. Nas colunas “Explicando para as crianças “amor”” (1960) e “Os primeiros medos” (1961) as subjetividades das crianças eram discutidas por Clarice. Já nas colunas de Teresa Quadros, para mulheres mais modernas, as colunas sobre crianças apresentavam dicas de alimentação e ensinavam como a criança poderia auxiliar a mãe a limpar o lar.

Para falar de filhos e maternidade Clarice Lispector tomou certos cuidados. Para cada tipo de leitora procurou levar as informações sobre a maternidade e o que ela significava em alguns momentos. Como colunista não poderia desanimar as mulheres a terem filhos. Ela sabia que suas leitoras desejavam este “destino” desde meninas. Cabia a ela apenas fermentar essa vontade e assim o fez.

Considerações finais

Com o estudo da imprensa brasileira, especificamente a carioca, demonstrando como as colunas femininas atingiam a sociedade e que público preocupava-se em lê-las, para vir a doutrinar e dar exemplos a outras classes, as quais não tinham acesso às colunas. Neste momento vemos o interesse em aumentar o mercado e uma preocupação e em educar a todos novos comportamentos, havia uma forte intenção em lecionar algumas mulheres para que seus comportamentos fossem reproduzidos, garantindo padrões de comportamentos.

Essa intenção, de maneira indireta reforçava a voz autorizada da imprensa brasileira. Seriam os periódicos os responsáveis em repassar as donas de casa como deveriam se comportar, como deveriam ensinar suas filhas a se comportarem e como as donas de casa deveriam agir com seus maridos, independente do comportamento desses.

Entre conselhos os escritos femininos davam espaço às mulheres, perdidas com a chegada de novas tecnologias, se instruírem de como lidar com as mesmas. As recém donas-de-

casa viam-se amparadas e garantiam que não houve pré-julgamentos quanto a sua competência em gerenciar seu lar. As colunas garantiriam a manutenção dos lares, de qualquer classe.

Ao mesmo tempo, muitas das colunas aqui apresentadas poderiam ser lidas de duas formas, vemos uma autora com intenção de mudança, mas consciente do lugar que conseguiria atingir na sociedade. Relembro a coluna “A irmã de Shakespeare” onde a autora demonstra a dualidade na vida das mulheres, tal coluna é a melhor expressão da opinião da autora quanto ao lugar da mulher na sociedade. Clarice tinha consciente das imposições de gênero, sabia do potencial feminino, mas que a pressão social engessava muito as investidas femininas.

Clarice fez sua parte.

Cartografias do armário: um Teatro *Queer* em Belém do Pará.

Cartography of the closet: a queer theater movement in Belém do Pará.

Kauan Amora Nunes
Doutorando em História
Universidade Federal do Pará
kauan_cinefilo@hotmail.com

Wladilene de Sousa Lima
Doutora em Artes Cênicas
Universidade Federal do Pará
gordawlad@yahoo.com.br

Recebido em: 17/06/2016

Aprovado em: 29/03/2016

RESUMO: A pesquisa *Os Trânsitos do Armário*, resultado da Monografia do Curso de Lic. Plena em Teatro da UFPA, busca identificar o processo pelo qual a homossexualidade é discutida no teatro paraense, compreendendo sua trajetória desde 1980 até os dias de hoje. Tendo o pensamento *queer* como norte teórico e a cartografia, de Deleuze e Guattari, como metodologia, a pesquisa identificou 18 espetáculos que, na cidade de Belém, discutiram questões referentes a gênero e sexualidades. Destarte, este artigo pretende realizar a leitura de quatro espetáculos da cidade que discutiram estes temas privilegiando seus aspectos históricos. Compreendemos que este teatro subversivo e insubordinado pode ser chamado de *Queer*. Uma linguagem cênica que possui características singulares que dialogam com seus sujeitos e sua cidade e que atende a seus próprios significados. Os espetáculos são: *A Trilogia Marginal*, de Luís Otávio Barata, composta por *Genet – O Palhaço de Deus* (1987), *A Posição pela Carne* (1989) e *Em nome do Amor* (1990); *Jogos Masculinos de Ternura e Dor* (1997), de Marton Maués; *Maravilhosa Orlando* (1999) e *Paixão Barata e Madalenas* (2001), de Wlad Lima e Karine Jansen.

Palavras-chave: Teatro paraense; Teatro *Queer*; Cartografia;

ABSTRACT: The research “The Transits of the Closet” seeks to identify the process by which homosexuality is discussed in Para Theater, including its history from 1980 to the present day. Having queer thought as a theoretical north and the cartography of Deleuze and Guattari, as methodology, the survey identified 18 shows that in the city of Belém, discussed issues related to gender and sexuality. Thus, this article aims to perform the reading of four theatrical performances in the city that discussed these issues focusing its historical aspects. We understand that this subversive and insubordinate theater can be called Queer. A scenic language that has unique characteristics that dialogue with their subjects and their city and serving their own meanings. The shows are: *The Marginal Trilogy*, Luis Otavio Barata, composed of *Genet – O Palhaço de Deus* (1987), *Posição pela Carne* (1989) and *Em nome do amor* (1990); *Jogos Masculinos de Ternura e Dor* (1997), a Marton Maués film; *Maravilhosa Orlando* (1999) and *Paixão Barata e Madalenas* (2001), of Wlad Lima and Karine Jansen.

Keywords: paraense Theatre; Queer Theatre; Cartography

O recorte que utilizamos para esta pesquisa é o teatro da cidade de Belém a partir do início da década de 1980, até o ano de 2014. Escolhemos o período da década de 1980 por ser uma época fundamental para o teatro da cidade. Depois de duas décadas extremamente difíceis sob o regime militar, a cidade teve que se reerguer, e a cultura foi extremamente importante nesse quesito. É época em que todos os artistas da cidade estavam engajados em uma espécie de teatro crítico e político e que se livrasse das amarras provincianas da burguesia. Junto com a década de 1980, os novos tempos de libertação e respiração artística chegaram. Novos artistas se formavam, novos grupos teatrais foram criados para colocar em xeque as verdades absolutas de uma pequena população canônica. No contexto brasileiro, a fase ficou conhecida como “década perdida”, por causa da inflação e congelamento de preços, tempo que gerou preocupações gerais, mas de longe a cultura na cidade das mangueiras parecia estar em crise. Em grande produtividade, o teatro mostrou sua força mais do que nunca:

Os anos 80 formaram a base da cultura paraense contemporânea. Os principais nomes do cenário cultural de hoje, o *ethos* de valorização da cultura local, a absorção de diversas influências no campo da arte, a vanguarda. Tudo isso se deu nos anos 80, conta o jornalista, poeta e dramaturgo Edyr Proença. Os oitenta foram os anos formadores de Edyr, que formou o Grupo Cuíra, inspirado nas experimentações de Luiz Otávio Barata, líder do grupo “Cena Aberta”, que propunha um teatro político e engajado.¹

Novos grupos teatrais, novas tribos urbanas, bandas, apoios e editais de fomento à cultura, salas de cinema e teatro ajudaram a dar um ar rejuvenescido para a cidade. No teatro, temas como gênero e sexualidade, objeto de interesse desta pesquisa, religião, política e outros assuntos eram constantemente discutidos.

Destarte, realizaremos a partir de agora a leitura de quatro importantes espetáculos que, de uma forma ou de outra, acabaram marcando a história recente do teatro da capital do Pará no que diz respeito a discussão de gênero e de sexualidades.

Abrindo as portas: Teatro nos tempos de Barata.

É uma grande responsabilidade discutir sobre o trabalho de Luís Otávio Barata, sendo este, peça fundamental do teatro paraense contemporâneo cuja influência reverbera na cidade de Belém até os dias de hoje. Barata foi figura complexa, extensa e importante no cenário do teatro da década de 1980, tanto pelo seu modo de fazê-lo quanto por suas ardorosas lutas políticas pela

¹ Diário do Pará. Belém viveu intensamente a arte dos anos 80. Acesso em: 15 de maio de 2015.

classe teatral de Belém. Portanto, tentar resumir sua importância e sua pessoa em poucas palavras e algumas páginas se torna uma experiência difícil, haja vista que somos todos filhos de seu fazer teatral.

Barata despertou e ainda desperta a curiosidade e paixão de muitos fazedores de teatro na cidade, até mesmo daqueles que não conviveram com ele. Sobre Barata, Michele Campos de Miranda, em sua dissertação de mestrado *Performance da Plenitude e Performance da Ausência: Vida/Obra de Luís Otávio Barata na cena de Belém*, descreve:

“Seu” Luís Barata foi o encenador, diretor, dramaturgo, cenógrafo, figurinista, jornalista e artista plástico paraense, que abalou a cena provinciana da cidade de Belém durante três décadas, 1970 a 1990. Influenciado por distintos artistas, poetas, cenógrafos e filósofos, apropriando-se do trabalho e de escritos de Antonin Artaud, Jean Genet, Friedrich Nietzsche, Roland Barthes, Jean Paul Sartre, Santo Agostinho, Flávio Império e de textos bíblicos para compor suas cenas, feitas por colagens e imagens caóticas criadas a partir da leitura destes mestres. Arte e vida trazidas para o palco em sua diversidade humana e seus aspectos políticos perseguem a trajetória do artista, que por fim recriou a própria vida morrendo para o mundo artístico de Belém e sobrevivendo como um anônimo personagem perdido na fuligem sampaulina num último ritual de imolação. Só que não foi enterrado em uma cova rasa como seus colegas anônimos de rua, seu corpo foi sepultado e sua verdadeira identidade revelada: Luiz Octávio Castello Branco Barata, RG número 36.293.286-4, 66 anos, solteiro, natural de Belém, pardo, homossexual, nascido a 25 de abril de 1940, morto por parada cardíaca a 24 de julho de 2006, às 20 horas, no Hospital Santa Helena, cidade de São Paulo. Não deixa filhos. Não deixa bens. Não deixa testamento.²

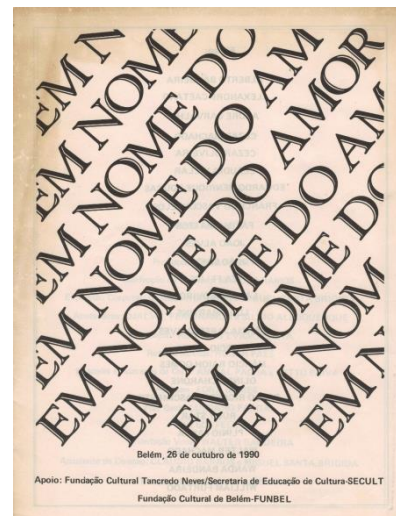
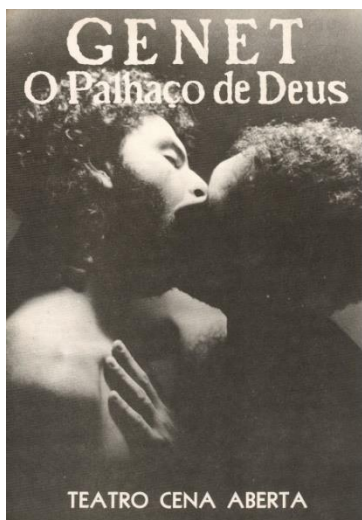
Luiz Otávio Barata foi um dos fundadores e diretor do Grupo de Teatro Cena Aberta³, grupo responsável por diversas conquistas artísticas na cidade, como a ocupação do anfiteatro da Praça da República. Depois de anos de luta, ajudou na fundação do Teatro Experimental Waldemar Henrique, também a organização da classe teatral belenense na FESAT⁴ (Federação Estadual dos Atores, Autores e Técnicos de Teatro), além da criação de políticas culturais de incentivo a arte. Barata também foi o ponto de partida, na década de 1970, do teatro experimental.

Talvez as obras mais contundentes e reconhecidas do Grupo Cena Aberta pertençam à *Trilogia Marginal*. São os espetáculos: *Genet – O Palhaço de Deus* (1987), *Posição pela Carne* (1989) e *Em nome do amor* (1990).

² MIRANDA, Michele Campos. *Performance da Plenitude e Performance da Ausência: Vida/Obra de Luís Otávio Barata na cena de Belém*. 226 p. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação do Centro de Letras e Artes, Rio de Janeiro, 2010, p. 19.

³ O Grupo de Teatro Cena Aberta foi fundado no final da década de 1970 e dirigido por muitos anos pelo próprio Luís Otávio Barata que se preocupava em realizar um teatro político e engajado.

⁴ Federação Estadual dos Atores, Autores e Técnicos de Teatro (FESAT).



IMAGENS 1, 2 e 3 (lado a lado). Cartaz de Genet - O palhaço de Deus (1987). Posição pela Carne (1989). Cartaz de Em nome do amor (1990). Todas as fotos são do acervo pessoal de Wlad Lima.

A relação do corpo com a cidade, a sociedade, o desejo, a religião e a cultura eram marcas de seu teatro. Durante o processo criativo, ele pesquisava diversas teorias a fim de ajudar na encenação, ele organizava todas as crenças e teorias para depois desorganizar e assim desestabilizar, trazendo à tona verdades e elementos que feriam antigos conceitos.

No entanto, uma das grandes características de Barata como encenador era tornar questão à discussão da realidade dos marginais, dos seres abjetos, sujeitos que possuem corpos paradoxais. São “aqueles que estão fora da heteronormatividade, que são uma matriz exclusionária. Para Butler, o imperativo heterossexual possibilita apenas algumas identificações sexuais e rejeita ou desautoriza outras”.⁵ Em seus espetáculos, era comum o desempenho de não atores, homens e mulheres que vivem na margem, como gays, prostitutas e travestis:

Ele começa a colocar a margem, tudo que estava na margem, dentro do foco, da luz. Ele é totalmente transgressor nesse sentido. Ele sendo homossexual, um homem articulador e político, de uma família nobre, rompe com tudo isso. [...] Ele trabalha com atores e não atores, com o povo da Zona, pessoal da praça. Ele é muito inteligente. [...] Ele chama o pessoal que tinha essa vida de margem. Ele era jornalista, então ele sabia tudo que rolava no espaço dele, então ele trazia essa galera intelectual para dentro da cena para ver a margem, para ver a prostituta, o michê, dentro do palco iluminado dando o texto.⁶

⁵ HIOKA, Luciana. A subversão da heteronormatividade no filme O Segredo de Brokeback Mountain. *Revista Ártemis*, vol 8, n. 95, 2008, p. 98.

⁶ Entrevista realizada com Michele Campos de Miranda em 2012.

É interessante de perceber o engajamento político de Barata ao trazer as pessoas que vivem à margem para dentro dos teatros, como atores. Ao fazer isso, Barata exerce a tarefa de “criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a). Para ela [Spivak], não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar ‘contra’ a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido(a)”⁷.

Enquanto Butler denomina os sujeitos marginalizados como seres abjetos, Gayatri Spivak os chama de subalternos. No entanto, Spivak não considera todo sujeito marginalizado como subalterno. Para ela, subalternos são “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”⁸.

Tem uma cena que ele põe que é muito forte, que eu vi e li ela, que estavam querendo destruir o banheiro público do Bar do Parque naquela época. Era um lugar, com certeza, de encontro, deveria rolar com certeza muita transa, sei lá como que era. Eu sei que ele botava na cena dele essa coisa da destruição, ele botava todo mundo vestido de mulher, todo mundo “montado” (os homens) e fazia o protesto contra a derrubada do banheiro público. Ele levava o diálogo que ele criava, no meio do espetáculo ele levantava isso. O público todo via uma questão que nunca saía nos jornais e que ele contava dentro da peça dele, como forma de todo mundo saber disso e as pessoas começaram a se manifestar. Ele era muito inteligente. ‘Eu vou pegar a própria pessoa que é da margem, que não tem voz nenhuma e nunca vai ter e vou botar para eles falarem dentro do meu palco, porque aqui é lugar de defesa, ninguém consegue falar nada, porque o palco é o lugar da minha fala’. O povo falava o que ele queria, mas era a realidade deles.⁹

Ao discutir frequentemente a existência ininteligível dos marginais homossexuais, Barata fez um teatro que falava sobre amor, sexo e religião, mas sem nunca levantar bandeiras:

O Luís Otávio não levantava bandeira. Não levantava bandeira. Não era o tema principal, ele falava do ser humano e do amor, ele falava disso em todos os espetáculos dele. Fico até arrepiada. Na trilogia principalmente, que eu chamo de trilogia marginal no meu trabalho [...] Isso ele colocava como maneira mesmo de provocar a cidade, mas para ela acordar o homem enquanto ser humano, como amor possível, como uma fala, uma questão importante para a cidade, como algo realmente que é colocado para fora, mas não como tema principal, isso fazia parte. Ele era homossexual, ele tinha um amor que estava no grupo e os espetáculos dele falavam desse amor. Eram diários os espetáculos dele, ele queria falar desse amor. Mas nunca em espetáculo gay, ‘eu quero levantar bandeira’. Não que seja ruim, mas eu perguntei muito para as

⁷ ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 14.

⁸ SPIVAK, *Pode o subalterno falar?*, p. 12.

⁹ Entrevista realizada com Michele Campos de Miranda em 2012.

pessoas e todos disseram isso: ‘Não, não era o tema principal. O tema era o amor, mas ele era homossexual então o amor homossexual está dentro de alguns momentos.’¹⁰

Sobre o espetáculo *Genet – O Palhaço de Deus*, integrante da Trilogia Marginal, Barata afirma:

Eu sempre disse, ainda que a homossexualidade seja um tema recorrente, eu acho que o que o “Genet...” debate fundamentalmente é a questão do desejo. Ainda que usando essa questão da homossexualidade. Eu acho que o desejo é uma coisa muito mais ampla. Não tem essa coisa: o desejo do veado é diferente do hetero, nada disso. Acho que o desejo é uma coisa muito mais violenta, e eu sempre defendi isto. Ainda que você lesse no “Genet...” aquele lance, aquele cheiro de pica e cu o tempo inteiro, eu acho que, na verdade, o que o “Genet...” propunha era essa desobjetivação do desejo.¹¹

Belém, cidade das mangueiras, considerada a Europa na Amazônia, onde predominava um ar clássico, burguês, moralista e, sobretudo, cristão. A engrenagem da máquina Belém trabalhava tranquilamente até que a peça Luís Otávio Barata resolveu sair do lugar e provocar a desestabilização, o estranhamento e uma grande “pane” aconteceu. Mas ao contrário do que podem pensar, essa “pane” se revelou necessária, política, engajada e nada silenciosa.

Falar em Barata é falar em resistência e principalmente em ruptura. Ruptura com os moldes tradicionais, burgueses e cristãos. Seu teatro mexia, provocava o desequilíbrio, a sua forma de discursar sobre sexualidade, amor, sociedade, Deus, poder e tantos outros assuntos, incomodava. Foi exatamente por isso que seu primeiro grande espetáculo *Theastai Theatron* (1983), que antecede a Trilogia Marginal, foi censurado:

Tinha uma censura dos espetáculos, que era a Mirthes, que era uma mulher muito conhecida entre eles da época, que ela entrava, ela ia para os espetáculos assistir e ela era tão burra, a criatura, que tinha duplo sentido na fala, mas eles não conseguiam alcançar isso, o que alterava eles era o nu e o palavrão. Então, tudo que tinha o nu eles queriam cortar do Luís Otávio, então ele começou a driblar [...] Ele pega o Theastai Theatron que é uma palavra grega da origem do teatro: “de onde se vê”. Ele pega essa brincadeira da palavra e ele vai falar sobre o teatro, daí põe exercícios teatrais, jogos teatrais dentro, todo mundo nu o tempo todo [...] Aí, a Mirthes vai assistir e proíbe. “Nu não pode!” Ele falava e criticava coisas da cidade, mas eles não alcançavam, o que era criticado não era a palavra, era o nu. Proibido o espetáculo, ele volta com o Thonthea Staithea, ele põe ao contrário a ordem da palavra, o mesmo espetáculo, só que agora ele vai falar dessa proibição. Ele põe a Wlad imitando a Mirthes, dando ordens o espetáculo inteiro: “Não! Não”. Era a ditadura, era a repressão e ele espalha televisores [...] passando o espetáculo proibido que era o Theastai Theatron. “Já que foi proibido ao vivo, pela televisão não é”. O público fica assistindo àqueles televisores e ao mesmo tempo fica rolando uma cena de crítica e de censura em

¹⁰ Entrevista realizada com Michele Campos de Miranda em 2012.

¹¹ Entrevista realizada com Luís Otávio Barata em 1998.

cima daquilo que tá acontecendo e criticando essa pessoa que vai e não entende nada [...] Eles não proibiram nada.¹²

A censura moralista nunca representou a voz do povo e parece que Luís Otávio Barata era o único que tinha consciência disso:

No Theastai Theatron para poder voltar com o espetáculo, ele ainda tenta voltar com o espetáculo, só pode voltar se tiver tapa-sexo. Depois de umas três semanas que a Mirthes para de ir, os atores começam a perguntar para o público: “Vocês querem assistir o final do espetáculo com o tapa-sexo ou sem o tapa-sexo? Vocês quem decidem o final!” [...] O público queria assistir nu e eles continuavam o final do espetáculo sem o tapa-sexo.¹³

Por fim, acreditamos que a censura (ou pelo menos a tentativa de censurar) não vinha da classe popular, do povo, que, aparentemente, sempre assistiu aos espetáculos com certa curiosidade, mas vinha da elite, das autoridades. O medo tinha sangue azul.

Abrindo uma gaveta: Jogos Masculinos de Ternura e Dor.

Jogos Masculinos de Ternura e Dor é um espetáculo teatral resultante da turma de 1997 do Curso de Formação em Ator da Escola de Teatro e Dança da UFPA (ETDUFPA). Dirigido pelo Prof. Dr. Marton Maués¹⁴, o espetáculo contou com cinco atores e uma atriz.

Em constantes discussões sobre o espetáculo, há aqueles que defendam ser um espetáculo com temática homossexual e há aqueles que não acreditem nesta tese, dentre eles o próprio diretor Marton Maués. Escolhemos *Jogos Masculinos de Ternura e Dor* para fazer parte desta pesquisa justamente por este motivo, esta ambiguidade no discurso e acreditamos que é justamente este o foco dos pilares de sustentação dos estudos *queer*. A Teoria *Queer* não quer se limitar a discutir homossexualidade. Seus estudiosos, que vêm de diversos campos disciplinares, querem analisar também a construção de subjetividades, e acreditamos ser exatamente este o alicerce deste espetáculo.

O espetáculo tem uma grande força política e de homenagem, já que relembra a forma de fazer teatro do Grupo Cena Aberta: “O espetáculo surgiu como uma tentativa de retomar e até de fazer certa homenagem a um espetáculo que há muitos anos atrás, no início da década de 1980, eu participei junto ao Grupo Cena Aberta que é o espetáculo *Theasthai Theatron*.”¹⁵

¹² Entrevista realizada com Michele Campos de Miranda em 2012.

¹³ Entrevista realizada com Michele Campos de Miranda em 2012.

¹⁴ Marton Maués é professor da Escola de Teatro e Dança da UFPA. Fundador do Grupo de Palhaços Trovadores.

¹⁵ Entrevista realizada com Marton Maués em 2010.

Jogos Masculinos de Ternura e Dor é um espetáculo que resgata o movimento do corpo, que foge do texto como centro de tudo, portanto nenhum dos atores pronuncia nenhuma palavra. Indicações foram dadas pelo diretor, histórias foram contadas e que depois viraram cenas, “a gente não queria reproduzir a vida de ninguém”.¹⁶ A intenção era descobrir:

Como os homens se relacionam de um modo em que a ternura e a dor estão próximas, sabe? Quando eu te bato, às vezes eu estou querendo de tocar, na verdade. Então, o toque masculino, às vezes, ele vem disfarçado ou num simulacro de violência, mas na verdade ele está contendo uma vontade muito grande de te tocar, então o espetáculo trabalha o tempo inteiro com isso. Ao mesmo tempo em que eles se batiam... Tinham cenas em que eles davam uma tapa na cara do outro e depois corriam se abraçavam e se beijavam. Então, ele é todo dentro dessa dicotomia.¹⁷

Existe apenas uma única personagem feminina no espetáculo e que “acabou tendo uma imagem da grande mãe, de uma mãe”¹⁸ e isso era ainda mais reforçado pelo fato da atriz estar no final da gravidez na época das apresentações. O espetáculo trabalhava com torturas cotidianas, como em uma determinada cena em que a figura mulher-mãe dá mingau na boca do ator que odeia mingau. Isso no início causava pequenos risos na plateia até criar uma atmosfera tensa, através do uso da técnica da repetição.



IMAGEM 4. Atriz dando o mingau na boca do ator (1997). ACERVO E FOTO: Marton Maués.

Podemos considerar que a presença desta mulher no espetáculo representa então uma figura materna, que cuida, protege, mas ao mesmo tempo domina e reprime esses homens-meninos, que possam representar seus filhos.

¹⁶ Entrevista realizada com Marton Maués em 2010.

¹⁷ Entrevista realizada com Marton Maués em 2010.

¹⁸ Entrevista realizada com Marton Maués em 2010.

Não dá para evitar a dimensão psicanalítica que este espetáculo possui. Todas as informações coletadas por meio do elenco, diretor e das pessoas que assistiram a este espetáculo reforçam esta influência.

Lançamos então aqui, uma breve tentativa de compreender esta relação do espetáculo com a psicanálise freudiana. Na psicanálise de Freud, existe a “disposição” sexual congênita no bebê, que representa a inclinação a desejar pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto a partir do nascimento. Segundo ele, este investimento amoroso a um objeto acontece com um de seus progenitores, ou seja, o bebê passa a desejar amorosamente um de seus pais. No caso do menino – que é o foco do espetáculo em questão – ele provavelmente passa a desejar sua própria mãe. Isso acontece devido ao fato de que no período de amamentação o leite que sai do seio materno lhe dá prazer e ele procura isso insaciavelmente mesmo estando satisfeito, fazendo com que a boca se torne uma área erógena. Durante o banho, o bebê tem seu corpo tocado e acariciado pela mãe e o desejo pelo seio materno se expande para um desejo pela própria mãe. Ela se torna o primeiro objeto de amor e esta relação vai influenciá-lo pelo resto de sua vida.

Freud não sabe com certeza o que determina a catexia objetal primitiva – isto é, porque a criança deseja um progenitor mais do que o outro –, mas ele contorna este problema atribuindo a direção do desejo do bebê ao que chama de *disposições*. Por “disposição” ele parece querer dizer o desejo inato do bebê por alguém do sexo oposto ou do mesmo sexo.¹⁹

A esta fase, Freud conceituou de Complexo de Édipo, inerente a todo e qualquer indivíduo. Embora ele nunca tenha feito uma sistematização rigorosa sobre isto, este estudo permeia grande parte de suas pesquisas:

Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob a sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo-Rei: desejo da morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob a sua forma negativa, apresenta-se de modo inverso: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, essas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo. Segundo Freud, o apogeu do complexo de Édipo é vivido entre os três e os cinco anos, durante a fase fálica; o seu declínio marca a entrada no período de latência. É revivido na puberdade e é superado com maior ou menor êxito num tipo especial de escolha de objeto. O complexo de Édipo desempenha papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. Para os psicanalistas, ele é o principal eixo de referência da psicopatologia.²⁰

¹⁹ SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução e notas de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 77.

²⁰ LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, JEAN BERTRAND. *Vocabulário da Psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. Rio de Janeiro: Martins Editora, 1992, p. 77.

Em um determinado momento, a figura masculina, o pai, aparece, formando uma triangulação. No início o filho enxerga o pai como aquele objeto que impede ele de manter o amor pela mãe, fazendo assim com que ele desenvolva sentimentos hostis e de ciúmes para com o pai, por medo de que este venha a afastá-lo de sua mãe.

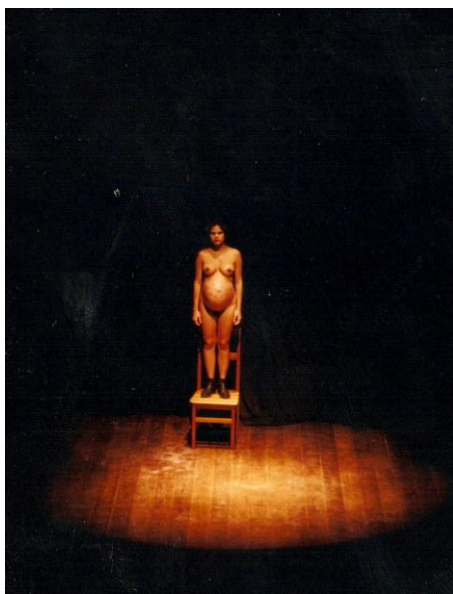


IMAGEM 5. Momento em que a mulher-mãe grávida fica nua (1997). ACERVO E FOTO: Marton Maués

No espetáculo não existe a figura masculina que possa representar o pai. Portanto, acreditamos na ideia de que a própria mulher possa representar os dois, ao mesmo tempo em que ela hipnotiza os “filhos” ela também os afasta e assusta: “ela fazia o contraponto entre a mulher e o homem”²¹. Em um determinado momento: “como ela estava grávida, tinha uma cena em que ela ficava toda nua e eles abriam o vestido dela, ela ficava em cima de uma cadeira, nua, com uma barriga enorme e eles beijavam a barriga dela”²².

Para mim, ela era a repressão. Sabe quando a mãe vai fazer o menino se arrumar? Que ela chama ele e bota cueca, bota roupa, ajeita, passa talco, passa talco na bunda, prende o cabelo? São coisas que, por exemplo, sempre incomodam o menino quando a mãe faz isso. No final ela ia embora, ele ia e tirava a roupa e ia olhar o pinto dele. Então, é muito essa relação, ela fazia esse contraponto entre a mulher e o homem.²³

²¹ Entrevista realizada com Marton Maués em 2010.

²² Entrevista realizada com Marton Maués em 2010.

²³ Entrevista realizada com Marton Maués em 2010.



IMAGEM 6. Cenas do espetáculo citada acima (1997). ACERVO E FOTO: Marton Maués.

Aqui, pelo fato de o espetáculo assumir uma postura ambígua, de não querer rotular-se e continuar sobrevoando os terrenos diversos do universo masculino, não se torna necessário em identificar se este Complexo de Édipo será dissolvido ou não, revelando assim identidades de gênero. Porém, torna-se necessário apontar o jogo de subjetividades em construção. Arriscamos dizer que o uso da palavra “jogos” no título do espetáculo foi bem oportuno. São jogos de criação de subjetividades masculinas que passeiam entre a ternura e a dor.

Na prateleira: Maravilhosa Orlando.

Maravilhosa Orlando foi um texto escrito pelo artista plástico Thomas Lee, que mais tarde viria a se chamar e ser conhecido na cidade de Belém pelo nome Antar Rohit²⁴. Em 1999, o texto foi encenado pelas diretoras Wlad Lima e Karine Jansen²⁵, marcando o primeiro trabalho em dupla das encenadoras, a partir daí se seguiriam muitos outros como *Macunaíma*, *Paixão Barata* e *Madalenas*, *Amor-Te-Mor*, *Tayo to Ame – Sol e Chuva* e *Quando a sorte te solta um Cisne na noite* e outros.

O nome verdadeiro do texto chama *Hermes Afrodite*, contava a história de uma “criatura” que nasceu hermafrodita, com os dois sexos, com pinto e com vagina, e toda a vida dele, a relação com a escola. Quer dizer, o Antar encontrou um jeito de discutir sobre sexualidade construindo o *Hermes e Afrodite*. Então, você via o *Hermes* desde o nascimento, os pais loucos, é menino/menina, a escola, a adolescência, a fase adulta, se tornou um artista

²⁴ Artista plástico que nasceu em Los Angeles em 1960 e que se mudou para Belém do Pará aos cinco anos de idade, tendo vivido na cidade até sua morte. Durante toda a carreira desenvolveu a técnica de Pintura sobre Seda. Realizou diversas exposições no Brasil e no Exterior.

²⁵ Atriz e diretora paraense. Karine Jansen também é Professora Doutora da Escola de Teatro e Dança da UFPA. Uma das fundadoras do grupo Usina Contemporânea de Teatro.

ligado à moda, as relações amorosas, ora com homem e ora com mulher, até o envelhecimento e morte.²⁶

Jorge Leite Junior, em sua tese de doutorado “Nossos Corpos também mudam: Sexo, Gênero e a Invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico”²⁷ estuda a transformação que a imagem do hermafrodita sofre durante a história desde o período medieval até os tempos modernos, onde se constrói as categorias de travesti e transexual.

Para Leite Junior²⁸, os hermafroditas desde a antiguidade grega até o século XVIII exerciam papéis de monstros, eram criaturas cobertas de mistérios e misticismos, frutos da vontade dos deuses. Com o nascimento da modernidade, todo o avanço tecnológico e a valorização do pensamento racionalista, essa figura mágica e fantástica foi se dissipando no tempo até se associar a uma “simples” “anomalia fisiológica”, um “erro biológico”.

Ovídio, em seu livro *Metamorfoses*, narra o Mito do Deus Hermafrodito (ou Hermafrodite). Diz a lenda que Hermafrodito, filho de Hermes (mensageiro dos deuses) e Afrodite (deusa da beleza e do amor), teria herdado a força viril de seu pai e a graça e ternura de sua mãe e um dia foi banhar-se em um lago, quando a ninfa Salmákis o viu e se apaixonou de imediato, tendo a vontade de tê-lo para si, ela o abraçou tão forte que nunca mais se separaram. Dando origem a uma criatura com dois sexos, que possuía tanto características femininas quanto características masculinas.

Toda essa aura misteriosa ou biológica é deixada de lado pela encenação, que aposta na comicidade das situações e no bom humor. O espetáculo foi montado pela turma de conclusão do ano de 1999 do Curso de Formação em Ator da Escola de Teatro e Dança da UFPA (ETDUFPA).

Toda a trilha sonora foi composta por músicas do cantor Roberto Carlos, com uma banda que tocava ao vivo. De acordo com Wlad Lima, o fato de haver músicas românticas do “Rei” dentro de um espetáculo cujo personagem principal é um hermafrodita não incomodou muito a plateia que assistiu “embalada de um romantismo. Não importa se tu estavas com tua namorada, teu namorado. Não importa. Importa que era uma relação de amor, a plateia gostava muito disso”²⁹.

²⁶ Entrevista realizada com Wlad Lima em 2012.

²⁷ Leite Júnior, Jorge. *Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2011. 238p.

²⁸ _____. *Nossos corpos também mudam*, p. 15.

²⁹ Entrevista realizada com Wlad Lima em 2012.

De fato, este ato pode ser considerado como uma proposta de subversão da performatividade. Para Hioka, é a “performatividade subversiva, que ocorre quando há a citação da norma, mas com algumas modificações que a subvertem”³⁰. Para tanto, fazemos a constatação de que as músicas cantadas e compostas pelo cantor Roberto Carlos prestam serviço à sociedade heteronormativa, ou seja, suas músicas são românticas e associadas, geralmente, à vida e ao amor de casais heterossexuais, como na música *Mulher de 40*: “Não quero saber/Da sua vida, sua história/Nem do seu passado/Mulher de Quarenta/Eu só quero ser/O seu namorado”. Servindo de trilha sonora em um espetáculo cujo personagem principal questiona as fronteiras entre o universo masculino e o feminino e que ama tanto homens quanto mulheres, essas músicas fazem acontecer a citação e a subversão da norma, respectivamente.



IMAGEM 7. Legenda: Músicos tocando no espetáculo (1999). Acervo de Wlad Lima. Autoria desconhecida.

O espetáculo possui outra característica singular: a plateia era separada por sexo. Logo na entrada as pessoas eram separadas, havia a plateia feminina e a plateia masculina.

A gente queria criar logo um estranhamento da plateia logo de início, sabe? Essa coisa do dia-a-dia que a gente separa homem e mulheres. Eu me lembrei de uma coisa que existia no Grupo Experiência, quando a gente viajava no Experiência, um bando de doidas, toda vez que a gente viajava, que o Experiência pedia hospedagem em colégio, colégio de freiras, colégio público ou quartel militar. E aí, as pessoas sempre diziam o seguinte: “Tá bom! A gente concorda, desde que o grupo concorde que homens durmam em um lugar e mulheres durmam em outro”, e o grupo adorava isso, que era só lésbica e gay [risos]. Todo mundo dormia com seu amor [risos]. Não tinha problema

³⁰ HIOKA. *A subversão da heteronormatividade no filme O Segredo de Brokeback Mountain*, p. 98.

nenhum. Aí eu resolvi sacanear isso. Por quê? Porque os casais hetero seriam separados, mas os casais homossexuais não seriam separados. Aí eles comemoravam, assistiam o espetáculo abraçadinhos e os hetero do lado: “Porra! A Wlad sacaneia comigo”. [Wlad respondia] “A vida inteira foi essa sacanagem e agora não?”³¹

Durante toda a nossa existência social somos constantemente separados pelo sexo anatômico, como, por exemplo, nos banheiros públicos, onde os homens são reconhecidos por placas que contém palavras como “cavalheiros” ou um pictograma com “chapéus masculinos”, enquanto que, mulheres são conhecidas como “damas” ou com um pictograma de um “vestido feminino”. Por trás dessas representações existe um poder, que nos antecede e que vai nos suceder, ele age em nome da segregação e da exclusão.

Para Lucas Passos, a autora Beatriz Preciado³² em seu artigo *Basura y Género: Mear/Cagar. Masculino/Feminino*, aparentemente, argumenta que:

O espaço público da sujeira corporal parece colocar-se a serviço de necessidades naturais mais básicas, quando, na verdade, sua própria organização opera silenciosamente como a mais discreta e efetiva das, no sentido encontrado em Teresa de Lauretis, tecnologias de gênero. Assim, os sanitários públicos, sustenta a autora, são cabines de vigilância de gênero, espaços públicos que avaliam a adequação de cada corpo nos códigos vigentes da masculinidade e da feminilidade, de forma que você se dirige ao banheiro e na porta deles existe a interpelação do gênero: masculino ou feminino? Mas não se enganem, conforme nos alerta Preciado, no banheiro não importa que necessidade fisiológica você fará, a única coisa que importa é o gênero, ele não é o lugar de desfazer da urina e da merda, mas antes, o lugar de refazer-se do seu gênero.³³

Compreendemos na fala da diretora Wlad Lima, que essa tentativa de segregar homens e mulheres, consequentemente separando os casais heterossexuais que vão ao teatro para se divertir e beneficiando os casais homossexuais que assistem o espetáculo “abraçadinhos”, como sendo também uma ação política, crítica e subversiva. Desta vez, a segregação, arma heterossexual utilizada por anos para manter os homossexuais afastados, é utilizada, com muito bom humor, de forma a brincar com a separação e “castigar” a heterossexualidade, mostrando que gostar e amar pessoas do mesmo sexo também tem seus privilégios.

Um maleiro de lembranças: Paixão Barata e Madalenas.

³¹ Entrevista realizada com Wlad Lima em 2012.

³² É uma filósofa feminista. Seu nome é uma das principais referências mundiais da Teoria *Queer* e filosofia de gênero. Estudiosa de Jacques Derrida e seu primeiro livro publicado foi *O Manifesto Contra-Sexual* (2002), inspirado nos pensamentos de Foucault sobre identidades e subjetividades.

³³ PASSOS, Lucas. *Banheiros, próteses de gênero: uma análise para além da sujeira*. Acesso em: 20 de maio de 2015.

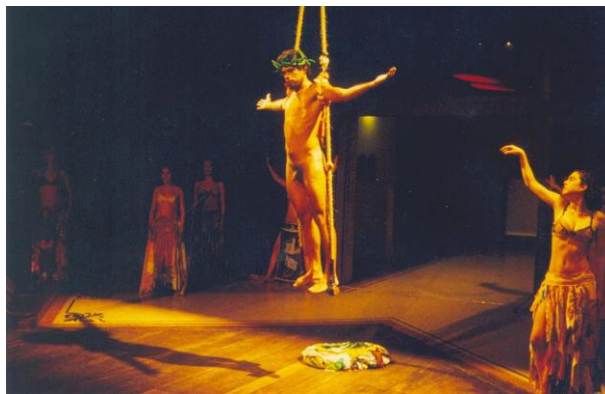


IMAGEM 8. Ator Leonel Ferreira (2001). Acervo de Wlad Lima. Autoria desconhecida.

Paixão Barata & Madalenas foi um espetáculo montado pelos alunos do Curso Técnico de Formação em Ator da Escola de Teatro e Dança da UFPA, em 2001. Dirigido pelas professoras Wlad Lima e Karine Jansen. É uma remontagem do polêmico espetáculo de Luís Otávio Barata que fecha sua Trilogia Marginal, *Em nome do amor*.

Em nome do amor é, como o próprio título anuncia, um espetáculo sobre o amor, sendo *Paixão Barata & Madalenas* uma homenagem a esse amor, que Luís Otávio influenciou tanto e que nos dois espetáculos é citado no próprio título, tamanha a sua importância.

Eu falo que o *Paixão Barata* é uma homenagem ao *Em nome do amor*, uma homenagem ao amor, a uma paixão, uma homenagem a você acreditar que amar alguém é... Estar apaixonado por alguém é uma das melhores coisas que tem na vida [...] *Paixão Barata e Madalenas*, ele é a história de amor, é a história de uma paixão. Ele trata das questões da sexualidade humana, do amor do homem, do desespero de uma mãe que perde um filho, de ciúmes, ele fala de desejos, ele fala de sexualidade, ele fala de todas essas coisas. Ele tem como inspiração – o *Em Nome do Amor* tinha – a imagem do homem Jesus e da mulher Maria, da mulher Madalena.³⁴

Na Teoria dos Atos da Linguagem de John Austin³⁵, ele faz a distinção entre enunciados performativos e enunciados constataivos. Segundo ele, os enunciados performativos são aqueles atos de fala que provocam efetivamente alguma coisa, enquanto que os enunciados constataivos “produzem certas consequências por dizer alguma coisa”³⁶.

A partir de agora, pedimos licença a Austin e aos estudiosos da Teoria Austiniana para considerar como um ato de fala o trabalho de encenação do espetáculo *Paixão Barata e Madalenas*, pois este contém um discurso muito forte que vem não só da relação de suas encenadoras, Wlad

³⁴ Entrevista realizada com Karine Jansen em 2012.

³⁵ Foi um filósofo britânico que desenvolveu grande parte da atual Teoria dos Atos de Linguagem. Mais tarde, Jacques Derrida também desenvolveu uma teoria de atos da linguagem baseada nos estudos Austinianos. Austin faz parte da Filosofia Analítica.

³⁶ SALIH. *Judith Butler e a Teoria Queer*, p. 141.

Lima e Karine Jansen, mas também de outro grande encenador do teatro paraense já visto aqui, Luís Otávio Barata, este é o discurso do amor.

Salvas as observações, podemos considerar que o espetáculo contém o que Austin chama de *atos de falas ilocutórios*, são aqueles enunciados capazes de provocar alguma mudança, como um padre ao dizer “Eu vos declaro marido e mulher” para um casal no altar, no entanto se ele disser a mesma coisa a dois ursinhos de pelúcia dentro do seu quarto, nada acontecerá já que não existe a possibilidade de casamento entre dois brinquedos, isso seria um *ato de fala perlocutório*:

Austin, por outro lado, tenta distinguir enunciados que efetivamente fazem alguma coisa (sentenciam alguém à prisão perpétua, declaram um casal heterossexual marido e mulher, batizam um navio) e aqueles que produzem certas consequências por dizerem algo: ele chama os primeiros de *atos de fala ilocutórios* enquanto os últimos são *atos de fala perlocutórios*.³⁷

Poderíamos chamar de “encenação ilocutória” toda a encenação que realiza o que nomeia, muda, desestabiliza coisas. Como foi o caso de *Paixão Barata e Madalenas* – o amor não se limitava ao espaço do palco, mas excedia-o – e *Em nome do amor*, espetáculos capazes de provocar polêmicas e discussões sobre diversos assuntos. Austin considera que falas ilocutórias estão ligadas a seus efeitos e eles resultam do contexto e da convenção em que estão inseridos.

O que separa os anos de 1990 e 2001? Dentre muitos acontecimentos, existe a queda do socialismo europeu, a Guerra Fria, a globalização, o surgimento da Internet, do telefone celular, do CD e várias mídias digitais, a tão esperada virada do milênio, a chegada do século XXI, a pós-modernidade e o ciberespaço. Mas, na verdade, o comportamento cultural das elites locais continua assustadoramente parecido.³⁸

Podemos considerar que o que provocou tanto alarde na remontagem de *Em nome do amor* pode ter sido uma herança comportamental europeia na elite de Belém, que ainda se mostrava bastante tradicional e conservadora em certos pontos, embora *Paixão Barata e Madalenas* se mostrasse uma versão bem mais “subliminar e sutil da obra de Barata”³⁹.

Como sabemos, valores morais mudam de cultura para cultura de acordo com a época. Belém recebeu o espetáculo dessa forma mostrando um reflexo dos valores morais vigentes até então, só reforçando a ideia de Austin de que o “resultado de um enunciado performativo depende da convenção e do ritual”⁴⁰.

³⁷ SALIH. *Judith Butler e a Teoria Queer*, p. 141.

³⁸ MIRANDA. *Performance da Plenitude e Performance da Ausência*, p. 144.

³⁹ _____. *Performance da Plenitude e Performance da Ausência*, p. 144.

⁴⁰ SALIH. *Judith Butler e a Teoria Queer*, p. 143.

Butler lança mais longe que Austin. Ela acredita que “um ato de fala não se dá no momento exclusivo de sua enunciação, mas é a ‘condensação’ dos significados passados, dos significados presentes e até mesmo dos significados futuros, imprevisíveis”⁴¹, ou seja, a fala constrói o sujeito e existe muito antes dele e continuará existindo até mesmo depois dele. Para Butler, nossas falas são construídas pelo discurso e ideologias existentes, tirando a noção de soberania do sujeito pelas suas falas, a soberania está no discurso que constrói elas, não livrando o sujeito das consequências e responsabilidades de suas falas e de seus atos. Para Butler, soberania e responsabilidade não são sinônimos.

Se a linguagem é uma cadeia significativa que se prolonga para trás e para além de quem enuncia, então seria um erro supor que quem enuncia é o produtor isolado de sua fala. Butler rejeita a noção da autonomia soberana na fala, e, embora insista que os falantes nunca estão no pleno controle do que dizem, ela também argumenta que os falantes são, em alguma medida, responsáveis por seus enunciados e, em certos casos deveriam ser processados por proferir palavras que ferem.⁴²

Butler parece querer culpar o discurso ao invés do sujeito que expressa sentimentos racistas, homofóbicos ou misóginos, mas na verdade ela só compreende o sujeito como ficção criada pela lei para ter a quem punir e corrigir, já que seria inviável punir o discurso ou a ideologia.

Evidentemente, não seria prático nem possível processar o discurso ou a ideologia e, de acordo com Butler, é por essa razão que a lei atribui a um sujeito soberano que é fabricado para poder ser processado [...] Embora o sujeito não seja o produtor intencional de seu feito, isso não impede a lei de processar um sujeito que é construído eminentemente ficcional.⁴³

Em seu livro *Judith Butler e a Teoria Queer*, na seção *A Lei*, Sara Salih discute o discurso do ódio e sobre como o sujeito que o expressa é punido. Levando em conta que Butler compartilha da mesma ideia que Nietzsche, de que “não existe ‘ser’ por trás do fazer, do atuar, do devir; ‘o agente’ é uma ficção acrescentada à ação – a ação é tudo”⁴⁴, pretendemos mostrar a partir de agora, de acordo com nossa visão, que assim como o sujeito que expressa o discurso de ódio é punido e criticado o sujeito que expressa o discurso de amor também o é. O discurso de ódio pressupõe um sujeito criado pela lei para poder processá-lo, o discurso de amor também pressupõe um sujeito que poderá ser usado pela lei para ser processado e corrigido.

⁴¹ _____. *Judith Butler e a Teoria Queer*, p. 143.

⁴² SALIH. *Judith Butler e a Teoria Queer*, p. 143.

⁴³ _____. *Judith Butler e a Teoria Queer*, p. 146-147.

⁴⁴ NIETZSCHE *apud* SALIH. *Judith Butler e a Teoria Queer*, p. 90.

“Assim como em 1990 *Em nome do amor*, causou grande polêmica junto às elites locais; é curioso notar que a remontagem realizada em 2001, sob o título de *Paixão Barata e Madalenas*, tenha causado o mesmo furor na mídia de Belém dez anos depois”⁴⁵. Esse furor causado pelo espetáculo levantou diversos discursos com opiniões convergentes. Existem os defensores e os detratores, e eles estão em todas as partes: nos jornais, na classe artística e até mesmo na Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

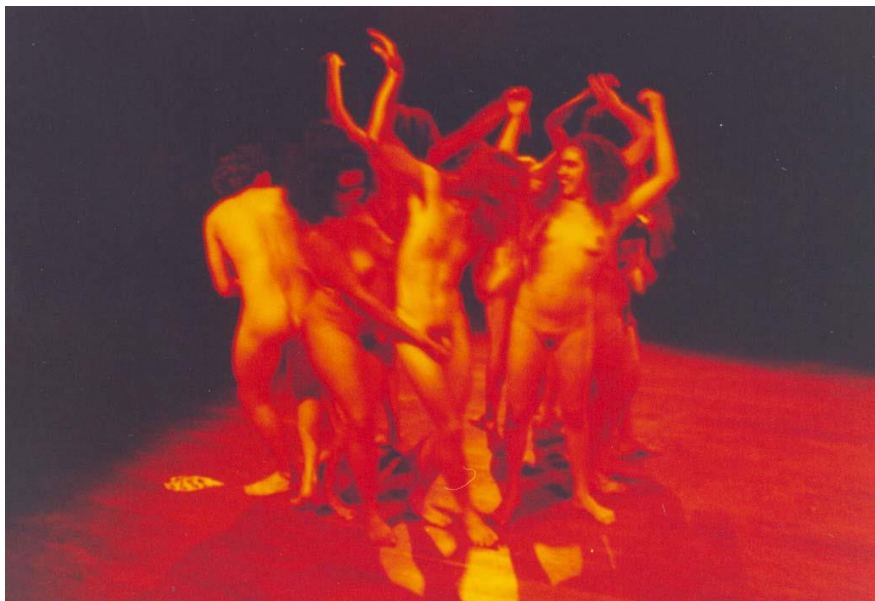


IMAGEM 9. LEGENDA: Elenco nu durante uma cena do espetáculo (2001).

Ao todo, 2.441 pessoas assistiram ao espetáculo, mesmo com toda controvérsia entre deputados e autoridades religiosas criticando o mesmo. A maior parte do público se revelou satisfeito, e isso se reflete não só na quantidade de espectadores, mas na forma como eles apoiavam o trabalho das diretoras.

Para a diretora [Karine Jansen] ficou claro o posicionamento favorável do público. Para a alegria de toda a classe de artistas, a reação da plateia foi sempre educada e calorosa. Karine entrava em cena no início do espetáculo para apresentar a montagem e, no final do texto, dizia: ‘Pai, perdoai-vos. Eles não sabem o que falam.’ “A cena foi ganhando outra dimensão. Virou uma resposta aos comentários de quem não viu o espetáculo.”, disse Karine que muitas vezes era aplaudida em cena aberta.⁴⁶

Durante a entrevista para o Jornal, Karine Jansen continua:

“Não se trata de desinformação da população em geral. É a desinformação de pessoas que representam instituições e que, pelo menos teoricamente, tiveram todas as oportunidades para aprender a perceber a estética de uma obra. Ao

⁴⁵ MIRANDA. *Performance da Plenitude e Performance da Ausência*, p. 143.

⁴⁶ JANSEN, KARINE. Vem aí a nova temporada de polêmicas. Jornal O Liberal. Belém, 02 de março de 2001.

contrário, são pessoas que não conseguem ler metáforas, não conseguem ler poesias”, desabafa.⁴⁷

Apesar das constantes críticas feitas por autoridades que tentaram rechaçar o espetáculo, Wlad Lima ainda recebeu uma homenagem, a medalha Dulce Acioly, no Dia Internacional da Mulher, pelo seu trabalho realizado na cultura.

A vereadora Marinor Brito disse que a indicação aconteceu porque Wlad tem um currículo extenso nas artes cênicas e tem prestado serviço ao teatro paraense, não somente pela quantidade de produções: a qualidade dos trabalhos dirigidos por ela também foi levada em consideração. “A crítica política feita sobre o espetáculo *Paixão Barata e Madalenas* foi desqualificada. Parte das pessoas que fizeram as críticas nem viu o espetáculo”, disse Marinor. Trata-se também de uma resposta dada ao posicionamento a maioria dos deputados estaduais que aprovaram uma nota de repúdio ao trabalho de Wlad Lima e Karine Jansen. “Enquanto uma casa de lei, como a Assembleia Legislativa, aprova uma nota de repúdio, a Câmara Municipal da como resposta a valorização desta produtora”, disse.⁴⁸

Entre *Em nome do amor* e *Paixão Barata e Madalenas* existe uma década que os separa e ao mesmo tempo um século, já que um foi feito no século XX e outro no início do século XXI. Alguns pensamentos mudaram, a sociedade mudou, mas alguns valores, aparentemente, continuaram parados no tempo, o que se justifica uma recepção tão assustada por parte da elite e ainda uma tentativa de censura.

Por fim, vale ressaltar que a cidade de Belém possui um movimento artístico, especialmente o teatral, que constantemente coloca em questão convenções sociais quando se trata de questões de gênero e sexualidade. Neste sentido, a produção teatral contribui para a problematização destes assuntos, além de contribuir para a construção da história de um teatro insubordinado, questionador, de um Teatro *Queer*.

Pistas para um Teatro *Queer*.

A Teoria *Queer* surgiu no final da década de 1980 para designar uma série de práticas e de pensamentos anteriores acerca de gênero e sexualidade, estes pensamentos e práticas se contrapunham a lógica dos estudos sociológicos de minorias sexuais e de gênero e a concepção de identidade dos movimentos sociais. Influenciada pelos Estudos Culturais norte-americanos e pelo pós-estruturalismo francês, a Teoria *Queer* adota este termo – *queer* – para esvaziar o sentido que lhe é comumente atribuído, ou seja, sentido injurioso, ofensivo, significando algo como “bicha”, “viado”, “estranho” e etc. *Queer* se refere sempre aquilo que não se enquadra e que não é

⁴⁷ _____. Vem aí a nova temporada de polêmicas. Jornal O Liberal. Belém, 02 de março de 2001.

⁴⁸ Jornal O Liberal. Belém, 02 de março de 2001.

aceito por sua diferença. A adoção deste termo para designar os estudos faz parte da abordagem desconstrutivista derridiana, um dos pilares da teoria, além dos estudos foucaultianos sobre sexualidade. Neste sentido, “Gramatologia”, de Derrida, e “História da Sexualidade – A vontade de saber”, de Foucault, representam os alicerces teóricos básicos para estes estudos.

Pensar um Teatro *Queer* em Belém do Pará abrange um número expressivo e significativo de importantes espetáculos teatrais que, a partir da década de 1980, discutiram, direta ou indiretamente, com o objetivo de desconstruir, problematizar e/ou contestar paradigmas sexuais e de gênero. Questões referentes ao corpo, amor e relações sexuais começaram a ser discutidas freqüente e incisivamente na busca por uma expressão artística legítima e provocadora. Sendo assim, utilizar o teatro como linguagem e como instrumento, não para simplesmente defender a homossexualidade, mas para realizar uma crítica artística às normas moralizadoras, à hegemonia heterossexual e às instituições sociais de poder no que tange as experiências sexuais, é tornar o teatro *Queer*.

Estas são pistas teórico-metodológicas para uma nova linguagem que, a partir da encenação teatral, nos fornece uma nova forma de olhar e pensar teatro na cidade de Belém, região amazônica, que se localiza fora dos grandes centros culturais e econômicos do país e, por conseguinte, fora dos grandes manuais de história do teatro brasileiro. Assim, podemos dizer, a cidade já se encontra em uma posição *Queer*.

É importante salientar que, este artigo, estrato da monografia de conclusão do curso de Teatro da Universidade Federal do Pará, representa um esboço do delineamento deste tema que fazemos surgir em constante diálogo, assim como a própria Teoria *Queer*, com diversas outras áreas do conhecimento. A pesquisa sobre o Teatro *Queer* ainda se estende pela dissertação de mestrado desenvolvida por mim dentro do Programa de Pós-Graduação em Artes da UFPA, intitulada “A Trilogia do Armário: a encenação teatral como prática de liberdade no processo de estilização da vida” e mais agora pela tese de doutoramento dentro do Programa de Pós-Graduação em História, além de outros trabalhos e artigos publicados em periódicos e anais de congressos, a fim de dar visibilidade ao teatro realizado na cidade de Belém como fonte de discussão acadêmica e artística sobre questões de gênero e sexualidades.

Mulheres libertas e suas relações familiares no Norte do Brasil oitocentista (Paraíba do Norte, 1833-1860)¹

Liberated Women and their family relationships in the North of Brazil in the nineteenth-century (Paraíba do Norte, 1833-1860)

Larissa Bagano Dourado²

Mestranda em História
Universidade Federal da Paraíba
lariy@live.com

Solange Rocha Pereira³

Profa. Dra. no Departamento de História e PPGH da UFPB
Banto20ufpb@gmail.com

Resumo: Desde a primeira metade do século XIX, foram criadas leis que, de forma gradual e lenta, resultaram na Abolição da escravatura, em 1888. Ao longo desse processo, não somente a sociedade paraibana, como a brasileira, estava inserida num cenário de diversidade étnica/racial e de posições jurídicas diversas, em que as pessoas negras poderiam ser de condição livre, liberta ou escravizada. Pensando nessa complexidade, o presente trabalho tem como objetivo: investigar os arranjos familiares das mulheres libertas que batizaram seus filhos na freguesia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa). O estudo foi baseado numa perspectiva da História Social e utilizando metodologicamente a Demografia Histórica, que possibilita análises quantitativas e qualitativas. O estudo foi realizado com base em um *Banco de Dados dos Registros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Cidade da Parahyba entre os anos de 1833 a 1860*, e fontes secundárias.

Palavras-chave: Mulheres libertas; Parahyba oitocentista; família e parentesco.

Abstract: Since the first half of the nineteenth century gradually and slowly some laws were created, which some way has resulted in the Abolition of slavery in 1888. Along this entire process, not only the Paraíba but the whole Brazilian society had been inserted in a scenario of ethnic/racial diversity in which black people could have various legal positions: as a free, liberated or slavish person. Considering this complexity, this paper aims to investigate the living

¹ Este artigo é resultado de um capítulo da Monografia de final de Curso da autora Larissa Bagano, intitulado “Mulheres libertas na Cidade da Parahyba: relações familiares e vivências sociais, 1833-1860”, defendida no Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no ano de 2014.

² Bolsista *CAPEL* no Programa de Pós-graduação em História da UFPB e integrante do grupo de pesquisa “Cultura e Sociedade no Nordeste Oitocentista”, coordenado pelas Profas. Dras. Solange Rocha e Serioja Mariano.

³ Também coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas-NEABI na mesma universidade e a Linha de Pesquisa Diáspora Africana, População Negra, Parentesco e Cultura no Oitocentos do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista”.

arrangements of women who delivered their children baptized in the parish of Our Lady of the Snows (current city of João Pessoa). The study was based on a perspective of social history and using methodologically Historical Demography, which allows quantitative and qualitative analysis. The study was based on a database of baptism records of the Parish of Our Lady of the Snows/City of Parahyba, between the years 1833-1860, and secondary sources.

Keywords: Liberated women; Parahyba nineteenth century; family and parentage

Introdução

Em 1833, no Norte do Brasil, a preta Tereza de Jesus batizava sua filha Maria⁴ na Matriz de Nossa Senhora das Neves. O pároco Manoel Lourenço de Almeida assinou o registro de batismo que afirmava que Maria era livre, pois sua mãe era liberta, e que a criança tinha o tipo de filiação “natural”. Observamos ainda que o solteiro, e morador da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, Antônio Fernandes Lima foi identificado como padrinho de Maria. Todas essas informações foram retiradas do assento de batismo de Maria, e por meio dele, percebemos que muitas análises, hipóteses e conclusões podem ser formuladas a partir dos dados de batismo de pessoas da freguesia de Nossa Senhora das Neves.⁵ Mas, ao longo desse artigo as fontes paroquiais do período entre 1833 e 1860, serão utilizadas com vistas a analisar as vivências parentais de mulheres libertas da freguesia da capital da província da Paraíba.

Esse estudo se insere na perspectiva proposta por Ginzburg, pois se “no passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as ‘gestas dos reis’. Hoje, é claro, não é mais assim”⁶. Na atualidade nos interessamos em saber quem eram os sujeitos que aparecem nas fontes, e por trás delas, e no nosso caso, procuramos elaborar o perfil das mulheres negras e libertas na capital da província da Paraíba e analisar seus laços familiares e de sociabilidades, assim como os tipos de relações que mantinham com os pais de seus filhos e

⁴ O assento de batismo Maria consta no Banco de dados com registros de batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves (Paraíba, 1833-1860), é um dos resultados do Projeto de pesquisa *Gente Negra na Paraíba Oitocentista: arranjos familiares e redes de sociabilidade*, desenvolvido por Solange P. Rocha, nos anos de 2009 a 2011, com apoio da Pró-reitoria de Pós-graduação/UFPB e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq. Os Livros de batismo da freguesia de Nossa Senhora das Neves, numerados e datadas da seguinte forma: I -1833-41; II - 1846-50; III -1850-57; IV -1857-63. Disponíveis no Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Parahyba, 1833-1860. A ata batismal de Maria está no Livro de Batismo I da Freguesia de Nossa Senhora das Neves- 1833-1841, folha 3, Arquivo Eclesiástico da Paraíba, doravante AEPB.

⁵ Os estudos de mestrado são os seguintes: OLIVEIRA, Luíza Iolanda P. Cortez de. *Entre casas, ruas e igrejas: crianças abandonadas na cidade da Paraíba oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2014 e GUIMARÃES, Matheus S. *Diáspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidades na primeira metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015,

⁶ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 2006, p. 9.

filhas. Para isso, recorreremos primeiramente a Thompson, que em sua obra, propôs as noções de *experiência* e *cultura* ao plano das análises sobre a ação social. Thompson procurou derrubar a análise tradicional da sociedade inglesa do século XVII, vista até então como uma sociedade consensual, de uma só classe. Assim, as interpretações históricas, e os desdobramentos teóricos e políticos de Thompson influenciaram a historiografia sobre a experiência negra no Brasil. Logo, ao retratar da escravidão e das relações entre os mesmos e com seus senhores, recorreremos a Thompson, para enfatizar que as relações históricas são constituídas por homens e mulheres num movimento constante, por meio de suas experiências de lutas, resistências, laços de sociabilidade, resultando em uma marca cultural no passado e no presente.⁷

Além disso, em relação à historicidade do feminino, é necessário ressaltar que desde a década de 1960 vem ocorrendo uma ampliação de estudos sobre as mulheres⁸. Antes predominava o discurso da identidade coletiva e do “sujeito universal” como dominante. Tal discurso será substituído pelo destaque às diferenças e a multiplicidade do feminino. Logo, o presente trabalho é fundamentado teoricamente a partir da História Social, na qual utilizaremos as fontes para que a experiência histórica seja contada “de baixo para cima”, ou seja, as trajetórias de mulheres libertas da província da Paraíba, observando suas relações familiares.

Referente aos estudos sobre as mulheres negras libertas, esses só tiveram destaque a partir dos anos 1980, a exemplo do estudo de Maria Odila da Silva Dias que publicou *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*, no qual apresentou aspectos da sobrevivência de mulheres brancas pobres e de negras (escravas e forras) na capital paulista, enfatizando a atuação das negras escravas e das forras⁹. Entre as obras que se dedicaram a estudar essa parcela da população, destacando os libertos como sujeitos históricos, também podemos citar *O Liberto: o seu mundo e os outros* de Maria Inês Cortês de Oliveira; obra na qual a autora demonstra desde a passagem da escravidão para a liberdade até a organização familiar do liberto, além de temas relacionados à morte; tais levantamentos foram possíveis devido às fontes utilizadas pela autora, das quais se destacam os testamentos.¹⁰

⁷ THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

⁸ SAMARA, Eni de Mesquita; SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda S. de. *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997.

⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

¹⁰ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O Liberto: o seu mundo e os outros*, (Salvador, 1790-1890). Salvador: Corrupio, 1988.

Vale salientar que, quando se trata de pessoas negras livres e libertas desse período, os estudos ainda são precários. Ser liberto no Brasil oitocentista abarca grandes complexidades. Por um lado, de acordo com Malheiro, quando o escravizado adquire a liberdade,

É então que ele aparece na sociedade e ante as leis como pessoa (persona) propriamente dita, podendo exercer livremente, nos termos das leis, como os outros cidadãos, os seus direitos, a sua atividade, criar-se uma família, adquirir plenamente para si, [...] dispor por atos entre vivos ou de última vontade, praticar enfim todos os atos da vida civil.¹¹

No entanto, a lei, ao atender a preconceitos da sociedade da época, retirava dos libertos alguns direitos em relação à vida política e pública. Os libertos só poderiam votar nas eleições primárias, e não poderiam ser delegado ou subdelegado de polícia, jurado, juiz de paz, deputado ou senador.¹² Era vedado também aos libertos, o acesso às “dignidades eclesiásticas”, e ao poder judiciário, o direito ao porte de armas e a livre locomoção à noite.

Um historiador social, Sidney Chalhoub, em *Visões da Liberdade* utilizou fontes como ações de liberdade e jornais para compreender o significado da liberdade para escravos e libertos, elaborou micro-trajetórias de experiências de vida de egressos do cativo para perceber o que os diferentes sujeitos históricos entendiam por escravidão e liberdade.¹³ Outra historiadora que abordou a temática dos libertos foi Regina Célia Xavier que com o seu livro *A conquista da Liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*, tendo como base documental os testamentos, as ações de liberdade e os inventários, retratou a “visão de liberdade” na perspectiva do ex-cativo e também abordou os laços solidários entre “amigos e vizinhos” dos libertos. Em Pernambuco, no livro *Pretas de Honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*, Maciel Henrique Silva, retrata a vida das mulheres negras no Recife oitocentista, com ênfase nos trabalhos realizados por essas mulheres com intuito de garantir sua sobrevivência na sociedade escravista.¹⁴

Atualmente, na historiografia paraibana há uma crescente produção acadêmica relacionada à temática da escravidão, como por exemplo, os trabalhos desenvolvidos pelos

¹¹ MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social. Rio de Janeiro - Typografia Nacional, 1866, §152. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/malheiros1.html>. Acesso em: 10 de Jun. 2014.

¹² XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: libertos em Campina na segunda metade do século XIX*. Campinas: Áreas de Publicações CMU/UNICAMP, 1996, p.58).

¹³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

¹⁴ SILVA, Henrique Marciel. *Pretas de Honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: UFPE, 2011.

historiadores e historiadoras da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Campina Grande. Nesse sentido, destacamos os estudos de mestrado e as teses de doutorado realizadas na Universidade Federal de Pernambuco, abordando o século XIX, como as pesquisas de Rocha¹⁵, que analisou a população e o parentesco da “gente negra” de três freguesias litorâneas no século XIX; e de Barbosa Lima, que elaborou trabalhos comparativos sobre temas da criminalidade e liberdade no litoral e no sertão paraibano.¹⁶ Esse trabalho em especial vincula-se ao tema dos libertos, pois Barbosa Lima retratou detalhadamente o processo de liberdade na Paraíba oitocentista, bem como o próprio liberto. Além disso, apresentou as experiências de conquista de alforria por libertos e a perda de liberdade das pessoas livres, libertas e cativas da província da Paraíba.

Mais recentemente, uma nova geração de pesquisadores/as tem abordado o tema da escravidão estão: Estrela de Albuquerque Abreu¹⁷, Matheus Guimarães¹⁸, Solange Mouzinho¹⁹ e Eduardo Cavalcanti²⁰. Estes autores têm contribuído com a historiografia recente não somente pelo destaque à população negra do período escravocrata, como também pela utilização de novas fontes de pesquisas como, por exemplo, os registros cartoriais, judiciais, eclesiásticos e jornais do século XIX.

Ademais, há também trabalhos importantes de monografia que utilizaram os assentos de batismo como fonte primária para seus estudos sobre arranjos familiares da população negra, como a de Solange Mouzinho Alves, *Batismo e Compadrio: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-1860*, na qual a autora apresenta um

¹⁵ ROCHA, Solange Pereira. *Na trilha do feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na Província da Parahyba, 1828-1888*. 2001. 111p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001 e *Gente Negra na Parahyba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: UNESP, 2009.

¹⁶ LIMA, Maria da Vitória B. *Liberdade Interditada, liberdade reavida: escravos e libertos na Parahyba escravista (século XIX)*. Brasília: FCP, 2013.

¹⁷ ABREU. Wlisses Estrela de Albuquerque. *Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência (1850-1888)*. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós Graduação em História, 2011.

¹⁸ GUIMARÃES, Matheus Silveira. *Famílias e laços de solidariedades negras: parentesco da população parda e semibranca da cidade da Parahyba do Norte (1833-1860)*. João Pessoa, TCC (Monografia), Universidade Federal da Paraíba, 2013 e *Díspora africana na Paraíba do Norte: trabalho, tráfico e sociabilidades na primeira metade do século XIX*.

¹⁹ ALVES, Solange Mouzinho. *Batismo e Compadrio: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-1860*. João Pessoa, TCC (Monografia), Universidade Federal da Paraíba, 2011 e *Parentescos e Sociabilidades: experiências familiares dos escravizados no sertão paraibano (São João do Cariri)*, 1752-1816. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós Graduação em História, 2015.

²⁰ CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. *Tecendo redes, construindo laços de solidariedade: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano. (São João do Cariri/1850-1872)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

levantamento do sexo, condição jurídica, tipo de filiação, e da cor/origem étnica tanto das crianças batizadas, como dos pais e mães contidas nos registros de batismo, realizando uma análise sobre as crianças que foram libertadas em pia batismal, além de demonstrar o parentesco espiritual que se forma a partir desse ritual religioso. Matheus Guimarães, em *Famílias e laços de solidariedades negras: parentesco da população parda e semibranca da cidade da Paraíba do Norte (1833-1860)*, apresenta temas como: a escravidão na historiografia brasileira, a Cidade da Paraíba e as famílias e redes de compadrio da população negra oitocentista, com ênfase nas pessoas pardas e semibrancas.

Apesar de poucos, alguns estudos foram realizados em relação às mulheres escravizadas na Paraíba. No entanto, como demonstramos na breve análise da historiografia apresentada, percebe-se que ainda hoje há uma carência de estudos relacionados à temática referente à população negra na Paraíba, principalmente quando o enfoque é a mulher liberta. Os historiadores, as historiadoras, e os pesquisadores em geral devem estar cientes das mudanças sociais e da noção da pluralidade na sociedade, ou seja, nas diferenças entre homens e mulheres como sujeitos políticos, cultura, raça e etnia, entre outros. Logo, o presente trabalho é fundamentado teoricamente a partir da História Social, na qual utilizaremos as fontes para que a experiência histórica seja contada “de baixo para cima”, ou seja, as trajetórias de mulheres libertas da província da Paraíba, observando suas relações familiares e parentesco.

Para compreender os tipos de relações familiares das mulheres libertas da Freguesia de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa, capital da Paraíba), inicialmente se fez necessário perceber que a noção de família não tem um modelo único e homogêneo. As famílias poderiam ser formadas a partir da união “legítima”, resultando em filhos legítimos, ou seja, nascidos de pais casados na igreja, ou naturais, nas quais os pais eram “solteiros”. No entanto, existiam casais que não estavam casados perante a igreja, mas que mantinham uma relação consensual. Havia também as mães solteiras, que não possuíam relação com os pais de seus filhos. Ademais, existiam outras formas de organização familiar que não se resumiam ao vínculo de sangue, como as relações de compadrio.

Tais laços também tinham uma dimensão social fora da estrutura da igreja. Podiam ser usados para reforçar laços de parentescos já existentes, ou solidificar relações com pessoas de classe social semelhante, ou estabelecer laços verticais com indivíduos socialmente desiguais.²¹

²¹ SCHWARTZ, Stuart B. A historiografia recente da escravidão brasileira. In: _____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 19.

Nas relações de compadrio, o padrinho e a madrinha, tinham um papel social de grande importância na sociedade oitocentista, pois essa “aliança” entre as famílias era compreendida como compromisso de proteção e respeito entre pessoas com a mesma condição social ou com diferentes condições econômicas. Assim, percebemos que a escolha dos padrinhos e madrinhas poderia ser feita por uma relação afetiva ou por uma tentativa de arranjo familiar com alguém de uma camada social igual ou superior da sua, com intuito de estabelecer laços de sociabilidades e de solidariedades.

Logo, a partir dessas análises, foi possível conhecer alguns aspectos históricos da vida das mulheres libertas da cidade da Paraíba do Norte, no período de 1833 a 1860. De acordo com Maria Silva Bassanezi, os registros de batismo no Brasil aparecem somente com o prenome da criança batizada (ex.: Maria, João, ou José), o que é constatado no Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves. Além disso, a referida autora também comenta que em muitos registros são incluídos o local do batizado, a condição social dos pais e nome dos avós das crianças.²² No entanto, os registros que contêm nomes dos avós paternos e maternos são minoria. Tal ausência é mais significativa quando se trata de crianças negras, cativos ou pobres, quando comparados às crianças brancas, isso porque, quando se trata de melhores condições sociais, geralmente existe uma “descrição” mais detalhada nos registros. Inclusive, nos assentos batismais notamos uma diferença no tratamento para negros/as em relação aos brancos/as com melhores condições sociais e econômicas, uma vez que sempre aparece um “D.” ou “Dona” no caso de mulheres brancas. No que se refere aos homens brancos, observamos em alguns casos a menção a títulos de prestígio social utilizando na frente dos nomes de pais, avós e padrinhos brancos, as distinções como de “Tenente”, “Padre”, “Doutor”, “Alferes”, “Coronel” ou “Capitão”, por exemplo. Essas diferenças só mostram a complexidade das hierarquias e sociedade escravista oitocentista.

Nesse sentido, comparamos a ata batismal de Adolpho²³ (branco e legítimo) e de Joanna²⁴ (parda, natural e livre) ilustram essa distinção. Adolpho era filho do Capitão João Rodolpho Gomes e de D. Antônia Clara Moreira Lima, em ambos, nada consta sobre a cor, no entanto, supomos que também sejam brancos, como explicaremos mais adiante. No registro também constam os nomes dos avós paternos e maternos, respectivamente, João José Gomes Costa e

²² BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: LUCA, Tania Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011, p.141-172.

²³ Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves III (1850-1857), folha 287, AEPB.

²⁴ Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves I (1833-1841), folha 97, AEPB.

Silva e D. Maria Joaquina da Conceição e Silva, e Major Joaquim Moreira Lima e D. Ângela d' Albuquerque. O padrinho de Adolfo foi Joaquim da Silva Coelho e a madrinha, Maria da Conceição Maia. Além disso, o pároco adicionou outras informações sobre os avós de Adolfo nesse registro: a avó materna já estava falecida e era natural da Província de Pernambuco, o avô paterno era natural de Porto, em Portugal, e a avó paterna era natural da Província de São Pedro do Sul.

Em contrapartida, temos o assento de Joanna, em que não há informações sobre seus avós, paternos ou maternos, e sobre a madrinha. No entanto, consta apenas o nome do padrinho, Joze Joaquim da Silva Braga, que era casado e morador da freguesia de Nossa Senhora das Neves, e também o nome da mãe: Carolina Maria da Conceição que era parda e liberta. É preciso enfatizar que só é válido pensar os assentos de pessoas negras como uma fonte de poucas informações se comparados aos assentos de pessoas brancas, pois com os registros como de Joanna, muito se pode perceber sobre a vida das pessoas negras. Inclusive com a ausência de informações, posto que, é do silêncio das fontes que hipóteses e teses podem ser elaboradas.

População da Cidade da Paraíba (1833-1860)

No mencionado banco de dados foram identificados 8.057 registros, das quais 1.595 das crianças batizadas tinham mães negras, 99 mães indígenas, 66 mães brancas, e em 6.305 registros nada consta sobre a cor/origem étnico-racial da mãe da criança batizada. O elevado número de assentos que não consta a referida informação sobre a mãe da criança batizada inviabiliza a precisão dos dados. Além disso, consideramos que nesses registros podem-se encontrar uma mesma mãe para mais de um/a filho/a batizado/a. Por esse motivo não é válido levar os dados quantitativos exatamente como consta no documento. Uma vez que,

O único quantitativo nominal que não se repete é o número de batizados, já que ninguém era batizado duas vezes. As outras categorias (pai, mãe, padrinhos, madrinhas e proprietários) se repetem e assumem diversos papéis durante o período tratado. Então os números aos quais nos referimos no trabalho dizem respeito à quantidade de registros e não de pessoas.²⁵

Percebe-se assim, que mesmo com a grande quantidade de registros sem informação sobre a cor/origem étnico-racial da mãe, os assentos ainda mostram um número elevado da presença da população negra na Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Paraíba. O que contraria a ideia de

²⁵ DEMETRIO, Denise Vieira. *Assentos de Batismo de escravos: crítica às fontes e metodologia*, p. 11. Disponível em: <http://www.historiahistoria.com.br/materia>. Acesso em: 28 abr. 2013.

que nas províncias do Norte existiam poucas pessoas negras. Pelo contrário, “na Parahyba, desde o século XVIII observa-se uma maioria de indivíduos com ascendência negra”²⁶.

Inicialmente realizamos um levantamento acerca das crianças batizadas, para posteriormente analisarmos o perfil das mães negras desse período.

TABELA 1- SEXO DOS BATIZANDOS NA CIDADE DA PARAHYBA, 1833-60

SEXO	N	%
Feminino	4.019	49,88%
Masculino	4.025	49,92%
N.C/Danificado	13	0,2%
Total	8.057	100%

Fonte: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Paraíba do Norte, 1833-60.

Deste modo, em relação ao sexo das crianças batizadas, concluímos que era equilibrado, conforme demonstra a tabela 1. A Tabela abaixo nos informa acerca da condição jurídica dessas crianças, assim percebemos que em 71,4% dos assentos nada consta sobre o *status* jurídico da criança batizada. A justificativa para essa ausência na maioria das crianças batizadas é de que o Vigário só especificava esse estatuto, principalmente, quando a criança era negra e cativa, e que, portanto, precisava identificar a condição da mesma no registro devido à sociedade escravista a que pertenciam. Vale ressaltar que o registro de batismo era um importante documento na comprovação do estatuto jurídico da população oitocentista, sendo assim, o pároco deveria estar atendo quanto à descrição da condição jurídica das pessoas negras, pois quando a criança era branca, na perspectiva do vigário e da sociedade da época, estava fora de qualquer suspeita de ser escrava, logo, não precisava acrescentar no assento de batismo que a mesma era livre, pois isso já se subentendia pela sua cor de ascendência europeia.

TABELA 2 - CONDIÇÃO JURÍDICA DOS BATIZANDOS NA CIDADE DA PARAHYBA, 1833-60

CONDIÇÃO JURÍDICA	N	%
Livre	964	12,0%
Liberto	249	3,0%
Escravo	974	12,1%
Exposto	119	1,5%
NC/Danificado	5.751	71,4%

²⁶ ROCHA, Solange. *Gente Negra na Parahyba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 86.

Total 8.057 100%

Fonte: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Paraíba do Norte, 1833-60.

A tabela 2 demonstra ainda que, 12% das crianças eram livres; 12,1% eram escravas, seguidas de 3% de libertas, e 1,5% de crianças expostas, ou seja, foram “deixadas” na Igreja de Misericórdia, ou em residências da capital paraibana.

Apenas em alguns registros de batizadas libertas existem informações se as crianças receberam a liberdade em pia batismal ou não. No entanto, é importante destacar que durante o período pesquisado, 249 crianças foram registradas com essa condição jurídica. Os senhores ou senhoras das mães escravizadas poderiam ter vários tipos de motivações para alforriarem as crianças batizadas. Entre essas motivações destacam-se as questões religiosas, em que, por proximidade da morte, por exemplo, o/a senhor/a libertava determinada criança em pia batismal. Além disso, o/a senhor/a concedia a liberdade pelos “bons serviços” prestados pela mãe, ou por meio de negociações com a família da criança que compraria a liberdade da mesma. No entanto, tais motivações pouco aparecem nos assentos de batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, como observamos na transcrição do assento de Lúcia.

Aos dezessete de setembro de **mil oitocentos e cinquenta e quatro** na Matriz desta Cidade da Parahyba baptizei e pus os santos óleos a **parvula Lucia, parda, liberta**, nascida em trinta de maio deste corrente ano, filha de Gertrudes, escrava de Antonio Ramos d’Oliveira, o qual disse na minha presença e na das testemunhas abaixo assinadas que **de sua muito livre e espontânea vontade forrava a dita sua cria de nome Lucia**, e que como forra eu abrisse o assento de batismo dela [...].²⁷

No assento de batismo, o proprietário de Gertrudes (mãe de Lúcia), solicita ao pároco que a criança fosse batizada como forra, por ser de sua livre e espontânea vontade. Nesse registro, como na maioria dos assentos das crianças libertas, em nada consta a respeito do motivo da liberdade. Porém, em alguns casos, o pároco especifica a justificação do proprietário para conceder a liberdade em pia batismal. Como no caso do pardo Floripe.

Aos vinte de outubro de mil oitocentos e sincoenta três na Matriz desta cidade de minha licença o padre Eduardo Marcos de Araújo, baptizou solenemente a **Floripe, pardo**, com oito dias de nascido, **filho natural** de Fortunata Maria da Conceição, crioula, escrava de D. Maria Alexandrina Gomes da Silva, **a qual senhora [ilegível] declarou que baptizasse o referido parvulo Floripe, declarando no presente assento que era forro, pelos bons serviços que lhe**

²⁷ Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1854, folha 167, AEPB. Grifos nossos.

havia prestado a mãe do mesmo batizando o que tudo declaro para maior clareza; foi padrinho Joaquim Ignacio Monteiro e madrinha Cosma Maria das Neves do que para constar fiz escrever este assento [...].²⁸

No referido assento, D. Maria Alexandrina Gomes da Silva, proprietária de Fortunata Maria da Conceição concedeu liberdade a Floripe, filho de sua cativa, devido aos “bons serviços” que a escravizada, mãe do batizando, lhe havia prestado ao longo de sua vida. Vale ressaltar que nem todas as crianças batizadas como libertas conquistaram sua liberdade em pia batismal. Em alguns registros, o pároco informa que a carta de liberdade foi apresentada no momento do batismo.

Ainda analisando a tabela 2, percebe-se um considerável número de escravizados. Geralmente, as províncias do “Norte” são consideradas com uma baixa presença de escravizados se comparados a outras províncias do Brasil Imperial. No caso da Paraíba, esse fato está intimamente ligado ao lugar periférico na economia desde sua colonização e em relação ao quadro nacional, pois sempre esteve vinculada a Pernambuco.²⁹ Essa ligação contribuiu para a manutenção de um cenário de pobreza para a maioria da população, e atraso do seu crescimento econômico e urbano³⁰. No entanto, o baixo porcentual de escravizados na Paraíba nesse período, não significará afirmar que existiam poucas pessoas negras nessa província, como afirmamos anteriormente e demonstramos na tabela 3.

TABELA 3 - COR/ ORIGEM ÉTNICA DOS BATIZANDOS DA CIDADE DA PARAYBA, 1833-60

COR/ORIGEM ÉTNICO-RACIAL	N	%
Branco	1.783	22,2%
Pardo/Mulato ³¹	2.964	36,8%
Crioulo	463	5,75%

²⁸ Livro de Batismo Nossa Senhora das Neves- 1854, folha 153, AEPB. Grifos nossos.

²⁹ A Capitania da Paraíba foi subordinada à Capitania de Pernambuco em 1755, - com duração de 44 anos- sob a justificativa de que na Paraíba não havia recursos suficientes para manter um governo autônomo. Ver mais em: OLIVEIRA, Elza Regis de. *A Paraíba na crise do século XVIII: Subordinação e Autonomia (1755-1799)*. João Pessoa: Universitária UFPB, 1985.

³⁰ GALLIZA, Dianna Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

³¹ Nesse grupo consta um registro, com a identificação de pardo/mulato, 5 mulatos e 2.958 pardos.

Africano ³²	46	0,6%
Semibranco	77	0,95%
Preto ³³	68	0,8%
Cabra	24	0,4%
Índia ³⁴	58	0,6%
NC	2.574	31,9%
Total	8.057	100%

Fonte: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Paraíba do Norte, 1833-60.

Conforme apresentamos na tabela 3, nos registros de batismos, muitos termos eram utilizados na tentativa de classificar a cor das crianças negras. Todas essas denominações foram organizadas num só grupo para realização desse estudo, o de pessoas negras, pois, em uma sociedade escravista, apenas as pessoas brancas não partilhavam da possibilidade de escravização. No entanto, é válido elaborarmos algumas observações sobre as especificidades dos crioulos, pretos, africanos, pardos e semibrancos.

Os batizados denominados com a cor “Crioula” indicavam a primeira geração de filhos e filhas de africanos/as nascido no Brasil. Os de cor “preta”, poderiam se referir aos africanos/as, no entanto, como também aparece o termo “preto crioulo” optamos por separá-los- os pretos dos africanos.

Entre os africanos batizados percebemos que eram adultos, dos quais 18 eram mulheres e 28 homens. Desses 46 africanos, em 19 registros aparecem com idade entre 16 a 40 anos, 1 africano com idade entre 10 e 15 anos, em 14 assentos aparecem como “adulta”, e em 12 assentos, nada consta sobre a idade. Além disso, dos 46 africanos, 45 eram escravizados e em 1 nada consta sobre a condição jurídica. Em todos os registros consta a presença de padrinhos.

Entre os batizando de cor “pardo/mulato”, constam 2.964 registros. Esse grande número de pardos demonstra como a população daquele período já havia sofrido uma profunda

³² Foram considerados africanos os batizados registrados com as seguintes identificações de procedência: gentio Angola, gentio da África, nação Angola, nação Congo, preta africana, preta da costa de Mina, preta da costa de Sabará, preta de Angola, preta gentio de Angola preta de nação, preta de nação africana, preta de nação Angico, preta de nação Angola, preta de nação Barnô, preta de nação Benguella, preta de nação Congo, preta de nação da costa, preta de nação do Moçambique, preta de nação Nagô, preta de nação Cabunda, preta de nação Quiçamão, preta de nação Uça, preta gentio da África e preta gentio de Mussumbique.

³³ Foram considerados pretos os batizados registrados com cor de: preto e preto crioulo.

³⁴ Foram considerados com descendência indígena os batizados registrados com cor de: índia, mameluca, cabocla e índia de nação.

miscigenação. A documentação comprova que a definição do “ser pardo” não é tarefa simples de se elaborar. As pessoas negras poderiam ir “embranquecendo”, e se tornando pardas, ou até mesmo brancas de acordo com sua condição social. No livro, *O Alufá Rufino*, os autores apontam que primeiro proprietário do africano *Alufá Rufino*, João Gomes da Silva foi embranquecendo durante sua vida. Primeiramente, o boticário aparece nas fontes como pardo, conforme foi ascendendo socialmente, aumentando sua rede seu social e seu prestígio, como demonstram os autores, João Gomes da Silva se tornou branco sob a perspectiva da população. Por esse motivo, quando o boticário morreu em 1837, não foi registrado como pardo, e sim como homem branco.³⁵

Outro número interessante diz respeito à presença de pessoas semibrancas. Foram batizadas 77 pessoas semibrancas na Freguesia de Nossa Senhora das Neves. Para Guimarães, existem poucos estudos na historiografia, que identificassem o termo “semibranco” como um tipo de cor. Para o autor, a pessoa “semibranca” não poderia ser considerada branca por ter alguma ascendência negra, mesmo que seja uma ascendência distante.³⁶ Por exemplo, o menino Pedro³⁷ de 3 meses foi batizado em 1852, como filho legítimo de Ritta Justina (cor branca) e de Manoel Ferreira da Silva (cor parda). No assento de batismo, Pedro foi batizado com a cor “semibranco”. Deste modo, para o Pároco Joaquim Jose de Menezes (que anotou o assento), Pedro tinha a cor quase branca, não tão branca como sua mãe, já que era filho de um pardo. Assim, para o pároco, Pedro era semibranco, demarcando, portanto, sua dupla vinculação com a população negra e branca.

Outra importante informação contida nos assentos de batismo diz respeito à relação conjugal dos pais das crianças. Nos registros de batismo, supomos quando os pais das crianças batizadas são casados ou não, de acordo com o tipo de filiação.

TABELA 4 - TIPO DE FILIAÇÃO DOS BATIZANDOS NA CIDADE DA PARAHYBA1833-60

TIPO DE FILIAÇÃO

³⁵ REIS, João José, GOMES; Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro* (c. 1822-c. 1853). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

³⁶ GUIMARÃES, Matheus Silveira. *Famílias e laços de solidariedades negras: parentesco da população parda e semibranca da cidade da Parahyba do Norte* (1833-1860).

³⁷ Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves III (1850-1857), folha 97, AEPB.

Tipo	N	%
Legítimo	4.847	60,2%
Natural	2.635	32,7%
Exposto	122	1,5%
Adulterino	7	0,08%
NC/Danificado	446	5,52%
Total	8.057	100,0%

Fonte: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Paraíba do Norte, 1833-60.

Observamos que a maioria das crianças batizadas provinha de uma união legítima (60,2%). No entanto, a porcentagem de crianças “naturais”, apresenta um número considerável (32,7 %). Rocha, baseando-se em pesquisas em assentos de batismo denominou de família monoparental³⁸, as relações familiares nas quais aparecem o nome da criança batizada, e da mãe ou do pai, sobretudo, entre a população cativa.

Também foram detectados 7 registros em que as crianças aparecem como “adulterinas” ou “fora do marido”. Nessa nomeação, está implícito que a criança é proveniente de uma relação adúltera, o que era algo impróprio para Igreja e a sociedade da época, e que, portanto teria que ser registrada pelo pároco. Entre as mulheres supostamente infiéis, estavam 1 branca, 1 crioula, 2 pardas, e 3 em que não há informação sobre a cor/origem étnico-racial. A crioula livre, Sebastiana Maria do Amparo batizou seu filho Joze³⁹, crioulo e livre, registrado como “adulterino” na Matriz de Nossa Senhora das Neves em 22 de dezembro de 1837. No assento de batismo de Joze consta que o marido de Sebastiana está “a tempos fora della”. Provavelmente, o pároco quis informar que há muito tempo o marido estava ausente de casa, trabalhando em outro lugar ou abandonado a esposa.

A partir das análises dos assentos de batismo, pudemos verificar as relações familiares das mães negras da referida freguesia. Em relação à condição jurídica dessas mulheres constatamos que a maioria delas era livre. De acordo com os registros, das 1.595 crianças filhas de mães negras, 809 crianças eram filhas de mães negras livres, 573 de mães escravizadas, 89 de mães libertas, e 125 registros em que nada consta sobre a condição jurídica da mãe negra. Entre as mães negras libertas, vale salientar que em mais 14 registros a mãe da criança batizada consta como liberta, no entanto, não há informação sobre a cor, raça ou etnia da mesma, mesmo assim,

³⁸ ROCHA. *Gente Negra na Parahyba Oitocentista*: população, família e parentesco espiritual., p. 37.

³⁹ Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves I (1833-1841), folha 90, AEPB.

trabalharemos sob a hipótese de que tais mulheres eram negras, devido sua condição jurídica, logo, verifica-se a presença de 103 mães libertas nos registros.

TABELA 5- CONDIÇÃO JURÍDICA DAS MÃES NEGRAS NA CIDADE DA PARAHYBA, 1833-60

CONDIÇÃO JURÍDICA	N	%
Livre	809	50,7%
Liberta	89	5,6%
Escrava	573	36,0%
NC	124	7,7%
Total	1.595	100%

Fonte: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Paraíba do Norte, 1833-60.

É válido destacar que entre as mães libertas, apenas uma era africana. Florinda⁴⁰, “preta de nação”, que batizou o filho José, de três meses, no ano de 1833. Florinda era casada com o preto crioulo João, escravizado do Capitão João Maria Mascaranhas Rozado. Jose foi apadrinhado por Callisto Joze Soares, não teve madrinha, e nada consta no registro sobre sua condição jurídica.

Outra importante informação contida nos assentos de batismo diz respeito à vida conjugal dos pais, pois possibilita a compreensão de como se davam tais relações. No entanto, em muitos, quando não, na maioria dos registros, nada se encontra acerca dessa informação. Entre os registros em que não há informações sobre os pais da criança sendo casados ou não, ou se os filhos/as eram legítimos ou “naturais”, pressupõe-se que as mães eram solteiras. De acordo com Demetrio,

Se era importante designar os pais solteiros [...], acreditamos que aqueles casais que os padres não declaravam serem ou não casados, o eram de fato, já que nota-se uma preocupação maior em declarar que eram solteiros do que serem casados. Para a sociedade católica era mais interessante não deixar que pais solteiros passassem por casados, do que ao contrário.⁴¹

Acerca desse assunto, Demetrio demonstra a importância que a igreja tinha em registrar se as crianças eram expostas, e quando os pais das crianças eram casados ou não. No entanto, apesar da Igreja propagar que a procriação era um ideal exclusivo do casamento, muitas crianças nasceram e foram batizadas como “naturais”. Ademais, vale mencionar que, de acordo com os registros de batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves, aproximadamente 57% das mães

⁴⁰ Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves I(1833-1841), folha 20, AEPB.

⁴¹ DEMETRI. *Assentos de Batismo de escravos: crítica às fontes e metodologia*, p. 4.

brancas também registraram seus filhos/as como “naturais”, contrariando assim, estudos de Sidney Pereira da Silva⁴² que apontam que a “ilegitimidade” era uma característica apenas das mulheres negras.

Sidney Pereira da Silva destaca duas suposições para justificar esse grande número de crianças “naturais” filhas de negras no Brasil. A primeira refere-se às dificuldades em realizar o casamento, seja pela taxa cobrada pela igreja, ou pela exigência de apresentação de vários papéis para realização do mesmo. A segunda hipótese seria em razão dos comportamentos da sociedade escravista, na qual as escravizadas, não raramente, concebiam filhos dos seus senhores. Entretanto, como já demonstrado, a Freguesia da Nossa Senhora das Neves também apresenta um número considerável de crianças “naturais” filhos/as de mulheres brancas e pardas.

TABELA 6 - TIPO DE FILIAÇÃO DOS FILHOS DAS MULHERES NEGRAS NA CIDADE DA PARAHYBA, 1833-60

TIPO DE FILIAÇÃO	N	%
Legítimo	536	33,6%
Natural	908	57,0%
Adulterino	3	0,2%
NC	148	9,2%
Total	1.595	100,0%

Fonte: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Paraíba do Norte, 1833-60.

Mulheres Libertas e Arranjos Familiares

Quando analisamos o tipo de filiação dos filhos de mães libertas percebemos que, assim como as mães negras em geral, a maioria apresenta a filiação “natural”, como demonstra a tabela 7. Assim, notamos que a maioria das mulheres libertas não tiveram filhos legítimos, ou seja, não eram casadas com os pais de seus filhos. Dos 103 registros de filhos/as das mulheres libertas, 54% constam como filhos/as “naturais”, 41% como “legítimos”, 5% em que nada consta sobre o “tipo de filiação” da criança, e nenhum caso nenhum caso de crianças que eram filhos/as de adúlteras.

TABELA 7 - TIPO DE FILIAÇÃO DOS FILHOS DAS MÃES LIBERTAS NA CIDADE DA PARAHYBA, 1833-60

TIPO DE FILIAÇÃO	N	%
------------------	---	---

⁴² SILVA, Sidney Pereira. *Os registros de batismo e as novas possibilidades historiográficas*. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/primeirosescritos/sites>. Acesso em: 26 abr. 2013.

Legítimo	36	40%
Natural	49	55,5%
NC	4	4,5%
Total	89	100,0%

Fonte: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Paraíba do Norte, 1833-60.

Entre os assentos de batismo das crianças filhas de forras apresentamos a família da liberta Anna Maria do Espírito Santo, parda e mãe de Antônio⁴³ e João⁴⁴. O pardo e livre Antônio tinha um mês quando foi batizado em 1833 na Matriz de Nossa Senhora das Neves. O padrinho de Antônio foi Felis Delfino José dos Santos, solteiro e morador dessa Freguesia, e nada constava sobre a madrinha. Apesar da mãe liberta, e diferentemente do irmão Antônio, João, com um mês de idade foi batizado como liberto em 1837. Devido às poucas informações contidas no assento de batismo de João, supõe-se que o pároco se “equivocou” ao denomina-lo como liberto, pois, o filho de uma mãe liberta é livre. No registro de João ainda contém o nome do padrinho que o batizou, Januário Domingues de Oliveira, e nada constava sobre a madrinha. Além disso, os registros apontam que as crianças eram do tipo de filiação “natural”, na qual demonstra que a mãe não era casada perante a igreja.

Apesar do alto número de filhos “naturais”, as crianças legítimas constam na maioria dos registros, como é o caso da família da liberta Thereza Fernandes de Jesus, casada com o liberto Vicente Fernandes de Luna, ambos crioulos. Foram batizados dois filhos desse casal: Idalina⁴⁵, em 1838, com 3 meses de idade, e Manoel⁴⁶, em 1839, também com 3 meses. Idalina foi batizada como livre, filha legítima, no entanto, nada consta sobre sua cor e nem no registro do seu irmão, no entanto, devido à cor dos pais (crioulos), supõe-se que tenham sido crianças negras. Idalina teve como padrinho Antônio Batista de Campos, que era casado com a madrinha, Emelindra da Conceição. Também registrado como livre e legítimo, Manoel teve como padrinho, Manoel Joze de Almeida Torres, solteiro e desta freguesia. No registro de Manoel, nada há informações a cor do mesmo, nem sobre a madrinha.

Entre as mulheres libertas que batizaram seus/suas filhos/as na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, identificamos que a maioria era de cor “parda”, com 46,6% dos registros,

⁴³ Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves I(1833-1841), folha 07, AEPB.

⁴⁴ Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves I (1833-1841), folha 75, AEPB.

⁴⁵ Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves I (1833-1841), folha 101, AEPB.

⁴⁶ Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves I (1833-1841), folha 138, AEPB.

seguidos por 22,35% de “crioulas”; 16,55% de “pretas”, 12,6% em que, não há informações sobre a cor, origem étnico ou racial das libertas, 0,95%, e por fim em um registro (0,95%) consta como “preta nação”, e também com 0,95%, como “cabra”, conforme apresentamos na tabela 8.

TABELA 8 - COR/ ORIGEM ÉTNICA DAS LIBERTAS NA CIDADE DA PARAHYBA, 1833-60

COR/ORIGEM ÉTNICO-RACIAL	N	%
Parda	48	46,6%
Crioula	23	22,35%
Preta	17	16,55%
Preta Nação	1	0,95%
Cabra	1	0,95%
NC	13	12,6%
Total	103	100%

Fonte: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Paraíba do Norte, 1833-60.

É válido ressaltar a presença da única liberta cabra nos registros. Trata-se de Rosa, que batizou sua filha Severina⁴⁷, parda livre em 23 de setembro de 1859, na Matriz de Nossa Senhora das Neves. Não há dado no registro sobre a filiação da criança e nada sobre o pai da criança, que tinha entre “6 a 9 meses” de idade. O padrinho de Severina foi Pedro José da Silva, pardo e solteiro, e não há referência sobre a madrinha. O vigário Joaquim Antônio Marques registrou no assento de batismo de Severina, que a mãe da batizanda, Roza, era forra por “ter tocado aos herdeiros Gregório Ernesto de Tomargo e sua mulher Thomasia Luisa da Serra, 100 mil réis, segundo carta que passaram aos 19 de agosto de 1849”. Assim, percebemos que Roza havia adquirido sua liberdade por meio do pagamento de 100 mil réis aos herdeiros de seu/sua proprietário/a.

Outro registro que nos chama atenção é o da mãe de Joze⁴⁸, a preta de nação Florinda, por ser, supostamente, a única africana que consta nos registros de batismo como mãe de condição jurídica “liberta”. Florinda, e seu marido João, preto crioulo e escravizado do capitão João Maria Mascarenhas Rozado, batizaram seu filho Joze, livre, de 2 meses de idade na Matriz de Nossa Senhora das Neves em 3 de novembro de 1833. No assento, não há informação acerca da cor e origem étnico-racial de Severina. No entanto, consta que o padrinho foi Callisto Joze

⁴⁷ Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves II (1846-1850), folha 175, AEPB.

⁴⁸ Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves I (1833-1841), folha 20, AEPB.

Soares, que era solteiro. Além disso, também contém o registro de que os pais de Severina são da referida freguesia.

No assento de Joze, sua mãe, Florinda era liberta e casada com João, um escravizado. Tal relação nos faz questionar sobre como eram os homens com que as libertas mantinham uma relação conjugal. Dos 103 registros de crianças filhas de mães libertas, em 44 casos são identificados os pais das mesmas.

TABELA 9: PAIS DAS CRIANÇAS FILHAS DE LIBERTAS NA CIDADE DA PARAHYBA, 1833-60

Cor	Livre	Liberto	Escravos	NC	TOTAL
Crioulo	0	10	0	0	10
Pardo	0	18	0	0	18
Preto Crioulo	0	0	2	0	2
Preto	0	4	0	1	5
Gentio da África	0	0	0	1	1
NC	0	3	3	2	8
Total	0	35	5	4	44

Fonte: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Paraíba do Norte, 1833-60.

Por meio da tabela 9, concluímos que a maioria das libertas pesquisadas manteve uma relação conjugal com homens da mesma condição jurídica que elas, ou seja, em 35 dos 44 registros, constam como pais das crianças batizadas homens libertos. Em 5 casos registros constam como pais, homens escravizados, e em 4 casos não há informação sobre a condição jurídica dos pais. Na tabela 9 também são apontados a cor/origem étnico-racial dos pais das crianças filhas de libertas. Em 18 registros constam como “pardos”, 10 “crioulos”, 4 “pretos”, 2 “pretos crioulos”, 1 “gentio da África”, e em 8 assentos não existe referência sobre tal dado.

O registro de batismo de Severina ainda nos permite questionar sobre qual origem étnico/racial das crianças filhas de libertas batizadas na Freguesia de Nossa Senhora das Neves. De acordo com a tabela 10, Severina é uma das 42 crianças batizadas em que nada consta sobre essa informação. Os registros em que não contém a referida informação estão em maioria, seguidos de crianças “pardas”, em 41 registros; “crioulas”, em 18 registros e “pretas”, em 2 registros.

TABELA 10-FILHOS DE MÃES LIBERTAS NA CIDADE DA PARAHYBA, 1833-60

FILHOS DE MÃES LIBERTAS

Cor/origem étnica	Livre	Liberto	Total
Parda	24	17	41
Crioula	13	5	18
Preta	0	2	2
NC	42	0	42
Total	79	24	103

Fonte: Banco de Dados da Freguesia de Nossa Senhora das Neves/Paraíba do Norte, 1833-60.

Ainda conforme a tabela 10, percebemos que o número de crianças libertas filhos de mães libertas é de 24. Considerando que os filhos de libertas deveriam ser considerados livres, acreditamos em duas suposições para o equívoco nesses 24 casos. A primeira é que pároco pode ter se enganado no momento em que escreveu esses assentos, e a segunda é que o pároco realmente desconhecia a legislação acerca da condição do filho de mulher liberta.

No entanto, na maioria dos assentos (79 registros), constam os filhos de libertas como livres, como é o caso de Armindo⁴⁹. A liberta Maria Joze do Rozário, crioula, casada com Joze de Brito, gentio de Angola e que não há informação sobre a condição jurídica do mesmo, batizaram seu filho Armindo de um mês de idade, livre, em 22 de setembro de 1839. Joze Maria Bitancourt, que era casado, consta como padrinho de Armindo, enquanto não existe referência sobre sua madrinha. No assento de batismo ainda informa que a mãe de Armindo foi libertada por carta de alforria concedida pela senhora. No entanto, o pároco identifica Maria Joze do Rozário como “crioula escrava”, demonstrando assim, mais um equívoco do pároco.

Outra importante informação acerca das crianças filhas de libertas é o compadrio, uma vez que, demonstram como se davam esse tipo de laço de sociabilidade e de solidariedade. No entanto, são pouco detalhadas as descrições dos párocos em relação aos padrinhos e madrinhas dos filhos de libertas. Sendo assim, observamos que a respeito da condição jurídica dos padrinhos de filhos de libertas, em apenas 4 casos aparecem tal informação, sendo: 1 padrinho livre e 3 escravizados. No restante dos registros nada consta sobre a condição jurídica dos mesmos. Em relação à madrinha, não há nenhum dado sobre a condição jurídica das referidas.

⁴⁹ Livro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora das Neves I (1833-1841), folha 131, AEPB.

Considerações Finais

Para compreendermos mais acerca dos arranjos familiares na Freguesia Nossa Senhora das Neves/ Capital da província da Paraíba, analisamos os assentos de batismo de 1833 a 1860 no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. Foi demonstrado ao longo do estudo, como esses documentos são importantes para pesquisas, tendo em vista que, a partir deles, pudemos encontrar dados sobre todas as parcelas da população, ou seja, livres, libertos e escravizados e analisar especificidades de algumas das famílias de negras libertas, observando como eram as relações familiares dessas mulheres.

Inicialmente realizamos um levantamento acerca das crianças batizadas entre os anos de 1833 a 1860 na Freguesia de Nossa senhora das Neves. Constatamos assim que as crianças batizadas tinham equilíbrio em relação ao sexo e que na maioria dos registros nada constava em relação a sua condição jurídica, maioria de pardos e mulatos, e legítimos. Também encontramos 249 dos registros concedendo liberdade para a criança em pia batismal. Demonstramos também que foram identificados 103 registros de crianças batizadas filhos/as de mulheres libertas. Assim, pudemos realizar alguns apontamentos sobre as mulheres libertas que batizaram seus filhos na Freguesia de Nossa Senhora das Neves. Constatamos que a maioria era de cor “parda”, e que a maioria das libertas manteve uma relação conjugal com homens da mesma condição jurídica que elas. Nos registros em que se menciona a cor dos pais, percebemos que a maioria era “pardos”, assim como as mulheres libertas. Tais dados podem demonstrar que as libertas tendiam a manter relações com homens de sua mesma condição.

Entre os/as filhos/as das mulheres libertas, identificamos que a maioria eram “naturais”, no entanto, o número de crianças “legítimas” também foi elevado. Em relação à cor/origem étnico-racial dos filhos de libertas, constatamos que a maioria delas, ou seja, 42 crianças batizadas, nada consta sobre essa informação, seguidos de crianças “pardas”. Em relação à condição jurídica dessas crianças, percebemos que 24 crianças foram registradas como libertas. No entanto, os filhos de libertas deveriam ser considerados livres, por isso acreditamos que pároco pode ter se enganado no momento em que escreveu esses assentos, ou realmente não tinha certeza se o filho de uma liberta seria considerado livre ou liberta como a mãe.

Ao longo do texto procuramos perceber a complexidade da sociedade oitocentista, porém, entendemos que mantém-se a necessidade de novas pesquisas baseadas nos registros

paroquiais, por meio de cruzamento com outras fontes referentes à população negra, por ser essa uma inquietação muito recente da historiografia brasileira e paraibana, e principalmente com a temática relacionada às mulheres negras livres e libertas desse período, uma vez que existem pouquíssimos estudos referentes ao grupo de mulheres na Paraíba.

Pensando na carência de estudos referentes à população negra, e em especial nas mulheres negras da Paraíba oitocentista, mais uma pesquisa está em andamento pelas devidas autoras. No PPGH-UFPB, está em desenvolvimento a pesquisa sobre mulheres cativas e libertas no contexto de intensificação do o tráfico interprovincial nas províncias do Norte do Império, com o propósito de analisar o perfil e resistências dessas mulheres escravizadas na província da Paraíba do Norte em contexto de intensas mudanças. Pretendemos, assim, ampliar estudos sobre a história das mulheres negras no Brasil do século XIX.⁵⁰

⁵⁰ Trata-se do projeto de Larissa Bagano, intitulado: “CATIVAS NA PROVÍNCIA DA PARAHYBA DO NORTE: Tráfico Interprovincial e Conquista da Liberdade, 1850-1881”.

Subversões do pecado: desejo e sedução nas Minas Gerais do século XVIII

Subversions of sin: desire and seduction in Minas Gerais in the eighteenth century

Lisa Batista de Oliveira
Mestre em História pela UFF
lisaboliveira@hotmail.com

Recebido em: 08/08/2015

Aprovado em: 20/01/2016

RESUMO: Negras e mulatas, prostitutas e concubinas, criaram estratégias de luta e vínculos associativos nos lares liderados por mulheres nas Minas do século XVIII, espaços de expressão cultural de raízes africanas e de organização comunitária de cativos e forros. Complexas relações culturais previam fortes associações entre mães e filhas, e laços de comadrio e solidariedade resultantes do convívio comunitário feminino. Mulheres sós dispostas a sobreviver com o ganho de seus corpos, as libertas transmitiam às filhas uma tradição de resistência através da sedução. Brancas pobres, sem dotes, que não atuavam na preservação da propriedade de ricos senhores de escravos, também criaram táticas de sobrevivência através da subversão do “pecado”.

PALAVRAS-CHAVE: Poder, Sedução, Resistência.

ABSTRACT: Black and mulatto women, prostitutes and concubines, built strategies of struggle and associative ties in female-headed households in Minas Gerais state during the eighteenth century, a place of cultural expression of African roots and also of community-based organization for slaves and freed slaves. Complex cultural relations predicted a strong mother-daughter relationship, as well as *comadrio* (close friendship) and solidarity ties being associated with women in community life. Single women willing to survive through their bodies, female freed slaves transmitted to their daughters a tradition of resistance by means of seduction. Poor white women without dowries that had no influence in preserving the property of rich slave owners also designed survival plannings through the subversion of “sin”.

KEYWORDS: Power, Seduction, Resistance.

No século XVIII, as Minas Gerais foram submetidas ao controle das devassas eclesiásticas, que percorreram vilas, arraiais, centros mineradores e áreas rurais punindo desvios morais em relação aos preceitos da Igreja Católica. A partir de 1721, sob jurisdição eclesiástica do bispado do Rio de Janeiro, intensificam-se as visitas diocesanas ou devassas. Entre 1701 e 1721,

muitas devassas eram feitas entre a fundação de uma e outra paróquia, mas não possuíam a expressão que ganhariam mais tarde. Entre 1745 e 1748, com a criação do bispado de Mariana, as devassas ganharam um novo impulso. Pelo menos uma vez por ano, um padre visitador percorria algumas freguesias, estabelecendo na sacristia da Igreja Matriz ou em “casas de morada” do reverendo vigário, a Mesa da Devassa.¹

As devassas incentivavam a maledicência de parentes, compadres, vizinhos e amigos, alterando as relações comunitárias e rompendo seus vínculos de solidariedade. As visitas diocesanas desfaziam amizades, rompiam laços de vizinhança e paixões², separavam amantes. Pretendia-se impor vigilância sobre a vida íntima dos moradores³ e combater as transgressões nas Minas, marcadas pela recorrência de “crimes” contra o sacramento cristão do matrimônio. As devassas intimavam os moradores a denunciar os transgressores, visando combater os “pecados públicos”. Mulheres “mal-procedidas” que consentiam suas filhas no “mau uso de si” e padres que solicitavam relações carnavais no ato da confissão eram alguns dos alvos das visitas pastorais. Reconhecida a natureza inquisitorial dos delitos, relativa a crimes contra a fé ou heresias, como “solicitação”, feitiçaria e sodomia, as denúncias eram encaminhadas ao Tribunal da Inquisição.⁴

Em uma primeira visita, as devassas colhiam depoimentos. Era garantido segredo para as declarações para evitar desavenças com os eventuais acusados. Os moradores bem posicionados socialmente eram convocados para delatar as transgressões alheias, pois a “boa conduta cristã”, vital para a confiabilidade das denúncias era, segundo a Igreja, “atributo” das camadas dominantes. Depois do julgamento dos processos na sede do bispado, outra visita trazia a relação dos culpados e aplicava as penas, que consistiam, geralmente, na admoestação do transgressor, no pagamento de uma multa e na assinatura do termo de culpa.⁵

Os transgressores mais brandos eram impedidos de assistir ao culto e de recorrer aos sacramentos, sendo sujeitos à admoestação espiritual. Para crimes contra a fé ou heresias, o destino podia ser os cárceres da Inquisição. Nos casos de concubinato, os reincidentes podiam

¹ FIGUEIREDO, Luciano; SOUSA, Ricardo Martins de. Segredos de Mariana: pesquisando a Inquisição mineira. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul./dez. 1987. 18 p; FIGUEIREDO, Luciano. *O Averso da Memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993, p. 143.

² VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 222-226.

³ FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 51.

⁴ RESENDE, Maria Leônia Chaves de; JANUÁRIO, Mayara Amanda; TURCHETTI, Natália Gomes. De jure sacro: a Inquisição nas vilas d'El Rei. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 339-359, jan./jun. 2011, p. 341.

⁵ Os denunciadores eram, em sua maioria, homens com alguma expressão econômica: fazendeiros, comerciantes, mineiros e militares. Em menor proporção, encontram-se os carpinteiros, sapateiros, ferreiros e alfaiates. FIGUEIREDO; SOUSA. *Segredos de Mariana*, 18 p.

ser presos, expulsos da comarca ou da capitania e submetidos à excomunhão, tendo ainda as penas pecuniárias aumentadas.⁶ As mulheres, além dessas punições, eram castigadas. Eram elas que geralmente eram desterradas. O perigo do cárcere e a ameaça de excomunhão faziam parte do cotidiano das “mal-procedidas”.

Uma rede inquisitorial funcionava sob a alçada dos bispos mediante visitas pastorais que exerciam controle e disciplina em suas comunidades de fiéis. As visitas pastorais e os processos de devassas diocesanas que delas derivam eram instrumentos de uma política religiosa que buscava alcançar a verdade sobre a intimidade dos moradores, tornando-se o principal meio de punição dos “criminosos”.⁷ A Igreja buscava “disciplinar e punir condutas desviantes”,⁸ afirmando-se como instituição de poder. As visitas diocesanas integravam um processo de aculturação cristã pautado na repressão violenta das uniões ilícitas, que transgrediam o sacramento do matrimônio. Uma das principais metas da Contra-Reforma foi a difusão do sacramento matrimonial através da criminalização das sexualidades desviantes e das religiosidades heterodoxas, visando à destruição das solidariedades comunitárias.⁹

O concubinato era “um mal a ser extirpado”, tornando-se o costume social mais combatido pela política religiosa para impor o modelo familiar monogâmico e tridentino.¹⁰ Nas devassas, cerca de 85% dos autos se referem a concubinatos¹¹, que juntamente com outros “pecados da carne” como incesto adultério e bigamia perfazem a maioria das denúncias. A disseminação do matrimônio católico representava a tentativa da Igreja de implantar uma moral patriarcal de controle onde o casamento tinha um papel simbólico para a colonização¹², atuando como instrumento de consolidação do poder pastoral.¹³

Com o Concílio de Trento (1545-1563), “o concubinato foi explicitamente condenado”. A imposição do casamento católico como única forma de acesso a relações eróticas ocorreu através da afirmação do concubinato como transgressão e “escândalo”. As devassas faziam parte

⁶ RESENDE; JANUÁRIO; TURCHETTI. *De jure sacro: a Inquisição nas vilas d'El Rei*, p. 341.

⁷ FIGUEIREDO; SOUSA. *Segredos de Mariana*, 18 p.

⁸ FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas Famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 31.

⁹ VAINFAS. *Trópico dos Pecados*, p. 85-345.

¹⁰ NETTO, Rangel Cerceau. A família ao avesso: “o viver de portas adentro” na Comarca do Rio das Velhas no século XVIII. *Fênix-Revista de História e Estudos Culturais*, ano V, v. 5, n. 3, jul./ago./set. 2008. Captado em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em: 28 mar. 2013. 22 p.

¹¹ FIGUEIREDO. *Barrocas Famílias*, p. 62.

¹² CORRÊA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes et al (orgs.). *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 28.

¹³ LONDOÑO, Fernando Torres. El Concubinato y la Iglesia en el Brasil Colonial. *Cadernos CEDHAL*, São Paulo, USP, n. 2, 1988. p. 38.

de um processo de aculturação que procurava ordenar as uniões sexuais tendo como base o caráter lícito do ato de conjunção carnal. As relações sociais entre Igreja e comunidade tinham as ligações conjugais como mediação essencial, pois a difusão da conduta cristã ocorria por meio do matrimônio, foco através do qual se introduzia as relações de força eclesiásticas no seio da comunidade. A inserção de relações de poder cristãs e patriarcais dava-se através das denúncias de situações irregulares como o concubinato, que rompiam os laços de solidariedade resultantes da convivência comunitária. As devassas tinham como objetivo dividir a comunidade, submetendo-a ao poder eclesiástico por meio do distanciamento dos “pecadores”, condenados a penas pecuniárias, prisões, excomunhões e separados da vivência social. As denúncias colocavam os transgressores à margem da comunidade cristã, visando à mediação da Igreja nas interações sociais e no convívio de vizinhança. Pretendia-se intimidar os transgressores e afirmar o poder eclesiástico através da submissão às normas da Igreja.¹⁴ A existência de atos sexuais ilícitos servia como modo de valorização das uniões lícitas, pois o perdão e as uniões conjugais sacramentadas só adquiriam sentido se tivessem como contraponto o caráter não permitido dos “ilícitos tratos”.

A pastoral católica supunha a sistemática intimidação dos fiéis a partir da estigmatização dos desejos e das transgressões sexuais.¹⁵ A subjetivação da doutrina cristã direciona a concepção de pecado no sentido da procura das intenções¹⁶ e o momento mais importante é deslocado do ato sexual em si para a inquietação do desejo. Com o Concílio de Trento, a direção espiritual impõe regras de exame de si mesmo ao atribuir cada vez mais importância na confissão e na penitência a todos os prazeres e sensações ligados às insinuações da “carne”, que torna-se a origem de todos os pecados. A mecânica dessa permanente incitação ao discurso é revelar a verdade sobre o sexo, transformando-o em segredo. O catolicismo tridentino marca uma cisão importante naquilo que Michel Foucault chama de “tecnologia cristã da carne”¹⁷, pois introduz a “obsessão pela decifração da verdade de nossos desejos”¹⁸, produzindo uma forma de poder relativa não apenas à comunidade, mas ao indivíduo em particular. Uma poderosa tradição cristã de exclusão social fomentava as tensões sociais através de uma técnica de controle fundamentada

¹⁴ LONDOÑO. *El Concubinato y la Iglesia en el Brasil Colonial*, 62 p.

¹⁵ VAINFAS. *Trópico dos Pecados*, p. 32-33.

¹⁶ LIMA, Lana Lage da Gama. Aprisionando o desejo: confissão e sexualidade. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 78.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 6. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985. 152 p.

¹⁸ DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. A Analítica Interpretativa da Ética de Foucault. In: *Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 280.

na fragmentação da vida comunitária¹⁹, na separação do indivíduo transgressor da convivência social.

O essencial é a incitação de discursos destinados a dizer a verdade sobre o sexo, transformando-o em segredo, no próprio campo de exercício do poder.²⁰ Ao estigmatizar as práticas sexuais ilícitas, a Igreja procurava o controle do desejo.²¹ Com o Concílio de Trento, “a Igreja Católica começa a regular o uso dos corpos dentro do matrimônio”²², considerando sagrado o sexo conjugal voltado para a procriação e lançando o resto no domínio diabólico ou herético do profano.²³ A intenção da Igreja era controlar os mínimos atos subjetivos, visando reduzir o sexo lícito à sexualidade direcionada para a procriação.²⁴

A hermenêutica cristã de si centra-se na decifração dos desejos da “carne”.²⁵ Para a ética cristã é preciso buscar nos movimentos da alma uma verdade sobre si contida no desejo que conduz à purificação e à renúncia de si e dos prazeres.²⁶ O que estava em causa na direção espiritual e no exame de consciência era o caráter permitido ou proibido das relações carnavais,²⁷ estabelecido pela lei divina, que volta-se nesse contexto histórico para a questão da ampliação da população mestiça decorrente dos relacionamentos sexuais ilícitos. A imposição do sacramento do matrimônio associava-se ao caráter lícito das uniões conjugais, fundamento para a mediação das práticas culturais em um processo colonizatório onde as ligações transitórias e as uniões informais eram caracterizadas pela miscigenação, pois as relações amorosas entre homens brancos livres com escravas e libertas chegaram a corresponder a 76,5 dos casos de concubinato sentenciados nas devassas.²⁸ Associadas ao processo de povoamento das Minas, as devassas eram

¹⁹ FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 235-237.

²⁰ FOUCAULT. *História da Sexualidade I*, p. 13-22-36.

²¹ LIMA. *Aprisionando o desejo*, p. 78.

²² PRIORE, Mary Del. A História do Corpo e a Nova História: uma autópsia. *Dossiê Nova História. Revista USP*, São Paulo, n. 23, p. 48-55, set./out./nov. 1994. p. 52.

²³ VAINFAS, Ronaldo. Moralidades brasílicas: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista. In: NOVAIS, Fernando A.; MELLO E SOUZA, Laura de (orgs.). *História da vida privada no Brasil I: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 246.

²⁴ PRIORE, Mary Del. *Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2009. p. 125-131.

²⁵ DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: *Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 268-273.

²⁶ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: O Uso dos Prazeres*. 5. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 11-85.

²⁷ FOUCAULT. *História da Sexualidade I*, p. 38.

²⁸ LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. Devassa nas Minas Gerais: observações sobre casos de concubinato. *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXXI, São Paulo, USP, 1982 (Separata). p. 10.

instrumentos de uma política religiosa que visava à normatização social das uniões livres,²⁹ pois a mestiçagem advinda das relações ilícitas era uma ameaça ao caráter estamental da ordem patriarcal escravista. Contudo, as devassas revelam a instabilidade das uniões sacramentadas nas Minas Gerais, espaço histórico onde práticas sexuais marginalizadas, excluídas pelo discurso cristão, subsistiram. Nas Minas setecentistas predominaram formas heterodoxas de uniões sexuais como o concubinato e as relações efêmeras.³⁰ Estáveis ou passageiras, as relações ilícitas distanciavam-se da união sacralizada pelos laços do matrimônio.³¹

As relações concubinárias envolveram, principalmente, portugueses ou seus descendentes brancos livres com africanas, crioulas e mestiças, em grande medida escravas e forras. As uniões multirraciais transformaram-se em costumes em um espaço cultural favorável para as relações entre homens e mulheres “com condições sociais e matizes de peles diferentes”, que optaram por viver solteiros, estabelecendo uniões livres ou ligações efêmeras, que “subverteram, do ponto de vista moral e normativo, as tradições de uma sociedade escravocrata, estamental e baseada em privilégios”³². Os “tratos ilícitos” favoreceram a interação racial entre os sexos e a miscigenação de tradições culturais. Os concubinatos eram espaços de relações informais de gênero e de vivências alternativas do desejo e da sedução. Entretanto, os encontros amorosos pluriétnicos eram permeados por relações afetivas hierarquizadas, fortemente sexualizadas.³³

Para os homens brancos, a crença dominante de que a escolha da esposa devia ser presidida pela igualdade referente à condição social garantiu a efetivação de relacionamentos multirraciais por meio de uniões informais, consequências da escassez de mulheres brancas disponíveis sexualmente. A beleza de africanas e mulatas despertava o desejo de portugueses recém-chegados.³⁴ Mas negras e mestiças pela própria cor da pele eram suspeitas de prostituição e maus costumes, e eram tidas como objeto sexual³⁵, o que revela o ideal de castidade restrito às brancas, para quem eram reservadas as palavras amorosas. A misoginia racista da sociedade

²⁹ FIGUEIREDO. *Barrocas Famílias*, p. 19-41-49.

³⁰ FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p. 267.

³¹ LOPES, Eliane Cristina. “Tratar-se como casados e procriar”: concubinato, campo fértil da bastardia. *Série Seminários Internos*, São Paulo, CEDHAL/USP, n. 1, 1996. p. 1.

³² Os homens brancos livres, portugueses ou luso-brasileiros, preponderaram entre os concubinos sentenciados nas devassas, perfazendo 92% dos casos na Comarca do Rio das Velhas entre 1727 e 1756. Entre as mulheres mancebas predominaram as libertas africanas, crioulas e mestiças com percentual de 58%. Em seguida, vinham as cativas africanas e crioulas com 26,6%. NETTO. *A família ao avesso*, 22 p.

³³ VAINFAS. *Moralidades brasileiras*, p. 229.

³⁴ FURTADO, Júnia Ferreira. As mulheres nas Minas do ouro e dos diamantes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 501.

³⁵ DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e Poder: em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 93.

colonial classificava as mulheres de origem africana como alvos naturais de investidas sexuais, a quem cabiam os convites diretos à fornicação.³⁶ A “mal-procedida” confundia-se com o mal e a perdição em uma cultura misógina na qual a “solteira”, a meretriz, a amancebada e a adúltera não se diferenciavam da própria noção de pecado.³⁷ Um código sexual cristão e patriarcal, no qual relações escravistas estendiam-se às relações de gênero, considerava cativas e forras mulheres lascivas, doces e submissas, que se entregavam aos prazeres sensuais devido à propensão ao pecado capital da luxúria. Os “tratos ilícitos” resultaram na miscigenação racial, pois a exploração escravista era extensiva à dominação sexual, tornando as relações de gênero violentas. A proteção patriarcal reservada às brancas de elite tinha como avesso a aceitação das relações ilícitas com negras e mestiças, mulheres “passíveis de fornicação”, desejadas, mas degradadas pelo estigma da cor e da escravidão, com as quais os homens brancos não se casariam mesmo que estivessem apaixonados e disponíveis, pois a pobreza e a condição social as infamavam na tradição ibérica.³⁸

Por sua vez, ao se relacionarem intimamente com homens brancos, escravas e libertas subverteram os padrões hierárquicos da sociedade escravista das Minas do século XVIII, deslocando as relações de dominação e criando poderes informais femininos que proporcionavam uma existência mais livre. Mulheres pobres e “desonradas”, por meio de uma inserção específica em relações patriarcais de poder, recorreram às representações de um discurso dominante que as consideravam moralmente degradadas e através da sedução lutaram contra as limitações impostas por uma sociedade misógina. Relações de poder cristãs, escravistas e patriarcais permearam as relações de gênero conduzindo à submissão sexual das “mal-procedidas”. Mas ao vivenciarem as representações impostas, mulheres pobres não cumpriram os termos e prescrições da cultura dominante. Papéis informais de gênero foram criados por uma experiência cotidiana que transformou um código cristão de comportamento em uma moral sexual informal. Portanto, trata-se de delinear as vivências sexuais ilícitas do desejo e da sedução por mulheres tidas como “mal-procedidas”. Através da subversão do desejo e do olhar masculinos, cativas, libertas e brancas pobres conquistaram melhores condições de vida, construindo uma cultura feminina de resistência fundamentada no “mau uso de si”.

O processo de colonização das Minas setecentistas favoreceu a construção de uma sociedade complexa, que se distribuía em áreas rurais e agrícolas e em uma rede de núcleos

³⁶ PRIORE, Mary Del. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011. p. 46.

³⁷ PRIORE. *Ao Sul do Corpo*, p. 97-100-137.

³⁸ VAINFAS. *Trópico dos Pecados*, p. 64-65-76.

urbanos sem precedentes na história da Colônia.³⁹ A mobilidade intrínseca à mineração e às atividades comerciais resultou numa população masculina flutuante que buscava enriquecimento rápido. A transitoriedade de homens pressuposta pela extração aurífera conduziu a um tipo de família criada a partir de relações concubinárias ou eventuais, onde somente a mãe convivia muitas vezes com os filhos. As mulheres tornaram-se presença predominante na vida urbana, pois permaneciam na retaguarda do povoamento, estabelecendo relações sexuais casuais, arcando com seus filhos bastardos. O intenso fluxo populacional das vilas, arraiais e centros mineradores, tradicionais zonas de passagem,⁴⁰ transformou as Minas em um espaço histórico propício aos envoltimentos sexuais ilícitos. Uma existência nômade incentivava novos laços de sociabilidade e as relações efêmeras em um contexto urbano que conduzia às transgressões conjugais.⁴¹ A recorrência de desvios e heterodoxias era consequência de vidas itinerantes, do ir e vir de homens errantes, do denso fluxo populacional masculino em uma sociedade essencialmente urbana, onde o nomadismo das vilas e arraiais, a incidência expressiva de africanos e seus descendentes,⁴² e a relativa escassez de mulheres brancas disponíveis sexualmente contribuíram para o surgimento de formas não convencionais de conjugalidade.

Denunciava-se às devassas principalmente mulheres de origem africana que viviam em uniões consensuais ou esporádicas com seus filhos ilegítimos. Eram rotuladas de “mal-procedidas” tanto mulheres que se entregavam a relações conjugais não ortodoxas, auferindo, muitas vezes, benefícios ou rendimentos dos relacionamentos amorosos ilícitos, quanto aquelas que aderiam efetivamente ao comércio sexual, o que revela os tênues limites entre práticas desviantes e prostituição.⁴³ Algumas mulheres possuíam mais de um concubino e meretrizes despertavam amores, estabelecendo relações de mancebia com vários homens. O “mau uso de si” estava vinculado aos fogos chefiados por mulheres sós, dispostas, eventualmente, a sobreviver com o ganho de seus corpos. Libertas utilizavam os “tratos ilícitos” como alternativas improvisadas de sobrevivência e consentiam que suas filhas “fizessem mal de si”, criando laços de auxílio mútuo através do “mau-procedimento”. Mães solteiras, cúmplices da vida “dissoluta” de suas meninas, subverteram as relações familiares de dependência pessoal ao viverem “formas

³⁹ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. 3. ed. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2009. p. 73-77.

⁴⁰ FARIA, Sheila. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial (sudeste, século XVIII)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. 434 p; DIAS. *Quotidiano e Poder*, p. 30.

⁴¹ VILLALTA, Luiz Carlos. *“A torpeza diversificada dos vícios”*: celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801). 248 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 1993. p. 16.

⁴² MOTT, Luiz. Modelos de santidade para um clero devasso: a propósito das pinturas do Cabido de Mariana, 1760. *O século XVIII. Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, n. 9, p. 96-120, jun. 1989.

⁴³ PRIORE. *Ao Sul do Corpo*, p. 76.

não sacramentadas de convívio sexual”. “Putas” e “mancebas” se confundiam no convívio das famílias que sustentavam.⁴⁴ A análise das devassas evidencia a recorrência do meretrício enquanto estratégia de sobrevivência das famílias pobres chefiadas por mulheres.⁴⁵ O “viver meretrizmente” designava a vida fora dos padrões convencionais de mulheres solteiras ou de maridos “ausentes”, com todo comportamento “desregrado” confundindo-as com prostitutas.⁴⁶

Os domicílios matrifocais⁴⁷ eram locais de festas e feitiçarias amorosas, de cultos religiosos com seus batuques e danças rituais. Em vendas, pousadas e em “casas de morada”,⁴⁸ mulheres cometiam “pecados carnavais”, construía relacionamentos conjugais alternativos ao sacramento matrimonial e criavam formas de convívio com o seu próprio gênero. As vivências intensas de amores efêmeros pautavam-se na constituição de laços comunitários e de áreas de resistência e sociabilidade, caracterizados pela contestação ao comportamento social ditado pela Igreja Católica. A natureza explícita das relações amorosas ilícitas de negras e mulatas, sua prole ilegítima, sua capacidade de congregação em casas de alouco e seu potencial de interação sexual com homens livres fizeram com que o discurso cristão dominante problematizasse as transgressões sexuais colocando-as como as principais responsáveis pelos “tratos ilícitos”. Devido à pobreza, africanas, crioulas e mestiças eram dependentes de si mesmas, do convívio comunitário feminino. A prática da prostituição exerceu função social importante, refletindo as relações de dependência que uniam entre si, nas fímbrias da escravidão urbana, brancas pobres, cativas e libertas.⁴⁹ Buscava-se uma identidade cultural fundamentada em uma forma própria de conjugalidade e na organização de um ganha-pão, que dependiam de redes muito fortes de auxílio mútuo e de densos laços de solidariedade e vizinhança que se improvisavam continuamente:⁵⁰

Josefa Maria de Souza concorre para que sua filha Jacinta de São José se desoneste com hóspedes que ela recolhe e não tem outra coisa de que viva e também vive de dar pousada para o mesmo fim a mulheres meretrizes, como é uma bastarda [...] por nome Rosa Maria [...] como foi algumas vezes Joana Xavier mulher branca e uma crioula por nome Ana [...] preta forra e Gertrudes de Oliveira mulher branca que adentro em casa da mesma hoje sendo casada.

⁴⁴ _____. *Ao Sul do Corpo*, p. 73-74-75.

⁴⁵ FIGUEIREDO. *O Averso da Memória*, p. 100.

⁴⁶ _____. *Ao Sul do Corpo*, p. 78-82.

⁴⁷ Domicílios matrifocais eram lares chefiados por mulheres.

⁴⁸ Segundo Eduardo França Paiva, o espaço da casa não servia apenas como habitação, era também local de trabalho, de lazer, de manifestações culturais, de esconderijo. Nas casas, certos cômodos eram transformados em vendas de secos e molhados, e o privado era parcialmente incorporado ao público. “As portas abriam-se aos infratores em fuga, aos revoltosos em potencial, aos prazeres libidinosos e a outras demandas da comunidade”. A separação entre o teto protetor e o local de divertimentos e angústias coletivas era tênue, indicando certa resistência de tradições africanas adaptadas à cultura colonial. PAIVA. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII*, p. 168.

⁴⁹ DIAS, Maria Odila da Silva. Nas Fímbrias da Escravidão Urbana: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, v. 15, n. especial, p. 89-109, 1985. 20 p.

⁵⁰ DIAS. *Quotidiano e Poder*, p. 16.

[...] E quando os hóspedes eram muitos e eram necessárias mais mulheres, as convocava deste arraial e também de outras partes vinham assistir à sua casa.

Além de “dar alcouce”, Josefa Maria de Souza era uma prostituta que se dava aos homens que recolhia em sua pousada em Ouro Branco, no ano de 1764. No entanto, era concubinada com João da Costa Barbosa, oficial de ferreiro e ferrador. Assim como a mãe, Jacinta Maria de São José era conhecida como “pública meretriz”, apesar de seu amancebamento com o português Manoel Gomes Chaves, “homem casado em Portugal e trás mesmo o filho ao peito”. Josefa abrigava “toda a casta de passageiros”, cozinhando para eles e lhes prestando outros serviços, sendo infamada de servi-los com “atos lascivos”, “por si e sua filha Jacinta, e por Rosa mulher bastarda que tinha em sua casa, e lhes tirava contas do que davam por seus atos ilícitos”. As uniões conjugais informais com homens que com elas não se casariam não diminuí a ação social dessas mulheres. Em sua “casa de alcouce”, Josefa de Souza proporcionava oportunidades de convívio entre mulheres brancas e negras, solteiras e casadas,⁵¹ criando vínculos de solidariedade femininos implícitos nas redes de dependência pessoal.

“Dar casa de alcouce” foi um ato cotidiano articulado aos vínculos comunitários de dependência mútua, às relações populares de parentesco e ao convívio de vizinhança. Fogos com relações complexas de parentesco, amizade e trabalho engendraram relações próprias de convivência comunitária. Em torno dos domicílios matrifocais surgia toda uma forma de organização familiar e de sobrevivência que transcendia os lares por meio de uma densa rede de relações pessoais.⁵² O concubinato e as ligações transitórias eram um espaço de identificação cultural para as forras, que conquistavam maior inserção social através das relações familiares alternativas ao constituírem relações de convivência fundamentadas no compadrio.⁵³ Vivendo como se fossem esposas ou na aventura de uma só noite, muitas foram as mulheres que pariram filhos cujos pais não eram seus cônjuges.⁵⁴ Os laços de afeto que estabeleciam eram responsáveis pelo número elevado de filhos bastardos nas moradias.⁵⁵ Complexas relações culturais, que estimulavam relações de caráter pessoal e redes de dependência social referentes a laços de sangue e parentesco fictício,⁵⁶ previam fortes associações entre mães alcoviteiras e filhas “mal-procedidas”, e a efetivação de laços de comadrio e solidariedade resultantes do convívio comunitário de vizinhança. Negras e mestiças distribuía seus filhos ilegítimos entre mães, irmãs

⁵¹ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – AEAM - Devassas, 1762-69. fl. 65v a 71.

⁵² DIAS. *Quotidiano e Poder*, p. 52-74; SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família*: São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 169.

⁵³ NETTO. *A família ao avesso*, 22 p.

⁵⁴ LOPES. “Tratar-se como casados e procriar”, p. 16.

⁵⁵ FURTADO. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p. 46.

⁵⁶ SAMARA. *As Mulheres, o Poder e a Família*, p. 15-17-19.

e amigas para criá-los. As “mal-procedidas” possuíam uma ética própria para constituir vínculos familiares e afetivos, cercando-se de comadres e vizinhas, e estabelecendo relações ilícitas estáveis ou esporádicas com eventuais companheiros. A alcovitice, constante nos lares matrifocais, fundamentava uma profunda solidariedade feminina e era um laço que unia mães e filhas.⁵⁷ Como respaldo para os desejos dessas que faziam um uso informal da sexualidade existia toda uma tradição popular. É a partir desse costume passado de mãe para filha que mulheres “mal-procedidas” vão se apropriar de uma cultura que as submetiam sexualmente para conquistarem uma maior autonomia nas relações sociais. Em 1733, em Ouro Preto, a mulata forra Ana Freyre dava alcouce ao boticário Manuel Peixoto devido ao “trato ilícito” que esse tinha com sua filha Antônio, moça que também conhecia “carnalmente” seu vizinho Manuel S. Couto.⁵⁸ Denunciada em 1764, no morro de Santo Antônio em Congonhas do Campo, a liberta

Ana Maria, mulher [...] casada [...] vive escandalosa e publicamente ausente de seu marido, infamada de concubinato e não sabe ele testemunha com quem, mas é público que admite e consente em sua casa homens, não só para si, mas também para sua irmã Francisca e para suas filhas Maria e Ana.⁵⁹

Há uma constante referência no discurso da época à liberdade conquistada por mulheres de origem africana através do abandono de seus maridos. Mulheres pobres responderam às demandas da Igreja sobre o uso de seus corpos com adultérios,⁶⁰ em um contexto onde as “mal-procedidas” se confundiam com a própria noção de pecado.⁶¹ Gertrudes de Oliveira vivia “separada de seu marido Manoel Francisco dos Santos, que querendo por várias vezes chamá-la para sua companhia ela nunca quis”. Ao que parece, Gertrudes não “fazia vida” com o marido por preferir “viver na sua liberdade”, “dada à sensualidade”.⁶² Nas Minas Gerais do século XVIII, negras e mulatas tinham como passado cultural o hábito de africanas que se mantinham economicamente independentes, sustentando a si próprias e aos filhos.⁶³ A prostituição era uma opção de trabalho e sobrevivência para muitas mulheres que optavam pela separação de seus maridos e concubinos⁶⁴ ou que almejavam uma existência mais livre. No avesso das práticas prescritas pelos valores cristãos e patriarcais, as “mal-procedidas” faziam do “mau uso de si” um desafio ao casamento sacramentado pela Igreja, pois os “tratos ilícitos” constituíam alternativas

⁵⁷ PRIORE, Mary Del. *A Mulher na História do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1992. 64 p.; PRIORE. *Ao Sul do Corpo*, 302 p.

⁵⁸ AEAM - Devassas, 1733. fl. 86.

⁵⁹ AEAM - Devassas, 1762-69. fl. 46v-47.

⁶⁰ PRIORE. *A Mulher na História do Brasil*, p. 20.

⁶¹ PRIORE. *Ao Sul do Corpo*, p. 97.

⁶² AEAM - Devassas, 1753. fl. 70v-71.

⁶³ DIAS. *Quotidiano e Poder*, p. 158.

⁶⁴ FIGUEIREDO. *O Avesso da Memória*, p. 102.

que resultavam em uma margem mais ampla de autonomia e num exercício maior de poder nas relações de gênero. Tinha-se uma liberdade na escolha dos parceiros e a negação da estrita submissão ao marido existente no matrimônio eclesiástico. Em 1756, em Conceição do Mato Dentro, a parda forra Paula Perpétua, definida como meretriz “pronta para todas as desonestidades com qualquer homem”, “supondo seja casada vive como se não o fora, porque se ausenta de seu marido todas as vezes e quando quer”⁶⁵. O concubinato com Antônio Porto era a principal causa existente para Paula “estar ausente de seu marido, tendo-a em uma casa a parte”. Paula Perpétua, apesar de concubinada com outro homem, relacionava-se com o marido, “a qual vive separada dele no morro”, não obstante, algumas vezes, o seu marido ia à casa dela e ela à casa dele.⁶⁶ A posição passiva de Francisco da Cunha, marido de Paula, em relação ao adultério de sua esposa justificava-se pelo fato deste temer “que a mesma lhe maquine a morte”. Francisco da Cunha, de acordo com o vizinho João de Souza Silva,

não concorre para semelhante desonestidade só se acomoda por ser homem pobre e velho e temer os impulsos da referida, como a ele [...] disse o marido da mesma pedindo-lhe que falasse a referida para que se reprimisse nos seus insultos [...], o que a testemunha não fez por reconhecer que não podia ter efeito algum seu petítório.⁶⁷

Mulheres casadas ou “ausentes” de seus maridos recorriam às práticas desviantes como formas improvisadas de sobrevivência e de relacionamento conjugal, visando uma maior influência nas relações de gênero e uma participação mais efetiva no universo público. Rosa de Tal vivia “ausente” de seu marido Francisco Cardoso, o que a testemunha sabia por ser “vizinho e os ter visto muitas vezes com escandalosa separação, ela contar que o dito a deseja em casa, porém ela o não quer seguir”⁶⁸. Meretrizes eram consideradas “mulheres de rua”, cuja mobilidade espacial as confundiam com o espaço público. Rita de Tal, parda casada com Manuel dos Santos, andava “de umas para outras partes como se fora meretriz”⁶⁹. Inúmeras foram as mulheres denunciadas nas devassas por não viverem com seus maridos. No Ribeirão de Santa Bárbara, a liberta Elena Maria da Conceição cometia “adultérios com uns e outros com o consentimento de sua mãe”⁷⁰. Em 1777, o pardo forro Manoel Borges denunciou a sogra Mariana de Maya por alcovitar homens para sua mulher, que não o consentia em casa, nem com ele queria “fazer vida”, talvez por estar na sua liberdade para “usar mal de si”⁷¹. Para a Igreja Católica, essa escolha

⁶⁵ AEAM - Devassas, 1756-57. fl. 7v-8.

⁶⁶ AEAM - Devassas, 1750-53. fl.58, 60v.

⁶⁷ AEAM - Devassas, 1756-57. fl. 7v-8.

⁶⁸ AEAM - Devassas, 1750-53. fl. 73.

⁶⁹ AEAM - Devassas, 1753. fl. 219.

⁷⁰ AEAM - Devassas, 1767-77. fl. 16.

⁷¹ AEAM - Devassas, 1767-77. fl. 21.

traduzia-se em uma ampliação dos domicílios chefiados por mulheres, contrariando a expectativa de implantação do matrimônio eclesiástico em detrimento das uniões consensuais.

A legislação eclesiástica era ambígua em relação às transgressões femininas. As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* interditavam a administração dos sacramentos às feiticeiras e meretrizes,⁷² tentando separar as “mal-procedidas” da convivência cristã comunitária. Mas a prostituição não fazia parte dos “crimes morais” previstos pelas visitas pastorais. Entretanto, nas denúncias às devassas não faltam referências a mulheres “públicas e escandalosas”. Foram as mulheres negras, principalmente as forras, que mais sofreram com as penas pecuniárias, prisões e expulsões, sendo consideradas as responsáveis pelos concubinatos, verdadeiras ameaças a uma política religiosa de imposição da família cristã e patriarcal monogâmica. O alcouce e a alcovitice eram penalizados,⁷³ por ensejarem uma cultura de resistência que transgredia mais diretamente o sacramento do matrimônio através do favorecimento de relações concubinárias e ilícitas.

A ausência de uma fronteira rígida delimitando prostituição e concubinato resultava da inexistência de uma problematização que delineasse as diversas formas de “tratos ilícitos” pelo discurso eclesiástico, pois todos os “pecados da carne” correspondiam à noção de “luxúria”. A representação simbólica da “mal-procedida” é a imagem de um espaço histórico e cultural onde não existia o questionamento do discurso dominante acerca da prostituição, que era considerada um “mal necessário”, pois não subvertia a família e a ordem conjugal, e era uma forma de saciar os desejos masculinos sem colocar em risco a virtude de esposas e donzelas.⁷⁴ A prostituição não era compreendida como uma ameaça à instituição do casamento, foco através do qual se introduzia as relações de força cristãs e patriarcais no seio da vivência comunitária. Mas, ao mesmo tempo, as uniões conjugais irregulares eram associadas à prostituição e os fogos chefiados por mulheres eram considerados imorais.⁷⁵ A cumplicidade com a prostituição convivia com a preocupação com as relações concubinárias e com a ideia de que a ordem familiar dependia de mulheres “públicas e postas a ganho”, “com legitimidade para infringir”, cujos corpos eram mercadorias que caracterizavam seu ofício.⁷⁶ O discurso dominante tolerava pecados sexuais desde que praticados com “mulheres públicas”, que “além de ‘putas’ eram de cor”⁷⁷. Por não

⁷² MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p. 74.

⁷³ RODRIGUES, Isis Menezes de. *Visitações Eclesiásticas: do Delito à Punição – Mariana (1722-1743)*. 105 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2009. 105 p.

⁷⁴ VAINFAS. *Trópico dos Pecados*, p. 62-145.

⁷⁵ PRIORE. *Ao Sul do Corpo*, p. 76-78.

⁷⁶ PRIORE. *A Mulher na História do Brasil*, p. 22-59.

⁷⁷ VAINFAS. *Trópico dos Pecados*, p. 64-65.

terem marido ou por venderem eventualmente seus corpos, as “mal-procedidas” eram associadas às prostitutas, suspeitas de sensualidade, fossem ou não profissionais do sexo.⁷⁸

Portanto, trata-se de delimitar as vivências alternativas do prazer e do erotismo e de saber como uma cultura feminina fundamentada na sedução se constrói num contexto de relações desiguais marcado pelo escravismo e pela imposição da religiosidade cristã. Mulheres pobres, principalmente as libertas, interagiram com homens, induzindo as ações desses que ocupavam um lugar privilegiado nos relacionamentos de gênero, construindo uma cultura popular na qual a apropriação feminina das relações sociais patriarcais era fundamental. Nas Minas do XVIII, a participação feminina possuía um caráter estratégico, imprescindível para a consolidação de vínculos associativos e para a difusão de uma moral sexual informal. Assim, é preciso definir múltiplas subjetividades femininas a partir de possibilidades plurais de sentidos atribuídas às práticas sexuais ilícitas através das vivências do desejo e da sedução. Para isso, é necessário demarcar os posicionamentos femininos no domínio específico formado por relações de poder cristãs e patriarcais, para delinear papéis contrários aos padrões oficiais de comportamento que configuram formas peculiares de luta, pois mulheres pobres, mesmo vivendo sob constante dominação, ao se posicionarem como mulheres sensuais, conseguiram resistir ao invertem estrategicamente as relações patriarcais de poder.

O gênero é utilizado como referência conceitual que permite apreender as experiências femininas da sedução nas Minas do século XVIII. Trata-se da definição dos campos de possibilidades representacionais, dos mecanismos linguísticos instituidores dos papéis sexuais inscritos nas práticas discursivas, constituídos de valores, imagens, crenças, costumes, tradições, normas e significações simbólicas responsáveis pela formação de sujeitos de desejos. Redes de significações interpretativas do mundo, as representações sociais representam um instrumento analítico que possibilita compreender os mecanismos formadores de identidades de gênero.⁷⁹

É preciso questionar o conceito de identidade a partir da reconstrução de subjetividades articuladas às experiências de gênero e à multiplicidade das sexualidades e dos corpos.⁸⁰ O caráter culturalmente constituído da sexualidade nos convida a historicizar os conceitos tomados como realidades evidentes e possibilita a compreensão do posicionamento feminino em relações de

⁷⁸ _____, *Trópico dos Pecados*, p. 61.

⁷⁹ SWAIN, Tania Navarro. “As teorias da carne”: corpos sexuais, identidades nômades. *Revista digital Labrys, estudos feministas*, n. 1-2, jul./dez. 2002. Captado em: www.labrys.net.br. Acesso em: 28 mar. 2013.

⁸⁰ LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria *queer* como políticas de conhecimento. *Revista digital Labrys, estudos feministas*, n. 6, ago./dez. 2004. Captado em: www.labrys.net.br. Acesso em: 29 jul. 2013.

poder estruturadas historicamente. Categorias identitárias arraigadas em nossos corpos físicos como gênero e raça ou em nossas heranças culturais étnicas e religiosas são construções históricas ligadas às nossas raízes. Por conseguinte, desnaturalizar as categorias sobre as quais se fundam a diferenciação hierárquica dos gêneros é um caminho para desestabilizar as estruturas de poder.⁸¹

Precisamos saber em que relações de poder se constituem as percepções identitárias das mulheres,⁸² pois a diferença hierárquica entre os sexos contém uma violência simbólica. Os estudos das relações de gênero questionam a noção de identidade, constituída historicamente em relações complexas,⁸³ e privilegiam a análise dos processos de construção das relações entre os sexos e das formas que o poder as articula em momentos históricos determinados.⁸⁴ A crítica a categorias identitárias a-históricas e abstratas nos permite vislumbrar múltiplas experiências subjetivas femininas como construções históricas diferenciadas. Devemos examinar as maneiras que as identidades de gênero são construídas e relacioná-las a representações culturais historicamente específicas⁸⁵ como a imagem da “mal-procedida”, pois construções representacionais engendram práticas sexuais alternativas e papéis informais de resistência, nos levando à análise das significações culturais e das práticas simbólicas. A apreensão de múltiplas subjetividades femininas deve se pautar na análise dos processos de reelaboração das tradições culturais disponíveis a partir das quais as mulheres resistiram às relações de força. As identidades sexuais são subjetividades historicamente definidas, mas em constante transformação, pois os sujeitos históricos nos processos de interpretação que dão sentido às relações cotidianas transformam as determinações culturais.⁸⁶

A imposição, pelo discurso eclesiástico, da imagem da “mal-procedida” no que se refere às meretrizes e concubinas, não exclui a possibilidade dessa representação simbólica ser utilizada como estratégia de luta. A incorporação da linguagem da dominação é uma tática que mobiliza uma representação imposta, subvertendo a relação de dominação, pois práticas sexuais de resistência são processos históricos que deslocam as convenções e atuam na construção de

⁸¹ SCOTT, Joan. *Fantasy Echo: História e a Construção da Identidade*. *Revista digital Labrys, estudos feministas*. Trad: Fernanda Soares. n. 1-2, jul./dez. 2002. Captado em: www.labrys.net.br. Acesso em: 6 abr. 2013.

⁸² SWAIN. “*As teorias da carne*”.

⁸³ SCOTT. *Fantasy Echo*.

⁸⁴ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Os Estudos sobre Mulher e Literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 59.

⁸⁵ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Trad: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: S.O.S. Corpo, 1991. p. 16.

⁸⁶ VARIKAS, Eleni. Gênero, Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. Trad: Ricardo Augusto Vieira. *Cadernos PAGU (3)*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, p. 63-84, 1994. p. 75-76.

poderes informais femininos, entendidos como contrapoderes sedutores e ilícitos.⁸⁷ As múltiplas maneiras pelas quais as mulheres interpretam as significações dominantes transcendem o caráter normativo do discurso. Recusar-se a tomar como referência estrita as definições dominantes da diferença entre os sexos possibilita analisar a dinâmica das relações de poder que tornam possíveis as experiências históricas das mulheres,⁸⁸ o que permite incorporar à história experiências singulares e radicalmente diferentes que escapam aos padrões sexuais normativos.

A história das mulheres volta-se para a natureza política da construção das experiências femininas, historicamente variáveis.⁸⁹ A análise de gênero ressalta as origens culturais das identidades subjetivas das mulheres.⁹⁰ A definição dos campos de possibilidades onde diversas condutas podem acontecer⁹¹ significa considerar as relações entre os sexos enquanto relações de força, pois relações de conflito são inerentes às relações de gênero, constituindo relações políticas que geram subjetividades, consequências de redefinições múltiplas dos papéis sociais impostos. As possibilidades de constituição de significados pelas experiências femininas engendram a transformação das normas sociais, resultando em representações alternativas da sexualidade.

A perspectiva metodológica adotada, pautada na “analítica do poder” de Michel Foucault⁹², insere as subjetividades femininas no domínio específico formado por relações de poder cristãs e patriarcais, o que determina os instrumentos de análise que recortam as estratégias de resistência construídas a partir dos “tratos ilícitos” e possibilita buscar nos envoltórios amorosos alternativos um caráter estratégico que desvende o posicionamento das “mal-procedidas” nas relações de dominação, pois a submissão sexual é resultado da integração específica em relações de poder. A articulação da experiência social feminina a um código sexual misógino propicia a visualização da reversão tática de um discurso cristão que institui a dominação e nos permite delinear as vivências daquelas que transformaram as relações sociais para resistir às injunções de um contexto histórico construído com base na exploração sexual.

Portanto, a análise das relações de gênero precisa ater-se às mediações simbólicas pelas quais a dominação masculina se exerce, articuladas, nesse contexto, com outras formas desiguais

⁸⁷ CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. Trad: Sheila Schvarzman. *Cadernos PAGU* (4), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, p. 37-47, 1995. 10 p.

⁸⁸ VARIKAS. *Gênero, Experiência e Subjetividade*, p. 69-70.

⁸⁹ SCOTT, Joan. Prefácio a *Gender and Politics of History*. Trad: Mariza Corrêa. *Cadernos PAGU* (3), Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, p. 11-27, 1994. p. 17.

⁹⁰ SCOTT. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 4.

⁹¹ FOUCAULT. *O Sujeito e o Poder*, p. 244.

⁹² FOUCAULT. *História da Sexualidade I*, p. 80.

de relações sociais,⁹³ como a escravidão e a imposição de uma religiosidade cristã forjadora de subjetividades. A apreensão específica de um código de comportamento sexual pelos sujeitos históricos produziu práticas sexuais múltiplas no processo de auto-representação dos papéis de gênero. As percepções subjetivas que as mulheres têm de si são representações culturais historicamente específicas, o que não exclui a transgressão dos limites impostos aos gêneros, a transcendência dos significados dominantes atribuídos à diferença sexual, a contestação das relações de gênero normativas. Nas Minas, os papéis sociais designados às mulheres pobres pelos valores morais cristãos foram subvertidos pelas vivências dos “tratos ilícitos” e pela incorporação da imagem imposta da “mal-procedida”, caracterizada pela tendência ao “pecado”. O escravismo, característica inerente ao código sexual da época, tornava as relações de gênero violentas. Mas a violência simbólica advinda de relações sociais escravistas foi contestada pela subversão das convenções sexuais impostas e pela resistência à submissão patriarcal, que contraditoriamente se dava através da própria vivência da submissão.

Escravas e forras constituíram a partir de um código cristão e patriarcal de comportamento sexual marcado pelo escravismo, que previa a submissão feminina, formas peculiares de relações de gênero, que consistiram em uma apropriação das concepções masculinas sobre o seu sexo. Mulheres pobres contestavam os valores patriarcais escravistas através de ações sociais capazes de subverter e deslocar regras culturais impostas. O poder feminino de incitar o desejo masculino suscitava vantagens inegáveis para aquelas que se submetiam sexualmente. A interação mais efetiva no universo público e o fato de se apropriarem mais ativamente das relações de gênero fazem parte das contradições decorrentes dos ideais de pureza feminina restritos às mulheres brancas de elite. O posicionamento de negras, mestiças e brancas pobres nas relações de poder cristãs e patriarcais gerava uma autonomia de movimentos, de inserção nas uniões conjugais e de participação nas manifestações culturais jamais vislumbradas pelas mulheres mais bem posicionadas na sociedade escravista. Por isso, as “mal-procedidas” tornaram-se o principal ponto de inserção das relações patriarcais de poder processada com base na afirmação das uniões conjugais lícitas, atuando no deslocamento de redes familiares e comunitárias de dependência pessoal efetivado em casas de alcouce. Prostituição e concubinato estavam inseridos em um código de relacionamentos sexuais onde as relações de parentesco eram essenciais e

⁹³ DAUPHIN, Cécile et al. A história das mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Trad: Rachel Soihet, Rosana M. Alves Soares e Suely Gomes Costa. *Revista Gênero*, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2. sem. 2001. p. 18.

estavam articulados ao convívio de vizinhança, engendrando a criação de vínculos comunitários.

Embora as Minas fossem marcadas pela diversidade de organizações familiares de grupos que viviam à margem da sociedade como as mulheres pobres, a importância da família não foi alterada entre as classes populares. Negras, mulatas e brancas pobres, concubinas e mães solteiras, viviam em relações consensuais. Mas as relações de solidariedade características da família patriarcal ressaltada por Gilberto Freyre, constituída pelo senhor e sua esposa, filhos legítimos e ilegítimos, afilhados, parentes, escravos, agregados e vasta clientela, serão preservadas entre as mulheres pobres através de um código de relações que previa fortes associações de parentesco e vizinhança. Pertencer a uma família independia do parentesco e poderia ultrapassar os laços consanguíneos e os limites do domicílio, correspondendo a alianças com membros de outras famílias, redes de sociabilidade e sobrevivência, e relações de compadrio.⁹⁴

O modelo escravista e patriarcal de família, que estimulava relações de caráter pessoal e redes de dependência social,⁹⁵ ao transferir-se para as relações cotidianas, resultou na constituição de vínculos de solidariedade entre parentes, compadres e vizinhos. O posicionamento das “mal-procedidas” em complexas redes de dependência pessoal forjou experiências culturais singulares. No avesso de um código de comportamento sexual patriarcal, os “tratos ilícitos” integravam redes de relacionamentos sexuais onde as relações de parentesco tiveram uma vital importância. Nota-se a persistência das tradições culturais rurais no ambiente urbano das Minas setecentistas, que não impediu a manutenção típica das parentelas brasileiras e da convivência familiar. A predominância de domicílios singulares ou com estrutura aparentemente simplificada não alterou a intensidade das relações familiares nas cidades, pois mesmo famílias de poucos membros eram influenciadas pelas relações sociais patriarcais e escravistas.⁹⁶ Relacionamentos familiares de dependência pessoal baseados em obrigações mútuas e o convívio comunitário de vizinhança preservaram, de forma modificada, os valores patriarcais entre as camadas populares.

⁹⁴ Estudos como os de Mariza Corrêa e Eni de Mesquita Samara questionam a preponderância da família patriarcal ou extensa. A aplicação generalizada a todos os contextos e camadas sociais é a principal crítica à categoria “patriarcalismo”. No entanto, o conceito de “patriarcalismo” aqui utilizado deve ser entendido como um conjunto de práticas que orientavam a ação dos indivíduos posicionando a família como eixo das relações sociais. A família é considerada uma reunião de pessoas independente de ligações consanguíneas, um universo simbólico de relações de sociabilidade e representações sociais. Portanto, é preciso ampliar a concepção de “família” para englobar as relações interpessoais de cumplicidade e dependência mútua entre os moradores, tais como relações entre chefes de fogos, parentes, escravos e agregados sem referência a parentesco. Ver CUNHA, Jorge Rodrigo da. *Domicílio: locus de ação e participação feminina* (Vila de São José – 1795-1831). 183 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del Rei, Programa de Pós-Graduação em História, São João del Rei, 2010. 172 p. Ver também BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei - séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007. 381 p.

⁹⁵ SAMARA. *As Mulheres, o Poder e a Família*, p. 15-20.

⁹⁶ SAMARA. *As Mulheres, o Poder e a Família*, 169 p.

Laços de trabalho, dependência e parentesco ligavam as mulheres entre si formando uma complexa rede de relações sociais,⁹⁷ que proporcionavam a criação de um convívio comunitário feminino resultante de extensas relações de parentela e vizinhança. As “mal-procedidas”, com suas “putarias e mancebias”, eram mulheres profanas e perigosas devido à sua prole ilícita e miscigenada, concebida fora do matrimônio sacramentado.⁹⁸ Responsáveis pelas maternidades ilegítimas que fomentavam a miscigenação, decorrentes de uma conjugalidade específica, as forras transmitiam às filhas uma tradição de resistência. A preferência à liberdade do “mau uso de si” por esposas que abandonavam seus maridos e tornavam-se “dadas à sensualidade”, a integração a relações de mancebia ou redes de alcovitagem correspondiam a uma escolha social ditada por uma cultura feminina de resistência fundamentada na sedução que rejeitava o controle da Igreja sobre as interações culturais comunitárias. Na Lagoinha, a viúva conhecida como “Antonica” “consentia os delitos carnis” de suas filhas Joana e Teodósia, que “juntamente com [...] outras [...] são mal-procedidas e públicas meretrizes, admitindo homens em sua casa para fins torpes e desonestos”⁹⁹. Em Mariana, foi denunciada a parda Inácia da Costa, por alcunha “a Enforcada”, “mulher pública muito mal-procedida” que consentia nos “pecados” e nos “torpes tratos” de sua filha Rosana, “a qual haverá oito anos que é meretriz [...], sempre a mãe morou com ela na mesma casa, vendo entrar homens para tratarem [...] com [...] sua filha sem que lhe proibisse, antes permitindo-lhe [...] para que se sustentasse e vestisse”. Além de viver “de portas adentro” com Rosana, sabendo de seus amásios e consentindo seus “tratos ilícitos”, Inácia era uma afamada alcoviteira de Mariana, que costumava “ter em sua casa algumas mulheres para se darem a homens, sendo medianeira para que os homens lhes dêem algumas coisas”¹⁰⁰.

A família conjugal tem relativa importância nas sociedades africanas,¹⁰¹ o que remete a uma herança cultural responsável pela tradição dos “tratos ilícitos” nas Minas Gerais do século XVIII. Na maior parte da África, a terra era coletiva e não necessitava ser conservada na família por meio de uniões monogâmicas.¹⁰² Mas havia a tendência entre os africanos desenraizados de estabelecer uniões consensuais, grupos de parentesco e redes informais de amigos.¹⁰³ A reorganização da vida comunitária baseava-se em laços de parentesco e solidariedade que

⁹⁷ _____ . *As Mulheres, o Poder e a Família*, p. 171.

⁹⁸ PRIORE. *A Mulher na História do Brasil*, p. 22-23.

⁹⁹ AEAM - Devassas, 1753. fl. 67.

¹⁰⁰ AEAM - Devassas, 1753. fl. 139-155v.

¹⁰¹ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil-Sudeste, século XIX. 2. ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2011. 304 p.

¹⁰² PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 13.

¹⁰³ SLENES. *Na senzala, uma flor*, 304 p.

substituíam as extensas linhagens africanas.¹⁰⁴ As relações matrifocais davam maior estabilidade aos grupos familiares. Fogos mais numerosos ou que contavam com relações de convívio e vizinhança ofereciam melhores condições de sobrevivência.¹⁰⁵ As libertas possuíam uma “família extensa” formada por parentes de consideração e por companheiros de trabalho.¹⁰⁶ As africanas e suas descendentes crioulas e mulatas constituíam a maioria do contingente feminino que vivia fora das uniões sacramentadas. Herdeiras de tradições culturais específicas, as forras tinham um modo peculiar de se relacionar com companheiros e parentes. As libertas vivenciaram relações de gênero endogâmicas, poligâmicas ou monogâmicas, transformando-se, no centro da estrutura familiar. Para as forras viver em concubinato representava uma valorização de tradições familiares matrifocais com origens africanas matrilineares.¹⁰⁷ Os costumes que escandalizavam a Igreja eram reminiscências de valores culturais africanos, adaptados ao papel que essas mulheres adquiriram nas Minas, evidência do poder que tinham na África.¹⁰⁸ Os iorubás cultuavam as forças femininas do cosmos, que retornavam para o bem da comunidade por meio do poder inato das mulheres. “Os rituais valorizavam a crença no extraordinário poder feminino, mais forte do que o dos ancestrais”¹⁰⁹. Uma característica comum a quase todas as sociedades africanas é o fato de que elas se estruturam em torno da família concebida como “grupo de parentesco que traça sua origem a partir de ancestrais comuns”¹¹⁰. As africanas dividiam-se principalmente em dois grupos: as Minas formavam as Fanti-Ashanti e as Angolas, Benguelas e Congolas pertenciam ao grupo Bantu. Em ambos os grupos a ascendência é matrilinear.¹¹¹ Na maioria das sociedades da região Congo-Norte/Angola, “a descendência é traçada de uma ancestral original ou de uma série de ancestrais femininas conhecidas como as ‘mães’ da linhagem ou do clã”¹¹², prática que pode ser considerada o passado histórico e cultural dos lares matrifocais nas Minas setecentistas, formados por negras e mulatas com suas mães, filhas e filhos, irmãs, madrinhas, comadres, afilhados, “crias”.¹¹³ Mulheres chefes de família possuíam “prestígio social” e “mantinham laços de dependência mútua e de solidariedade no meio em que viviam”, e mesmo com filhos homens

¹⁰⁴ SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Mulheres Negras do Brasil*. Rio de Janeiro: SENAC, 2007. p. 23.

¹⁰⁵ DIAS. *Quotidiano e Poder*, p. 192-204.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes de. *O liberto: o seu mundo e os outros*; Salvador, 1790/1890. São Paulo: Corrupio/CNPq, 1988. p. 70.

¹⁰⁷ NETTO. *A família ao avesso*, 22 p.

¹⁰⁸ FURTADO. *As mulheres nas Minas do ouro e dos diamantes*, p. 495.

¹⁰⁹ PRIORE; VENÂNCIO. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*, p. 129.

¹¹⁰ _____. *Na senzala, uma flor*, 304 p.

¹¹¹ RAMOS, Artur. *As culturas negras no Novo Mundo*. 3. ed. São Paulo: INL/MEC/Brasília, 1979. p. 186.

¹¹² RICHARDS, Audrey. Some Types of Family Structure amongst the Central Bantu. In: RADCLIFFE-BROWN, A. R.; FORDE, Daryll (coords.). *African Systems of Kinship and Marriage*. London: Oxford University Press, 1950. p. 207.

¹¹³ OLIVEIRA. *O liberto: o seu mundo e os outros*, p. 70.

eram reconhecidas como líderes de seus domicílios:¹¹⁴

Antônia Nunes tem umas filhas [...] que se diz publicamente serem mal-procedidas, admitindo homens em casa para fins torpes e desonestos, estando a mãe em casa, não lhes proíbe estes desaforos, [...] tendo dois filhos [...], um chamado José e o outro Manuel, estes são amancebados, o José com uma parda forra e o Manuel com uma bastarda Margarida, as quais estão na mesma casa morando com a dona Antônia Nunes, suas filhas, com dois filhos.¹¹⁵

Negras e mestiças, devido à origem africana, eram consideradas lascivas e demonizadas, suspeitas de “mal viver”. Mas possuíam prestígio e influência no seio da comunidade negra. Eram líderes religiosas da vida comunitária de cativos e libertos,¹¹⁶ incorporando ao cristianismo heranças culturais africanas como o culto aos ancestrais e as danças rituais, e construindo um mundo misterioso e sincrético onde se fundiam magia, religiosidade e alcovitice. Magia sexual e prostituição estavam intrinsecamente ligadas. Feiticeiras que facilitavam “tratos ilícitos” confundiam-se com mulheres sós e eram tidas como meretrizes.¹¹⁷ Nas Minas barrocas reinava o clima de misticismo e sensualidade. Batuques e danças eróticas, com seus prazeres sensuais, integravam os cultos divinos aos ancestrais nas casas de alouce.¹¹⁸ A religiosidade permeava os envoltimentos amorosos ilícitos. A subversão das convenções conjugais articulava-se nas Minas Gerais do século XVIII com uma religiosidade essencialmente sincrética, propensa à difusão de relações informais de gênero. A persistência do concubinato enquanto forma de conjugalidade era decorrente de uma religiosidade popular, base de uma vivência da sexualidade que não passava pelas rígidas prescrições tridentinas. O catolicismo popular mesclava tradições medievais portuguesas e elementos religiosos de indígenas e africanos. Fruto de diferentes tradições religiosas, transmitido predominantemente de forma oral, esse tipo de catolicismo produziu um significado moral diluído da concepção de pecado e dos desvios sexuais.¹¹⁹

O sincretismo¹²⁰ pode ser observado na magia amorosa. Foi por intermédio das mulheres que a magia erótica portuguesa fundiu-se no Brasil com o curandeirismo africano. Orações e

¹¹⁴ CUNHA. *Domicílio: locus de ação e participação feminina*, p. 46.

¹¹⁵ AEAM - Devassas, 1753. fl. 71.

¹¹⁶ DIAS. *Nas Fimbrias da Escravidão Urbana*, p. 93-104.

¹¹⁷ MELLO E SOUZA, Laura de. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 182-241.

¹¹⁸ MOTT. *Rosa Egípcia*, p. 36-43-44.

¹¹⁹ LONDOÑO. *El Concubinato y la Iglesia en el Brasil Colonial*, 62 p.

¹²⁰ O conceito de “sincretismo” utilizado fundamenta-se nas análises de Laura de Mello e Souza, que enfatiza a existência de influências africanas, indígenas e cristãs na constituição de uma religiosidade colonial específica. Cabe ressaltar, entretanto, que a mestiçagem, processada culturalmente através da miscigenação étnica e religiosa, não deve ser vista como a “síntese” da diversidade cultural, pois houve distinções cultivadas pelos grupos sociais. Nas Minas setecentistas, coexistiram a mistura de heranças culturais diversas e a resistência a esse hibridismo. Daí a pluralidade do universo cultural mineiro, ao mesmo tempo afro, barroco e mestiço. MELLO E SOUZA. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*; PAIVA. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia*, p. 38-39-93.

bebidas com fins amorosos, a busca de segredos e sortilégios sugerem uma “vivência profana do sagrado”¹²¹, na qual, às vezes, se enfatizava a “ligação sexual das feiticeiras com o Diabo”¹²². Rosa crioula foi vista “a dançar à meia-noite com o demônio ao pé de uma cruz”¹²³. Em Mariana, no ano de 1774, a escrava Albina Maria, “no dia de São João, tinha o costume de molhar umas orações fortes dentro do vinho, passando-as pelo fogo e enterrando-as numa cova, ‘para seus amásios lhe quererem bem’”¹²⁴. A erotização do sagrado, que se fundia ao íntimo, aos prazeres da “carne”, mais do que mero sacrilégio, estava próxima da religiosidade europeia medieval, em que era difícil separar práticas cristãs e pagãs. Ritos utilizados para a sedução eram vistos pelo Santo Ofício como pactos diabólicos. Um resquício da magia amorosa ibérica são as “cartas de tocar”¹²⁵. Nas Minas, Agueda Maria usava um papel com pinturas, orações, palavras mágicas para “fazer querer bem” e cruces, que servia “para tocar em homens para terem com ela pratos ilícitos”¹²⁶. Curas, bênçãos, a utilização de elementos sacros como cruces, evocações diabólicas, orações e sortilégios com fins amorosos revelam uma cultura múltipla e mestiça marcada pela fusão da religiosidade cristã e pagã europeia com elementos indígenas e africanos com suas ervas e crenças. Tradições e rituais específicos expressavam o intenso trânsito cultural da religiosidade mineira, “fronteira dinâmica entre as culturas europeia, africana e ameríndia”¹²⁷. Na freguesia da Roça Grande, o negro Pedro curou com aguardente e ervas Paula da Conceição, “habilitando-a para que no mau trato de meretriz em que vivia ganhasse muito de seus amásios”¹²⁸.

O universo das magias eróticas nos indica que as casas de alcouce foram espaços de expressão cultural das raízes africanas. Na África, as etnias eram realidades múltiplas, resultado da mistura de várias tradições culturais.¹²⁹ Os negros superaram as diversidades interétnicas por meio dos batuques, danças profanas e “calundus” realizados nos domicílios matrifocais, espaços de desejos e sedução, que constituíram os principais centros de resistência à escravidão. Um dos elementos das identidades étnicas, línguas africanas como o *quimbundo*, emergiam nesses rituais.¹³⁰

¹²¹ MELLO E SOUZA. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, p. 171-240-241; VAINFAS. *Trópico dos Pecados*, p. 135-194.

¹²² ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 48.

¹²³ AEAM - Devassas, 1753. fl. 59.

¹²⁴ MOTT. *Rosa Egípcia*, p. 36.

¹²⁵ VAINFAS. *Moralidades brasileiras*, p. 248-249-250.

¹²⁶ AEAM - Devassas, 1731. fl. 4.

¹²⁷ _____. *Moralidades brasileiras*, p. 251; RESENDE; JANUÁRIO; TURCHETTI. *De jure sacro: a Inquisição nas vilas d’El Rei*, p. 345-346-357.

¹²⁸ MOTT. *Rosa Egípcia*, p. 37.

¹²⁹ PRIORE; VENÂNCIO. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*, 187 p.

¹³⁰ VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A.; MELLO E SOUZA, Laura de (orgs.). *História da vida privada no Brasil I: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 342.

Muitos africanos se aproximavam de grupos de origem étnica e linguística semelhante, estabelecendo entre si relações de parentesco e solidariedade essenciais para a reorganização de uma vida comunitária. Esses rearranjos sociais substituíam as extensas linhagens africanas, nas quais os cultos aos ancestrais representavam fundamentais fontes de vida,¹³¹ pois “todas as etnias africanas prestavam culto aos mortos”¹³². As “raízes” africanas não estavam localizadas num lugar, mas num grupo de parentesco, nos ancestrais.¹³³ Para negros e mestiços, o culto aos espíritos protetores dos ancestrais resgatava o passado e recriava a cultura de antepassados africanos que deram origem à vida.¹³⁴ “Em África, os mortos não morrem nunca”¹³⁵.

As casas de alcouce eram pontos de encontro noturno onde se improvisavam os rituais comunitários de culto aos ancestrais. As redes de sociabilidade decorrentes dos amores ilícitos colocavam em risco a fé cristã oficial, pois proporcionavam a criação de uma conjugalidade específica que resultava em relações de gênero não sacramentadas. A mulata forra Rita de Oliveira, em Vila Rica, reincidiu em prostituição, concubinato e prática de “calundus”. Amigada com João Barroso entre 1747 e 1750, foi sentenciada como “meretriz pública e escandalosa”, a admitir em sua casa “danças e batuques proibidos com notório e público escândalo”. Posteriormente, Rita passou a andar “concubinada com Francisco Tinoco da Silva, em cuja casa entrava e saía a qualquer hora, repetindo as mesmas lascívia, danças e diabólicos batuques”¹³⁶.

Africanos e afrodescendentes resgataram sua ancestralidade perdida por meio da incorporação dos espíritos dos antepassados nas casas de alcouce. Ritos como os “calundus” reatavam os laços espirituais entre os africanos e seus antepassados, rompidos pela dinâmica do comércio de escravos. Longe de terem sido devoções de natureza étnica restrita, os “calundus” estiveram imersos em um sistema de práticas rituais de fronteiras fluidas, que envolvia ritos católicos, tupinambás e de africanos da Costa da Mina, constituindo uma “ameaça simbólica” à religião católica e um desafio à ordem escravista. Por isso, os “calundus” foram demonizados pelo discurso cristão dominante, que buscou destruir as solidariedades comunitárias criadas em torno desses rituais, tornando-os heréticos.¹³⁷

¹³¹ SCHUMAHER; BRAZIL. *Mulheres Negras do Brasil*, p. 23.

¹³² SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 57.

¹³³ KOPYTOFF, Igor. *The African Frontier: the Reproduction of Traditional African Societies*. Bloomington: Indiana University Press, 1987. p. 22.

¹³⁴ SLENES. *Na senzala, uma flor*, 304 p.

¹³⁵ PRIORE; VENÂNCIO. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*, p. 26.

¹³⁶ VILLALTA. “A torpeza diversificada dos vícios”, p. 55.

¹³⁷ “Calundus” eram cerimônias religiosas disseminadas na América portuguesa entre os séculos XVII e XVIII, praticadas primordialmente por africanos, que tinham como objetivo a adivinhação e a cura, realizadas

A ritualística dos “calundus” fundamentava-se na “ancestralidade”, categoria espiritual que permitiu construir uma noção de parentesco simbólico, base para a criação de formas de solidariedade para as comunidades africanas. A noção de “ancestralidade” reivindicava um acesso à salvação prometida pelo catolicismo sem interpor o sentimento de culpa e a necessidade de penitência, fundamentos do cativo. Danças, música, possessões por entidades sobrenaturais, transe, êxtases e viagens em espírito eram subjacentes a um complexo sistema de representações sociais africanas. Nas Minas, a “ancestralidade” se tornou uma linguagem potencialmente inclusiva para a manifestação de projetos de solidariedade e união por parte de africanos e afrodescendentes¹³⁸, estando presente não somente nos “calundus”, mas, provavelmente, em outras formas de “culto aos ancestrais”, designadas genericamente por termos como “batuques” e “danças profanas”, que também contavam com cantos ao som de atabaques.

Escravos de diversos grupos étnicos criaram, através do convívio, práticas de solidariedade e sincretismo, resgatando a dimensão social de suas vidas arrebatada pelo tráfico.¹³⁹ O celibato, o abandono de maridos, a constituição de ligações transitórias e relações concubinárias congregavam inúmeras mulheres na vivência de uma religiosidade popular, propiciando uma interação social mais ativa no universo público, principalmente nas festas populares e manifestações religiosas sincréticas. Nas Minas, o catolicismo europeu fundiu-se com os ritos das primitivas religiões africanas. O sincretismo afro-católico ensejou uma cultura negra específica permeada por práticas místicas africanas e elementos cristãos, pois os negros cultuavam santos e orixás,¹⁴⁰ inclusive nos quilombos.¹⁴¹ Optava-se por um modo de viver afro-brasileiro, que garantia a salvação do espírito e ao mesmo tempo possibilitava a vivência de prazeres mundanos. Muitas devotas libertas, casadas e solteiras, transgrediam a moral cristã como no tempo do cativo, apesar da suposta obediência aos preceitos católicos.¹⁴² A transgressão à religiosidade dominante engendrou a difusão de relações informais entre os sexos e a construção de laços femininos de solidariedade resultantes de uma experiência alternativa da sexualidade. O fundamento de uma dominação baseada na exploração racial produziu a reversão tática de um

frequentemente por intermédio de uma possessão espiritual vivenciada pelo curandeiro. As origens culturais dos “calanduz” remontam às práticas mágicas das sociedades abundas e bacongas da África Centro-Occidental, notadamente à região de Angola e remetem a rituais disseminados no mundo cultural da África central e meridional entre os povos falantes de línguas da família banta. MARCUSSI, Alexandre Almeida. *Cativeiro e Cura: experiências religiosas da escravidão atlântica nos calundus de Luzia Pinta, séculos XVII-XVIII*. 530 fl. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, São Paulo, 2015.

¹³⁸ MARCUSSI. *Cativeiro e Cura*, 510 p.

¹³⁹ DIAS. *Quotidiano e Poder*, p. 157-160.

¹⁴⁰ MELLO E SOUZA. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, p. 93-94-97.

¹⁴¹ SCARANO. *Cotidiano e solidariedade*, p. 37.

¹⁴² PAIVA. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII*, p. 147-148-150.

catolicismo popular caracterizado por um intenso sincretismo sexual e religioso decorrente da mestiçagem, da miscigenação étnica e cultural. Trata-se de resgatar o sentido transgressor das casas de alcouce como *locus* de interação social entre os sexos. O objetivo é desmistificar o uso discursivo do “mau-procedimento” enquanto mera imposição de valores dominantes e ressaltar as ações libertárias das mulheres à época, delineando seus vínculos associativos. A resistência através da sedução transcende os limites impostos aos corpos das mulheres pela sociedade patriarcal. Na freguesia de Vila do Príncipe, “Rita Ribeira da Costa mete em sua casa quantos quiser com gravíssimo escândalo embebedando-se escandalosamente, fazendo batuques e o mesmo faz uma camarada Barbosa da Silva, ambas pardas, [...] nessa casa de alcouce público”¹⁴³.

“Tratos ilícitos”, alcouce e alcovite subvertiam as formas de inserção feminina impostas pelo discurso cristão dominante nas relações patriarcais de poder. Nas casas de alcouce, através de uma intervenção social específica, foram criadas subjetividades pautadas nas vivências dos “ilícitos tratos”. Nos fogos liderados por mulheres sós constituíram-se relações informais de gênero. As primas libertas Mariana, Narcisa e Rosa, conhecidas como meretrizes “públicas e escandalosas”,¹⁴⁴ criaram redes de resistência e convivência cultural a partir de relações de solidariedade e parentesco. Inácia e duas forras que com ela moravam recebiam homens e mulheres, quando ficavam com “descantes de viola”.¹⁴⁵ Em Ouro Preto, a crioula Cosma e Damiana “consentia nos pecados de suas filhas mulatas”, “permitindo-lhes que admitam em casa homens”¹⁴⁶. Espaços de sociabilidade feminina, esses locais foram propícios para a constituição de fortes laços associativos entre mulheres pobres. Em 1734, no arraial do Tejuco, a mulata forra Rosa Pereira da Costa dava casa de alcouce, “em forma que nela se ajuntam todas as noites quase todas as mulheres-damas que há neste arraial e quantidade de homens de toda qualidade, e na dita casa estão todas as noites até fora de horas conversando [...], fazendo saraus e galhofas”¹⁴⁷.

Escravas e forras ofereciam “casas de alcouce”, constituindo uma referência étnica significativa na mediação das relações sociais ao atuarem na preservação de tradições ancestrais, pois eram essenciais no processo de reconstrução de vínculos comunitários de africanos e seus descendentes, fomentado pelo costume dos “tratos ilícitos” como alternativas de sobrevivência. Tinham uma vida cultural intensa, transformando-se em líderes do convívio social e religioso de

¹⁴³ AEAM - Devassas, 1759. fl. 52.

¹⁴⁴ AEAM - Devassas, 1753. fl. 138v.

¹⁴⁵ AEAM - Devassas, 1733. fl. 70v.

¹⁴⁶ AEAM - Devassas, 1753. fl. 152v.

¹⁴⁷ AEAM - Devassas, 1734. fl. 73v-74v-75.

cativos e libertos através da improvisação dos cultos tribais aos ancestrais¹⁴⁸ em meio aos batuques e “calundus”. Os lares chefiados por mulheres eram espaços de desejos e sedução, que constituíram os principais centros de práticas sexuais ilícitas e de preservação de uma identidade étnica e religiosa, fundamental para a construção de uma cultura de resistência à escravidão.

Mas uma cultura feminina de resistência baseada na sedução não foi vivida somente por mulheres de origem africana. Crescia na retaguarda do povoamento, em vilas de homens “ausentes”, uma população feminina ao mesmo tempo perseguida e protegida pelos poderosos, que integrava relações de dominação e laços de vizinhança,¹⁴⁹ constituindo uma intensa rede de relações pessoais, proteção e compadrio.¹⁵⁰ Nas Minas setecentistas, a mobilidade espacial de maridos e concubinos em um contexto de povoamento engendrou uma forte proximidade entre as diversas formas de relacionamento sexual. Os filhos de mulheres pobres dos centros urbanos e mineradores eram frutos de relações concubinárias, pois aos homens era exigida a migração para sustentar-se. Atraídos pela busca de riquezas e negócios que transformou cidades e áreas rurais do século XVIII mineiro em locais de passagem, passageiros viram-se propensos às transgressões sexuais fomentadas pelo intenso fluxo populacional. A consequência, para as mulheres casadas ou solteiras, é que todas se viam como chefes de seus fogos.¹⁵¹

Bárbara da Costa, quarenta anos, era uma dessas mulheres de maridos “ausentes”. Ofertante no largo da “Igreja Grande” em Sabará, a portuguesa foi denunciada em 1738 por entregar sua filha, a formosa Joana, ao ouvidor geral da Comarca do Rio das Velhas. Chamada à mesa da devassa, Bárbara disse que “sua filha era menina e honrada” e que a concubina do ouvidor era Joana Vitória, “meretriz pública” que pela sua dissolução foi expulsa da vila pelo vigário da Vara Eclesiástica, mas que há tempos vivia com o ouvidor “de portas adentro”. O testemunho de Bárbara subverteu duplamente o mecanismo de funcionamento das devassas. Por ser mulher em um contexto em que somente os homens eram convocados para prestar depoimento e por ser chamada a depor como “testemunha referida”, já que as devassas eram processos secretos, onde as denúncias eram a razão de ser das visitas, com o acusado comparecendo à mesa apenas para assinar o termo de culpa e ser admoestado pelo visitador. Contudo, a irreverência de Bárbara não ficaria impune, pois ela foi pronunciada pelo concubinato “público e notório” com Manuel da Costa Vianna, um mercador de vinte e oito anos, que talvez

¹⁴⁸ DIAS. *Nas Fimbrias da Escravidão Urbana*, p. 103-104.

¹⁴⁹ DIAS. *Quotidiano e Poder*, p. 50-55-77.

¹⁵⁰ _____. *Quotidiano e Poder*, p. 20.

¹⁵¹ PRIORE. *Ao Sul do Corpo*, p. 46-57-58.

por acaso fosse amigo de Gregório Freyre de Andrade, alcoviteiro do ouvidor.¹⁵²

As “formosas sem dotes”,¹⁵³ brancas pobres que viviam em uniões consensuais, também tiveram uma significativa atuação na inversão estratégica das relações de força ao criarem alternativas para um discurso social que excluía aquelas que não tinham função definida no que se refere à transmissão de poderes, privilégios e à reprodução da cultura patriarcal misógina. Certas brancas pobres atuaram intensamente na construção de uma tradição cultural feminina de resistência fundamentada na sedução, subvertendo radicalmente a própria ordem social cristã através da transgressão e do “pecado”.

¹⁵² AEAM - Devassas, 1737-38. fl. 42 a 49v.

¹⁵³ _____. *Quotidiano e Poder*, p. 90.

Trabalho, tradição e família nas Culturas Jurídico-Penais consuetudinárias de escravos africanos, Minas Gerais, 1840-1860

Work, tradition and family in the consuetudinary Legal Criminal Cultures of African slaves, Minas Gerais, 1840-1860

Leonam Maxney Carvalho

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

leonamcarvalho@yahoo.com.br

Recebido em: 10/02/2015

Aprovado em: 25/04/2016

RESUMO: O Código Criminal do Brasil de 1830, o Código do Processo Criminal de 1832 e as leis que reformaram a estrutura da justiça na década de 1840, racionalizaram o direito penal no Brasil e reprimiram concepções tradicionais de justiça dispersas pela população. Este modelo de ordem foi influenciado por valores patriarcais, senhoriais e escravistas, pela formação dos juristas brasileiros em Coimbra pós reforma pombalina e por heranças culturais do antigo regime. Contudo, entre a população, ainda prevaleciam concepções tradicionais, consuetudinárias de justiça, baseadas nas variadas vertentes culturais inseridas neste contexto. Seguem neste texto algumas interpretações sobre comportamentos de escravos africanos registrados em crimes de homicídio, e se expõem questões sobre aspectos culturais de origem centro-africana e suas formas de ressignificação no Brasil. As fontes utilizadas foram alguns processos criminais e inventários, registrados entre as décadas de 1840 e 1860, em duas vilas de Minas Gerais: Oliveira e São João Del-Rei. O objetivo foi levantar hipóteses sobre os aspectos socioculturais consuetudinários ou tradicionais que influenciaram estes crimes, e como estes comportamentos encontraram campo aberto para sua efetivação, considerando que a violência era um recurso relativamente legitimado no seio sociedade daquela época, principalmente na defesa dos valores familiares e de hierarquia no trabalho.

Palavras-Chave: cultura jurídico-penal, nação, justiça.

Abstract: The 1830's Criminal Code, the Criminal Process Code, and the laws that amended the justice structure at the 1840's decade, rationalized the criminal legal right in Brazil and cracked down the justice traditional conceptions dispersed between populations. This order model was influenced by patriarchal, lords, and slaveholding values, by the Brazilians jurists graduated in Coimbra after Pombal's reform, and by Ancient Regime's cultural heritages. However, between people, prevail yet traditional and consuetudinary justice conceptions, based on many cultural sheds inside this contexts. Follow in this text, interpretations about African slaves' behaviors registered in homicide crimes, and expose questions about cultural aspects from Central African sources and their resignification in the Brazil. The historic sources researched were some legal criminal process and inventories, registered between 1840's and 1860's, in two villages of the Minas Gerais province: Oliveira and São João del-Rei. The objective was to get up assumptions

about consuetudinary and traditional social cultural aspects that influenced these crimes, and how these behaviors found open field to their effectuation, considering the violence like a relatively legitimated resource inside the society of that time, mainly when used in the defense of the family values and work hierarchy.

Keywords: criminal legal cultures, nation, justice.

João Angola era africano, solteiro, quarenta anos de idade, escravo. Não sabia ler nem escrever. Pertencia a uma propriedade de quinze cativos da casa de sua senhora na Vila de São João del-Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes. Seu senhor havia morrido há cerca de um ano quando foi acusado e condenado à força por matar um caixeiro português, com uma facada em 1849.¹ “Por ouvir dizer”, testemunhas o conheciam por “possuir gênio feroz, malfazejo e sanguinário insultador e desobediente”. Foi considerado pela promotoria como “um flagelo para a sociedade”, conforme libelo acusatório.² João era carpinteiro e também trabalhava como uma espécie de “escravo de ganho”, executando variados serviços para os comerciantes locais. Pagava o “jornal” para sua senhora, por serviços que prestava pela vila.³

Por volta das oito horas da noite do dia 12 de outubro de 1849, depois de esfaquear o caixeiro português, foi preso nas suas senzalas, munido de “espingarda carregada”, “canivete” e “roupa entrouxada”. Foi julgado e condenado a morte no artigo 192 do Código Criminal. Sua senhora, convencida da culpa do escravo, desde o início do processo assina termo desistindo da sua defesa, por causa de sua constante “má índole e atrevimento”.

Naquela noite, Angola foi contratado para levar capim para a loja onde a vítima era caixeiro. De acordo com as testemunhas, ao completar o serviço e receber o pagamento, o escravo percebeu que faltava \$10 réis no combinado. Insatisfeito com aquele fato “princípios a dizer que por ser preto pensavam que ele não sabia contar, e princípios a chamar os que estavam presentes de ladrões, tratantes e filhos da puta”. Foi expulso da loja por uma das testemunhas, ao que respondeu “que não fazia caso de Senhor e Senhora para o tocarem, quanto mais dele, [...] que não fazia caso de brancos, que sua senhora o não tocava quanto mais ele”. Foi quando a vítima se aproximou e chutou o capim para fora da loja. O africano sacou a faca e matou o caixeiro português. Depois fugiu.

¹ Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Processos-crime. Caixa. 0505.

² Uma análise pormenorizada deste processo pode ser encontrada em CARVALHO, L. M. “Feroz, malfazejo e sanguinário”: um flagelo africano em São João Del Rei, século XIX”. In: *LPH Revista de História*. Departamento de História (DEHIS), Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), UFOP. Ano 18, n.18, 2008, p. 148-201.

³ Este texto é uma revisão de algumas análises feitas na dissertação de mestrado e que estão sendo inseridas na Tese de Doutorado, pelo Departamento de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Projeto financiado com bolsa da CAPES.

Ao analisar a relação de escravos daquele eito, pode-se inferir que João Angola parecia ocupar posição razoável. De acordo com as informações do inventário de seu senhor falecido no ano anterior ao crime, 1848, sete dos 15 escravos daquele proprietário, tinham doze anos ou menos. Cinco apresentavam alguma observação a respeito das fragilidades na sua saúde, como Jerônimo Crioulo, 36 anos, “com força no peito”, avaliado em 300\$000 réis; Maria Crioula, 8 anos, “com defluxo asmático”, com o mesmo valor; Pedro, 6 anos, “muito doente”, avaliado em 150\$000; José de Nação, 49 anos, “quebrado e muito doente”, também 150\$000; e ainda Isabel Crioula, 60 anos, “muito doente e sem valor”. Contando João Angola, havia mais dois africanos: David de Nação, de 36 anos e José de Nação, sendo este o único mais velho que João, que foi avaliado em 400\$000 réis⁴, tinha o ofício definido de carpinteiro, e bastante liberdade pelas ruas da Vila. Seu valor só era menor do que outros cinco crioulos, entre homens e mulheres, em plena idade produtiva, entre 12 e 29 anos.⁵

As denominações “africano” e “de nação” são usadas na maioria das vezes para descrever escravos africanos cuja origem específica é desconhecida. Alguns autores consideram que é uma denominação pejorativa, usada quando se deseja enfatizar a inferioridade social de um indivíduo.⁶ Em momento algum dos processos, o réu admite ser especificamente “africano”, mas é assim rotulado pela justiça, sendo também chamado diversas vezes de “preto João”, tanto pela justiça, quanto pelas testemunhas. Estas designações da cor da pele e suas variações são usadas nos registros históricos brasileiros desde o período colonial. Segundo Jocélio dos Santos, “negro” foi dicionarizado no século XVIII, como “o indivíduo desgraçado, triste, infausto, ou aquele “de cor preta como a tinta de escrever, o carvão apagado”, mas também podia indicar o homem preto, forro, ou mesmo “cativo”.⁷ Conclui o mesmo autor que “por certo as categorias “preta” ou “negra” na sociedade brasileira referiam-se a “africano” e a “negro escravo” (...)”⁸. No processo de João Angola, o que parece ser enfatizado ao denominar João constantemente como “preto”, é justamente a condição social e jurídica, lembrando que ele era escravo, e toda a carga cultural pejorativa ligada ao termo “preto” desde o período colonial. O próprio João, ao afirmar que “por ser preto [os caixeiros da loja] pensavam que ele não sabia contar”, expressa sua compreensão

⁴ Acredita-se que este valor pudesse ser maior se o africano não apresentasse tantos problemas de comportamento.

⁵ Fonte: IPHAN, Inventários e Testamentos, Caixa 382, 1848. Reproduzido por CARVALHO. Feroz, malfazejo e sanguinário, p. 160-161.

⁶ CARDOSO, Maria Tereza Pereira. Nas malhas da justiça: criminalidade, cor e condição social nas Villas Del-Rei. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXX, n. 1, Junho 2004. p. 63-83.

⁷ SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. In: *Afro-Ásia/UFBA*. N. 32. 2005. P. 115-137. P. 118.

⁸ _____. De pardos disfarçados a brancos pouco claros, p. 137.

sobre como aquela sociedade o enxergava. Ou seja, por ser “preto”, imaginariam que ele nem saberia contar o que lhe era pago por seus serviços.

Contudo, em seu interrogatório, “respondeu que se chama João de Nação Angola”, o que pode indicar um sentido contrário ao pejorativo enfatizado pela justiça. O fato de se assumir inserido em uma “nação” pode denotar algum sentimento de inserção social, às vezes até com alguma importância, ou orgulho. As nações foram e continuam sendo objeto de estudo de muitos historiadores como Renato da Silveira, Maria Inês Côrtes Oliveira, Mariza Carvalho Soares, Roger Bastide, Silvia Brügger e Anderson Oliveira.⁹

Todos estes autores concordam que as nações serviram inicialmente como forma de se registrar e controlar os escravizados africanos ainda no ato de embarcá-los para exportação pelo Atlântico. Como afirmou Bastide, “tratava-se de uma política voluntária dos representantes do poder, para evitar a formação, entre os escravos, de uma consciência de classe explorada (segundo a velha fórmula, dividir para reinar)”¹⁰. O primeiro nome era sempre uma referência da língua portuguesa, no caso dos traficantes portugueses e brasileiros, como João, José, Maria, etc., enquanto a “nação” era uma identificação que poderia reportar tanto a regiões de procedência, cidades e portos, como Congo, Luanda, Benguela e Angola, quanto às denominações étnicas como ganguela, nagô, mayombe, haussás, dentre muitos outros. Pareciam sobrenomes, mas passaram a significar muito mais do que uma simples denominação no Brasil escravista.

Renato da Silveira afirmou que as nações eram verdadeiras “instituições cívicas”, que funcionaram no Brasil em vários setores sociais como no exército, nas confrarias religiosas católicas, “nas associações de festas, de seguros mútuos, com suas casas nos subúrbios, onde se escondiam as cerimônias religiosas propriamente africanas e onde se preparavam as revoltas”. A atribuição de nações ao indivíduo identificava-o como o “outro”, o diferente, o estrangeiro, e teriam surgido muito antes do contexto do tráfico de escravos na África. Mas a partir disso,

⁹ BASTIDE, Roger. *As Américas Negras: as civilizações africanas no Novo Mundo*. Tradução de Eduardo de Oliveira e Oliveira. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, Ed. da USP: 1974; SOARES, Mariza de Carvalho. “A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII”. In: *Afro-Ásia*, Ano 26, n. 2. 2004. P. 303-330; _____. “Histórias Cruzadas: os Mahi setecentistas no Brasil e no Daomé”. In: FLORENTINO, M. (org). *Tráfico, Cativo e Liberdade* (Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Brasiliense, 2005; BRÜGGER, Silvia e OLIVEIRA, Anderson. “Os benguelas de São João Del-Rei: Tráfico Atlântico, religiosidade e identidades étnicas (Séculos XVIII e XIX)”. In: *Revista Tempo*. V. 13, n. 26, jan de 2009, p. 177-204; OLIVEIRA, Maria Inês Côrtes. “Quem eram os negros da Guiné”? In: *Afro-Ásia*, n. 19-20. 1997. P. 37-73; SILVEIRA, Renato da. “Nação Africana no Brasil Escravista: problemas teóricos e metodológicos”. In: *Afro-Ásia*, n. 38. 2008. P245-301;

¹⁰ BASTIDE. *As Américas Negras*, p.13.

foram apropriadas pelos africanos nas Américas que a utilizaram como forma de organização, hierarquização, inserção e diferenciação sociais.¹¹

De acordo com Maria Inês Côrtes de Oliveira, os “laços de nação” tiveram grande importância para os africanos nas Américas. Contudo, não tinham “correlação com as formas de auto-adscrição correntes na África”, “nem no nome, nem na composição social”, pois causavam uma “perda cultural” quando se reorganizavam coletivamente no Novo Mundo. Mas isto não significaria que sua cultura de origem não “sobrevivesse” no novo contexto das Américas. Conforme afirma a autora:

No meio dos seus, cada africano continuava a ser uma pessoa detentora de um nome que continuava fazendo sentido para o grupo, pertencente a uma família africana, possuidor de uma história que incluía sua captura e sua condução até a Bahia, onde podia ser identificado pelos demais como alguém que veio de tal cidade e era filho, irmão, companheiro ou pai de outros membros da comunidade.¹²

Silvia Brügger e Anderson Silva afirmam que os Benguelas de São João Del-Rei “formavam um grupo com identidade própria e uma certa autonomia dentro da irmandade”, trazendo “à tona a existência de uma congregação de caráter étnico instituída por escravos e forros procedentes da região de Benguela, na África Centro-Occidental”. Concordam os autores que se “as denominações do tráfico efetivamente foram apropriadas e utilizadas pelos negros de forma a se organizarem política e culturalmente”, então podem ser compreendidas “enquanto grupos étnicos organizacionais”.¹³

Já Mariza da Carvalho Soares é de opinião contrária. Afirma a autora que mesmo a “nação” sendo “inicialmente uma identidade atribuída no âmbito do tráfico atlântico”, ela acabou “incorporada pelos grupos organizados no cativo”, servindo tanto para reforçar “antigas fronteiras étnicas e territoriais”, como para estabelecer novas configurações identitárias, “sejam elas étnicas ou não”. Desta forma, conclui Soares que:

[...] mesmo quando indivíduos de um mesmo grupo étnico, língua ou cultura, predominam no interior de uma “nação” esta não corresponde a um grupo étnico. As nações são categorias identitárias que operam fazendo uso das configurações étnicas mas não são, elas mesmas, grupos étnicos.¹⁴

O pertencimento a uma nação, portanto, podia organizar e hierarquizar as relações sociais dentro de uma região, influenciando na formação familiar, nas funções de trabalho, e outras

¹¹ SILVEIRA. *Nação Africana no Brasil Escravista*, p. 298-300.

¹² OLIVEIRA. Quem eram os negros da Guiné?, p. 175-177.

¹³ BRÜGGER e OLIVEIRA. Os benguelas de São João Del-Rei, p. 184-185, 187-189.

¹⁴ SOARES. A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem, p. 308.

conjunturas, além de possibilitar o diálogo ou compartilhamento de culturas ou tradições jurídico-penais. Acredita-se que a idade também pode ter sido um dos fatores de hierarquização em meio aos escravizados, já que o patriarcalismo brasileiro, assim como algumas culturas africanas que estiveram sob seu pleito valorizavam indivíduos mais velhos, normalmente inseridos em posições sociais de destaque. Eram os mais velhos que compunham os tribunais que julgavam litígios em seus grupos, além de comporem conselhos de anciãos. Os sobas, reis e líderes africanos também eram escolhidos normalmente entre os mais velhos. Na África Ocidental, entre fons, iorubas e ibos, por exemplo, “havia grande vantagem em ser idoso. A idade garantia o acesso às mulheres, aos deuses e os jovens só lhes dirigiam a palavra de joelhos ou de cócoras”¹⁵. A hierarquização por idade, tempo de cativo e naturalidade étnica não é novidade na historiografia e outros angolanos foram encontrados ocupando estas posições de mando e liderança. Mary Karasc¹⁶, quando investiga as identidades de africanos em certas localidades do interior do Brasil, afirma que:

Em pelo menos duas das propriedades, homens angolanos mais velhos ocupavam uma posição de destaque: um como feitor e outro como habilidoso mestre de açúcar. Suas idades indicavam que viviam escravizados por algum tempo no Brasil e possivelmente morando há muito na capitania. É evidente que existia certo senso de hierarquia social na força de trabalho escravo, e os angolanos talvez tivessem alguma vantagem devido ao tempo de serviço.¹⁷

Voltando ao caso de João Angola de São João Del-Rei, registrou-se uma testemunha que contou que este africano tinha protegido alguns escravos “seus companheiros” que tinham furtado porcos de um vizinho. Sua senhora e senhor moço confirmaram que pretendiam vender o escravo, e, que, quando este ficou sabendo, os ameaçou de morte: “porque o dito Preto João teve o arrojo de dirigir-se a ela e dizer-lhe que sabia que ela o mandava vender enganado, e que se não fizera semelhante coisa, senão que havia de arrepender-se e que lhe desse papel”. Em outra ocasião João Angola brigou com o escravo de um vizinho por causa de uma dívida em dinheiro. Outra testemunha afirmou que o réu “se portou o mais atrevido gritando na senzala, que não conhecia a branco nenhum; quem o governava já tinha morrido; de sorte que sai todas as manhãs e entrava a noite, sem obediência alguma, [...] que logo dava o jornal que ela sua Senhora não tinha nada com ele”.

¹⁵ PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais: uma introdução à África Atlântica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2004. p. 14-16.

¹⁶ KARASCH, Mary C. Centro-africanos no Brasil Central, de 1780 a 1835, In: HEIWOOD, Linda (org.), *Díspora negra no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 127-164.

¹⁷ _____. Centro-Africanos no Brasil Central, p. 154.

Desta forma, conclui-se que João Angola não reconhecia o domínio de sua senhora nem de nenhum branco porque considerava que quem o governava já tinha morrido. Este posicionamento demonstra uma atitude bem peculiar, e pode fazer parte de uma concepção pessoal de cativo, talvez influenciada por experiências criadas no escravismo africano; ou uma apreensão sobre as regras de seu cativo, cunhada no contexto regional do escravismo brasileiro. João Angola acreditava que deveria estar livre depois da morte de seu senhor, ocorrida no ano anterior ao seu crime. Exigiu então, seu “papel” (de alforria) à força, ameaçando seus senhores de morte se fosse vendido.

É fato consumado pela historiografia que a morte do senhor era momento de incertezas, pois em seu testamento, algum cativo podia ser alforriado, vendido ou deixado de herança.¹⁸ Sob o domínio de um novo proprietário, direitos conquistados poderiam ser perdidos, castigos desconhecidos podiam ser aplicados, separações familiares também eram passíveis de ocorrer, dentre muitas outras dúvidas. Contudo, levanta-se a possibilidade de que esta visão de João Angola, em que afirmava que deveria ser libertado “porque quem o governava já tinha morrido”, poderia ser uma apropriação singular de alguma noção consuetudinária ou tradicional do cativo, talvez uma ressignificação de algum costume escravista oriundo da África, ou mesmo influenciado pela sua experiência de vida como “escravo de ganho” – que lhe conferia considerável liberdade. João Angola tinha uma experiência peculiar dentro do cativo e um perfil social propenso a corrigir injustiças com soluções violentas. Talvez fosse uma personalidade respeitada por parceiros de escravidão, provavelmente temido, que trabalhava com grande autonomia pelas ruas da vila. Estas experiências de vida talvez o tivesse impulsionado na direção de uma concepção singular de seus próprios direitos e deveres, que envolvia suas relações com seus senhores e suas visões de liberdade.

Nenhuma destas hipóteses pode ser descartada, apesar de que também não há como serem comprovadas neste caso. Na África portuguesa, o escravismo delegava experiências variadas muitas vezes baseadas em raízes antigas. Leila Hernandez¹⁹ ressalta que todo o continente africano pré-colonial era entrecruzado de rotas comerciais, e que algum tipo de

¹⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁹ HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na Sala de Aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

escravização também era comum à maioria dos povos africanos.²⁰ Suas causas na África pré-colonial eram tão numerosas quanto o tipo de trato que tinham com os cativos.²¹

A punição por crimes também podia levar à escravização do indivíduo²². A fome podia conduzir à venda de filhos ou a si mesmos como escravos. As dívidas geravam cativos, pois o sujeito endividado, ou sua família, penhorava algum membro, como uma espécie de garantia de pagamento do débito. Nessas situações, em muitos casos, os escravos eram relativamente bem tratados: tinham acesso aos meios de produção (basicamente a terra), podiam casar-se com pessoas livres e eram considerados membros da família do senhor²³. A partir da chegada dos europeus, uma nova dinâmica vai afetar os povos da África e seus sistemas escravistas, adicionando, misturando e destruindo costumes e culturas, que, ao chegar nas Américas ainda foram novamente reconfiguradas.

James Sweet²⁴, Roquinaldo Ferreira²⁵ e Robert Slenes²⁶ destacam que os centro-africanos predominaram na região sudeste a partir do século XVIII até o fim do tráfico atlântico em 1850, sendo em menor quantidade aqueles advindos da África ocidental. Principalmente pelo porto do Rio de Janeiro, que abastecia grande parte de Minas Gerais. “No Brasil, o predomínio da África Central no tráfico de escravos resultou, durante os séculos XVII e XVIII, numa proliferação de formas culturais e instituições religiosas centro-africanas”²⁷.

Roquinaldo Ferreira aponta os “pumbeiros” como fortes contribuintes da escravização forçada de africanos e posterior venda para os navios direcionados para as Américas. Os pumbeiros eram mercadores de escravos e de produtos que imitavam as roupas e modos europeus para adquirir certo status social e não serem confundidos com escravos. Costumes como o penhor (*pawnship*) — utilizado, pelo menos até meados do século XIX — se tornavam

²⁰ RALPH, A. Austen. *The uncommon market: essays in the economic history of the Atlantic slave trade*. Nova York: Henry A. Gemery & Jan Hogendorn (eds.), 1979; Apud Hernandez, *A África na Sala de Aula*, p. 37, citado acima.

²¹ HERNANDEZ, A. *A África na Sala de Aula*, p. 37.

²² REIS, João J. Notas sobre a escravidão na África pré-colonial. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 14, 1987. Citado por Hernandez, 2005.

²³ _____. Notas sobre a escravidão, p. 37.

²⁴ SWEET, James. Os católicos e os “Outros” no mundo dos crentes. In: *Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770)*. Lisboa: Edições 70, 2007, p.125-126.

²⁵ FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World. Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Cambridge University Press, 2012, p.52-88.

²⁶ SLENES, Robert. A árvore de Nsanda transplantada: cultos kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX). In: LIBBY, D. C. e FURTADO, J. F. (orgs.), *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.; _____. A Grande Greve do Crânio do Tucuxi: espíritos das águas centro-africanas e identidade escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro. In HEIWOOD, Linda (org.), *Díspora negra no Brasil* (São Paulo: Editora Contexto), 2008, pp. 193-217.

²⁷ SWEET. *Os católicos e os “Outros”*, p. 142.

irreversíveis, pois os indivíduos acabavam sendo vendidos e exportados para as Américas.²⁸ Deste modo, muitos dos escravos angolanos trazidos para o Brasil nesta época eram homens que conheceram variados tipos de escravização, fosse forçada, por dívida, por acusação criminal ou enganados pelos pumbeiros. Portanto, carregaram com eles noções sobre os limites do que era justo ou injusto nas organizações e hierarquias de trabalho, nas relações escravistas.

O historiador José Curto confirma que existem muitas lacunas a serem preenchidas por estudos que enfoquem a “resistência” à escravidão na África²⁹, mas concorda que este fator, intrínseco à escravidão nas Américas, teria realmente se constituído como parte da bagagem cultural dos africanizados exportados para as Américas. Muitos destes escravizados estavam inseridos em comunidades que conheciam, de alguma forma, processos ou sistemas de escravização, tanto na África ocidental, quanto central, fosse em meio aos europeus católicos ou sob crenças islamizadas, entre os próprios africanos, em espaços urbanos e rurais, em sociedades com ou sem Estado. O autor relata ainda um caso em que vários escravos decidiram fugir, quando sua rica proprietária, Dona Ana Joaquina dos Santos e Silva, morreu em 1859, e seus herdeiros lutavam por seus bens no tribunal de Luanda.³⁰

Estes escravizados podiam, portanto, carregar consigo noções ou mesmo opiniões formadas sobre como estes processos deveriam funcionar no ambiente em que eram instalados, do lado oeste do Atlântico. Provavelmente souberam se articular no sentido de buscar, de variadas formas, melhores condições de vida e de trabalho, conquistando privilégios como a formação familiar e senzalas próprias; ou funções de maior autonomia e liberdade como os carreiros e arreadores de tropeiros; posições sociais de certo valor em seu meio de trabalho, fossem formais como os cargos de feitor, ou mesmo posições de respeito em meio aos seus, devido a posturas e comportamentos específicos.

Em Oliveira, em 1846, o feitor Luís Angola, escravo do abastado fazendeiro, comerciante e proprietário de tropas, Antônio de Freitas Lopes, depôs como testemunha informante no processo em que os escravos Domingos Benguela e Rafael Moçambique, pertencentes ao mesmo proprietário, foram acusados de matar outro feitor Antônio de tal.³¹ Luís Angola foi citado como “Pai Luís” por alguns cativos que depuseram no processo. Este tipo de tratamento, junto com algumas narrativas, reforçam a imagem de liderança e respeito que tinham os escravizados por

²⁸ FERREIRA. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World*, p. 52.

²⁹ CURTO, José C. Resistência à escravidão na África: o caso dos escravos fugitivos recapturados em Angola, 1846-1876. *Afro-Ásia*, n. 33, 2005. P. 67-86.

³⁰ CURTO. *Resistência à escravidão na África*, p. 69, 72-74, 81.

³¹ Arquivo do Fórum de Oliveira – Labdoc/UFSJ – Processos Crime: cx 04-98-1846.

este africano. Francisco aficionada, vulgo “sapato”, também escravo, narrou que na hora em que ocorreu o crime, ia “saindo ele interrogado para a roça e em meio do caminho ouviu [Antônio de tal] gritar pelo pai Luiz”, enquanto era atacado pelos réus.

Em seu depoimento, Luís angola afirmou que o réu Domingos Benguela, no dia anterior ao crime, depois de ser castigado pelo feitor Antônio de tal, “saía para a senzala resmungando muito sobre as pancadas”, e foi lhe procurar “para ver o que se fazia algum castigo”, ao que Luís “respondera que não lhe embarçava com rixa de pretos”. Resumindo, Luís Angola era feitor; foi procurado por Domingos Benguela que lhe pediu para castigar o outro feitor que lhe espancara; era respeitosamente chamado de “pai” por alguns cativos; e foi a quem o feitor assassinado gritou pelo nome quando estava sendo atacado pelos réus. Estas evidências não deixam dúvida sobre o relativo estatuto de liderança ocupado por este angola, que se negava até mesmo a se intrometer em “rixas de pretos”. Novamente o designativo “preto” aparece com teor pejorativo, como se tivesse sentido de rebaixar ainda mais o estatuto social do escravizado, se colocando acima daquele a quem foi rotulado.

No dia sete de janeiro de 1842, Joaquim Mayombe³² matou seu senhor em sua fazenda na Vila de Oliveira, quando este fiscalizava seus serviços. Registrou-se que “indo [...] pelo canavial onde seu neto Januário Machado de Castro se achava administrando o trabalho do réu e dos seus dois filhos Joaquim e João”, o réu tomou a faca do senhor e lhe desferiu dois golpes no peito “com tal força que chegou a introduzir até os dedos, a qual indo direto ao coração, súbito fez cair moribundo o falecido que espirou imediatamente”³³. Minuta-se que “presenciaram este horroroso atentado o mencionado neto, que é uma das testemunhas do sumário, e também os dois filhos do réu”³⁴.

O réu foi incurso no artigo 192 do Código Criminal, e na Lei de 10 de junho de 1835, as circunstâncias agravantes aplicadas pela promotoria neste caso são as dos itens 7º (“Haver no ofendido a qualidade de ascendente, mestre, ou superior do delinquente, ou qualquer outra, que o constitua a respeito deste em razão de pai”), 9º (“Ter o delinquente procedido com fraude”), 10º (“Ter o delinquente cometido o crime com abuso da confiança nele posta”) e 15º (“Ter sido o crime cometido com surpresa”).

³² Uma análise pormenorizada deste processo pode ser encontrada em CARVALHO, 2009, já citado. Outro tipo de análise encontra-se em CARVALHO, L. M. Joaquim Benguela entre o diabo, a honra e a força: processos criminais entre a crioulanização e a africanização em Minas Gerais, 1842. In: ANAIS DO VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA UEM, 2013. <http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/565_trabalho.pdf>: Acesso em 28-03-2014.

³³ Arquivo do Fórum de Oliveira, Processos Criminais, Caixas 59-02-1842 e 60-02-1842.

³⁴ Retirado do Libelo acusatório da promotoria.

É interessante notar a importância das questões familiares no contexto social e jurídico. A promotoria enfatiza estes aspectos quando diz que foi “barbaramente assassinado Januário José Ferreira, homem casado e com filhos, deixando sua família inconsolável e desamparada”. Logo o crime é rotulado como “atentado tão horrendo, assustador e nefando”, que o réu também atentou com a faca contra o neto da vítima, de 13 anos, que administrava os trabalhos do escravo quando a vítima chegou na roça, e “por esta brutal atrocidade”, o réu “é indigno da menor sombra de compaixão, por não ter em seu favor o menor motivo de desculpa, de justificação, nem sequer de atenuação de seu horroroso crime”.

O agravante do item 7º merece maior consideração nesta análise, pois se refere especificamente à defesa da família, reflexo da cultura patriarcal no contexto jurídico positivo. Quando o Código Criminal defende que o crime se agrava por que a vítima tem a “qualidade de ascendente, mestre, ou superior do delinquente, ou qualquer outra, que o constitua a respeito deste em razão de pai”, está valorizando, protegendo e organizando tanto a família, quanto as hierarquias dos sistemas de trabalho. O Código Criminal de 1830 refletiu, entre outros aspectos, feições da cultura patriarcal do século XIX brasileiro, que impôs valores específicos na construção social e jurídica imperial³⁵. Deste modo, delimitava juridicamente os valores familiares, impondo uma hierarquização que colocava o elemento masculino (e paterno) de maior idade, na liderança das hierarquias familiares e funcionais. Estes valores patriarcais, refletidos na defesa da família, não estavam somente prescritos na lei positiva, mas também no âmbito consuetudinário, em todos os níveis sociais.

Não foi registrada a idade da vítima, Januário José Ferreira, mas foi anotado que sua filha única tinha 34 anos no ano de seu inventário, 1843³⁶, e, portanto, conclui-se que já era um homem bem maduro, o patriarca daquela família. Joaquim Mayombe vivia e trabalhava com seus filhos e amásia nesta mesma fazenda. Parecia ter certa posição de liderança no eito (conforme analisado pelo quadro 1 abaixo), tinha três filhos, Claudina Crioula³⁷, 28, Joaquim Crioulo, 20, e

³⁵ PIMENTEL FILHO, José Ernesto e CAMINHA, Raquel. Mulheres, disputas e direitos numa sociedade patriarcal: surra e honra feminina no Ceará imperial e republicano. *Verba Juris* – Anuário da Pós-Graduação em Direito, João Pessoa, ano 5, n. 5, p. 127-158, jun-dez de 2006. P. 133.

³⁶ Arquivo do Fórum de Oliveira, Labdoc-UFSJ: Inventário Caixa 09 – 162 – 1843.

³⁷ No Arquivo Paroquial de Santo Antônio de São José, no Livro de batismo 12, a f. 164, com data de 03 de Dezembro de 1814, foi encontrada uma referência do batismo de “Claudina, filha de Joaquim Benguela e Mariana, escravos de Januário José Ferreira”. O réu recebe diferentes nomeações, sendo chamado de Benguela pelos escrivães das fontes e assumindo a identificação Mayombe, por vontade própria. Acredita-se que isto se deve a certo desinteresse dos produtores das fontes em se registrar o escravo como ele se autodenominava, afirmando-o com o termo geral Benguela. Mais sobre o assunto em LIBBY, Douglas Cole; FRANK, Zephyr. *Voltando aos registros paroquiais de Minas Colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810*. In: Revista Brasileira de História –

João, 13³⁸. Outra evidência sobre a antiga relação entre escravo e senhor, é encontrada no mesmo processo criminal quando “foi perguntado a ele respondente [quando veio] para esta terra [e se] esteve sempre como escravo do dito falecido e quantos anos, respondeu que sempre esteve desde que chegou (até) seu falecimento”. O que indicaria que o cativo de Joaquim poderia chegar a algo em torno de três décadas com o mesmo senhor.³⁹ Neste inventário, também consta a descrição dos escravos deixados de herança, conforme quadro abaixo. De acordo com os dados, Joaquim Mayombe era um dos mais velhos, e Mariana – citada no Arquivo Paroquial e no inventário (conforme tabela 1 abaixo: “Mariana Crioula”) –, deveria ser esposa⁴⁰ ou amásia do mesmo réu, e ainda seriam ambos, pais de Claudina⁴¹, que tinha entre 25 e 30 anos.

Tabela 1 – Escravos que dividiam as Senzalas com Joaquim mayombe.

	Nome	Naturalidade	Idade	Valor (Réis)	Observações
1	José de Nação	Africano	45	440\$000	
2	João Crioulo	Brasileiro	13	600\$000	Poderia ser um dos filhos do réu.
3	Joaquim Crioulo	Brasileiro	20	650\$000	Provavelmente era o filho mais velho do réu. Foi vendido ao final do inventário para pagamento de dívidas do falecido.
4	Mariana Crioula	Brasileira	45	80\$000	Talvez fosse esposa ou amásia do réu. Foi libertada em testamento.
5	Catarina Crioula	Brasileira	26	500\$000	
6	Claudina Crioula	Brasileira	24	600\$000	

Órgão oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol. 29, nº 58, jul.-dez., 2009. p. 383-415; e CARDOSO, *Nas malhas da justiça*, já citado.

³⁸ Não se sabe a idade correta, podendo ser de 13 ou 16 anos, conforme inventário já citado.

³⁹ Depoimento do próprio escravo Joaquim Mayombe.

⁴⁰ “Vale lembrar que, o padrão de matrimônio entre escravos, reconhecido para Minas Gerais, pelo menos para a região de São João Del Rei, era o de casamentos dentro de um mesmo plantel” BRUGGER, Sílvia Maria. *Minas Patriarcal: família e sociedade, São João Del Rei, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2007, p. 119.

⁴¹ Joaquim vivia com a amásia (ou esposa) e com seus três filhos crioulos, privilégio comum em ambientes como o dos distritos e das fazendas do sudeste brasileiro. CASTRO, Hebbe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 43.

7	Bárbara Crioula	Brasileira	26	650\$000	
8	Rosa Parda	Brasileira	14	700\$000	
9	Custódia	Brasileira	2 meses	60\$000	
10	Marcelina	Brasileira	6	450\$000	Foi doado por dote para a herdeira e filha Maria.
11	João	Brasileiro	16	350\$000	Poderia ser um dos filhos do réu. Foi doado por dote para a herdeira e filha Maria.
Fonte: Arquivo do Fórum de Oliveira, LABDOC-UFSJ, Inventários e Testamentos, Caixa 09 – 162 – 1843.					

Movido pelos costumes de uma sociedade fortemente caracterizada por valores patriarcais, ou “familiares”, conforme caracteriza Sylvia Brügger⁴², cabia a Joaquim, mesmo escravo, defender a sua prole, os seus laços familiares e sua posição naquela estrutura social. “Para os escravos envolvidos, dependentes e despersonalizados por definição, surpreende exatamente o nível de autonomia e estabilidade familiar que conseguiam, extremamente próximo da experiência dos homens livres com os quais conviviam”⁴³.

Dialoga-se com a situação: dois pais medindo forças perante seus filhos. Um era fazendeiro, branco, casado, proprietário de escravos e fazenda; o outro era um lavrador africano e escravo do mesmo, também casado e pai de três filhos. “Esta proximidade entre escravidão e relações familiares tornava culturalmente bastante complexas e específicas as relações destes senhores com seus escravos, bem como emprestava uma condição inusitada à autoridade paterna, enquanto condição de exploração de trabalho”⁴⁴.

Minas Gerais caracterizou-se pela miscigenação entre negros, brancos e indígenas, desde o século XVIII. Ao mesmo tempo, se constituiu de espaço privilegiado para as trocas culturais, graças aos mecanismos de obtenção da liberdade, à capacidade de negociação entre escravos e senhores, a uma rede de informações sobre as experiências de outros cativos e a uma dinâmica movimentação que desenvolveu a economia e o comércio.⁴⁵ Oliveira e São João Del-Rei exibem

⁴² BRÜGGER. *Minas Patriarcal: família e sociedade*, p. 159.

⁴³ BRÜGGER. Sílvia M. *A Grande Greve do Crânio do Tucuxi. Minas Patriarcal: família e sociedade*, p. 159.

⁴⁴ CASTRO. *Das Cores do Silêncio*, p. 64

⁴⁵ PAIVA, E. F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995; _____. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais. 1716-1789*. Belo Horizonte:

algumas das características das sociedades mineiras do século XIX: relativo desenvolvimento urbano e comercial e produção agropecuária voltada para abastecimento interno, como atividades econômicas masculinas principais, além de ofícios artesãos e diaristas. “Um grande contingente populacional, sobretudo o feminino, ocupava-se da fiação e tecelagem, do serviço doméstico e trabalhava com tecidos”⁴⁶. Além disso, a propriedade escrava variava bastante, mas predominavam-se pequenas unidades de 1 a 5 cativos, e de 6 a 10 em menor escala. Apesar disso também se encontrava, obviamente, propriedades vultosas com escravaria mais abundante. Embora a propriedade escrava fosse bem disseminada, grande parte da população não possuía escravos, sobrevivendo do próprio trabalho.⁴⁷ Desta forma, compreende-se que a maioria dos ambientes de trabalho nestas vilas mineiras no século XIX, fosse caracterizado pela presença de trabalhadores livres e escravos, operando juntos nas plantações e roças das fazendas, nos trabalhos domésticos e de fiação e tecelagem, e também nos comércios das vilas.

A partir disso, volta-se à situação de Januário e seu escravo Joaquim Mayombe: dois pais de família, o senhor e o escravo, convivendo juntos nos trabalhos de lavoura, lado a lado com seus descendentes os auxiliando nas diversas tarefas. Junto à sociedade, em meio a outros livres e escravos, compartilharam experiências, ideias, costumes e valores, por aproximadamente três décadas. Estes valores incluíam a organização do trabalho, as noções de castigo justo ou injusto, a honra patriarcal, a organização e defesa da família. Ao mesmo tempo em que devem ter travado variadas situações de conflito e violência. Três décadas de convívio administradas entre as imposições da dominação senhorial e as conquistas do trabalho e da negociação em cativeiro. Entre concepções tradicionais e costumeiras advindas de sua experiência na África e aquelas construídas no ambiente dinâmico da produção econômica e do trabalho livre e escravo em Minas Gerais, estavam aquelas relacionadas à proteção da família, à honra, ao trabalho, e o relativo desgaste que poderia ser causado pelo período extenso dentro do cativeiro.

Estes esquemas sociais entre escravos e senhores variavam entre as regiões, dependendo, obviamente das estruturas sociais erguidas e das cargas de cultura carregadas pela população que a compunha. Eugene Genoves⁴⁸ chamou este “senso de direitos e deveres recíprocos entre senhores e escravos” de *paternalismo regional*, que se traduzia em um “considerável espaço de vida,

EdUFMG, 2001; VELLASCO, Ivan de Andrade. *As Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais, século XIX*. São Paulo, Edusc, 2004.

⁴⁶ MARTINS, Ângela Magalhães. Século XIX: estrutura ocupacional de São João Del Rei e Campanha. In: V SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, Belo Horizonte, Centro econômico de desenvolvimento e planejamento regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 1990. p. 38, 44-45.

⁴⁷ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988. P. 98.

⁴⁸ GENOVESE, Eugene. *Da Rebelião à Revolução: as revoltas de escravos nas Américas*. São Paulo: Global, 1983.

no qual os escravos pudessem criar famílias estáveis, desenvolver uma rica comunidade espiritual e gozar de conforto físico”. Isto não significava uma aceitação geral da escravidão, nem tampouco garantia relações pacíficas com seus senhores e com os brancos de modo geral. As violências continuavam surgindo por ambos os lados, e longe de representarem uma resistência contra o sistema, expressavam ajustes de contas pessoais ou locais.⁴⁹ Ao mesmo tempo em que não eram somente os senhores que permitiam, mas também eram os escravos que conquistavam, e, muitas vezes, impunham suas vontades, de alguma forma, entre a violência a negociação. Desta maneira, os africanos construíam espaços para sociabilidade e também para expressão cultural, mantendo ou abandonando preceitos diversos de sua cultura original: morais, familiares, religiosos e de justiça.

Apesar desta propriedade apresentar quantidade razoável de escravos — 12, contando com o réu —, mais da metade (sete) eram mulheres, que deviam ter funções domésticas, ou ligadas à tecelagem e comércio dos produtos da fazenda, enquanto os cinco homens que incluíam três escravos ainda bem jovens, entre 13 e vinte anos, deviam ocupar-se dos trabalhos de roçado. Desta forma, compreende-se que este proprietário, e esporadicamente seu neto, deveriam acompanhar, de forma direta, os trabalhos dos escravos, relacionando-se cotidianamente com os mesmos. Esta proximidade podia estabelecer, por um lado, espaços de negociação mais franca, favorecendo a conquista de privilégios como a formação familiar, por parte dos escravos, assim como possibilitar uma imagem mais paternal do senhor, ao conceber estas conquistas. Por outro lado, implicava que o senhor é quem aplicava os castigos e, portanto, além de se tornar um alvo mais fácil para a violência dos escravos, também podia ser visto por estes como um algoz perigoso e violento.

Mesmo por décadas inserido em um contexto fortemente católico, repressor a outras manifestações religiosas, a história de Joaquim Mayombe mostra grande capacidade de articulação e conquista de recursos e adaptação ao sistema social. O que poderia resultar em concepções de mundo, material e espiritual, com características específicas do contexto brasileiro, talvez criando uma visão própria do catolicismo. Ao mesmo tempo, poderia também ser influenciado por sua origem cultural, e pelas culturas africanas em constante chegada pelo tráfico internacional, e, desta forma, este africano poderia ter renovado suas concepções de origem, influenciada por sua cosmologia e experiências de vida ainda na África. Esta longa experiência de vida, sob variados

⁴⁹ _____. *Da Rebelião à Revolução*, p. 28-29.

contextos culturais, poderia ter-lhe propiciado o desenvolvimento de concepções culturais singulares: suas próprias noções de justiça, direito, dever, inferno, pecado, castigo e punição.

A defesa afirma que Januário, senhor de Joaquim, queria ultimamente matá-lo. Ao ser preso e inquirido sobre os motivos daquele crime, o africano “disse que foi o Diabo que o atentou”. Estas versões revelam as estratégias de defesa do curador do escravo, e, ao mesmo tempo, que aquela relação entre senhor e escravo estava desgastada de alguma forma, pelos anos de convívio direto entre os dois, no ambiente de trabalho. De acordo com algumas cosmologias centro-africanas, os espíritos ancestrais eram conclamados contra o infortúnio, a doença ou algum tipo de mal coletivo. Poderiam aparecer para causar o mal se não fossem devidamente respeitados. Serviam para resgatar o equilíbrio, a saúde, a fertilidade na colheita e na formação familiar, o amor, o respeito e também agiam para punir os indivíduos que não seguissem suas regras⁵⁰. Relativamente parecido com as formas com que o diabo é representado na ideologia cristã. No universo de Joaquim Mayombe, o infortúnio foi registrado quando afirma que seu senhor “ultimamente [queria] matá-lo”. A descrição do “diabo”, provavelmente sinalizava para uma simbologia cristã, uma ressignificação católica do mal, do desequilíbrio, da ação por impulso, por emoção, contra a razão e a ordem pregada pela cultura social e intelectual dominante naquele período. Ao citar o diabo, Joaquim demonstra uma das formas da revisão que os africanos podem ter apresentado de sua existência, e que, talvez possa ser vista como uma reconfiguração da sua visão de mundo de origem mayombe.

Mayombe é uma designação africana para uma etnia bakongo, específica da África Central, encontrada ao norte de Luanda e de Cabinda. Não é nome de porto nem de feira de escravos. Se Joaquim se assumiu desta forma, devia ter algum conhecimento e identificação com esta etnia. Robert Slenes⁵¹ aponta alguns aspectos dos cultos Kimpasi, encontrados no Brasil no século XIX e que tinham o objetivo de “restaurar o equilíbrio”, curando doenças, afastando más intenções ou desfazendo feitiços. Na história da África Central, estes cultos foram registrados “durante as crises ecológicas, guerras civis e razias por escravos [...]”. Entre suas características principais, ressalta-se a “corporificação de espíritos *bisimbi*”, que “habitavam os cursos locais de água e os vales dos rios [...] montanhas e nas florestas”⁵². “Entre os mayombes, um povo bakongo ao norte do Zaire, o nome do espírito variava entre *simbi* e *kinda*, este lembrando

⁵⁰ THORNTHON, John K. Religião e vida cerimonial no Congo e áreas Umbundo, de 1500 a 1700. In: HEIWOOD, Linda (org.). *Díspora negra no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, pp. 81-100; SWEET. *Os católicos e os “Outros”*; SLENES. *A árvore de Nsanda transplantada*; _____. *A Grande Greve do Crânio do Tucuxi*.

⁵¹ SLENES. *A árvore de Nsanda transplantada*; SLENES. *A Grande Greve do Crânio do Tucuxi*.

⁵² _____. *A árvore de Nsanda transplantada*, p. 286-289

Quianda”. Estes espíritos *bisimbi*, também chamados de “demônios” por alguns autores e a sua “corporificação” tinha uma relação peculiar com o culto de linhagens ancestrais e íntimo relacionamento com o mundo dos mortos. Eram normalmente benevolentes com os povos locais, mas “poderiam voltar-se contra pessoas que demonstrassem desrespeito ou que não seguissem o comportamento ritualístico adequado”. Eram identificados com “agentes morais que puniam pessoas”⁵³, ou seja, estavam intimamente ligados às noções tradicionais de justiça penal.

Nos processos criminais não foram encontradas referências diretas sobre a espiritualidade centro-africana. Contudo, estas fontes têm como característica o fato de serem controladas por homens livres, brancos, cuja cultura também é influenciada pelo catolicismo, patriarcalismo e rigorismo senhorial, ou seja, provavelmente se interessavam mais em condenar, castigar e executar escravos rebeldes, do que em compreender seus comportamentos pelo viés cultural. Portanto, levanta-se a hipótese de que neste crime de homicídio se encontre um comportamento desenhado pelas influências do universo cultural “atlântico” de minas gerais, que encontrou espaço para uma representação simbólica do diabo e que pode ter sido uma extensão emblemática das visões cosmológicas dos mayombe. Quando Joaquim afirma-se mayombe, provavelmente é isto que ele está confirmando, que suas concepções de justiça se baseiam também nesta cultura, mesmo que as pessoas que controlavam a produção destes documentos como os processos, não se importassem com isto e insistissem em generalizá-lo apenas como Joaquim africano, ou Joaquim benguela. Ele próprio, nunca se apresentou sob estas formas no processo.

As representações culturais que se instalaram no Brasil, se reconstruíram pela somatória de vetores africanos, europeus e nativos, tendo em comum algo que os separava, e também os unia: o “Mundo Atlântico”.⁵⁴ Russel-Wood descreve o mundo Atlântico como uma interface entre África, América e Europa, entendendo que, a partir dos descobrimentos, seja no estudo comercial, político ou cultural, “nenhuma parte possa viver em isolamento”, devendo ser integradas em suas múltiplas dimensões. Assim, o exercício de “história Atlântica” seria uma análise que enxerga o mundo Atlântico como local de interação entre indivíduos e suas culturas linguísticas, religiosas, econômicas, políticas e tradicionais “[...] um mundo onde instituições,

⁵³ _____. *A Grande Greve do Crânio do Tucuxi*, p. 203-204

⁵⁴ RUSSELL-WOOD, A.J.R. Sulcando os mares: Um historiador do império português enfrenta a “Atlantic History”. *HISTÓRIA*, São Paulo, 28 (1): 2009, p.17-59.

mesmo reinos, se formam, reformulam-se de um modo distinto, fragmentam-se, apenas para reaparecerem com uma nova configuração”.⁵⁵

Outro escravo de perfil singular foi Joaquim Benguela, parceiro de Francisco Congo. Ambos acusados de assassinar seu senhor, por decapitação em 1846⁵⁶, na Vila de Oliveira, Minas Gerais.⁵⁷ Não se tem muitos dados sobre Francisco Congo. Mas foi registrado um cotidiano violento nas relações entre Joaquim Benguela e seu senhor Antônio Machado Dinis. Ambos os réus eram solteiros; tinham pertencido ao tio da vítima, que falecera naquele ano e havia deixado todos os seus pertences, inclusive os escravos, para seu sobrinho.

Senhor e réu tinham condutas violentas e por várias vezes o escravo se revoltou contra seu novo senhor, não aceitando castigos, demorando-se nas missas da Vila, e se negando a executar certos serviços. Nas brigas, algumas vezes seu senhor teve que fugir para não ser espancado ou assassinado, assim como o escravo também fugia e voltava apadrinhado por vizinhos. No dia do crime, ambos os escravos, “de caso pensado o esperaram no caminho da roça para aí o matarem, tão bárbara e cruelmente como o fizeram, fazendo-lhe emboscada, e acometendo de surpresa sem que se pudesse defender por ser fraco e covarde e de um gênio muito temerato”. Joaquim Benguela é descrito como “de um gênio mal e atrevido e bastante sagaz”. Senhor e escravo já haviam se enfrentado pelo menos três vezes armados com porrete, azagaia e outras armas, até que em quatro de outubro daquele ano, desapareceu seu senhor, cujo corpo fora achado no matagal seis dias depois, sem a cabeça e com os pés e mãos comidos por urubus.

Robert Slenes discute as formações culturais africanas no Brasil do século XIX, identificando-as com as especificidades religiosas dos ambundos, bacongos e outras identidades étnicas da África Central. Seu artigo conta a história de africanos que depois de uma expedição, se negaram a reembarcar no navio de seu senhor, por causa de um crânio de tucuxi (espécie de boto-cinza), que o cientista John Luccock carregou para o barco deles. O autor busca nos mitos dos *espíritos das águas* bacongo, dos *Quianda* dos umbundo⁵⁸, dos *simbi* (*basimbi* ou *bisimbi*) dos

⁵⁵ RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Sulcando os mares*, p. 21.

⁵⁶ Arquivo do Fórum de Oliveira, Processos criminais, Caixa 95-04-1846 (Acervo organizado pelo Labdoc-UFSJ).

⁵⁷ Uma análise pormenorizada deste processo pode ser encontrada em CARVALHO, L. M. *Africanos e Crioulos no Banco dos Réus: justiça, sociedade e escravidão em Oliveira, MG, 1840-1888*. Dissertação de Mestrado: UFMG, Faculdade de Filosofia, Ciências Sociais e História, Departamento de Pós-Graduação em História, 2009.

⁵⁸ “Quianda aparentemente não era uma única entidade, mas o nome genérico para um tipo de espírito local, já que ‘em dialeto mbaka (do quimbundo) esse gênio das águas é chamado *kiximbi* e tem em cada vale, o nome do rio local.” SLENES. *A Grande Greve do Crânio do Tucuxi*, p. 201.

basundis e os *kinda* dos mayombe, explicações para o comportamento temeroso dos marinheiros africanos, frente à presença do crânio no barco.

O caso da greve do Crânio do tucuxi, fornece percepções da formação da “identidade” dos escravizados no Sudeste do Brasil: especificamente, no processo pelo qual os africanos de diversas origens redelinearam os limites simbólicos de etnicidade dentro das senzalas e descobriram uma nova diacrítica cultural para marcar a si próprios como um grupo separado dos outros.⁵⁹

Os africanos entenderam que aquele crânio era de um animal aquático e também o identificaram com alguma manifestação dos espíritos, que poderiam fazer o bem, se devidamente respeitados, e causar o mal, em caso contrário.⁶⁰ Slenes argumenta que não foi só o crânio que influenciou o comportamento daqueles homens. A própria paisagem pela qual passaram durante a viagem pelo litoral carioca (antes de ancorarem numa praia e encontrarem aquele Crânio), vislumbra paisagens e símbolos que para aqueles africanos significava a presença dos espíritos das águas. A análise de Slenes revela a:

[...] importância de examinar pressupostos culturais comuns para entender comportamentos. Se alguém ainda estiver em dúvida, isso deixa claro que os escravizados africanos usaram seu passado para dar sentido ao presente e sua cosmologia lhes deu recursos para agir conjunta e decisivamente. Finalmente, a análise sugere que uma herança cultural comum existiu para uma porção significativa de centro-africanos no Brasil. Esse fato levanta a questão de que essa herança poderia ter sido articulada como uma base para a unidade entre povos de diversas origens e, assim, em uma última análise, como uma plataforma de resistência.⁶¹

Observa-se pelo texto de Slenes, a intrínseca relação entre espiritualidade e as regras (leis) que governam o mundo material dos africanos. Sua “cultura jurídica”, ou as formas de se identificar o justo ou injusto, o infortúnio e a desventura, assim como as formas de agir ou penalizar as más condutas ou comportamentos, eram traçados por leis conectadas ao mundo espiritual, que tinha íntima ligação com regras estabelecidas pelos ancestrais ou familiares mais velhos. O crânio, ou a cabeça, tinha uma simbologia especial na crença espiritual centro-africana. Assim como a decapitação humana também representava conotações importantes, tanto entre grupos africanos, como em alguns aspectos da cultura afro-brasileira.

No candomblé a cabeça também assume vários significados, como no ritual do Bori (ou oboril), também conhecido como “dar de comer à cabeça” (“bó”:

⁵⁹ _____. *A Grande Greve do Crânio do Tucuxi*, p. 195.

⁶⁰ “O Quianda, portanto, é um espírito local das águas. Pode ser amigável com seres humanos, (os pescadores de Luanda dependem de sua benevolência [...]). No entanto, isso deve ser conseguido com ações ritualísticas e por um comportamento que siga regras. É associado com grandes formações rochosas[...]. Por fim, Quianda parece se identificar, de alguma forma, com os mortos”. Cf: _____. *A Grande Greve do Crânio do Tucuxi*, p. 202.

⁶¹ _____. *A Grande Greve do Crânio do Tucuxi*, p. 217.

alimentar; “ori”, alma orgânica, perecível, cuja sede é a cabeça, inteligência, p. 195). O objetivo do ritual é “fortificar o espírito do crente para suportar repetidas possessões, ou por estar por elas enfraquecido”; também serve como “penitência pela quebra de algum preceito, dar resistência contra influências negativas. É realizada na iniciação e fora dela e dedicada ao orixá pessoal, “dono da cabeça”. A pessoa fica ajoelhada sobre uma esteira (...), sua cabeça é esfregada com uma pasta de obi, orobô etc, depois banhada com ervas sagradas e sangue de animal de duas patas, sacrificado na hora, ritualmente”.⁶²

Entre os jagas-imbangalas, grupo étnico-cultural antropofágico, cujos primeiros registros datam do século XVI, mas que, pelo menos até o início do XIX eram encontrados como “mercenários militares” aliados aos portugueses⁶³, a decapitação humana representava importante papel na vida social e espiritual. De acordo com Marina de Mello e Souza⁶⁴, este grupo de guerreiros nômades — cuja cultura organizacional militarizada em torno dos *kilombos*, teria influenciado os quilombos brasileiros — realizava um rito de iniciação à vida adulta baseado na decapitação do inimigo⁶⁵. Ao apresentar a cabeça do inimigo ao líder do grupo, mostravam-se prontos para ascender na hierarquia do *kilombo*.⁶⁶

Está relativamente claro que o crime dos escravos Joaquim Benguela e Francisco Congo não se tratou de um ritual de iniciação jaga-imbangala. O contexto desta situação foi bem diferente. Contudo, em alguns aspectos das culturas centro-africanas, podem ter influenciado as formas com que estes réus se apropriaram da decapitação de seu senhor como meio de representar algum tipo de transformação em suas vidas.

A cultura da decapitação, pelo menos no âmbito jurídico, não existia no Brasil desta época. Supõe-se a partir disso que um crime onde os escravos matam seu senhor, arrancam a sua cabeça, e abandonam seu corpo na floresta, representante de alguma forma, apropriações de formas de execução da justiça que não estavam presentes no direito positivo da época, e portanto, somente poderia ser encontrada em concepções consuetudinárias ou tradicionais. Este não foi um crime

⁶² CACCIATORE, Olga Gudolle. *Dicionário de Cultos afro-brasileiros*: com a indicação da origem das palavras. Rio de Janeiro, Forense-Universitária. 3. ed. 1988, p. 68.

⁶³ HEYWOOD, Linda. De Português a Africano: a origem das culturas atlânticas crioulas no século XVIII. In: HEYWOOD, Linda (org.), *Diáspora negra no Brasil* (São Paulo: Editora Contexto), 2008, pp. 101-124. “Embora servissem sob a tutela de comandantes africanos, e, portanto, não estivessem totalmente integrados ao domínio da cultura afro-lusitana nas cidades portuárias e presídios, os africanos integrados na *guerra preta* participavam da cultura crioula”. HEYWOOD, Linda. *De Português a Africano*, p. 116-117.

⁶⁴ SOUZA, Marina de Mello e. Kilombo em Angola: Jagas, Ambundos, Portugueses e as circulações atlânticas. In: PAIVA, Eduardo França e SANTOS, Vanicléia Silva (orgs.). *África e Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em História – UFMG, 2013 (Coleção Olhares), p. 135-152.

⁶⁵ “Os meninos eram treinados para se tornarem guerreiros. Ao serem capturados, tinham um colar amarrado no pescoço que só era retirado quando provassem ter se tornado homens, trazendo a cabeça de um inimigo para o chefe, o que os tornava livres e reconhecidos como guerreiros”. SOUZA. *Kilombo em Angola*, p. 142-143.

⁶⁶ _____. *Kilombo em Angola*, p. 142-143.

súbito. Foi um assassinato premeditado, com características marcantes onde podiam ter influenciado algumas concepções das tradições jurídicas ou espirituais centro-africanas.

Entre alguns grupos étnicos da região de Moxico, a cabeça (literalmente) do Soba (líder) do grupo tinha (e ainda tem) lugar especial na tradição funerária. Segue-se o costume de ritualmente guardá-las em específicas caixas de madeira (*akokoto*) e utilizá-las em cerimônias religiosas. A morte do soba tinha e ainda tem íntima relação com a decapitação na região de Huambo, cidade a leste de Benguela. De acordo com um relatório de 2003 da Development Workshop Angola (DWAngola), intitulado “Histórias de Alguns bairros Periféricos da Cidade de Huambo”⁶⁷, o funeral do soba segue um ritual específico:

O funeral do soba era especial, o Osoma só era considerado morto depois que lhe retirassem a cabeça, antes apenas se anunciava que o soba estava doente e apenas os Olosoma⁶⁸ ou os Apalanga⁶⁹ podem entrar no seu quarto. Era sepultado à noite transportado envolto na pele de um boi com patas e cabeça, o Olosoma não é enterrado é sepultado nas pedras. A cabeça do soba é levada para o “akokoto”⁷⁰ (S. Luís) O soba só era considerado morto depois de retirada a sua cabeça, que era guardada no “Akokoto”. O corpo do soba não sai pela porta, é quebrada uma parede do lado de trás da casa onde às escondidas fazem passar o soba envolvido na pele de boi, apenas os velhos podiam ir ao funeral. (Chiva)⁷¹ (DWAngola, 2003: 40).⁷²

⁶⁷ Disponível em: <<http://bibliotecaterra.angonet.org/sites/default/files/>>

⁶⁸ Olosoma: plural de Osoma (Soba).

⁶⁹ Apalanga: plural de epalanga, uma espécie de emissários do Osoma.

⁷⁰ Akokoto: Lugar onde são depositadas as cabeças dos Olosoma.

⁷¹ Chiva e São Luís são bairros de Huambo. De acordo com o relatório da DWAngola citado, em 2003, o primeiro possuía maioria étnica ovimbundo, advindos de outros bairros. Enquanto o segundo se dividia entre “ovimbundos, bakongos (Makela do Zombo), nganguelas e tchocues (Bié) e nganguelas (Menongue)” (DWAngola, 2003: 8, 29).

⁷² Há também um artigo no site da Angonotícias, datado de 23/01/2012, sobre o funeral de um soba que narra exatamente o mesmo ritual descrito neste relatório da DWAngola, e intitulada “Tradição Ovimbundu marca funeral do rei Ekuikui”. Segue um trecho: “O corpo do soba, sem a cabeça, é posto sentado numa cadeira e levado para uma caverna da montanha e coberto com pedras, enquanto outros “seculos” cercam os arredores da sepultura com paus. A autoridade tradicional jaz num local chamado “Onguwe”. A cabeça, por sua vez, é levada para outro local, denominado “Mbanda”. Após a decomposição da cabeça, os kessongo levam os restos ao Onguwe, sítio em que está o corpo. O crânio, envolvido em panos brancos, é colocado numa mala e permanece na “Mbanda” sob o controle dos Kessongos”. O artigo está disponível em: <<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/32899/tradicao-ovimbundu-marca-funeral-do-rei-ekuikui>>. Acesso em 08/04/2016.

Por mais que esta análise pareça anacrônica, na verdade pode servir para demonstrar o quanto a prática da decapitação fazia parte de vários grupos étnicos centro-africanos nas regiões do entorno da cidade de Benguela. Uma reinterpretação desta prática dentro do contexto escravista brasileiro era plausível e pode ter se manifestado de variadas formas, mesmo que as fontes históricas, em suas peculiaridades, não o demonstrem diretamente. Os autos criminais têm limitações que devem ser respeitadas. Reforça-se que não se está afirmando aqui que o réu



Figuras 1 e 2 – Caveiras de Velhos Sobas (sobre o Akokoto) – 1935-1939 – Autor: Elmano Cunha e Costa. Local: Moxico (região leste de Angola)

Fonte: Instituto de Investigação Científica Tropical/Fundo Agência Geral do Ultramar/ Arquivo Histórico Ultramarino (Calçada da Boa Hora, n. 30, 1300-095, Lisboa, Portugal). Disponível em: <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD10230> e <http://actd.iict.pt/view/actd:AHUD10229>. Acesso em: 23/09/2015.

pertencia à etnia dos *Jagas Imbangalas* — não há evidências concretas neste sentido —, nem que estivessem exatamente realizando um ritual religioso ao decapitar seu senhor, como faziam os ovimbundo de Moxico ou de Huambo. Apenas levanta-se a hipótese de que as simbologias centro-africanas, junto a uma experiência compartilhada dentro do cativo no Brasil, tenham influenciado as ações dos escravizados e seu comportamento homicida, no sentido de recriar significados para esta morte por meio da decapitação. Pode ser que o ódio ao seu proprietário fosse tanto que, no momento do homicídio, os réus tenham exagerado na violência e arrancado a cabeça dele, mas esta hipótese também não pode ser comprovada.

A promotoria caracteriza o crime como o “mais horrível, e digno de severa punição, para que de sua impunidade se não siga maior dano a segurança individual dos mais senhores e lavradores devendo os réus acusados serem punidos por seu exemplo, emenda de outros escravos

e satisfação da justiça tão gravemente ofendida”. Francisco Congo foi sentenciado a 20 anos de prisão com trabalho, cuja pena foi “reduzida” a 700 açoites e quatro anos de prisão com ferro na forma do artigo 60 do código criminal⁷³, a qual cumpriu; e o réu Joaquim Benguela foi condenado às galés perpétuas a qual não cumpriu, pois foi registrada sua fuga definitiva, ao final do processo.

O Código Criminal do Império do Brasil, de 1830, o Código do Processo Criminal de 1832, e as leis das reformas das décadas seguintes, tiveram como um de seus objetivos, desenvolver certo processo civilizatório, para monopolizar o uso da violência, impor limites para as condutas sociais e instituir o sistema judiciário como interlocutor dos conflitos sociais.⁷⁴ Neste contexto, produziu mecanismos de poder úteis aos interesses dos diversos setores da sociedade, seduzidos pelas vantagens dos direitos civis e dos poderes jurídicos.⁷⁵ Além disso, impunham uma ordem diferente daquela instalada consuetudinariamente pela população.

Segundo Gizlene Neder⁷⁶, a cultura jurídico-penal instalada no Brasil, a partir da construção e homologação do Código Criminal do Império, foi fruto, basicamente, de duas influências essenciais: (1) a cultura religiosa impregnada na formação intelectual e social dos deputados – característica do pensamento iluminista português –, e (2) suas redes de sociabilidades políticas.⁷⁷ O maior debate do parlamento que votou o Código Criminal de 1830 foi a respeito da manutenção da pena de morte. Mantendo a pena capital impressa aos crimes de homicídio⁷⁸ e insurreição escrava, se alimentava com o primeiro, as forças políticas escravistas e às “[...] fantasias absolutistas de controle social absoluto [...]”, já que mantinha algumas penas características do antigo regime, “[...] de inspiração pombalina, portanto, rigorista [...] quanto às concepções sobre punição”.⁷⁹

⁷³ Artigo 60: Se o réu for escravo, e incorrer em pena, que não seja a capital, ou de galés, será condenado na de açoites, e depois de os sofrer, será entregue ao seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo e maneira que o juiz determinar. O número de açoites será fixado na sentença, e o escravo não poderá levar por um dia mais de cinquenta. Código Criminal, 1830.

⁷⁴ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça*: Minas Gerais, século XIX. São Paulo: Edusc/anpocs, 2004.

⁷⁵ _____. *As seduções da ordem*, p. 28.

⁷⁶ NEDER, Gizlene. História da Cultura Jurídico-Penal no Brasil Império: Os debates parlamentares sobre pena de morte e degredo. In: RIBEIRO, Gladys Sabina; NEVES, Edson Alvisi; FERREIRA, Maria de Fátima Cunha Moura. *Diálogos entre o Direito e História: cidadania e justiça*. Niterói: EdUFF, 2009. P. 305-326.

⁷⁷ _____. *História da Cultura Jurídico-Penal*, p. 308

⁷⁸ Art. 192. Matar alguém com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas no artigo dezaseis, numeros dous, sete, dez, onze, doze, treze, quatorze, e dezasete. Penas - de morte no grão maximo; galés perpétuas no médio; e de prisão com trabalho por vinte annos no minimo. *Código Criminal do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Enrique Laemmert, 1859.

⁷⁹ NEDER, Gizlene. *História da Cultura Jurídico-Penal*, p. 314.

Os parlamentares brasileiros enfatizaram a utilização da pena de morte para escravos, acreditando em sua capacidade para rebelião, afirmando ser a única forma de refreá-los em suas violências e rebeldias.⁸⁰ Tamanho era o receio destes magistrados contra os escravos que, em 1835, foi aprovada uma lei que os proibia de terem direito a recurso de apelação *ex-officio* ao poder moderador, se condenados no crime de homicídio contra seus senhores, feitores e familiares.⁸¹ Mais uma evidência também de que as leis deste período tinham a intenção de proteger a família dos proprietários de escravos e seus respectivos administradores.

Desta forma, nestas leis e códigos, verifica-se clara distinção de direitos no que diz respeito à condição escrava. Mesmo que no Código Criminal não se estabeleça nos artigos de homicídio e insurreição que a condição, escrava ou livre, influenciaria nas penas, as leis que se seguiram estabeleceram esta diferença. Esta tendência jurídica em reprimir a violência dos escravos é evidente também nos libelos acusatórios de promotores, registrados nos autos criminais. No processo em que Joaquim Mayombe é condenado pela morte de seu senhor, o promotor enfatiza bem a defesa da “justiça e bem do país, a segurança do Estado e para que com este exemplo seja contida a escravatura indômita que ameaça tragar tudo”.

Provavelmente essa perseguição aos costumes consuetudinários se deve à influência intelectual da formação em Coimbra após a reforma de Pombal. Segundo António Manuel Hespanh⁸², o constitucionalismo português, materializado no “primeiro conjunto de determinações da lei dizia respeito aos costumes, à jurisprudência e à doutrina. A estratégia era, em qualquer dos casos, desvalorizá-los em face da lei”. Ou seja, preparava-se terreno para “a primazia da razão, de uma razão agora ligada à modernidade e não à tradição”⁸³.

⁸⁰ _____. *História da Cultura Jurídico-Penal*, p. 313.

⁸¹ Art. 1º - Serão punidos com a pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propinarem veneno, ferirem gravemente, ou fizerem qualquer outra grave ofensa física a seu senhor, sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, ao administrador, feitor e às mulheres que com eles viverem. Se o ferimento, ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites, à proporção das circunstâncias mais ou menos agravantes. Art. 2º - Acontecendo algum dos delitos mencionados no art. 1, o de insurreição, e qualquer outro cometido por pessoas escravas, em que caiba a pena de morte, haverá reunião extraordinária do júri do termo (caso não seja em exercício) convocada pelo Juiz de Direito, a quem tais acontecimentos serão imediatamente comunicados. Art. 3º - Os juízes de paz terão jurisdição cumulativa em todo o município para processarem tais delitos até a pronúncia, com as diligências legais posteriores, e prisão dos delinquentes, e concluído que seja o processo, o enviarão ao Juiz de Direito, para este apresentá-lo ao júri, logo que esteja reunido, e seguir-se os mais termos. Art. 4º - Em tais delitos, a imposição da pena de morte será vencida por dois terços do número de votos; e para outras, pela maioria; e a sentença, se for condenatória, se executará sem recurso algum. Art. 5º - Ficam revogadas todas as leis, decretos e mais disposições em contrário. *Código Criminal...* já citado.

⁸² HESPANHA, António Manuel. *Guiando a Mão Invisível: Direitos, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português*. Livraria Almedina: Coimbra, 2004.

⁸³ _____. *Guiando a Mão Invisível*, p. 32.

Neder avalia as contribuições do iluminismo e dos vetores religiosos somados à cultura jurídica portuguesa como principal influência para a construção do Processo Criminal de 1830. Entretanto, ao se analisar a aplicação da justiça em primeira instância, ou seja, nos processos criminais em que estão presentes réus e testemunhas de origem africana e escrava, percebe-se vetores de culturas jurídico-penais sendo construídas (ou desconstruídas) pela interação entre os conceitos jurídicos positivos e aqueles consuetudinários ou tradicionais. Quando um indivíduo, principalmente escravo e africano, transgrediu a lei no século XIX, ele provavelmente o fez baseando-se num preceito cultural de justiça, construído no cotidiano, nas experiências sociais consuetudinárias. Teriam apreendido e expressado, portanto, influenciados por sua experiência sociocultural, concepções de direito que atendiam aos seus interesses naquele momento. Ao mesmo tempo, poderiam ser preceitos jurídicos presentes em sua cultura de origem reformuladas nas experiências cotidianas, e, portanto, consuetudinários ou tradicionais, que, em sua concepção particular, justificariam a sua conduta violenta.

Os processos criminais, particularmente, evidenciam estas questões ao trazer à tona os depoimentos e valores daquela parcela da população que não participou diretamente da construção das leis. Quando se estabelece o conceito de cultura jurídica e penal como um conceito histórico do século XIX brasileiro, deve-se levar em consideração que o direito é um organismo em constante construção, “produtor e ao mesmo tempo produto social de seu tempo, permitindo a permanência de tradições e ao mesmo tempo o rompimento com as mesmas em suas releituras conceituais dos valores jurídicos”.⁸⁴ Sua edificação não é arquitetada baseada em uma via única de imposição e submissão às leis, mas também em uma via contrária de transgressão. Devem, pois, ser analisados caso a caso, mas tendo sempre como base a noção de que o direito existe em sociedade, influenciado de alguma forma, pelas culturas, tradições literárias, estruturas sociais e convicções religiosas imersas no cotidiano social.⁸⁵ Mesmo que a sociedade brasileira do século XIX estivesse sendo refreada por um direito positivo, por meio dos registros criminais, percebe-se também, a existência de variados tipos de “esquema[s] pluralístico[s] de auto-regulação”, materializados no “direito do cotidiano” e “vivendo no nível mais baixo das relações quotidianas”, “da moral à rotina, da disciplina doméstica à organização do trabalho, dos esquemas de classificar e de hierarquizar às artes da sedução”.⁸⁶

⁸⁴ HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milênio*. MEM Martins. Publicações Europa-América. Coleção Fórum da História. 3ª Ed., 2003. P. 22.

⁸⁵ _____. *Cultura Jurídica Europeia*, p. 15 e 25.

⁸⁶ _____. *Cultura Jurídica Europeia*, p. 26.

Conclusões

Os registros criminais podem ser interpretados sob uma leitura diferente de certas correntes tradicionais, ou seja, não simplesmente como instrumento de repressão e imposição de uma cultura jurídico-penal positiva, mas também como registro de comportamentos baseados em culturas jurídico-penais consuetudinárias.

Desta forma, evidenciam vetores culturais da população brasileira, que estavam baseados em sentidos de justiça e utilização da violência, que delinearão relações sociais, familiares e de trabalho, e que também foram influenciadas por estas. O conceito de cultura jurídico-penal do século XIX brasileiro, mais especificamente entre 1840 e 1860, período abarcado pela documentação analisada neste texto, portanto, deve ser entendido de forma plural, ou seja, concebendo a existência de variadas culturas jurídico-penais em trânsito, constantemente sendo reavaliadas, estabelecidas e descartadas. Pode ser estendido este conceito também ao âmbito consuetudinário, para além da construção parlamentar, ligado a aspectos das culturas africanas e suas ressignificações no oeste do Atlântico, à instituição da cultura patriarcal e do paternalismo regional. Portanto, a constituição das culturas jurídicas penais brasileiras no período analisado leva em conta o embate entre versões de direitos positivos e consuetudinários. A organização do trabalho, sua hierarquização ou atribuições de funções de liderança, assim como a administração dos benefícios e privilégios conquistados, como a formação familiar dos escravos, não dependiam somente das decisões senhoriais ou administrativas, mas também da nação institucionalizada do trabalhador escravizado e de suas experiências de vida, assim como da idade e do tempo de cativo, ou de permanência dentro de um contexto específico.

Estas questões também influenciavam nas relações entre senhores e escravos, pois o tempo de experiência em determinado cativo podia gerar conquista de direitos e privilégios que dificilmente eram refreados sem violência. Estas concepções se relacionavam com as visões de justiça, atribuindo e estabelecendo socialmente, posições na hierarquia do trabalho e do direito a privilégios nas senzalas. Constituem formas de cultura jurídica e penal que, quando corrompidas ou violadas, geravam configurações particulares de punição. Estas configurações podem ser identificadas como ramificações consuetudinárias de culturas jurídico-penais caracterizadas pela violência e inspiradas por cargas culturais e religiosas diversificadas como as tradições africanas, europeias e brasileiras, em constante ressignificação. Algumas destas visões, portanto, podem ter se construído sobre bases culturais africanas, mas que se constituíram, em meados do século XIX, em preceitos relativamente diversos daqueles originais da África. Estão, portanto, inseridas

no constante processo de construção e manutenção de variadas expressões das culturas jurídico-penais consuetudinárias, que variavam regionalmente, dependendo das origens culturais dos africanos escravizados, de seus relacionamentos sociais (com outros escravos, com seus proprietários e outros homens livres), e de sua capacidade para executar a violência na defesa de seus valores familiares e de sua posição na hierarquia do trabalho.

O escravo no Brasil enquanto figura inerte: uma análise sobre a postura dos cativos e os mecanismos de dominação

The slaves in Brazil as inert figure: an analysis of the posture of the captives and the mechanisms of domination

Luiz Felipe Florentino

Bolsista do programa de Iniciação Científica do CNPq
Graduando do curso de Bacharelado e Licenciatura em História
Universidade Federal de Santa Catarina
l.f.florentino@outlook.com

Recebido em: 18/09/2015

Aprovado em: 21/02/2016

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é analisar a postura dos escravos numa perspectiva geral, quanto ao papel que desempenhavam na relação senhor-escravo no Brasil. Dessa forma, entrando em confronto com a idealização de inércia por parte dos cativos tão difundida e utilizada nas abordagens deste tema que os apresentavam como sendo simples espectadores estando à margem do processo de escravidão, num estado de ausência total de suas particularidades, sendo assim nos propomos realizar uma revisão bibliográfica. Para isso analisaremos através de bibliografia pertinente os efeitos dos mecanismos de dominação senhorial sobre os escravos e as diferentes formas que estes utilizaram na resistência, levando em conta as particularidades dos escravos enquanto seres humanos e assim dotados de consciência e capacidade de articulação.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Escravo, Mecanismos de Dominação.

ABSTRACT: The objective of this research is to analyze the position of slaves in a general perspective, and their role they played in the master-slave relationships in Brazil. Thus clashing with the widespread idealization of the lack of action by the captives and the approaches used in this theme, which presents them as mere spectators standing outside the slavery process, in a state of total absence of their own willpower, therefore we propose to conduct a literature review. To get to this point, this work will analyze through relevant literature the effects of the domination mechanisms over slaves and the different forms of resistance, taking into consideration the particularities of the slaves as human beings, endowed with consciousness and articulation capacity.

KEYWORDS: Brazil, Slaves, Domination Mechanisms.

Introdução

A figura do escravo no Brasil colonial por muito tempo esteve envolta numa simplista perspectiva polarizada e amplamente difundida que ajudou a constituir uma imagem padrão de escravidão. Nesta polarização, a escravidão pôde ser apresentada através de imagens idílicas, as quais denotam um mundo de miscigenação no qual sobressaem as relações de proximidade, comunhão e troca entre brancos e negros, ou também de forma que ressalte a violência, arbitrariedade e a coisificação do escravo, no qual o próprio cativo parece se aceitar enquanto uma espécie de simples ferramenta e há predominância de um antagonismo na relação entre senhores e escravos. Estes são os extremos no qual a escravidão brasileira por muito tempo foi abordada.

Assim sendo a abordagem da diversidade e complexidade dos mecanismos de dominação senhorial é essencial para podermos entender as variações na postura dos escravos, pois sem resistência não haveria a necessidade dos meios de dominação e tampouco a contestação dos valores sociais estabelecidos na época, arraigados fortemente na legislação vigente. Dessa forma a análise dos mecanismos de dominação pode significar uma terceira via de interpretação do caráter escravocrata brasileiro sem contestar, porém a violência a qual a grande maioria dos escravos foi submetida, tampouco descarta o contexto de trocas estabelecidas entre senhores e escravos, mas ressalta a capacidade de interação com o meio e a singularidade por parte dos cativos.

Partindo desse pressuposto de atuação e interação, podemos contestar a ideia de inércia na postura dos escravos, contudo é preciso ter em mente a pequena abrangência desta interação que, mesmo limitada, não é descaracterizada. Mas podemos concluir que a resistência escrava abarca muito mais do que o geralmente esperado, que as singularidades dos escravos enquanto seres humanos, ou seja, dotados de vontades, sentimentos e capacidade de manipulação são extremamente determinantes neste contexto. Dessa forma podemos presumir que a resistência não se limita apenas a grandes revoltas armadas, mas pode estar presente nas entrelinhas das estratégias de sobrevivência colocadas em prática durante o próprio dia-a-dia.

O Escravo Inerte

Pensar a escravidão no Brasil sob qualquer aspecto requer um mergulho nas reflexões do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre. Suas obras, carregadas de contradições, como a crítica não deixou esquecer, é um marco não apenas para o entendimento desta questão, mas se estende também a grande parte da história do Brasil. Sendo assim, não é de causar estranheza a permanência das suas abordagens na atualidade no que tange a escravidão. Ao equilibrar os antagonismos em suas obras, Freyre constrói imagens distintas sobre a escravidão que variam entre relações amistosas de trocas entre senhores e escravos e relações nas quais prevalecem a força e o poder de mando. Dessa forma, como já era de se esperar, as críticas a Freyre giram em torno de alguns trechos nos quais está presente uma abordagem de cunho idílico, no qual o marasmo está intimamente vinculado à figura do escravo.

Sendo assim é comum que trechos como este sejam enfatizados:

A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias européias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Moleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos.¹

Aqui podemos ver claramente um retrato da relação senhor-escravo, onde prevalecem os elementos de comunhão e troca. O autor continua.

Quanto às mães-pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de honra que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais. Alforriadas, arredondavam-se quase sempre em pretalhonas enormes. Negras a quem se faziam todas as vontades: os meninos tomavam-lhe a bênção; os escravos tratavam-nas de senhoras; os boleeiros andavam com elas de carro. E dia de festa, quem as visse anchas e enganjentas entre os brancos da casa, havia de supô-las senhoras bem-nascidas; nunca escravas vindas da senzala.²

Esta perspectiva harmoniosa das características da escravidão presente em algumas partes da obra de Freyre ainda permanece na percepção atual do tema, no entanto, encontra-se numa extremidade diretamente oposta a interpretação defendida pela escola sociológica paulista, cuja obra que melhor sintetiza este aspecto é *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, do sociólogo paulista Fernando Henrique Cardoso. Nela a escravidão aparece como sendo um regime regido sobretudo pela violência e o antagonismo entre senhores e escravos, interpretação amplamente

¹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2003, p. 235.

² _____. *Casa Grande e Senzala*, p. 235.

difundida, assim como a de Freyre, mas quando comparadas resultam numa polarização simplista da abordagem de escravidão que parece limitar-se entre opostos: a violência e o marasmo.

A obra de Fernando Henrique Cardoso que é fruto de sua tese de doutorado em sociologia pela USP escrita entre os anos 1955 e 1960, aborda a sociedade escravocrata na região sul do Brasil no século XIX e traz na sua essência uma abordagem que ressalta o antagonismo entre senhores e escravos, destacando frequentemente a violência que, segundo ele, estava presente constantemente.

A hipótese sobre a brutalidade corrente nas relações entre senhores e escravos encontra afirmação em inúmeros testemunhos e registros. Além disso, numa sociedade onde o regime patrimonialista de mando era pervertido por causa das condições históricas peculiares, a coerção necessária à manutenção do regime escravocrata teria de exercer-se dentro de padrões que supunham a violência como trato normal.³

O autor, no entanto, vai além. Destaca que desta relação permeada quase que exclusivamente pela violência resultaria a coisificação do escravo, um processo lento no qual o escravo além de considerado uma espécie de objeto pelos demais, assim também comtemplava-se.

A violência e a falta de respeito à pessoa do escravo reveladas pelo comportamento senhorial (que eram requisitos para o funcionamento do sistema de produção escravista) podiam efetivar-se e justificar-se diante dos mores senhoriais graças à reificação prévia do escravo: desde criança o *senhor* regulava suas expectativas considerando o escravo como um ser incapaz de vontade, objeto de toda sorte de caprichos e perversidades.⁴

Dessa forma, segundo o autor, devido à violência e humilhação, o escravo gradualmente torna-se é uma figura inerte, sem vontades próprias e marcado pela ausência de expressões nas relações sociais. E o mais expressivo: o escravo acaba por aceitar-se nessa condição.

A reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma *peça* cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de produção. Por outro lado, o escravo auto-representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autônoma.⁵

Agora, analisemos um trecho de Gilberto Freyre sobre as estâncias do Rio Grande do Sul do mesmo período:

³ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 133.

⁴ _____. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, p. 143-144.

⁵ _____. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, p. 125.

Que o diga, por outro lado, a situação do ameríndio e do próprio negro nas estâncias rústicas do Rio Grande do Sul, onde, segundo esclarecido historiador moderno da região, “o negro foi mais companheiro do que servo”. Situação que se acentuou quando o negro, numa área brasileira eminentemente militar como a sul-rio-grandense pastoril, encontrou na atividade bélica, ou no serviço de guerra a pé ou a cavalo, o caminho para sua elevação social.⁶

Podemos claramente ver a distância que há entre as diferentes abordagens sociais. Enquanto Gilberto Freyre em alguns pontos específicos em suas obras orna a escravidão no Brasil colonial e monárquico de uma atmosfera de interação, trocas e convívio razoável entre as diferentes camadas sociais, Fernando Henrique Cardoso discorda categoricamente e sugere justamente o contrário: um meio social governado e caracterizado, sobretudo pela violência cujo resultado seria a *coisificação* do escravo.

Mas ambas as abordagens por mais distantes que estejam acabam por ter um local de intersecção e compartilham de um ponto em comum: a idealização do escravo como uma figura inerte. No entanto, cabe aqui destacar que esta inércia por parte dos cativos na obra de Gilberto Freyre aparece apenas em alguns pontos específicos de suas obras, como já destacado anteriormente, em outros podemos interpretar a interação senhor-escravo como uma iniciativa engendrada também pelos próprios escravos. Contudo, partindo do pressuposto do ambiente de interação entre senhores e escravos, presente em trechos específicos e destacados das obras de Freyre, o cativo pode ser considerado uma figura passiva na relação por na maioria das vezes não esboçar o menor sinal de revolta, ou seja, encontrar-se num estado de repouso marcado pelo conformismo. Esta ideia, porém aprofunda-se na obra de Fernando Henrique Cardoso quando o escravo é apresentado como sendo um ser *coisificado*, resultado de um processo lento que advém do ambiente violento e mórbido no qual o escravo era não mais que uma vítima.

Mecanismos de Dominação Senhorial

Como vimos, a figura do escravo ainda está intimamente ligada à ideia de imobilidade. Basta contemplar imagens construídas em torno deste tema pelos mais diversos meios de comunicação onde o escravo ainda é representado como estando em diferentes polos, limitando-se a retratá-los em meio às famílias da elite colonial como pertencendo a este meio ou sendo cruelmente castigado das mais diversas e atroz formas. Ambas as representações encontram respaldo na documentação referente ao período colonial e imperial brasileiro, contudo, quando

⁶ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2004, p. 488-489.

colocadas em extremos, passam a falsa sensação de que não poderiam coexistir e simplificam de forma grotesca uma história social repleta de particularidades.

Partindo do pressuposto de uma complexidade do sistema social, repleto de contradições e particularidades, a inércia do escravo pode ser contestada quando avaliamos a violência a qual eram submetidos que, quando convertida em castigo, não se limita a simples materialização do sadismo do senhor, mas como sendo a expressão máxima de um engenhoso mecanismo de dominação. A historiadora Silvia Hunold Lara buscou desvendar o sentido velado na prática dos castigos presente em processos judiciais e em autores do período colonial e para isso utiliza do discurso que se encontra em *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos* do jesuíta italiano Jorge Benci de 1705, no qual o autor não concorda com o sofrimento infringido aos escravos, mas defende a prática do castigo aplicado pelos senhores.

Na parte do livro que trata especificamente do castigo, Jorge Benci inicia sua exposição afirmando que “para trazer bem domados e disciplinados os escravos é necessário que o senhor lhes não falte com o castigo, quando eles se desmandam e fazem por onde o merecem”.⁷

Silvia Hunold Lara também aborda as considerações de André João Antonil sobre o castigo dos escravos em 1711.

Alguns anos mais tarde, numa obra dedicada à descrição das riquezas coloniais (o açúcar, o fumo, as minas e o gado) e também dirigida aos senhores, Antonil apontava para os mesmos aspectos assinalados por Benci: “No Brasil, costumam dizer que para o escravo são necessários três P.P.P., a saber Pau, Pão e Pano. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o pau, contudo prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo dado por qualquer causa pouco provada ou levantada, e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos. . .”⁸

Diante disso o que a autora ressalta não é apenas a defesa da prática do castigo para com os escravos, mas a ideia de moderação que está vinculada a estes discursos, principalmente ao do jesuíta Benci, que “aconselhava aos senhores dar o castigo a seus escravos [...], quando fosse merecido, averiguando bem o delito do escravo, e **sem excessos** — relevando as faltas menores para reprimir somente as maiores”.⁹ Sendo assim a moderação dos castigos era defendida não enquanto um questionamento a escravidão enquanto estrutura, pelo contrário, mas como uma forma de ajudar a mantê-la, pois os excessos seriam prejudiciais a sua gerência e manutenção.

⁷ LARA, Silvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro, 1988, p. 45.

⁸ _____. *Campos da violência*, p. 46.

⁹ _____. *Campos da violência*, p.46. (grifos nossos).

Assim, o estado de inércia constante do escravo entra em xeque, pois os mecanismos de dominação existentes não se faziam necessários frente a uma imobilidade total e a moderação torna-se indispensável à manutenção da escravidão, “mesmo porque muitos escravos se rebelavam, fugiam ou suicidavam-se para se ver livres de seus tirânicos senhores”¹⁰. Em resumo:

Ao protestarem contra o excesso nos castigos, ao mesmo tempo em que testemunhavam sua existência em alto grau na relação senhor-escravo, Antonil e Benci assinalavam que a moderação devia obedecer a critérios racionais (que apareciam no texto sob a forma de humanitarismo cristão), que os tornassem eficientes enquanto mecanismos de dominação e exploração dos escravos.¹¹

Vemos que mesmo na sociedade escravocrata havia uma espécie de consenso sobre os limites do castigo físico que era amplamente aceito. No entanto o historiador Jacob Gorender discorda das conclusões de Sílvia Hunold Lara quanto à análise dos processos judiciais nos quais, segundo a autora, os escravos reconhecem a legitimidade da escravidão, mas questionam a aplicação dos castigos no que diz respeito à quantidade:

Os escravos eram analfabetos e aqueles pouquíssimos que conseguiam chegar ao pleito na Justiça só poderiam fazê-lo através de intermediários: advogados ou rúbulas, escrivães e outros funcionários etc. os intermediários (nunca citados pela historiadora) não deixariam de expressar-se no contexto da ideologia dominante do meio judicial. *Em nome do escravo*, não contestariam a legitimidade da escravidão e o direito do senhor de castigar o escravo, desde que o fizesse de maneira moderada, “como se castiga um filho livre”.¹²

Contudo há de se levar em conta a possibilidade de os escravos que procuravam ser representados perante a justiça fizessem isto apenas em casos que considerassem extremos, mas a partir de suas próprias percepções, no qual se reconhecia a ultrapassagem de um limite, de uma legitimidade que não necessariamente seria a reconhecida exclusivamente pela ideologia dominante do meio judicial, temos também que levar em consideração as colocações de Jacob Gorender, contudo independente do reconhecimento da legitimidade dos castigos a política de moderação foi aplicada e cumpriu o seu papel com êxito.

Assim podemos concluir que a moderação era essencial para a continuidade e perpetuação da escravidão, mesmo que isso fosse manifestado de forma a promover alarde por parte dos senhores, pelo simples fato de constatarem que os abusos não eram convenientes, pois “castigos freqüentes e excessivos levariam a fugas ou ao suicídio. Era preciso emendar e ensinar o

¹⁰ _____. *Campos da violência*, p.49.

¹¹ _____. *Campos da violência*, p.51.

¹² GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990, p. 24.

escravo sem o perigo da perda do investimento”¹³. Dessa forma, o escravo encontra-se como refém de uma classe social que não a sua e ao mesmo tempo dominante que dispunha de mecanismos de dominação sutis, o que nos leva a entender que a postura dos escravos estava longe de um estado de simples inércia.

Obediência e Sobrevivência

Devido à necessidade de mecanismos de dominação tão perspicazes entende-se que o escravo estava longe de representar todo este conformismo e imobilidade a qual geralmente está associado. Mesmo não se rebelando e contestando abertamente o regime no qual estavam inseridos, os escravos possuíam outras formas de resistir e sobreviver, o que incluía a própria obediência, tema que perpassa a obra *Ser escravo no Brasil* da historiadora Kátia Mattoso.

Jacob Gorender por sua vez, critica a concepção de escravidão presente na obra de Kátia Mattoso. Segundo ele, resume-se na constatação de que,

[...] o escravo não é coisa, mas ser humano levemente limitado por um estatuto social inferior. Tem espaço para se manifestar como agente do ambiente em que convive com os senhores. Não havia razão para muita queixa do destino que lhe coube. Admirável mundo velho.¹⁴

Para Gorender, a concepção de Kátia Mattoso é idílica e se assemelha muito com a de Gilberto Freyre no que tange as relações senhores-escravos no âmbito da família, contudo, Kátia Mattoso admite que “apesar dessas intimidades, o mundo dos senhores e o dos escravos permanecem cultural e socialmente separados, antagônicos, confrontando-se de maneira irreduzível”.¹⁵

Mas o mais interessante na obra de Mattoso é sua afirmação de que caso seja levado em conta à questão psicológica, “parece inegável que a própria sobrevivência do homem preto depende absolutamente de sua ‘repersonificação’, de uma certa aceitação de sua posição no corpo social”¹⁶, temos então a vinculação de sobrevivência com a adaptação do escravo na sociedade, ou seja, a inserção do escravo na sociedade e sua adaptação a ela podem ser considerados atos de sobrevivência.

É aparente inegável que seres humanos possam subsistir sem maior ou menor adaptação entre eles. Este ajustamento dependerá das relações que o escravo irá estabelecer com seu novo ambiente, onde as qualidades individuais do senhor, de seus familiares e de apaniguados terão papel igual ao das qualidades

¹³ LARA. *Campos da violência*, p. 51.

¹⁴ GORENDER, *A escravidão reabilitada*, p.21.

¹⁵ MATTOSO, Kátia Q. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 103.

¹⁶ _____. *Ser escravo no Brasil*, p. 102.

individuais do próprio escravo e do grupo de escravos entre os quais passa viver.¹⁷

Esta adaptação pode dar-se em meio a uma série de conflitos pessoais do escravo que geralmente encontra-se dividido entre o mundo branco e o negro.

São tensões continuadas dessa integração difícil que obrigam a própria vida do escravo a adaptar-se às relações do tipo escravista e o levam a todos os esforços, todas as humildades, todas as obediências e fidelidades para com os senhores infalíveis.¹⁸

Dessa forma, o escravo é levado a adaptar-se e inserir-se na sociedade e para isso utiliza da projeção de elementos da cultura branca em suas práticas, “na verdade, a maioria dos escravos terminam por aprender a rezar, a obedecer, a trabalhar para serem aceitos por seus senhores”¹⁹, mas, para isso, a obediência é fundamental, pois a aceitação ou rejeição do escravo nesta sociedade colonial rigidamente hierarquizada dependia quase que exclusivamente da postura do escravo.

A inserção social do escravo, sua aceitação pelos homens livres numa sociedade fundamentada no trabalho servil, dependerá estreitamente da resposta que o trabalhador-escravo dá a seus senhores no plano da **fidelidade**, da **obediência**, da **humildade**.²⁰

Vemos que a postura do escravo poderia variar. No entanto, para repelir os castigos físicos ou até mesmo alcançar a ascensão social, a prestação de serviços do escravo poderia assumir um caráter apaziguador e submisso que não entrava em choque com as vontades do senhor com o intuito de conquistar seu espaço.

[...] pois o negro, para subir na escala social e conquistar sua parcela de vida privada, precisa utilizar os valores da sociedade branca de adoção. Resguardado na obediência, ele poderá recriar seu mundo destruído, um universo novo com cores da terra brasileira, mas bem seu. Uma vez aceita como tática, a obediência precisa ser moeda sonante no dia-a-dia.²¹

Dessa forma, o escravo poderia conviver na sociedade de maneira minimamente digna, mas é necessário ter em mente a limitação do campo de atuação do escravo, ainda mais num contexto onde sutis mecanismos de dominação permeavam estas relações. Entretanto cabe ressaltar que nesta perspectiva o escravo obediente não ocupa um estatuto de grupo social passivo ou simplesmente violado. De acordo com este ponto de vista, os escravos estão sendo

¹⁷ _____. *Ser escravo no Brasil*, p. 102.

¹⁸ _____. *Ser escravo no Brasil*, p. 102.

¹⁹ _____. *Ser escravo no Brasil*, p. 107.

²⁰ MATTOSO, *Ser escravo no Brasil*. p. 102. (grifos nossos).

²¹ _____. *Ser escravo no Brasil*, p. 111-112.

representados como seres pensantes, que buscam resistir à exploração e utilizam de diversos meios, inclusive a obediência para alcançar seus objetivos dentro daquilo que lhe é possível.

Considerações Finais

De maneira sucinta vimos que a postura dos escravos, tanto no Brasil Colonial quanto no Monárquico, foram objetos de estudos de variados campos das ciências humanas no Brasil. Podemos perceber, também, que as diferentes abordagens, além de trazerem algo novo para seus contextos, também serviram como um meio de canalizar interpretações ideológicas, pois através do estudo da escravidão também se procurou entender os problemas sociais nas diferentes épocas. Sendo assim não é de causar estranheza a diversidade dos meios e formas de abordagem acerca deste assunto e o antagonismo entre elas.

No entanto faz-se necessário um aprofundamento crítico sob as perspectivas já existentes, assim sendo deve-se evitar a rotulação imediata, tanto a que idealiza o escravo como estando conformado, vivendo no seio de uma família senhorial e envolto no marasmo, quanto a que lhe restringe a uma vitimização constante, ou seja, o alvo de toda violência sem restrições. Dessa forma a escravidão para melhor ser compreendida há de ser afastada dos extremos e suas particularidades devem ser resgatadas, consideradas e aprofundadas para um melhor entendimento da postura dos escravos e a sua atuação no processo de escravidão seja ela qual for.

Apenas considerando as particularidades e os pormenores é que poderemos perceber como grande parcela da população escrava conseguiu adaptar-se e soube resguardar-se na obediência para sobreviver e alcançar seus objetivos e que, apesar de toda exploração e violência a qual eram submetidos, de modo algum deixaram de serem pessoas. O fato de, por ventura, não serem considerados como tal, em momentos extremos não lhes privava da capacidade de escolha, mesmo em um espaço rigidamente delimitado ou de engendrar estratégias, planos e ter uma interação com o meio, ou seja, a capacidade de se afirmar na sociedade de algum modo.²²

²² Atualmente a historiografia brasileira conta com excelentes trabalhos que se aprofundam neste tema. Entre os principais autores podemos destacar Sidney Chalhoub, Beatriz Galloti Mamigonian, Manolo Florentino, Henrique Espada Lima Filho, etc.

O discurso de liberdade e o gênero e a sexualidade na história do carnaval de Salvador

The discourse of freedom and gender and sexuality
in the history of the carnival in Salvador

Manuela Azevedo Carvalho

Mestre Multidisciplinar de Ciências Humanas e Sociais
Faculdade da Cidade do Salvador
manuelaacarvalho@hotmail.com

Luciana Aparecida de Miranda

Mestre Multidisciplinar de Ciências Humanas e Sociais
Faculdade da Cidade do Salvador
lucianaamiranda@hotmail.com

Recebido em: 11/06/2015

Aprovado em: 21/01/2015

RESUMO: No texto apresentado teve-se como objetivo analisar o carnaval enquanto espaço de liberdade para indivíduos que se reconhecem enquanto pertencentes a sexualidades não heteronormativas. Partindo primeiro da história da festa carnavalesca em relação à sensação de liberdade ensejada por ela e da análise do carnaval de Salvador enquanto essa festa da liberdade, visando verificar se essa sensação foi ou é vigente e se foi ou a é para todos, tendo como especificidade a análise do carnaval para indivíduos de sexualidade não heteronormativa. Por entender que a festa, enquanto um dos mais significativos elementos culturais, representa um macrocampo social, uma possibilidade de leitura de determinados aspectos sociais, funcionando como uma alternativa de análise desses aspectos. O texto é um recorte temático de uma pesquisa desenvolvida em nível de mestrado, utilizando-se o aporte teórico e metodológico desenvolvido na pesquisa e aprofundado nas discussões do grupo de pesquisa em que ela foi discutida muitas vezes. A partir da investigação bibliográfica realizada e das observações feitas no lócus da pesquisa nos anos de 2011 e 2012, foi possível perceber que a liberdade ensejada e proclamada no festejo da capital baiana perpassa por linhas tênues para sujeitos que rompem a fronteira socialmente imposta dos padrões de identidade de gênero e de sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Carnaval, liberdade, sexualidades não heteronormativas.

ABSTRACT: The above text had as objective to analyze the carnival as an area of freedom for individuals who recognize themselves as belonging to not heteronormative sexualities. Starting first in the carnival party's history in relation to the sense of freedom occasioned by it and the Salvador Carnival analysis as the party of freedom, aiming at checking whether this feeling was or is effective and if it was or is for everyone, with the specificity carnival analysis for non-standard sexuality of individuals. Considering that the party, as one of the most significant cultural elements, is a social macrofield a readability of certain social aspects, functioning as an alternative analysis of these aspects. The text is a thematic focus of a research developed at the master's

level, using the theoretical and methodological approach developed in the research and in-depth research group discussions in which it was discussed many times. From the bibliographic research carried out and observations made in the locus of research in the years 2011 and 2012, it was revealed that freedom occasioned and proclaimed in the celebration of Salvador permeates faint lines for subjects that break the boundary socially imposed standards of gender identity and sexuality.

KEYWORDS: Carnival, freedom, heteronormative sexualities not.

Introdução

O carnaval, ao longo dos séculos de sua existência, é marcado na história ocidental como uma das festas mais comentadas e aguardadas pela população. Era (e, em certa instância ainda o é) nesse momento do ano que as pessoas podiam misturar-se umas às outras, utilizar-se da “atmosfera carnavalesca” e das fantasias para promover atos que sem elas não o fariam, exagerar o contexto da realidade cotidiana ou, quem sabe, alterá-la momentaneamente, pela sensação de liberdade vigente na festa.

Neste trabalho, a liberdade é vista como um conceito filosófico, uma “dessubmissão”, conceito aqui adaptado à dinâmica da festa, de ampliação das condições de expressão humana, de trânsito entre seus espaços e de comportamentos e atitudes livres do jugo e proibição do outro. Além dessa noção de liberdade da e na festa, analisamos como essa festa se apresenta a foliões que se identificam como indivíduos pertencentes a sexualidades dissidentes, ou seja, diferentes do que dita a norma social heterossexualizante e com padrões sociais vigentes das identidades de gênero.

Sabe-se que as festas são importantes elementos culturais, que concentram em sua dinâmica a possibilidade de as pessoas entenderem sua representação social no grupo, não só na festa, como na vida diária. E uma das mais importantes festas da cultura brasileira é o carnaval, que tem características peculiares, como ser uma festa entendida como “da liberdade”, uma festa que acontece na rua, no espaço público, portanto, aberta à participação de quaisquer pessoas.

No entanto, ao longo dos anos muitas mudanças aconteceram nas formas de se “carnavalizar”, não só no Brasil, mas no mundo. Em nosso país, essa característica teve desdobramentos diferentes em diversas regiões, alterando por diversas vezes a “liberdade carnavalesca”. Em Salvador, ao longo dos anos, o espaço e a liberdade também foram modificados sobremaneira.

Trataremos aqui de alguns dos momentos mais marcantes para as modificações na dinâmica dessa liberdade, serão analisadas a noção de liberdade disseminada e ensinada no

carnaval e como se dá a participação de indivíduos de sexualidade e identidade de gênero dissidentes no carnaval de Salvador. Entre esses, compreendem-se aqui todos aqueles que não se reconhecem nos padrões regidos pela heteronormatividade, padrões que, segundo esse conceito, vão além da instituição de normas para o desejo (que deve ser pelo sexo “oposto”), mas por comportamentos, vestimentas e papéis de gênero classificados como de um ou outro sexo, por exemplo.

Todas as discussões e resultados apresentados são provenientes da investigação bibliográfica e das observações feitas nos anos de 2011 e 2012 no carnaval da capital baiana, realizados nos estudos do mestrado ao qual as autoras faziam parte, refletindo o que foi coletado ao longo desses estudos e discussões junto ao grupo de pesquisas e de suas análises.

Foram privilegiados os momentos históricos em que há informações na literatura da área acerca da mudança na concepção de liberdade da festa, contextualizando a origem do festejo, tal como é conhecido e reconhecido enquanto carnaval no Ocidente, e os momentos em que houve alterações na percepção da liberdade da festa no Brasil e, particularmente, em Salvador, focando na sensação para o público de interesse, os sujeitos que representam sexualidades e/ou identidades de gênero não heteronormativas.

Carnaval e a origem de sua história de liberdade

O Carnaval, como uma das maiores festividades da cultura ocidental, é formado em suas manifestações e reconhecido pela expressão da sensação de liberdade para “se fazer” e “ser” o que se quer em seus dias festivos. Ou seja, a ideia que se tem é de que se é livre para determinados atos e simulações que em dias comuns não se é permitido.

Para alguns teóricos, “o carnaval é a inversão do mundo. É o mecanismo de liberação provisória das formalidades controladas pelo estado e pelo governo”¹. Seria um tempo suspenso das atividades rotineiras para dar vazão às tensões e pressões diárias, um tempo de liberdade dessas atividades. Para outros, apesar de reconhecerem a mudança na dinâmica instaurada pelo carnaval, as manifestações, na verdade, não suspendem o tempo rotineiro, mas o extrapolam, representando um exagero das condições diárias², que é uma forma de lidar com essa rotina. Outra corrente dos estudos de festa acredita ainda que as festividades, de forma geral, que contam com essas noções de espaço público e de liberdade, servem à manutenção da rotina³, a

¹ DA MATTA, Roberto. *Universo do carnaval: imagens e reflexões*. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1981, p. 52.

² BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.

³ DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins

modificam no momento em que acontecem, mas a mantêm à medida que fazem os sujeitos perceberem na festa a recompensa pelo dia a dia, convertendo a inversão em ordem para continuar vivendo.

Em parte, essa noção de liberdade vem justamente do espaço em que a festa acontece. Por ter a rua como seu local, o carnaval sai da dimensão particular da casa e vai para a dimensão do público, a rua⁴. Um aspecto que pode servir para reforçar a noção de simulação, já que no contato com “estranhos”, aqueles de contatos esporádicos nas ruas, simular sem ser descoberto é mais possível que no espaço de casa, com aqueles, que, em tese, te conhecem. Assim, na rua, aparentemente se é livre para ser o que quiser.

Outra característica marcante da folia carnavalesca que remete a esta sensação de liberdade é a fartura que as festas em si ensejam. Nas festas ultrapassam-se os limites⁵, come-se mais, bebe-se mais e brinca-se mais. Por isso, é permitido socialmente que as pessoas assumam comportamentos estereotipados e vestimentas exageradas às regras da lógica rotineira, travistam-se dos mais variados personagens, “sejam outros” e tomem outras atitudes que no dia a dia não lhes é permitido.

Observando essa característica em uma das maiores festividades que aconteciam na rua, por volta do século XI, em Roma, as lideranças da Igreja Católica decidiram normatizar algumas características do festejo. Por identificar que, no período que antecedia a Quaresma, a população “preparava-se” para o período de restrições e sacrifício que a festa católica exige, fazendo toda sorte de extravagâncias, as lideranças da religião em Roma decidiram implantar um calendário para a festa realizada pelo povo, instituindo quando ela deveria começar e terminar, e dar nome à ela. Assim, foram instituídos três dias (domingo, segunda e terça-feira) e chamaram-na de *carnevale*, festa do “adeus à carne”⁶. Era a primeira notificação histórica da tentativa de “limitação” da liberdade carnavalesca.

Ao aceitar o período do “adeus à carne” como um momento de relaxamento das pressões diárias, ela [a Igreja] estaria demonstrando uma espécie de “boa vontade” com as tensões populares, podendo com isso condenar com mais rigor todos os outros excessos anuais.⁷ (*grifo nosso*).

Fontes, 1996.

⁴ DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

⁵ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*.

⁶ FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

⁷ _____. *O livro de ouro do carnaval brasileiro*.

Com a festa “batizada” e delimitada em seu tempo, parecia mais fácil à Igreja exercer certo domínio sobre os que festejavam, pois estes estariam novamente cumprindo suas regras, acreditando que a Igreja, ao conceder-lhes alguns dias para a “festividade dos excessos”, os estava liberando e, inclusive, perdoando⁸, o que rendia a eles certa carga de “dívida” para com a instituição religiosa, a ser paga nos outros dias do ano, sob o jugo das regras católicas.

Carnaval e sua história de liberdade no Brasil

No Brasil, as formas de festejar o carnaval vieram sobretudo das influências europeias, mas encontraram aqui mesclas de festejos das culturas que compunham a população local, as diferentes etnias, com suas festas e formas de conduzir suas manifestações.

Uma das peculiaridades mais marcantes da folia teve no Brasil, desde o princípio, terreno fértil, os “acertos de contas”, muito provavelmente pela grande diferença que acompanha a formação social de seus habitantes. Esses “acertos de contas” poderiam ser entre indivíduos particulares dentro da mesma classe ou não, ou entre classes. Assim, por vezes, o espaço da festa foi utilizado para que as diferenças surgidas ao longo do ano pudessem ser acertadas, sobretudo nos períodos em que a utilização de fantasias e, principalmente, de máscaras, era frequente, pela impossibilidade de reconhecimento instantâneo do sujeito que as indumentárias propunham.

Por conta da sensação de liberdade, disseminava-se a ideia de que muitos conflitos plantados na rotina da vida diária poderiam ser “resolvidos” durante os dias de festa, o que acabou por dar ao carnaval a impressão de perigo. O que fez com que as entidades governamentais e de controle social, como a polícia, tomassem atitudes para conter os foliões e suas manifestações, como a proibição da utilização de máscaras.⁹ Um período marcante para a dinâmica da liberdade ensejada pela festa.

Além disso, essa sensação de liberdade e de “justiça” para com os problemas da rotina dava aos marginalizados a possibilidade de satirizar aqueles que os marginalizavam, o que não agradava as classes abastadas.

Ao longo de todo o período colonial, o carnaval permaneceu como uma festa particularmente para as classes mais pobres. Escravos e libertos, negros e mulatos, todos celebravam o feriado desfilando pelas ruas, imitando e satirizando as roupas, os gestos e as afetações da elite.¹⁰

⁸ CARVALHO, Manuela A. *Desenhos do ser: espaço e representação de homossexuais no carnaval de Salvador*. Dissertação (Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade/ Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

⁹ Para mais informações ver: QUEIROZ, Maria I. P. de. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*. São Paulo: Brasiliense, 1999

¹⁰ GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora

Assim, tanto em outros países quanto no Brasil, o carnaval passou por um processo de “diferenciação de locais e públicos”. No Brasil, especificamente, à medida que mais e mais pessoas apossavam-se das ruas para festejar livremente, com suas fantasias, brincadeiras e acertos de contas, inclusive satirizando as classes dominantes, essas classes iam se afastando dos locais em que tradicionalmente o festejo era realizado, as ruas¹¹, importando de outras culturas, sobretudo europeias, seu modo de brincar o carnaval, lá já bastante modificado, concentrando-se em espaços fechados. Assim, a liberdade do espaço público foi dando espaço às dimensões do espaço privado, importante elemento de diferenciação da dinâmica de liberdade que compunha a “atmosfera” da festa. Iniciou-se, então, a tradição dos bailes no Brasil à moda dos bailes franceses.

Com a liberação dos escravizados, as tensões, satirizações e “acertos de contas” aumentam, bem como o número de participantes.¹² E como forma de combate às manifestações populares, que nessa época, final do século XIX e início do XX, eram já enormes em quantidade e participação das camadas menos favorecidas financeiramente, as classes dominantes difundem as festas organizadas em grandes salões fechados, reservados e, obviamente, caros, alguns inclusive inacessíveis sem prévio convite, mesmo que se pudesse pagar por eles.¹³

A essa altura, nas ruas, as fantasias e atitudes eram já bastante vigiadas pela polícia, o que limitava a forma de brincar dos participantes.¹⁴ Nos bailes, as fantasias e a dinâmica eram completamente diferentes. Se nas ruas imperava o escárnio, a sátira, a estereotipia e o exagero, lá, as fantasias tendiam a ser luxuosas, o exagero era voltado à competição financeira e de representação de poder, além do controle comportamental que indivíduos das classes dominantes, mesmo em festa, precisavam manter, principalmente num espaço privativo, perdendo a dimensão de liberdade proclamada na folia.

Para expandir seu modo de festejar e tentar dirimir os festejos nas ruas cada vez mais, representantes das classes dominantes impulsionam a imprensa a divulgar os conflitos ocorridos nos festejos na rua e pressionam a polícia a manter a ordem pública.¹⁵ Com todos os relatos,

UNESP, 2000, p. 338.

¹¹ TEIXEIRA, Cid. “Carnaval entre as duas guerras”. In: CERQUEIRA, Nelson (et al). *Carnaval da Bahia*: um registro estético. Salvador: Omar G., 2002, p. 42 – 59.

¹² ALMEIDA, Luiz Sávio et al (org.). *O negro e a construção do Carnaval no Nordeste*. Maceió: EDUFAL, 1996.

¹³ QUEIROZ. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*.

¹⁴ _____. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*.

¹⁵ De acordo com pesquisas feitas por Rodrigues (1982), Miguez (1996) e Lazzari (2001). RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.; MIGUEZ, Paulo. “A cor da festa: cooptação e resistência: espaços

neste período, até mesmo as classes menos favorecidas tendem a se retirar das ruas e organizar seus próprios festejos em casa, visto não possuírem condições para festejar nos bailes fechados, ou a frequentar bailes mais baratos.¹⁶ Certamente, havia ainda grupos que festejam nas ruas, mas eram em número bastante reduzido. Confinada a espaços particulares, a festa perdia parte de suas características. O caráter de liberdade de suas manifestações diminuía gradativamente.

No entanto, no Rio de Janeiro, principal representação nacional do modelo de carnaval, como as classes populares haviam já se apossado das ruas, não houve alternativa a não ser conceder-lhes normativamente o espaço.¹⁷ Mesma estratégia utilizada pela instituição católica nas origens carnavalescas. De posse da liberação, esses populares passaram a organizar suas saídas às ruas, criando “espaços” diferenciados, as escolas de samba. Estariam todos nas ruas, mas não misturados. Essa ideia de se ter de volta densamente o espaço das ruas para as manifestações da folia carnavalesca parece trazer a sensação de liberdade outrora ensejada, mas com a divisão dos participantes em “escolas”, alas, o que parecia liberdade, foi tolhido.

Nesta mesma época, início do século XX, além dessa “abertura étnica” à festa, ocorreu uma espécie de sensação de “liberalidade sexual”, após a chegada da tendência francesa de incorporação de toda sorte de desregramentos sexuais aos festejos carnavalescos.¹⁸ Era comum a ideia de traição, prostituição e maior exibição dos corpos, sobretudo femininos, na época da festa. Porém, é preciso salientar que esse comportamento, apesar de liberar costumes, de funcionar como uma liberação dos corpos femininos, tão “vestidos” e dogmatizados, tanto antes como em tempos mais atuais, pode servir à reiteração de preconceitos.¹⁹ Embora no Brasil essa tendência de “liberdade sexual” fosse fortemente verificada e inclusive transmitida ao mundo, principalmente pelas figuras de mulheres seminuas e de pessoas cujas identidades de gênero e sexual divergiam dos padrões instituídos, ela ocorria somente no carnaval e com restrições:

A presença deles durante as festividades carnavalescas reforça a imagem do Brasil como um paraíso para renegados sexuais e transgressores dos papéis de gênero convencionais. Essa ideia unilateral obscurece o fato de que durante grande parte do século XX, manifestações públicas ousadas de inversão de gênero eram temporárias e restritas ao momento da folia. “Jurema”, um jovem

de construção da cidadania negra no Carnaval Baiano”. In ALMEIDA, Luiz Sávio et al (Org.). *O negro e a construção do Carnaval no Nordeste*. Maceió: EDUFAL, 1996, p. 63-73.; LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer: Carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2001.

¹⁶ QUEIROZ. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*.

¹⁷ QUEIROZ. *Carnaval brasileiro: o vivido e o mito*.

¹⁸ FERREIRA, Felipe. “Rio de Janeiro: carnaval e sexualidade”. In: 20º ANPAP – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ARTES PLÁSTICAS, 2011. *Anais 20º Encontro Nacional de Artes Plásticas*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011, p. 1726-1736.

¹⁹ Hipótese sugerida por: FERREIRA. “Rio de Janeiro: carnaval e sexualidade”.

funcionário de escritório que vivia em São Paulo nos anos 30, descobriu essa dura verdade quando decidiu experimentar roupas de mulher em público. Como fez isso fora da época de carnaval, a polícia o prendeu.

[...] Embora um comportamento mais transgressivo fosse permitido durante o carnaval, isso representava apenas três ou quatro dias por ano. Nos 362 dias restantes, a pessoa tinha de se manter no limite estabelecido pela sociedade, especialmente os limites de gênero, ou sofrer as consequências.²⁰

O relato da história de Jurema reforça a ideia de permissividade na folia carnavalesca, do discurso de liberdade ensejado na festa, mas não de liberalidade sexual, como a ideia que se quis transmitir ao mundo nas primeiras décadas do século XX, do Brasil como esse país aberto à diversidade sexual. Entretanto, sabe-se que, até mesmo no carnaval, essa abertura à transgressão dos papéis de gênero é relativa, legada, por exemplo, a espaços determinados.

No mesmo passo da capital brasileira caminhava a festividade em muitas outras cidades, como Salvador. Na capital baiana o surgimento e desfile das escolas de sambas também inundavam as ruas, as fantasias também encurtavam e a “atmosfera” de sexualidade livre já se verificava latente. A essa altura, a festa já era denominada “Carnaval Popular”. Os ditos “populares” reconquistavam pouco a pouco o espaço público, embora muitos grupos ainda sofressem perseguições policiais e fossem legados aos subúrbios. Aceitar, por exemplo, grupos formados por negros, mestiços e *gays*, organizados de acordo com as estruturas da elite branca e heterossexista, não representava uma abertura às diversidades na festa, era feito no intuito de civilizar a participação desses “diversos” à norma. No entanto, grupos menores e “menos organizados” continuavam a ser perseguidos em todo o país.

Do mesmo modo, na capital baiana, os festejos pareciam ocorrer novamente de forma “liberta”, com a “participação de todos”, retomando uma das principais características do carnaval, a liberdade para ser o que quiser e fazer o que se quer. Um dos impulsionadores dessa sensação foi o que ficou conhecido depois como “trio elétrico”, pois ele corroborou esse pensamento de participação democrática, já que em seu entorno agregavam-se muitas pessoas, de diversas classes sociais e fantasiadas à sua escolha.²¹

A noção de liberdade novamente no carnaval baiano era tão latente que estudiosos da época, meados do século XX, afirmavam que o trio elétrico tinha levado essa liberdade às ruas de

²⁰ GREEN. *Além do carnaval*, 2000, p. 331.

²¹ MIGUEZ, Paulo. “A cor da festa: cooptação e resistência: espaços de construção da cidadania negra no Carnaval Baiano”. In: ALMEIDA, Luiz Sávio et al (Org.). *O negro e a construção do Carnaval no Nordeste*. Maceió: EDUFAL, 1996, p. 63 – 73.

novo: “Atrás do trio elétrico instaurou-se uma espécie de zona liberada, território livre”²², criando um tipo de atmosfera mística em torno da invenção. O discurso da liberdade carnavalesca estava preservado e isso atraía pessoas não só da cidade, mas de várias partes do mundo.

Passados alguns anos desde a criação do trio elétrico, no entanto, parte da dinâmica de liberdade deu lugar à dinâmica de capital. Muitas empresas passaram a explorar a repercussão do trio, que já não era mais um veículo, mas alguns. Na década de 1970, o crescimento era tão grande que já havia verdadeiras organizações empresariais em torno do trio²³, com disputas por espaço e horários de desfile nas ruas, era época de lucrar com a festa.

Assim, os abadá e a consequente cobrança por eles não demoraram a vir. As empresas tinham já uma organização inicial, um público e um produto, o espaço.²⁴ Com a venda dos abadá, além da dimensão espacial que agora os “associados” dos determinados blocos de trios tinham que cumprir, limitando seu campo de diversão, havia a limitação das fantasias, já não se podia brincar o carnaval com a roupa que se escolhia para representar discursos, mas com o abadá. Foram, então, modificados imediatamente dois elementos importantes para a sensação de liberdade carnavalesca, a vestimenta e o espaço.

Vale salientar, no entanto, que o abadá constituía-se e ainda se constitui como uma “escolha” do folião. Certamente os gostos musicais e, sobretudo, os imperativos sociais atuam na hora de exercer essa escolha e realizar a compra do abadá de determinado bloco. As pessoas que possuem maiores condições financeiras tendem a comprar os blocos mais caros, que, por sua vez, são vendidos com preços elevados justamente para atrair apenas ou em grande parte este público, que pode pagar por seus serviços, criando um “ambiente” entre os “seus”, entre os “comuns de classe”. Os blocos menos caros vendem para estes a ideia de um espaço menos privilegiado e de contato com as classes menos favorecidas, no entanto, para essas classes, a diversão, muitas vezes, está justamente nesses blocos. Com tanta “segregação”, não é difícil imaginar que esses blocos eram organizados para indivíduos de lógicas padronizadas, não se tinha, por exemplo, nenhum bloco aberto oficialmente à diversidade sexual, muito menos, configurando-se como um “gueto” para os que assim se autorrepresentassem.

É importante frisar também que o que o bloco vende é justamente essa atmosfera, esse

²² RISÉRIO, Antônio. *Carnaval Ijexá*. Salvador: Corrupio, 1981, p. 113.

²³ MOURA, Milton. “O carnaval de Salvador no final do século XX”. In: CERQUEIRA. *Carnaval da Bahia*, p. 124 - 153.

²⁴ Ver reflexão feita por Filgueiras, no texto “Capitalismo no Carnaval de Salvador: o trabalho precário dos cordeiros”. Apresentado no III Seminário Políticas Sociais e Cidadania, em 2010, em Salvador.

ambiente, esse espaço²⁵ de reconhecimento e representação, não propriamente a música, como se faz pensar, afinal, fora das delimitações dos blocos, postas apenas por cordas sustentadas por funcionários chamados de “cordeiros”, a música ainda pode ser ouvida, e ela está disseminada no espaço público das ruas.

Assim, a ideia com que iniciamos esta seção, de que a rua por si só ensejaria uma noção de liberdade, parece não exatamente se configurar nestes moldes no carnaval soteropolitano. O produto cultural que se tornou a festa carnavalesca criada pelo povo para extravasar suas tensões e como momento de lazer e preparo para o resto do ano vigiado, com direito a fantasias e acesso, encontra barreiras nas dimensões empresariais e nos imperativos sociais, que demarcam bons e maus blocos, não permitindo irrestritamente a participação de todos que possam julgar os maus blocos como bons, nem os bons blocos como maus, é preciso manter os padrões.

Mas preservaram-se ainda espaços diferenciados no carnaval soteropolitano, como os blocos de afoxés, com os desfiles de elementos das culturas de matrizes africanas, realizados por quem participa das associações ao longo do ano, e que podem ser assistidos por qualquer pessoa; os trios sem cordas, atualmente em expansão por programas governamentais locais, em que trios são disponibilizados nas ruas, sem a necessidade da delimitação por cordas nem da utilização de abadás; o bloco “Mudança do Garcia”, sem cordas e com bandas de sopro, cujas pessoas desfilam com fantasias e/ou cartazes de críticas sociais, geralmente endereçadas ao governo; e o bloco “Os mascarados”, que embora possua cordas não restringe a participação de foliões, em que boa parte utiliza fantasias e se reconhecem enquanto sujeitos com identidades de gênero ou “sexualidades dissidentes”²⁶, divergentes do que foi padronizado. Além dessas possibilidades, há os foliões que acompanham os blocos do lado de fora das cordas ou que ficam em determinados locais das ruas vendo-os passar, são os chamados foliões “pipoca”.

Entre os espaços carnavalescos analisados na pesquisa nos anos de 2011 e 2012, no tocante à congregação de foliões divergentes dos padrões de sexualidade e identidade de gênero, o bloco “Os mascarados” foi o único com grande concentração desse público abertamente, não oficialmente, mas cuja identificação do espaço, como de possível liberdade a ele, era declarada e reconhecida pelos foliões.

²⁵ FILGUEIRAS, Vítor Araújo. Capitalismo no Carnaval de Salvador: o trabalho precário dos cordeiros. In: *III Seminário Políticas Sociais e Cidadania*, 3, 2010, Salvador. Anais III Seminário Políticas Sociais e Cidadania. Salvador: UCSAL, 2010, p. 1-9.

²⁶ RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para uma teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole (org.). *Placer y peligro: explorando la sexualidad feminina*. Madrid: Revolución Madrid, 1989, p.113-190.

Carnaval, gênero e sexualidade: a festa como meio de ser

Bem como a ideia de liberdade ensejada pela festa carnavalesca para o espaço público e para as sátiras sociais, o “ser o que se quer” não se restringe no carnaval apenas a críticas de classe ou ao que se almeja ser, mas inclusive à exteriorização de comportamentos associados a papéis de gênero e à sexualidade e a transgressão de suas fronteiras.

É comum ver, no carnaval, grupos de homens travestidos de mulheres. Ou seja, quebrando uma barreira na liminaridade entre os gêneros. Numa sociedade eminentemente dominada por discursos machistas, em que a divisão e o enquadramento de gênero é latente, não é “legítimo” ao homem ter comportamentos ou utilizar adornos atribuídos socialmente a mulheres. No carnaval, porém, com a ideia de suspensão do tempo, da rotina ou de se ter liberdade para se ser ou fazer o que se quiser, esse comportamento não é mal visto, pelo contrário, é legítimo se brincar assim nos dias festivos.

Em Salvador, o primeiro registro que se tem notícia de bloco carnavalesco com a proposta de se ter homens travestidos de personagens que remetesse à delicadeza, tal qual se associa à mulher, mas não propriamente vestidos com adornos femininos, foi feito na década de 1940. Este bloco era o “Maria Rosa”²⁷, entidade formada por rapazes do clube de remo Santa Cruz, “vestidos como crianças de jardim de infância, cheios de lacinhos e pulseirinhas, que contrastavam com seus muques bem malhados”²⁸.

Embora este bloco não tenha sido associado a um bloco de diversidade sexual, ajudou a impulsionar a criação de mais e mais blocos com a proposta da travestilidade. Após o “Maria Rosa”, verificou-se em Salvador a participação de diversos grupos menores semelhantes a ele, inclusive grupos de travestidos pobres que desfilavam na Baixa dos Sapateiros (região localizada no centro da cidade), compostos por muitos homossexuais.²⁹ Segundo dados coletados na literatura, esse era um dos poucos espaços na época reconhecidos como de concentração desse público. Tais blocos marginalizados, juntamente com blocos de outras temáticas, começam a invadir as ruas consagradas às sociedades carnavalescas da época.

Entretanto, como já inicialmente discutido, o fato de ter blocos ou grupos de indivíduos não heterossexuais desfilando nas ruas no carnaval, não quer dizer que durante o período carnavalesco é pregada a liberdade sexual, que as discriminações são suspensas ao menos nesses

²⁷ GODI, Antônio J. V. dos Santos. Presença afro-carnavalesca soteropolitana. In: CERQUEIRA. *Carnaval da Bahia*, p. 94-111.

²⁸ VIANNA, Hildegardes. As fantasias dos velhos tempos. In: CERQUEIRA. *Carnaval da Bahia*, p. 40.

²⁹ _____. As fantasias dos velhos tempos. In: CERQUEIRA. *Carnaval da Bahia*, p. 41.

dias.

Há relatos de grupos de sujeitos identificados enquanto de identidades de gênero e sexualidade divergentes do padrão na Praça Castro Alves, décadas depois, por volta de 1970 e 1980, período em que a Praça era considerada centro da festividade. Esses relatos dão conta de que era possível verificar a concentração de muitos foliões homossexuais masculinos e travestis, sendo o espaço ainda mais disseminado na década de 1980, com a organização por parte do Grupo Gay da Bahia (GGB) de desfiles de travestis no Palácio dos Esportes, localizado também na Praça Castro Alves.³⁰ A presença do movimento gay dá maior legibilidade à luta por espaço na festa e maior visibilidade a seu público, ampliando a sensação de liberdade nos espaços organizados por suas ações. No entanto, com a ampliação do espaço da festa, com a criação do circuito Barra/ Ondina e do Pelourinho, a folia carnavalesca perdeu força no centro da cidade, muitos artistas que comandavam a folia migraram para o novo circuito, levando muitos foliões, o que fez com esse público também migrasse e necessitasse agora da conquista de um novo espaço.

Embora se tenha apregoadado a ideia de que no carnaval a liberdade impera, sem distinção, pela própria origem da festa e pela maneira como ela é comemorada por boa parte de seus foliões, parecia haver, ao menos até o ano em que as observações da pesquisa foram finalizadas, 2012, a necessidade de um “ambiente” para tal expressão da liberdade. Como exemplo de tempos mais recentes dessa necessidade no carnaval, temos o relato de uma situação ocorrida em manifestação semelhante, na cidade do Rio de Janeiro, em que houve um flagrante de uma cena que corrobora a ideia aqui apresentada:

Em 1999, dois rapazes estavam se beijando no meio da Banda, o que não é surpreendente; esses rapazes, num determinado momento, saíram pela rua Prudente de Moraes e eu os acompanhei. Uns cinquenta metros adiante, não mais do que isso, os meninos pararam, encostaram-se num carro e continuaram se beijando. Quatro outros rapazes, bem vestidos, com roupas de marca conhecida, brancos e aparentemente habitantes da zona sul viram os primeiros rapazes se beijando e os atacaram violentamente [...]. Tinham acabado de se conhecer, começaram a se beijar na Banda e preferiram sair da agitação da rua Joana Angélica para melhor se conhecer. Um deles estava ensanguentado e o outro só pensava no amigo [...], chamado Lúcio (pseudônimo). Lúcio, ao saber do ocorrido, disse: “Mas, pra que é que você tinha que fazer ‘pegação’ fora da

³⁰ CAMPOS, Márcio Correia. De muquiranas, piratas e marinheiros a gays: o espaço homossexual dentro do carnaval de Salvador nos últimos 25 anos.

Disponível em: <<http://politicadocus.com/index.php/downloads/category/1-artigos?download=56:demos-adeus-as-festas-a-la-tim-maia&start=40>.>

Acesso em: 20 jan. 2013.

Banda? Aqui fora não é da gente, você tinha que estar lá dentro!”.³¹

O relato e, sobretudo, a fala de Lúcio provam que, de fato, não se pode afirmar que, como um todo, o carnaval constitui-se como uma suspensão da rotina, como um momento de se fazer o que se quer e principalmente como um período de liberdade sexual. Pelo menos não para grupos marginalizados e sobrepujados, como os de sexualidades dissidentes. Talvez, em certo sentido, seja realmente, a folia carnavalesca, uma possibilidade de exagero da rotina, de aparente concessão de liberdade, mas de real reafirmação de condições, funcionando na prática mais como um discurso de liberdade da folia do que propriamente como essa atmosfera do “tudo pode”.

Atualmente na capital baiana um dos poucos espaços voltados às manifestações de foliões cujas identidades de gênero e sexualidade não correspondem à lógica binária (masculino/feminino) heteronormativa está na concentração e desfile do bloco “Os mascarados” e na posterior concentração de seus foliões em determinado local de uma das avenidas da folia. Este bloco surgiu em 2000, após o sucesso feito no ano anterior, a partir do desfile de convidados da Prefeitura Municipal da cidade, para um bloco especial, de comemoração aos 450 anos de Salvador.³²

“Os mascarados”, assim como os demais blocos vigentes surgiu com a prerrogativa da cobrança de abadás, mas trazia uma proposta diferenciada, da utilização de fantasias, primeiro definidas e entregues pela própria organização da entidade, depois à escolha do participante.

Oficialmente o bloco nunca se declarou como espaço da diversidade sexual, mas sempre foi um ambiente que agradou os foliões de sexualidades dissidentes. Com a abertura para a participação de mais foliões, em 2008, a partir da exclusão da cobrança pelo espaço, o bloco ganhou a aderência de mais e mais foliões, a maioria fantasiada, apesar de a fantasia não se constituir mais como uma exigência.

Em “Os mascarados”, especificamente, parece que as representações sociais são construídas a partir do agrupamento de pessoas que, em grande maioria, vivem em situações marginalizadas por conta de sua orientação sexual ou identidade de gênero. A partir da participação segura no bloco (visto a proteção do espaço dividido pelas cordas), essa diversidade

³¹ GONTIJO, Fabiano. Imagens identitárias homossexuais, carnaval e cidadania. In: RIOS, Luís Felipe. *Homossexualidade: Produção cultural, cidadania e saúde*. Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

³² Ver história do bloco em: MENEZES, Margareth. *Trio elétrico/ ano 99*. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/margarethemenezes/carnaval99.htm>> Acesso em: 12 dez. 2011.

se faz representar frente à “estrutura”, a heterossexualidade e a normatividade da definição dos papéis e identidades de gênero enquanto algo biológico, não social, o padronizado. Ter esse espaço como possibilidade de participação na festa e como possibilidade de se mostrar socialmente enquanto sujeito que se identifica com uma sexualidade classificada como não heteronormativa é importante, pois, a relação entre espaço e movimentos sociais “é, ao mesmo tempo, a condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação”³³. “É através da ação de sujeitos sociais agindo no espaço público que é comum a todos, que a esfera pública aparece como o lugar em que uma comunidade pode desenvolver e sustentar *saberes* sobre si própria – ou seja, representações sociais”³⁴. Esse tipo de experiência que, embora seja vivenciada por cada indivíduo, produz um sentido comum aos que partilham de um determinado espaço que a permite, funcionando como uma experiência coletiva, aquela que transcende a sensibilidade individual, reforçando a identidade de grupo.

Os foliões entrevistados do bloco (vinte e dois foliões), sobretudo no ano de 2012, quando indagados acerca de suas experiências no carnaval e da indumentária escolhida para a festa, como forma de expressar o que intentavam ser naquele espaço³⁵, alegaram dois motivos: a “sensação de liberdade” e o “acesso” ao espaço, visto o bloco ser gratuito. Muitos participantes em seus relatos corroboraram o que foi percebido nas leituras, de que fora daquele espaço partilhado entre pessoas de identidades de gênero e sexualidade dissidentes, mesmo no carnaval, não havia liberdade para sua diversão, ao menos não com sensação também de segurança, de não serem agredidos ou criticados por sua dissidência ao padronizado. Além disso, todos os foliões ouvidos disseram ter gostado da experiência no bloco e que pretendiam desfilar nele no ano seguinte, mostrando que a “atmosfera” correspondeu suas expectativas.

Junto com essa sensação de poder ser quem se quer ou se é, no bloco se experiencia em uma espécie de reivindicação que parece se adequar e se mesclar à folia carnavalesca, bem como ocorre em muitas festas de rua, grande parte dos sujeitos que se unem naquele espaço talvez não percebam e não tenham a intenção de reivindicar sua representação enquanto cidadãos, mas a expressão daquele contingente que troca carícias e que tem um espaço “seu” na festa, que através da força coletiva consegue se mostrar para a sociedade, cumpre esse papel, com efeitos tão ou

³³ SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 321

³⁴ GUARESCHI, Pedrinho A. e JOVCHELOVITCH, Sandra. *Textos em representações sociais*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 71.

³⁵ CARVALHO, Manuela A. *Desenhos do ser: espaço e representação de homossexuais no carnaval de Salvador*. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenho, Cultura e Interatividade/ Ciências Humanas e Sociais) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana

mais impactantes, pois são ali vistos despidos das simulações sociais a que muitos precisam, vez ou outra, se submeter cotidianamente.

E essa representação e espaço de representação conquistados por esses foliões não se limitam à delimitação das cordas do bloco, mas à concentração dele e à posterior concentração de seus foliões após o desfile.

A concentração do bloco é feita no mesmo local que a concentração dos demais blocos, no início da fila de saídas de blocos, arrumados segundo a ordem de saída de cada um, este espaço serve à circulação dos foliões e aos “primeiros passos” da festa no espaço da rua. É o local em que muitas pessoas marcam encontros ou encontram-se ao acaso.

Em 2011 e 2012, pode-se perceber que a concentração posterior de foliões do bloco era feita num espaço chamado “Beco da Off”, uma rua estreita em que se localizava uma das mais famosas boates LGBTs da cidade. Nesta rua há bares, cuja clientela principal era representada por indivíduos das mais diversas sexualidades e identidades de gênero. Nos períodos carnavalescos, como fora observado em anos anteriores e, mais propriamente, nos anos de 2011 e 2012, pela crescente aderência das pessoas ao bloco, eram abertos outros bares e montadas outras estruturas de apoio, como lanchonetes e barracas de bebidas na rua transversal ao “Beco”, como é chamado por seus “habitantes”. Após o desfile de “Os mascarados” era comum que boa parte dos foliões voltasse o percurso para ficar nessas ruas, ou que aqueles que preferissem não seguir o bloco ficassem por ali durante a noite.

Porém, vale destacar que, apesar do crescente número de participantes no bloco, a concentração posterior, locada nas ruas descritas, sofreu interferências em sua estrutura, modificando o hábito dos participantes. Com a reforma da orla do bairro da Barra, a boate Off club foi um dos empreendimentos afetados, tendo ficado um longo período sem funcionar. Mesmo após a liberação da rua, a boate não voltou às atividades e os frequentadores foram se afastando do local. Hoje é possível ver um esvaziamento do público que antes enchia a rua Dias d'Ávila (Beco da Off) e a rua Marques de Leão (transversal) não só no dia de desfile de “Os mascarados”, mas também nos outros dias da festa.

Como não há registros atuais da localização desse público em um espaço pré-determinado para ele, mesmo que extraoficialmente, e que os limites da pesquisa abarcaram apenas os anos de 2011 e 2012, somente pode-se arriscar hipóteses acerca desse afastamento, acredita-se que ele pode ser proveniente da identificação de falta de necessidade de um gueto, devido à maior abertura social que se tem verificado atualmente, com o acirramento das

discussões promovidas pelos grupos de militância e suas conquistas, bem como pelo reconhecimento de alguns direitos sociais para esse público, como a autorização legal para o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de nome social para pessoas transexuais; ou, ainda, a possibilidade de esse público concentrar-se agora em outro bloco ainda não identificado.

Considerações finais

A ideia de traçar o paralelo entre uma das principais características de um dos símbolos festivos mais importantes do mundo e no Brasil, a noção de liberdade, e a vivência de indivíduos cujas identidades de gênero e sexualidade não correspondem à lógica da heteronormatividade partiu da importância que uma festa tem no contexto de equilíbrio e demonstração da realidade, funcionando como um macrocampo social, ambiente propício a muitas análises, possibilitando a observação e reflexão de comportamentos e discursos sociais.

Vê-se que o carnaval enquanto espaço/tempo de liberdade que a sociedade se dá, uma festa vista como momento de “extravasar” e “se despir das prisões sociais cotidianas”, ao longo dos anos passou por mudanças significativas no decurso de sua história, mas que nunca se verificou nela uma liberação irrestrita, sobretudo para alguns.

Os grupos marginalizados sempre tiveram a possibilidade de sensação de liberdade tolhida em determinados espaços, inclusive quando se tentou supor que a restrição não existiria, como com a criação do trio elétrico, no contexto de Salvador, momentos que nos parecem ainda lacunas na história.

Entre esses grupos, está o grupo das diversidades de identidade de gênero e de sexualidade, que, embora o período carnavalesco enseje a ideia de plena liberdade e, inclusive, fortemente de liberdade sexual, supondo uma liberalidade também de demonstrações de inversão de papéis de gênero atribuídos socialmente, no dia a dia da festa isso não se verifica e há diversos exemplos de variadas épocas de que esse sempre foi um problema, uma barreira no reconhecimento do carnaval como festa da liberdade para grupos de indivíduos que se percebem enquanto pertencentes a sexualidades dissidentes da heterossexual.

Embora o carnaval da capital baiana tenha apresentado um espaço específico para essa “liberalidade” para esse grupo, as observações e análises mostraram que o simples fato de o espaço destinado ou apropriado pelo grupo, existir, torna o conceito de liberdade “problemático”, instaurando a dubiedade na sensação e noção de liberdade carnavalesca.

A trajetória dos estudos africanos no Brasil: 1930 a 1980

The trajectory of African studies in Brazil: 1930 to 1980

Mariana Schlickmann

Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Historiadora do Arquivo Histórico Municipal de Balneário Camboriú/SC, pesquisadora associada
do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/UEDESC e do Instituto Cultural Luisa Mahin

Email: mariana.schli@gmail.com

Recebido: 30/11/2015

Aprovado: 17/04/2016

RESUMO: Os estudos africanos nasceram a partir de diferentes contextos e compuseram distintas trajetórias ao redor do mundo. Tanto no Brasil quanto em outros lugares, sentiram transformações metodológicas ao longo do tempo, ocorridas no ambiente acadêmico e também na sociedade. Por isso, estudá-las permite ampliarmos a compreensão acerca dos estudos africanos como um processo. Neste artigo, evidenciamos os principais pensamentos e correntes historiográficas que permearam a área, estabelecendo paralelos, conexões e apontando as diferenças do que foi produzido no país e no exterior.

PALAVRAS-CHAVE: História, Estudos Africanos no Brasil, Historiografia

ABSTRACT: The African studies born from different contexts and had different paths around the world. Both in Brazil and in other places felt methodological changes over time, which occurred in academia as well as in society. Therefore, study it allows broaden our understanding of African studies as a process. In this article, we highlight the main thoughts and historiographical currents that permeated the area, establishing parallel connections and pointing out the differences of what was produced in the country and abroad.

KEYWORDS: History, African Studies in Brazil, Historiography

O contexto nacional: Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e a criação de uma África nagô

Em 15 de novembro de 1889, o jovem país chamado Brasil tornou-se República. Um ano antes, havia sido encerrada legalmente a escravidão, e a massiva população de ex-escravizados e seus descendentes transformaram-se em problema para a nova nação que tentava se libertar da monarquia e criar uma identidade pautada num sentimento de unidade e pertencimento, o “povo brasileiro”. Esta questão também apareceu em outros momentos da história do Brasil, como na

Semana de Arte Moderna de 1922¹, nos anos 1930 no governo de Getúlio Vargas e com o processo político de redemocratização dos anos 1980. José Maria Nunes Pereira enfatizou a questão da identidade nacional como preocupação em diferentes momentos de nossa trajetória:

A questão da identidade nacional aflorou principalmente em três grandes conjunturas históricas: a independência, em 1822; com a abolição do regime escravo e o surgimento da República, em 1888-1889; e com a Revolução de 1930. A questão da formação do povo ou da cidadania é obrigatória nesses três momentos. Após o surto indianista nos meados dos oitocentos, com a consequência da Independência, temos política de maior incentivo a imigração europeia no pós-abolição e, finalmente, no âmbito da Revolução de 1930, a reinterpretação da nação.²

Neste contexto, como “inventar” uma nação, sendo esta formada em sua maioria por africanos e seus descendentes? Como manter a hierarquia social com o fim da escravidão? Segundo Gilson Brandão de Oliveira Júnior, a solução foi construir um elo luso, “associa[ndo] o surgimento de nosso país ao contato com europeus/portugueses, supostamente responsáveis pelo seu *descobrimento* e pelo amálgama étnico que caracteriza a sua formação”.³ Deste modo, as raízes do Brasil foram fincadas na Europa, e, nesta concepção, o Brasil nasceu devido à Portugal, sendo suas tradições e hábitos culturais advindos do velho continente.

Os pensadores Carl F. P. Von Martius e Francisco Adolfo de Varnhagen⁴, além de reforçarem traços e laços europeus do Brasil, também se esforçaram em minimizar a presença africana no país e a miscigenação da população brasileira⁵. Contudo, von Martius foi o primeiro a afirmar que os africanos eram parte da história do Brasil, mesmo que seu papel fosse considerado pequeno e inferior. Nesta conjuntura, as teorias do racismo científico alegavam a existência de distintas raças entre os homens, hierarquizando-os e inserindo o branco como mais “evoluído” na escala e o negro caracterizado unicamente em termos negativos.⁶

Este novo Brasil República foi construído com expectativas de modernidade e prosperidade pautadas em padrões eurocêntricos. Entretanto, para o sucesso no projeto de

¹ A partir da Semana de Arte Moderna, novos padrões estéticos e culturais começaram a se destacar, valorizando características culturais consideradas “genuinamente” brasileiras.

² PEREIRA, José Maria Nunes. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEEA (1973 – 1986). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1991, p. 37.

³ OLIVEIRA JUNIOR, Gilson Brandão de. *Agostinho da Silva e o CEEA: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*. 2010. 235f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2010, p.14.

⁴ MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), 1845; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil* (1854-1857). Madrid, Imprensa de J. del Rio, a cargo de F. Molina, R. Estrella, 7.

⁵ BITTENCOURT, Marcelo; CORREA, Sílvio Marcus de Souza. África e Brasil: uma história de afastamentos e aproximações. *Métis: história e cultura*. Caxias do Sul, RS: Educs, v. 10, nº 19, 2011, p. 8.

⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1879 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 82.

nação, era preciso saber o que fazer com a enorme população negra que manchava a proposta de ideal branca europeia da população brasileira. Para Oliveira Júnior:

Somente a partir do final do século XIX os *homens de ciência* passam a interessar-se na investigação do negro no Brasil: não por seu valor cultural e papel ativo na construção da identidade nacional, mas como um “problema” a ser transposto, para manter indelével a imagem desta “promissora” nação pretensamente branca.⁷

A partir do “problema do negro” iniciaram-se as pesquisas no Brasil dedicadas ao continente africano e a pessoas que de lá sofreram com o processo de diáspora. Assim, dois campos de conhecimento surgiram - os estudos africanos⁸ e os estudos afro-brasileiros - e foram por muito tempo demasiadamente conectados.⁹ Neste primeiro momento dos estudos africanos, anterior à institucionalização da década de 1960, falava-se de África associando-a aos seus descendentes no Brasil e a questão racial no país. Mesmo assim, apesar de um olhar voltado para o contexto brasileiro, estes autores que serão analisados neste primeiro item deste artigo, foram os primeiros a abordar a África, e por isso podem ser considerados pioneiros nos estudos africanos na academia brasileira.

O primeiro homem de ciência a se dedicar ao “problema do negro”, isto é, a função, situação, integração e desenvolvimento das populações de origem africana no país, foi Raymundo Nina Rodrigues (1862-1906). Médico por formação e professor de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Bahia, Rodrigues escreveu seu famoso livro, *Africanos no Brasil*, em 1906, obra publicada apenas na década de 1930.

Marcado pelo positivismo, e embebido nas teorias do racismo científico, o ineditismo do trabalho de Nina Rodrigues consistiu em recolher as memórias dos africanos remanescentes na Bahia, entendendo que conhecer as populações negras do Brasil requeria estudar a África, e, principalmente, ressaltar suas especificidades. Assim, ele identificou diferentes etnias e grupos, na contramão do pensamento da época, que rotulava todo esse contingente de pessoas simplesmente de “negros”.

⁷ OLIVEIRA JUNIOR, *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*, p. 21.

⁸ Neste trabalho, optamos pelo entendimento de estudos africanos como um campo de estudo constituído por diversas subáreas do conhecimento, que se dedicam, através de uma metodologia própria, ao estudo do continente africano. HOUNTONDI, Paulin J. Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 80, Março, 2008, p. 149-160; FERREIRA, Roquinaldo. A institucionalização dos Estudos Africanos nos Estados Unidos: advento, consolidação e transformações. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n° 59, p. 73-90 – 2010.

⁹ De acordo com Lívio Sansone, estes se caracterizam pelo “estudo das relações raciais e da produção cultural negra no Brasil”. SANSONE, Lívio. Um Campo Saturado de Tensões: O Estudo das Relações Raciais e das Culturas Negras no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 24, n° 1, 2002, p. 5-14.

O autor adotava uma perspectiva diferente, enxergando os africanos como colonos, e por isso, produtores de cultura, não como mera massa de mão de obra. Mas, na perspectiva de Rodrigues, essa colonização africana era negativa, pois a mestiçagem sinalizava perigo e atraso para o progresso e também uma ameaça à nacionalidade brasileira, que almejava uma identidade europeia.¹⁰ Ele defendia a existência de diferentes raças, sendo a negra inferior à branca; contudo, era contra o fenômeno da escravidão:

O critério científico da inferioridade da raça negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravagistas dos norte-americanos. Para a ciência, não é essa inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou seções. “Os negros africanos”, ensina Hovelacque, “são o que são, nem melhores nem piores do que os brancos; pertencem apenas a uma outra fase de desenvolvimento intelectual e moral”.¹¹

Além de identificar demográfica, cultural e religiosamente a presença africana no Brasil, e de preconizar a importância da história da África para os estudos sobre o tráfico e a escravidão, Nina Rodrigues também distinguiu, entre os africanos e seus descendentes, diferentes grupos étnicos, comparando-os e hierarquizando-os categoricamente, colocando os nagôs acima dos bantu, ewes, haussás, achantis e demais povos.¹²

Para o estudioso, os nagôs mantiveram sua pureza cultural, percebida principalmente nos ritos de candomblé, considerados pelo autor mais sofisticados e organizados que as cerimônias religiosas de outros grupos. Em seu pensamento, a mestiçagem era condenável, e por isso os nagôs não deveriam se miscigenar com outras populações africanas para preservar sua pureza. Para Arilson S. de Oliveira, “era como se o ‘arianismo’ de Nina Rodrigues fosse transportado para o povo nagô”.¹³

O favorecimento deste grupo perante os demais, denominado por James Lorand Matory de nagocentrismo¹⁴, influenciou os trabalhos dos sucessores de Rodrigues. Esta influência, que os caracterizou como Escola Baiana, deu-se não apenas na continuidade de hierarquização e comparação entre etnias e grupos culturais, mas também no enfoque dos trabalhos voltados, com mais frequência, à cultura nagô/sudanesa, em especial, à religiosidade praticada através do

¹⁰ RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008, p. 24.

¹¹ _____. *Os africanos no Brasil*, p. 22.

¹² _____. *Os africanos no Brasil*, p. 242-244.

¹³ OLIVEIRA, Arilson S. de. Roger Bastide e a Identidade Nagocêntrica. *Sankofa*. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, nº 2, dez./2008, p. 87.

¹⁴ MATORY, James Lorand. *Black atlantic religions: tradition, transnationalism, and matriarchy in the Afro-Brazilian Candomblé*. New Jersey: Princeton University Press, 2005, p. 43.

candomblé. Fernando Mourão, ao analisar a bibliografia existente sobre as duas populações, enfatiza claramente o privilégio recebido pelos povos nagôs/iorubás/sudaneses em detrimento dos bantu.¹⁵

Pontual destacar a abordagem insistente em procurar uma pureza, uma essência africana na religião praticada no Brasil, vertente perigosa porque não delimita fronteiras entre os estudos sobre os africanos e seus aspectos culturais e os estudos sobre as influências culturais dos africanos no Brasil. O primeiro trabalho acadêmico publicado no Brasil sobre os estudos africanos, de autoria do cientista político espanhol Luís Beltrán, já demonstrava preocupação a respeito da falta de delimitação entre o campo dos estudos africanos e afro-brasileiros.¹⁶

O segundo pesquisador brasileiro a se dedicar à temática foi Manuel Raimundo Quirino (1851-1923). Além de um líder abolicionista, Quirino fez registros antropológicos sobre a população africana remanescente na Bahia. Assim como Nina Rodrigues, caracterizava os africanos forçados a vir para o Brasil como colonos, não com a denominação de escravos. Em sua perspectiva, estes não eram bárbaros, mas populações civilizadas e aptas a trabalhos qualificados, como a mineração.¹⁷ É nítido o esforço de Quirino em ressaltar as qualidades positivas e as contribuições relevantes dos africanos e seus descendentes. O intelectual posicionou-se favorável à mestiçagem, pois acreditava que as características positivas dos africanos pudessem ser transmitidas para diferentes gerações, ao contrário do pensamento de Nina Rodrigues.

A influência de Rodrigues pode ser percebida no trabalho de seu discípulo, Arthur Ramos (1903-1949)¹⁸, também médico, mas que abandonou a perspectiva racialista de seu mestre, e por influência da obra do antropólogo norte-americano Melville J. Herskovits¹⁹, adotou um novo conceito de cultura e relatividade cultural. Por meio desta nova abordagem e da utilização de

¹⁵ MOURÃO, Fernando Augusto de Albuquerque. “Reprise” da África no Brasil. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos da USP*: São Paulo, 1 (1), 1978, p. 7.

¹⁶ BELTRÁN, Luís. *O Africanismo Brasileiro*. Recife: Pool, 1987, p.17

¹⁷ QUIRINO, Manuel Raimundo. *A raça africana e os seus costumes na Bahia. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia*. Salvador, 1916; QUIRINO, Manuel Raimundo. *O colono preto como fator da civilização brasileira*. Imprensa Oficial do Estado da Bahia, 1918. Por seu caráter de raridade bibliográfica e importância para os estudos sobre o negro brasileiro, este texto foi republicado em formato digital pela *Revista Afro-Ásia*, número 13, 1980. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n13_p143.pdf.

¹⁸ RAMOS, Arthur. *O Negro Brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934; RAMOS, Artur. *As Culturas Negras no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937; RAMOS, Artur. *O negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

¹⁹ Melville J. Herskovits foi um antropólogo estadunidense que contribuiu para a criação dos estudos africanos e afro-americanos nos EUA. Ele foi aluno de Franz Boas, que é considerado o “pai” da antropologia norte-americana e um dos pioneiros da antropologia moderna.

instrumentos metodológicos inovadores, como psicologia e etnologia, Ramos despontou nacionalmente como pesquisador.

Apesar de refutar as teorias raciais e evolucionistas, e de caracterizar a África como um mosaico cultural composto por grupos heterogêneos, o autor, assim como seu antecessor Nina Rodrigues, não conseguiu se desvencilhar da hierarquização e classificação das populações africanas, que em sua visão estavam basicamente divididas em dois grupos: sudaneses (iorubás ou nagôs e jêjes) e bantu (angolas, cabindas, benguelas, congos). Arthur Ramos se dedicava a temática da religiosidade, abarcando outros cultos além do candomblé, adentrando também no universo da psiquiatria, em diálogo com sua formação médica. Nesta área, pesquisava, em conexão com a antropologia, os “efeitos” da escravidão na população negra e os danos causados pelo racismo científico.

A escola feita por Nina Rodrigues também marcou presença nos escritos de Edison de Souza Carneiro (1912-1972), um dos primeiros pesquisadores a escrever sobre o Quilombo dos Palmares. Entretanto, sua principal linha de pesquisa centrou-se nas religiosidades afro-brasileiras, em especial o candomblé.²⁰

Carneiro dedicou-se muito a pesquisas sobre sincretismo religioso, o que, de acordo com Oliveira, era visto sob uma perspectiva negativa pelo autor, pois ameaçava a pureza da religiosidade de origem africana:

Por outro lado, para Édison Carneiro, o sincretismo representa “degeneração” sim, mas “degeneração” da africanidade, pois não foi somente com o catolicismo que se verificou a obra do sincretismo na Bahia. Mas foi o catolicismo a influência predominante. E, já agora, há mais uma modalidade inesperada de sincretismo, – a sessão de caboclo, onde predominam as práticas espíritas sobre o ritual fetichista.²¹

A perspectiva do autor também era nagocêntrica, pois acreditava que a religião autêntica viera ao Brasil através dos grupos iorubás, e que a pureza restringia-se a poucos terreiros de candomblé em Salvador. O nagocentrismo não pautou apenas a produção brasileira, influenciando sobremaneira pesquisas de autores estrangeiros, como Pierre Verger e Roger Bastide. Segundo Oliveira Júnior, também apresentou reflexo nas primeiras ações do Centro de

²⁰ CARNEIRO, Edison de Souza. *Negros Bantos*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1937; CARNEIRO, Edison de Souza. *O Quilombo dos Palmares*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1947; CARNEIRO, Edison de Souza. *Candomblés da Bahia*. Editora Museu do Estado da Bahia: Salvador, 1948; CARNEIRO, Edison de Souza. *Religiões Negras*. Editora Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1936.

²¹ OLIVEIRA, Arilson S. de. Roger Bastide e a Identidade Nagocêntrica. *Sankofa*, p. 87.

Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, como, por exemplo, nas diretrizes de pesquisa voltadas para o estudo do candomblé nagô e o ensino da língua ioruba.²²

Um dos mais proeminentes pesquisadores na década de 1930, Gilberto Freyre (1900-1987), autor de duas obras clássicas do período: *Casa Grande & Senzala*, de 1933 e *Sobrados e Mocambos*, publicada em 1936²³, sugeriu que a mestiçagem, antes condenada, era a marca característica da identidade nacional brasileira. Freyre manteve o elo luso em sua pesquisa, reforçando a importância de Portugal na constituição do Brasil, mas abriu espaço para a contribuição das populações indígenas e africanas, mesmo que em menor proporção, pois para ele, o protagonismo era português e, os africanos, coadjuvantes neste contexto histórico. Gilberto Freyre entendia a mestiçagem como algo positivo, a ser incentivado, posicionamento importante para a criação do mito da democracia racial. Segundo o autor, a miscigenação proporcionava a convivência harmoniosa das três raças que construíram o país (indígena, africana e europeia).

Em *Casa Grande & Senzala*, Freyre evidenciou a importância da obra de Franz Boas para a compreensão acerca da distinção entre raça e cultura, evidenciando a forte perspectiva culturalista da sua obra. De acordo com Leila Hernandez:

A história social da escravidão de Freyre é um campo da cultura e da interação social presente no processo da reconstrução de um discurso que parte da instabilidade econômica e de uma sedimentação social fluida, própria do processo de desagregação de um sistema escravocrata que facilitou a miscigenação. Ao ter presente a dinâmica da africanização e da desafricanização, Freyre voltou seu olhar para as mestiçagens e trocas culturais e simbólicas que costuraram as diferenças, resultando em complexas formas de adaptabilidade.²⁴

A relação entre Freyre e o conceito de Franz Boas constitui ponto polêmico, pois para alguns autores, ele entendia raça a partir de uma perspectiva cultural, e não biológica. No ponto de vista de José Maria Nunes Pereira, Freyre distorceu o conceito de Boas, de quem foi aluno, ao generalizar e atribuir características psicológicas a cada grupo racial, pois para Franz Boas o meio social distinguia as populações, e não a raça, visto que esta inexistia.²⁵ Esta generalização de características das populações aparece em Freyre em suas obras seguintes, sendo o português colonizador, idealizado, um herói dos trópicos. Segundo o autor, a constituição deste sujeito já

²² OLIVEIRA JUNIOR, *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*, p. 123-124.

²³ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.; FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

²⁴ HERNANDEZ, Leila Leite. História da África no Brasil. *Cerrados* (UnB. Impresso), v. 19, p. 231-242, 2010, p. 222.

²⁵ PEREIRA. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986)*, p. 57.

seria mestiça devido a sua “bicontinentalidade”²⁶ e a convivência com judeus e árabes. Essa formação multicultural o tornava flexível e disposto a conhecer e conviver com novas culturas, as quais se sujeitavam ao seu domínio.

Nas obras posteriores de Gilberto Freyre, verificamos a continuação da idealização do português, que afirmava a flexibilidade da população portuguesa em se adaptar a outros locais, em especial aos trópicos, e que a capacidade dos homens portugueses de miscigenar e absorver trocas culturais criou uma “civilização inter-racial nascida no espaço de colonização portuguesa”²⁷. Apesar não haver uma unanimidade acerca do início da difusão de lusotropicalismo em Portugal²⁸, é consensual entre pesquisadores que as ideias de Freyre contribuíram como base teórica para tal conceito.

Este segundo momento da produção de Freyre ocorreu a partir da década de 1950, período em que sua obra no Brasil já estava totalmente desacreditada, mas sua projeção permitiu contatos estreitos com o governo português. A convite de Portugal, o autor viajou a cinco “províncias ultramarinas” portuguesas (Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), entre 1951 a 1952, resultando na publicação de dois livros: *Aventura e Rotina* (1953) e *Um brasileiro em Terras Portuguesas* (1953). Para Pereira:

Neles, ao mesmo tempo, o luso-tropicalismo é aplicado ao particular das colônias portuguesas e ao contexto do início dos anos 50, tendo se constituído num instrumento de propaganda extremamente eficaz nas mãos do colonialismo português, em especial através de seus representantes na ONU, após o início das guerras de independência das colônias portuguesas na África, em 1961. Angola, por exemplo, é apresentada como um “futuro Brasil”, desde que fosse dado tempo ao colonialismo português para realizar essa transformação.²⁹

Estas duas publicações de Freyre foram e são severamente criticadas, tanto no Brasil quanto no exterior, por seu caráter explicitamente parcial e enaltecedor do império português ultramarino, em um contexto de denúncias contra a exploração portuguesa e a luta pela independência das colônias africanas. Mas, ambas representam um marco, pois tratam-se das primeiras produções brasileiras que abordam exclusivamente a África contemporânea, mesmo

²⁶ ARAUJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005, p. 9.

²⁷ PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e o lusotropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951–1974). *Revista UFG*, Junho 2009, Ano XI nº 6, p. 152.

²⁸ CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.

²⁹ PEREIRA. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986)*, p. 54.

não proporcionando aos africanos a posição de protagonistas, lugar que, para Freyre, pertencia aos portugueses.

Nina Rodrigues escreveu sua obra no começo do século XX, material publicado somente em 1933, mesma década em que Arthur Ramos, Edison Carneiro e Gilberto Freyre publicaram seus trabalhos. Como explicitamos anteriormente, em alguns momentos a questão da identidade nacional foi uma preocupação para o governo, e na década de 1930 o golpe de Estado que colocou Getúlio Vargas na presidência do Brasil trouxe novamente o assunto à tona.

Novas perspectivas apontadas pelos supracitados autores e eventos como o 1º Congresso Afro-Brasileiro, realizado em 1934, em Recife (organizado por Gilberto Freyre) e o 2º Congresso Afro-Brasileiro, que ocorreu em 1937 na Bahia (organizado por Edison Carneiro e Arthur Ramos), contribuíram para o aumento das pesquisas e o destaque dado ao tema. Estes dois Congressos tomaram demasiada importância por influenciarem as pesquisas desenvolvidas nos Centros de Estudos Africanos, em especial no CEAO; e, pela primeira vez congregaram a academia e as comunidades religiosas de origem africana, união esta que se manteve nos cursos de línguas africanas ofertadas pelo Centro, em especial o iorubá.

Cabe ressaltar que estes autores da década de 1930 pesquisaram e escreveram ainda sobre um viés racista. A questão da mestiçagem, com Nina Rodrigues em 1906, considerada um problema, na década de 1930 se tornou a solução para a identidade nacional brasileira, consolidando o imaginário da democracia racial cunhada por Freyre. Zamparoni afirma que, para Rodrigues, Carneiro e Ramos:

África surge não como constituindo um objeto próprio de estudo, com sua especificidade e historicidade, mas como complemento à compreensão da dita "questão negra", como uma ferramenta para o entendimento e elaboração de uma imagem de povo, para a formação do caráter nacional brasileiro.³⁰

Nestes trabalhos destas primeiras décadas, não há uma clara distinção entre os estudos africanos e afro-brasileiros. Na realidade, eles se confundem e se complementam. O que hoje pode ser visto como um problema, para a situação da época, poderia ser considerado um grande avanço, pois esta falta de delimitação proporcionou a criação de ambos os campos de conhecimento. Sendo assim, apesar das mudanças na abordagem e na metodologia desde Rodrigues até Freyre, a questão da mestiçagem enfatizava a centralidade da raça, assim como o “problema do negro”, neste primeiro momento dos estudos africanos/afro-brasileiros no Brasil.

³⁰ ZAMPARONI, Valdemir D. Os estudos africanos no Brasil. *Veredas: Rev. Educ. Pública*, Cuiabá, v. 4, n. 5, jan./jun. 1995, p. 13.

Década de 1960: a institucionalização dos estudos africanos no Brasil

Durante as décadas de 1940 e 1950, Gilberto Freyre manteve laços com o governo de Portugal. Neste contexto, o colonialismo português relutava em abdicar e conceder independência a suas colônias africanas, e o Brasil se mantinha diplomaticamente alinhado às ações lusitanas.

Na academia, perdeu-se o interesse pelos africanos, e o foco enveredou-se para os estudos sobre “o negro” e as relações raciais. Beatriz Mamigonian pontua que “aos poucos, o interesse pelos africanos de primeira geração se transferiu para os ‘negros’ em geral e se diluiu em tais investigações de uma ‘cultura negra’ genérica”.³¹

A produção de destaque ocorreu através da nova geração da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, integrada pelos discípulos de Roger Bastide: Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e outros. Os estudos afro-brasileiros dominaram o cenário nacional principalmente com a temática da escravidão, a partir de análises estruturais de aspectos econômicos e políticos do tráfico e da escravidão.³² Pesquisas sobre as práticas religiosas afro-brasileiras, em geral de cunho etnográfico, também prevaleceram no cenário.³³

Alberto da Costa e Silva³⁴ avalia que, em finais da década de 1950 e início de 1960, três livros recolocaram o continente africano em evidência no ambiente acadêmico brasileiro: *O Brasil e o mundo ágio-africano*, de Adolpho Justo Bezerra de Menezes (1956); *África: colonos e cúmplices*, de Eduardo Portella (1961); e *Brasil e África: outro horizonte – volumes 01 e 02*, de José Honório Rodrigues (1964, 1ª edição 1961).

Adolpho Justo Bezerra de Menezes era formado em Ciências Jurídicas e Sociais e tornou-se diplomata de carreira. Seu livro era voltado para o campo diplomático, o que caracterizou sua escrita com menor preocupação com o tratamento e a análise de fontes do que o trabalho do historiador. Como fonte, o autor utilizou poucas referências bibliográficas, não indicando os documentos históricos utilizados para contextualizar a situação política dos países africanos e asiáticos abordados.

³¹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. *Topoi* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, n.9, p. 33-53, 2004, p. 35.

³² HERNANDEZ, Leila Leite. História da África no Brasil, p. 224.

³³ MAMIGONIAN, 2004, p. 35.

³⁴ COSTA e SILVA, Alberto da. A história da África e sua importância para o Brasil. In: *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 239.

Menezes examinou questões atuais da década de 1950, momento da independência de diversos países africanos (Líbia, Marrocos, Tunísia, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Sudão) e ponderou que estes ocupariam papéis relevantes no futuro e, por isso, mereciam atenção do Brasil. O estudioso também teceu críticas ao governo brasileiro, que, em sua opinião, deveria se estabelecer como liderança dos novos Estados e criar uma política externa inovadora, contrária ao colonialismo.³⁵

Eduardo Portella escreveu seu livro *África: colonos e cúmplices*, em tom de crítica mais dura do que Menezes, fazendo sérias acusações ao descaso do Ministério das Relações Exteriores em projetar uma política para os países africanos, atitude do MRE que denominou de racista e conservadora.³⁶ O baiano Portella era crítico literário e ligado ao candomblé, tendo atuado como coordenador do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos – IBEAA, fundado em 1961, ano de publicação de sua obra.

Dos três livros, o de José Honório Rodrigues obteve maior notoriedade. Único historiador de ofício dentre os três, tinha concepções claramente anticolonialistas. O autor abordou 400 anos de relação entre o Brasil e o continente africano, desde a escravidão até a posição brasileira perante a ONU nas questões do colonialismo português, a qual criticou veementemente, e utilizou como fontes uma ampla documentação, desde documentos oficiais do Brasil Colônia e do Ministério das Relações Exteriores do século XX, até entrevistas e publicações estrangeiras.

Diferentemente de Gilberto Freyre, Rodrigues defendeu que a contribuição africana foi consideravelmente maior que a portuguesa para a constituição do Brasil. Para o autor, o projeto de miscigenação, ao falhar em África e ser bem-sucedido no Brasil, demonstrou ser necessário mais do que a pré-disposição portuguesa para a vida nos trópicos, como romantizou Freyre. O sucesso da miscigenação racial brasileira, em sua perspectiva, atribuíu-se à escravidão, criadora de uma conjuntura social na qual as mulheres negras, demograficamente em maior número do que as mulheres brancas, eram submetidas à violência sexual por homens portugueses, gerando filhos considerados mestiços. Deste modo, a miscigenação ocorria sem nenhuma “glória” ao espírito aventureiro português, como era defendida por Freyre.³⁷

³⁵ MENEZES, Adolpho Justo Bezerra. *O Brasil e o Mundo Ásio-africano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1960, p. 229.

³⁶ PORTELLA, Eduardo. *África: colonos e cúmplices*. Rio de Janeiro: Prado, 1961, p. 137.

³⁷ RODRIGUES, José Honório Rodrigues. *Brasil e África: outro horizonte*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, 2ª edição, p. 55.

Rodrigues apresentou sua obra publicada em três edições (1961, 1964 e 1982), ampliadas e revisadas constantemente, atualizando assim os desdobramentos das independências das colônias africanas e do posicionamento do governo perante estas. Os livros de Rodrigues, Portella e Menezes marcaram o início da grande euforia que envolveu e propiciou o processo de institucionalização dos estudos africanos na década de 1960. Ressaltamos que a institucionalização dessa área de estudos ocorreu no Brasil, neste momento, a partir de dois fatores: o interesse do Governo Jânio Quadros pelas independências africanas - que propiciou a abertura das primeiras embaixadas em países africanos e o investimento em pesquisas sobre o tema -, e a fundação de três centros de estudos africanos no país.

O ano de 1960 foi nomeado pela UNESCO como “ano da África”³⁸, marcado pela independência de 17 nações africanas. Estas transformações em África foram amplamente divulgadas na imprensa brasileira, conduzindo diversos intelectuais a voltarem seus olhares para o continente. Como afirma Jerry D`Avila, só com o processo de “descolonização africano é que os intelectuais brasileiros se apressaram para atravessar o Atlântico. A descolonização passou a ser o centro das atenções de uma geração de nacionalistas culturais e econômicos”.³⁹ Apesar da importância dada pela UNESCO, naquele momento, a África ainda não era uma das prioridades da agenda internacional do Brasil.

Então, nesse contexto, e com a posse do presidente Jânio Quadros, em 1961, o governo brasileiro passou a aproximar-se do continente africano, apoiando a criação dos três primeiros centros de pesquisa sobre África e Ásia em três importantes universidades brasileiras. São eles: Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) junto à Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundado em 1959; o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), fundado em 1961, e transformado em Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) em 1973, junto à Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro (UCAM); e, por fim, o Centro de Estudos e Cultura Africana junto à FFLCH/USP (1963), hoje denominado Centro de Estudos Africanos (CEA).

Para Pereira, além do contexto político evidenciando o continente africano, um dos motivos da criação dos Centros foi o envolvimento prévio, mas não necessariamente acadêmico, de seus fundadores com os países africanos, principalmente Angola e Nigéria.⁴⁰ Além disso, produções como as de Nina Rodrigues e a Escola Baiana, e eventos como os Congressos Afro-

³⁸ PEREIRA. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986), p. 84.

³⁹ D'ÁVILA. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 14.

⁴⁰ PEREIRA. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986), p. 83.

Brasileiros, reforçavam a influência do negocentrismo e dos terreiros de candomblé. Por isso, não se trata de coincidência a Bahia ser local da fundação do primeiro Centro de Estudos Africanos, o CEAO/UFBA, em 1959, haja vista conformar o estado com os terreiros mais expressivos; Salvador, a cidade com a maior população negra do país e também o expressivo número de pesquisadores interessados no tema.⁴¹

Este Centro de pesquisa foi criado por Agostinho da Silva, filósofo português exilado no Brasil desde 1944, em razão das perseguições sofridas pelo regime ditatorial de Salazar.⁴² Antes de dirigir o CEAO, atuou como conselheiro do presidente Jânio Quadros nos assuntos africanos do MRE.⁴³ O apoio da UNESCO e do então reitor da Universidade Federal da Bahia, Edgar Rego dos Santos, foi fundamental para o surgimento do Centro e para garantir apoio institucional e financeiro, adotando a denominação Estudos Afro-Orientais já no ato de sua fundação.⁴⁴ Em razão da influência dos terreiros de candomblé, surgiram no CEAO diversas pesquisas com foco religioso negocêntrico e também cursos de língua iorubá. A instituição foi também pioneira na intermediação da cooperação do Brasil com África, enviando pesquisadores e recebendo alunos africanos no primeiro programa deste estilo criado pelo governo federal na gestão de Jânio Quadros (1961).

Por sua vez, o IBEEA, instituído em 1961 como um órgão diretamente ligado à presidência, foi um projeto idealizado por Cândido Mendes⁴⁵, Chefe da Assessoria Internacional da Presidência de Jânio Quadros na época de fundação do Instituto. Ele estava localizado no Ministério da Educação, dentro do Palácio Capanema, no Rio de Janeiro, subordinado diretamente à presidência. O IBEEA foi criado e vinculado ao Ministério da Educação a pedido do presidente, que desejou um órgão de pesquisa sobre África que não sofresse a influência do lobby português que pairava sobre o Ministério das Relações Exteriores. Assim, o Instituto

⁴¹ REIS, Luiza Nascimento dos. *O Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)*. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador, 2010. p. 18.

⁴² D'ÁVILA. *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950 – 1980*, p. 36.

⁴³ PEREIRA, José Maria Nunes. Os Estudos Africanos na América Latina: Um estudo de caso. O centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA). In: *Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro*. Córdoba; Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e CEA-UNC, Centro de Estudios Avanzados-Universidad Nacional de Córdoba, 2008.

⁴⁴ OLIVEIRA JUNIOR, *Agostinho da Silva e o CEAO: a primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil*, p. 117.

⁴⁵ Cândido Antônio José Francisco Mendes de Almeida nasceu no Rio de Janeiro, em 1928, e advém de uma família com títulos de nobreza ligados ao Vaticano. A família Mendes de Almeida criou no Rio de Janeiro, em 1906, a Escola Técnica de Comércio Cândido Mendes, que em 1919 abriu seu primeiro curso de ensino superior e desde então foi se expandindo até tornar-se uma universidade na década de 1960.

elaborou projetos para Política Externa Independente, inaugurada por Quadros, para as relações exteriores do Brasil com os novos países independentes da África.⁴⁶ Segundo Pereira, após o golpe civil-militar de 1964, esta assessoria passou a ser comandada pelo Itamaraty, extinguindo-se no mesmo ano.

Em 1973, Cândido Mendes retomou o projeto do Instituto, porém em novos moldes, a partir de então vinculado à Universidade Cândido Mendes, chamando-se Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), movimento auxiliado por José Maria Nunes Pereira, empossado diretor-assistente do CEAA. A relação de Pereira com África data do início de sua formação nas universidades do Porto e de Coimbra, em Portugal, onde militava pela independência das colônias portuguesas.⁴⁷

Em sua primeira fase, a meta principal era colaborar com o Itamaraty no desenvolvimento de relações culturais com África e Ásia. Contudo, a dinamicidade inicial foi sufocada pelas novas diretrizes da ditadura civil-militar. Posteriormente, já transformado em CEAA, ofereceu cursos e disseminou informações sobre o continente africano através de sua revista, denominada *Estudos Afro-Asiáticos*. As pesquisas, cursos e publicações inicialmente possuíam temas introdutórios como *Apartheid*, colonialismo, lutas de libertação, racismo, dentre outras temáticas afins. No decorrer dos anos, os assuntos abordados se modificaram, abrangendo questões de política externa brasileira e relações com África. Com apoio de financiamentos externos à Universidades, pesquisas de campo foram realizadas no continente africano e a revista do CEAA tornou-se referência consolidada, ganhando circulação internacional.⁴⁸

Já o Centro de Estudos Africanos (CEA) da USP, fundado em 1965 por Fernando Augusto Albuquerque Mourão e Ruy Galvão de Andrada Coelho, estava vinculado, inicialmente, ao departamento de Sociologia, denominado de Centro de Estudos e Cultura Africana. Em 1968, integrou-se à universidade, para além da representação que possuía dentro do departamento de Sociologia, tornando-se interdisciplinar e interdepartamental, momento em que passou a ser denominado Centro de Estudos Africanos.

⁴⁶ PEREIRA. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986), p. 287.

⁴⁷ _____. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986), p. 85.

⁴⁸ PEREIRA. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986), p. 107.

Mourão escreveu a primeira dissertação de mestrado brasileira sobre África, intitulada *A sociedade angolana através da literatura: a Luanda na obra de Castro Soromenho*, defendida em 1969 no departamento de Sociologia, e orientada por Ruy Coelho, que o auxiliou a fundar o CEA. O interesse do autor por África era anterior a sua trajetória na USP, surgindo no período de estudos e formação em Portugal na década de 1950, quando os movimentos de libertação dos países africanos de expressão portuguesa eram o principal acontecimento e preocupação de Portugal.

O entrelaçamento de Mourão com as propostas de independência implicou em perseguição política do governo de Salazar, e ele só conseguiu retornar ao Brasil graças ao auxílio do governo de Juscelino Kubitschek. A partir da década de 1970, o autor colaborou na gestão diplomática do Itamaraty, viajando com delegações governamentais brasileiras para África, como por exemplo, na ida ao Festival de Arte e Cultura Africana (FESTAC) na Nigéria, em 1977.⁴⁹

O CEA, através das grades disciplinares de vários departamentos do Centro Interdepartamental/Intraunidade da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, desde sua fundação, ofereceu diversos cursos, recebendo grande fluxo de alunos africanos. A importância do CEA pode ser percebida pela grande produção acadêmica, uma vez que é o centro de estudos africanos brasileiro com maior produção de teses e dissertações sobre África.

A década de 1960 representou um novo e notável momento para os estudos africanos no Brasil, período de institucionalização, a partir da criação dos primeiros centros de estudos dedicados ao tema, um marco devido ao reconhecimento acadêmico obtido com a oficialização e a existência legal dentro das universidades às quais se vincularam, garantindo estrutura oficial e acadêmica para pesquisas antes esporádicas.

Além disso, o destaque propiciado pelas independências de diversos países africanos colocou o continente em pauta tanto na academia quanto na política. Naqueles primeiros anos pós-Independência, o governo brasileiro preocupou-se em criar embaixadas e estabelecer relações comerciais e diplomáticas com África. O enfoque ultrapassou o interesse de universidades e do governo, pois, de acordo com Bittencourt e Correa, “esse interesse pela África não foi somente acadêmico. Entre artistas, escritores e estudiosos da cultura brasileira, houve uma busca consciente pela África”⁵⁰.

Infelizmente, a grande euforia da primeira metade da década de 1960 foi sufocada pelos anos iniciais do golpe civil-militar, que encerrou os projetos encaminhados por Jânio Quadros em

⁴⁹ _____. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEEA (1973 – 1986), 2008.

⁵⁰ BITTENCOURT; CORREA. *África e Brasil: uma história de afastamentos e aproximações*, p. 12.

relação ao continente africano. As novas diretrizes políticas refletiram diretamente nos centros de estudos africanos, cujos recursos pagos pelo governo foram suspensos, em especial do Ministério das Relações Exteriores e da Educação. O fechamento do IBEEA, ainda em 1964, representou as medidas tomadas pelos tempos sombrios da ditadura brasileira.

Outro duro golpe sofrido foi a Reforma Universitária de 1968⁵¹, quando se extinguiu o sistema de cátedras nas universidades públicas do Brasil, sendo substituídos por departamentos. Deste modo, laboratórios e centros de pesquisa, antes interdisciplinares, foram esvaziados com a realocação dos professores em distintos setores. De acordo com Márcia Guerra, a sociedade acadêmica ansiava pela reforma, uma vez que:

A seriedade do perfil acadêmico da Cátedra granjeava o reconhecimento do seu trabalho junto aos estudantes que, além de assistirem as aulas também compareciam às palestras e seminários organizados pelo grupo. As prerrogativas constitucionais asseguradas à Cátedra permitiam que ela pudesse desenvolver seu trabalho com tranquilidade, desde que este não viesse a conflitar com as especialidades dos outros catedráticos. Este mesmo reconhecimento tornou as limitações impostas pela estrutura universitária de então, impossíveis de serem seguidas à risca e, cada vez maior a pressão para que fossem ultrapassadas as barreiras.⁵²

Deste modo, as cátedras em história foram substituídas pela divisão quadripartite francesa: Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, permitindo que temas como História do Brasil ou História da África fossem abordados por diferentes professores, em distintos contextos e enfoques, para além do catedrático. Por outro lado, esta divisão eurocêntrica automaticamente excluía a História da África do currículo, tornando-se uma opção do professor inserir ou não o tema em sua disciplina e abordagem.

Para os estudos africanos, a década de 1960 foi um momento intenso. Foi neste período que os primeiros CEAs (centros de estudos africanos) foram fundados e que o tema voltou a despertar interesse no âmbito acadêmico e político. Contudo, desafios para manutenção destas conquistas também foram postos através das mudanças decorrentes nas diretrizes governamentais da ditadura e com a Reforma Universitária.

⁵¹ PEREIRA, Marcia Guerra. *História da África, disciplina em construção*. 2012. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012, p. 66.

⁵² _____. *História da África, disciplina em construção*, p. 94.

Movimento Negro e o afrocentrismo nas décadas de 1970 e 1980

O Movimento Negro Unificado, desde sua fundação, na década de 1970, apresentou constante preocupação com a educação, inserindo o tema em pauta e uma agenda de encontros, fóruns e seminários específicos para debater o assunto⁵³. Neste período, o Movimento Negro ganhou força junto aos demais movimentos sociais reprimidos pela ditadura que começaram a lentamente se reorganizar/reestruturar. E, além disso, acontecimentos internacionais, como os movimentos de libertação de países africanos e a luta pelos direitos civis nos EUA contribuíram para o impulso do movimento.⁵⁴

A década de 1970, no Brasil, propiciou um momento marcadamente diverso, influenciado principalmente pelo fato de que as forças democráticas, após anos de exceção imposta pelos governos militares, começavam a se articular no país. A sociedade civil organizada se fazia presente na cena da redemocratização. Assim, movimentos sociais, tais como o feminista, sindical e o negro, passaram a dar voz, mais audível, às suas demandas. Era o período das insurgências populares contra a ausência de democracia.⁵⁵

Neste contexto de renovação, surgiram na década de 1970 diversas organizações de luta contra o racismo, denominadas Movimento Negro, nos mais variados estados do país como Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. No Rio de Janeiro, uma das grandes organizações foi a Sociedade de Intercâmbio Brasil África (SINBA), fundada em 1974; a mais conhecida de todas, criada em 7 de julho de 1978 em São Paulo, foi o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, em seguida renomeado de Movimento Negro Unificado. Na agenda, a principal demanda e objetivo era o combate ao racismo e à discriminação racial, perspectiva alinhada à pauta de âmbito mundial.

Consideramos válido enfatizar que, para o conceito de Movimento Negro, diversas definições plausíveis podem ser utilizadas, constituindo a de Regina Pahim Pinto uma das possíveis, a partir da qual compreende-se que:

Configura-se como movimento negro o conjunto das iniciativas de natureza política (*strictu sensu*), cultural, educacional ou de qualquer outro tipo que o negro vem tomando, com o objetivo deliberado de lutar pela população negra e

⁵³ CARDOSO, Marcos. *O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2. ed., 2011, p. 55.

⁵⁴ PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013, p. 319.

⁵⁵ SILVA, Joselina. Jornal SINBA: a África na construção identitária brasileira dos anos setenta. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Orgs.) *O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos da democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 185.

de se impor enquanto grupo étnico na sociedade, independentemente da estratégia utilizada nessa luta.⁵⁶

No entendimento de Karin Sant'Anna Kössling, o Movimento Negro (MN) recebeu diversas influências internacionais que motivaram e moldaram o modo de conduzir o combate ao racismo no Brasil.⁵⁷ Até o final da década de 1970, a agenda do movimento era voltada para as lutas de libertação dos países de expressão portuguesa, tendo Amílcar Cabral como grande liderança e seus textos como referência para grupo de discussões. O MN estadunidense e as lutas pelos direitos civis conformaram referência para os brasileiros a partir de 1980, assim como suas principais lideranças: Panteras Negras, Malcolm X, Martin Luther King, Angela Davis, etc.

O Pan-africanismo, o movimento da Negritude e as lutas pela independência dos países africanos também influenciaram o MN, tornando-se pauta de reuniões, congressos e protestos no Brasil. Como afirma José Maria Nunes Pereira, um dos fundadores do CEAA/UCAM: “nesse ambiente político, ideologias como o pan-africanismo e a negritude bem como o anti-imperialismo terceiro-mundista eram pertinentes para os africanos e para nós”.⁵⁸ Hédio da Silva Júnior pondera a existência de três correntes de pensamento que influenciavam o MN naquele momento:

Podemos identificar três matizes de pensamento no discurso da geração que se engaja no movimento negro nos anos 1970 e 80. [...] Você tem o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que sempre mobilizou a atenção da militância; você tem as lutas independentistas no continente africano, sobretudo, até pela facilidade da proximidade linguística, nos países lusófonos, notadamente Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau. E, por fim, o movimento pela *negritude*, que a rigor sempre foi um movimento literário na verdade, um movimento cultural de intelectuais de África e das Antilhas que se encontram em Paris nos anos 30 do século passado e que vão formular ideias a respeito do que seria ocidentalismo e orientalismo na perspectiva africana, nos valores africanos.⁵⁹

A luta pelos direitos civis estadunidenses influenciou sobremaneira o pensamento e a formação dos militantes.⁶⁰ Contudo, de acordo com Kössling, o movimento da Negritude também foi fundamental na formação do pensamento da militância afro-brasileira:

⁵⁶ PINTO. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*, p. 31.

⁵⁷ KÖSSLING, Karin Sant'Anna. Olhares sobre a África: temas dos movimentos negros brasileiros sob vigilância do DEOPS-SP (1964-1983). *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 30, nº 1/2/3, Jan-Dez 2008, p. 133.

⁵⁸ PEREIRA. *Os Estudos Africanos no Brasil e as relações com a África* – um estudo de caso: o CEAA (1973 – 1986), p. 288.

⁵⁹ SILVA JÚNIOR, Hédio. Entrevista concedida ao CPDOC. In: ALBERTI, Vera; PEREIRA, Amílcar Araújo (org). *Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007, p. 69.

⁶⁰ ALBERTI, Vera; PEREIRA, Amílcar Araújo. Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 39, jan-jun de 2007, p. 32.

[...] os militantes apropriaram-se da denominação “negritude” tanto em seus discursos quanto em suas produções literárias, mesmo os que não seguiam as formas apresentadas nos movimentos dos africanos em Paris ou nas Antilhas. A “negritude” no Brasil visava à (re)leitura das heranças culturais de origem africana e às qualificações sociopolíticas positivas de se assumir como afro-brasileiro.⁶¹

Culturalmente, o momento também evidenciou destaques com a *soul music*, os bailes *Black*, o Olodum, a estética do cabelo *black power*, os grupos de teatro e a tentativa de resgate cultural da *Mama África*, ou seja, do continente africano como lugar das raízes, onde os militantes foram à procura de novos referenciais culturais. De acordo com Vera Alberti e Amílcar Pereira, estas manifestações culturais e artísticas objetivavam a elevação da autoestima das populações negras, além de despertá-las para a luta antirracista no Brasil.⁶²

A herança africana do Brasil pretendia ser resgatada pelo Movimento Negro como instrumento de combate ao racismo e valorização do “ser negro” no país. Por isso, além da adoção de valores estéticos negros, heróis africanos ou de descendência africana tornaram-se símbolos importantes, e seus pensadores e filósofos lidos avidamente. Leopold Senghor, Frantz Fanon, Agostinho da Silva, Amílcar Cabral, Samora Machel, Malcolm X, Angela Davis e Martin Luther King transformaram-se em referência, e foram estudados tanto nas reuniões do MN quanto na academia.⁶³ Diversos setores do movimento, como o Centro de Cultura Negra no Maranhão, organizavam reuniões periódicas para leitura e discussão destes autores mencionados.⁶⁴

Muitos destes militantes, como Fábio Leite⁶⁵, Júlio Braga Santana⁶⁶ e Rafael Sanzio Araújo dos Anjos⁶⁷, eram estudiosos do Pan-africanismo e da Negritude, e adaptaram estas leituras para o contexto brasileiro. Eles também estavam inseridos nas universidades, nos centros de estudos africanos, momento em que publicaram artigos e livros sobre África. O Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes abrigou muitas discussões acadêmicas com integrantes do Movimento Negro em suas reuniões semanais aos sábados, chegando a envolver

⁶¹ KÖSSLING, 2008, p. 137.

⁶² ALBERTI, Vera; PEREIRA, Amílcar Araújo. *Movimento negro e “democracia racial” no Brasil*: entrevistas com lideranças do movimento negro. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005, p. 12.

⁶³ _____. Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil, p. 29.

⁶⁴ _____. *Movimento negro e “democracia racial” no Brasil*: entrevistas com lideranças do movimento negro, p. 7.

⁶⁵ LEITE, Fábio Rubens da Rocha. *A questão ancestral*: Notas sobre ancestrais e instituições ancestrais em sociedades africanas – Ioruba, Agni e Senufo. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1982.

⁶⁶ SANTANA, Julio Braga. *Le jeu de Búzios dans le Candomblé de Babia*: étude sur la divination dans les cultes Afro-brésiliens. 1977. Tese (Doutorado em Antropologia) - Université Nationale du Zaïre. Kinshasa, 1977.

⁶⁷ ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para uma África Desmistificada. In: Editora da Universidade de Brasília. (Org.). *Humanidades - Retratos da África*. Brasília - DF: Editora UnB, 1989, v. 22, p. 12-32.

80 pessoas.⁶⁸ Esta participação do MN no CEAA também é refletida nas publicações da *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, que durante este período pautou-se em temas voltados para as independências dos países africanos e questões do terceiro mundo.⁶⁹

Estas influências trazidas e adaptadas, em grande parte pelo MN, para a realidade brasileira tiveram seu início nas décadas de 1950, 1960 e 1970, quando mais de 40 países africanos se tornaram independentes. Este contexto acarretou mudanças profundas no continente, que se estenderam para o modo da historiografia enxergá-lo. De acordo com Oliva:

A fragmentação política do continente forçava a construção de histórias nacionais para cada região “inventada” pelos europeus e reinventada pelos africanos. De uma forma geral, a independência criou, por parte de uma nova elite política e intelectual, a necessidade da elaboração das identidades africanas dentro do continente e desse perante o mundo. Para isso, era imprescindível retornar ao passado em busca de elementos legitimadores da nova realidade e encontrar heróis fundadores e feitos maravilhosos dos novos países africanos e da própria África. Por essa visão, o continente possuiria uma história tão rica e diversificada quanto a europeia.⁷⁰

Nesta conjuntura, historiadores africanos como Joseph Ki-Zerbo e Cheick Anta Diop se dedicaram a escrever a partir de uma nova perspectiva, pautada no ideal de que a História da África possuía grandes civilizações e seus próprios heróis, muito além dos marcos da chegada dos europeus ao continente.⁷¹ Em simetria com o Pan-Africanismo, pretendeu-se elaborar a história de todo o continente, buscando encontrar uma identidade comum aos africanos.

Esta geração trouxe grandes contribuições para a consolidação da História da África como campo legítimo de produção de conhecimento, como a coleção de 8 volumes da História Geral da África, lançada no início da década de 1980, um dos primeiros trabalhos contemporâneos acerca da África subsaariana. Neste contexto, surgiram as primeiras pesquisas com fontes orais, como o do guineense Djibril Tamsir Niane, por exemplo, que escreveu um capítulo sobre o Mali para a Coleção História Geral da África.⁷²

O trabalho de Jan Vansina⁷³, historiador belga, teve um papel fundamental no desenvolvimento de uma metodologia para a credibilidade do uso das fontes orais para a própria

⁶⁸ ALBERTI, Vera; PEREIRA, Amílcar Araújo. Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil, p. 142.

⁶⁹ SCHLICKMANN, Mariana. *A introdução dos estudos africanos no Brasil: 1959-1987*. Curitiba, PR: CRV, 2016, p.59.

⁷⁰ OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África em Perspectiva: Caminhos e descaminhos da historiografia africana e africanista. *Revista Múltipla*, Brasília, v. 10, n. 16, 2004, p. 9- 40, p. 24.

⁷¹ LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos. *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazas, 1995, p. 21-29, p. 23.

⁷² NIANE, Djibril Tamsir. *Sundjata ou a Epopéia Mandinga*. Coleção Autores Africanos. São Paulo: Editora Ática, 1982.

⁷³ VANSINA, Jan. *Oral Tradition as History*. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

defesa da História da África como uma área em si, capaz de produzir pesquisas com rigor historiográfico. A rigidez defendida por Vansina consagrou-se um dos grandes problemas desta historiografia, pois propunha-se uma história semelhante aos grandes feitos europeus, ora enaltecendo aspectos culturais como o Egito Negro de Joseph Ki-Zerbo⁷⁴ ora ressaltando os traumas coloniais.

Nesta perspectiva, o eurocentrismo⁷⁵ deu lugar ao afrocentrismo⁷⁶ e, apesar de os historiadores africanos tomarem lugar de protagonistas do momento, a falta de precisão historiográfica e de um refinamento metodológico para lidar com as fontes orais limitaram avanços nas pesquisas. De “região periférica”, passaria a ser pensada como “região central da humanidade”.⁷⁷ Como afirmou Oliva, os argumentos não estavam equivocados, mas o sentido ideológico e passional dos estudos comprometeu parte das pesquisas e teorias elaboradas.

A perspectiva afrocêntrica, caracterizada principalmente pelos movimentos do Pan-africanismo (estadunidense) e da Negritude (gestado em Paris) pode ser percebida no Brasil a partir de 1970, introduzida por intermédio do Movimento Negro e sua luta contra o racismo. Neste contexto, o MN e as universidades, principalmente através dos centros de estudos africanos, estavam em diálogo constante, uma vez que muitos pesquisadores também eram militantes.⁷⁸

Sendo assim, produções não acadêmicas e acadêmicas do período seguiam a mesma vertente de valorização da África e das populações negras. Autores como Júlio Braga, Henrique L. Alves⁷⁹ e Joel Rufino dos Santos⁸⁰ integraram este quadro, bem como pesquisadores estrangeiros, mas com formação no Brasil, como Kabengele Munanga⁸¹ e Carlos Serrano.⁸² Alves e Munanga evidenciam as influências do Movimento da Negritude nas obras deles. Por sua vez, em Santos, temas recorrentes do movimento negro fizeram-se presentes, como a luta contra o

⁷⁴ KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Volume 1. Portugal: Publicações Europa-América, 1972.

⁷⁵ BARBOSA, Muryatan Santana. Eurocentrismo, História e História da África. *Sankofa*. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, nº 1 jun./2008.

⁷⁶ FARIAS, Paulo F. de Moraes. Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. *Revista Afro-Ásia*, 29/30 (2003), p. 317-343.

⁷⁷ OLIVA. A história da África em Perspectiva: Caminhos e descaminhos da historiografia africana e africanista, p. 18.

⁷⁸ RATTTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA; SILVA, 2009, p. 87.

⁷⁹ ALVES, H. L. *Diálogo da negritude*. Lorena, Centro de Estudos Históricos Gustavo Barroso. CEDIC/PUC-SP, 1965.

⁸⁰ SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é Racismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982; SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo: Editora Moderna, 1985.

⁸¹ MUNANGA, Kabengele. *Negritude*. Usos e Sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

⁸² SERRANO, Carlos Moreira Henrique. *O poder político no reino N'goyo*. Dissertação (Mestrado em Ciência Social) - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1979.

racismo e a exaltação de heróis africanos ou negros, como Zumbi dos Palmares. Já a dissertação de Serrano ressaltou como as organizações sociais africanas eram tão elaboradas quanto as europeias.

Nas décadas de 1970 e 1980 o MN buscava modificar o que era ensinado nas escolas, pois as abordagens reforçavam, por meio dos conteúdos, a invisibilidade ou posições sempre subalternas das populações afro-brasileiras. Desde o final da década de 1970, o MN propunha uma reformulação nos conteúdos do currículo escolar brasileiro, visando inserir conteúdos de História da África, além da valorização da história e cultura afro-brasileira.⁸³

Contudo, neste período, apesar das inovações e mudanças, o racismo científico ainda exerceu influência sobre alguns pesquisadores. As obras *Difícil África Negra* e *Made in África*, respectivamente de Mario Neme e de Luis da Câmara Cascudo também foram influenciadas por essa perspectiva. Ambos escreveram já na década de 1960, e conduziram uma narrativa menos imbuída de tal ideologia, mas constantemente caracterizavam as populações africanas de forma negativa.⁸⁴

Em conclusão, nestas décadas percebemos o crescimento de novos pontos de vista sobre os estudos acerca do continente africano. Estas novas correntes, em especial o Pan-africanismo e Negritude, também foram estudadas no Brasil, em grande parte graças a pesquisadores e militantes do Movimento negro, que as adaptaram para o combate ao racismo e valorização da cultura negra no país. Apesar de o racismo científico ainda influenciar alguns trabalhos naquele momento, são nas décadas de 1970 e 1980 que novos aportes teóricos e metodologias foram empregadas, em um exercício de escrever uma história da África pautada em seu próprio protagonismo e valorização de sua cultura.

Novas perspectivas para os estudos africanos - 1980

A década de 1980, no Brasil, é marcada por uma grande transformação historiográfica, que ocorreu em diversos campos da História, incluindo a de estudos africanos. Novas questões, principalmente atreladas aos movimentos sociais e minorias começaram a ganhar destaque em diversos campos da História. Capelato e Dutra afirmam que o processo de redemocratização no Brasil conectou-se a esta virada, também pontuando:

⁸³ CARDOSO, Marcos. *O movimento negro em Belo Horizonte*, p. 55.

⁸⁴ NEME, Mario. *Difícil África Negra*. São Paulo: Coliseu, 1966; CASCUDO, Luis da Câmara. *Made in África*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Mas também cabe lembrar que, no âmbito internacional, a Revolução, tema central dos debates políticos a partir da Revolução Russa, foi sendo paulatinamente substituído pelo tema da democracia em decorrência da crise dos regimes comunistas e consequente crise do marxismo. No Brasil, esse fenômeno teve sua especificidade, porque ocorreu atrelado à preocupação com a crítica ao regime militar e à reflexão sobre o advento de novas formas de atuação política.⁸⁵

Por sua vez, Margareth Rago afirma que o período de abertura política trouxe demandas de novos grupos sociais, étnicos e sexuais até então excluídos da sociedade; além de um grande florescimento cultural, que se expandiu através do desenvolvimento das telecomunicações no Brasil e do crescimento do mercado editorial.⁸⁶ Jurandir Malerba atribuiu à consolidação dos cursos de pós-graduação papel importante na renovação historiográfica brasileira, que impulsionou a produção acadêmica no Brasil.⁸⁷

A tradução de importantes autores como Michel Foucault, Edward P. Thompson e Walter Benjamin, que levaram mais de uma década para chegar ao Brasil, auxiliou no suporte teórico-metodológico suscitados pelas novas demandas dos sujeitos e temas das pesquisas acadêmicas, e que o marxismo - até então o principal referencial teórico dos historiadores brasileiros - não alcançava.

Outra influência importante foi a Escola de Estudos Culturais, de Birmingham, Inglaterra, que além de Thompson, também era composta por autores como Raymond Williams, Stuart Hall, Richard Hoggart, Michel Foucault e Charles Taylor. Os Estudos Culturais proporcionaram a possibilidade de pesquisar as experiências cotidianas dos homens e das mulheres comuns, suas táticas de sobrevivência e de embate, silenciosas ou não, contra os mecanismos de opressão do poder hegemônico. O historiador estadunidense Robert Slenes ressalta a importância, sobretudo de Thompson e seus estudos sobre a formação da classe operária inglesa, para os trabalhos sobre escravidão no Brasil, pois a obra do historiador inglês marcou sobremaneira um novo olhar a respeito da família escrava, até então negada como forma de organização e constituição de relações pelo estereótipo construído acerca da vida em cativeiro.⁸⁸ Estas influências podem ser

⁸⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir. *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papyrus, 2000, p. 250.

⁸⁶ RAGO, Margareth. A "nova" historiografia brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre: PPGH/UFRGS, v. 7, n. 11, 1999, p. 74.

⁸⁷ MALERBA, Jurandir. Notas à Margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. *Textos de História*, vol.10, n1/2, 2002, p. 197.

⁸⁸ SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2. ed., 2011, p. 49.

percebidas, de acordo com Slenes, principalmente nos trabalhos de Kátia Mattoso, João José Reis, Stuart Schwarcz, Emília Viotti, Manuela Carneiro da Cunha, Luís Filipe de Alencastro, entre outros.⁸⁹

As transformações políticas, os novos cursos de pós-graduação e aportes teórico-metodológicos também influenciaram os estudos africanos no Brasil. As mudanças foram expressas através de novos temas e abordagens advindas de demandas para o entendimento do passado e do presente do continente africano. Questões como a história das mulheres e do gênero, dos trabalhadores rurais e urbanos, das doenças, do saber médico (tradicional e moderno), dos nacionalismos, das lutas armadas, dos conflitos do continente, das técnicas de produção, das diferentes formas de organização social, das diferentes culturas da e na África tornaram-se os novos objetos de estudos.

Tal alteração foi possível devido a uma ampliação das fontes utilizadas e também das novas possibilidades de pesquisas multidisciplinares, trabalhando com outras subáreas de conhecimento como arqueologia, linguística, antropologia e biologia. Novas perguntas, novos aportes teóricos e novas demandas para o entendimento do passado africano acabaram por ampliar e transformar a historiografia sobre África, surgindo assim as primeiras monografias dedicadas a temática.

A inauguração da produção acadêmica brasileira sobre África ocorreu com a dissertação na subárea de Sociologia de Fernando Albuquerque Mourão, em 1969, orientada por Ruy Galvão de Andrada Coelho, entusiasta na criação do CEA da USP nos anos seguintes. O campo de Sociologia da USP foi uma grande produtora de conhecimento sobre o continente africano.

A partir da década de 1980, aumentou o número de monografias realizadas no Brasil dedicadas a temáticas exclusivamente africanas. A primeira dissertação em História foi defendida por Selma Pantoja, em 1987, na Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do professor Ciro Flamarion Cardoso (1942-2013).⁹⁰ Nesse contexto, é importante ressaltar que os cursos de pós-graduação *strictu sensu* foram regulamentados no Brasil em 1965. Até então, havia entre as mais diversas áreas de conhecimento cerca de 30 cursos de pós-graduação no país, nem todos considerados mestrado ou doutorado.⁹¹ Em História, por sua vez, somente em 1971 os cursos de

⁸⁹ SLENES. *Na senzala uma flor*, p. 50.

⁹⁰ Em 1977, Mario Maestri Filho também escreveu uma dissertação na subárea de História da África, realizada em outro país, na Bélgica, na *Université Catholique de Louvain*.

⁹¹ SANTOS, Cássio Miranda dos. Os primeiros passos da pós-graduação no Brasil: a questão da dependência. *Ensaio: aval. pol., públ., educ.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 37, p. 479-492, out/dez. 2002.

pós-graduação foram organizados.⁹² Ou seja, levaram-se 16 anos, após a inauguração da pós-graduação em História brasileira, para a primeira monografia sobre África ser defendida no Brasil.

Como já foi citada anteriormente, a reforma universitária de 1968 foi um duro golpe para o sistema de cátedras nas universidades. Na prática, esta ação significou a perda de autonomia dos laboratórios e núcleos de estudos, que ficaram impossibilitados de oferecer disciplinas ou criar novos cursos de graduação e pós-graduação. A partir daquele momento, qualquer atividade, de pesquisa, ensino ou extensão, realizada pelos centros de estudos, incluindo os CEAs, precisava passar pela aprovação do departamento ao qual o laboratório devia estar obrigatoriamente vinculado.

Entretanto, os departamentos, essencialmente os de Ciências Humanas, foram outros protagonistas importantes, pois as monografias eram defendidas nestes programas, (em especial os de Sociologia, Letras e História); que, neste contexto, aprovaram a criação de disciplinas obrigatórias e optativas sobre África.

A USP, devido aos esforços do CEA, foi uma das primeiras universidades a oferecer disciplinas sobre África. A partir de 1972, os cursos de Ciências Sociais, História e Geografia receberam disciplinas tanto para a graduação quanto para a pós-graduação.⁹³ Na graduação, eram oferecidas para os alunos do primeiro semestre, e na Pós-Graduação, para os do segundo semestre. Os temas das disciplinas também correspondiam aos assuntos mais em voga na década de 1970, como as independências dos países africanos e suas configurações políticas.

Considerações finais

Em conclusão, podemos perceber que, apesar da importância dos CEAs, principalmente na inauguração dos estudos africanos no Brasil, os departamentos e as disciplinas oferecidas por estes formaram academicamente os pesquisadores da área. É visível também, a consonância do Movimento Negro com estes avanços nas universidades, participando de grupos de estudos - principalmente no CEEA/UCAM -, auxiliando na construção e na disseminação de conhecimento acerca do continente africano e transformando seus militantes em pesquisadores acadêmicos.

⁹² FICO, Carlos; POLITO, Roland. A historiografia brasileira nos últimos vinte anos: tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA, Jurandir. *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papyrus, 1996, p. 190.

⁹³ MUNANGA, Kabengele. Estudo e ensino da África na Universidade de São Paulo: atuação do Centro de Estudos Africanos e do professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, São Paulo: número especial 2012:11 -30, p. 19.

Assim, para além das questões estruturais deste primeiro momento dos estudos africanos no Brasil, também evidenciamos as principais correntes historiográficas que permearam a área e que influenciaram a produção nacional. O racismo científico exerceu uma influência de longa duração e pode ser percebido a partir do trabalho de Nina Rodrigues, escrito no começo do século, mas publicado somente na década de 1930; persistindo até a década de 1960 nos livros de Mario Neme (1966) e Luis da Câmara Cascudo (1965). Neste início, o nago-centrismo, recorrente em pesquisas estrangeiras, também marcou as obras brasileiras e foi a principal característica da chamada Escola Baiana. De Rodrigues a Freyre, a questão da raça e mestiçagem foi central para todos os primeiros pesquisadores sobre África do Brasil. Além disso, este momento inicial dos estudos africanos é marcado pela interseccionalidade e falta de delimitação com os estudos afro-brasileiros. Muitos destes primeiros pesquisadores poderiam ter seus trabalhos classificados como pertencentes aos estudos afro-brasileiros. Entretanto, por serem os pioneiros em direcionar um olhar acadêmico ao continente africano, receberam tal título.

Em 1960 ocorreu a criação dos primeiros CEAs, e os pesquisadores se dedicaram sobre o tema não mais através do viés da raça, mais da política, em tom de críticas e denúncias ao colonialismo. Porém, somente nas décadas seguintes é que os autores entraram em contato com metodologias e referenciais teóricos que puderam instrumentalizar um novo modo acadêmico de pesquisa sobre África. O Pan-Africanismo, o movimento da Negritude e dos Direitos Civis nos EUA foram influências importantes, percebidas e adaptadas nos trabalhos de Fábio Leite, Júlio Braga Santana e Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. A coleção História Geral da África, também teve grande impacto no ambiente acadêmico e nos trabalhos de Júlio Braga, Henrique L. Alves e Joel Rufino dos Santos, por exemplo.

Em 1980, autores africanos, europeus e americanos que há mais de uma década já causavam impacto no exterior foram finalmente traduzidos para o português e impressos no Brasil. Eles foram um aporte teórico-metodológico importante para acadêmicos como Selma Alves Pantoja, Mario Curtis Giordani, Letícia Bicalho Canêdo e José Flavio Sombra Saraiva, que tinham objetos de pesquisa tão originais naquele momento que os antigos modelos teóricos não conseguiam abarcar.

Logo, os temas em voga foram se modificando durante o período estudado, assim como os aportes teóricos e correntes de pesquisa. É fato que o difícil acesso a referências bibliográficas foi um empecilho para o desenvolvimento de pesquisas em diversos campos de saber no Brasil. Porém, a produção nacional sobre África superou estas adversidades, se manteve em consonância

com os acontecimentos ao redor do mundo e produziu conhecimento que foi disseminado para além dos muros da academia e causou impacto na sociedade.

As tecelãs na realidade e na obra literária *Parque Industrial* - reflexão sobre papéis, valores e imposições sociais

The weavers in reality and literary book *Parque Industrial* – reflection on roles, values and social impositions

Natália Nogueira de Camargo

Mestre em História

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

nc.natalia22@gmail.com

Recebido em: 05/06/2015

Aprovado em: 29/03/2016

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo não só conhecer melhor as operárias do ramo têxtil que foram entrevistadas como também analisar a construção da identidade de gênero dessas agentes históricas. Além disso, abordará, ainda que de uma forma sucinta, a história de vida dessas trabalhadoras, relacionando sua trajetória de vida com a questão dos papéis e valores destinados às mulheres brasileiras no começo do século XX. De uma forma geral, esse artigo pretende realizar uma abordagem de caráter complementar, discutindo as limitações impostas pela sociedade e enfrentadas pelas nossas entrevistadas no plano micro com as imposições sociais que sofridas pelas operárias no plano macro são retratadas na obra *Parque Industrial* de Patrícia Galvão.

Palavras-chave: Operárias, têxtil, identidade.

Abstract: This paper aims to not only get to know the workers in the textile industry who were interviewed as well as analyze the construction of gender identity of these historical agentes. Furthermore, will discuss, albeit succinctly, the life story of these workers, relating their life stories with the issue of the roles and values for the Brazilian women in the early twentieth century. In general, this article intends to do complementary approach, discussing the limitations imposed by society and faced by our interviewees in the micro plan with social impositions suffered by workers in macro plan are portrayed on the book *Parque Industrial*, whose author is Patrícia Galvão.

Keywords: Workers, textile, identity.

Antes de realizar tal abordagem, discorreremos sobre uma importante luta que uniu mulheres de diferentes setores sociais, constituindo um elemento imprescindível para a

construção da identidade das mulheres nesse período- o voto feminino. Para Thompson, a classe acontece quando os homens articulam seus interesses entre si e em oposição a outros¹. A partir disso, pode-se afirmar que as mulheres se uniram em torno da luta pelo voto feminino, uma demanda constituidora da identidade de gênero, para se afirmar enquanto grupo social com interesses similares. Dessa maneira, trataremos as mulheres nesse artigo como uma classe-gênero em que a identidade de classe influenciava a identidade de gênero e vice-versa. A seguir abordaremos sucintamente sobre as questões de classe e de gênero.

Exponentes da história social inglesa e conhecidos como os historiadores marxistas britânicos, Maurice Dobb, Rodney Hilton, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e Edward Thompson fizeram não só contribuições individuais nos seus respectivos campos de estudos como também, coletivamente, foram responsáveis pelo estudo e desenvolvimento da história social como um todo.²

O trabalho dos historiadores marxistas britânicos forçou uma reconsideração na maneira em que se entende classe, dando uma importante contribuição a esse conceito. Esses autores defendiam que não se pode continuar vendo classe em uma dicotomia objetiva/subjetiva e derivada de uma oposição de consciência falsa/verdadeira, mas sim deve-se considerar classe social em termos de experiência das pessoas e atividades, estruturada especialmente, embora não exclusivamente, por suas relações de produção.³

Dessa forma, esses historiadores examinam classe como relações históricas e processo. O conceito de classe a partir dessa perspectiva acaba sendo alargado na medida em que esses autores tinham a intenção de distanciar a luta de classes de um determinismo econômico e de seus esforços de superar o modelo base-superestrutura.⁴

De uma maneira geral, pode-se afirmar que a contribuição coletiva dos historiadores marxistas britânicos, entendida a partir de uma “história vista de baixo”, não tem somente influenciado na escrita da história, como também fez uma correção da escrita de uma perspectiva das elites ou classes mandantes, desafiando assim a concepção de processo histórico que acompanha a história a partir dessa visão.⁵

¹ THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.V.1.

² KAYE, Harvey. “Introduction” e “The Collective Contribution”. In: *The British marxist historians: an introductory analysis*. Oxford: Polity Press, 1984.

³ KAYE. “Introduction” e “The Collective Contribution”.

⁴ _____. “Introduction” e “The Collective Contribution”.

⁵ _____. “Introduction” e “The Collective Contribution”.

Em relação à questão de gênero pode-se afirmar que a grande mudança da história nas últimas décadas, detendo-se em temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, contribui para o desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres. Dessa forma, com a pluralização dos objetos da investigação histórica, as mulheres passam a assumir a condição de objeto e sujeito da história.

A escrita da história do gênero ganha força na década de 70 com o movimento feminista, em que a discussão sobre as mulheres alcançou os lares, as ruas e as universidades. Neste movimento, Michelle Perrot, Pauline Schmitt e Fabienne Bock, na época todos lecionavam na Universidade de Paris VII-Jussieu, lançaram em 1973 um curso cujo tema principal era o questionamento se as mulheres tinham história.⁶

No Brasil, esses estudos, que também se iniciaram nos anos 70, adquiriram força nas décadas de 80 e 90 em que a discussão se apresentava com relação ao tema “história das mulheres” ou “relações de gênero”. Historiadoras como Heleieth Saffioti, Celi Pinto, Eva Blay, Maria Luiza Heilborn, Eleonora Menicucci de Oliveira, Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini, Elizabeth Lobo, Lia Zanotta, Lena Lavinias e Margareth Rago, entre outras, fundaram na Unicamp o Núcleo de Estudos do Gênero Pagu, espaço destinado a pesquisar assuntos relacionados inicialmente à feminilidade e posteriormente também à masculinidade.⁷

Nesse período, a história das mulheres sofreu uma significativa mudança, passando repentinamente a abordar a categoria de gênero. Dessa maneira, uma vasta literatura abriu-se: as pós-estruturalistas com Jacques Derrida e Michel Foucault dissolvendo os sujeitos e apontando para a dimensão relacional da nova categoria; as marxistas que procuraram integrar a nova categoria em seu sistema de pensamento, procurando garantir o lugar hegemônico do conceito de classe, já que considerava a problemática que divide homens e mulheres uma contradição secundária que encontraria solução com o fim da contradição principal que estaria na instauração da sociedade sem classes com a mudança do modo de produção. Sendo assim, ao final mantinham-se as hierarquias. Além disso, existiram as propostas e interpretações das psicólogas que estavam mais ligadas às questões da maternidade e da crítica ao patriarcado.⁸

⁶ RAGO, Margareth. "Descobrimo Historicamente o Gênero". Disponível em: < [http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/PAGU/1998\(11\)/Rago.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/PAGU/1998(11)/Rago.pdf) >. Acesso em: 27 de setembro de 2012.

⁷ _____. "Descobrimo Historicamente o Gênero".

⁸ _____. "Descobrimo Historicamente o Gênero".

O Acesso aos Direitos Políticos através da Conquista do Voto Feminino

A Constituição de 1891 determinou que em relação ao voto o corpo de eleitores e de pessoas elegíveis devia ser formado por cidadãos alfabetizados e maiores de 21 anos. Antes de a constituição ser proclamada, a Assembleia Constituinte discutiu a questão do voto feminino, sendo que alguns dos presentes chegaram a defender essa pauta.⁹

Pelo fato de o código ter deixado de fora as mulheres, diversas delas se manifestaram com o intuito de defender sua participação na vida pública. Assim, algumas tiveram a iniciativa de solicitar alistamento eleitoral e até mesmo de lançar sua candidatura política.¹⁰

No começo do século XX havia na sociedade e entre as autoridades e políticos forte oposição às demandas das mulheres. Apoiando essa oposição, a ciência da época considerava as mulheres por suas supostas fragilidades e menor capacidade intelectual, inaptas para o exercício de atividades públicas, defendendo que o lar constituía o local para o desempenho de sua função social, expresso principalmente pelo cuidado com a família.

Nesse contexto, apareceu a feminista Bertha Lutz que ao voltar ao Brasil em 1918 depois de morar na Inglaterra e na França, onde cursou Biologia na Sorbonne, iniciou a sua campanha pela emancipação feminina. Lutz foi classificada em primeiro lugar no concurso para trabalhar no Museu Nacional, constituindo-se na segunda mulher a entrar para o serviço público no Brasil¹¹.

Em pouco tempo, Bertha Lutz conseguiu reunir um grupo de mulheres que pensavam como ela, se tornando não só uma referência nos movimentos de mulheres da época como também a feminista mais influente na política nacional. Bertha e suas companheiras buscavam o apoio de lideranças e da opinião pública e pressionavam parlamentares, autoridades políticas e educacionais.¹²

Em 1922, participou em favor das empregadas no comércio, ocasião em que intercedeu junto ao Conselho Municipal para a redução do horário de trabalho da categoria, de 13 a 14 horas diárias para 8 horas, no que foi bem-sucedida. Durante toda a Primeira República, a feminista solicitou por várias vezes à Câmara de Deputados um projeto com base nos dispositivos da

⁹ PRADO, Maria Lígia; FRANCO, Stella Scatena. “Participação Feminina no Debate Público Brasileiro”. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs.). *A Nova História das Mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

¹⁰ _____. “Participação Feminina no Debate Público Brasileiro”.

¹¹ SOIHET, Rachel. “A Conquista do Espaço Público”. In: _____. *A Nova História das Mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

¹² _____. “A Conquista do Espaço Público”.

Conferência Geral do Trabalho de Washington (1919), referentes ao trabalho da mulher na indústria, da qual participara como representante oficial do país.¹³

Apesar das várias frentes de luta que Bertha Lutz realizou, a conquista do voto feminino foi a sua prioridade, já que acreditava que o acesso aos direitos políticos era essencial à obtenção de garantias com base na lei.¹⁴

As condições de trabalho das mulheres pobres também integraram as pautas da militância de Bertha Lutz que nessa área sugeriu a criação de associações de classe para as diversas categorias profissionais.¹⁵

A educação feminina, considerada fundamental para a emancipação das mulheres, foi outro ponto da atuação das feministas que lutavam para que estas dispusessem dos mesmos meios para o exercício do trabalho e, com isso, obtivessem a mesma remuneração recebida pelos homens.¹⁶

Em 1932, o Brasil criou um novo Código Eleitoral, no qual estabeleceu-se no país com o Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 o voto secreto e o voto feminino. Dessa forma, o Brasil tornou-se o segundo país da América Latina, depois do Equador, a estender às mulheres o direito de voto.¹⁷

Apesar desse código, faltava a incorporação desse princípio à Constituição que só seria votada em 1934. Bertha Lutz foi indicada para representar a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, a (FBPF), na Comissão de Elaboração do Anteprojeto à referida Constituição. Isso aconteceu de modo que todo o trabalho desenvolvido pela Assembleia Constituinte fosse atentamente acompanhado pela liderança da FBPF para evitar qualquer retrocesso nas conquistas obtidas, uma vez que havia representantes que combatiam o voto feminino¹⁸. Com isso, graças às pressões feministas e uma luta que durou décadas, o sufrágio feminino foi garantido com a inclusão do artigo 108 na Constituição de 1934.¹⁹

Faz-se necessário comentar que houve certa distância em termos de interesses entre as militantes da FBPF que, em sua maioria, eram profissionais liberais ou membros da burguesia e

¹³ SOIHET. “A Conquista do Espaço Público”.

¹⁴ _____. “A Conquista do Espaço Público”.

¹⁵ _____. “A Conquista do Espaço Público”.

¹⁶ _____. “A Conquista do Espaço Público”.

¹⁷ _____. “A Conquista do Espaço Público”.

¹⁸ _____. “A Conquista do Espaço Público”.

¹⁹ _____. “A Conquista do Espaço Público”.

as mulheres das classes trabalhadoras. Enquanto as primeiras estavam mais engajadas com a questão do voto feminino, as últimas estavam mais preocupadas com questões de sobrevivência do que com o problema do voto em si.²⁰

No geral, as mulheres que lideravam a luta pelo voto eram em sua maioria provenientes de setores abastados da sociedade e intelectualizadas como a engenheira Carmem Portinho, a advogada Myrthes de Campos e a própria cientista Bertha Lutz.²¹

Em 1937, quando Getúlio Vargas anunciou a implantação do Estado Novo, uma nova Constituição foi estabelecida. Em termos de cidadania, foram preservadas algumas conquistas anteriores e acrescentou as garantias de assistência às famílias de prole numerosa, de educação integral das crianças e do reconhecimento dos filhos naturais que por lei passariam a ter direitos iguais aos dos filhos legítimos. Em relação às mulheres preservou o direito de voto.²²

História de Vida das Operárias Têxteis de São Paulo e São Bernardo

A abordagem realizada abaixo constitui na exposição de relatos orais de operárias da indústria têxtil de São Bernardo e São Paulo. Os primeiros foram realizados entre a metade da década de 80, passando pelos anos 90 e indo até os primeiros anos da década de 2000 em São Bernardo e fazem parte do acervo de depoimentos históricos do Serviço de Memória e Acervo. Esses depoimentos foram colhidos por funcionários em períodos distintos da instituição que, por esse motivo, utilizaram métodos diferentes para coletar os relatos de Verônica e Joana; já as segundas foram colhidas por mim em 2015 através de um questionário responsável por nortear as conversas com Lourdes, Isabel e Teresa.

Verônica Breda Wunderlick nasceu no dia 19 de fevereiro de 1912, tendo na época que foi entrevistada 82 anos. Descendente de italianos, sua mãe se chamava Teresa Angiolete Breda e o seu pai Giovanni Breda.²³

A ex-tecelã Verônica Breda começou a trabalhar em São Bernardo na tecelagem de seda Ítalo Setti ainda criança, quando tinha nove anos. Pelo fato de ter começado a trabalhar muito cedo, Verônica parou de estudar para trabalhar.

²⁰ SOIHET. “A Conquista do Espaço Público”.

²¹ _____. “A Conquista do Espaço Público”.

²² CORTÊS, Iáris Ramalho. “A Trilha Legislativa da Mulher”. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs.). *A Nova História das Mulheres no Brasil*.

²³ Entrevista com Verônica Breda Wunderlick (relato colhido por Ademir Médice), Seção de Documentação e Memória de São Bernardo do Campo, outubro de 1991.

A partir do relato de Verônica, é possível pensar que apenas uma parcela das meninas que trabalhavam continuava a estudar. Apesar dos esforços de alguns governantes no sentido de difundir o saber escolar para os filhos dos trabalhadores urbanos, a longa jornada de trabalho das meninas as impedia de frequentar a escola. Aquelas que conseguiam conciliar o trabalho com os estudos procuravam completar ao menos o antigo curso primário, uma vez que o fato de serem alfabetizadas poderia garantir maiores chances no mercado de trabalho como, por exemplo, um cargo na indústria ou no setor comercial quando adultas.²⁴

Verônica lembra que na sua infância em São Bernardo seus pais e avós plantavam frutas e verduras e criavam porcos e vacas. Dessa maneira, grande parte dos alimentos consumidos provinha da plantação de subsistência da família.

Quando entrou na fábrica, ela ocupou as seguintes funções: trabalhou na espuladeira²⁵, depois foi limpar as peças das máquinas, trabalhou no tear de tecido de guarda-chuva e de gravata, sendo que nesse último tear ficou até sair da indústria têxtil, aproximadamente em 1968.

Na época era comum que as mulheres que trabalhavam nas fábricas deixassem seus empregos depois de casadas ou após o nascimento do primeiro filho. Porém, esse não foi o caso de Verônica que continuou a trabalhar após o casamento, realizado no início de 1937. O marido da ex-operária chamava-se Oscar e era funileiro e comerciante.

A *Folha de São Bernardo* publicou a notícia em que a prefeitura concedeu um prêmio de honra ao mérito, dando a Verônica uma medalha banhada a ouro por ser a operária mais antiga de São Bernardo, com 47 anos de fábrica.²⁶

Também ex-operária de São Bernardo, Joana Versolato nasceu no dia 24 de junho de 1927. Seu pai era italiano e se chamava Giacomino. Ele veio para o Brasil com quatro anos. Sua mãe se chamava Ângela e era brasileira, provavelmente filha de italianos, pois ela ficou oito anos na Itália, ela foi com quatro anos e voltou com doze para o Brasil.²⁷

²⁴ AREND, Sílvia Fávero. "Meninas, Trabalho, Escola e Lazer". In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs.). *A Nova História das Mulheres no Brasil*.

²⁵ Espuladeira era uma máquina muito utilizada na indústria têxtil desse período. O operário (a) que operava a espuladeira manipulava os dispositivos de comando e controlava-lhe o funcionamento para produzir espulas de tramas utilizadas na tecelagem.

²⁶ Entrevista com Verônica Breda Wunderlick (relato colhido por Ademir Médice), Seção de Documentação e Memória de São Bernardo do Campo, outubro de 1991.

²⁷ Entrevista com Joana Versolato (relato colhido por Jorge Jacobine acompanhado pela professora Lúcia Melges), Seção de Documentação e Memória de São Bernardo do Campo, outubro de 2004.

Quando os pais de Joana vieram para o Brasil eles foram para Piracicaba, só depois foram morar em São Bernardo. Dos nove filhos, somente Joana e a irmã nasceram em São Bernardo, o resto dos irmãos nasceram em Piracicaba.

Com 7 anos, Joana entrou no Grupo Escolar onde havia uma clara divisão sexual: antes do quarto ano a sala era composta só por meninas, no quarto ano metade da turma era composta de menina e metade era menino de modo que as meninas ficavam na frente da sala e os meninos atrás.

Giácomo era benzedor e trabalhava em uma chácara entregando leite na estação de trem. Como naquela época garoava e tinha muita serração o pai de Joana não viu que o trem iria passar e acabou se acidentando, ele ficou três dias desacordado, um ano no hospital e mais quatro anos andando de muleta.

Depois do acidente, ele não teve direito a nenhum tipo de aposentadoria, mas recebeu ajuda do dono da chácara, o Dr. Baeta, que arcou com os gastos hospitalares. Quando saiu do hospital, Giácomo foi trabalhar como autônomo: vendia sorvete, fazia linguiça e não só comercializava bananas para as quitandas como também vendia ele mesmo na carroça em São Bernardo. A mãe de Joana faleceu com 48 anos, quando ela tinha 15 anos. Não se sabe ao certo a causa da morte, mas a ex-operária acredita que tenha sido câncer de fígado.

Em relação ao lazer nas décadas de 30 e 40, Joana comenta que a diversão era ir à missa e ao cinema, sendo a missa mais acessível. As moças e os rapazes se viam na “reza” e, assim, depois de saber a que família pertencia, os rapazes falavam com a família no portão da casa da moça para o pai conhecer.

Joana não conheceu seu esposo na missa, mas sim em um piquenique no Eldorado no qual ele foi acompanhado com a sua irmã e ela com seu irmão. No dia eles não se falaram, foi só depois de 6 meses que começaram a conversar. Quando o casal começou o namoro, ela tinha 15 anos. O casamento aconteceu em 1948.

O esposo de Joana trabalhava como marceneiro em uma fábrica e como motorista de taxi e depois do casamento ela revela que não pôde mais trabalhar. A ex-operária só trabalhou com tecelagem um ano, com tear de tecido de algodão, pois quando foi para o tear de seda natural a sua mãe faleceu. Com isso, as suas irmãs, elas eram três, que tinham mais prática na tecelagem falaram para ela ficar em casa para fazer o serviço doméstico. Elas se revezavam, as irmãs trabalhavam um ano e ela ficava em casa, depois elas trocavam.

Lourdes Fontes Luchesi nasceu no dia 26 de novembro de 1924 e tinha no momento da entrevista 90 anos. Ela nasceu em Itápolis, perto de Araraquara, depois foi morar em Novo Horizonte e depois disso seu irmão foi buscá-la com seus irmãos para morar em São Paulo.²⁸

A mãe de Lourdes morreu quando ela tinha 7 anos e quando isso aconteceu seu pai passou a morar com outra mulher. Depois disso a família se separou: o pai ficou de um lado e os filhos, de outro. Eram 10 irmãos, Lourdes era a oitava filha.

Lourdes começou a trabalhar em São Paulo com mais ou menos 15 anos em 1941 e trabalhou até 1945. Primeiro ela trabalhou na *Alpargatas*, depois no *Lanifício Varam*, no *Cotonifício Adelina* e por último em uma fábrica na Rangel Pestana, em 1945.

A ex-operária foi trabalhar por necessidade, uma vez que depois que a mãe morreu ela e os seus irmãos mais novos passaram sérias dificuldades ao ponto de a vizinha dar comida escondido para que eles não passassem fome, já que o pai não sustentava os próprios filhos.

A partir disso, um irmão que morava em Campinas levou Lourdes e seus outros irmãos para morar com ele. No interior, ela foi trabalhar de doméstica e sofria assédio por parte do irmão da dona da casa. Cada um deles trabalhava em uma casa até que um outro irmão de Lourdes os levou para morar em São Paulo.

Era comum que os filhos e filhas de famílias pobres tivessem a necessidade de trabalhar para garantir o sustento. Nas primeiras décadas do século XX, os médicos juntamente com os representantes do movimento operário, criticaram a utilização da mão de obra infanto-juvenil na indústria. Segundo eles, esse tipo de trabalho colocava em risco o bom desenvolvimento do corpo das meninas, podendo afetar a sua reputação moral.²⁹

O Código de Menores de 1927 e a legislação trabalhista, principalmente criada no primeiro governo de Vargas (1930-1945), procuravam interditar o espaço fabril a meninos e meninas. Como no plano ideal o local das mulheres era a casa, as autoridades judiciárias da época aconselhavam aos donos das fábricas a não contratarem meninas em seus estabelecimentos.³⁰

Como resultado disso, a grande maioria das meninas sem recursos financeiros que moravam nas cidades recorriam ao trabalho doméstico, como no caso de Lourdes. A maioria

²⁸ Entrevista com Lourdes Fontes Luchesi (relato colhido por Natália Nogueira de Camargo), São Paulo, junho de 2014.

²⁹ AREND. “Meninas, Trabalho, Escola e Lazer”.

³⁰ _____. “Meninas, Trabalho, Escola e Lazer”.

delas começava entre os 9 e 10 anos como babás e, com o decorrer dos anos, tornavam-se empregadas domésticas.³¹

Em 1940, a ex-tecelã não chegava a trabalhar um ano nas fábricas, já que nesse período era fácil ter um emprego, então ela saía de uma para entrar em outra indústria. Depois de trabalhar nas fábricas, ela trabalhou em drogarias. Lourdes preferiu trabalhar no comércio do que nas indústrias de tecidos, pois as condições de trabalho nas fábricas eram muito difíceis.

Analisando as condições de trabalho dentro das fábricas, nota-se, por meio de um relato de uma ex-operária, que estas eram extremamente hostis, marcadas principalmente pela exploração dos patrões, o que caracterizava uma vida de sérias dificuldades na qual mulheres pobres tinham que, muitas vezes, manter sozinhas suas famílias. Dessa maneira, percebe-se a situação de extrema miséria que muitas trabalhadoras se encontravam ao ponto de terem que praticar pequenas transgressões para atenuar a dura realidade que enfrentavam.

Assim como a maioria das mulheres nas décadas de 30 e 40, quando casou, em 1956, com a idade de 32 anos, Lourdes parou de trabalhar para cuidar da casa, do marido e dos futuros filhos que viriam. Entretanto, devido à infidelidade de seu esposo, a trabalhadora acabou por se divorciar, passando a se dedicar inteiramente aos seus filhos.

Isabel Peres Lopes nasceu em 28 de junho de 1927 em uma cidade chamada Gavião Peixoto, perto de Araraquara. Filha de pai e mãe espanhóis, eles vieram para o Brasil quando tinham 10, 11 anos cada um e se casaram aqui. O pai inicialmente trabalhou na roça, depois ele se mudou para São Paulo e trabalhou como pedreiro até se aposentar.³²

Quando era criança Isabel trabalhou no campo. Nesse período ela morava em Marília e trabalhou carpindo na roça de café. Também quando tinha 12, 13 anos, ela trabalhou com os japoneses cortando folha de amora e pegando bichos-da-seda para pôr no casulo da seda.

Depois ela morou em São Paulo, já que seu pai se mudou para essa cidade em busca de melhores oportunidades de trabalho, e entrou na fábrica *Lanificio Varam*, localizada na região entre o Bresser e o Brás. Entrou por volta de 1940 e ficou até 1949, tendo trabalhado, portanto, nessa fábrica por 9 anos. Quando se casou, ela trabalhou só mais 8 meses porque o marido não permitiu mais que trabalhasse.

³¹ _____. “Meninas, Trabalho, Escola e Lazer”.

³² Entrevista com Isabel Peres Lopez (relato colhido por Natália Nogueira de Camargo), São Paulo, junho de 2014.

Antes de casar, Isabel trabalhava porque tinha que ajudar os pais nas despesas da casa. Porém, ela não podia andar sozinha, sendo sempre acompanhada por uma figura masculina: quando ia para a fábrica estava acompanhada com o seu tio e à noite seu pai ia buscá-la no ponto onde descia do bonde.

Apesar de o marido não deixar Isabel trabalhar depois de casados, ela ajudava o esposo que era retilhinista e fazia malhas e roupa de bebê sob encomenda nas máquinas que tinham em casa. Assim, já casada, ela ajudava com o serviço do esposo, ficava até tarde da noite costurando casa, pondo galão na blusa, fazia tudo na mão. Ela também fazia camisas, chegou a fazer até 25 peças por dia.

Com isso, nota-se que além do trabalho fabril outra alternativa para as mulheres era o trabalho domiciliar, isto é, atividades remuneradas realizadas nas próprias residências para empresas, oficinas ou intermediários no regime de pagamento por peça. Ainda que a remuneração fosse baixa, tais funções permitiam conciliar as atividades de mãe e dona de casa com uma atividade que lhes proporcionava certo rendimento.³³

Teresa Ribeiro da Silva nasceu em Borborema em 30 de setembro de 1929. Hoje Borborema pertence à Itápolis, localizada no estado de São Paulo. Ela começou a trabalhar nas indústrias Matarazzo em 1944, depois trabalhou três anos na tecelagem de Matarazzo no Belenzinho, depois disso ela se mudou para Petrópolis no Rio de Janeiro e se empregou na tecelagem *Santa Helena* por volta de três, quatro anos e por fim voltou para São Paulo e trabalhou até se aposentar em uma tecelagem pequena dos *Irmãos Romanos*.³⁴

Ainda cedo, Teresa perdeu seu pai. Sua mãe costurava e ela se mudou do interior com o objetivo de trabalhar. Quando chegou em São Paulo, uma senhora prima de sua mãe que trabalhava em uma das indústrias de Francesco Mattarazzo indicou Teresa. Logo em seguida ela se empregou nessa fábrica.

A ex-tecelã relata um fato interessante da diferença entre tecelagem grande e pequena. Para ela, a tecelagem dos *Irmãos Romanos* por ser pequena era melhor do que as indústrias de Matarazzo onde as funcionárias ficavam mais distantes. Nesse sentido, a convivência em um

³³ MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. "Espaço feminino no mercado produtivo". In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs.). *A Nova História das Mulheres no Brasil*.

³⁴ Entrevista com Teresa Ribeiro da Silva (relato colhido por Natália Nogueira de Camargo), São Paulo, setembro de 2013.

espaço de trabalho menor propiciava um ambiente mais amistoso e laços mais próximos entre as trabalhadoras.

Teresa se interessava por política, não para participar ativamente no sindicato, mas para conhecer e saber o que acontecia. Sua participação nessa organização de trabalhadores se concentrava em situações mais imediatas para se informar de seus direitos e também participar da parte recreativa. Contudo, o mesmo não acontecia com as suas colegas de trabalho que ficavam com receio de frequentar o sindicato e acabar demitidas, uma vez que de acordo com a operária quem participava dessa instituição ficava visada na firma.

A trabalhadora não se casou, mas afirma ser difícil ter que conciliar a dupla jornada: a da fábrica e a de casa. Dessa maneira, por meio dessa dupla jornada, as mulheres serviam ao capital não somente através de sua força de trabalho trocada sob uma forma barata extremamente vantajosa ao empregador como também elas permitiam através do seu trabalho doméstico que uma massa de trabalhadores continuasse chegando diariamente às fábricas.³⁵

É relevante comentar que, ainda que a memória coletiva seja considerada mítica e deformada, ela representa o vivido da relação nunca acabada entre presente e passado³⁶. Com isso, nota-se a importância dos relatos que apesar de suas limitações devido a construção dos fatos históricos ser mediada por uma memória que é essencialmente seletiva e parcial tendo em vista questões do presente, as entrevistas evidenciam sua riqueza na medida que tratam da história vivida dessas agentes históricas.

Trabalhadoras Retrataadas na Obra *Parque Industrial* de Patrícia Galvão

Em relação às imposições sociais sofridas pelas mulheres operárias, a obra *Parque Industrial*, em que a autora Patrícia Galvão retrata o cotidiano dessas mulheres em São Paulo, trazendo à tona limitações e abusos sofridos por essa camada social, revela-se uma fonte importante para refletir sobre essas experiências.

Patrícia Rehder Galvão nasceu em 1910 em São João da Boa Vista (SP)³⁷. Segundo Geraldo Ferraz, Patrícia Galvão, mais conhecida como Pagu, viveu na Vila Mariana e frequentou

³⁵ PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras: presença Feminina na Constituição do Sistema Fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

³⁶ GOFF, Jacques Le. "História". In: *Enciclopédia Einaudi*. Memória-História, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1984.

³⁷ "Patrícia Galvão". Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/patricia_galvao>. Acesso em: 5 de fevereiro de 2015.

a Escola Normal da Praça da República antes de participar da Revista de Antropofagia, junto com Oswald de Andrade, Raul Bopp, Osvaldo Costa, Geraldo Ferraz e Fernando Mendes de Almeida.³⁸

Após uma visita a Buenos Aires, onde conheceu Luis Carlos Prestes e os escritores Jorge Luis Borges, Victoria Ocampo, Eduardo Mallea, Galvão entrou para o Partido Comunista do Brasil (PCB).³⁹

Em 1931, Pagu foi citada em um comício do Partido como tendo sido a primeira mulher a ser presa durante uma greve de estivadores em Santos, ocasião em que viu morrer outro militante. Nesse mesmo ano, fundou, com Oswald de Andrade, com quem se casara no ano anterior, o jornal *O Homem do Povo*, que durou oito números, onde assinou a coluna *A Mulher do Povo*⁴⁰. Galvão viajou o mundo como correspondente dos jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias* e *Diário da Noite*. Quase foi deportada para a Itália ou a Alemanha devido a sua militância em Paris⁴¹.

Quando voltou ao Brasil se envolveu no levante de 1935, o que resultou em sua prisão até 1940. Desligando-se do Partido Comunista, retomou sua colaboração com alguns jornais e em 1945 publicou em parceria com Geraldo Ferraz o romance *A Famosa Revista*, descrito como "documento anti-estalinista" e elogiado por suas qualidades literárias. A partir desse ano, tornou-se correspondente da Agência France Presse, deixando esse trabalho para colaborar no jornal *A Tribuna* a partir de meados dos anos 50.⁴²

Em 1950, concorreu pela legenda do Partido Socialista Brasileiro (PSB) a um cargo na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Na sua campanha eleitoral lançou o panfleto político intitulado "Verdade e Liberdade" em que explicava as razões de sua candidatura, rememorava os tempos de prisão e atacava o PCB. Contudo, não conseguiu eleger-se⁴³. Ainda nos

³⁸ CORRÊA, Mariza. *A propósito de Pagu*. Disponível em:
<[http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1993\(1\)/Correa.pdf](http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/Pagu/1993(1)/Correa.pdf)>.
Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

³⁹ _____. *A propósito de Pagu*.

⁴⁰ CORRÊA. *A propósito de Pagu*.

⁴¹ _____. *A propósito de Pagu*.

⁴² _____. *A propósito de Pagu*.

⁴³ "Patrícia Galvão". Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/patricia_galvao>.
Acesso em: 5 de fevereiro de 2015.

anos cinquenta dedicou-se ao teatro. Traduziu e dirigiu uma peça de Arrabal e de forma pioneira traduziu Eugene Ionesco. Morreu de câncer em Santos em 1962.⁴⁴

Patrícia Galvão foi militante feminista e comunista, acreditava que a escrita poderia servir a um ideal, se dirigindo a um propósito social ou político específico. Publicou *Parque Industrial* sob o pseudônimo de Mara Lobo, em 1933.

O romance pode ser considerado como revolucionário, cheio de vozes do proletariado, na medida em que denuncia e registra problemas sociais e políticos da época, acontecimentos em que a própria autora esteve envolvida, chegando inclusive a militar no Partido Comunista, ser presa e torturada. A obra reflete a relação entre literário e social, demonstrando sua relevância ao registrar o cenário desolador do Brasil nos anos 1930.⁴⁵

A análise da obra é interessante tanto do ponto de vista da importância histórica do novo gênero que, junto a outros escritores naquele período, inaugurou, o romance proletário, como também a partir dos significados que muitas das passagens do romance tiveram para a vida real de Pagu.⁴⁶

De maneira diferente da literatura modernista, a literatura dos anos 30 tinha como intuito tratar do cotidiano dos pobres e oprimidos, tema praticamente desconhecido até então. Inspirado na temática da miséria urbano-industrial, essa foi a origem do romance proletário que se aproximava do chamado “realismo socialista”, focado no relato fiel dos fatos.⁴⁷

Em 1933 verifica-se um clima de polarização política e literária que cria uma clara predominância do romance social, sendo que o resultado mais perceptível dessa polarização foi o esforço do romance classificado como “proletário” de incorporar grupos sociais marginalizados em relação às elites de onde, de maneira geral, provinham os romancistas. Nesse movimento existiram também escritores que insistiam em abordar as próprias elites como um caminho para a superação dos impasses de seu tempo.⁴⁸

⁴⁴ “Patrícia Galvão”.

⁴⁵ SOUSA, Luciana Oliveira de. “Parque Industrial - a literatura feminina engajada de Patrícia Galvão/Pagu”. *Revista Desenredos*, ano IV, n.13, abril/maio/junho de 2012.

⁴⁶ HIGA, Larissa Satico Ribeiro. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*. Disponível em: <<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llil/ilassa/2008/higa.pdf>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2013.

⁴⁷ “Literatura Proletária”. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/LiteraturaProletaria>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

⁴⁸ BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

Essa literatura foi responsável por uma das maiores conquistas do romance de 30 para a ficção brasileira: a incorporação das figuras marginais. Assim, esse procedimento fez com que os romancistas de 30 produzissem uma vigorosa força de oposição a uma visão totalitária de Brasil proposta por Getúlio Vargas que almejava o modelo oficial de unidade nacional, cuja tendência seria a de apagar as diferenças para se obter um conceito uno de nação.⁴⁹

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o romance proletário é definido em três pilares: espírito documental voltado, especialmente, para a vida das camadas mais pobres, movimento de massa e sentimento de luta e revolta. Com isso, o sentido de aproximação com o outro marginalizado que o romance de 30 fez de forma sistemática deve ser entendido a partir do fato de que a descoberta do proletário pelos autores daquele período nasceu da necessidade de pensar e entender um presente dominado pela pobreza de que era impossível fugir.⁵⁰ Algumas obras desse gênero são *A Escada Vermelha* de Oswald de Andrade, *Navios Iluminados* de Ranulfo Prata e *Cacau, Suor, Jubiabá e Capitães de Areia* de Jorge Amado.⁵¹

Parque Industrial, ao ser escrito pela autora logo após seu afastamento do PCB em 1932, apesar de inovar o gênero por ter como personagem principal os trabalhadores, apresenta uma história bem simples: conta-se o cotidiano das mulheres trabalhadoras do bairro do Brás, explicitando para o leitor a exploração e a violência oriunda do capital e vivida cotidianamente por essa camada social formada principalmente pelas mulheres, uma vez que formavam a principal força de trabalho na indústria têxtil na época.⁵²

Ao eleger como cenário o Brás, um dos bairros mais representativos da entrada do trabalho industrial no Brasil, escolhendo como personagens as trabalhadoras da indústria têxtil e outras atividades em torno dela, identificava características particulares desse Brás como verdadeira “nação” proletária constituída no Brasil⁵³. Com isso, o objetivo da obra era não só alertar como também indignar o leitor, com as imagens que mostram as péssimas condições de vida a que a classe trabalhadora estava submetida no sistema capitalista, centrando-se na experiência paulistana.⁵⁴

⁴⁹ _____. *Uma História do Romance de 30*, p. 80.

⁵⁰ _____. *Uma História do Romance de 30*, p. 283.

⁵¹ “Literatura Proletária”. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/LiteraturaProletaria>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2015.

⁵² “Literatura Proletária”.

⁵³ GUEDES, Thelma. *Literatura e Revolução: um estudo sobre o romance Parque Industrial*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2003.

⁵⁴ HIGA. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

Assim, nessa obra, Galvão mostra as mulheres operárias do Brás com o intuito de denunciar a relação de exploração entre burguesia e proletariado na industrialização de São Paulo. Isso evidencia que a autora apresenta, ou melhor, representa as trabalhadoras de uma forma específica, o que faz pensar não só no próprio conceito de representação como também no motivo que levou Pagu a retratar essas mulheres da maneira que fez.

As representações fazem parte do processo de construção de identidades, mostrando não só a complexidade do mundo social como também podem ser entendidas como constitutivas do próprio real.

Pelo fato de o poder e a dominação estarem sempre presentes, nota-se que as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade e legitimar escolhas, colocando-se no campo da concorrência e da luta no qual a luta de representação visa impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social.⁵⁵

Na obra, a própria maneira como Pagu reflete sua solidariedade com o proletariado, conclamando o comunismo como recurso salvador da classe trabalhadora, revela que Galvão retrata essas trabalhadoras a partir de um olhar marcado pela esperança da superação do sistema capitalista.

A fim de perceber como Patrícia Galvão representa as trabalhadoras em *Parque Industrial*, faz-se necessário refletir um pouco sobre os personagens da obra.

Rosinha Lituana é associada à personagem histórica de Rosa de Luxemburgo, constituindo imagem idealizada pela autora. Ela é uma imigrante da Lituânia, ênfase da autora na importância do fenômeno migratório na São Paulo do período, que não só se conscientizou na luta organizada como manteve uma conduta revolucionária irrepreensível. Ao final a história, leva-a à prisão e à expulsão do país, denunciando assim a dura repressão que se abatia sobre os militantes no Brasil.⁵⁶

A prática de deportação se intensificou no governo Vargas, já que historicamente os estrangeiros, por constituírem no início da industrialização a maior parte da mão de obra fabril brasileira, foram considerados responsáveis por trazerem da Europa ideias progressistas para o

⁵⁵ _____, *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

⁵⁶ GUEDES, *Literatura e Revolução- um estudo sobre o romance Parque Industrial*.

cenário político da primeira metade do século XX. É, justamente, nesse contexto que se encontra Rosinha Lituana que é mandada de volta à Europa após ser delatada por Pepe⁵⁷.

Alexandre, correspondente masculino de Rosinha, é o proletário negro que traz no próprio corpo a marca histórica da escravidão.⁵⁸

Otávia é a personagem que sempre se mostra emocionalmente preocupada com os outros: acolhe Corina, preocupa-se com Matilde, com Didi, encanta-se com Alexandre. Ela e Alfredo são os únicos personagens no livro que amam. Porém, o seu enredo conclui-se na impossibilidade da realização do amor, expondo um conflito pessoal relacionado ao caráter autoritário e moralista de certa instância do PCB⁵⁹. Essa personagem que pelo envolvimento com a causa operária muito se assemelha à Pagu da época, rompe com Alfredo, acusado de ser burguês trotskista infiltrado na organização dos trabalhadores.⁶⁰

Matilde e Eleonora representam o ambiente da pequena burguesia. O palco da trama dessas personagens é a Escola Normal, que Pagu conheceu bem. Entretanto, as duas têm destinos opostos. Matilde decairá socialmente, indo morar no cortiço e trabalhar na fábrica, o que ocasionará a sua proletarização⁶¹. De maneira oposta, Eleonora entrará para o mundo dos ricos ao se casar com Alfredo, levando ao extremo a assimilação do que Galvão considerava as taras da burguesia. Essa personagem conhecerá a decadência e a deterioração pessoal.⁶²

A história de Corina é o enredo mais poderoso do romance e detém o ponto mais central e crucial do desabamento da obra. A medida que seu drama se complica, o mundo a sua volta amplia a realidade até o nível do caos e do absurdo. Depois de ficar grávida e ser abandonada, Corina tem o seu filho na sala indigente da “casa de parir”, sendo esse o momento de maior horror e absurdo expressivo, pois a criança está viva, mas não tem pele. Assim, o bebê da mulata de *Parque Industrial* parece ser um emblema do proletário desprotegido e de sua consciência sem pele, impossibilitada da comunicação com a realidade que a cerca.⁶³

Do coletivo de trabalhadores, existem personagens tipificadas que tanto não possuem nenhum trabalho psicológico como não tem muita importância como indivíduos em sua

⁵⁷ HIGA. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

⁵⁸ GUEDES. *Literatura e Revolução- um estudo sobre o romance Parque Industrial*.

⁵⁹ _____. *Literatura e Revolução- um estudo sobre o romance Parque Industrial*.

⁶⁰ HIGA. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

⁶¹ GUEDES. *Literatura e Revolução- um estudo sobre o romance Parque Industrial*.

⁶² _____. *Literatura e Revolução- um estudo sobre o romance Parque Industrial*.

⁶³ GUEDES. *Literatura e Revolução- um estudo sobre o romance Parque Industrial*.

singularidade. Os trabalhadores esclarecidos são representados por aqueles que têm consciência de classe e se organizam em sindicatos ou no Partido Comunista para lutar contra sua situação de exploração. No romance esse é o caso de Rosinha Lituânia, Otávia, Alexandre e no final do romance, Matilde. A parte não consciente da luta de classes é composta pelos proletários como Corina, Pepe e por aqueles que como Eleonora traíram os ideais de sua classe. Há ainda Alfredo que abdicou dos confortos da burguesia para lutar pela revolução social ao lado dos trabalhadores do Brás.⁶⁴

Relacionando as personagens consideradas esclarecidas da obra com as ex-operárias têxteis que foram entrevistadas nota-se que as personagens do romance quando comparadas com as ex-operárias possuem um aspecto de certa forma idealizado desde que lutam, ao contrário das trabalhadoras que lutam por causas mais imediatas de sobrevivência, contra uma estrutura social maior geradora de desigualdades sociais. Inclusive, as personagens históricas não participaram do movimento feminista em curso, o que corrobora o fato da sua atuação estar ligada às causas mais emergenciais aos interesses das classes populares.

Tal afirmativa não implica em ignorar a existência de operárias têxteis que lutaram nesse período contra o sistema capitalista, engajadas em organizações de ideologia comunista. Porém, não se deve imaginar que tal ideário correspondia à totalidade de trabalhadoras como pode ser visto pelas mulheres que foram entrevistadas que se preocupavam principalmente com questões relativas às necessidades básicas de existência.

A partir dessa breve exposição sobre as personagens do romance, é possível afirmar que ao representar as trabalhadoras do bairro operário do Brás na sua obra, Patrícia Galvão retrata os sonhos abortados das personagens femininas por uma sociedade que não lhes oferece voz e lhes coloca rótulos pela sua condição social.⁶⁵

Como militante comunista, Galvão participou de vários atos e manifestações anti-capitalistas e sofreu por diversas vezes represália policial, ficando conhecida como a primeira mulher a ser presa por motivos políticos.⁶⁶ O período de embate com a polícia foi marcado principalmente nos anos em que militou ativamente no PCB. Pagu, por toda vida, sofreu com a opressão social relativa ao gênero feminino. Pelo fato de o combate ao machismo ter sido

⁶⁴ HIGA. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

⁶⁵ SOUSA. "Parque Industrial - a literatura feminina engajada de Patrícia Galvão/Pagu".

⁶⁶ HIGA. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

bandeira de sua militância, Patrícia Galvão ao aderir ao comunismo deu para o feminismo um recorte classista.⁶⁷

Essa afirmação pode ser constatada através da crítica que Patrícia Galvão fez as feministas burguesas tanto no caderno *A Mulher do Povo* presente no jornal *O Homem do Povo* quanto em *Parque Industrial*. No livro, há uma cena que evidencia essa crítica de Pagu quando a militante feminista demite a empregada negra porque esquentou demais o banho. Assim, fica perceptível as incoerências dentro do movimento feminista que ao mesmo tempo que almeja a igualdade de direitos entre homens e mulheres, acabava algumas vezes mostrando o exercício do poder de algumas feministas, oriundo de sua posição econômica elevada, nas mulheres da classe trabalhadora, o que é contraditório na medida em que não é possível lutar contra a dominação dos homens em relação às mulheres se existe esse mesmo domínio entre as mulheres de classes sociais diferentes.

A forma mais sutil de machismo por ela denunciada no livro é a hierarquização e a divisão sexual do trabalho nas fábricas, permitindo que muitas mulheres fossem humilhadas e abusadas sexualmente por seus supervisores⁶⁸. Porém, o abuso sexual não se dava apenas na esfera do ambiente fabril, aparecendo também fora dele, pois, os burgueses de automóvel vão para o Brás, seja no Carnaval ou não, para seduzir as moças da classe trabalhadora para com elas manterem relações sexuais.⁶⁹

No livro nota-se os vários tipos de violência que os trabalhadores estão submetidos diariamente. Para começar nota-se a caracterização do cenário que aponta para uma visão negativa do progresso. O automóvel aparece como um objeto símbolo da dinâmica do futuro, cuja carga pejorativa é dada pela associação à burguesia. Nesse sentido, as imagens dos carros são associadas aos patrões, às clientes das fábricas de tecidos e oficinas de costura e até mesmo, como já foi mencionado, as investidas sexuais que os burgueses fazem às proletárias.⁷⁰

A fábrica em torno da qual o bairro operário se encontra aparece como o símbolo maior de opressão da modernidade, uma vez que a indústria não representa o lugar de trabalho livre, mas, ao contrário, é considerada como “penitenciária social” que não só aprisiona e desumaniza o

⁶⁷ _____. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

⁶⁸ _____. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

⁶⁹ _____. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

⁷⁰ _____. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

trabalho como também torna escravos os vendedores da força de trabalho ao tira-lhes o tempo e a consciência.⁷¹

Dessa maneira, Patrícia Galvão mostra o ritmo de vida dos proletários tão acelerado quanto a própria narrativa da obra que é veloz e fragmentada como manda o ritmo de produção fabril. Sendo assim, a dominação do tempo e a narrativa linear não permitem espaço para a memória dos operários, o que aponta a despossessão dos trabalhadores de sua própria história e consciência. De acordo com a crítica literária Thelma Guedes, a única personagem que apresenta memória e registra na obra o tempo passado é Rosinha.⁷²

Na ficção, a violência praticada contra a mulher alcança níveis mais extremos de barbárie, tanto através de espancamento, perceptível quando Florino agride de forma costumeira a mãe de Corina, como por meio de estupro, apresentado no livro no momento em que Alfredo tira a virgindade de sua noiva Eleonora e quando um burguês, no capítulo *Paredes Isolantes*, se gaba da violência cometida.⁷³

Em *Parque Industrial*, a polícia é apresentada como representante do Estado burguês e os filhos dos trabalhadores aprendem desde criança que a burguesia comanda os policiais a agredir e matar os trabalhadores organizados. Tal violência aparece principalmente nas cenas em que há manifestações grevistas⁷⁴. O ápice da violência policial no livro aparece no assassinato do militante negro Alexandre, que ocorre durante o comício no largo da Concórdia.⁷⁵

Acrescenta-se a isso a questão da prostituição como algo que mostra a condição social que as mulheres pobres têm de se submeter. No livro, a vida levada por Corina nos momentos em que ela vaga pela cidade de estômago vazio evidencia a violência simbólica que muitas mulheres sofrem em uma sociedade como a nossa de capitalismo periférico.⁷⁶

Deve-se prestar atenção ao fato de que a análise de algumas personagens e passagens específicas evidenciam outros tipos de violência que a própria autora sofrera: a repressão policial, a opressão relativa à condição social da mulher e as violências exercidas pela direção do Partido Comunista⁷⁷. Com isso, pode-se inferir que a própria experiência de vida da autora influenciou na

⁷¹ HIGA. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

⁷² _____. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

⁷³ _____. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

⁷⁴ _____. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

⁷⁵ _____. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

⁷⁶ _____. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

⁷⁷ HIGA. *As representações da violência em Parque Industrial de Patrícia Galvão*.

forma com que ela representou as trabalhadoras na sua obra, forma esta que se centra em denunciar o processo de opressão material a que estavam submetidas.

A Trajetória de Vida das Operárias e a Questão dos Papéis e Valores Destinados as Mulheres Brasileiras no Começo do Século XX

Retornando para as trabalhadoras entrevistadas, nota-se que a maioria delas depois de casadas sofreram restrição por parte dos maridos para continuar no trabalho, para além da questão da carga do trabalho doméstico e o cuidado dos filhos, considerados tarefas obrigatórias da mulher. A partir disso, faz-se necessário entender o motivo pelo qual muitas dessas mulheres foram impedidas ou impossibilitadas de continuar no mundo do trabalho, relacionando esse fato com os papéis que destinados às mulheres no início do século XX caracterizaram também as décadas de 30 e 40.

Com base no comportamento feminino das camadas médias e elevadas, impunha-se às mulheres as prescrições dos juristas acerca da impropriedade de uma mulher honesta sair só. Aliava-se tal norma com a proposta burguesa, referendada pelos médicos, sobre a divisão dos âmbitos que destinava às mulheres o domínio da esfera privada e aos homens, o da pública.

Dessa maneira, baseado na crença de uma suposta natureza feminina, que dotaria a mulher biologicamente para desempenhar as funções do âmbito privado, o discurso estabelecia que o lugar da mulher era o lar, e sua função consistia em casar, gerar filhos para a pátria e formar o caráter dos cidadãos de amanhã. Dentro dessa perspectiva, não existiria realização possível para as mulheres fora do lar, nem para os homens dentro da casa, já que a eles pertenceria a rua e o mundo do trabalho.⁷⁸

Nos anos 20 e 30, a figura da “mãe cívica” passa a ser vista como aquela que preparava física, intelectual ou moralmente o futuro cidadão da pátria, este que contribuía de forma decisiva para o engrandecimento da nação. Tal imagem da mulher que a associava ao lar e lhe destinava as funções de esposa-mãe-dona de casa era imposto por vários setores sociais: era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. De maneiras diferentes, também as trabalhadoras eram percebidas por vários setores da sociedade - frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e indesejáveis para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e degeneradas para os médicos e juristas.

⁷⁸ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do Mundo Feminino”. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil República: da belle époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

O fato de não ser apropriado que a mulher saísse sozinha, como foi visto no caso da operária Isabel, pode ser explicado pela premissa de que a rua simbolizava o espaço das tentações, devendo as mães pobres, segundo os médicos e juristas, exercer vigilância constante sobre suas filhas nesses novos tempos de preocupação com a moralidade como indício de progresso e civilização.⁷⁹

Um aspecto relevante e que se associa diretamente ao fato de a maioria das trabalhadoras entrevistadas terem sido impedidas por seus cônjuges de trabalhar após o casamento está na relação entre a mulher no trabalho e a questão da moralidade imposta pela sociedade. Pode-se notar nos discursos de diversas camadas sociais a presença da ameaça à honra feminina representada pelo mundo do trabalho. Assim, verifica-se a percepção da fábrica como lugar de perdição, no qual a mulher operária é representada como uma figura totalmente passiva e indefesa. Essa percepção encontra-se relacionada seja diretamente como indiretamente à vinculação da mulher à esfera da vida privada.⁸⁰

As desigualdades entre as funções desempenhadas por homens e mulheres, que os identificaram ou com a rua ou com a casa, vieram acompanhadas de uma valorização cultural, ou seja, as atividades masculinas foram mais reconhecidas que as exercidas pelas mulheres, razão pela qual foram dotadas de poder e valor.⁸¹

Tal afirmação pode ser verificada através da análise dos jornais trabalhados que pouco trata nos seus artigos sobre a mulher trabalhadora. Quando retratada, a operária é relacionada, principalmente, com questões de comportamentos femininos, beleza, saúde e cuidados da casa e dos filhos do que propriamente com questões pertinentes ao mundo do trabalho, ainda que esta fosse sindicalizada. Isso fica evidente em um artigo que aborda a mulher operária em um concurso de beleza promovido pela Feira das Indústrias da Cidade de São Paulo:

Na Capital foi instituído pela Feira das Indústrias um grande concurso que teve por fim eleger a Rainha dos trabalhadores nas Indústrias daquela metrópole. O empreendimento despertou vivo entusiasmo e interesse entre os Sindicatos dos Industriários e entre o operariado em geral... Entre estas destacou-se, entretanto a senhorita Vitoria [...] filiada ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de S. Paulo que conseguiu a sua eleição por considerável diferença de votos⁸².

⁷⁹ SOIHET, Rachel. "Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano". In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

⁸⁰ RAGO, Margareth. "Trabalho Feminino e Sexualidade". In: _____. *História das Mulheres no Brasil*.

⁸¹ MALUF; MOTT. "Recônditos do Mundo Feminino".

⁸² ANIMADO Concurso de Beleza Promovido pela Feira das Indústrias da Cidade de São Paulo. *O Imparcial*, Santo André, 1 de novembro de 1941.P.1.

Como Bárbara Weinstein constata, as mulheres da classe operária latino-americana nas primeiras décadas da industrialização enfrentaram desafios assustadores como as relações e confrontos com modelos de feminilidade e respeitabilidade que passavam nesse período por uma intensa transformação.⁸³

No ensaio de Weinstein sobre gênero e classe na América Latina, a autora sugere que na América Latina imagens de feminilidade refletiram padrões de gênero de uma camada média emergente que tenderam a minar a identidade política das mulheres oriundas da classe operária, uma vez que houve uma aproximação das mulheres populares ao gosto e estilo associados com a mulher da classe média.⁸⁴

Em tal afirmação de Bárbara Weinstein parecem se enquadrar as trabalhadoras têxteis de São Paulo e São Bernardo, pois a partir do fato de que as entrevistadas não participaram efetivamente em greves da categoria sugere-se que tanto as greves como os protestos conflitavam com modelos de comportamentos femininos que não eram desprezados pelas mulheres operárias. Assim infere-se que a identidade de gênero influenciava a identidade de classe.

Historiadores especializados em história do trabalho feminino, ao mesmo tempo em que recuperaram evidências sobre o comportamento contestatório entre as mulheres da classe trabalhadora nos protestos operários, tem também se mostrado relutantes em focalizar aquelas mulheres operárias que evitaram greves ou protestos porque tais ativismos significavam transgressões ao comportamento feminino. Assim, não é difícil encontrar exemplos de mulheres receosas com a participação nos movimentos operários por medo de parecerem brutas ou masculinizadas⁸⁵. Tal imposição de um comportamento feminino ideal pode ser visto através de um artigo intitulado “Feminilidade”, presente no jornal *O Imparcial*.

Embora digam que é moda a mulher-homem, ultra esportiva, arrebatada, etc, nunca é demais a moça ser bem feminina. A mulher pode e deve fazer esporte, andar sozinha, estudar nas Universidades, trabalhar nos escritórios, mas pode e deve também conservar-se em tudo e antes de tudo mulher.

A sua maior força é a fraqueza, o seu maior encanto a doçura, o seu maior atrativo a delicadeza. Os homens, gostam de se sentir superiores, fortes e protetores.

⁸³ WEINSTEIN, Bárbara Weinstein. *Elas Nem Parecem Operárias*: feminilidade e classe na América Latina no século XX. Disponível em: < <file:///C:/Users/natalia/Downloads/18940-68190-1-SM.pdf>>. Acesso em 25 de agosto de 2014.

⁸⁴ _____. *Elas Nem Parecem Operárias*: feminilidade e classe na América Latina no século XX.

⁸⁵ _____. *Elas Nem Parecem Operárias*: feminilidade e classe na América Latina no século XX.

Seja mulher, suave, simples, atenciosa e delicada.
Acompanhe a moda, seja simples sem ser descuidada, instruída sem ser pedante.⁸⁶

A partir desse excerto, percebe-se uma ligação entre a conquista de direitos da mulher com a questão da feminilidade, como se um aspecto fosse necessariamente excluir o outro. Assim, a mulher poderia desfrutar desse processo emancipatório cursando o ensino superior ou trabalhando, mas não deveria se esquecer das características inerentes à personalidade feminina como a delicadeza e a fragilidade.

Tal imaginário perdurou por muito tempo: até o final dos anos 1980, por exemplo, poucas pessoas se denominavam como feministas, uma vez que o feminismo que de forma concisa pode ser entendido como a luta em prol da igualdade de direitos para homens e mulheres era no senso comum associado à luta de mulheres masculinizadas, feias e lésbicas.⁸⁷ Ainda hoje é raro encontrar mulheres nas diretorias de sindicatos e entre as principais lideranças sindicais.

Com isso, é possível pensar que a normatização do comportamento feminino implicava, como está implícito no documento, que a mulher mesmo conquistando aos poucos o âmbito público conservasse ainda um papel submisso em relação ao homem e, indo mais além, às próprias normas prescritas pela sociedade. É claro, que muitas mulheres se opuseram a tal ideário, porém não se pode negar o peso desse imaginário relativo ao comportamento feminino na organização social das décadas de 1930 e 1940.

O trabalho era o que de fato conferia poder ao marido, assim como lhe dava pleno direito no âmbito familiar, ao mesmo tempo em que o tornava responsável, ainda que de modo informal, pela manutenção, assistência e proteção dos seus dependentes. Sendo assim, era considerada desonrosa a complementaridade do trabalho remunerado da mulher para enfrentar os custos de sobrevivência familiar, uma vez que feria a identidade social da mulher e do homem.⁸⁸

As mulheres pobres que tinham que trabalhar para ajudar no sustento da família eram consideradas ignorantes e irresponsáveis, tidas como mais irracionais que as mulheres das classes médias e altas, e essas últimas eram consideradas menos racionais que os homens. Com isso, as

⁸⁶ Jolite. Feminilidade. *O Imparcial*, Santo André, 8 de novembro de 1941. P.3.

⁸⁷ PEDRO, Joana M. "Corpo, Prazer e Trabalho". In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs.). *A Nova História das Mulheres no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

⁸⁸ MALUF; MOTT. "Recônditos do Mundo Feminino".

várias profissões femininas como costureira, operária, empregada doméstica, artista entre outras eram associadas à imagem de degradação e prostituição.

Para as mulheres que puderam continuar no trabalho após o casamento esperava-se que antes de se dedicar ao trabalho remunerado, fossem boas donas de casa, o que era considerado como uma qualidade intrínseca da "alma feminina". Tal visão permeava todas as camadas sociais, independente da mulher ser uma doutora ou uma operária.⁸⁹

Alguns casos como o da trabalhadora Lourdes que se separou devido à infidelidade de seu esposo mostram que o estereótipo do marido dominador e da mulher submissa não se aplica totalmente às diversas camadas sociais, principalmente às das classes populares. Algumas mulheres reagiam à violência física, outras se recusavam a suportar situações humilhantes chegando mesmo a abrir mão do matrimônio, instituição altamente valorizada para a mulher na época.

Em síntese, é possível afirmar que apesar de essas mulheres operárias terem sofrido diversos empecilhos para atuar no espaço público, sendo, por exemplo, muitas vezes impedidas por seus maridos de exercer uma atividade remunerada, não significa que tais trabalhadoras assumiram um papel de vítima diante dessas situações, ao contrário disso, continuamente elas reagiram ora de uma forma direta ora indireta aos diversos cerceamentos sociais, tornando-se agentes de sua própria história.

⁸⁹ MALUF; MOTT. "Recônditos do Mundo Feminino".

Não esqueçam o que ele escreveu: o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e a (prática da) Teoria da Dependência

Do not forget what he wrote: the sociologist Fernando Henrique Cardoso and (practice) of Theory of Dependency

Rafael Leite Ferreira
Doutorando em História (UFPE)
rafaleferr@hotmail.com

Recebido em: 17/11/2015

Aprovado em: 19/04/2016

RESUMO: Este artigo analisa a visão do sociólogo Fernando Henrique Cardoso acerca do subdesenvolvimento latino-americano, a partir de sua obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de 1967, e alguns de seus escritos posteriores, buscando demonstrar que este intelectual colocou em prática, após assumir a presidência da República em 1995, aquilo que os seus escritos das décadas de 1960 e 1970 já apontavam: o “desenvolvimento dependente-associado” como a única alternativa para a modernização e o desenvolvimento da América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Subdesenvolvimento latino-americano, Teoria da dependência, Fernando Henrique Cardoso.

ABSTRACT: This article analyzes the view of sociologist Fernando Henrique Cardoso about the Latin American underdevelopment, from his work *Dependency and Development in Latin America*, 1967, and some of the works published after, seeking to demonstrate that this intellectual has put in place, and after assuming the Presidency of the Republic in 1995, their publications written in the 1960s and 1970s had already indicated: the “associated-dependent development” as the only alternative to the modernization and economic development of Latin America.

KEYWORDS: Latin American underdevelopment, Theory of dependency, Fernando Henrique Cardoso.

Introdução

Em 1993, atribuíram ao então ministro da Fazenda e presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) a frase “esqueçam o que eu escrevi”. A partir desse momento, FHC teve de conceder diversas entrevistas, artigos e pronunciamentos – inclusive publicou um dos seus últimos livros com o irônico título “Relembrando o que escrevi” – com o objetivo de desmentir a incômoda frase. Para FHC, sempre se tratou de uma maldade de seus opositoristas.¹

Dita ou não, a verdade é que a frase persistiu e ainda o persegue. Até hoje, muitos acreditam na afirmação daquelas palavras e avaliam que FHC, durante seu mandato presidencial (1995-2002), apagou (ou se esqueceu) o que um dia escreveu e enterrou o seu passado de intelectual progressista, de esquerda. Aqui é importante lembrar que, devido à sua luta pela melhoria do ensino público e pela modernização da Universidade de São Paulo (USP), FHC foi perseguido pelo regime militar brasileiro, tendo que se exilar no Chile, em agosto de 1964, onde viveu até 1967. Logo após a sua chegada à capital chilena, FHC foi convidado a lecionar a disciplina de Sociologia do Desenvolvimento na Faculdade de Economia da Universidade do Chile e contratado como diretor-adjunto do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social (ILPES), um órgão de pesquisa da Organização das Nações Unidas (ONU), sediado em Santiago, vinculado à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

As pessoas que compartilham desse pensamento acreditam que houve, de fato, em FHC, uma drástica ruptura entre o intelectual e o político.² Ou seja, que FHC, ao chegar à presidência da República, assumiu a defesa do neoliberalismo (privatizações, redução dos gastos públicos, inserção subordinada da economia brasileira ao capital internacional), atitude que contradiz à sua postura de sociólogo-militante, durante as décadas de 1960 e 1980, defensor da justiça social e do sistema público brasileiro.³

Neste artigo, analisamos a visão de FHC acerca do subdesenvolvimento latino-americano, a partir de sua obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de 1967, escrita em coautoria

¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Relembrando o que escrevi*: da reconquista da democracia aos desafios globais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

² A atividade intelectual de FHC é entendida aqui de acordo com as proposições de Antônio Gramsci: “*Todos os homens são intelectuais [...]; mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais*”. GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968, p. 7-8.

³ A ficha de FHC no principal órgão de informações da ditadura militar brasileira, o Serviço Nacional de Informações (SNI), por exemplo, tem quatro páginas. Nelas, o sociólogo é chamado de “reconhecidamente comunista”, acusado de fazer a “doutrinação comunista de massificação”, de pregar o marxismo e recomendar o emprego “da violência contra a violência”. No documento, o SNI também analisa trechos dos livros escritos por Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <<http://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/ficha-fernando-henrique-cardoso-sni>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

com o sociólogo chileno Enzo Faletto, e alguns de seus escritos posteriores, defendendo que esse intelectual colocou em prática, após assumir a presidência do Brasil em 1995, aquilo que os seus escritos das décadas de 1960 e 1970 já apontavam: o “desenvolvimento dependente-associado” como a única alternativa para a modernização e o desenvolvimento da América Latina. Com essa hipótese de trabalho, buscamos demonstrar que, não houve, em FHC, uma ruptura entre a figura do intelectual e do político, mas uma clara continuidade de pensamento. Conforme argumentou Roberta Traspadini: “FHC tem na prática intelectual a presença sempre dominante do político, e na atividade deste a marca nunca ausente do intelectual”⁴.

Neste trabalho, FHC não é entendido como um sociólogo ou um presidente da República apenas, repleto de idéias e de conceitos, mas, segundo José Carlos Reis, como um intelectual que pensou, repensou e procurou interpretar a sua região. FHC é de uma estirpe de pessoas que foi comum nos anos de 1950 e 1960: a do intelectual militante, que não elaborava o pensamento só por livre pensar.⁵ Elaborava o pensamento com o objetivo de entender a realidade para transformá-la, independente da conotação e do julgamento que se possa dar. FHC é entendido aqui, portanto, como um indivíduo que procurou, à sua maneira, a partir, principalmente, de dois conceitos, “subdesenvolvimento” e “dependência”, expressar os dilemas e as possibilidades de desenvolvimento na América Latina.

Para uma melhor compreensão sobre o nosso objetivo, dividimos o presente texto em três seções. Na primeira, situamos o contexto de surgimento da linha interpretativa de FHC a respeito do (sub)desenvolvimento latino-americano. Na seção seguinte, apresentamos os principais pontos da Teoria da Dependência formulada por FHC, defendendo que este sociólogo, na “luta concorrencial pelo monopólio da autoridade científica”⁶, ganhou grande projeção acadêmica ao se distanciar, em fins da década de 1960, das ideias “nacional-desenvolvimentistas” do ISEB e da CEPAL e do “projeto revolucionário” de parte da esquerda. À medida que FHC procurou defender abertamente, em sua obra, o “desenvolvimento dependente-associado”, atacou severamente a “corrente estruturalista”, acusando-a de equivocada, estagnacionista, nacionalista e populista, principalmente pelo fato de ela não ter percebido as “grandes e vantajosas” oportunidades trazidas pela inserção do capital estrangeiro nos países subdesenvolvidos.

⁴ TRASPADINI, Roberta. *A teoria da (inter)dependência de FHC*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 154.

⁵ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

⁶ BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122.

Na última seção, baseando-nos nas reflexões de Francisco Weffort, tecemos algumas críticas ao projeto de desenvolvimento dependente-associado proposto por FHC para o Brasil.⁷ Esta seção está pautada no argumento central de que a política neoliberal adotada por FHC (tanto no que se refere à internacionalização da economia, bem como à reestruturação do Estado), durante o período em que esteve à frente da presidência da República, correspondeu, na verdade, à materialização de sua teoria (da dependência), formulada nos idos dos anos 60. FHC praticou, como político, a dependência que sempre teorizou como sociólogo. Conforme ele próprio argumentou: “Nunca deixei de ser intelectual, mesmo na política”⁸.

Os anos 50 e 60 e o pensamento econômico latino-americano

No curso das décadas de 1950 e 1960, vários organismos foram criados na América Latina, reunindo importantes intelectuais dessa região, com o objetivo de analisar as razões do subdesenvolvimento latino-americano e de elaborar projetos de modernização e de desenvolvimento econômico para essa área. Especificamente em relação ao Brasil, durante esse período, os dois organismos que exerceram maior influência sobre a sociedade e, inclusive, sobre o Estado foram o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁹, criado em 1955, e a CEPAL¹⁰, entidade latino-americana fundada em 1948 pela ONU com a finalidade de refletir sobre a realidade socioeconômica da América Latina.¹¹

O principal ponto em comum entre esses dois organismos era a defesa do projeto “nacional-desenvolvimentista” pela via industrial, uma vez que entendiam ser a industrialização o elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, progresso, modernidade, civilização e democracia. No dizer de Roberto Schwarz, era a lógica da “superação do atraso por meio da industrialização”¹². Os intelectuais desses órgãos, chamados de “estruturalistas”, atribuíam o subdesenvolvimento dos países latino-americanos aos interesses do “centro imperial” que não viam favoravelmente a industrialização em curso na região e buscavam manter a América Latina

⁷ WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. Não esqueçam o que eu escrevi. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. E3, 15 mai. 2003.

⁹ Faziam parte do ISEB, entre outros, os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima, o historiador Nelson Werneck Sodré, e os cientistas políticos Helio Jaguaribe e Candido Mendes de Almeida. Sobre o pensamento desse Instituto, ver: TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.

¹⁰ A CEPAL teve como principais quadros iniciais, entre outros, os intelectuais o argentino Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto e Maria da Conceição Tavares. Ainda hoje a entidade tem se destacado no cenário latino-americano, pela criatividade e ousadia de suas teses e propostas. Para um maior entendimento sobre a CEPAL, ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.). *Cinqüenta anos de pensamento na Cepal*. v. 1. Rio de Janeiro: Record, 2000.

¹¹ Na avaliação de Francisco de Oliveira, “[...] o time da Cepal era o melhor do que havia na América Latina”. Cf. JINKINGS, Ivana; RIDENTI, Marcelo; MAAR, Wolfgang Leo. Entrevista: Francisco de Oliveira. *Revista Margem Esquerda*, n. 10, São Paulo, Boitempo, nov. 2007.

¹² SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 88.

apenas como exportadora de produtos agrícolas e matérias-primas. Os “estruturalistas” acreditavam que os principais requisitos para o desenvolvimento da América Latina seriam: a industrialização via substituição de importações; o progresso técnico; o fortalecimento do mercado interno; a elaboração de uma política de restrições ao capital estrangeiro; a realização de uma revolução capitalista e nacional com a participação, ou melhor, cooperação da burguesia nacional; e o aumento do papel e modernização do Estado interventor/produtor.¹³ Para esses intelectuais, o Estado aparecia como instância racionalizadora, planejadora, mediação necessária para o desenvolvimento.

Durante os anos de 1960, especialmente após o desencadeamento de diversos golpes civil-militares na América Latina, a interpretação “nacional-burguesa-desenvolvimentista” passou a receber contundentes críticas de variados segmentos, entre os quais se pode destacar uma expressiva da esquerda¹⁴ e a chamada “escola sociológica paulista”, que foi formada dentro do Departamento de Ciências Sociais da USP, sob a liderança de Florestan Fernandes.

Segundo Marcos Abraão Ribeiro, essa escola não se constituiu em um grupo homogêneo.¹⁵ Havia, em sua composição inicial, uma significativa diferença, não apenas de personalidades, mas também de tipos de interpretações. De acordo com o autor, de um lado, situava-se a interpretação marxista da “superexploração capitalista”, pautada pela luta de classes e pela dominação imperialista sobre o Brasil; de outro, situava-se a perspectiva “reformista democrático-liberal” que defendia a redução do papel do Estado, maior poder da sociedade civil e a abertura da economia. Um dos intelectuais, por exemplo, que defendeu este último tipo de raciocínio foi FHC.

No entendimento de Roberta Traspadini, essa perspectiva liberal de FHC dentro da “escola sociológica paulista” pode ser vista, pela primeira vez, em sua tese para Livre-Docência

¹³ Sobre os “estruturalistas”, Luiz Carlos Bresser-Pereira argumentou: “Os intelectuais do ISEB e da CEPAL eram moderadamente de esquerda preocupados com a desigualdade reinante na América Latina, e apoiavam os movimentos sociais dos trabalhadores. Mas a ideologia nacionalista prevalecia sobre a socialista”. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. *Perspectiva*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul.-dez. 2010, p. 27.

¹⁴ Cabe ressaltar que, diversas críticas surgiram também, nesse período, entre aqueles que defendiam uma proposta “revolucionária”. Este tipo de visão defendia a tese de que a economia latino-americana só cresceria e adquiriria autonomia se houvesse uma transformação radical no interior dessa região, tanto pela vitória do socialismo ou pela intensificação do nacionalismo “terceiro-mundista” que rompesse definitivamente com os laços de dependência e de submissão às nações imperialistas.

¹⁵ RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. Revisitando 1964: a escola sociológica paulista e as interpretações do Brasil. In: *Terceiro Fórum Nacional de Sociologia e Política*, Curitiba, 2011.

na USP, em 1963.¹⁶ Nesta obra – em que o autor buscou verificar empiricamente como havia se dado o processo de industrialização e modernização da economia brasileira, objetivando contrastar esta análise com as demais experiências vividas por diferentes nações – estavam contidas “[...] as linhas gerais de sua perspectiva liberal do desenvolvimento, que seriam discutidas mais adiante”¹⁷.

Apesar da grande repercussão que essa tese teve dentro e fora dos meios acadêmicos (especialmente pelo fato de ter discordado do ISEB que defendia o caráter nacionalista e revolucionário da burguesia brasileira) foi, entretanto, com a publicação de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, no ano de 1967, escrita em coautoria com Enzo Faletto, quando ambos trabalhavam no ILPES, no Chile, que se pode perceber, de uma maneira mais clara e aprofundada, a visão de FHC sobre as razões do subdesenvolvimento latino-americano e as suas propostas para a modernização e o desenvolvimento dessa região.¹⁸

A originalidade da Teoria

Antes de tudo, gostaríamos de destacar que o movimento de ideias ocorrido na América Latina, entre as décadas de 1950 e 1960, que se convencionou chamar de “Teoria da Dependência”, não é um campo homogêneo. De acordo com João Manuel Cardoso de Mello, houve no interior dessa rica experiência latino-americana várias correntes interpretativas,¹⁹ das quais as mais conhecidas são: a “vertente weberiana da dependência”, também conhecida como versão do desenvolvimento dependente-associado, ou ainda como versão da interdependência, que tem como seus principais expoentes FHC e Enzo Faletto, e a “vertente marxista”, composta principalmente por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank, que fazia a leitura crítica e marxista dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial.²⁰ Neste artigo, por motivos de tempo e espaço, limitar-nos-emos apenas à análise da “corrente weberiana da dependência” encabeçada por FHC.

¹⁶ Ver: CARDOSO, Fernando Henrique. *O empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo. 1963. 244 f. Tese (Livre-Docência Cadeira de Sociologia I) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1963.

¹⁷ TRASPADINI. *A teoria da (inter)dependência de FHC*, p. 35.

¹⁸ Sem nos esquecer da grande contribuição de Enzo Faletto à obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, a fim de não desviarmos de nosso objetivo, neste artigo, portanto, iremos nos ater apenas à figura de FHC.

¹⁹ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁰ Para o grupo da versão marxista da dependência, a superação do subdesenvolvimento passaria pela ruptura com a dependência e não pela modernização e industrialização da economia, o que pode implicar inclusive a ruptura com o próprio capitalismo. O grupo não via possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo e pleno na América Latina, mas apenas de um subdesenvolvimento que esses países estariam condenados, apesar do processo

A linha interpretativa de FHC foi formulada, segundo ele próprio afirmou, em contraposição às ideias “revolucionárias” das esquerdas e as “nacional-desenvolvimentistas” do ISEB e da CEPAL, ambas com bastante expressão na América Latina entre as décadas de 1960 e 1970.

A teoria da dependência surgiu em meados da década de 1960, parte como uma reação ao aparente fracasso da análise e das propostas dos estruturalistas. Os teóricos da dependência argumentam que a estratégia de industrialização baseada na substituição das importações deixou de produzir crescimento sustentado nos países menos desenvolvidos em razão da permanência das suas condições econômicas e sociais tradicionais.²¹

Para entendermos a projeção acadêmica que FHC alcançou ao longo do tempo, baseamos-nos nas considerações de Pierre Bourdieu, através do qual situou o campo científico como um “espaço de luta pelo monopólio da autoridade científica”. Para Bourdieu: “O campo científico é o lugar de luta em que cada um dos agentes deve engajar-se para impor o valor de seus produtos e de sua própria autoridade de produtor legítimo”²². Através desse teórico, podemos entender que FHC recebeu notável projeção acadêmica e grande número de adeptos justamente por ter se distanciado das ideias “revolucionárias” e “nacional-desenvolvimentistas”.

A rejeição de FHC ao projeto revolucionário das esquerdas fica evidente, por exemplo, no seguinte excerto:

[os projetos revolucionários das esquerdas] nada criam além de matrizes da contracultura local com repercussões isoladas nos grandes centros. Os países incapazes de repetir a revolução do mundo contemporâneo e encontrar um nicho no mercado internacional, terminarão no “pior mundo possível”. Não valerão ao menos o trabalho de serem explorados; tornar-se-ão irrelevantes e sem qualquer interesse para a economia global em movimento.²³

A sua posição crítica ao projeto “nacional-desenvolvimentista” foi talvez o principal fator que o levou a uma posição de destaque dentro das ciências sociais latino-americanas. Os “nacional-desenvolvimentista” consideravam o desenvolvimento econômico da América Latina como um processo contínuo, uma vez que não viam o “desenvolvimento” e o “subdesenvolvimento” como situações distintas, mas apenas como representações diferenciadas

da industrialização, ao menos que houvesse uma revolução socialista. Para um maior aprofundamento no tema, ler a obra político-teórica de Ruy Mauro Marini. MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

²¹ GILPIN, Robert. *A economia política das Relações Internacionais*. Brasília: UnB, 2002, p. 311.

²² BOURDIEU. O campo científico, p. 6.

²³ CARDOSO, Fernando Henrique. Relações Norte-Sul no Contexto Atual: Uma Nova Dependência?. In: BAUMANN, Renato (Org.) *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 12-14.

do processo histórico de acumulação capitalista. Já FHC não concebia o “desenvolvimento” e o “subdesenvolvimento” como etapas de um processo evolutivo, mas como realidades, ainda que estruturalmente vinculadas, distintas e contrapostas.

A interpretação de FHC veio a público, em fins dos anos 60, em um momento da vida brasileira de forte crítica à visão (etapista e aliancista) do ISEB e da CEPAL. Como já foi destacado, o surgimento dos sucessivos golpes civil-militares na América Latina frustrou centenas de adeptos das ideias nacional-desenvolvimentistas. Neste sentido, FHC se tornou um opositor-referência das ideias nacional-desenvolvimentistas e símbolo, para muitos, de um intelectual renovador, crítico, moderno, que propunha uma teoria original e sedutora para alavancar o desenvolvimento econômico da América Latina.

Depois do golpe de 1964, enquanto a Escola de São Paulo repudiava a interpretação nacional-burguesa do Brasil compartilhada pelo ISEB e pelo Partido Comunista, que adotou a abordagem do ISEB em seu congresso nacional de 1958, culpava essa interpretação e seus autores pelo próprio golpe: para ela, os comunistas e os intelectuais do ISEB teriam sido culpados pelo golpe dentro da esquerda.²⁴

O primeiro ponto que distanciou FHC do ISEB e da CEPAL foi a sua discordância quanto à existência de um “capitalismo nacional”. Para ele, o capital não tinha fronteiras, não tinha pátria. Ele era, por excelência, “internacional” e “expansionista”. “O capitalismo é uma estrutura internacional, na qual cada país ocupa um lugar e desempenha uma função determinados”²⁵. Dentro desse entendimento, ele considerava ser impossível o desenvolvimento nacional autônomo, ou seja, impossível a possibilidade de um país conseguir se desenvolver economicamente, de maneira autônoma, isolada do capital internacional. Para ele, a necessidade de aprofundar os vínculos com o mercado externo para garantir o desenvolvimento exigiria uma transferência dos espaços decisórios nacionais aos centros do capitalismo internacional e suas corporações privadas.

FHC apontou a insistência – vista como equivocada – das elites locais (a burguesia nacional e os políticos brasileiros) em fazer a nação “crescer para dentro”, de forma autônoma, à margem do desenvolvimento mundial, como a principal razão para o subdesenvolvimento da América Latina. Nesse quesito, FHC se distanciava enormemente da interpretação do ISEB e da CEPAL. Enquanto que estes órgãos culpavam a “superexploração das nações imperialistas” para o subdesenvolvimento da América Latina, FHC, por outro lado, culpava as elites locais para a

²⁴ BRESSER-PEREIRA. *As três interpretações da dependência*, p. 29.

²⁵ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 149.

manutenção dessa triste condição.²⁶ Em outras palavras, FHC atribuía a responsabilidade do subdesenvolvimento latino-americano mais às elites locais do que à capacidade dos países centrais de criar obstáculos ao desenvolvimento da periferia capitalista.

De acordo com FHC, o desenvolvimento da América Latina nunca ocorreria através apenas da política de industrialização, mas tão somente através de um projeto “industrializante-associado”. Para ele, uma vez que não havia possibilidade de as economias periféricas se desenvolverem de maneira autônoma e dissociada das economias centrais, a única maneira de haver um real desenvolvimento latino-americano seria através da total abertura do mercado local ao capital externo – especialmente, através de uma política governamental de incentivos à instalação de empresas multinacionais.

Na visão de FHC, diante do capitalismo monopolista mundial, não haveria outra forma de promover a industrialização da América Latina, senão através da “generosa” participação do capital estrangeiro, ou seja, mediante uma acomodação subordinada às regras impostas pela economia mundial. Para ele, nesse projeto “industrializante-associado”, a burguesia local assumiria um papel subordinado, ao transferir para o capital externo os setores estratégicos da economia, ficando sob seu controle os bens primários e de consumo não-duráveis. Em suas palavras: “As economias latino-americanas que se integraram ao mercado mundial conseguiram crescer graças ao impulso dinâmico da demanda externa”²⁷.

Como se vê, diferentemente das ideias nacional-burguesa-desenvolvimentistas do ISEB e da CEPAL que defendiam o fortalecimento ou, até mesmo, o fechamento do mercado nacional, FHC procurou mostrar que os investimentos estrangeiros não eram obstáculos ao desenvolvimento das economias latino-americanas; pelo contrário, tais investimentos eram a alavanca dessas regiões, isto é, eram eles que iriam dinamizar tais países. Ou seja, os países periféricos, a exemplo do Brasil, deveriam repensar sua inserção no mercado mundial, abandonando as propostas de desenvolvimento autônomo, integrando-se ao sistema global.

FHC nomeou a sua proposta de desenvolvimento econômico para a América Latina (proposta esta pautada numa relação de subordinação das economias latino-americanas ao capital

²⁶ Um dos políticos, por exemplo, que recebeu severas críticas por parte de FHC foi o presidente Getúlio Vargas, pela sua ideologia “nacional-desenvolvimentista”. A este respeito, Luiz Carlos Bresser-Pereira argumentou: “*Enquanto os intelectuais do ISEB viam o pacto político orientado para a industrialização de Getúlio Vargas como a realização da revolução nacional e capitalista e consideravam seu populismo uma primeira expressão da participação do povo na política, a escola de sociologia de São Paulo [como, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso] era crítica do nacionalismo econômico e do populismo político de Vargas*”. BRESSER-PEREIRA. *As três interpretações da dependência*, p. 23.

²⁷ CARDOSO; FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 33.

internacional) de “desenvolvimento dependente-associado”. “Dependente-associado”, pois, no entendimento de FHC, seria necessária certa dependência econômica, industrial e tecnológica dos países latino-americanos às economias centrais a fim de gerar desenvolvimento nas regiões periféricas. Ou seja, FHC acreditava ser possível a acumulação industrial nos países latino-americanos apesar da manutenção dos laços de dependência destas nações aos países desenvolvidos. Ele não acreditava que “desenvolvimento e dependência” fossem conceitos que se contrapusessem.

[...] a formação de uma economia industrial na periferia minimiza os efeitos da exploração tipicamente colonialista e busca solidariedades não só nas classes dominantes, mas no conjunto dos grupos sociais ligados à produção capitalista moderna: assalariados, técnicos, empresários, burocratas etc.²⁸

Como se pode perceber, essa visão otimista de FHC em relação ao capital estrangeiro se distanciava enormemente daquela interpretação nacionalista do ISEB e da CEPAL. Enquanto que tais organismos viam com cautela e ojeriza a entrada de capitais estrangeiros na América Latina, FHC sugeria uma associação com os países ricos, acreditando que a participação das empresas multinacionais e dos empréstimos internacionais na economia latino-americana seria condição indispensável para o desenvolvimento da região. “Ao invés de lutar contra a atual ordem mundial, tornar-se-ia condição *sine qua non* juntar-se a ela [...]”²⁹.

De acordo com FHC, a condição latino-americana de região “dependente” e “subordinada” às economias desenvolvidas não trazia uma conotação ruim ou prejuízo aos países desse subcontinente. Para ele, a noção de “desenvolvimento associado” não remetia ao sinônimo de uma superexploração imperialista. Mas correspondia a uma “confluência de interesses”, um “conjunto de alianças” que beneficiava as empresas estatais, as multinacionais e as empresas locais. “Em conjunto, o novo ‘conjunto de alianças’ impulsionaria o desenvolvimento econômico e não levaria a região [da América Latina] à estagnação”³⁰. Para FHC, essa relação de dependência entre as nações centrais e periféricas correspondia a um processo dual e dinâmico que “[...] dependia da produção da mais-valia relativa e do aumento da produtividade, não da pura espoliação das regiões periféricas”³¹.

Como se vê, na ótica de FHC, era claramente possível o desenvolvimento econômico da América Latina dentro e apesar da “dependência”.³² Nas palavras de Roberta Traspadini: “A

²⁸ _____ . *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 142.

²⁹ TRASPADINI. *A teoria da (inter)dependência de FHC*, p. 70.

³⁰ CARDOSO; FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 11.

³¹ _____ . *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 106.

³² _____ . *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 9.

dependência não inviabiliza, segundo Cardoso, o processo de desenvolvimento das economias periféricas. Ao contrário, torna-se uma alternativa viável relacionar dependência e desenvolvimento”³³. A respeito do otimismo burguês de FHC, José Carlos Reis também acrescentou:

Em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1969/70), FHC defende uma tese que escandaliza a esquerda radicalizada, pois vê a possibilidade da “dependência e desenvolvimento” na América Latina! É uma tese tão escandalosa como, por exemplo, a de *Casa Grande & Senzala!* [...] Gilberto Freyre tornou a miscigenação um motivo de exaltação e base de uma promessa de realização brasileira futura – o que era mal do Brasil e o condenava tornava-se o seu bem e a razão da sua melhoria futura. FHC fez da dependência, que era o mal do Brasil, a base do seu desenvolvimento capitalista, reabrindo o horizonte do Brasil. O que impedia o desenvolvimento tornava-se o seu dinamizador. São obras otimistas que ressignificam o passado, tornando-o não só mais leve como a fundação sólida de um Brasil bem-sucedido no futuro.³⁴

O segundo ponto de diferenciação entre a interpretação da “dependência associada” de FHC e a visão “nacional-desenvolvimentista” do ISEB e da CEPAL foi em relação à existência de uma “burguesia nacionalista” na América Latina. Diferentemente das concepções do ISEB e da CEPAL que acreditavam na existência de uma burguesia de cunho nacionalista nos países latino-americanos e atribuía a ela um papel crucial no desenvolvimento econômico da região, FHC, retomando as suas ideias postas no livro *O empresário industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil*, de 1963, procurou demonstrar, em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, que os países latino-americanos não dispunham de uma “burguesia nacionalista” que, de fato, alavancasse o desenvolvimento dessa região.

Por certo, os que acreditam que a burguesia nacional dos países dependentes pode realizar uma revolução burguesa nos mesmos moldes da revolução francesa ou da revolução americana mostrarão os “entraves estruturais” que permanecem e que limitam o alcance das transformações econômicas havidas no Brasil. Eu não penso, entretanto, que a burguesia local, fruto de um capitalismo dependente, possa realizar uma revolução econômica no sentido forte do conceito. A sua “revolução” consiste em integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente.³⁵

Em resumo, FHC quis demonstrar que já que os países latino-americanos não podiam contar com uma burguesia nacionalista, não lhes restava alternativa senão se associar ao capital internacional e aproveitar as frestas que este sistema oferecia visando o desenvolvimento da América Latina. De acordo com José Carlos Reis:

³³ TRASPADINI. *A teoria da (inter)dependência de FHC*, p. 97.

³⁴ REIS. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC, p. 244.

³⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difusão Européia do Livro (Difel), 1972, p. 71.

Dependência e desenvolvimento na América Latina escandaliza as esquerdas pelo seu otimismo em relação às possibilidades de desenvolvimento econômico-social dos países latino-americanos dentro do capitalismo-dependente. [...] As análises sociológicas falavam de desenvolvimento do subdesenvolvimento, do subimperialismo, de lumpemburguesia, e propunham sonhos irrealizáveis como ou capitalismo nacional ou socialismo, brandindo a ameaça do fascismo. Cardoso falará de dependência & desenvolvimento! [...] Cardoso defenderá a aliança entre a burguesia brasileira e a burguesia internacional; ele verá como um caminho positivo para o Brasil a aproximação e não a luta contra os capitais estrangeiros.³⁶

A publicação da obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina* trouxe grande projeção acadêmica e social para FHC. A este respeito, deve-se ter em mente as considerações de Pierre Bourdieu ao argumentar que a autoridade científica é uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, reconvertido em outras espécies.³⁷ A posse de capital científico, portanto, tende a favorecer a aquisição de capital suplementar.

Desfrutando de um enorme reconhecimento entre os pares,³⁸ entre as décadas de 1970 e 1990, FHC e sua Teoria da dependência se tornaram uma importante e respeitada referência dentro do meio acadêmico, especialmente aquele fora da América Latina. Nesse quesito, Bresser-Perereira comentou:

Não é surpreendente, portanto, que essa teoria tenha tido tanta repercussão nos Estados Unidos, onde os intelectuais de esquerda viram nela algo de novo e atraente, na medida em que criticava o capitalismo, mas não culpava seu país pelos problemas da América Latina.³⁹

Apesar da grande repercussão da Teoria da dependência nos EUA e na Europa, o principal local de reflexão e de disseminação dessa teoria foi, de fato, dentro da América Latina, notadamente através do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), instituição fundada por FHC, em 1969, com o objetivo de realizar estudos e pesquisas na área das Ciências Humanas sobre a realidade brasileira. Financiado pela Fundação Ford e sediado em São Paulo, o CEBRAP reuniu um importante grupo de professores afastados da USP por força dos atos draconianos do regime militar.

No CEBRAP, FHC conseguiu divulgar ainda mais a sua interpretação sobre a América Latina, adquiriu enorme projeção e tornou-se um dos principais intelectuais no campo das

³⁶ REIS. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC, p. 254.

³⁷ BOURDIEU. O campo científico, p. 10.

³⁸ FHC formou-se em Ciências Sociais, em 1952, pela então Faculdade de Ciências e Letras da USP. Em 1953, foi convidado por Florestan Fernandes, regente da cadeira de Sociologia I, para se tornar auxiliar de ensino da Faculdade. Nesta instituição, obteve os títulos de mestre, em 1953; doutor, em 1961; e livre-docente, em 1963, na disciplina de Sociologia. O título catedrático foi obtido, em 1968, em Ciência Política.

³⁹ REIS. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC, p. 34.

ciências sociais. Durante esse período, FHC adquiriu tanta importância dentro do meio acadêmico que o cientista político Milton Lahuerta, por exemplo, o classificou como “um intelectual que liderava intelectuais”⁴⁰.

Em consonância com o pensamento de seu fundador, o CEBRAP se opôs de maneira veemente aos projetos nacional-desenvolvimentistas, à intervenção do Estado na economia, de uma maneira geral, à própria figura do Estado, considerado como burocrático-autoritário e o principal vilão para o desenvolvimento e o fortalecimento de uma sociedade democrática e capitalista na América Latina. Neste sentido, os intelectuais do CEBRAP se empenharam em defesa da democracia (mais precisamente a favor das liberdades individuais e da liberdade de livre-iniciativa) dos países latino-americanos.⁴¹

Como se pode perceber, diferentemente das ideias nacional-desenvolvimentistas do ISEB e da CEPAL em voga nos anos 60 que buscavam a emancipação nacional, a interpretação que mais atraiu a atenção dos intelectuais brasileiros durante os anos 70 e 80 foi aquela, inspirada na visão do CEBRAP, que buscou as reformas dentro do capitalismo, visando trazer de volta a democracia no país.

A postura crítica de FHC em relação à figura do Estado burocrático-autoritário, protecionista e regulador, o levou a se tornar, em fins da década de 1970, em uma das figuras mais influentes do país, não apenas dentro da academia, mas também fora dela. Como intelectual e ideólogo engajado no discurso de oposição da época, FHC conseguiu se projetar à cena política brasileira, tornando-se senador suplente de Franco Motoro pelo MDB em 1978, fundador do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ministro das Relações Exteriores e da Fazenda no início da década de 1990 e presidente da República em janeiro de 1995 – cargo que ocupou até dezembro de 2002. Na avaliação de Francisco de Oliveira, “[...] o Fernando Henrique saltou dentro do MDB com a senha de que ele tinha saltado no partido para abrir as portas. Foi o contrário, ele as fechou”⁴².

A (prática da) Teoria

⁴⁰ LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. 280f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

⁴¹ Aqui se tornam pertinentes as colocações de Milton Santos sobre a atuação do CEBRAP. Em entrevista ao programa *Roda Viva*, o geógrafo afirmou que esse instituto, pelo discurso liberal dos interesses empresariais que defendeu durante a ditadura militar (ou seja, a defesa de uma “democracia mercadológica da propriedade privada”), acabou por representar um sério problema para a evolução intelectual no Brasil. Cf. *Roda Viva. Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: TV Cultura, 31 mar. 1997. DVD (86 min.): NTSC, son., color.

⁴² JINKINGS; RIDENTI; MAAR. *Entrevista: Francisco de Oliveira*, p. 32.

Ao assumir, em 1995, a presidência da República, FHC finalmente colocou em prática a perspectiva teórica que sempre compartilhou desde os seus escritos acadêmicos dos anos 1960, isto é, a ideia de que o “desenvolvimento dependente-associado” era a única alternativa viável para a modernização e o desenvolvimento da economia brasileira.⁴³ Em suas palavras:

[...] para o novo tipo de desenvolvimento os mecanismos de controle da economia nacional escapam parcialmente do âmbito interno na medida em que certas normas universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permitem alternativas: a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional.⁴⁴

Em outro texto, seguindo essa linha de raciocínio, FHC ainda acrescentou:

Em cada país, as regras de câmbio, as regras de juros, todas as medidas de monitoramento da economia, passam a funcionar ligadas aos movimentos desse mercado especulativo. E tem que ser assim mesmo, pois esse mercado, que não teria importância se não afetasse a economia real, na verdade afeta [...]. No limite o que está acontecendo, em consequência dessa globalização, é que você não tem mais autoridade.⁴⁵

O que fica evidente ao longo da leitura de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* é que FHC propunha à sociedade brasileira dos anos 60 – o processo que ele chamou à época de “nova dependência” – o que hoje se convencionou designar de “globalização”. “Na tentativa de explicar o processo de ‘mundialização’ que estava em seu início [final da década de 1960] [...], salientamos o que era mais evidente: o mercado interno estava se ampliando em alguns países graças aos investimentos industriais externos”⁴⁶. Fica claro que *Dependência e desenvolvimento na América Latina* era, no fundo, um livro sobre o início da globalização. Na época em que escreveu a obra ainda não existia a ideia de multinacional. Essa concepção foi criada, em 1971, pelo economista norte-americano Raymond Vernon. No final dos anos 1960, para descrever o processo de globalização, era comum a utilização das expressões trustes e cartéis.

Em prefácio à última edição de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, em 2004, FHC escreveu:

⁴³ Como exemplo da “prática da teoria”, convém recordar a Reforma da Gestão Pública (o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado formulado por Bresser-Pereira) empreendida no primeiro mandato do governo FHC. Esta reforma gerencial do Estado é muito significativa em termos de redefinição e limitação das tarefas do Estado, num contexto neoliberal. Para uma melhor compreensão, ler: COSTA, Lúcia Cortes da. O governo FHC e a reforma do Estado Brasileiro. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, PUCSP, v. 11, n. 1, p. 49-79, 2000.

⁴⁴ CARDOSO; FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 130.

⁴⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *O Presidente segundo o sociólogo*: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 85.

⁴⁶ CARDOSO; FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 11.

O livro sobreviveu. Por quê? Possivelmente porque – além de ter entrado em onda com a moda (mas toda moda é ocasional) – ele oferece uma visão sintética de uma região diversificada, mas com pontos de identidade entre os vários países, e porque, ousado dizer, ele inova. Inova e digo isso o tendo relido agora, quarenta anos depois de sua escrita, porque quebra o simplismo de considerar todas as situações de dependência iguais e submetidas mecanicamente à “lógica do capital” e porque, ao descrever o que chamamos de “a nova dependência”, fez uma das primeiras caracterizações do que se designa hoje “globalização”.⁴⁷

Apesar da complexidade teórica, o livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina* é um livro de leitura fácil. É um livro em que FHC mostra a sua verdadeira face. É um livro em que ele defende veementemente uma linha de raciocínio, independente do qual equivocado ou danoso fosse. Essa clareza teórica é uma questão importante a ser destacada dentro da academia brasileira. “Ora, apesar de tudo, pode-se dizer que Fernando Henrique Cardoso foi um dos poucos intérpretes do Brasil – quiçá, o único – que conseguiu ir da teoria à prática!”⁴⁸.

Dependência e desenvolvimento na América Latina é um livro que deixa claro àqueles que o lêem que a interpretação de FHC sobre o desenvolvimento latino-americano não é uma pura retórica ou um demagogismo barato. É um livro teórico que busca apresentar uma “melhor alternativa” para o crescimento da região. É um projeto político que durante décadas FHC vem defendendo. Essa questão fica bastante evidente, por exemplo, no prefácio da última edição da obra, em 2004: “Sobre este livro posso dizer: se o escrevesse hoje, acrescentaria algo, tentaria aprofundá-lo, teria de torná-lo mais atual, considerando a evolução histórica, mas não o mudaria [...]”⁴⁹.

Buscando concretizar a teoria que criou e sempre defendeu, FHC realizou modificações econômicas – fundamentais, em seu ponto de vista – a fim de criar as melhores condições possíveis para a vinda dos capitais externos: estabilização da moeda (à custa da sobrevalorização cambial e da alta taxa de juros), redução do papel produtor e regulamentador do Estado na economia, privatizações, redução das barreiras fiscais à importação dando margem à “livre concorrência”, entre outras. Com tais reformas, FHC esperava modernizar o Estado brasileiro e acumular suficiente capital para promover a “arrancada” do desenvolvimento econômico do país.

Durante seu governo, FHC seguiu à risca as políticas neoliberais, tais como a desregulamentação das relações trabalhistas, a flexibilização, a desindustrialização, a abertura da economia, as privatizações, a informalidade, as terceirizações, o subemprego e desemprego que

⁴⁷ _____ . *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 10

⁴⁸ FERREIRA, Rafael Leite. A interpretação do Brasil pela via do subdesenvolvimento: Fernando Henrique Cardoso e a Teoria da Dependência. *História e-História*, v. 8, 2010, p. 11.

⁴⁹ CARDOSO; FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 12.

atingiram altos níveis, produzindo uma pletora de distintas modalidades de trabalho precarizado e informal, além do

[...] combate à inflação através de planos alicerçados na valorização das moedas nacionais frente ao dólar e na entrada de capitais especulativos; abertura econômica com a desregulamentação dos mercados de produtos e financeiros além das mudanças administrativas e estruturais dos Estados, com destaque para o incentivo às privatizações e quebra dos monopólios estatais.⁵⁰

Cabe aqui sublinhar que, assim como já tinha sido apontado por Francisco Weffort desde 1980, longe de fomentar a modernização e o desenvolvimento da economia brasileira, a ideia de FHC de abrir o mercado interno aos investimentos estrangeiros e inserir o país de maneira subordinada às regras impostas pela economia globalizada, aumentou ainda mais os problemas econômicos e sociais do Brasil.

Francisco Weffort defendeu premonitoriamente a sua posição, em 1980, no prefácio de sua obra “O populismo na política brasileira”. Neste texto, Weffort considerou o “desenvolvimento dependente-associado” formulado por FHC como uma “retórica ingênua” (pois se fazia crer que a América Latina repetiria o caminho dos Estados Unidos e da Europa, durante os séculos XIX e XX, no processo de modernização e de desenvolvimento econômico) fincada no “mal do presentismo” e que beirava a “irresponsabilidade”. Para Weffort, a Teoria da Dependência de FHC representava um sério equívoco para o desenvolvimento latino-americano, pois assumia grandes riscos no presente, sem considerar as consequências e vítimas futuras.⁵¹

Weffort considerava a visão de FHC ingênua pelo fato de este acreditar na ilusão do “investimento estrangeiro”, isto é, acreditar que a internacionalização do mercado interno traria crescimento, modernização e desenvolvimento para a América Latina.⁵² Segundo Weffort, a realidade demonstrava o contrário. Embora a inserção dos países subdesenvolvidos à economia globalizada possibilitasse alguns aspectos positivos para essas regiões, tais como maior difusão de ideias e informações, dinamização e diversificação da produção, atualização e transferências de tecnologias, avanço dos meios de comunicação e de transportes, rebaixamento do preço de certos produtos, ampliação de opções para os consumidores, tudo isso ocorreria a um custo altíssimo. Para ele, a inserção subordinada das economias periféricas ao capital internacional, ao contrário

⁵⁰ FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000, p. 58.

⁵¹ WEFFORT. *O populismo na política brasileira*, 1980, p. 167.

⁵² Esta visão de FHC fica bastante clara em sua seguinte fala: “[...]os blocos políticos internacionais podem produzir consequências importantes e dinâmicas na sociedade subdesenvolvida”. CARDOSO; FALETTO. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, p. 33.

das promessas originais, bloqueava qualquer capacidade de desenvolvimento e terminava por comprometer a própria democracia.

De acordo com Francisco Weffort, as grandes corporações dispõem de tamanho poder de mobilidade, capacidade de negociação e tendência à redução da mão-de-obra que, na maioria das vezes, tanto a sociedade como o próprio Estado acabam se tornando seus “reféns”. Vale destacar que essa fraqueza da esfera política em relação à objetividade da economia, ou seja, a dominação política pelo capital internacional é celebrada como um aspecto importante por FHC.

Em cada país, as regras de câmbio, as regras de juros, todas as medidas de monitoramento da economia, passam a funcionar ligadas aos movimentos desse mercado especulativo. E tem que ser assim mesmo, pois esse mercado, que não teria importância se não afetasse a economia real, na verdade afeta [...]. No limite o que está acontecendo, em consequência dessa globalização, é que você não tem mais autoridade.⁵³

Em seu texto, Weffort buscou discutir a questão da mobilidade do capital, discordando das posições assumidas por FHC, ao apontar que as empresas multinacionais, inseridas na lógica do capital, por definição, não têm raízes; elas sempre buscam deslocar suas plantas para lugares onde possam pagar menores salários, menores impostos e receber maiores incentivos. Ou seja, as grandes corporações buscam operar nos países periféricos onde lhes são garantidas altas taxas de retorno. A esta questão, Roberta Traspadini também argumentou:

[...] o que Cardoso não percebia era o fato de que a reinversão dos lucros é feita no exterior, dado que toda vez que a periferia necessita de maquinário e equipamento de ponta, o mercado interno não pode oferecer seu pouco, ou inexistente, caráter inovador. Ao não gerar o efeito multiplicador na periferia, esta acaba, por essa razão, especializando-se na produção de bens próprios dos departamentos D2 e D3 e os centros na difusão dos produtos advindos ao D1.⁵⁴

Diferentemente do que FHC procurou apresentar através da mídia, os principais motivos para o baixo crescimento econômico do Brasil durante os anos finais de seu governo, não se devem apenas às sucessivas crises econômicas internacionais que ocasionaram à desvalorização do Real. Mas deve-se, principalmente, à concretização da Teoria da Dependência, isto é, ao seu próprio projeto político de desenvolvimento e modernização do país, que se encontrava sustentado em seus escritos acadêmicos dos anos 1960. Como argumentou Traspadini: “A

⁵³ CARDOSO, Fernando Henrique. *O Presidente segundo o sociólogo*: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 85.

⁵⁴ TRASPADINI. *A teoria da (inter)dependência de FHC*, p. 134-135.

economia política do Real foi condizente com a perspectiva teórica mais geral defendida por Fernando Henrique Cardoso em seus textos referentes ao desenvolvimento econômico”⁵⁵.

A teoria de FHC, ao propor a acomodação subordinada do Brasil às regras impostas pela economia mundial, longe de “alavancar” o país (ou ser fonte de financiamento de projetos que priorizassem a melhoria do sistema científico, tecnológico, educacional e de saúde do país), trouxe-nos, pelo contrário, uma gama de problemas sociais (que foram, no geral, cautelosamente ocultados, dada sua natureza alarmante), entre os quais se podem destacar: o aumento da concentração de renda, do desemprego e subemprego, do déficit público, da criminalidade, do tráfico de drogas, da violência, da poluição do meio ambiente e a destruição dos recursos não-renováveis, o crescimento do número de privatizações, centenas de cortes dos gastos públicos e de programas sociais, e uma prolongada crise/instabilidade financeira resultante dos agressivos interesses do capital especulativo parasitário. Nas palavras de Traspadini:

A única coisa que o modelo FHC conseguiu fazer no nosso país, fora da farsa que construiu e que deslumbrou grande parte da população, foi reforçar a tendência especulativa do capital que operava no território nacional. Essa tendência já dominava o cenário internacional e, com o Plano Real, a lógica especulativa conseguiu generalizar-se no país e contaminar profundamente o capital que aqui opera, mesmo aquele principalmente produtivo.⁵⁶

Como se pôde observar ao longo deste artigo, um dos principais equívocos de FHC, tanto em sua época de sociólogo quanto à frente da política brasileira, foi não ter percebido os riscos que a sua perspectiva internacionalizante – a Teoria da dependência (materializada em projeto de governo quando chegou ao poder) –, trazia. Devido, em grande parte, à sua concepção liberal da economia, FHC não se dedicou a perceber as próprias contradições internacionalizantes do capital. O supranacionalismo é, em si, um processo dialético. Ele não só traz vantagens, como FHC acreditar, mas traz também, entre outras questões, fragilidades e vulnerabilidades estruturais, aumento da desigualdade social e do endividamento interno e externo. Ou seja, traz o “totalitarismo da globalização”, conforme apontou pertinentemente José Saramago:

A globalização é um totalitarismo. Totalitarismo que não precisa de símbolos, camisas verdes, nem suásticas. São os ricos que governam e os pobres vivem como podem. Então, isto tem aspectos totalitários, de fato. Porque se alguém controla a economia mundial, o movimento do dinheiro, a circulação dos bens, controla também, de certa maneira, a circulação das pessoas.⁵⁷

⁵⁵ _____ . *A teoria da (inter)dependência de FHC*, p. 26.

⁵⁶ _____ . *A teoria da (inter)dependência de FHC*, p. 117.

⁵⁷ SARAMAGO, José. *Entrevista ao Jornal da Globo*, 21 mai. 2007.

O maestro: Afonso Arinos na liderança udenista (1952-1954)

The conductor: Afonso Arinos in the UDN leadership (1952-1954)

Ramonn Rodrigues Magri
Mestrando em História - UFSJ
ramonnrm@gmail.com

Recebido em: 23/04/2016

Aprovado em: 10/05/2016

RESUMO: Este trabalho examina a chegada de Arinos à liderança da UDN na Câmara e seus primeiros desafios na função. Depois de vencer uma série de resistências para chegar à liderança udenista, o político se tornou o regente da “Banda de Música”. O grupo combateu incansavelmente o governo Vargas no plenário. A fim de se afirmar no posto, o político defendeu o Acordo Militar com os EUA. Quando não foi possível vencer dentro das normas legais, o jurista Afonso Arinos chegou, inclusive, a jogar com as “soluções extraordinárias”, tão propaladas pela minoritária, contudo incômoda facção radical da UDN. A despeito de tudo isso, os udenistas ainda assim não conseguiram chegar ao poder.

PALAVRAS-CHAVE: Afonso Arinos, UDN, udenismo.

ABSTRACT: This article examines the arrival of Arinos leadership UDN in the parliament and his early challenges in the function. After winning a series of resistances to reach the UDN leadership, the political became the conductor of the "Music Band". The group tirelessly fought the Vargas government in plenary. In order to assert itself in the function, the political defended the military agreement with the US. When it was not possible to win within the current law, the lawyer Afonso Arinos came even to play with the "extraordinary solutions", as propagate the minority, however uncomfortable radical faction of the UDN. Despite all this, the UDN still failed to come to power.

KEYWORDS: Afonso Arinos, UDN, udenism.

A caminho da liderança

Em maio de 1952, com a morte de José Monteiro Soares Filho, o deputado Afonso Arinos assumiu a liderança de seu partido na Câmara Federal. O até então vice-líder, junto a

Êrnani Sátiro (PB) e Luís Garcia (SE), teve preferência devido à idade, à frequência na tribuna e, para ele, à “generosidade dos dois companheiros”. Mas no caminho havia obstáculos. Outros nomes também concorreram ao posto. Arinos estava na Europa quando soube que o então líder havia falecido. Informado por companheiros, que solicitavam seu retorno ao país a fim de assumir a liderança provisória da UDN, sugere que voltou ao Brasil contrariado. Sentia-se “um pouco enjoado”, pois sabia que teria de lutar para permanecer na posição. A ala dos “chapas-brancas” era a principal oponente.¹

Para Afonso Arinos, o governo Vargas se aproveitava da sensibilidade desses colegas diante do poder. Era um grupo que “dava trabalho”. A relação entre os “chapas-brancas” e o setor ao qual pertencia, o dos os “bacharéis”, porém, era de interdependência. Por um lado, os “chapas-brancas” necessitavam dos bacharéis para legitimarem suas manobras. Sendo assim, o tratamento, na esfera partidária, era cordial. Os bacharéis, por outro lado, careciam da ajuda dos chapas por conta de bases eleitorais que ofereciam vantagens em planos locais, o que o autor chama de “fundamentos municipalistas”. Segundo ele, a influência de João Cleófas, então ministro da Agricultura, fortaleceu os dissidentes:

Vargas, com seu feitiço, distribuindo favores e sorrisos, arrebanhara um número avultado de colegas para os seus arraiais. O pior era que vários, entre estes, eram meus amigos, inclusive alguns mineiros, como José Bonifácio, Monteiro de Castro e Alberto Deodato.²

A bancada decidiu aguardar a chegada de Arinos ao Rio de Janeiro para a escolha do líder. Nas disputas de bastidores, um dos que mais o defendia era o jornalista Carlos Lacerda³. Para evitar confrontos, o deputado foi ganhando tempo no Velho Continente. Informava-se pela imprensa e mantinha contato com amigos e, principalmente, com o filho Afonsinho. Somente em agosto desembarcou no Brasil. De imediato, percebeu que havia mais intriga no grupo mineiro. E foi justamente a esta bancada que seu destino foi entregue. A situação fora organizada, segundo ele, para lhe prejudicar, já que, em tese, não poderia ser líder de todos se não tivesse maioria entre seus conterrâneos. Entretanto o que importava era a maioria global, e esta o bacharel tinha. Arinos aceitou, porém, as condições que lhe foram apresentadas. Ainda assim, tenta mostrar que hesitou. Declara que se não tivesse a confiança de seus conterrâneos, não teria “condições

¹ ARINOS, Afonso. *A Escalada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 204.

² _____. *A Escalada*, p. 204.

³ Que, em seu jornal, sustentava o nome de Arinos para a liderança do partido, não poupando elogios ao colega: “só ele pode, no momento, liderar a UDN, não apenas pelas suas qualidades pessoais, como pela sua posição política, como, ainda, porque é, sendo o primeiro vice-líder na lista da UDN, aquele que deve, como primogênito, receber a herança de Soares Filho”. *Tribuna da Imprensa*, 10/07/52, p. 3.

morais” de liderar a UDN e que não compareceu à reunião dos mineiros na casa de Leopoldo Maciel – seu amigo, mas opositor na situação – para não pressioná-los.⁴

Na mesma noite ocorria sessão na Câmara. Líder interino, Arinos era informado por telefone sobre as discussões que decidiam seu futuro. De repente, Flores da Cunha, “sem qualquer combinação”, ofereceu-lhe uma oportunidade de abordar o assunto. O “velho gaúcho” foi à tribuna falar sobre o inquérito do Banco do Brasil e acabou criticando os interesses que dividiam a UDN. Declarou-se favorável à escolha de Afonso Arinos e ainda se mostrou especialmente irritado com José Bonifácio, o “Zezinho”, maior concorrente do bacharel entre os “chapas-brancas”. “Os partidos adversários seguiam divertidos aquele torneio, jubilosos com a desagregação udenista”, destaca. Aproveitando o momento, Arinos subiu à tribuna assim que Flores da Cunha encerrou sua intervenção. Salientando a “cisão da UDN” e “fracasso do seu líder”, seu discurso objetivava provocar tanto colegas quanto adversários. Os primeiros, em função do “fogo amigo”, os demais para que se sensibilizassem diante da “injustiça”.⁵ E os alvos foram atingidos. Para constrangimento dos udenistas, a bancada do PSD aplaudiu Arinos. Os adversários agora lhe eram simpáticos. Faltava conquistar os companheiros, sobretudo os de Minas Gerais, foco da divisão. A estratégia que adotou para amenizar o conflito, como bom diplomata, foi lançar indiretas e diminuir o problema. Dirigindo-se ao companheiro Flores da Cunha e a Nereu Ramos, presidente da casa, mirava os colegas ausentes:

Já que a coisa chegou a este terreno, já que o nobre representante gaúcho apelou para o meu nome, citei nominalmente a minha referência expressa à minha posição, devo dizer de público que não me sentirei em nada diminuído, em nada amesquinhado e em nada desprestigiado, se a bancada da União Democrática Nacional escolher o Sr. José Bonifácio ou outro de seus membros para a liderança. A posição em que me coloco é apenas a de não poder aceitar que esta decisão se verifique, sem um pronunciamento expresso, categórico, firme e claro desta mesma bancada, caso se faça necessário, porque, Sr. Presidente, tenho explicado aos meus amigos e aproveito, a contragosto, a oportunidade para explicar à Nação que não sou candidato à liderança da UDN; sou um dos líderes da UDN.⁶

Embaraçados, os udenistas no plenário se viram obrigados a aplaudir a declaração. Enquanto Arinos falava, “jornalistas amigos” repassavam trechos de seu discurso aos mineiros reunidos. Pouco depois, veio a definição. O próprio “Zezinho” declarou apoio ao colega. Daí em diante o caminho estava praticamente livre. Ainda na mesma sessão, Ernani Sátiro opinou em nome de Luís Garcia, que estava fora do país, favoravelmente a Arinos. Este se dizia confiante,

⁴ ARINOS. *A Escalada*, p. 205.

⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, 28/08/52, p. 481-482.

⁶ *Anais da Câmara dos Deputados*, 28/08/52, p. 483-484.

pois também contava com o apoio das duas personalidades mais prestigiadas do partido, o Brigadeiro Eduardo Gomes e Otávio Mangabeira. Orgulhoso, Arinos sugere que a conquista seria fruto da própria retórica: “a liderança estava consolidada, por um daqueles caprichos habituais da política. Consolidada talvez mais pelo discurso improvisado na sessão noturna, do que pela dedicada atuação de tanto tempo. Inconstância, teu nome é política...”⁷.

O deputado adverte que a tarefa de líder da UDN e, por tabela, da minoria, não seria fácil. Teria que defender com vigor a oposição contra o governo. No quadro partidário geral, o PSD estaria politicamente entregue e a importância do PTB se reduziria ao próprio Getúlio⁸. Já no contexto “doméstico”, seria preciso entender a conduta dos “chapas-brancas”, uma vez que ofereciam sustentação em bases locais. Para isso, admite que os “favores” da situação eram “desejáveis”.

Cultura política, história e partidos

Após o descrédito com que fora visto por toda uma geração de historiadores durante boa parte do século passado, quando as dimensões econômica e social ocuparam um lugar privilegiado em certa concepção de história, o campo da política se viu tomado, nas últimas décadas, pela rediscussão de seus paradigmas, conceitos e metodologias. O “retorno” da história política operou-se pela ampliação das fronteiras que a delimitavam, “incorporando novas dimensões e abrindo espaço para o surgimento de novos objetos de estudo”⁹. O intercâmbio com a ciência política foi o âmago dessa “volta”, possibilitando a expansão constante de estudos sobre eleições, grupos de pressão, mídia, partidos políticos e relações internacionais.

Observando o contraste entre a “velha” e “nova” história política, percebemos que a compreensão mais ampla da noção de “poder” redefiniu os sentidos do político. Os objetos do campo passaram a ser tudo o que fosse permeado pelo poder, “e não mais exclusivamente de uma perspectiva da centralidade estatal ou da imposição dos grupos dominantes de uma sociedade”¹⁰. Sem deixar de lado os objetos de estudo já tradicionais da “velha história política”, a mudança permitiu interfaces com as histórias cultural, econômica, do imaginário e,

⁷ARINOS. *A Escalada*, p. 208.

⁸ “Era apenas um dispositivo político a serviço das obscuras intenções do seu chefe. E este chefe se revelara no pleito o maior líder popular que o país já conhecera. Em resumo, tudo dependia das intenções de Vargas, mas estas, como sempre, permaneciam nebulosas.” ARINOS. *A Escalada*, p. 185.

⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 267.

¹⁰ BARROS, José D’assunção. História política: da expansão conceitual às novas conexões interdisciplinares. *Opvis*, Catalão, v. 12, n. 1, 2012, p. 32.

principalmente, com a social. Em nenhum momento o político ausentou-se da historiografia, apenas “deixou de ocupar o centro das atenções nos estudos sobre as sociedades humanas no tempo em favor de outras instâncias do social”, tratando-se, portanto, não do retorno, mas da renovação desse campo histórico.¹¹

É no bojo dessa renovação com conexões intra e interdisciplinares que emergiu um novo objeto e, ao mesmo tempo, um novo quadro conceitual para a história política: a “cultura política”. Esta reúne as histórias política e cultural combinando perspectivas da sociologia, da antropologia e da psicologia, o que enriquece um panorama antes “somente histórico”. Já acerca da categoria cultura política, historiadores como Jean-François Sirinelli e Serge Berstein se dedicaram a reelaborá-la. Para o segundo, especialmente, trata-se de:

Um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreitas relações uns com os outros, tendo por componentes fundamentais uma “base filosófica ou doutrinal”, frequentemente colocada à disposição da maior parte de seus participantes, uma leitura comum do passado histórico, uma visão institucional que se traduz através de uma organização política, uma concepção de sociedade ideal, um discurso codificado com vocabulário próprio, além de ritos e símbolos que estabelecem um plano para a cultura política em questão.¹²

Tal definição é particularmente importante para o objeto deste artigo porque auxilia o historiador interessado no problema fundamental das intenções do político. Nessa direção, as culturas políticas e seu estudo servem para “compreender as motivações que levam o homem a adotar este ou aquele comportamento político”¹³; bem como descobrir as origens e escolhas dos indivíduos por meio do discurso, dos argumentos e do gestual, estabelecendo, conseqüentemente, “uma lógica a partir de uma reunião de parâmetros solidários, que respeitam ao homem por uma adesão profunda”¹⁴.

Aplicando a categoria, tem-se a perspectiva de “resgatar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia dos governantes, o pensamento político e a mentalidade comum”¹⁵. Sendo assim, podemos apontar quatro pressupostos básicos ao entendimento do historiador francês: as culturas políticas ocupam um lugar particular no espaço que a historiografia reserva hoje ao fenômeno cultural; o campo de

¹¹ BARROS. História política. p. 30. Para uma abordagem sobre essa renovação, ver: RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 13-36.

¹² BARROS, José D’assunção. *Op. Cit.* p. 36.

¹³ BERSTEIN, Serge, Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 359.

¹⁴ _____. *Cultura Política*. p. 362.

¹⁵ FERREIRA. A nova “velha história”. p. 269. Considerações importantes sobre o assunto estão em MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-37.

aplicação delas, entretanto, inscreve-se no político; em determinadas circunstâncias históricas, uma cultura política pode se tornar dominante frente às demais; e por último, mas não menos importante, o fato de serem resultantes de uma multiplicidade de fatores, não constituindo, portanto, uma mensagem unívoca.¹⁶

Também vêm ao encontro do enfoque temático aqui proposto a retomada do interesse da historiografia pelo estudo dos partidos políticos. A respeito do poder no interior das agremiações, um dos problemas-chave é saber quem de fato o detém. Já sobre a base doutrinária e ideológica de um partido, “para a maioria dos membros, [...] não é algo evidente. Na maioria dos casos, é sob a forma de uma cultura política difusa que a ideologia se impõe aos membros de uma formação”¹⁷. Outro aspecto fundamental é o papel decisivo dos partidos, especialmente os do “Terceiro Mundo”, na seleção das elites políticas, mobilização das massas, difusão das ideologias e, sobretudo, na estruturação social.

A defesa intransigente do Acordo Militar

O primeiro grande desafio do novo líder da minoria foi se posicionar a respeito do Acordo Militar Brasil – Estados Unidos, assunto que dividia opiniões tanto no governo como na oposição. Também entre as Forças Armadas a questão gerava muitas controvérsias. Ainda no início do mandato de Vargas, os norte-americanos propuseram um acordo secreto, nas condições do de 1942, priorizando as defesas interna e do continente e a organização de tropas para envio à Guerra da Coreia, ou onde fosse preciso, sob tutela da ONU.¹⁸ Destarte, no início de 1952, os EUA enviam uma comissão ao Rio de Janeiro para negociar. O governo brasileiro, por sua vez, nomeia um grupo integrado por Góes Monteiro e outros chefes militares e um corpo diplomático liderado pelo chanceler João Neves. Era grande a expectativa em torno das discussões e prováveis consequências do Acordo. A atmosfera da Guerra Fria polarizava os debates em torno da questão.¹⁹

¹⁶ DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas – definições, usos, genealogias. *Varia História*. Belo Horizonte, n. 28, 2001, p. 25-26.

¹⁷ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 88.

¹⁸ Em abril de 1951, durante a IV Conferência de Chanceleres Americanos, o representante brasileiro, João Neves da Fontoura, inicia conversações com os norte-americanos reivindicando mais auxílio militar ao Brasil. O evento foi convocado pelos Estados Unidos em função da crise em torno da entrada da China na Guerra da Coreia. ALVES, Vágner Camilo. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. *Revista brasileira de política internacional*, Brasília, v. 48, n. 1, 2005, p. 21.

¹⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. São Paulo: Ática, 1992, p. 171-172.

A relação entre governo e militares oscilava. Embora tivesse recebido apoio dos setores nacionalistas das Forças Armadas na campanha de 1950, sobretudo por conta das posições a respeito do petróleo, Getúlio se distanciou da maior parte dos chefes militares quando começou a discussão em torno do Acordo e de suas implicações. Naquelas circunstâncias, as dificuldades econômicas não permitiam que o país se envolvesse num conflito internacional. A recuperação financeira era prioridade. Partindo da resolução dos problemas internos é que se poderia pensar em alternativas de preparação militar. Sendo assim, a colaboração mais viável seria fornecer minerais para as tropas da ONU. Com esse intuito, a “Missão Góis Monteiro” deveria solicitar ajuda financeira imediata junto aos EUA para equipar sua força expedicionária e, em contrapartida, o Brasil enviaria matéria-prima estratégica para as Nações Unidas e participaria da defesa da América do Sul, tendo a prerrogativa de defender seu próprio litoral.²⁰

Assim, as negociações foram conduzidas por Góis Monteiro e, principalmente, João Neves da Fontoura. O Gal. Estillac Leal, Ministro da Guerra, no entanto, foi colocado em segundo plano. Contrário à medida, o líder da corrente nacionalista das Forças Armadas era acusado pelos colegas de favorecer a infiltração comunista e a indisciplina nos quartéis. Em 15 de março, o embaixador estadunidense e o chanceler brasileiro assinaram o Acordo de Assistência Militar Brasil-Estados Unidos, que só vigoraria após a aprovação do Congresso. Irritado com a medida e não suportando as pressões dos colegas conservadores, como o Gal. Zenóbio da Costa, Estillac se demite. O ex-ministro alegou que sequer teve acesso ao documento aprovado. Em seu lugar, o presidente nomeou o Gal. Espírito Santo Cardoso, adversário dos nacionalistas. Ao mesmo tempo, João Neves articulava para que as exportações de minério do Brasil e o retorno financeiro dos Estados Unidos saíssem do papel o mais rápido possível. Já no mês de abril, o projeto do Executivo sobre o Acordo chegava à Câmara dos Deputados.²¹

Dois dos maiores interessados na aprovação do pacto intercederam junto a Afonso Arinos: o Brigadeiro Eduardo Gomes e próprio ministro Fontoura. O militar, defensor do alinhamento incondicional com os EUA, queria o aparelhamento e o *know-how* que os americanos ofereceriam para aprimorar as Forças Armadas. Os motivos do segundo também eram de “solidariedade continental”, além de outros que explicou a Arinos numa conversa particular:

²⁰ D'ARAÚJO. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*, p. 170-171.

²¹ Acusado de “entreguista”, João Neves era quem mais cobrava urgência na tramitação. O ministro buscou apoio de diversos parlamentares para que a votação fosse aprovada sem delongas. Pediu a Gustavo Capanema, líder da maioria, que evitasse emendas. Chegou, inclusive, a solicitar que Dutra orientasse seus amigos militares no Congresso. _____. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*, p.172.

Neves deu-me a entender que o Presidente Vargas, por temperamento, para não desgostar certas alas do PTB e por uma espécie de má-vontade que nunca perdera para com os Estados Unidos não empenharia nunca o prestígio do governo na defesa do tratado. Confiante na minha amizade e ciente do empenho com que eu acompanhava os assuntos do continente (preparava, então, a biografia de meu pai), o chanceler solicitava minha ajuda, como líder da oposição.²²

O deputado aceitou, então, a “incumbência”. Justifica que concordava com o Acordo e que este também viria ao encontro da opinião de Eduardo Gomes, o “chefe espiritual” da UDN. A partir daí, começou a se informar sobre o clima dentro partido. A maior parte dos colegas, naturalmente, era favorável. Entre os contrários, destacavam-se os deputados Bilac Pinto e Rafael Correia. O primeiro, correto e suave, “mas extremamente exaltado de temperamento”, não concordaria em apoiar a situação e apontava erros técnicos no texto do projeto; Correia teria simplesmente “muita desconfiança dos Estados Unidos”. Subestimando os colegas, Arinos reduz os argumentos deles contra o projeto que abraçou a meros instintos oposicionistas.²³

Relatando o caso doze anos mais tarde, Arinos teria percorrido, de acordo com o tom de suas palavras, uma linha tênue durante os meses em que defendeu a causa. Não podia revelar – “a não ser aos mais íntimos” – os apelos que recebeu e tinha que agir rápido e com cuidado. Segmentos militares o pressionavam, quer por razões ideológicas, quer para receberem o quanto antes os equipamentos, “mal disfarçando resmungos e veladas ameaças”. Mas o pior mesmo seria sua posição no quadro político-parlamentar. Recém-chegado à liderança da minoria, sustentava um projeto do governo “em matéria altamente controversa”. Arinos compareceu a reuniões de parlamentares, no Itamarati, convocadas por João Neves. Nessas ocasiões, admite, sem constrangimento, que a maneira que encontrou para ajudar o amigo chanceler era jogar com “cartas marcadas”. Discutia aspectos do projeto que aparentemente contestava, mas que já tinham sido previamente acordados entre eles.²⁴ A maior dessas “desavenças” era a respeito da “Lei de Segurança Mútua”, determinação norte-americana de 1951 que pautava o acordo com o Brasil. Baseando-se nisso, os maiores opositores do projeto alegavam que a medida era inconsequente por criar a obrigação de se cumprir uma lei aprovada nos e para os Estados Unidos.²⁵ Arinos reconhece que o argumento procedia. Pressionado, no entanto, pelos lados com que tinha se comprometido, recusou até mesmo uma emenda de Bilac Pinto que atenuaria a questão. Tentando se explicar, o bacharel deixa claro o que para ele era mais importante:

²² ARINOS. *A Escalada*, p. 237.

²³ ARINOS. *A Escalada*, p. 237-238.

²⁴ _____. *A Escalada*, p. 238.

²⁵ D'ARAÚJO. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*, p.173.

Eu me opus, não por motivos doutrinários, pois aceito a emenda a tratados, mas porque receava a péssima repercussão que a enorme demora causada pela reabertura de negociações, forçada pela emenda, criaria nas forças armadas, inclusive na Aeronáutica, que era o setor udenista delas.²⁶

Assim, para evitar a morosidade de um acordo devidamente negociado e obter “os mesmos resultados práticos”, sugere a João Neves “uma espécie de reserva interpretativa”, segundo a qual o Brasil aceitaria a menção à lei estadunidense exclusivamente para objetivos que constassem no texto do tratado. O ministro aceitou a proposta e rapidamente informou Gustavo Capanema.²⁷

Rafael Correia, jornalista, denunciou em sua coluna as barbaridades contidas no texto ao longo de toda a tramitação. Lamentando a “estúpida” assinatura do acordo com os Estados Unidos, criador de uma série de obrigações incompatíveis com a soberania do Brasil, defendeu com veemência, sobretudo nos momentos finais, maior discussão acerca dos pontos em que o país se comprometeria. “Teremos uma repetição das vergonhosas concessões e ajustes da última guerra?”, indagou. Quando Arinos finalmente apresenta alguma sugestão – projeto que regulava a remessa de tropas para o exterior –, Correia percebe de imediato o objetivo do colega. Ressaltou que a proposta não tinha consistência, já que apenas exigia o pronunciamento do Congresso para a aplicação de uma cláusula, o que não influiria na substância do tratado. Não seria nada inovador, somente um desvio no foco do ponto mais duvidoso da questão: a influência, aqui no Brasil, da referida “Lei de Segurança Mútua”. Nesse sentido, constatou: “o projeto de Afonso Arinos [...] é inócuo e tem um efeito sedativo que pode amortecer a vigilância do Congresso em relação a outros aspectos do acordo”²⁸. Nota-se, pela contundência, que a postura de Correia ia um pouco além de apenas “intriga da oposição”.

Em 5 de dezembro, num longo discurso, Arinos fez o que chamou de a “defesa mais séria que o tratado teve em toda a sua tramitação”²⁹. As sessões do dia foram agitadas. Parlamentares contrários e favoráveis à matéria entraram em discussões tão acirradas que quase chegaram às vias de fato. Quando os ânimos se acalmaram, o udenista Tenório Cavalcante se destacou entre os que rejeitavam o pacto. Era “uma forma de pressão imperialista e uma tentativa de nos reduzir à situação de colônia”, afirmou o deputado. À noite, ignorando este e vários outros argumentos, Arinos declarou, em tom protocolar, que apenas respeita as “poucas

²⁶ ARINOS. *A Escalada*, p. 238.

²⁷ _____. *A Escalada*, p. 238.

²⁸ *Diário de Notícias*, 29/10/52, p. 3-4; 02/11/52, p. 5; 06/11/52, p. 4; 16/11/52, p. 3-4.

²⁹ ARINOS, Afonso, 1965, p. 239.

exceções”, mas a intenção de seu partido é aprovar a matéria e que neste como em qualquer assunto, a UDN agia “com absoluta boa-fé e sob a inspiração do amor à pátria”³⁰. E o reconhecimento não tardou: “quando me encontrei com João Neves em Lima, ainda em dezembro daquele ano [...], ouvi do ministro que eu salvara o tratado”³¹.

Contra as emendas apresentadas por Bilac Pinto, Arinos proferiu outro longo discurso no dia 12 de fevereiro, em mais uma sessão conturbada. Foi sua última manifestação sobre a matéria. Na ocasião, os parlamentares que questionaram sua aguerrida defesa do acordo “se uniram aos comunistas”. Osvaldo Orico (PSD) e Hélio Cabal (PR), que não eram contrários ao projeto, mas “hostis a João Neves”; Lúcio Bittencourt, “por uma espécie de radicalismo demagógico” e o próprio Bilac, por ser amigo de Bittencourt ou “por dureza oposicionista, convencido, talvez, de que não ficava bem à UDN defender um projeto do governo”. A CCJ liberou as emendas e o próprio Arinos reconheceu a legalidade delas. Mas não as aprovaria. “Conveniência política”, eis o eufemismo com que justifica o veto: “tal como o Brigadeiro, parecia-me que a conveniência do país estava na aprovação do projeto”³².

Durante sua fala no plenário, Arinos fez colocações evasivas e ignorou as emendas de seu colega de bancada. Começou “lamentando profundamente” ter que discordar das emendas do “ilustre companheiro”, aventando, inclusive, a fidelidade partidária deste. E prosseguiu: “ele [o tratado] corresponde, segundo informações concretas e autorizadas que nos foram propiciadas, a necessidades inadiáveis do nosso aparelho militar...”; não devendo, por isso, ter sua consolidação “retardada, tumultuada, quiçá tornada impossível” por emendas de “nenhum interesse relevante ou essencial”, conclui.³³ Bilac, Cabal e Orico intervieram. Com o primeiro, em especial, a discussão não era fácil, “pois se situava no plano jurídico e político”, reconhece. Os demais, segundo Arinos, teriam se esforçado, “sem êxito”, para contra-argumentar.³⁴ Não é o que revelam, porém, os anais. Orico aponta uma das contradições de Arinos, que meses antes apresentou projeto regulando envio de tropas ao exterior, mas se mostrava “infenso e hostil” a uma proposição da mesma natureza apresentada nas emendas de Bilac; lembra, a seguir, um pressuposto que seu interlocutor havia “esquecido”, o de que no exame e interpretação dos tratados a tendência é sempre prevalecer o entendimento dos que o elaboram. Cabal, por sua vez, argumentou que as condições eram apropriadas a um acordo coletivo, e não bilateral; na

³⁰ *Diário Carioca*, 06/12/52, p. 3.

³¹ ARINOS. *A Escalada*, p. 240.

³² ARINOS. *A Escalada*, p. 251.

³³ *Anais da Câmara dos Deputados*, 12/02/53, p. 102-109.

³⁴ ARINOS. *A Escalada*, p. 251.

sequência, qualificou a exposição de Arinos de “arrazoado”, o que o irritou.³⁵ Ao longo de várias horas de debate, somente dois udenistas, Artur Santos e Alberto Deodato, manifestam-se a favor do desconcertado Arinos – “ambos, felizmente, juristas prestigiosos”, orgulha-se. A despeito da resistência dos nobres colegas, o líder votou, “com sincero desprazer”, pela UDN, contra as emendas que adiariam ou renegociariam a questão.³⁶

Ratificado, por fim, no mês seguinte, o acordo determinava a venda de minério brasileiro aos Estados Unidos em condições vantajosas para os americanos. Durante toda a tramitação houve intenso debate, principalmente nas hostes militares. As conjunturas nacional (“entreguistas” contra “nacionalistas”) e internacional (blocos capitalista e socialista) polarizadas, revestiam de forte teor ideológico a questão da segurança nacional. Combatido inclusive por quadros do governo, o pacto refletiu fundamentalmente a instabilidade das alianças políticas e militares de Vargas.³⁷

Regendo a “banda de música”

No segundo semestre de 1952, a estratégia política de Vargas era de conciliação, buscando o apoio do maior número possível de setores, inclusive da UDN. Diante disso, Arinos teve algumas oportunidades de dizer qual seria a reação do partido. Uma delas foi no início de outubro. Respondendo a um discurso do presidente, o deputado quis apresentar a postura mais adequada para a oposição. Sua fala, porém, não repercutiu como esperava entre alguns de seus pares. Getúlio enfatizou a necessidade de uma grande reforma administrativa e pediu a união de todos os partidos. A oposição, segundo ele, tinha deveres para com a democracia. Entre eles estariam a colaboração e o entendimento face aos problemas nacionais. Ponderava, contudo, acerca do caráter de tal ajuda: “colaboração não implica servidão, nem importa em abdicação”³⁸.

Entre os antigetulistas exaltados o apelo soou como ameaça. Poucos dias após o discurso de Vargas, e antes mesmo da deliberação da UDN, já vociferavam que os udenistas como um todo não acreditavam na sinceridade do presidente. Carlos Lacerda assegurou que a resposta do partido seria um categórico “não”, desqualificando até a opinião do chefe máximo da agremiação, que havia condenado um posicionamento inflexível: “a entrevista do Sr. Odilon Braga não

³⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, 12/02/53, p. 103-105; 107-108.

³⁶ ARINOS. *A Escalada*, p. 251.

³⁷ D'ARAÚJO. *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*, p. 180.

³⁸ *Correio da Manhã*, 04/10/52, capa.

representou o pensamento oficial do partido. Foi, apenas, um pronunciamento pessoal, mais de doutrinador que de político”³⁹.

Arinos aguardou a reunião do diretório para se manifestar. No dia seguinte à deliberação, subiu à tribuna da Câmara. Em seu discurso, sinalizou que a UDN acolheria a proposta de reforma administrativa do governo. Ora interrompido por apartes, ora por aplausos, elencou as razões que os levaram a atender a solicitação de Vargas, ressaltando diversas vezes, porém, que a atitude não implicaria na quebra do que fora determinado na convenção nacional mais recente do partido: manter-se como oposição. O presidente, segundo Arinos, ao incluir seus adversários num projeto de governo, teria surpreendido positivamente a nação. Por isso os udenistas se empenhariam pela reforma administrativa, mas desde que ocorresse em clima absolutamente democrático. Tal ressalva se explicava num sutil “elogio” a Vargas: “homem verdadeiro, coerente, nunca dissimulou suas inclinações antidemocráticas”. Não faltaram citações poéticas, comuns em seus discursos. Neste, destacou-se uma de Schiller: “pensar é fácil, agir é difícil, agir segundo o pensamento é quase impossível”. O deputado reiterou, por fim, a disposição de seu partido em auxiliar o país, todavia no papel de oposição, dentro dos “preceitos da liberdade” e dos critérios “moral” e “legal”.⁴⁰

Conforme os registros do Congresso, o orador desceu da tribuna sob longa salva de palmas e recebendo muitos cumprimentos. Mas nem todos no plenário o aplaudiram. Arinos sentiu imediatamente as restrições da “ala mais radical”, que, aliada estrategicamente aos “chapas brancas” – opositores de seu acesso à liderança –, espalhava “comentários desfavoráveis”⁴¹. Nos dias seguintes, o jornal cujo slogan era “diz o que pensa porque pensa o que diz” tentou desconstruir a fala do líder da minoria. Primeiro, dando manchete à declaração de Odilon Braga no sentido de que a UDN se manteria inflexível na linha de oposição. O mesmo número também reproduziu uma entrevista de Afonso Arinos interpretando seu próprio discurso. Ele negou ter sido uma prova de adesão, como muitos nas galerias do plenário, sobretudo da situação, haviam entendido. Na edição seguinte, o periódico lamenta a impressão ruim, “desoladora”, que as declarações de Arinos, num “dia infeliz na tribuna”, deixaram no partido e ameaçou: a “brigada de choque” da UDN na Câmara, formada pelos deputados Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, Ernani

³⁹ *Tribuna da Imprensa*, 06/10/52, capa. Este veículo divulgava as ideias do grupo político de seu proprietário, diretor e editor. Uma análise disso pode ser encontrada em: DELGADO, Márcio de Paiva. *O Golpismo Democrático: Carlos Lacerda e o jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

⁴⁰ *Anais da Câmara dos Deputados*, 09/10/52, p. 154-168.

⁴¹ ARINOS. *A Escalada*, p. 213-214.

Sátiro e Herbert Levy, reagiria desencadeando uma ofensiva contra o governo, que recebeu o pronunciamento da oposição com euforia.⁴²

Relendo seu discurso mais de uma década depois, o então deputado concorda com tudo o que havia dito, sem restrição alguma. Era, para ele, a postura mais correta da oposição naquelas circunstâncias: “o presidente apelava corretamente para o Congresso e para os partidos, e uma agremiação legalista como a UDN não poderia vacilar”. Sua intenção, portanto, era participar da administração de Vargas, mantendo, porém, a “independência política” e a “vigilância democrática”. Quanto às críticas dos radicais, Arinos atribui seu papel de vítima da situação a um traço da própria personalidade. Era o preço que os “moderados”, como ele, pagavam pela “incompreensão dos exaltados”⁴³.

Daí em diante, entretanto, Arinos pareceu “aprender” com seus críticos. Ao longo de 1953, o regente da “banda de música” subiu muitas vezes à tribuna e abordou os principais assuntos do momento pela ótica da oposição. Criticou a política econômica, denunciou corrupção e, sobretudo, atacou o governo sempre que pôde. Paralelamente, ocorrências que conturbavam o ambiente interno udenista se sucediam. A primeira do ano envolveu “desacertos administrativos”. Discutia-se um projeto de lei que criaria, no Itamarati, cargos ministeriais para assuntos econômicos, sendo ocupados por conselheiros comerciais da pasta. Além disso, previa-se a inclusão de outros nomes, indicados diretamente pelo presidente da República. Como no episódio do Acordo Militar, mais uma vez João Neves pediu a ajuda do líder da minoria. Mas agora queria o veto da questão. A própria família Vargas tinha interesse no projeto, entretanto o presidente não quis marcar posição, o que fechou as portas para o ministro nos meios governistas. Por isso recorreu à oposição. Arinos abraçou novamente a causa do chanceler e foi ao gabinete de um amigo que tinham em comum, Nereu Ramos. O presidente da Câmara ajudaria regimentalmente. “Como era natural, e atendendo ao desejo de Neves, nada revelei sobre a nossa conversa, nem mesmo aos meus companheiros de partido”, confessa Afonso Arinos.⁴⁴ Na discussão do assunto no plenário, tentou obstruir o projeto alegando inconstitucionalidade. Em determinado momento, Osvaldo Orico provocou o líder da oposição. Segundo o pessedista, Arinos era cotado para assumir o Itamarati. Constrangido, o udenista rechaçou a possibilidade elencando duas razões: a proximidade que tinha com o então ministro e sua colocação, na UDN,

⁴² *Tribuna da Imprensa*, 10/10/52, p. 1-2; 11-12/10/52, p. 3.

⁴³ ARINOS. *A Escalada*, p. 213-214.

⁴⁴ ARINOS. *A Escalada*, p. 246-247.

entre os que não colaborariam com o governo.⁴⁵ Seus esforços, entretanto, foram em vão. Nas sessões posteriores a maioria venceu. Importantes nomes da UDN se dividiram. Alguns deles, por conta de um lobby feminino⁴⁶ Arinos sustenta que Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro – dois dos antigetulistas mais radicais –, por exemplo, votaram a favor a pedido da deputada Ivete Vargas (PTB), “estimada na bancada”⁴⁷.

Poucos dias depois, Afonso Arinos renunciou da liderança da UDN. Expresso em carta enviada para o vice-líder Ernani Sátiro, o pedido estava ligado à querela da escolha do novo presidente do partido, a ser realizada na convenção nacional. Também em Minas Gerais havia a divisão entre “colaboracionistas” e “oposicionistas”. Por uma espécie de “compromisso moral”, Arinos, contrário à candidatura de Gabriel Passos, desejava evitar mais dissidências na seção regional. Como o contrerrâneo retirou seu nome da disputa, o líder, “tanto para dar uma demonstração de firmeza de princípios, como para impedir que os amigos mais extremados do Sr. Gabriel Passos lhe viessem pedir o cumprimento da promessa”, entregou o cargo. A bancada, porém, recusou a solicitação por unanimidade.⁴⁸

A última ofensiva frente a Getúlio

“Tudo era lenha na fogueira verbal oposicionista”, admite o então líder da UDN. Incomodado com a “manobra política obscura e ameaçadora” de Vargas, Arinos se sentiu compelido a acentuar sua postura de opositor. Cumpriria o dever “sem tergiversar”. Sua primeira medida, ainda no segundo semestre de 1953, foi elaborar um projeto de reforma eleitoral. Este previa que legendas se aliariam com transferência de votação em eleições majoritárias, inclusive na presidencial. A intenção era fortalecer os partidos, mantendo-os coesos e evitando a “formação de grupos ou alas dispostos a aderir a um presidente no qual não haviam votado”. O texto também permitiria a aproximação prévia de correntes partidárias ideologicamente semelhantes, viabilizando a formação de um bloco dominante exatamente após cada pleito. Dessa forma, a seu ver, o Executivo não subjugaria o Congresso, bem como não haveria cambalachos entre o presidente e os congressistas para a conquista de maioria parlamentar. Além disso, segundo o autor, a proposta também era uma maneira indireta de se chegar à tão propalada

⁴⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, 02/02/53, p. 105.

⁴⁶ ARINOS. *A Escalada*, p. 247.

⁴⁷ Ainda na tribuna, em resposta a um aparte de Gustavo Capanema, insinuou a respeito da interferência da sobrinha do presidente na votação do projeto: “(...) as admoestações discretas de outros palácios, que não o Itamarati, e que terão, possivelmente, chegado ao recinto deste nosso palácio por intermédio das mais graciosas, das mais gentis e das mais irresistíveis influências... (Riso)” *Anais da Câmara dos Deputados*, 02/02/53, p. 106.

⁴⁸ *Correio da Manhã*, 07/04/53; 09/04/53, capa. O curto, mas curioso episódio não consta em suas memórias.

maioria absoluta, que seu partido considerava preceito constitucional. Tratava-se, evidentemente, de uma tacada direcionada para dois alvos. Arinos queria acertar, ao mesmo tempo, os “chapas-brancas” e o próprio governo, reduzindo-lhes as possibilidades de sucesso nas eleições seguintes. Mas a iniciativa, talvez por excesso de ambição, não prosperou. Sempre alerta, o PSD rejeitou obstinadamente o projeto, que foi derrubado ainda na CCJ, “sob a improcedente alegação de inconstitucionalidade”, lamenta o autor.⁴⁹

Uma questão que dividiu o Brasil à época, e também os udenistas, foi a do petróleo. Debatido desde o governo Dutra (1946-1950), o assunto voltou à pauta com ênfase a partir de dezembro de 1951. Vargas enviou ao Congresso um projeto de regulamentação. Previa-se a abertura do mercado e a criação da Petróleo Brasileiro S. A., empresa de economia mista controlada pela União. A medida, portanto, era nacionalista e estatizante, mas não determinava o monopólio estatal da exploração do petróleo. Em meados de 1952, durante a tramitação na Câmara, a UDN, por meio de Bilac Pinto, manifestou sua posição oficial. Inesperadamente, o partido defendeu um monopólio e sugeriu a criação de uma estatal para atuar no setor. Muitos acreditaram se tratar de apenas implicância de oposicionistas. O entendimento, porém, foi mantido. Internamente, nomes como Raimundo Padilha e Carlos Lacerda, por um lado, contestavam a orientação, atribuindo-a a influência “comunista” proveniente da campanha “o petróleo é nosso”. Os bacharéis, por outro lado, defenderam o monopólio, apesar do evidente descompasso em relação ao programa liberal do partido.⁵⁰

Após meses de discussões em que recebeu uma série de emendas nas duas casas, o projeto, por fim, é sancionado. A lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, determinava o monopólio e criava a Petrobrás, cuja presidência foi entregue ao udenista Juraci Magalhães. Assim, “o apoio decisivo da UDN para a instituição do monopólio estatal revela, de forma exemplar, as ambiguidades e contradições no apregoado liberalismo do partido”⁵¹. As impressões de Afonso Arinos seguem o mesmo sentido. Embora não discorra sobre a querela em suas memórias, o político admitiu, anos depois, que não tinha muito conhecimento do assunto. Mesmo assim, segundo ele, os bacharéis confiavam que o Estado teria mais força que a iniciativa privada na pesquisa petrolífera. Quando perguntado se integrava uma suposta corrente estatizante

⁴⁹ ARINOS. *A Escalada*, p. 256.

⁵⁰ DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986, p. 112-117.

⁵¹ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 200.

ou nacionalista no partido, sua resposta esclarece qual era, a seu ver, a principal clivagem da agremiação no momento e por que o seu grupo tinha vantagens:

Fazíamos aquilo por patriotismo. Os líderes mais importantes da UDN eram homens do Estado. Naturalmente, no partido havia grandes usineiros de açúcar, havia banqueiros paulistas, grandes proprietários, mas esses homens não sabiam falar [...] Quem falava pelo partido eram os advogados, os professores, os jornalistas, os escritores, esses é que sabiam falar. E, em geral, eram homens do Estado, como sempre fui, durante toda a minha vida.⁵²

Entre fins de 1953 e o primeiro semestre do ano seguinte, Arinos se envolveu em duas situações que desgastaram sua liderança no partido. Primeiro, aceitou participar de um evento em Caracas representando o governo, o que irritou vários setores, especialmente os lacerdistas. Na sequência, apresentou um pedido de impedimento do presidente sem bases jurídica e política, resultando numa derrota desmoralizante em plenário.

Arinos estava em Belo Horizonte, fazendo campanha, quando soube do atentado contra Carlos Lacerda. Este teve ferimentos leves, mas um dos jovens oficiais da FAB que o protegiam foi morto.⁵³ Em 8 de agosto, deputados udenistas pediram o comparecimento do seu líder à sessão do dia seguinte na Câmara. Na tribuna, o bacharel responsabilizou o governo pelo assassinato, induziu os militares a agirem e pediu, depois de um aparte de Aliomar Baleeiro, a saída de Vargas para que o inquérito prosseguisse. O colega, que não desejaria apurar o fato, mas, segundo o próprio Arinos, obter uma vitória política, cobrava o “afastamento imediato” do presidente. A oposição, com esses discursos, entrava “de chofre no problema”⁵⁴. Mesmo com a lembrança ainda “a doer” na memória por conta dos recentes ataques que sofreu no episódio da capital venezuelana, também falou sobre sua relação com o alvo do atentado, enaltecendo suas “qualidades”:

Carlos Lacerda é um homem de quem muitas vezes me afastei; é um homem de quem divergi, de quem divergirei ainda, provavelmente, visto que nossos temperamentos raramente se coadunam. É uma paixão desencadeada, é um tumulto desoprimido pelo talento; é, muitas vezes, uma imprudência militante. Nunca, porém, censurei eu, nem me levantaria, contra os que, no legítimo exercício do revide às injustiças de que acaso tenham sido vítimas, num esforço

⁵² CAMARGO, Aspásia et al. (Orgs.). *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal/CPDOC-FGV/ Dom Quixote, 1983, p. 145-146.

⁵³ Para mais detalhes sobre “o crime da Rua Toneleros” ver: DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda. A vida de um lutador*. vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 173-179.

⁵⁴ ARINOS. *A Escalada*, p. 317-320.

autêntico e direto, pudessem procurar medir-se com o bravo e indomável jornalista.⁵⁵

Devido à enorme repercussão do assassinato, as atenções voltaram-se imediatamente para a busca dos culpados. As suspeitas, naturalmente, recaíram sobre o governo e Vargas perdia rapidamente sua autoridade. Os principais chefes militares, enlutados pela perda de um colega, entraram de vez no embate político ao lado dos antigetulistas. Um dos poucos defensores do presidente que restaram entre o oficialato era o Gal. Zenóbio da Costa, ministro da Guerra, que rechaçou o encaminhamento de seus pares solicitando a renúncia de Vargas. A Aeronáutica, chefiada por Eduardo Gomes, também decidiu investigar o crime. Descobriu-se logo que o pistoleiro fora contratado pelo chefe da guarda presidencial, e que este tinha relações muito próximas com diversos outros criminosos. Além disso, vários casos de corrupção envolvendo pessoas ligadas a Getúlio vieram à tona. O Catete, então, ficou ainda mais encurralado. Diante da pressão cada dia maior sobre seu mandato, Vargas se defendeu. Em 12 de agosto, refutou a possibilidade de saída do cargo, garantiu as eleições de outubro e pediu a confiança das Forças Armadas. Na mesma ocasião, o presidente ainda desdenhou das críticas dos opositores.⁵⁶

No dia seguinte, véspera de convenção da UDN, o líder do partido na Câmara voltou à carga. À guisa de resposta ao pronunciamento de Vargas, Arinos fez um dos discursos mais famosos de sua carreira. Tal como os antigetulistas mais radicais de seu partido, exigiu, com absoluta virulência, a saída do presidente. Não deixou, porém, as justificativas formalistas de lado. Seria, a seu ver, a “solução jurídica” para crise, pois evitaria “subversão, anarquia e golpe”. Como estratégia retórica, negava constantemente tratar-se de um apelo da oposição. Direcionando suas palavras todo o tempo para o presidente, bradava que ele não tinha mais autoridade nem boa reputação, que seu governo estava repleto de criminosos, que tudo aquilo era, enfim, um “estuário de lama e um estuário de sangue...”⁵⁷. Ao descer da tribuna, não teve noção do impacto do que havia dito. Porém os colegas o cumprimentavam afirmando que o discurso derrubaria o governo. Mensagens elogiosas de simpatizantes udenistas, civis e militares, também chegavam de vários locais do Brasil.⁵⁸ Arinos relata ter percebido, então, que a marcha dos acontecimentos

⁵⁵ *Anais da Câmara dos Deputados*, 09/08/54, p. 243.

⁵⁶ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 174-175.

⁵⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*, 13/08/54, p. 557-562.

⁵⁸ Comentando, tempos depois, a grande repercussão de suas declarações naquela conjuntura, o sereno Arinos nega que tenha sido uma resposta aos radicais da UDN e credita a violência a uma espécie de desequilíbrio momentâneo e/ou manifestação sobrenatural: “falei mais do que queria, não me contive. Foi a primeira vez que perdi inteiramente o controle sobre o discurso. Eu não podia me controlar, a ponto de ouvir minha voz como se fosse outra pessoa. Tive uma espécie de histeria. Foi uma coisa incrível”. CAMARGO. *O intelectual e o político*, p. 150-151.

seria irreversível: “não havia mais como recuar”. A convenção do partido, em que participou como orador final e, posteriormente, num comício, só reforçou a sensação. Na capital mineira, sede do evento, havia, para ele, “a mesma febre que se observava no Rio”⁵⁹.

A ampla maioria da imprensa continuava sua campanha contra o governo. Sua atuação era fundamental para estabelecer consenso acerca da necessidade de interrupção do mandato de Vargas. Para isso, ventilavam-se cada dia mais razões de cunho político e moral. Os veículos de comunicação, sobretudo os jornais cariocas, também intermediavam as ideias das elites, voltando-se especialmente para os diversos setores das Forças Armadas.⁶⁰ E os oficiais antigetulistas de fato articulavam uma intervenção. Antes, porém, fizeram uma tentativa “diplomática”. Liderado por Eduardo Gomes, um grupo da Aeronáutica apresentou, no dia 22, um manifesto exigindo a renúncia. Getúlio, que já havia recusado um pedido de Café Filho, seu vice, no dia anterior, para que o fizessem juntos, afirmou que só sairia morto do Catete. Em 23 de agosto foi a vez do Exército. Como em 1945, a maior parte dos generais deu um ultimato a Vargas. Seu ministro da Guerra não teve como resistir. Caía o último arrimo do presidente.⁶¹

“Confesso que tive pena de Getúlio”, diz Afonso Arinos. O dever do líder da minoria, segundo o próprio, era colaborar, naquela conjuntura de radicalização, para o alcance de uma solução legal. Entretanto, não foi assim que procedeu. Ele, em suas memórias, não fornece muitos detalhes de seus movimentos durante as circunstâncias decisivas daquele agosto de 1954.⁶² Mas deixa indícios. Relatando um diálogo que manteve com o deputado Amaral Peixoto, pró-governo, em que o interlocutor aventava a possibilidade de uma reforma para ao menos apaziguar a situação, o moderado Arinos se mostrou irredutível. Para ele, o problema havia transcendido a esfera política. Escapava do controle dos partidos e de qualquer outro meio civil. Seria uma questão militar.⁶³ Estava tão certo disso que procurou o Gal. Juarez Távora, da Escola Superior de Guerra. Na companhia de Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal *Estado de São Paulo*, sondou-o acerca da hipótese de as Forças Armadas “solucionarem” o impasse.⁶⁴ Indagado, tempos depois, sobre isso, Arinos nega ter participado de qualquer conspiração com militares

⁵⁹ ARINOS. *A Escalada*, p. 333-335.

⁶⁰ LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ABREU; Alzira Alves de. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Pontecio, 2011, p. 46.

⁶¹ SKIDMORE. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*, p. 175-177.

⁶² Suas lembranças não eram precisas: “a recordação que guardo dos sucessos daqueles últimos dias do governo Vargas é confusa. Nem me interessa, aqui, ordená-los, concatená-los rigorosamente em exata exposição”. ARINOS. *A Escalada*, p. 337.

⁶³ ARINOS. *A Escalada*, p. 338-339.

⁶⁴ TÁVORA, Juarez. *Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. 293. *Apud*. BENEVIDES. *A UDN e o udenismo*, p. 88.

durante sua carreira. Frente ao relato do próprio Távora, procura não se contradizer apelando novamente para a memória: “não me lembro, mas é capaz de ser verdade”⁶⁵.

Na véspera da morte de Vargas o dia foi tranquilo na Câmara. Já era sabido dos udenistas que tropas ocupariam o Rio de Janeiro. À noite, em reunião na casa de Afonso Arinos com a presença de vários dos bacharéis do partido, Bilac Pinto informou-lhe a respeito. O anfitrião foi ao encontro de Café Filho, àquela altura já rompido com o presidente, junto a Artur Santos: “eu, líder da oposição, e ele, presidente da UDN, não devíamos ficar isolados dos acontecimentos”. Conversaram sobre o andamento da situação. Enquanto saíam, alguém chegava efusivamente. Era Carlos Lacerda, cercado de fãs, para fazer o que seriam seus últimos insultos a Getúlio vivo. Dizia que o presidente apodreceria no Galeão. “Neste mesmo Galeão, onde ele, Carlos, é que ia se refugiar, poucas horas depois, ainda no estrondo nacional da bala que matou Getúlio”, ironiza Arinos. Quando soube do suicídio do presidente, o líder da UDN percebeu que estaria em maus lençóis. Não queria se tornar um “réprobo”. De imediato, teve de encarar os olhares de reprovação nas ruas que davam acesso ao Palácio Tiradentes.⁶⁶

Um sentimento de dor e indignação tomou conta das principais cidades do país. Na capital federal, grupos marchavam pelas avenidas centrais munidos de armas improvisadas. A fúria deles se voltou para os símbolos da oposição. Os mais visados, evidentemente, foram os da UDN. Carlos Lacerda buscou proteção às pressas na embaixada dos EUA. Contudo a instituição foi atacada e o jornalista teve que seguir escoltado para um navio da Marinha. A espontânea reação popular à dramática morte de Getúlio fez os golpistas recuarem. Fracassava, portanto, o intuito de ampliar a crise quer induzindo-o a renunciar, quer apoiando uma intervenção das Forças Armadas. Surpreendidos e temerosos, os políticos opositores perderam autoridade e credibilidade. A situação, para eles, demandava cautela.⁶⁷

Na sessão fúnebre na Câmara, com o prédio guardado por marinheiros, o líder da oposição insistiu em se pronunciar: “afirmei que falaria, que não me poderia ser negado este direito, nem ao nosso partido. Mesmo que a UDN preferisse não falar eu falaria. Que me destituíssem, depois, da liderança”.⁶⁸ Apesar das resistências dentro e, principalmente, fora da agremiação, subiu à tribuna e proferiu o curto discurso que escreveu. Disse palavras de conforto

⁶⁵ CAMARGO. *O intelectual e o político*, p. 144.

⁶⁶ ARINOS, Afonso, 1965, p. 343-345.

⁶⁷ FERREIRA, Jorge. O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011, p. 61-96.

⁶⁸ ARINOS. *A Escalada*, p. 346.

ao povo brasileiro, defendeu a “ordem” e a união e negou que sua atuação fosse pautada por ódios e paixões.⁶⁹ Ao fim da sessão, seguiu para o Ministério da Aeronáutica, onde encontrou o Brigadeiro Eduardo Gomes com a mesma preocupação: manter a “ordem” para que o defunto seguisse para São Borja. Quando chegou em casa, encontrou-a cercada por soldados do Forte de Copacabana. Ainda conviveu com “telefonemas ameaçadores” durante alguns dias até que a “ordem” fosse restabelecida.⁷⁰

Considerações finais

Afonso Arinos não teve vida fácil na liderança da UDN. Já no caminho para o posto mais alto do partido na Câmara teve de enfrentar os “chapas-brancas”. As negociações evoluíram e os bacharéis, afinal, fizeram valer sua superioridade. Um representante da ala se tornou líder. E o teste inicial foi o Acordo Militar. Açodado, ao mesmo tempo, por Eduardo Gomes e pelo chanceler João Neves, Arinos ignorou a sensatez advogando em prol da questão, contra tudo e todos, até o fim. Mesmo ao lado da maioria, passou por cima, inclusive, dos sólidos argumentos dos colegas contrários. Prevaleceu, além de sua vontade, o ímpeto de se afirmar frente ao “guru” do partido e, de quebra, atender ao pedido de um amigo. Apesar das dificuldades, o bacharel também mostrou recursos. Em momentos de dificuldade chegou a entregar o cargo (talvez pela certeza de que a maioria dos colegas não aceitaria) e, na sequência, sentiu-se mais confiante. Assim, tentou, ainda que sem sucesso, dificultar as manobras dos “chapas-brancas”.

Percebe-se, ao longo de sua narrativa memorialística, que o autor, embora com recalques, digressões, eufemismos ou mesmo queixas, reconstitui as tensas relações que teve com sua bancada a partir de algumas dualidades a fim de explicar ou tornar mais palatáveis suas atitudes. Lembrou, por exemplo, a diferença entre bacharelismo e jurisdicismo. Este, que não se adapta à política partidária, é, para ele, “uma espécie de abstração científica, um certo gênero de clericalismo”, ou seja, quando se formula mas não se executa o direito. O bacharelismo – do qual Arinos se julga representante e considera Rui Barbosa seu maior expoente –, ao contrário, caracteriza-se pela “técnica jurídica aplicada especialmente à realidade política”. Por isso, são homens “mais da lei que direito”, daí uma das razões para serem tachados de conservadores. Conservadorismo que Arinos assume em relação a sua conduta, ressalvando, porém, que estava distante de ser reacionário.⁷¹

⁶⁹ *Anais da Câmara dos Deputados*, 24/08/54, p. 397.

⁷⁰ ARINOS. *A Escalada*, p. 348.

⁷¹ ARINOS. *A Escalada*, p. 48-49.

Identificações à parte, viu-se que, no momento em que a agremiação assumiu uma conduta de oposição sistemática, um grupo radical emergia. Antes marginalizados, Lacerda e seus seguidores começaram a protagonizar as ações udenistas. Nesse sentido, a partir do “crime da Rua Toneleros”, Arinos assumiu a postura dos radicais. Legalidade às favas, atizou a crise até as últimas consequências. Promoveu, junto a muitos entusiastas do seu partido, civis e militares, uma verdadeira balbúrdia institucional. Só recuou quando uma tragédia evitou outra. Voltou, então, convenientemente, a clamar por “ordem”, a ser um representante da “ordem”, expressão cara às teorizações do próprio Arinos, que a considerava parte de uma dialética. “Ordem *versus* movimento” exprimia, a seu ver, o jogo das vertentes políticas daquele momento histórico. “Um conjunto de valores tradicionais de apego à liberdade liberal e à racionalidade jurídica” e o “desejo pela igualdade e pela justiça social”, respectivamente.⁷² Seja como for, certo é que um ciclo acabava, mas um símbolo da política brasileira permanecia.

⁷² LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Política Domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 28.

Entrevista com o Astrofísico Zolt Levay, por *Revista* *Temporalidades*



Entrevistadores:

Márcio Mota Pereira
Doutorando em História
drmmota@yahoo.com.br

Rafael Vinícius da Fonseca
Mestrando em História

Tradutores:

Clara Cazarini Trotta
Mestranda em Antropologia
claracazarini@gmail.com

Cássio Bruno de Araújo Rocha
Doutorando em História
caraujorochoa@gmail.com

Isabela Rodrigues Silva Ribeiro
Graduada em História
isabela.riba@gmail.com

APRESENTAÇÃO:

A 20ª edição da revista Temporalidades conta com o dossiê *História e Historiografia da Ciência: diálogos e abordagens possíveis*, temática que traz à luz novas perspectivas sobre assuntos já consolidados em nossa historiografia bem como outros que despontam por sua originalidade no cenário brasileiro como, por exemplo, o artigo de Geraldo Barbosa Neto, doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Na esteira de sua visão sobre Pedro Nunes, Cosmógrafo-Mor de D. João III, rei de Portugal, outros tantos assuntos correlatos ao Universo ganharam a mídia recentemente. O ano de 2015, em especial, para além de ser comemorado como o Ano Internacional da Luz e das Tecnologias baseadas em Luz (*International Year of Light and Light-based Technologies – IYL 2015*), também foi aquele em que a compreensão do Universo se expandiu, seja através das fotos do planeta Plutão enviadas pela Sonda New Horizons, seja pelo Prêmio Nobel concedido ao japonês Takaaki Kajita e ao canadense Arthur McDonald por suas descobertas sobre o neutrino, partícula cósmica fundamental para compreender o Universo e sua origem. Quando você, leitor, tomar ciência dessas palavras e dessa entrevista, outro fato instigante já terá acontecido; o Telescópio Espacial Hubble (*Hubble Space Telescope - HST*) terá comemorado mais um aniversário em operação.

De projeto com duração prevista de 10 anos, em 24 de maio de 2016 o Hubble completou seu 26º aniversário de atividade com previsão de operação até 2018, quando outro Telescópio Espacial, o James Webb, deverá entrar em órbita. Dos vários pesquisadores à frente do Projeto Hubble, destacamos Zolt Levay, certamente aquele que está mais próximo de nós, o grande público, o qual gentilmente nos cedeu uma entrevista.

Zolt Levay:

Natural do Paquistão e filho de pais húngaros, Zolt Levay mora nos Estados Unidos desde os 4 anos de idade. Começou a se interessar pela Astronomia na escola, mas foi em casa, a partir de um telescópio feito por ele mesmo, que começou a fazer suas próprias fotos das estrelas. cursou Astrofísica na Universidade de Indiana, entrando para o Computer Sciences Corporation, da NASA, em 1978. Em 1983, Zolt Levay começou a trabalhar junto à equipe responsável pelo projeto do Telescópio Espacial Hubble e, desde seu lançamento, é o responsável pelo tratamento e pela divulgação das imagens que o Hubble nos envia. Apaixonado por fotografia mantém um perfil no Facebook e outro no Flickr, onde divulga imagens de sua autoria.

Revista Temporalidades: Conte-nos um pouco mais sobre sua carreira no projeto Hubble e como a sua experiência em programação, astronomia e fotografia convergiram nas mais belas imagens já produzidas do universo.

Zolt Levay: Eu sou sortudo por ser capaz de combinar diferentes experiências para ajudar a traduzir os dados científicos do Telescópio Espacial Hubble em imagens que qualquer pessoa possa apreciar. Eu me tornei interessado em astronomia e fotografia desde jovem, estudei física e astronomia, bem como um pouco de programação de computadores na universidade (há muito tempo atrás, quando os computadores não eram tão comuns). Após a faculdade e a pós-graduação, eu ajudei a criar um software para auxiliar em todas as missões espaciais da NASA e, mais tarde, com o Telescópio Espacial Hubble. Em 1993, eu comecei a trabalhar no escritório de Relações Públicas do *Space Telescope Science Institute* para ajudar a ilustrar as descobertas do Hubble através de imagens.

Revista Temporalidades: Nos últimos 25 anos, o nosso conhecimento sobre o universo tem sido ampliado pelo Telescópio Espacial Hubble. Em sua opinião, quais são as descobertas mais surpreendentes feitas pelas lentes do Hubble?

Zolt Levay: A maior conquista do Hubble é, provavelmente, a exploração profunda de um universo muito distante. Começando em 1996, astrônomos usaram o Hubble para coletar luz de um pequeno pedaço do céu. Essas imagens revelaram milhares de galáxias nunca vistas anteriormente, algumas delas estão distantes a bilhões de anos luz. Estudos dessas imagens têm nos ajudado a entender melhor o tamanho e estrutura do universo como um todo e como ele tem mudado em seus 13.7 bilhões de anos desde que tudo começou com o Big Bang. (<http://hubblesite.org/newscenter/archive/2016/07/>)

Revista Temporalidades: Nature, Science, National Geographic e tantas outras revistas têm documentado belas fotografias tiradas pelo Hubble. No entanto, imaginamos que as imagens devem ser submetidas a alguma espécie de tratamento. Quais são os procedimentos realizados nas imagens recebidas do espaço até que estejam prontas para sua publicação?

Zolt Levay: O Telescópio Espacial Hubble foi construído para coletar dados que ajudam astrônomos a entender o universo a nossa volta. Felizmente algumas das informações vêm das câmeras, e nós podemos criar imagens a partir delas. Contudo, as câmeras são diferentes da maioria das câmeras que conhecemos, elas não produzem diretamente imagens coloridas. Nós

podemos usar diversas imagens de luzes coloridas diferentes para reconstruir figuras de imagens a cores. O telescópio e as câmeras são muito potentes e nós podemos fazer retratos de luzes que são muito fracas para vermos diretamente. Além disso, como o Hubble está acima da atmosfera da Terra, não há distorção ou escurecimento na luz, então as imagens são muito mais claras que nos telescópios que ficam no solo.

Algumas das minhas imagens favoritas mostram o poder que o Hubble tem em nos mostrar o que não pode ser visto pelos olhos, e em alguns casos, nem em outro telescópio poderoso. Aqui vão alguns exemplos:

Mosaico Carina Nebula, onde novas estrelas estão se formando na nossa Galáxia Via Láctea.

<http://hubblesite.org/newscenter/archive/releases/2007/16/image/a/>

NGC 1300, uma grande galáxia espiral, algo como o que nossa Galáxia deve parecer se pudéssemos ver de fora

<http://hubblesite.org/newscenter/archive/releases/2005/01/image/a/>

Abell 2744, um grande, longínquo aglomerado de galáxias com lente gravitacional

<http://hubblesite.org/newscenter/archive/releases/2014/01/image/a/>

Revista Temporalidades: Finalmente, como você descreve o Hubble em números (curiosidades) e qual o futuro do projeto? É possível que o Hubble atinja seu 50º aniversário trabalhando com a mesma intensidade de hoje?

Zolt Levay: Felizmente, mesmo depois de quase 26 anos em operação, o Hubble continua trabalhando bem e é esperado que continue a ser útil por mais alguns anos. Em última instância, o equipamento falhará e nós não teremos maneiras para consertar e atualizá-lo mais. Em um futuro mais distante, infelizmente o Hubble cairá de volta na Terra. Embora o Hubble fique mais acima da atmosfera, há ainda uma pequena quantidade de ar bem acima dele, o que desacelera o Hubble enquanto ele voa. A NASA está construindo outro telescópio ainda maior, o James Webb Space Telescope (JWST) que irá superar algumas das limitações tecnológicas do Hubble. JWST será lançado em 2018 e nós esperamos que o Hubble ainda esteja operando e possa trabalhar junto com o JWST para responder muito mais questões sobre o universo.

PRESENTMENT

The 20th edition of the journal *Temporalidades* presents a thematic dossier called *História e Historiografia da Ciência: diálogos e abordagens possíveis*, which casts light upon new perspectives on subjects already consolidated in our historiography, as well as other subjects that emerge by their originality on the Brazilian landscape, such as the article by Geraldo Barbosa Neto, ph.d. Candidate in History by the Catholic Pontifical University of São Paulo. In the wake of his vision of Pedro Nunes, higher cosmographer of the king D. João III, king of Portugal, many other subjects correlated to the Universe have gained media attention as of late. The year 2015, specially, beyond being commemorated as the International Year of Light and Light-based Technologies (IYL-2015), was also one during which the understanding of the Universe expanded, either through photos of the planet Pluto sent by the New Horizons Space Probe or the Nobel Prize awarded to the Japanese Takaaki Kajita and to the Canadian Arthur McDonald for their discoveries about the neutrino, cosmic particle fundamental to comprehend the Universe and its origin. When you, readers, acknowledge these words and this interview, another intriguing fact will already have happened: the Hubble Space Telescope (HST) will have commemorated another year in operation.

From a project with an estimated duration of ten years, on may the 24th 2016, the Hubble completed its 26^o anniversary of activity, being estimated to operate until 2018, when another Space Telescope, the James Webb, should go into orbit. Among many researchers working on the Hubble Project, we highlight Zolt Levay, certainly the one most close to us, the main audience, who kindly has given us this interview.

Zolt Levay:

Born in Pakistan and son of Hungarian parents, Zolt Levay lives on the United States of America since he was four years old. He began showing interest in Astronomy in school, but it was at home, beginning with a telescope made by himself, that he started to make his own stellar photos. He studied Astrophysics in the University of Indiana, entering NASA's Computer Sciences Corporation in 1978. In 1983, Zolt Levay began working with the team responsible by the Hubble Space Telescope and, since its launch, he is responsible for the treatment and disclosure of the images sent to us by the Hubble. Zolt Levay is passionate by photography and has profiles on both Facebook and Flickr, where he reveals images of his authorship.

Revista Temporalidades: Tell us more about his career in the Hubble project and how their expertise in programming, astronomy and photography converge in the most beautiful images produced about the universe.

Zolt Levay: I have been fortunate to be able to combine different experiences to help translate science data from the Hubble Space Telescope into pictures that everyone can enjoy. I became interested in astronomy and photography at a young age, and studied physics and astronomy, as well as some computer programming in college (a long time ago, when computers were not so common). After college and graduate school I helped write computer software to support several NASA space missions and later with the Hubble Space Telescope. In 1993 I began working in the Office of Public Outreach at the Space Telescope Science Institute to help illustrate Hubble's discoveries through images.

Revista Temporalidades: Over the past 25 years, the Hubble Space Telescope are expanding our knowledge of the universe. What are, in your opinion, the most surprising discoveries made by the Hubble lenses?

Hubble's greatest achievement is probably the deepest probes of the very distant universe. Starting in 1996, astronomers have used Hubble to collect light from a small patch of the sky. These images revealed thousands of galaxies not seen before, some of which are billions of light years away. Studies of these images have helped us better understand the size and structure of the universe as a whole and how it has changed in the 13.7 billion years since it all started in the Big Bang. (<http://hubblesite.org/newscenter/archive/2016/07/>)

With the help of other large telescopes on the ground, astronomers have also been able to measure distances to many galaxies and supernovae, helping make the discovery that not only has the universe been expanding since the Big Bang, the expansion is speeding up. (<http://hubblesite.org/newscenter/archive/2006/52/>)

Hubble has also confirmed that black holes exist in the centers of most large galaxies, like our own Milky Way. Theories of gravity had shown that black holes should exist as the result of the death of very massive stars. But Hubble was able to measure the motion of material near the center of galaxies and prove that black holes must exist there, even though we can't see the black hole directly. (<http://hubblesite.org/newscenter/archive//1997/12/>)

Revista Temporalidades: Nature, Science, National Geographic and many other magazines have reported the beautiful photographs by Hubble. We imagine, however, that the images must undergo some kind of treatment. What are the procedures performed from the reception of images from space, until they are ready to be made public?

Zolt Levay: The Hubble Space Telescope was built to collect data to help astronomers understand the universe around us. Fortunately some of the data are from cameras, and we can make pictures from these. However, the cameras are different from most cameras we know, they do not produce color images directly. We can use several images from different colored light to reconstruct color image images. The telescope and cameras are very powerful and we can make images from light that is much too faint for us to see directly. In addition, because Hubble is above the Earth's atmosphere, there is no distortion or dimming of the light, so the images are much clearer than from telescopes on the ground.

Some of my favorite images show the power that Hubble has to show us what we cannot see with our eyes, and in some cases, even with other, powerful telescopes. Here are a couple of examples:

Carina Nebula mosaic, where new stars are forming in our Milky Way Galaxy

<http://hubblesite.org/newscenter/archive/releases/2007/16/image/a/>

NGC 1300, a large spiral galaxy, something like what our Galaxy might look like if we could see it from the outside

<http://hubblesite.org/newscenter/archive/releases/2005/01/image/a/>

Abell 2744, a large, far away cluster of galaxies with gravitational lensing

<http://hubblesite.org/newscenter/archive/releases/2014/01/image/a/>

Revista Temporalidades: Finally, as you describe the Hubble in numbers (curiosities) and what the future of the project? It's possible that the Hubble reach its 50th anniversary working with the same intensity today?

Zolt Levay: Fortunately, even after almost 26 years of operation, Hubble continues to work well and is expected to continue to be useful for several more years. Ultimately, equipment will fail and we have no way to repair and upgrade it any more. In the farther future, unfortunately

Hubble will fall back to Earth. Even though Hubble is above most of the atmosphere, there is still a small amount of air high above, which slows Hubble down as it fly through. NASA is building another even larger telescope, the James Webb Space Telescope (JWST) that will overcome some of Hubble's limitations in technology. JWST will be launched in 2018 and we hope Hubble is still operating then and can work together with JWST to answer many more questions about the universe.

Créditos da imagem de Zolt Levay

<http://www.tedxkc.org/zolt-levay/>

SILVA, Francismary Alves
da. *Historiografia da*
revolução científica:
Alexandre Koyré, Thomas
Kuhn e Steven Shapin. São
Bernardo do Campo:
EdFABC, 2015. 208p.

Valquiria Ferreira da Silva
Doutoranda em História Social
Universidade Federal de Minas Gerais
historiaval@hotmail.com

Recebido em: 03/12/2015
Aprovado em: 10/05/2016

A institucionalização da Ciência Moderna, como a conhecemos hoje, tem a sua origem associada às transformações conceituais e metodológicas pelas quais o desenvolvimento científico passou, essencialmente, entre os séculos XVI e XVII. Tais transformações com o tempo passaram a ser trabalhadas pela historiografia sob a designação de “revolução científica”. A dinamicidade e a amplitude com que este conceito foi problematizado ao longo do século XX é o foco central da pesquisa realizada pela professora da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) Francismary Alves da Silva em sua dissertação de mestrado,

Historiografia da Revolução Científica: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, defendida junto ao Departamento de História da UFMG em 2010 e publicada recentemente (2015) com o mesmo título. Nesse estudo a autora discute de maneira didática, a partir de uma perspectiva histórica, as principais questões com que a História da ciência se deparou com relação aos conhecimentos humanos sobre a natureza, fundamentalmente, em três momentos específicos: na consolidação, no apogeu e o declínio da expressão “revolução científica”.

Os trabalhos do autor de *Estudos Galiláicos* (1939) e *Do mundo fechado ao universo infinito* (1957), o filósofo francês de origem russa Alexandre Koyré (1892-1964) considerado o “pai da atual História da ciência”¹, serviram como ponto de partida para a professora. De acordo com ela, o filósofo, ao se insurgir contra a concepção positivista da história da ciência, produzida até o início do século XX – que descrevia o desenvolvimento da ciência “como sendo a acumulação do conhecimento, desde o seu estágio inicial até o estágio atual” – inaugurou uma nova tradição de análise. Ao considerar as transformações dos conhecimentos científicos-filosóficos de meados do século XVII “a partir da estrutura do conhecimento da época”² que ele julgou ser possível apreender por meio da análise das obras e tratados científicos, segundo Silva, o autor superou o *status* das narrativas *whigs*, até então predominantes. Em oposição a estas narrativas que estavam fortemente preocupadas com a “descrição do pensamento dos gênios ou

pela concepção de desenvolvimento científico acumulativo e autônomo”(2015:15), Alexandre Koyré, a partir da historicidade das transformações, acabou forjando um conceito de revolução científica intimamente conectado tanto com as mudanças nas estruturas científicas e filosóficas como “também vinculado a uma nova forma de entender o desenvolvimento científico: por rupturas e não pela acumulação linear dos fatos científicos”(2015: 25).

Silva atentou para a repercussão que a obra do filósofo francês acendeu entre seus contemporâneos. Karl Mannheim, Robert King Merton, Boris Hessen, Henry Guerlac, entre outros filósofos e cientistas que viriam a constituir o conhecido Círculo de Viena e a Sociologia da ciência, chamaram a atenção para a importância do contexto externo mais amplo. Para esses pensadores, os aspectos políticos, econômicos e religiosos estabelecidos ao redor do empreendimento científico o influenciavam tanto quanto as perspectivas científicas e filosóficas endossadas por Koyré. Nessa perspectiva, de acordo com a professora, Alexandre Koyré foi intensamente acusado de criar uma narrativa preocupada excessivamente

¹ SILVA, Francismary Alves da. *Historiografia da revolução científica*. Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin. São Bernardo do Campo: EdFABC, 2015, p.9.

² _____. *Historiografia da revolução científica*. Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, p.3.

com aspectos teóricos-conceituais em detrimento das “áreas extracientíficas”. “Seus trabalhos foram taxados de “internalistas”, isto é, que “despendiam atenção apenas aos aspectos internos à ciência *stricto sensu*, desprezando a participação sociocultural na revolução científica”(2015: 47). Todavia, a autora acabou por realizar uma abordagem indireta ao centrar-se, basicamente nas obras de cunho científico do filósofo francês, uma vez que ele antes de se tornar um historiador da ciência era conhecido pelos seus trabalhos em filosofia da religião. Apesar disso, faz-se necessário sublinhar a originalidade do trabalho da autora. Indo mais longe e na contramão destas críticas, Silva advoga que embora os trabalhos do filósofo francês enfocassem os aspectos científico-filosóficos, eles não o limitaram. Em sua análise a autora é capaz de demonstrar como as transformações sociais estavam presentes ao longo da narrativa de Koyré, uma vez que, segundo ela, “não seria possível descrever a emergência de uma nova teoria científica sem considerar a unidade de pensamento em que essa nova

proposta de pensamento estaria envolvida”³.

Esse debate proveniente das diferenças entre as narrativas de Koyré e seus críticos, conhecido como querela Internalismo *versus* Externalismo, ganhou um novo capítulo com a narrativa híbrida desenhada pelos estudos do físico e filósofo das ciências, o norte-americano Thomas Kuhn (1922-1996). Comumente apresentado como legatário da vertente inaugurada pelo filósofo francês, Kuhn, de acordo com a autora, também deve ser associado à ampliação desta vertente historiográfica, uma vez que ele analisa tanto o pensamento dos cientistas e das teorias por eles formuladas como “as questões sociais, as possibilidades de divulgação das descobertas, os costumes sociais da época, as questões políticas, econômicas, religiosas entre outras”⁴.

A apreciação realizada por Silva nos trabalhos do norte-americano não se deu exclusivamente a partir de sua obra mais sua mais célebre, “considerada um dos mais importantes livros da área”(2015:

³ SILVA. *Historiografia da revolução científica*: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, p.51.

⁴ SILVA. *Historiografia da revolução científica*: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, p.68.

61), a *Estruturas das Revoluções científicas*, publicada em 1962 e traduzida para 25 idiomas, mas também das respostas kuhnianas aos problemas apontados por seus críticos contidas nas reformulações do posfácio do *Estruturas* intitulado *Reflexões sobre os meus críticos* (1969), em *A tensão essencial* (1977) e na coletânea de artigos *Caminhos desde a estrutura* (2000).

O termo “paradigma”, por exemplo, de acordo com o proposto pelo próprio físico em 1962, pode, grosso modo, ser entendido como “uma constelação de crenças (teorias ou fórmulas), técnicas e valores partilhados pelos membros de uma comunidade científica” (2015: 89) ou ainda como “um conjunto de regras ou práticas de laboratório descritas em um manual” (2015:89). Quando um determinado paradigma não consegue resolver os problemas científicos ou uma questão crucial “tem-se a eleição de uma nova teoria” (2015:77) completamente diferente, com novos argumentos que visam responsabilizar-se pelas respostas necessárias. Assim, “quando isso ocorre, um novo paradigma é aceito e, com ele, um novo aparato de crenças, técnicas, fórmulas, teorias e valores”(2015:77).

Este conceito de “paradigma”, depois de ser duramente criticado por possuir uma polissemia de sentidos, mas principalmente por reforçar a noção de incomensurabilidade, acabou sendo transformado por Kuhn em “matriz disciplinar”. A partir dessa nova concepção o desenvolvimento das ciências passou a ser entendido “como um processo lento e contínuo aos moldes darwinistas”⁵. Concomitante a isso, o físico forjou um novo entendimento para o termo “incomensurabilidade”; ligando-o diretamente à existência da “relação linguística entre a linguagem científica e a natureza”⁶, duas teorias poderiam “até ser intraduzíveis, mas não inteligíveis”⁷. A ruptura se manifestaria na “impossibilidade de tradução entre diferentes matrizes disciplinares ou léxicos, e na não impossibilidade de interpretação e aprendizado, pois, pela interpretação/*gestalt*”(2015: 102). Essa atitude de Kuhn, na prática, além de amenizar “a drástica interpretação da

⁵ SILVA. *Historiografia da revolução científica*: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, p.95-96.

⁶ _____. *Historiografia da revolução científica*: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, p.91.

⁷ _____. *Historiografia da revolução científica*: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, p.101.

incomensurabilidade”(2015: 170), de um lado aproximou a concepção kuhniana da tradição evolucionista e do conceito de “estilo de pensamento” desenvolvido por Ludwik Fleck em *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* (1935), e de outro “continuou vinculada à ideia de revolução científica como descontinuidade”⁸.

As contextualizações de outros conceitos instrumentalizados pelo filósofo norte-americano – “ciência normal”, “ciência extraordinária”, “quebra-cabeça”, “anomalia”, “revoluções” e “crise” – também sofreram alterações conceituais que minimizavam a ideia de ruptura abrupta defendida pelo físico. Contudo, do mesmo modo como o sucedido com os conceitos de “paradigma” e “incomensurabilidade”, Silva concluiu que “apesar de se aproximar das tendências evolucionistas da História das ciências, Kuhn manteve-se atrelado ao conceito de revolução como ruptura, isto é, manteve-se fiel à tradição fundada por Koyré”⁹.

Em contrapartida a essa “vertente canônica da historiografia da ciência”¹⁰, a autora contrapôs os estudos do historiador e sociólogo da ciência, o norte-americano Steven Shapin, comumente associado à derrocada do termo “revoluções científicas”, que parte do “pressuposto de que a ciência é uma atividade histórica e socialmente situada, contextualizada”(2015: 110). Contudo, como adverte a professora, Shapin “não pretende negar as importantes transformações ocorridas no começo da Idade Moderna, mas defende a tese de que a revolução científica, tal como fora narrada pela vertente histórica inaugurada por Koyré, nunca teria de fato existido”¹¹.

A principal preocupação do autor de *O leviatã e a bomba de ar* (1985, coautoria com Simon Schaffer) e *A revolução científica* (1996) é saber “como os cientistas se comportam ao longo do processo de negociação que permitirá a validação das teorias”¹². Para isso, centra sua investigação na querela científica

⁸ _____. *Historiografia da revolução científica*: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, p.103-104.

⁹ SILVA. *Historiografia da revolução científica*: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, p.107.

¹⁰ _____. *Historiografia da revolução científica*: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, p.151.

¹¹ SILVA. *Historiografia da revolução científica*: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, p.109.

¹² _____. *Historiografia da revolução científica*: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, p.157.

setecentista ocorrida entre o Programa Experimental de Robert Boyle e as teorias científicas de Thomas Hobbes.

Para Shapin, embora ambos propusessem soluções distintas para às necessidades da época, quais sejam, econômicas, políticas, religiosas e culturais, “as respostas só alcançariam êxito à medida que assegurassem o estabelecimento do poder restaurado”¹³. Nesse sentido, o autor conclui que os processos de negociação social, os jogos de poder, as influências políticas e sociais realizadas por Boyle, estavam mais de acordo com o pensamento da sociedade do que os de Hobbes.

Silva, em concordância com as críticas realizadas por Thomas Kuhn, nos elucida que é exatamente esta concepção shapiniana que negligencia a importância de um determinado conhecimento científico *stricto senso* em prol “de um processo de negociação entre a comunidade científica e a sociedade”(2015: 151), que se constitui o calcanhar de Aquiles da obra de Shapin. Em suas palavras, “Shapin está mais interessado em saber como determinado

conhecimento se tornou seguro ao invés de analisar a importância desse conhecimento para a ciência em si e, sobretudo, para a História da ciência”¹⁴.

Embora *Historiografia da revolução científica* seja um livro denso, rico de informações e com uma análise profunda, ele é, do mesmo modo que *A Estrutura das Revoluções Científicas*, acessível à comunidade não acadêmica. E por último, mas não menos importante, o livro cumpre com o seu objetivo de fazer uma reflexão sobre a “flexibilidade com que a História das Ciências tem narrado a revolução científica”¹⁵.

¹³ _____. *Historiografia da revolução científica*: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, p.124.

¹⁴ SILVA. *Historiografia da revolução científica*: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, p.157.

¹⁵ SILVA. *Historiografia da revolução científica*: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin, p.3.

“Parecia-me que me via no Mundo da Lua”: Relações políticas e viagens filosóficas do naturalista José Vieira Couto no Distrito Diamantino

Márcio Mota Pereira

Doutorando, Ciência e Cultura na História
Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista CNPq.
drmmota@yahoo.com.br

Recebido em: 19/01/2015

Aprovado em: 10/04/2015

PALAVRAS-CHAVE: Naturalistas, Mineração, Distrito Diamantino.

KEYWORDS: Naturalist travelers, Mining, Distrito Diamantino.

Dentre os inúmeros coloniais que transporam o Atlântico para estudar na única Universidade portuguesa que não fora fechada pelas reformas pombalinas, ao longo da segunda metade do século setecentista, destaca-se um dos mais ilustres filhos do arraial do Tejuco, José Vieira Couto (1752-1827). Sua família, de origem reinol, emigrara para a América portuguesa no intuito de atuar no âmbito das atividades mineradoras e acabou se consolidando como uma das mais tradicionais de todo o Distrito Diamantino. Utilizando-se das fazendas acumuladas com exploração dos diamantes e das relações que mantinha com as mais altas classes políticas luso-brasileiras, Couto pleiteou cursar a Universidade de Coimbra tendo sido aceito e assentando matrícula naquela instituição em 10 de outubro de 1774.¹ No ano seguinte cursaria Matemática e daria por encerrada sua trajetória na Corte com a conclusão do curso filosófico, em 26 de novembro de 1778. Seu retorno às Minas seria uma mera questão de tempo.²

Assim como vários estudantes brasileiros em Coimbra, Couto se adaptou às letras filosóficas de tal modo que, posteriormente, seria convidado pelo Lente de História Natural e

¹ À título de exemplo, Ana, irmã de José Vieira Couto, foi apadrinhada quando de seu batismo pelo contratador dos diamantes João Fernandes de Oliveira. In: ARQUIVO do Palácio Episcopal de Diamantina. Registros de Batismo do Arraial do Tejuco, 1754, caixa 297, fl. 39.

² *ANais da Biblioteca Nacional*. Vol. 62, 1940, p. 152. Após a conclusão do curso filosófico, José Vieira Couto realizou diversas viagens no continente europeu. Sabe-se que esteve na Holanda onde adquiriu vários livros, a exemplo do *Ars Critica* que, após seu falecimento, foi destinado à Biblioteca do Seminário do Tejuco. Neste livro, lê-se “Amsterdã, 8 de outubro de 1780” assim como sua firma. O naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, quando de passagem pelo Arraial do Tejuco, mencionou ter conhecido José Vieira Couto, homem “dotado de vasta cultura” e que “tinha percorrido toda a Europa”. In: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974, p. 41.

Química Domingos Vandelli (1735-1816) para aplicar os conhecimentos científicos adquiridos na Universidade em sua pátria. A experiência prévia que possuía para com os saberes dos minerais assim como aqueles filosóficos adquiridos na Corte deveriam ser responsáveis por reavivar a economia colonial no âmbito da exploração mineral. Talvez Couto também estivesse ansioso para ser inserido nas esferas da administração colonial, outra das atribuições passíveis de receberem os letrados que retornavam da Europa.

Seu cenário de trabalho não poderia ser outro que não aquele que mais conhecia, a Comarca do Serro do Frio, ainda promissora a destarte das constantes quedas na exploração diamantífera. Suas atividades de pesquisa mineral decorriam pelo menos desde o ano de 1783, quando já se encontrava no Tejuco, mas foi a partir de 1797, quando dom Rodrigo de Souza Coutinho mandou que o Governador, Bernardo José de Lorena encarregasse o “hábil Doutor Couto” de dar informações mais “circunstanciadas sobre as minas daquele país, como também do partido que se delias se pode tirar” que suas pesquisas passaram a fazer parte de modo efetivo enquanto atividades legalmente previstas e amparadas pelo Estado português.³

Sua nomeação, contudo, seria alvo de retaliações por parte do então Intendente dos Diamantes, João Inácio do Amaral Silveira, cuja gestão naquele cargo perdurou de 1795 a 1801. Couto tratou de solicitar ao Intendente autorização para que pudesse empreender as novas viagens filosóficas para as quais havia sido nomeado. O Intendente, contrariando as ordens de Lisboa, negou.

Tal negação geraria a fonte documental que se segue. Trata-se de uma correspondência escrita pelo Governador da Capitania das Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, no ano de 1798, e dirigida ao Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos, dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual informava acerca do andamento das atividades de pesquisa e das viagens filosóficas realizadas por José Vieira Couto nos sertões do Distrito Diamantino. No entanto, além das considerações pertinentes aos achados e demais descobertas do naturalista, o que se pode ver na documentação em questão (que se encontra depositada no Arquivo Histórico Ultramarino e também disponibilizada *on-line*), composta ainda por cópias de outras cartas trocadas entre os envolvidos é o desenrolar de uma crise local que havia sido deflagrada no arraial do Tejuco quando da nomeação de Couto para as viagens filosóficas.

Para Couto, o Intendente demonstrava não mais do que a necessidade de “vingança”, imputada por motivos que não lhe eram óbvios. Os atos do Intendente contra Couto teriam

³ SILVA, Clarete Paranhos da. *O desvendar do grande livro da natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto, 1798-1805*. São Paulo: Annablume; Campinas: Unicamp, 1999, p. 65, *apud* ANRJ, código 807, vol. 5, fls. 246-7.

sequencia em sua retirada do ofício de médico do hospital local sob pretexto de economia, além da expulsão de seus escravos que vinham sendo empregados na Real Extração.⁴ As perseguições a Couto continuaram. O naturalista ainda foi proibido de conduzir os instrumentos que lhe eram necessários quando saísse em novas empreitadas. Foi proibido, também, de sair das estradas demarcadas que cortavam o Distrito Diamantino; algo que, em suas palavras, qualquer caçador ou pessoa insignificante do povo fazia.⁵ O Intente, com claro intuito de retirar Couto daquele arraial, chegou a solicitar ao Governador que o naturalista fosse empreender suas pesquisas na Cabeça da Comarca, Vila do Príncipe, onde haveria um laboratório que muito bem poderia servi-lo.⁶

Frente à toda essa contenda, é possível verificar, através das correspondências enviadas por Bernardo à dom Rodrigo, que o Governador manteve-se aliado ao naturalista Couto.⁷ Bernardo, ilustrado que era, havia frequentado Coimbra na mesma época que Couto e talvez tivessem cultivado uma amizade que por si só não fora responsável pelo direcionamento das discussões já que o Governador não deixou de apresentar severas críticas às “amplíssimas jurisdições que pelo Real Erário se dão sempre aos Intendentes dos Diamantes”.⁸

Entre idas e vindas de cartas e Ofícios, o Intendente João Inácio do Amaral Silveira seria, enfim, deposto em 1801, após minuciosas averiguações que culminaram em uma devassa ordenada pelo Príncipe Regente Dom João.⁹

Com a proteção do Governador da Capitania Couto enfim empreendeu as novas viagens filosóficas das quais resultaras quatro memórias.¹⁰ O maior foco de atenção do naturalista era o salitre, mineral essencial para a produção de pólvora (deve-se levar em conta tal preocupação portuguesa para com o cenário político em que se encontrava a Europa na virada daquele século) assim como as nitreiras, pequenas “fábricas” onde o salitre seria beneficiado. Apesar de convicto

⁴ AHU-ACL-N-Minas Gerais, Nº Catálogo: 10982, Caixa 145, doc 46, código 11109, fls. 2-2v. *Carta de Bernardo José de Lorena, governador das Minas Gerais, a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos, dando conta da experiência de José Vieira Couto, enviado as salinas a fim de poder principiar os seus exames mineralógicos e metalúrgicos no Serro do Frio, os quais foram razoáveis, entre outros detalhes. Tejuco, 20 de setembro de 1798.*

⁵ AHU-ACL-N-Minas Gerais, Nº Catálogo: 10982, Caixa 145, doc 46, código 11109, fl. 3.

⁶ AHU-ACL-N-Minas Gerais, Nº Catálogo: 10982, Caixa 145, doc 46, código 11109, fls. 8v-9.

⁷ “...vejo como Vossa Ex^a. facilita-me todos os meios para que prociga sem estorvo o Real Serviço...”. In: AHU-ACL-N-Minas Gerais, Nº Catálogo: 10982, Caixa 145, doc 46, código 11109, fl. 3v.

⁸ AHU-ACL-N-Minas Gerais, Nº Catálogo: 10982, Caixa 145, doc 46, código 11109, fl. 1.

⁹ APM-SC-290, Originais de Cartas Régias e Avisos, 1800, fl. 56-61.

¹⁰ Acerca destas memórias, ver: COUTO, José Vieira. *Memória sobre as salitreiras de Monte Rorigo*; maneira de as auxiliar por meios artificiaes. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809; _____. *Memória sobre a Capitania de Minas Geraes, seu território, seu clima, e produções metallicas*. R.I.H.G.B, 1874, v.XI, p.289-335; _____. *Memória sobre as minas Capitania de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994, tendo sido esta última avaliada no tocante às suas particularidades pela professora Dr^a. Júnia Ferreira Furtado; e _____. *Memória sobre as minas de Cobalto da Capitania de Minas Gerais*, 1805, não publicada.

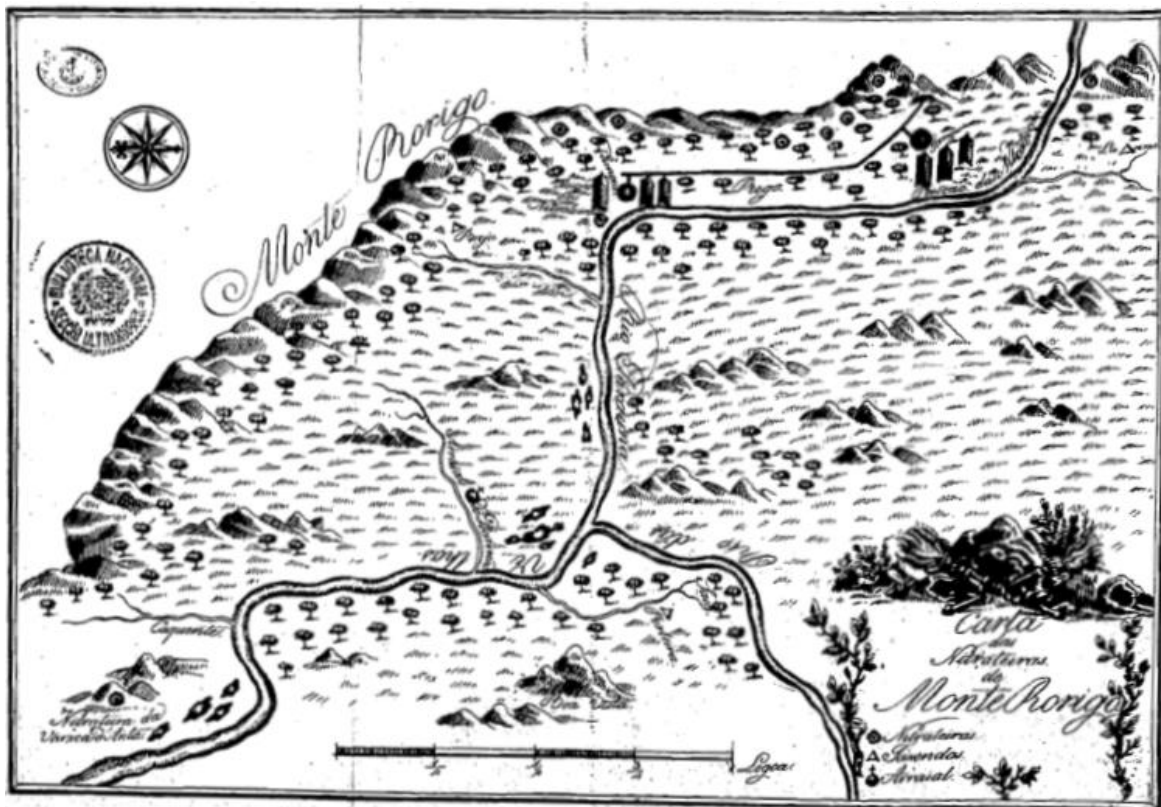
sobre o potencial dos sertões mineiros para a produção de minerais essenciais ao Estado luso, a grande contestação ao trabalho de Couto é que uma produção por demais interiorizada teria custos bastante elevados em função de toda a logística necessária para conduzir aquele composto até a costa e, de lá, até Lisboa.¹¹

Nem por isso o trabalho deste naturalista é menos merecedor de reconhecimentos. Pelo contrário, Couto foi um pioneiro entre os letrados ao destacar grande parte de sua vida aos empreendimentos da Coroa. Descobriu ouro, prata, chumbo, ferro, salitre, enxofre e diversos outros minerais que seriam, por várias vezes, enviados às mãos de Sua Alteza Real, o Príncipe.¹² Deve-se dar ênfase, também, à expansão dos conhecimentos acerca da cartografia dos sertões mineiros percorridos por Couto. A Carta da região chamada Nova Lorena Diamantina, confeccionada a partir das informações coletadas pelo naturalista em suas viagens filosóficas ou mesmo a Carta das minas de Monte Rorigo, desenhada pelo próprio Couto, são exemplos concretos do quanto o conhecimento sobre a Capitania foi elevado através dos trabalhos de Couto.¹³

¹¹ Sobre o salitre, ver: PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. In: *Topoi*. Rio de Janeiro, vol. 15, n. 29, p. 498-526, jul./dez. 2014.

¹² A exemplo da remessa realizada em janeiro de 1799 onde constavam nada menos que 57 amostras minerais, todas classificadas de acordo com os sistemas de Lineu. In: AHU-ACL-N-Minas Gerais, Nº Catálogo: 11059, Caixa 147, doc 2, código 11327. Tejuco, 03 de janeiro de 1799. *Descrição por José Vieira Couto dos metais contidos no cofre segundo os sistemas de Linneo e Walerio*.

¹³ Clara homenagem de Couto a Dom Rodrigo de Souza Coutinho.



Carta das minas de Monte Rorigo. AHU-ACL-N-Códices II, nº. Catálogo 2095. SL. 1803.

Ainda que o naturalista José Vieira Couto tenha sido alvo de significativos estudos, tal documentação acrescida de outras correspondências e de suas memórias constituem-se enquanto importantes fontes históricas através das quais novas perspectivas sobre sua trajetória como homem das letras nos sertões mineiros poderão ser traçadas.

Apesar de Couto lograr, ao longo dos anos, grande notoriedade enquanto naturalista, João Inácio tinha seus motivos para duvidar da índole do naturalista assim como de seus familiares. Silva (2002, 61-65), apesar de dedicar sua obra aos aspectos científicos estudados por este naturalista, não deixou passar em branco o que chamou de a “participação (ou não) de Couto e de seus irmãos tanto no contrabando, como na Inconfidência Mineira”. Para tanto, a autora se vale de diversas passagens de fontes primárias e de renomados autores que, em algum momento, chamaram a atenção para as funções que a família desempenhava nos altos círculos militares da Capitania. Designavam, por exemplo, homens de confiança para a escolta da produção diamantina – inclusive suas próprias produções – até a Corte fluminense. Se por um lado Couto em algum momento pareceu ter utilizado de sua influência em favor próprio não agindo em consonância com as Luzes que tanto pregava, o Intendente igualmente deixava a desejar

passando-se “por demasiado indulgente com os garimpeiros e contrabandistas, a ponto de se lhe imputar entreter relações de comércio entre eles”.¹⁴

[Folha 1]

<Carta do Governador da Capitania, Bernardo José de Lorena, ao Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos, dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Villa Rica, setembro de 1798>

¹ Depois de ter dirigido a V. Ex^a. a minha Carta de

² Officio N^o. 28 em que lhe participo ter feito aprontar

³ ao D^{or}. Couto tudo quanto elle me pedisse na sua Carta, que a=

⁴ acompanhava a minha já referida, afim de poder prin=

⁵ cipiar os seus exames Mineralógicos, e Metalúrgicos no=

⁶ Serro = Frio, ordenados P^r. S. Mag^e., acontessem os emba=

⁷ raços e duvidas entre o referido D^{or}. Couto, e o D^{or}. Intendente

⁸ dos Diamantes, que V. Ex^a. verá das representaçõens, e docu=

⁹ mentos incluzos de hum, e outro. A amplíssimas júris=

¹⁰ diçoens que pelo Real Erario se dão sempre aos Intendentes dos

¹¹ Diamantes, e q^e. Chegão ao ponto de não estarem elles pelas Or=

¹² dens e providencias geraes dos Capitaens Generaes, as du=

¹³ vidas e inquietaçõens que tem tido meos antecesso=

¹⁴ res com semelhantes Ministros me obrigão a não

¹⁵ obrar coiza alguma, senão que, por todo este nego=

¹⁶ cio no conhecimento de V. Ex^a. para que sendo p pré=

¹⁷ zente a S. Mag^e. se me determine o que devo fazer,

¹⁸ pedindo encarecidamente a V. Ex^a. queira suppli=

¹⁹ car a S. Mag^e. que eu não sirva de Instrumento, por=

²⁰ ter executado as Suas Reaes Ordens, para que

²¹ padeça inquietaçõens, e até falta de meios de dubsis

²² tir, hum Vassalo que sem interesse algum,

²³ e com o maior gosto se pós pronto para servir

²⁴ a S. M.

[*margem superior esquerda*] N^o. 37.

¹⁴ SILVA. *O desvendar do grande livro da natureza: um estudo da obra do mineralogista José Vieira Couto, 1798-1805*, p. 62, *apud* SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1976, p. 62.

[*margem inferior esquerda*] Cópia.

[Fl. 1v]

¹ a Sua Mag^e., como fez o D^{of} Couto, em que já tive a

² honra de fazer presente a V. Ex^a. pela já dita car=

³ ta do mesmo. D^s. G^e. a V. Ex^a. Villa Rica 20 de

⁴ setembro de 1798.

⁵ Ill^{mo}. e Exm^o. S^{nr}. D.

⁶ Rodrigo de Souza Coutinho

⁷ Bernardo Joze de Lorena

[Fl. 2]

<Cópia da carta do naturalista José Vieira Couto ao Governador da Capitania, Bernardo José de Lorena. Arraial do Tejuco, 7 de agosto de 1798.>

¹ Ill^{mo}. e Exm^o. S^{nr}. = Sinto sobre ma=

² neira o ter occasioens de escrever a Vossa Ex^a. Cartas importunas, po=

³ rem cumpre obedecer as Leis da necessidade, e obrigação. Es=

⁴ tou em Tejuco há quinze annos, e outros tantos pouco mais,

⁵ ou menos, tenho servido como Medico no Real Hospi=

⁶ tal da Extração dos Diamantes. Fui particular ami=

⁷ go deste Intendente, em quanto foi elle Fiscal, revestindo-se

⁸ ao depois das amplas jurisdicõens de Intendente dos Dia=

⁹ mantes, mostrou de repente quem era, em então posto que

¹⁰ tarde o conheci. Não rompi nem dilacerei a amizade, co=

¹¹ nheço por natureza e por estudo a santidade dessa união; pro=

¹² curei somente que ouvesse entre ambos huma silencioza

¹³ separação, e pôz todo o meu cuidado, no meu desvio em

¹⁴ respeitar a velha amizade. Elle enojou-se, pois com

¹⁵ isto bem via que se lhe fazia huma tácita reprehensão

¹⁶ ao seu mau estillo de proceder. No principio

¹⁷ deste anno depois que Vossa Ex^a. comunicou-me as Ordens

¹⁸ Regias, por que eu não as fui comunicar-lhe tão bem

¹⁹ receber delle quazi como o seu beneplácito Conselho e devoc=

²⁰ção principiou a inflamar-se mais contra mim, e a de
²¹calar-se. Passados trez mezes foi logo meu Irmão
²²que passava por hum dos melhores Feitores das Extracções
²³espulço della sob frívolos pretextos. Agora nestes di=
²⁴as, que corria pela Terra o boato de que eu sahia por es
²⁵tes dias ás minhas indagações mineralógicas, que es=
²⁶tava tudo pronto, e que não aguardava mais senão pe=
²⁷lãs ultimas Ordens de Vossa Ex^a.; julgou o tal Intendente
²⁸então ser chegado o tempo oportuno para a sua vingança, ou
²⁹por que não pôde mais suspender o ímpeto das suas fúrias,
³⁰e passou a expulçar-me fora da minha antiga occupação do
³¹Hospital. Dizem-me que elle alegre em huma Jun=
[*margem superior esquerda*] Cópia.

[Fl. 2v]

¹Junta que fez extemporânea só para isso, que eu não reconhecia
²a authority daquella junta, e que quando sahia para fora
³não lhe pedia licença. He de notar Exm^o. S^{sr}. que
⁴eu a tantos annos, que ezerci o dito emprego de Medico, nunca
⁵pedi tal licença, nem indera o Asillo, deixava só mente outro pro=
⁶fessor que fazessem as minhas vezes na quelles dias de auzencia
⁷assim como fazia tão bem o mesmo para com os mais doentes
⁸particulares da Terra. Cobrio o mais esta acção com
⁹o pretexto de economia, pois foi posto em meu lugar hum
¹⁰mero cirurgião só mente com a differença de vinte mil reis me=
¹¹nos de ordenando, e por outra parte sellou a mesma acção com to=
¹²dos os Caratores de baixa vingança e o dis, expulçando tão bem
¹³dos serviços da Regia Extração todos os meus escravos nel=
¹⁴la empregados, sem exceição de hum só; não attendendo
¹⁵nem aos serviços passados feitos por mim á tantos
¹⁶annos no dito Hospital, nem a ser eu natural, e morador deste
¹⁷Paiz, que segundo as Ordens da Directoria devem estes se=
¹⁸rem sempre attendidos na amnitição dos seus escravos.

¹⁹ Exm^o. S^{nr}. eu tenho huma alma sofredora, e mormen=
²⁰ te quando vejo que a clamidade he publica, e não sou só
²¹ eu o que soffro; sofre toda esta infeliz Demarcação a trez an=
²² nos a esta parte, o Povo foge como atônito por todos os La=
²³ dos e a despovoão, o alarido fore já muito ao longe, e estou
²⁴ certo que muitas vezes terá tão bem chegado aos ouvidos de
²⁵ Vossa Ex^a. e a fúria deste homem longe de cohibir-se, e envergo=
²⁶ nhar-se cresce de mais á mais; e por que rezão não soffrerei eu
²⁷ tão bem. Maz Exm^o. Senhor, quando eu olho por ou=
²⁸ tra parte, e vejo que quando qualquer lembrança, que
²⁹ Sua Magestade tem de qualquer Vassalo, e que o chama para
³⁰ o Seu Serviço, esta he huma boa ventura, que entra no do=
³¹ micilio do Vassalo, que lhe grangea, estima, e utilidades,
³² e vejo ao Contrario que para com migo não tem sucedido
³³ assim, pois soffri huma expulça violenta, e injurioza do

[Fl. 3]

¹ para o que vou dar principio ás minhas viagens, e findas
² ellas porei presente a Vossa Ex^a. o resultado dos meus
³ trabalhos. Deos guarde a Vossa Ex^a. muitos annos. =
⁴ Ill^{mo}. e Exm^o. Senhor = Sou com extremo = De
⁵ Vossa Ex^a. o mais Reverente e obzequiszo Criado. = Joze Vieira
⁶ Couto = Tejuco sete de agosto de mil sete centos noven=
⁷ ta e oito.”

<Cópia da carta do naturalista José Vieira Couto ao Governador da Capitania, Bernardo José de Lorena. Arraial do Tejuco, 6 de setembro de 1798>

⁶ Ill^{mo}. e Exm^o. S^{nr}. = Pela Ordem incluza, que recebi do
⁷ Intendente dos Diamantes, hoje chegando de fora
⁸ da minha primeira viagem, cuja ponho na prezença de Vossa
⁹ Ex^a.; verá Vossa Ex^a. como me devo achar embaraçado no ser=
¹⁰ viço de Sua Mag^{de}. De que me vejo encarregado. Não só
¹¹ me prohibe elle os instrumentos precizos para as minhas

¹² averiguações, mas até pertende que eu na Demarcação
¹³ seguia só estrada direita o que toda via não se proíbe a qual
¹⁴ quer Cassador, ou pessoa insignificante do povo, Diz
¹⁵ que eu possa fazer as minhas observações fora da Demar=
¹⁶ cação: mas por que razão hei de eu saltar esta Demarcação
¹⁷ que alias he a mais interessante para hum Mineralogista.
¹⁸ Este terreno he o que melhor se deve observar,
¹⁹ offerecendo a Terra á cada passo as suas entranhas rotas, e os seus me

[Fl. 3v]

¹ do meu Cargo, sem dar occasioens a isso, fui lezado nas utili=
² dades que delle percebia, e na dos meus escravos tão bem expulços;
³ e tudo isto quando ei conciderar que me sobrevei depois q. entrei
⁴ no Serviço Real, e nos mesmos dias em que eu me despunha
⁵ a passar pelas maiores incômodos, deixando o abrigo de minha
⁶ Caza, e expondo-me ás inclemências do tempo, e dos dezertos
⁷ para promover, quando cabe a mim o aumento, a hon=
⁸ Ra, e a gloria do Estado; quando concidero que esta mesma occa=
⁹ zião escolherão como quem estava á mira, e a julgarão a ma=
¹⁰ is oportuna para desfeitiarem-me: isto tudo o tomo nas co=
¹¹ mo feito a mim, mas sim como hum pouco spírito devi=
¹² do ao nome Augusto de Sua Magestade, e de baixo des
¹³ te ponto da vista, he que me queixo, ca o mesmo tempo em=
¹⁴ trego nas maons de Vossa Ex^a. este negocio ou para o
¹⁵ representar a Sua Mag^e. parecendo-lhe, ou para de
¹⁶ terminar como for servido. Tinha aqui
¹⁷ findado a minha Carta, quando chega meu Irmão, e em=
¹⁸ tregame a Carta de Vossa Ex^a. Foi a vizita de hum
¹⁹ Deos Tuterar, desvanecerão-se as minhas magoas: vejo
²⁰ como Vossa Ex^a. facilita-me todos os meios para que prociga sem
²¹ estorvo o Real Serviço. Ouvi com mais intra
²² nhavel gratidão da boca de meu Mano as publicas mons
²³ tras de apreço e estima que Vossa Ex^a. me fez na pessoa de=

²⁴ Le: Vossa Ex^a. dá com a abastança aquillo que mui tem
²⁵ em si, dá honras por que as tem, e aquellas que as não tem
²⁶ não as podem dar, fazem sim o mal por que as suas a
²⁷ pouca das almas só nisso são grandes. Disse-me tão bem
²⁸ o dito meu Mano o dezejo que Vossa Ex^a. tinha de
²⁹ que se fizessem as observaçoens das Salinas do Rio de
³⁰ São Francisco abaixo, são muito dignas disso, eu estou
³¹ pronto para as fazer ordenando-me Vossa Ex^a.
³² Agora cumpre acabar o que tenho principiado, para

[Fl. 4]

¹ metaes quazi a mostra: observando elle como quem está ao pé
² da porta, tão bem observar-se-há o restante, que fica ao longe, e es=
³ ta mesma ordem pode o bom serviço de Sua Magestade.
⁴ Eu me hei de ver Exm^o. S^{nr}. sempre caçado, e Vossa
⁵ Ex^a. tão bem em quanto eu for Naturalista empregado e
⁶ este Homem Intendente dos Diamantes. Elle
⁷ só basta para caçar, e enredar a muitos; a Sua alma se nu=
⁸ tre deste bom alimento, e sobre tudo a cresce á este seu natural, o ódio
⁹ antigo que já me conserva, e daqui he que nasse estes vãos zellos
¹⁰ da Demarcação, cujo ódio até se mostra nas palavras da notifica=
¹¹ ção ou Ordens sua = a titulo de observaçoens ercetara. = O meu
¹² carácter de interesse e amor do honesto he muito conheci=
¹³ do neste Tejuco, e eu apezar de todas as alcivozias deste Inten=
¹⁴ dente não sou capaz de hir agora tentar a fortuna á custa
¹⁵ dos Diamantes de Sua Mag^e. á titulo de observaçoens mine=
¹⁶ ralógicas. Que o ruído, que mo tem não levantou
¹⁷ elle entre este Povo no primeiro dia de minha sahida! Trez vezes
¹⁸ veio o Escrivão dos Diamantes nessa tarde á minha Caza, que já
¹⁹ me não achou; á boca da noite foi ella cercada de Pedestres, e
²⁰ alguns destes penetrarão até seu interior: meu Irmão que
²¹ estava em vesporas de sahir para Bambuhi em procura dos produ=
²² ctos naturaes dessas bandas, vio-se obrigado a fugir pelo Pirtão:

²³ dizem que procuravão a elle para assignar Termo de Despe=
²⁴ jô, e a mim para notificarem-me para não sahir. Pri=
²⁵ tavão tal Intendente, que eu o tinha desattendido em hua
²⁶ Carta, na qual lhe dava parte de minha sahida: ponho
²⁷ tão bem na prezença de Vossa Ex^a. a Cópia desta Carta pa=
²⁸ ra ver se acha termos que excedão os Limittis do dever e
²⁹ civilidade. Enfim Exm^o. Senhor, envergo=
³⁰ nho-me de cançar mais a Vossa Ex^a. com estas pequenas cou=
³¹ zás, só faço por ultimo a Vossa Ex^a. esta observação, que he
³² huma que me espanta, que pelo que me tem sucedido, não
³³ se parece ser eu hum Naturalista empregado no Serviço de
³⁴ Sua Mag^e. e que por ordem della examino as suas Terras.

[Fl. 4v]

¹ Terras, e em hum Seculo de Luzes como este, mas sim que
² vou observar ás escondidas os Domínios de Algum Tartaro inimigo,
³ e em tempos que a estúpida ignorancia fazia a Guer=
⁴ ra a Filozofia. Amanhá eu torno a sa=
⁵ hir, e não levarei instrumentos alguns até a decizão de Vossa
⁶ Ex^a., porem não posso suspender de todo as viagens pois
⁷ que estão as agoas a chegar; e vindas que seião, não poderei
⁸ fazer mais nada, e quero com veras dar conta de mim com
⁹ a remessa, que farei a Vossa Ex^a. depois destas viagens. Deos
¹⁰ Guarde a Vossa Ex^a. muitos annos. Tejuco seis de Setembro
¹¹ de mil sete centos noventa e oito. = Ill^{mo}. e Exm^o. Senhor
¹² = Sou de Vossa Ex^a. O mais reverente; e obrigado Criado.
¹³ = Joze Vieira Couto.”

[Fl. 5]

<Cópia da carta do naturalista José Vieira Couto ao Governador da Capitania, Bernardo José de Lorena. Arraial do Tejuco, 8 de setembro de 1798>

¹ Ill^{mo}. e Exm^o. S^{nr}. = A Carta que Vossa Ex^a.

² acaba de ler foi escrita ontem, e posta na mão do Capitão

³ Commandante, donde a mandei outra vez Recolher para
⁴ Remetella a Vossa Ex^a. por hum próprio meu, visto que ella
⁵ ahi se demorava mais do que eu queria, e podia a urgência
⁶ do cazo. Rematava a sita minha Carta, dizendo a Vossa
⁷ Ex^a. que hoje tornava a sahir, pois não podia haver duvi=
⁸ da nisso, visto que eu cedia de andar já com ferramentas,
⁹ e fazer as minhas observaçoens como podesse, até outra
¹⁰ nova Ordem de Vossa Ex^a.: mas qual foi o meu espanto,
¹¹ quando vi que até isso mesmo se prohibia? Man=
¹² dei logo de manham pedir ao Commandante hum Sol=
¹³ dado para me acompanhar, como assim se tinha já pra=
¹⁴ ticado na minha primeira viagem, tanto para authorizar
¹⁵ a Regia diligencia, como para livrar-me de algumas

[Fl. 5v]

¹ de algumas Calumnias, negou-me, dizendo que estava notificado
² pelo Intendente para o não, e que alem disso não tinha tido Or=
³ dem de Vossa Ex^a. para a vir a fazer. Vê-me então só em campo,
⁴ e não achei commigo se não a minha constancia, o meu zello, e a
⁵ minha boa vontade para dezempenhar-me nesta acção do Real
⁶ Serviço, porem tudo esforços e companheiros inuteis no pré=
⁷ zente cazo. Parecia-me que me via no Mundo da
⁸ Lua: As ordens da Soberana atropeladas nos seus proprios
⁹ Dominios sob frívolas etiquetas de jurisdicoens, porem no fundo
¹⁰ cãs Couzas tudo para impossibilitar me de bem servir a Sua
¹¹ Mag^e. e para cevar baixas vinganças e Odios. Pois que devo
¹² eu pensar quando se me prohibe aquillo que a ninguém já
¹³ mais se vetou de andar pela Demarcação sem instrumento
¹⁴ de minerar! A qualquer morador deste paiz he licito e a
¹⁵ ninguem se impede de estar, e se aranchar dias em qual
¹⁶ quer parte da dita Demarcação de cassarem, pescarem, e de de=
¹⁷ vertirem-se; e a mim que vou em nome da Soberana, e o=
¹⁸ cupado em indagações tão uteis e potentes, se me impede

¹⁹ até de observar como os olhos. O primeiro protesto
²⁰ da duvida era o querer de andar com ferramentas: deco,
²¹ e já não quero se não observar o que poder, e como podem e
²² arancar com as maons as pedras que topar, e nem assim.
²³ Verdade he Exm^o. S^{nr}. que o Intendente me facilita os
²⁴ meus exames para fora da Demarcação, pouco há que
²⁵ ver: abaixo do pináculo desta Serra, que forma a Demarca
²⁶ ção tudo pela maior parte são matas, rossas, e poucos lavrados
²⁷ se offerecem á vista de hum observador. A
²⁸ Demarcação pelo contrario he hum paiz verdadeiramente
²⁹ metálico, as muitas e numerosas lavras, e rasgoens que nel=
³⁰ la há, he o que tem mais que ver, e alem disso sendo a tal
³¹ Demarcação o terreno hoje mais importante de toda a Comar=
³² ca para as utilidades, e interesses Regios, por isso mesmo he

[Fl. 6]

¹ he que nella cabe bem os exames de hum Mineralogista,
² e talvez esse fosse o principal pensamento de Sua Mag^e. quan=
³ do me ordenou que lhe desses huma Conta exacta da Minera=
⁴ logia da Comarca do Serro do Frio. Em tanto
⁵ eu me retiro Exmo. Senhor, para a minha Rossa, e ahi es=
⁶ perarei pelas ordens de Vossa Ex^a. que quais quer que
⁷ ellas forem sempre por mim serão bem recebidas, e execu=
⁸ tadas. Deos guarde a Vossa Ex^a. muitos annos. Tejuco
⁹ oito de Setembro de mil setecentos noventa e oito. = Illmo. e
¹⁰ Exmo. Senhor = Sou de Vossa Ex^a. = Mando revê
¹¹ rente e obrigado Criado = Joze Vieira Couto.

<Cópia da carta do naturalista José Vieira Couto ao Intendente dos Diamantes, João Inácio do Amaral Silveira. Arraial do Tejuco, 27 de agosto de 1798>

¹² Snr. Intendente João Ignacio do Amaral = Dou parte
¹³ a V^{me}. como em cumprimento das Ordens de Sua Magestade, saio
¹⁴ hoje a fazer as minhas averiguaçoens Mineralogicas, cujas de=

¹⁵ vem ser feitas dentro e fora da Demarcação, por onde melhor
¹⁶ me levarem a objectos de que me acho encarregado pela mesma
¹⁷ Senhora. E como estes examis do mais das vezes Requerem
¹⁸ o uso de instrumentos de minerar, por isso os levo cuja ordem
¹⁹ expressa para isso tive do Ill^{mo}. e Exm^o. S^{nr}. Governador desta
²⁰ Capitania, e este mesmo avizo julguei conveniente fazello a
²¹ V^{me}. Deos guarde a V^{me}. muitos annos. Tejuco Vinte e
²² sete e Agosto de mil sete centos noventa e oito. = De V^{me}.
²³ Muito attento Venerador e Criado = Joze Vieira Couto.

<Cópia da carta do Escrivão dos Diamantes, Antonio Coelho Peres de França, ao naturalista José Vieira Couto. Arraial do Tejuco, 4 de setembro de 1798>

²⁴ O doutor Intendente Geral dos Diamantes, prohiibe a

[Fl. 6v]

¹ a V^{me}. até nova Ordem de Sua Mag^e. ou do Ill^{mo}. e Exm^o.
² Senhor Governador e Capitão General desta Capitania o
³ andar como pertende, e já fez sem licença
⁴ pelas Terras, Rios e Corgos
⁵ Diamantinos a titulo de observaçoens, e exames Mineralogi=
⁶ cós, e Metalurgicos, podendo V^{me}. com tudo sahir nesta di=
⁷ ligencia para fora da Demarcação e levar com sigo, se
⁸ guindo estrada direita os instrumentos de minerar, os quaes
⁹ para que lhe não sejam embaraçados no seu tranzito, manda=
¹⁰ rá elle Ministro passar as Ordens necessarias, o que tudo as=
¹¹ sim neste fico a V^{me}. da parte do mesmo Ministro. Deos guar=
¹² de a V^{me}. Tejuco quatro de Setembro de mil sete centos noven=
¹³ ta e oito. = Senhor Doutor Jozé Vieira Couto = O Escrivão
¹⁴ dos Diamantes Antonio Coelho Peres de França.

<Cópia da carta do naturalista José Vieira Couto ao Escrivão dos Diamantes, Antonio Coelho Peres de França. Arraial do Tejuco, 4 de setembro de 1798>

¹⁵ Cópia da Resposta Notificatória.

¹⁶ Faça V^{me}. certo ao S^{nr}. Intendente dos Diamantes, que

¹⁷ quando Sua Mag^e. me cameteo os exames Mineralogicos desta

¹⁸ Comarca, não exceptuou-me a Demarcação Diamantina, que

¹⁹ eu não a hei de saltar para hir fazer ao Longe as minhas obser=

²⁰ vaçoens; que eu não ando pelos Corgos, e Terras Diamantinas

²¹ a titulo de observaçoens, maz sim que ando fazendo na Realida=

²² de observaçoens exactas, uteis aos Real Serviço e á Patria,

²³ como mostrarei a seu tempo a mesma Real Senhora em obser=

²⁴ vancia de cujas Ordens ando. Porem como me proíbe o dito Se=

²⁵ nhor Intendente que eu não uze de instrumentos de minerar

²⁶ até nova Ordem do Ill^{mo}. e Exm^o. Senhor General, ainda que eu já

²⁷ a tenha do dito S^{nr}. e o S^{nr}. Intendente tão bem disso já fosse avi=

²⁸ zado: toda via eu estou por essa intimação em

²⁹ atenção aos respeitáveis nomes de que me faz menção na sua Carta notificato=

³⁰ ria, e esperarei por mais essa nova Ordem, que para mim será

³¹ sempre Velha, e para que no entre tanto não padeça o Real

³² Serviço de Sua Mag^e. á vista do qual os nomes rancores na=

³³ tigos devem respeitozamente em mudecer, antes do que obstar=

[Fl. 7]

¹ obstar-lhe, eu hirei seguindo as minhas observaçoens sem os di=

² tos instrumentos de minerar, e hirei aranando como puder

³ com as minhas maons as pedras, até como fica dito che=

⁴ gar essa nova Ordem. Deos guarde a V^{me}. muitos an=

⁵ nos = Do Encarregado dos Exames Mineralogicos des=

⁶ ta Comarca = Jozé Vieira Couto = S^{nr}. Antonio Co=

⁷ elho Peres de França.

<Cópia da carta do Intendente dos Diamantes, João Inácio do Amaral Silveira, ao Governador da Capitania de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena. Arraial do Tejuco, 7 de setembro de 1798>

⁸ Ill^{mo}. e Exm^o. S^{nr}. = Pela mão do Capitão Com=

⁹ mandante deste Destacamento, recebi no dia quatro do mez passa=
¹⁰ do huma Carta de Vossa Ex^a. em que me participava que o Dou=
¹¹ tor Jozé Vieira Couto se achava encarregado por Sua Mag^e.
¹² de fazer observaçoens, e exames Mineralogios e Metalurgi=
¹³ cós em toda a Comarca do Serro do Frio, e que como dentro desta
¹⁴ Demarcação Diamantina se não consentem Instrumen=
¹⁵ tos de minerar lhe permitisse eu – o uzo delles.
¹⁶ Lida esta Ordem, respondi ao Commandante que Du=
¹⁷ vidava forçadamente de Sua Mag^e. Que debaixo da pala=
¹⁸ vra Comarca, ficasse tão bem comprehendida a Demarcação
¹⁹ Diamantina; por que se Sua Mag^e. nao queria que a troco
²⁰ de se descobrirem Minas de Ouro, o mais preciozo de todos
²¹ os metaes se andassem explorando, e subcavando as Terras
²² Diamantinas como se colige de todo o contexto do Alvará
²³ de dois de Agosto de mil setecentos setenta e hum, e de outras
²⁴ muitas ordens anteriores, e posteriores a elle,
²⁵ parecia que sem expressa e declarada menção, se não devia entender, que então
²⁶ a troco de Minas de Prata, Cobre, Estanho, Chumbo,
²⁷ que certamente não havia, e que a troco das de
²⁸ ferro, que por toda a Capitania se encontravão,
²⁹ quizesse Sua Mag^e. franquear ao Doutor Couto
³⁰ por huma Ordem geral as ditas Terras vedadas por Leys e Ordens

[Fl. 8]

¹ e Ordens particulares: E que assim em quanto respondi mais
² se recorria a Vossa Ex^a. para decizão da minha duvida, podia o mês=
³ mo Doutor sahir para fora da Demarcação e levar os intrumen=
⁴ tos de minerar, pois nesta mesma faculdade de os levar e
⁵ trazer, sem embargo do paragrafo nono do dito Alvará consistia o li=
⁶ vre uzo delles á maneira do uzo das Armas prohibidas com=
⁷ cedido pelo parágrafo cincoenta e hum do mesmo Alvará.
⁸ Isto que acabo de expor he applicável geralmente, e sem des=
⁹ tinção alguma a qual quer outro sugeito que se

¹⁰ achasse como o Doutor Couto encarregado dos
¹¹ referidos exames na Comarca do Serro Frio,
¹² passo agora a dizer o que respei=
¹³ ta em particular ao mesmo Doutor. Vista
¹⁴ a Carta de Ordens de seus de Julho de mil sete centos oitenta e
¹⁵ nove, escrita ao Desembargador Intendente dos Diamantes
¹⁶ Luis Beltrão pelo Ill^{mo}. e Exm^o. Senhor Marquês Mordomo Mor, cau=
¹⁷ zaria admiração ver ao Doutor Couto como livre, e soltamente
¹⁸ as Terras, Rios e Corgos Diamantinos; e muito maior a admiração
¹⁹ cauzaria isto, vendo-se a outra Carta de vinte e hum de Outubro
²⁰ do mencionado anno, expedida pelo mesmo Senhor Marques
²¹ ao mesmo Intendente. E posto que esta ultima Carta de
²² Ordens não existe no Cartorio desta Intendencia, sei com tudo
²³ que ella foi para a que remettida por mo mandar dizer o Ill^{mo}.
²⁴ e Exm^o. S^{nr}. Visconde de Barbacena antecessor de Vossa Ex^a.
²⁵ e por ver huma Copia della não mão do Sargento Mor Antonio
²⁶ Joze Dias Coelho quando esteve neste Arraial (se bem me lem=
²⁷ bro) em Março ou Abril de mil sete centos e noventa e quatro;
²⁸ e tão bem sei que o S^{nr}. Visconde de Barbacena fora encarre=
²⁹ gado por Sua Magde. de inquirir se as Ordens expressadas
³⁰ naquellas Cartas se tinham dado a sua devida execução. Su=
³¹ ponha Vossa Ex^a. agora, que em virtude das informações
³² do Senhor Visconde se remetta esta Carta que não existe, e se
³³ mande executar, a parecia então o mesmo Sargento inhabili=
³⁴ tado, dantes habilitado depois, e outra vez inhabilitado para
³⁵ emprego que se lhe conferio: e no meio destes extermos, nada
³⁶ mais resta a gum Ministro inferior senão de suspender
³⁷ a execução da ultima Ordem, e recorrer a Sua Mag^e. ou aos

[Fl. 8v]

¹ aos Ministros e Governadores immediatos a Real Pessoa propon=
² do-lhes o seu incluyo, e pedindo-lhes a solução delle.

³ Por todos os referidos motivos gerais, e especiais, prohibe até nova

⁴ ordem de Sua Magde. ou de Vossa Ex^a. as sahidas do Medico Jozé
⁵ Vieira Couto por dentro da Demarcação Diamantina, e só lhes fa=
⁶ cultei para fora da mesma, podendo levar comsigo os instrumentos
⁷ de minerar, que necessários lhe forem, dando maior cauza a esta
⁸ minha expressa prohibição o ter elle feito arebatadamente, e sem meu
⁹ consentimento, huma sahida por dentro da Demarcação,
¹⁰ mandando-me no dia vinte e oito do mez findo, quando estava a ponto de
¹¹ montar a Cavallo, huma Carta de Officio (cuja copia remetto) que
¹² não concoda, nem confere no essencial com a de Vossa Ex^a. pois de=
¹³ fine decisivamente que as suas averiguaçoens Mineralogicas de=
¹⁴ vião ser tão bem feitas dentro da Demarcação, sendo esta a mi=
¹⁵ nha duvida por não julgar a Demarcação Diamantina com=
¹⁶prehendida para o dito effeito debaixo da palavra = Comarca
¹⁷ = pela qual Vossa Ex^a. se explica; e querendo eu saber se elle
¹⁸ tinha segunda ordem, ou se a primeira que teve deferia da
¹⁹ que Vossa Ex^a. me enviou, mandei logo que recebi a Carta di=
²⁰ zer-lhe pelo Escrivão da Intendencia me viesse apresentar es=
²¹ ta, ou Ordem em que se fundava a Sua Carta; porem debal=
²² de por ter já partido, e não haver quem ensinasse a Estra=
²³ da que seguira, nem o Sitio a que se encaminhara. Pro=
²⁴ cedimento este bem diferente do que prometera ao Capitam
²⁵ Commandante, que foi de se propor a minha duvida a Vossa
²⁶ Ex^a. e de se esperar a decizão della, ficando entre tanto sus=
²⁷ pendidas averiguaçoens Mineralogica
²⁸ nas Terras Diamantinas. Restam com=
²⁹ monicar a Vossa Ex^a. huma ida, que me occorre, e
³⁰ que me não parece alhea da matéria, nem da obrigação do meu Officio.
³¹ Consta me que o mesmo Joze Vieira Couto tem fabricado
³² em sua Caza huma Laboratório afim de fazer os exames de que
³³ está encarregado. Conheço que esta Officina lhe he necessária
³⁴ em consequência do seu emprego, mas como a Villa do Prin=
³⁵ cipe aonde há huma Fundição, lhe fica perto, e he a Cabeça

[Fl. 9]

¹ a Cabeça da Comarca, que lhe foi destinada, lembrava-me eu que era
² mais análogo as Leys desta Capitania, que naquella
³ mesma Villa, e naquella publica Fundição fosse fazer os seus exames, e
⁴ observações. Sobre esta minha Lembran=
⁵ ça, e sobre o mais que tenho exposto resolverá Vossa Ex^a. o que
⁶ lhe parecer melhor a certo. Deos guarde a Vossa Ex^a.
⁷ Tejuco sete de Setembro de mil sete centos noventa e oito.
⁸ Ill^{mo}. e Exm^o. S^{nr}. Bernanrdo Jozé de Lorena = O Intenden=
⁹ te = dos Diamantes João Ignacio do Amaral Silveira.”

<Cópia da carta do naturalista José Vieira Couto ao Intendente dos Diamantes, João Inácio do Amaral Silveira. Arraial do Tejuco, 6 de setembro de 1798>

¹⁰ Antonio Coelho Peres de França Escrivão da Real Intenden=
¹¹ cia dos Diamantes do Arraial do Tejuco do Serra Frio etcetara.
¹² Certifico que pelo Doutor Intendente Geral dos Diamantes Jo=
¹³ ao Ignacio do Amaral Silveira, me foi dada huma Carta escrita
¹⁴ pelo Doutor Jozé Vieira Couto a elle dito Ministro, da qual
¹⁵ o theor e forma he o seguinte. = Senhor Intendente João
¹⁶ Ignacio do Amaral. – Dou parte a V^{me}. como em cumprimento
¹⁷ das Ordens de Sua Magestade, saio hoje a fazer as
¹⁸ minhas averiguaçoens Mineralogicas, cujas devem ser fei=
¹⁹ tas dentro e fora desta Demarcação por onde melhor me levarem os
²⁰ objectos de que me acho encarregado pela mesma Se=
²¹ nhora: e como estes exames as mais das vezes requerem o uzo
²² de instrumentos de minerar, por isso os levo, cuja ordem
²³ expressa tive do Ill^{mo}. Governador desta Capitania, e este
²⁴ mesmo avizo julguei conveniente fazello a V^{me}. Deos g^{de}.
²⁵ a V^{me}. muitos annos. Tejuco vinte e sete de Agosto de
²⁶ mil sete centos noventa e oito. – De V^{me}. Muito at=
²⁷ tento Venerador e Criado = Jozé Vieira Couto. = E não
²⁸ contem mais couza alguma em a dita Carta que eu Escri=
²⁹ vão abaixo assignado, aqui bem e fielmente transladei da

³⁰ própria a que me reporto com o theor da qual passei a

³¹ presente, que conferi, e assignei por ordem verbal do Doutor

³² Intendente Geral dos Diamantes João Ignacio do Amaral

³³ Silveira a quem entreguei o original neste Arraial do

[Fl. 9v]

¹ do Tejuco aos seis dias do mez de Setembro de mil sete cen=

² tos noventa e oito annos. = Concertada por mim = Antonio Coelho Peres de França.

³ Está Conforme.

FIM DO DOCUMENTO